



Instituto Superior de Economia e Gestão
UNIVERSIDADE DE LISBOA - ULisboa

*POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL E O TERCEIRO
SETOR: ESTUDO DE CASO NA REGIÃO DE AVEIRO*

Bernadete de Lourdes Bittencourt

Orientação: Doutor José Maria Carvalho Ferreira
Professor catedrático do ISEG/ULisboa
Doutora Maria João Ferreira Nicolau dos Santos
Professora auxiliar do ISEG/ULisboa

Júri:

Presidente: Reitor da Universidade de Lisboa

Vogais: Doutor José Maria Carvalho Ferreira, Professor catedrático aposentado
Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa
Doutora Luciana Francisco de Abreu Ronconi, Professora adjunta do
Departamento de Administração Pública do Centro de Ciências da
Administração e Socioeconômicas da Universidade Estadual do
Estado de Santa Catarina, Brasil
Doutora Maria Carolina Martinez Andion, Professora adjunta do
Departamento de Administração Pública do Centro de Ciências da
Administração e Socioeconômicas da Universidade Estadual do
Estado de Santa Catarina, Brasil
Doutor João Carlos de Andrade Marques Graça
Professor auxiliar com agregação, Instituto Superior de Economia e
Gestão da Universidade de Lisboa
Doutora Sílvia Maria Dias Ferreira
Professora auxiliar em Sociologia na Faculdade de Economia da
Universidade de Coimbra

Doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações

Lisboa, maio 2014

*"Uma viagem de mil milhas começa com o primeiro passo".
(Lao-Tsé)*

Dedicatória

A Themístocles Mercer Bittencourt (*in memoriam*) e a Aurora Mota Bittencourt que por amor deram-me a condição de ser o que sou e de estar onde estou.

Meus pais, obrigada!

Aos meus filhos, Fabiana e Fábio. Obrigada por serem os meus companheiros e cúmplices nesta existência.

Agradecimentos

Este trabalho que culminou com a Dissertação de Doutoramento foi-me, nestes seis anos, uma temporada de grande aprendizado. Confesso que quando decidi fazer um doutoramento não tinha ideia do que iria encontrar pela frente, mas o apoio de pessoas especiais contribuíram para que o caminho empreendido não fosse tão penoso, nem tão solitário. Aos companheiros desta jornada quero expressar a minha maior gratidão. Sem eles, provavelmente não teria dado continuidade e hoje não poderia estar aqui e contar a aventura de fazer o que mais gosto, fazer ciência. Com eles aprendi o significado de fé, o exercício matemático que soma coragem mais perseverança, ou melhor, com eles aprendi a química de renascer das cinzas e o sentido de conjugar prosseguir, associado ao adjetivo de dois gêneros: feliz. Eles também me ensinaram que tudo passa, e todas as situações são lições de aprendizado, amadurecimento e crescimento moral.

Um dos primeiros e grande companheiro foi o meu orientador Professor Doutor José Maria Carvalho Ferreira. O Professor Zé Maria depositou toda a sua confiança em mim. Nos momentos mais difíceis agiu com força, determinação e sentido prático em que a rápida diligência e boa disposição foram-me a salvaguarda, serviram-me de grande valia. Mas, acima de tudo, o ter acreditado que o projeto ‘tinha pernas para andar’ foi uma grande força motivadora. O seu otimismo contribuiu em muito no fortalecimento da minha autoestima, autoconfiança, proatividade e motivação. Com a sua perspicácia e carinho de mestre soube, no momento certo, dar-me a mão para continuar.

Outra companheira de extrema importância na minha trajetória de doutoramento foi a minha coorientadora Professora Doutora Maria João Nicolau dos Santos cuja persistência foi sagaz. A sua capacidade de observação ditou-me rumos importantes aos trabalhos. Até, mesmo, as suas pressões, ansiedades e angústias face a outras sucedâneas situações menos afortunadas foram momentos importantes.

Devo ao Professor José Maria Carvalho Ferreira e a Professora Maria João Nicolau dos Santos o atual estágio de conhecimento em que saio, assaz, enriquecida devido a influência de ambos. Com eles aprendi, além do conhecimento teórico, uma

forma especial de estar na vida. Sem dúvida um importante referencial para quem com eles têm o privilégio de trabalhar.

Contudo, chegar aqui, deve-se, ao primeiro responsável no meu contato com o doutoramento: o Professor Doutor Reginaldo Souza Santos, da EAUFBA, exerceu grande influência para que eu abraçasse este caminho. Nos tempos de elaboração do primeiro projeto, as suas críticas e sugestões foram um contributo precioso. Manifesto a minha gratidão pela sua sempre pronta disponibilidade e vontade de ajudar a melhorar.

Manifesto, também, um especial apreço ao Professor Doutor António Mendonça. Foi sem dúvida uma boa influência para eu cursar o doutoramento no ISEG, sem deixar de ser um mentor importante no meu percurso académico. O seu interesse, as suas sugestões, funcionaram como importantes injeções de ânimo, imprimindo um maior rigor e disciplina às ideias. Agradeço profundamente o interesse manifestado, a sua disponibilidade imediata, as críticas e sugestões desde o tempo de mestrado no ISEG.

Remontando às origens deste percurso, quero deixar uma palavra de gratidão à Professora Doutora Élvia Mirian Cavalcanti Fadul, amiga e orientadora no tempo da pós-graduação na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Para além dos seus conhecimentos, a sua forma de ensinar foi preponderante na minha formação. Foi uma fonte impulsionadora e um apoio importante no arranque da minha vida de investigadora científica. Foi sem dúvida uma boa influência e um modelo que tenho presente.

Agradeço aos meus interlocutores da fase conflituosa da tese, que me ajudaram a colocar ordem no caos. Professora Doutora Luciana Francisco de Abreu Ronconi da UDESC-ESAG, que no seu tempo de pós-doutoramento passado no ISEG, nos momentos que mais precisei, esteve sempre disponível, atendeu-me com a atenção de uma amiga e com um sorriso largo e apaziguador. Professora Doutora Maria Suzana Moura da EAUFBA, amiga de longos anos, sem saber agiu como pacificadora, suas palavras deram-me confiança. Professora Doutora Luciane Lucas dos Santos, do CES-FEUC, que gentilmente me cedeu sua tarde para discutir meu projeto, as suas sugestões foram essenciais na condução da linguagem da economia e sociologia e da qual emergiu

preciosas pistas de reflexão. Professora Doutora Maria Angélia Alberto do Espírito Santo da UFPA, obrigada pela motivação, interesse demonstrado, partilhas de experiência e conselhos.

Um agradecimento muito especial aos meus interlocutores informantes de notório saber sem os quais este trabalho não teria sentido. O maior benefício deste percurso que agora finda foi a oportunidade de conhecer personalidades emblemáticas da área do desenvolvimento local, terceiro setor, economia social, associativismo, cooperativismo, inovação social, desenvolvimento do território em Portugal. Depois desses encontros fica-se diferente. Não só o grau académico conta neste caminho, mas sobretudo as experiências sociais marcantes. Foram eles importantes fontes de aprendizagem, cada encontro, em média de uma hora e trinta minutos, acabou por se tornar em verdadeira aula particular, um acontecimento especial. Foram eles os principais responsáveis para que o projeto entrasse no campo do experimento social.

À Professora Doutora Sílvia Ferreira, CES-FEUC, primeira informante entrevistada, agradeço profundamente a sua paciência pelas minhas perguntas ingénuas, a sua imensa disponibilidade e acessibilidade, mas acima de tudo a partilha da sua visão e dos seus ensinamentos. A minha gratidão pelos conselhos, recomendações e acessibilidade do seu precioso tempo e disponibilização imediata de valiosa bibliografia e de toda informação solicitada. Além disso tudo, por sempre me incluir na sua lista de convites para os seminários e aulas especiais do CES-FEUC, mas também pelas tertúlias ocasionais, essas funcionaram como importantes *insights* no desenvolvimento dos trabalhos.

Ao dr. Eduardo Graça, Presidente da CASES, pela sua disponibilidade, atenção e paciência. A longa entrevista que me concedeu revelou-se num importante documento informativo para melhor conhecer o papel da atual Cooperativa António Sérgio para a Economia Social. O doutor Eduardo Graça teve de veras cuidado com o meu propósito de investigação, incluiu o meu nome, como convidada, em todos os eventos do ano de 2012, Ano Internacional do Cooperativismo. Neste tempo encontramos-nos quase que mensalmente. O seu contributo foi assaz significativo, ajudando-me a conhecer o cooperativismo no cenário da economia social em Portugal.

Ao Professor Doutor Rogério Roque Amaro, ISCTE-IUL, uma pessoa fenomenal. Um genuíno Professor na sua mais pura aceção. Os nossos encontros, entre a entrevista e alguns seminários, converteram-se em magistrais lições sobre o desenvolvimento local e a inovação social. Conhecer o Professor Roque Amaro foi verdadeiramente uma bênção, com a qual não se fica indiferente. Um expoente no campo do desenvolvimento local, associativismo, economia solidária, inovação social em Portugal. Os seus ensinamentos contribuíram à consolidação do presente trabalho.

Ao dr. José Manuel Jerónimo Teixeira, Presidente da CONFECOOP. A partilha dos seus conhecimentos e das suas experiências foi sem dúvida um contributo incomensurável. A par dos congéneres líderes cooperativos é, também, uma figura fenomenal na história do associativismo e do cooperativismo em Portugal.

Ao Professor Doutor Rui Namorado, CECES-FEUC, minha profunda gratidão pela entrevista que se transformou numa magnífica aula sobre o cooperativismo, sobre o movimento cooperativo em Portugal. O Professor, na sua simplicidade e dedicação de mestre, partilhou seus conhecimentos com interesse e motivação irrepreensível. Confesso que sai estasiada com tudo o que aprendi.

Ao Professor Doutor Artur da Rosa Pires, CEIDET-UA, que gentilmente me concedeu uma longa entrevista e explicou-me sobre o desenvolvimento territorial na Região de Aveiro. As suas informações foram significativas para o caso da APOMA, assegurando uma maior objetividade aos relatos conceptuais de difusão da inovação social.

Ao Professor Doutor José Manuel Henriques, ISCTE-IUL, pela prontidão, disponibilidade e partilha de informações sobre desenvolvimento local e inovação social. A entrevista foi um perfeito contributo para compreender a atualidade das políticas de desenvolvimento local e inovação social em Portugal.

Ao Professor Doutor Pedro Hespanha, CES-FEUC, por me disponibilizar seu precioso tempo e pela abertura e discussão de ideias sobre o associativismo, o microempreendedorismo e a inovação social. A sua cooperação enriqueceu as minhas reflexões sobre a importância do associativismo e do microempreendedor para o desenvolvimento local sustentável.

Ao dr. João Carlos Silva Pinho, Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local, Minha Terra. Um comunicador eloquente que transformou as entrevistas em debates de empreendedorismo e inovação social. Abriu-me as portas da ADRIMAG e me ajudou a conhecer, de facto, o que é uma organização do terceiro setor inovadora. Mais do que isso, a aplicabilidade e execução de políticas de desenvolvimento local no processo de geração de inovação social. Conhecer o doutor João Carlos Silva Pinho foi um momento muito importante, mas também conhecer o trabalho desenvolvido pela ADRIMAG é fantástico, não há como ficar indiferente a tantos projetos de inovação.

Um agradecimento muito especial ao dr. José Francisco Silva, Presidente da APOMA, excelente comunicador e um genuíno empreendedor social comprometido com o desenvolvimento local sustentável. Os seus contributos foram de extrema importância, ajudando-me a conhecer o processo de geração de inovação social no ambiente da APOMA.

A minha gratidão a equipa da CALCOB pelo acolhimento amigável, permitindo-me passar algum tempo em seu meio. Ao dr. Fernando Silva, gestor geral da Cooperativa, que me cedeu o seu tempo numa longa entrevista. A dra. Elisabete Coutinho, responsável pelo marketing, uma anfitriã fenomenal, prestativa e sempre pronta a me ajudar na coleta de informações sobre a Cooperativa. Sem o seu apoio inicial o trabalho nesta organização não teria ido avante. Aos engenheiros Paulo Simões e Nuno Simões, a técnica oficial de contas Cláudia Gomes, um grande muito obrigada!

Um particular agradecimento à equipa do SOCIUS, Mónica Fraga, Bruno Gonçalves, Teresa Oliveira, pela solidariedade e todo apoio que me têm dado desde que aqui cheguei. Obrigada pela confiança, e pelos momentos de convívio e tertúlia, que me ajudaram a ultrapassar as naturais situações de estresse e de pressão deste caminho.

A minha gratidão às bibliotecárias Ana Amaral e Rita Pereira que sempre me atenderam com um apreço especial. Agradeço também à Ana Garrudo, secretária do Departamento de Ciências Sociais, por sua pronta atenção em todas as situações burocráticas, na elaboração de *folders* e divulgação de meus seminários de doutoramento.

De igual modo agradeço à Isabel Moura, um ‘anjo da guarda’ na Secretaria de Pós-graduação do ISEG. Sempre atenciosa e primorosa nas informações de cunho burocrático, além de ser uma imprescindível conselheira, sempre pronta a ajudar. Muito obrigada!

Um singular agradecimento ao Professor Doutor José António Correia Pereirinha, Presidente do Conselho Científico ISEG, pela confiança, cedendo-me condições e prazos para que este trabalho chegasse até aqui.

No âmbito institucional agradeço à Fundação para a Ciência e a Tecnologia, fonte importante de financiamento deste projeto, e sem a qual a sua sobrevivência e qualidade não teria sido a mesma. Também um reconhecimento particular ao ISEG, a minha porta de entrada em Portugal.

Agradeço aos meus primordiais amigos, companheiros de longas datas, António Jorge Andrade e Rubina Rafaela Andrade. Minha eterna gratidão pelos momentos de singular cumplicidade, de camaradagem e partilha, pela demonstração de incondicional apoio neste caminhar. Um intangível incalculável.

Agradeço também aos queridos amigos Carla Freire e Gilberto Guimarães, pelo gentil acolhimento familiar, simpatia e boa vontade, ajudando-me em todos os momentos de estadia em Lisboa. Sua casa é um porto de abrigo acolhedor.

Um especial agradecimento aos meus amigos Maria José Marques e António Henriques, pela constante presença e preciosos conselhos nos momentos difíceis. Mas, acima de tudo pelo convívio de alegria e cumplicidade.

Manifesto a minha gratidão ao Carlos Tavares, o meu mais recente amigo, pela cumplicidade, suporte emocional e paciência nos momentos difíceis. Por depositar-me confiança e me fazer acreditar num amanhã de sol e calor. É um porto de abrigo amoroso, uma fonte motivadora e rejuvenescente.

À minha grande família, agradeço-lhes pela compreensão, pelo suporte e apoio à estrutura e equilíbrio familiar, imprescindível para o meu funcionamento individual. Muito obrigada pela força em todos os momentos.

A todos que estiveram na retaguarda, dando-me força e ânimo, a minha mais profunda gratidão. Um grande muito obrigada!

Resumo

Esta investigação analisa o processo de geração de inovação social em organizações do terceiro setor enquadradas no Distrito de Aveiro tendo particularmente em conta o compromisso com o desenvolvimento local sustentável. O tema desenvolvimento local sustentável e o terceiro setor envolvem uma maior preocupação mundial com as questões ecossocioeconómicas. Nos últimos tempos, o terceiro setor cresceu em receita, volume de trabalho e exposição nos *mass media*. Tal crescimento, motivado por fatores sociopolíticos, socioeconómicos e sociodemográficos, exige do terceiro setor mudanças em seus modelos organizacionais incitados pela inovação social. Diante destas considerações questiona-se: o que possibilita e o que limita a geração de inovação social em organizações do terceiro setor comprometidas com o desenvolvimento local sustentável? Pode-se considerar que as organizações do terceiro setor inovadoras fortalecem o desenvolvimento local sustentável? Pela revisão bibliográfica estrutura-se o quadro teórico composto pelos conceitos de desenvolvimento local sustentável, terceiro setor e inovação social. Construiu-se o processo metodológico através de estudo qualitativo e exploratório cujos meios de investigação foram entrevistas semiestruturadas com especialistas da área de terceiro setor, economia social, associativismo e cooperativismo e estudos de caso em ambiente de organizações do terceiro setor constituído por associações e cooperativas. Neste estudo, considera-se o meio um agente inovador, espaço/território de participação social e transformação, fator determinante para a formação de novas organizações propícias à gestão coletiva e novas interpretações sobre a inovação social e suas relações com o tecido societal. Parte-se do princípio que no âmbito das organizações do terceiro setor pode existir novas abordagens e práticas de inovação social capazes de promover e fortalecer o desenvolvimento local sustentável. Tenciona-se como resultado aproximar e conjugar os saberes científicos e empíricos, de forma a contribuir para uma melhor compreensão das organizações do terceiro setor inovadoras. Além disso, prospetar ações em que a inovação social possa estimular a dinâmica do empreendedorismo com forte potencial para o desenvolvimento local sustentável.

Palavras-chave: Associativismo, cooperativismo, desenvolvimento local sustentável, inovação social, terceiro setor.

Abstract

This investigation analyses the process of how social innovation is generated in the third sector organizations which are located in the District of Aveiro, framed particularly on the commitment with the local sustainable development. The research on the local sustainable development and the third sector involve a more important global concern about the eco-social-economical issues. On the last few years the third sector has improved its income, amount of work and its exposition on the mass media. This growth, driven by social-politic, social-economic and social-demographic factors, requires changes in their organizational models encouraged by social innovation. Given these considerations we wonder: What can enable and limit the generation of social innovation which is committed to the local sustainable development on the third sector? Can we confirm that the innovated organizations on the third sector strength the local sustainable development? Through the literature review we define the theories that were compound by the local sustainable development, third sector and social innovation. The methodological process was build through qualitative and exploratory study whose investigative means were based on the case studies in the environment of third sector organizations consisting of associations and cooperatives. In this study, we consider the site as an innovative, space/territory of participation and social transformation, which is a determinant factor for the formation of new organizations that are favorable to collective management and new interpretations of social innovation and its relations with the societal group. We believe that the organizations within the third sector can have different approaches and new practices of social innovation which are capable of promoting and strengthen the sustainable local development. We intend as a result to approximate and combine scientific and empirical knowledge, in order to contribute to a better understanding of the innovative organizations of the third sector; investigate actions in which social innovation can stimulate the dynamics of social entrepreneurship with strong potential for the sustainable local development.

Key words: sustainable local development, third sector, associations, cooperatives, social innovation.

Sumário

Dedicatória	III
Agradecimentos	V
Resumo	XIII
Abstract	XIV
Índice de tabelas	XX
Índice de Figuras	XXI
Índice de Quadros	XXII
Índice de Gráficos	XXIII
Índice de Caixas	XXIV
Lista de abreviaturas e siglas	XXV
PARTE I	1
CAPÍTULO 1 – ESTRUTURA DO PROJETO DE TESE	3
Introdução	3
1.1. Problemática e formulação das questões de partida	9
1.2. Justificativa, objetivos e pressupostos	11
1.3. Breve nota metodológica	17
1.4. Organização e estrutura da tese	22
CAPÍTULO 2 – DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL	29
2.1. Síntese introdutória	29
2.2. Desenvolvimento sustentável	33
2.2.1. Movimento ambiental	38
2.2.2. Definição do desenvolvimento sustentável	51
2.2.3. Implementação do desenvolvimento sustentável – Agenda 21	56
2.2.4. Desafios e dimensões do desenvolvimento sustentável	78
2.3. Conceito de local como espaço/território	91
2.4. Desenvolvimento local integrado ao desenvolvimento sustentável	96
2.4.1. Um novo paradigma de desenvolvimento	115
2.5. A importância do local diante do global	140
2.6. Síntese conclusiva do capítulo 2	151

CAPÍTULO 3 – TERCEIRO SETOR	155
3.1. Síntese introdutória	157
3.2. As raízes do terceiro setor	159
3.2.1. Evolução do conceito	159
3.2.2. Identificação científica do terceiro setor	162
3.2.3. Assente científico sobre o terceiro setor	168
3.2.3.1. Portugal: uma amostra da pesquisa CNPS	179
3.2.4. Crítica a abordagem anglo-saxão	186
3.2.4.1. A economia social na esfera do terceiro setor	194
3.2.4.2. As novas tendências do terceiro setor e a proposta do conceito de economia solidária	203
3.3. Desenvolvimento do terceiro setor	215
3.3.1. Discussão plural sobre o desenvolvimento do terceiro setor	215
3.3.2. Campo atual de atividades das associações e cooperativas	225
3.3.2.1. A conta satélite da economia social em Portugal	233
3.4. Organizações do terceiro setor	251
3.4.1. Associativismo	255
3.4.1.1. O associativismo em Portugal	268
3.4.2. Cooperativismo	278
3.4.2.1. Cooperativismo em Portugal	293
3.5. Organizações do terceiro setor inovadoras	311
3.6. Síntese conclusiva do capítulo 3	319
CAPÍTULO 4 – INOVAÇÃO SOCIAL	323
4.1. Síntese introdutória	325
4.2. Conceitos e dimensões	326
4.2.1. Inovação social e inovação tecnológica	338
4.2.1.1. A demarcação	342
4.2.1.2. A difusão	347
4.2.1.3. A especiação	349
4.3. Janelas de oportunidades	355
4.4. Fomento e compromisso com o desenvolvimento local sustentável	366
4.5. Síntese conclusiva do capítulo 4	371

PARTE II	377
CAPÍTULO 5 – METODOLOGIA	377
5.1. Síntese introdutória	379
5.2. Opção pelo estudo de caso	381
5.3. Pesquisa qualitativa: críticas e validação	385
5.4. Construção do modelo de análise	389
5.4.1. Objetivos em interface com as perguntas de partida	389
5.4.2. Construção dos conceitos	391
5.4.3. Hipóteses de investigação	393
5.4.4. Modelo de análise	394
5.5. Considerações pertinentes aos estudos qualitativos	395
5.6. O trabalho de campo	398
5.6.1. Demarcação do campo geográfico de análise: o distrito de Aveiro	398
5.6.2. Critérios de escolha e seleção da amostra	413
5.7. Procedimentos, codificação e análise do material coletado	419
5.8. Síntese conclusiva do capítulo 5	423
CAPÍTULO 6 – EMPIRISMO – ESTUDOS DE CASO	425
6.1. ESTUDO DE CASO 1 – Associação de Produtores de Ovos Moles de Aveiro – APOMA	427
6.1.1. Síntese introdutória	427
6.1.2. Caracterização e histórico – APOMA	427
6.1.3. Estrutura organizacional da APOMA	433
6.1.4. O modelo de negócio da APOMA	435
6.1.5. Composição da equipa da APOMA	441
6.1.6. Ações de inovação social no planeamento estratégico da APOMA	443
6.1.7. Características da produção	449
6.1.8. Compromisso organizacional com o desenvolvimento local sustentável	454
6.1.9. Confronto da análise do material empírico	459
6.1.10. Conclusão do estudo de caso 1	471

6.2.	ESTUDO DE CASO 2 – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira - ADRIMAG	475
6.2.1.	Síntese introdutória	475
6.2.2.	Caracterização e histórico da ADRIMAG	476
6.2.3.	Estrutura organizacional	481
6.2.4.	O modelo de negócio da empresa	483
6.2.5.	Composição da equipa da ADRIMAG	497
6.2.6.	Ações de inovação social no planeamento estratégico da ADRIMAG	498
6.2.7.	Características da produção – ADRIMAG	505
6.2.8.	Compromisso organizacional com o desenvolvimento local sustentável	513
6.2.9.	Confronto da análise do material empírico	517
6.2.10.	Conclusão do estudo de caso 2 – ADRIMAG	526
6.3.	ESTUDO DE CASO 3 – Cooperativa Agrícola dos Lavradores do Concelho de Oliveira do Bairro - CALCOB	529
6.3.1.	Síntese introdutória	529
6.3.2.	Caracterização e histórico – CALCOB	530
6.3.3.	Estrutura organizacional da CALCOB	539
6.3.4.	O modelo de negócio da empresa	544
6.3.5.	Composição da equipa da CALCOB	550
6.3.6.	Ações de inovação social no planeamento estratégico da CALCOB	552
6.3.7.	Características da produção	558
6.3.8.	Compromisso organizacional com o desenvolvimento local sustentável	561
6.3.9.	Confronto da análise do material empírico	565
6.3.10.	Conclusão do estudo de caso 3	571

CAPÍTULO 7 – INTEGRAÇÃO DOS ESTUDOS DE CASO	
CONCLUSÃO FINAL	575
7.1. Síntese introdutória	577
7.2. O papel do local enquanto meio inovador	579
7.3. Novas formas de organizações do terceiro setor inovadoras	581
7.4. O processo de geração de inovação social	583
7.5. Determinantes sociais críticos às possibilidades e limites de geração de inovação social	584
7.6. Novas interpretações sobre a inovação social e suas relações no tecido societal	586
7.7. O papel das organizações do terceiro setor inovadoras para o desenvolvimento local sustentável	588
7.8. Conclusão Final	591
7.8.1. Contribuições no campo da sociologia económica e das organizações	596
7.8.2. Investigações futuras	598
Referências bibliográficas	600
Fontes da internet	683
Biblioteca Virtual	686
Anexos	687

Índice de tabelas

Tabela 1	Cinco dimensões de sustentabilidade.....	47
Tabela 2	Secções da Agenda 21.....	61
Tabela 3	Temas preconizados na carta de Aalborg.....	63
Tabela 4	Dimensões e desafios do desenvolvimento sustentável.....	84
Tabela 5	O processo da globalização e o seu impacto no local.....	143
Tabela 6	Correntes teóricas no campo do <i>nonprofit sector</i>	171
Tabela 7	Classificação internacional das organizações não lucrativas.....	177
Tabela 8	Nomenclatura internacional das instituições sem fins lucrativos.....	183
Tabela 9	Entrevistas realizadas com especialistas e líderes.....	415
Tabela 10	Volume de negócios da CALCOB.....	548

Índice de figuras

Figura 1	Pergunta de pesquisa e conceitos-chave.....	11
Figura 2	Mapa do Distrito de Aveiro.....	20
Figura 3	Desenho simplificado da tese.....	21
Figura 4	Esquema síntese da revisão bibliográfica.....	25
Figura 5	Revisão bibliográfica Capítulo 2 – Desenvolvimento Local.....	32
Figura 6	Cronologia do desenvolvimento sustentável.....	37
Figura 7	Modelo transversal do desenvolvimento sustentável.....	81
Figura 8	Diagrama da evolução do novo paradigma de desenvolvimento.....	117
Figura 9	Configuração das organizações em rede no contexto da globalização	144
Figura 10	Configuração síntese do Capítulo 3.....	158
Figura 11	As duas dimensões da economia solidária.....	214
Figura 12	Organizações do terceiro setor em sistema de inovação social em rede	316
Figura 13	Configuração síntese do Capítulo 4.....	326
Figura 14	Desenho simplificado da metodologia de pesquisa.....	380
Figura 15	Modelo de análise.....	395
Figura 16	Concelhos limítrofes e zonas lagunares adjacentes da Ria de Aveiro	428
Figura 17	Caracterização da rede de sociabilidade da APOMA.....	436
Figura 18	Selo de Indicação Geográfica Protegida (IGP).....	438
Figura 19	Embalagens e símbolo de certificação.....	440
Figura 20	Zona de intervenção da ADRIMAG.....	479
Figura 21	Rede de sociabilidade do Projeto CRER.....	490
Figura 22	Rede de sociabilidade do Projeto JEMA.....	492
Figura 23	Zona de influência da CALCOB.....	538
Figura 24	Caracterização da rede de sociabilidade CALCOB.....	544

Índices de quadros

Quadro 1	Terminologia do terceiro setor.....	173
Quadro 2	Características do setor não lucrativo (<i>nonprofit sector</i>).....	176
Quadro 3	Características das organizações não lucrativas.....	181
Quadro 4	Ação coletiva no contexto da economia social.....	200
Quadro 5	Principais indicadores por atividade (2010).....	234
Quadro 6	Principais indicadores por grupo de entidades da economia social	237
Quadro 7	Conta de exploração da economia social (2010).....	245
Quadro 8	Tipos de entidades da economia social, alguns exemplos.....	249
Quadro 9	Síntese histórica do associativismo	256
Quadro 10a	Síntese das correntes do associativismo.....	260
Quadro 10b	Síntese das correntes do associativismo.....	261
Quadro 10c	Síntese das correntes do associativismo.....	262
Quadro 11	Características do enquadramento legal do associativismo português.....	276
Quadro 12	Identidade cooperativa.....	285
Quadro 13	Evolução do cooperativismo em Portugal, 1995 – 2101.....	303
Quadro 14	Vetores-chave, Estratégia Europa 2020.....	345
Quadro 15	Síntese de definições de inovação social.....	372
Quadro 16	Síntese do quadro teórico.....	389
Quadro 17	Definição dos conceitos.....	391
Quadro 18	Síntese da investigação – Caso APOMA.....	469
Quadro 19	Rede de sociabilidade – Centro Novas Oportunidades ADRIMAG.	473

Índices de gráficos

Gráfico 1	Peso do setor das instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (S.15) no VAB nacional – 2009.....	230
Gráfico 2	Unidades da economia social, por atividade em 2010.....	234
Gráfico 3	Unidades da economia social, por grupo de entidades em 2010.....	236
Gráfico 4	Emprego na economia social, por atividade (ETC Remunerado, 2010).....	238
Gráfico 5	Emprego na economia social, por grupo de entidades (ETC, Remunerado, (2010).....	239
Gráfico 6	VAB das organizações da economia social, por grupo de entidades (2010).....	240
Gráfico 7	VAB das organizações da economia social, por atividades (2010).....	241
Gráfico 8	VAB/Emprego, por grupo de entidades da economia social (2010).	242
Gráfico 9	Remunerações das organizações da economia social, por grupo de entidades (2010).....	243
Gráfico 10	Remunerações/emprego (ETC remunerado), por grupo de entidades (2010)	244
Gráfico 11	Peso do VAB da economia social e de alguns ramos de atividade, na economia nacional (2010).....	246
Gráfico 12	Peso do emprego (rem) da economia social e de alguns ramos de atividade, na economia nacional (2010).....	247
Gráfico 13	Janela de oportunidade para inovação social.....	361

Índice de caixa

Caixa 1	Valorização económica de recursos endógenos	408
---------	---	-----

Lista de abreviaturas e siglas

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
AEA	Agência Europeia de Ambiente
ADRIMAG	Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras de Montemuro, Arada e Gralheira
AGIM	Associação para a Gestão, Inovação e Modernização do Centro Urbano de Sever do Vouga
A21	Agenda 21
A21L	Agenda 21 Local
ANMP	Associação Nacional dos Municípios Portugueses
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
APOMA	Associação dos Produtores de Ovos Moles de Aveiro
BCSD Portugal	Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável
CASES	Cooperativa António Sérgio para Economia Social
CALCOB	Cooperativa Agrícola dos Lavradores do Concelho de Oliveira do Bairro
CCE	Comissão das Comunidades Europeia
CE	Comunidade Europeia
CECES	Centro de Estudos Cooperativos e da Economia Social
CEIDET	Centro de Estudos em Inovação e Dinâmicas Empresariais e Territoriais
CEPAL	Comissão Económica para América Latina e Caraíbas
CES	Centro de Estudos Sociais
CDS	Comissão de Desenvolvimento Sustentável
<i>cf.</i>	Confira, conforme
CIRIEC	Centre International de Recherches et d'Information sur l'Économie Publique, Sociale et Coopérative
<i>cit. in</i>	citado em
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNADS	Conselho Nacional do Ambiente
CONFECOOP	Confederação Cooperativa Portuguesa
CRIA	Centro Regional para a inovação no Algarve

CRP	Constituição da República Portuguesa
CSES	Conta Satélite da Economia Social
<i>e. g.</i>	<i>exempli gratia</i> , por exemplo
<i>et al.</i>	e colaboradores/e outros
DHF	Dag Hammarskjöld Foundation
DS	Desenvolvimento Sustentável
DLS	Desenvolvimento Local Sustentável
DLIS	Desenvolvimento Local Integrado Sustentável
EAUFBA	Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia
ENDS	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
EPA	Escola Profissional de Aveiro
ES	Economia Social
FEUC	Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
FSE	Fundo Social Europeu
IA	Instituto do Ambiente
ICA	International Co-operative Alliance
ICLEI	Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais
I&D	Investigação e Desenvolvimento
<i>Ibidem</i>	No mesmo lugar/do mesmo autor/na mesma obra
<i>Id. ibid</i>	no mesmo lugar/os mesmos autores
<i>i. e.</i>	isto é
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IS	Inovação Social
INSCOOP	Instituto António Sérgio do Setor Cooperativo
ISCTE-IUL	Instituto Universitário de Lisboa
ISEG	Instituto Superior de Economia e Gestão
IUCN	International Union for Conservation of Nature
MIRP	Minnesota Innovation Research Program
MSE/PROACT	Mercado Social do Emprego/Projeto para a Promoção da Autonomia, Cidadania e Inserção no Mercado de Trabalho
OECD	Organisation for Economic Co-operation and Development
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas

OTS	Organização do Terceiro Setor
PIENDS	Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
PME	Micro, Pequena ou Média Empresa
PO2	Programa Operacional de Desenvolvimento e Apoio às Estruturas do Emprego e de Formação
PROCESCOOP	Programa de Desenvolvimento Cooperativo
QRE	Quadro Referencial Estratégico
RIO-92	Cimeira da Terra realizada no Rio de Janeiro, em 1992
SIDS	Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável
SNI	Sistema Nacional de Inovação
SOCIUS	Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações
SSL	Sistema de Sustentabilidade Local
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
TS	Terceiro Setor
UA	Universidade de Aveiro
UC	Universidade de Coimbra
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UE	União Europeia
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPA	Universidade Federal do Pará
UICN	International Union for Conservation of Nature
UNCED	United Nations Conference on Environment and Development
UNDESA	Department of Economic and Social Affairs
ULisboa	Universidade de Lisboa
UTL	Universidade Técnica de Lisboa
WBCSD	World Business Council for Sustainable Development
WCED	World Commission on Environment and Development

PARTE 1
CAPÍTULO 1 – ESTRUTURA DO PROJETO DE TESE

PARTE 1

CAPÍTULO 1 – Estrutura do Projeto de Tese

INTRODUÇÃO

Experiências de organizações do terceiro setor integradas ao desenvolvimento local sustentável constituem hoje uma das características mais marcantes do processo de reestruturação produtiva pela qual está a passar a economia portuguesa nas últimas décadas. Para esta investigação, pela expressão Organizações do Terceiro Setor (OTS) nomeia-se um conjunto de empresas com princípio associativista, de gestão democrática, fora do espaço estatal e do mercado e que apoiam e/ou que produzem bens e serviços. São organizações com pressupostos de liberdade cooperativa, onde se faz presente a solidariedade, a criatividade e a inovação social, assentes em difundir técnicas e metodologias correlacionadas ao desenvolvimento local sustentável.

Entende-se por Desenvolvimento Local Sustentável (DLS) o processo de crescimento socioeconómico endógeno comprometido com o futuro das gerações. Esse processo de crescimento envolve um amplo e contínuo talento sobre a produção, bem como aptidão de retenção do excedente económico gerado na economia local, com desdobramento para o espaço/território (Amaro, 2009b). Essa capacidade de mais-valia pode apresentar como resultado a geração de novos produtos e serviços para atender as necessidades sociais, entre elas, a geração de trabalho e emprego, o que implica em melhor qualidade de vida para o tecido societal (Moulaert e Nussbaumer, 2008; Albaigès *et al.*, 2010).

O estudo na área do DLS e do terceiro setor sobressai em virtude do declínio de regiões tradicionalmente industriais atingidas pelo processo de globalização e pela revolução tecnológica em contexto económico neoliberal (Coraggio, 2007c; Amaro, 2011). Esse processo permitiu à visibilidade dos atrasos sociais relacionados com a revolução tecnológica e a volatilidade das condições de trabalho no local. Diante de tal situação, há uma emergência na valorização de espaço/território portadores de saberes naturais. Essa valorização alia-se a novos paradigmas socioeconómico como um veio que pode estancar o crescente índice de desemprego oriundo da revolução tecnológica, entretanto, esta ação exige da classe trabalhadora rever antigos modos de produção e de

competir no mercado (Carvalho Ferreira, 2011). Desses novos paradigmas intervêm as OTS, que são empresas de base territorial, como novo modelo organizacional e modos de produção económica, fundamentados especialmente em associações e cooperativas (Amaro, 2011; Coraggio, 2011b; Laville, 2011).

Neste contexto, as OTS comprometidas com o DLS estão imbuídas de acompanhar o dinâmico processo de globalização uma vez que esse processo acarreta o carácter desigual dos atores sociais que participam da sua formação, excluindo-os socialmente (Carvalho Ferreira, 2010). No seguimento, uma vez que a economia local não suporta a dinâmica do processo de globalização e o progresso tecnológico, instala-se uma crise económica e social local, gerando o empobrecimento das sociedades e do espaço/território (Coraggio, 2009; Dowbor, 2009). Além disso, a exclusão social e o empobrecimento do lugar impactam na sustentabilidade ambiental com projeção, no primeiro nível, no desenvolvimento local e, posteriormente, no âmbito global (Carvalho Ferreira, 2008).

Esse processo de mudanças e dificuldades social e económica corrobora para a configuração e o fortalecimento das OTS, compostas por um ambiente flexível, onde o conhecimento e a criatividade podem ser plasmados com mais facilidade. Portanto, as OTS são concebidas com o objetivo de assegurar, fundamentalmente, à sociedade dos excluídos os seus direitos com relação ao emprego e ao trabalho digno. Além disso, o desenvolvimento ao lugar e a sua promoção socioeconómica sustentável (Amaro, 2011).

Desse modo, o processo de crescimento e de resultados positivos apresentados pelas OTS chama a atenção não só do mundo académico nacional e internacional. Acontece que a sociedade científica se depara com um novo território de produção e distribuição de riqueza, conseqüentemente, mais um espaço económico, *i.e.*, um território de geração de emprego e de rendimento. Destarte, nessa arena, manifesta-se uma outra economia (Cattani, 2009) onde as OTS fazem o seu progressivo *habitat* e promovem o DLS.

Todavia, os incipientes estudos científicos na área do terceiro setor desfavorecem discursos mais eloquentes e sólidos, principalmente àqueles que focam o desenvolvimento e o comportamento das organizações que dele fazem parte. Apreende-

se que, em um primeiro momento, as OTS resultam do esforço da sociedade civil para criar novos espaços de emprego no que concerne ao local. No segundo, o novo modelo de organização revela a opção da classe operária por valores associativistas ultrapassando a retórica do capitalismo mercantil e, ainda, alia-se de modo positivo ao desenvolvimento local. Por último, percebe-se o ambiente flexível, criativo e inovador como uma das condicionantes de autenticidade das OTS em que o exercício da democracia, participação, solidariedade e compromisso com o ambiente é vital para o DLS.

Mas os desafios em torno das OTS evidenciam-se em debates que se contradizem. Por um lado tem-se o discurso de que as OTS são uma estratégia de sobrevivência do desenvolvimento local, portanto, elas servem como amortecedor dos efeitos da crise do Estado e do mercado (França Filho, 2002). Por outro, mais salutar, as OTS são assinaladas como uma saída à crise, além disso, são vistas como um ambiente propício à inovação social e o DLS (Albaigès *et al.*, 2010; Moulaert *et al.*, 2010; Amaro, 2011).

Com efeito a ideia de que as OTS podem ser uma saída à crise é mais promissora, revela-se como uma destruição criativa. Logo, a inovação social adquire um papel preponderante no ambiente dessas organizações projetadas para o DLS. Este raciocínio fundamenta-se no argumento de que o progresso da inovação tecnológica no setor privado é, na opinião de especialistas económicos, significado de desenvolvimento e crescimento industrial direcionado para o local. Do mesmo modo, alguns estudiosos, *e.g.*, Albaigès *et al.*, (2010); Moulaert *et al.*, (2010) referem-se que a inovação social poderá abranger um amplo campo de possibilidades dirigidas à competitividade e sustentabilidade local. Assim, pode-se supor que, a inovação social contribui para a sobrevivência das OTS, bem como para o seu crescimento e competitividade local e, portanto, fortalecer e vivificar o DLS.

Por conseguinte, num olhar Schumpeteriano, de destruição criativa, observa-se que a inovação social, no ambiente de OTS, com suas experiências concretas, pode revelar forte potencial de criação de oportunidades, de desenvolvimento e crescimento económico. Noutra perspetiva, também pode-se considerar que a ideia de Rosa de

Luxemburgo – experimentação social – é revisitada, ou seja, o direito à experimentação como fundamento da inovação social em ambiente de OTS.

Ao se fazer estas elucubrações tem-se em mente que, uma das condições de se praticar a inovação social condiz com a criação de novas estratégias organizacionais e o estabelecimento de novos conceitos de produtos e/ou serviços. Afinal é possível a inovação social processar-se também de modo criativo em garantindo o fortalecimento e a mais-valia de produtos locais e em métodos para atender as necessidades sociais dos mais diversos tipos. Por exemplo: à caracterização e a certificação de produtos de tradição local como atributo de valor, à formação de redes de sociabilidade para a compra, distribuição de bens, produtos e serviços, às novas formas de empreendedorismo, inovação ao bem-estar da sociedade e à proteção do ambiente.

A capacidade de inovação social nas OTS é debatida desde estudos desenvolvido por Laville *et al.*, (2000) para a Comissão Europeia, bem como pelo trabalho da Iniciativa Comunitária EQUAL 2000/2008 que funcionou como um laboratório de inovação social. Conquanto, uma das revelações desses estudos, refere-se a destreza que as OTS têm em identificar necessidades e criar oportunidades de trabalho e emprego, além de estarem inseridas nos contextos locais (EQUAL e Ribeiro, 2005; EQUAL, 2007 e EQUAL *et al.*, 2010; Laville *et al.*, 2000).

Em Portugal, as OTS possuem um conjunto de instrumentos legais¹ que as amparam e as reconhece como estímulo à criação de emprego, do autoemprego. Destarte são percebidas, por tais instrumentos legais, como organizações que atuam em favor da equidade social e promotoras da dinâmica do DLS. Além disso, o governo

¹ Na ordem jurídica portuguesa não está expressamente consagrado o conceito de terceiro setor ou mesmo de organizações do terceiro setor. A Constituição da República Portuguesa utiliza a expressão “*setor Cooperativo e Social*” (art. 82º). Ainda na Constituição da República Portuguesa (artigo 80º) refere-se à organização económica do país em que considera a coexistência de três setores: público, privado e de economia mista (alínea c, art.º 80º). No conjunto de organizações do terceiro setor (IPSS, fundações, associações e cooperativas) têm uma história multiseccular e constituem uma realidade bastante homogénea, apesar da diversidade de origens e orientações. Destarte recebem a consagração legal como um todo, nomeadamente através do referido decreto-lei nº 119/83. Numa abrangência mais ampla as OTS possuem: o código cooperativo (lei nº51/96, de 7 de Setembro); as associações em geral (lei nº 119/83 de 25 de Fevereiro). Os micros e pequenos negócios até atingirem a inserção normal na economia concorrencial (*cf.* Portaria nº 245/95, de 29 de Março).

português desenvolveu um marco legal para recompor a capacidade técnica de constituição de OTS, nomeadamente, de organizações cooperativas, e a qualificação do seu quadro profissional. O Programa de Desenvolvimento Cooperativo (PRODESCOOP) apoia financeiramente e tecnicamente a constituição de cooperativas, bem como promove estudos, serviços de consultoria e formação profissional.

Apesar dos estatutos legais concebidos à proteção e/ou incentivo às OTS, o facto é que esses estatutos ainda são insuficientes para responder a arena criada em Portugal. O que acarreta que as ações estabelecidas pelos programas, de modo isolado, pouco atingem os seus objetivos, uma vez que a sociedade percebe este setor com menos expressão inovadora, menos autossuficiente, e tão pouco competitivo no mercado.

Mas se as OTS são importantes para o DLS, conforme os estudos anteriores aqui citados revelam, por que as OTS não são reconhecidas como capazes de inovação e autossuficiência? Uma vez que a inovação social é importante para responder as necessidades sociais e promover o local, importa saber como são gerados os processos de inovação social nas OTS? Um pouco mais além, é possível identificar o potencial de sucesso ou não do processo de geração de inovação social em OTS?

Diante destas questões, deparamo-nos com um problema sem resposta que nos induz uma maior vontade de abrir frente nessa área do conhecimento científico. Parece-nos oportuno analisar o processo de geração da inovação social em ambientes das OTS e conhecer em profundidade o seu impacto local, nomeadamente no Distrito de Aveiro. Segundo dados do Programa Operacional Regional do Centro 2007-2013: Mais Centro (2012) trata-se de uma região comprometida com o desenvolvimento sustentável e com positivo desempenho competitivo no contexto nacional. Além disso é considerada pela Comunidade Europeia como uma região de empresas e indústrias criativas e inovadoras, orientadas para o mercado local e internacional.

Destarte, publicações científicas dos investigadores do Centro de Estudos em Inovação e Dinâmicas Empresariais e Territoriais, da Universidade de Aveiro, (CEIDET/UA), salientam que a região de Aveiro possui autarquias locais dinâmicas com forte potencial de desenvolvimento. Tais publicações ainda sobrelevam que a base

do desempenho positivo dessa região, dá-se principalmente por um quadro saudável de relações interempresariais e interinstitucionais (QRE/2006).

É a partir deste enfoque que analisar as OTS, nomeadamente no distrito de Aveiro, torna-se essencial para o nosso estudo uma vez que o terceiro setor se amplia em importância socioeconómica para Portugal, mas também mundialmente. Esta investigação tem particular interesse porque poderá contribuir para a estruturação do conhecimento e para atenuar a lacuna de produção científica que existe nesta área, até à data, em Portugal. Portanto, além dessa pesquisa nos permitir uma oportunidade de aprendizado, contribuirá para a área do conhecimento das ciências sociais, da sociologia económica, e para a sociedade como um todo. Entende-se que este apreender ser-nos-á proporcionado porque as OTS estão em busca de um equilíbrio para produzir de modo inovador e ecossocioeconomicamente. Desta maneira, torna-se impossível escaparmos das questões ecossocioeconómicas² ao enfrentarmos os problemas do desenvolvimento local (Sachs, 2007). Acredita-se que uma região inovadora e dinâmica (Becattini, 2003; Maillat, 2002) pode vir a estimular a inovação social em OTS, por sua vez, essas mesmas organizações, podem fortalecer o desenvolvimento local sustentável.

² A ecossocioeconomia, para Ignacy Sachs (2007), concebe o desenvolvimento em equilíbrio com o crescimento económico, aumento igualitário do bem-estar social e preservação ambiental. Todavia o termo é do economista Karl William Kapp, inspirador da ecologia política nos anos 1970. Há mais de quatro décadas Ignacy Sachs difunde um novo paradigma de desenvolvimento baseado na convergência entre economia, ecologia, antropologia cultural e ciência política.

1.1. PROBLEMÁTICA E FORMULAÇÃO DAS QUESTÕES DE PARTIDA

O local, e nesse âmbito as OTS, em contexto socioeconómico de desenvolvimento mundial, estão marcados pela crise que o tecido societal contemporâneo enfrenta e pelas mutações de mercado, da sociedade e do ambiente; reflexo do progresso tecnológico e político neoliberal. Independente do lugar onde se vive, e do tipo de empresa onde se trabalha, as conexões tecnológicas de comunicação e informação tecem a sociedade numa grande teia global exigindo, tanto do local, quanto das organizações, um ambiente inovador e competitivo (Castell e Borja, 2001).

Nesse contexto, como estratégia de desenvolvimento tecnológico e geração de riqueza industrial, as organizações procuram ser mais criativas e inovadoras, o que de certo modo ampara o desenvolvimento local. Embora o desenvolvimento tecnológico tenha promovido riquezas, a distribuição desses ganhos é desigual ecossocioeconomicamente para o local (Sachs, 2007). Por conseguinte o lugar é requisitado como meio, agente inovador, capaz de albergar organizações criativas e passíveis de consubstanciar modelos alternativos de empresas, gerar trabalho, emprego e qualidade de vida digno de uma sociedade sustentável (Crevoisier, 2006; Maillat *et al.*, 2006).

Portanto, diante de análises e reflexões sobre a crise socioeconómica, a dimensão institucional do desenvolvimento ganha relevância no exercício de um novo paradigma – desenvolvimento local sustentável –, consubstanciado pelo terceiro setor. Nesse ínterim, o terceiro setor é emanado como uma estratégia de desenvolvimento local sustentável que pressupõe ações integradas e emerge como espaço de novas possibilidades à criatividade, organizações que frutificam a inovação social.

A importância do terceiro setor, como um dos contributos no fortalecimento do desenvolvimento local sustentável, é apontada por alguns estudiosos como uma das saídas à crise socioeconómica contemporânea (Amaro, 2011, Carvalho Ferreira, 2011, Laville, 2011). Nesse sentido, importa investigar no ambiente das OTS, enquanto objeto autónomo de análise, o processo de geração da inovação social capaz de fortalecer o

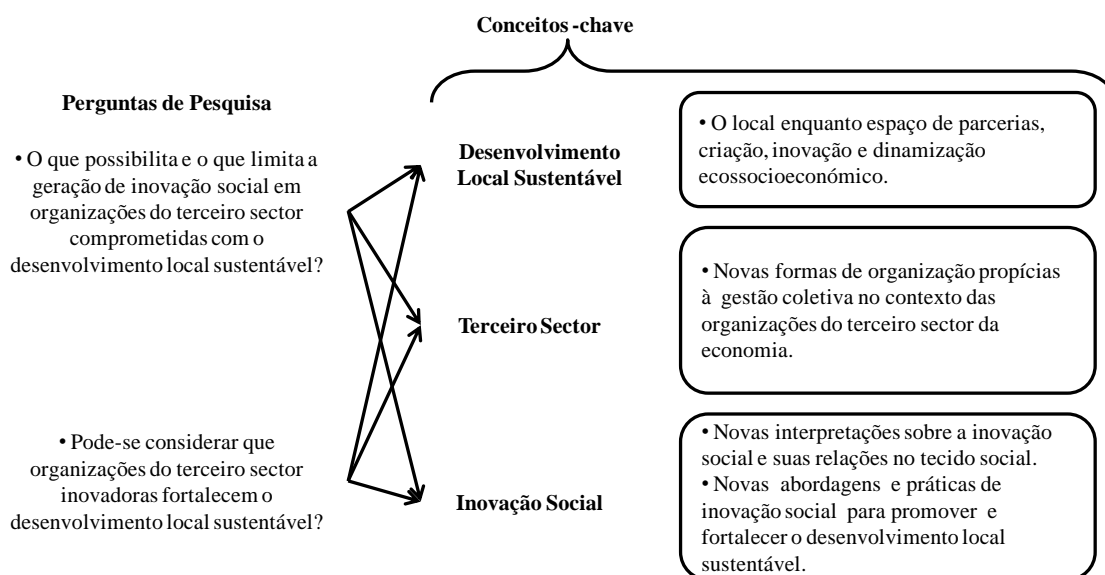
DLS. Nesta investigação, parte-se do princípio que o local constitui base de espaço de parcerias, criação, inovação e dinamização ecossocioeconómico³, essenciais para o reforçar o terceiro setor a produzir inovação social. Destarte, considera-se à partida que o local é suscetível de possuir um conjunto de vantagens capazes de favorecer o terceiro setor como nova forma de organização económica, dinâmica e criativa, que pode fortalecer o desenvolvimento local sustentável. Neste sentido, as seguintes questões aparecem como um ponto de partida para este trabalho:

- O que possibilita e o que limita a geração de inovação social em OTS comprometidas com o DLS?
- Pode-se considerar que OTS inovadoras fortalecem o DLS?

A Figura 1, a seguir, tem a finalidade de ilustrar como conduzimos a nossa atenção com as perguntas de pesquisa em relação aos conceitos-chave que servirão para formar, mais à frente, o nosso quadro teórico e, posteriormente, um guia do trabalho de campo.

³ A ecossocioeconomia tem como base os estudos de Karl William Kapp (1963), uns dos fundadores da economia ecológica. A ecossocioeconomia está atrelada ao debate sobre ecodesenvolvimento, como um novo paradigma sistémico que abrange princípios de ecologia profunda. Este novo paradigma, nas palavras de Fritjof Capra, pode ser percebido sob o prisma de um mundo holístico, no qual se concebe o local (mundo) como um todo integrado, e não como um conjunto de partes dissociadas. “*A percepção ecológica profunda reconhece a interdependência fundamental de todos os fenómenos, e o facto de que, enquanto indivíduos e sociedades, estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza (e, em última análise, somos dependentes desses processos)*” (Capra, 1996:16). A ecossocioeconomia busca no pensamento de Kapp a economia vista como um todo, e nesse sentido, alia-se a variável ecológica, humana e social como uma determinante de futuro do desenvolvimento económico e progresso do homem. O termo ecossocioeconomia vai mais além e considera que o tecido social é um sistema ambiental em que a participação societal, em condição de gestão coletiva, é a via primordial para o DLS e o desenvolvimento como liberdade passa a ser um direito. Por conseguinte a ecossocioeconomia aborda as experimentações e complexidades do quotidiano que possibilita pensar o ecodesenvolvimento na condição de uma outra economia. Este comportamento considera a inovação social como prerrogativa de superar as contradições inerentes à mudança paradigmática que se deseja. Ou mesmo, no ritmo que se almeja, na percepção às limitações do utilitarismo economicista que tem como estigma: privatizam-se os lucros de curto prazo e socializam-se os prejuízos sócio ambientais de médio e de longo prazo. Em síntese, a ecossocioeconomia acontece no espaço/território onde o *homo faber* vivencia, *i.e.*, no local, onde os problemas e suas soluções surgem, mesmo que poucas vezes sejam devidamente qualificados (Felski *et al.*, 2010).

Figura 1. Pergunta de pesquisa e conceitos-chave



Fonte: Bernadete Bittencourt

1.2. JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PRESSUPOSTOS

A dimensão local possui total relevância para o desenvolvimento sustentável, uma vez que é percebida como um fator determinante da sua capacidade criativa e inovadora (Vachon, 2001; Santos *et al.*, 2005). Essa capacidade criativa é suscetível de fazer interface com os recursos ambientais, sociais e económicos (Arocena, 2001; Amaro, 2009b), formando uma rede de sociabilidade⁴ ecossocioeconómica responsável pela sustentabilidade local. Tal facto deve-se às relações entre os atores sociais, económicos e políticos que compõem o tecido social local, promotor de inovação (Santos *et al.*, 2005).

⁴ Neste trabalho não iremos avançar com o estudo sobre redes sociais. Contudo, para o objetivo de investigação que se propõe, usa-se o termo redes de sociabilidade, e limita o conceito de redes à teoria de Mark Granovetter (1973) que, no nosso entendimento, teve maior impacto e visibilidade teórica na sociologia económica. Neste sentido, refere-se ao termo – rede de sociabilidade – como instrumento heurístico – em que se interpreta a capacidade de um grupo social qualquer articular-se coletivamente em que a hierarquia se apresenta horizontalizada.

Nesse contexto, as diversas atividades relativas ao terceiro setor, comprometidas com o DLS, podem consubstanciar práticas de cidadania económica em maior grau de integração mundial (Carvalho Ferreira, 2009 e 2010). Estas atividades podem elevar a importância dos fatores socioeconómicos que potencializam e interagem com o local. Diante disso, alguns autores salientam a importância do terceiro setor aliado a inovação social para o DLS (MacCallum *et al.*, 2009; Amaro, 2011; Laville, 2011). Tal fato se deve porque o terceiro setor tem pressupostos de criatividade, cooperação e responsabilidade ambiental (Amaro, 2011). A inovação social, em contexto organizacional, pode ser percebida como um meio mais criativo de múltiplas sinergias que influenciam a dinâmica de políticas de desenvolvimento local (Moulaert *et al.*, 2010). Essa dinâmica de criatividade e inovação social pode fortalecer o tecido social⁵ à uma atividade económica diversificada e sustentadamente competitiva (Moulaert e Nussbaumer, 2008; Harrisson *et al.*, 2009; Howaldt e Schwarz, 2010).

O terceiro setor da economia inclui um grupo de iniciativas organizacionais que possuem características económicas diferentes. Engloba todas as iniciativas privadas que buscam democracia económica associada à utilidade social. Possui características organizacionais de participação democrática e solidariedade (Salamon *et al.*, 2000a), com obrigação do excedente reinvestido beneficiando seus membros e a comunidade (Franco *et al.*, 2006; Defourny e Pestoff, 2008). Estas iniciativas de organizações privadas, dentro de um princípio altruístico, de gestão democrática e coletiva, representam modelos de atividade produtiva e distribuição de bens e serviços, além de enraizamento local (Carvalho Ferreira, 2006; Laville 2011).

O terceiro setor revela a opção da classe operária por valores associativistas ultrapassando a retórica do capitalismo mercantil e ainda alia-se, de modo positivo, ao desenvolvimento local (Carvalho Ferreira, 2006). Por conseguinte, a gestão coletiva pode ser uma das condicionantes de autenticidade do terceiro setor, em que o exercício

⁵ Usa-se com o conceito de – tecido social – nesse trabalho, referindo-se aos aspetos sociais de uma cidade, de uma região, de um espaço/território, e não a sua estrutura física (Dowbor, 2001). Relacionando-o aos indivíduos, a coletividade, que estão ligados por uma, ou mais, relações sociais profundas, formando uma rede de sociabilidade.

da democracia, participação, solidariedade e compromisso com o ambiente, unido a inovação social, pode ser vital para o DLS.

No ambiente do terceiro setor, a inovação social é um termo que se refere a ação, estratégia, processo ou produto de intervenção endógena ou exógena sobre o DLS. Acontece através de uma mudança original/novidade que busca responder as necessidades sociais não satisfeitas por produtos e serviços, com potencial para ser replicado e reproduzido (Albaigès *et al.*, 2009; Murray *et al.*, 2010). A inovação social tende a encontrar melhores maneiras de satisfazer as necessidades existentes na sociedade, aborda novos conceitos e medidas para resolver os desafios local, aprovado e utilizado por grupos sociais interessados (MacCallum *et al.*, 2009).

O comportamento da inovação social pode resultar em transformações incrementais na prática local, ou mesmo grandes mudanças em escala de desenvolvimento local sustentável. Consolida a ideia de que organizações inovadoras promovem maior compromisso local para enfrentar os desafios e problemas da sociedade com relação aos recursos ecossocioeconómicos. A inovação social pode ser um fator-chave permitindo as organizações, em diferentes áreas, melhorar a sua posição estratégica e competitiva em abrangência local. Este fator de cidadania económica favorece ao local visibilidade global (Harrisson *et al.*, 2009; MacCallum *et al.*, 2009; Howaldt e Schwarz, 2010), e pode gerar, no âmbito das OTS melhores políticas de DLS.

Esses são alguns dos argumentos que dão corpo a este trabalho de investigação e que podem ser sintetizados em torno de um objetivo central que explicitamos a seguir. Todavia, importa esclarecer que o terceiro setor português congrega diversos tipos de organizações sem fins lucrativos. Para a nossa pesquisa, restringiu-se o escopo do nosso objeto de investigação, e enfatizou-se as organizações que produzem bens e serviços. Deste modo, para objeto desta tese opta-se por organizações associativas e cooperativas, de perfil inovador, que possuem atividades de apoio e/ou produção e comercialização de bens, produtos e serviços, capazes de gerar autossuficiência organizacional e rendimento para os seus membros.

Assim tem-se como objetivo central:

Analisar o processo de geração de inovação social em organizações do terceiro setor, enquadradas no Distrito de Aveiro, tendo particularmente em conta o compromisso com o desenvolvimento local sustentável.

Para operacionalizar o objetivo central definiu-se os seguintes pontos como objetivos específicos:

- Identificar OTS propícias à geração de inovação social.
- Investigar como se processa a geração de inovação social em ambiente de OTS.
- Analisar se a inovação social catalisa as OTS a serem autossuficientes.
- Analisar se a geração de inovação social estimula novos empreendimentos fortalecendo o local ecossocioeconomicamente.
- Inventariar determinantes sociais críticos às possibilidades e limites da geração de inovação social comprometida com o DLS.

Nesse sentido, o objetivo central se fortalece na justificativa para a realização desta investigação em que pondera as contribuições que a pesquisa anseia fornecer expondo-as em dois pontos. Primeiro, pela contribuição para os estudos na área da sociologia económica e das organizações, uma vez que investiga-se o processo de geração da inovação social comprometida com o DLS em um conjunto de OTS e as apreende a partir de um estudo empírico. Esse conjunto de OTS está em constante mudança e é crescente em importância socioeconómica na maioria dos países europeus, mas também na esfera mundial. As OTS buscam um equilíbrio entre a produção eficiente orientada para a economia de mercado e um comportamento socioeconómico direcionado para o bem-estar dos empregados, qualidade de vida e inclusão social. Destarte, a pesquisa dar-nos-á a oportunidade de aprendizado em território português.

O segundo ponto justifica-se pela cooperação para os estudos sobre a inovação social na perspectiva do fortalecimento do terceiro setor enquanto um conjunto de organizações que pode ser inovadora e autossuficiente. Por conseguinte, este estudo

diferencia-se da maioria das investigações porque apresenta a inovação social em contexto de fortalecimento para o desenvolvimento local. Esse dado refere-se à inovação destinada ao avanço da OTS criativas e promissoras de novos modos de produzir e sobreviver no mercado. Estudar as OTS como um espaço de criatividade e de processo de geração de inovação social tende a alargar a compreensão societal a respeito do que é uma OTS inovadora. Com isso, acredita-se que é possível estender os estudos sobre inovação social para o âmbito do desenvolvimento local sustentável e o terceiro setor.

Portanto, uma vez com os objetivos acima listados e também as provocações provenientes das questões de partida desta investigação, forma-se, a seguir, alguns pressupostos. Estas pressuposições estão alicerçadas aos conceitos que estruturam a espinha dorsal deste trabalho – desenvolvimento local sustentável, terceiro setor e inovação social –, que, com o decorrer da investigação poderão ser ou não confirmados.

Pressuposto 1: O local enquanto espaço de parcerias, criação, inovação e dinamização ecossocioeconómico potencializa as OTS serem criativas e inovadoras, assentes em políticas de DLS.

Pressuposto 2: O terceiro setor apresenta novas formas de organização propícias a criatividade e inovação social e estas OTS desempenham papel relevante na dinamização do DLS.

Pressuposto 3: As inovações sociais encontradas nas OTS fomentam a autossustentação do terceiro setor e também fortalecem o DLS.

Pressuposto 4: A inovação social gerada nas OTS fomenta novos empreendimentos e fortalece o local ecossocioeconomicamente.

As proposições acima listadas serão retomadas e aprofundadas no Capítulo 5 e foram o ponto de partida para a construção dos estudos de caso, em que se procura evidenciar o papel das OTS no fortalecimento do desenvolvimento local sustentável. Neste sentido, a inovação social, no âmbito das OTS, adquire papel preponderante que

pode designar as OTS como criativas, inovadoras em sistema de organização e promotoras do DLS.

Uma vez clarificado o eixo que rege este projeto de investigação através da exposição da problemática, da pergunta de partida, da justificação, dos objetivos e dos pressupostos, os resultados que se espera desta pesquisa centram-se em três campos do contexto da sociologia económica e das organizações:

- Campo teórico para a comunidade científica
Gerar conhecimento e teoria sobre os processos de geração de inovação social em OTS comprometidas com o DLS.
Aproximar e conjugar os saberes científicos e empíricos, de forma a contribuir para uma melhor compreensão das OTS inovadoras.

- Campo prático para a sociologia económica e organizações
Elaborar diagnóstico através de estudos de caso sobre as práticas de inovação social comprometidas com o DLS em OTS.
Construir, a partir de estudo conceptual e empírico, um quadro referencial de propostas inovadoras de ação (e/ou intervenção) voltadas para o DLS que possam contribuir para o fortalecimento socioeconómico do terceiro setor.
Prospetar ações em que a inovação social pode estimular a dinâmica do empreendedorismo com forte potencial para o DLS.

- Campo metodológico para os processos de investigação
Consolidar o Método dos Casos como fonte de aprendizagem e de produção de teoria para o universo científico em sociologia económica e das organizações.

1.3. BREVE NOTA METODOLÓGICA

De acordo com o delineamento do que se propõe com esta dissertação, os objetivos aqui firmados têm como principal contributo o conhecimento teórico, metodológico e prático. No campo teórico pretende-se gerar conhecimento e teoria sobre os conceitos centrais, desenvolvimento local sustentável, terceiro setor e inovação social. O método dos casos configura-se como o vetor metodológico, uma linha guia na construção dos estudos de caso. Tenciona-se assim, com a parte prática, evidenciar fatores potenciais relacionados com os processos de geração de inovação social nos ambientes das OTS de modo suficiente para construir explicações práticas no campo da sociologia económica e das organizações.

Neste contexto, construiu-se o quadro teórico com base na revisão bibliográfica de três campos de estudos: as produções sobre o desenvolvimento local sustentável, terceiro setor e inovação social. A revisão da bibliografia sobre o desenvolvimento local sustentável aconteceu nas produções académicas dirigidas para o local enquanto espaço de parcerias, criação, inovação e dinamização ecossocioeconómica. A partir dessa leitura, formou-se uma conceção de desenvolvimento local sustentável no âmbito europeu, mais precisamente no contexto português.

Quanto a revisão bibliográfica sobre o terceiro setor, atentou-se para os especialistas portugueses contemporâneos aliando-os a produção científica anglo-saxão e a francófona. Nessa revisão foi incluído a produção académica sobre a economia social e as novas formas de organizações propícias à gestão coletiva, nomeadamente as OTS. Assim, a revisão sobre o terceiro setor aconteceu, no primeiro momento com os clássicos, e a seguir, complementada pela produção de especialistas contemporâneos. Nessa área foi juntado a revisão da produção académica às OTS inovadoras, comprometida com o desenvolvimento local sustentável.

Relativo a revisão bibliográfica sobre a inovação social. Diante do nosso objetivo, atentou-se às publicações sobre o processo da inovação social gerada no âmbito de organizações, especialmente àquelas que estão voltadas ao progresso socioeconómico local e comprometidas com o DLS. A bibliografia sobre a inovação

refere-se, em grande parte, a inovação tecnológica, dirigidas ao setor privado. As publicações sobre a inovação social aparecem em menor volume em trabalhos sobre OTS com perfil de autonomia e autossuficiência. Todavia há diversos estudos realizados em OTS, mas não na área de investigação deste trabalho, enquanto análise do processo de geração da inovação social comprometida com o DLS. Destarte, estudou-se as publicações sobre o processo de inovação social gerada no âmbito de OTS, especialmente àquelas que estão voltadas ao progresso socioeconómico local. Por este motivo, foi privilegiado a literatura que discute a inovação social como um fator de autossuficiência à organização e a promoção de políticas de DLS. Para a criação de um parâmetro sobre a inovação social, sob o ponto de vista da competitividade organizacional e local, alguns clássicos foram rapidamente visitados na área da inovação tecnológica.

A partir das leituras que compõem a revisão sobre o DLS e o terceiro setor, foi-nos possível formar modelos de organizações que podem ser consideradas dentro de um perfil ideal de OTS comprometidas com o DLS. Nesse contexto se delineou o conceito de OTS, ou seja, o de empresa social, autossuficiente, comprometida com o desenvolvimento local sustentável.

Para a composição do quadro metodológico deste trabalho, optou-se pela abordagem na linha do interpretativismo. O nível de análise é a organização – organizações do terceiro setor – e nesse ambiente se observou as variáveis: organizações e a inovação social. Através do estudo das características das formas organizacionais pode-se entender o que são organizações locais. Juntou-se a este estudo, a produção académica sobre os aspetos jurídicos das OTS, bem como os aspetos normativos, sociológicos e económicos. Desse modo foi possível compor melhor um modelo de OTS no contexto português. Optou-se como estratégia de pesquisa a abordagem qualitativa com estudo de caso.

O procedimento da coleta, análise e interpretação dos dados colhidos em campo, apresenta-se no quadro empírico. Para a coleta do material empírico utilizou-se os seguintes procedimentos: entrevistas com questionário semiestruturado, análise de documentos e observação no ambiente das OTS. Os estudos de caso, de carácter

descritivo, foram elaborados em OTS, no distrito de Aveiro. Teve-se como objetivo apreender a dinâmica de criatividade e o processo de geração de inovação social no ambiente destas organizações. Mais ainda, investigar para responder quais são as suas potencialidades e as limitações no processo de geração de inovação social e as características dessas inovações sociais que revelam o seu compromisso com o DLS.

O primeiro estudo de caso ocorreu com a Associação de Produtores de Ovos Moles de Aveiro (APOMA) e nesse estudo analisou-se o *i*) Projeto de Indicação Geográfica Protegida (IGP) para o doce conventual – Ovos Moles de Aveiro e o *ii*) Projeto de Exportação deste mesmo produto.

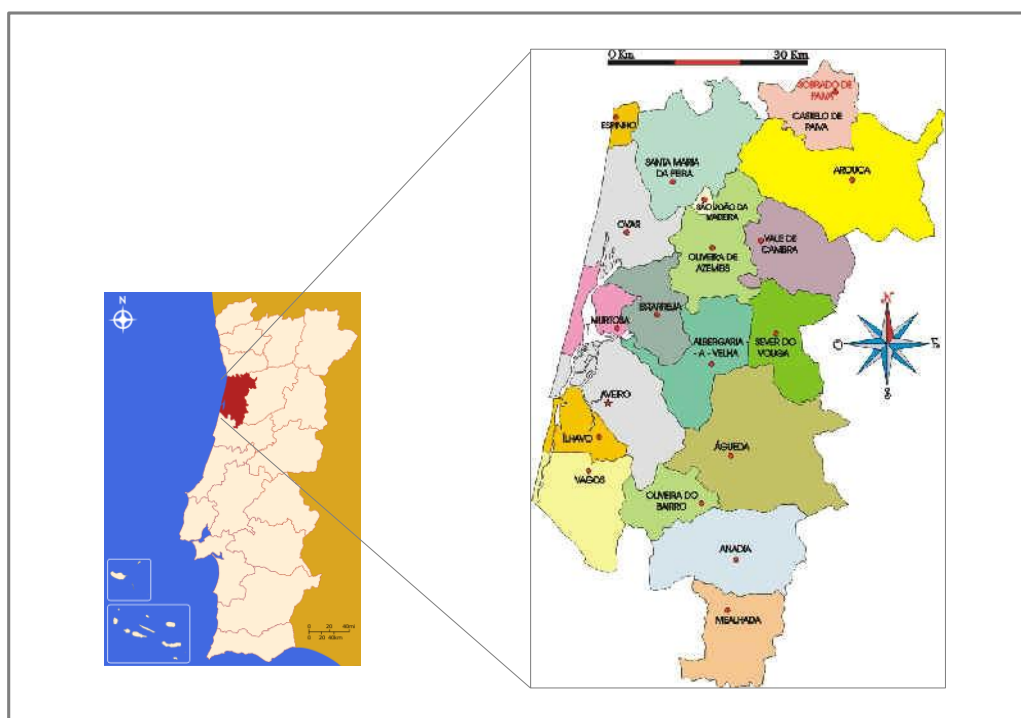
O segundo estudo de caso ocorreu com a Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras Montemuro, Aradas e Gralheira (ADRMAG) e, nesse ambiente analisou-se o *i*) Projeto CRER – Criação de Empresas em Espaço Rural, projeto reconhecido enquanto “*Boa Prática Nacional*” enquadrado no “*Small Business act*” além de obter o Prémio de Inovação Social pelo EQUAL, entre outros prémios no âmbito nacional e europeu; *ii*) Projeto de Cooperação Transnacional – EQUAL/EEC *European entrepreneurship cooperation* – parceria desenvolvida no âmbito do projeto JEMA financiado pelo PIC/EQUAL, em que a sua continuidade visa contribuir para a troca de experiências no âmbito da criação de empresas e do artesanato. No âmbito do EQUAL/EEC analisou-se o Projeto Mirtilos/*Blueberries*. Intitulado como um projeto – *Benchmarking* – de iniciativas inovadoras para a produção, comercialização e promoção do mirtilo, nesse sentido é um projeto transnacional promovido pela ADRMAG em parceria com a AGIM, Associação para a Gestão, Inovação e Modernização do Centro Urbano de Sever do Vouga, a Mirtilusa – Sociedade de produtores Hortofrutícolas, a *Arandano Argentino* da Argentina, a *The Greenery* da Holanda, a *Uruberry* do Uruguai e o *Agricultor Institute* da Eslovênia.

O terceiro estudo de caso foi composto com dados coletados na CALCOB – Cooperativa Agrícola dos Lavradores do Concelho de Oliveira do Bairro. Nesta organização analisou-se *i*) o processo de modernização organizacional da empresa que possibilitou expandir o negócio e aumentar o número de associados, e o projeto *ii*) de

uma nova unidade, um departamento de hortícolas na beneficiação de produtos de I Gama para produtos de IV Gama.

No âmbito da formação da amostra importa, ainda, ressaltar que a unidade de observação proposta por esta investigação é a organização, organização do terceiro setor. A população estudada é a organização do terceiro setor em sistema de associação ou cooperativa, com perfil inovador e, nesse contexto, a geração de inovação social. Diante disso, a seleção da amostra foi elaborada através das entrevistas semiestruturadas que fizemos com os especialistas das áreas do associativismo, cooperativismo, desenvolvimento local sustentável, economia social, inovação social e terceiro setor. Desse modo, quando da entrevista, solicitou-se ao especialista a indicação de nomes de OTS enquadradas no perfil desta investigação para compor os estudos de caso – *typical case sampling* (Patton, 2002). A medida que os nomes surgiram, fez-se a seleção pormenorizada das OTS observando-se que, além do perfil desejado, ainda estivessem demarcadas no espaço da região de Aveiro, *cf.* Figura 2, *infra*, que ilustra o campo geográfico que foi por nós percorrido.

Figura 2. Mapa do Distrito de Aveiro

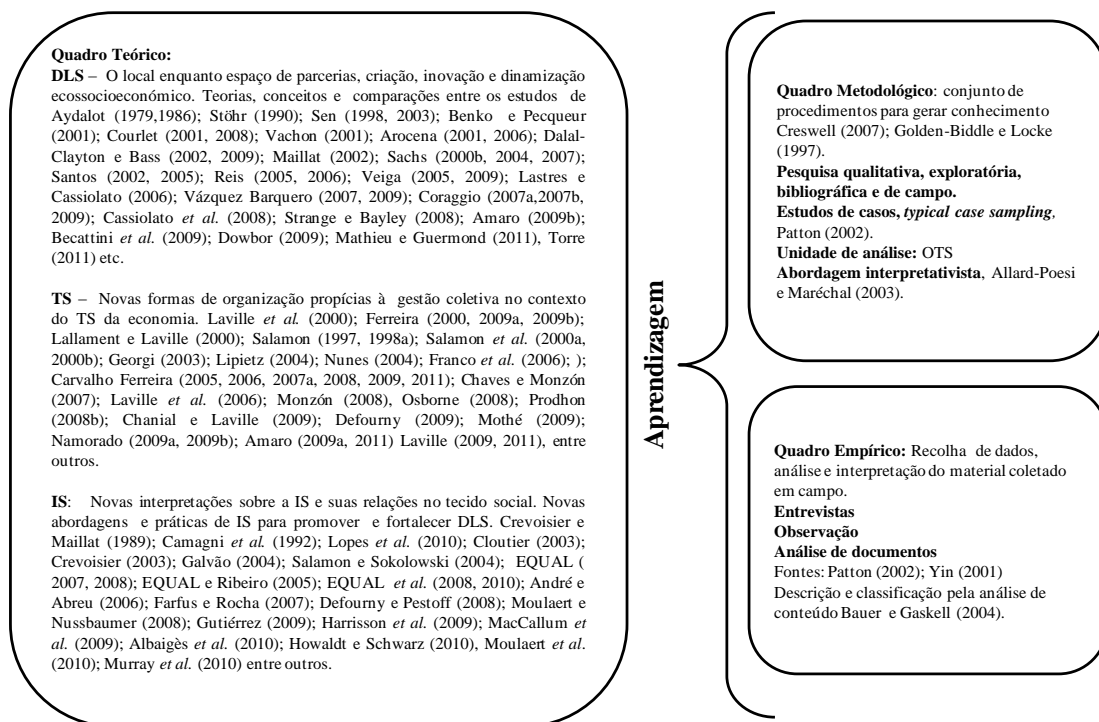


Fonte: Google Imagens

A criação do quadro teórico aliado aos estudos de campo nos permitiu a construção de um conjunto de proposições teóricas sobre a inovação social em OTS. Mas também foi possível conhecer as possibilidades e os limites à geração dessas inovações em organizações comprometidas com o DLS. O que poderá ser observado com mais detalhes no Capítulo 7 onde se faz a integração e a conclusão final dos estudos de caso.

Na conceção de Allard-Poesi e Maréchal (2003) uma pesquisa é composta por três vigas que sustentam o desenvolvimento da investigação. Para essas autoras, criar um objeto de pesquisa é compor as perguntas de pesquisa articulando-as aos assuntos teóricos, empíricos e metodológicos. Com base nesta argumentação construiu-se a Figura 3, exposta a seguir, cuja finalidade é mostrar de modo simplificado o desenho estrutural do assunto em lide.

Figura 3. Desenho simplificado da tese



Fonte: Bernadete Bittencourt

1.4. ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA TESE

Esta tese possui uma estrutura construída de acordo com a definição dos conteúdos necessários para um trabalho de investigação. Assim compõe-se esse trabalho por três grandes blocos denominados de Parte I, II e III que congregam 7 capítulos mais referências bibliográficas e anexos, nos modos que se descreve a seguir.

A Parte I comporta a introdução à tese em que se apresenta o Capítulo 1 e os tópicos que formam o projeto de pesquisa. No Capítulo 2, a partir de uma síntese introdutória, discorre-se sobre a revisão bibliográfica e elaborou-se este capítulo por temas referente aos principais conceitos que estruturam o quadro teórico de investigação: desenvolvimento local sustentável, terceiro setor e inovação social (*cf.* Figura 4, mais à frente). Neste sentido, o Capítulo 2 aborda inicialmente o tema desenvolvimento local sustentável. Este estudo principia pela análise bibliográfica a cerca do desenvolvimento sustentável e os marcos que o fazem chegar ao tecido societal. Para a contextualização do desenvolvimento sustentável, analisou-se os estudos de autores que discutem este tema como uma estratégia fundamental para o desenvolvimento do presente comprometido com as gerações futuras. Dessa forma, tomou-se como base os argumentos de especialistas como B. Dalal-Clayton e S. Bass, Fritjof Capra, Ignacy Sachs, José E. da Veiga, Ladislau Dowbor, M. J. Nicolau dos Santos, T. Strange e A. Bayle, entre outros. No âmbito do desenvolvimento sustentável revisitou-se a literatura sobre a Agenda 21 e os desafios e dimensões do tema em lide, todavia, deu-se mais ênfase as questões do desenvolvimento local sustentável enquanto espaço ecossocioeconómico. A tónica da Agenda 21 é o local enquanto espaço de dinamização e aplicabilidade prática de ações concretas de sustentabilidade. Portanto, deseja-se conhecer melhor, em termos científico, essa arena de criação, inovação e desenvolvimento socioeconómico, morada do *homo faber*⁶, *i.e.*, o conceito de local

⁶ *Homo faber*: o homem criador. Usamos a expressão *homo faber* do conceito pronunciado por Hannah Arendt no livro “a condição humana” (1958) em que a autora exprime os modos de vida que o homem se impõe para sobreviver. Para Hannah, são circunstâncias que tendem a suprir a existência do homem e essas condições variam de acordo com o local e o instante histórico do qual o indivíduo é parte. A autora organiza e sistematiza a condição humana em três aspetos: labor, trabalho e ação. Na nossa interpretação trata-se do homem criativo, inovador social, o empreendedor, promotor socioeconómico comprometido com o progresso do tecido societal e proteção do meio ambiente onde ele vive e trabalha.

como espaço/território. Nesta revisão literária debruçou-se sobre o conceito de local e lugar no contexto de desenvolvimento. Destarte, a partir dessa conceitualização, faz-se um levantamento teórico sobre o desenvolvimento local integrado ao desenvolvimento sustentável. Essa análise sobre o conceito de desenvolvimento local como espaço socioeconómico sustentável, apresenta as aceções acerca do desenvolvimento local como espaço/território competitivo, autossuficiente e propício à inovação social. Estas interpretações foram delineadas por autores como A. Vázquez Barquero, Bernard Pecqueur, Bernard Vachon, G. Becattini, G. Benko, Ignacy Sachs, José Arocena, J-L. Coraggio, J.M. Carvalho Ferreira, R. Roque Amaro, P. Aydalot, Paul Houée, entre outros. Finaliza-se esse Capítulo com uma síntese conclusiva em que se verifica que a análise bibliográfica, até então levantada, mostrou um outro fator pertinente à investigação: a importância do local diante do global. Encerra-se o Capítulo 2 com uma síntese em que se anota que se as atividades produtivas sobressaem do local para o global, o local é o meio, agente ecossocioeconómico, responsável pelo crescimento e desenvolvimento sustentável. O objetivo desta revisão bibliográfica foi de demarcar na literatura, o local enquanto espaço de parceria, criação, inovação e dinamização ecossocioeconómica.

A Parte I comporta em seguida o Capítulo 3. Nesse Capítulo revisa-se a bibliografia sobre o terceiro setor iniciando-o por uma síntese introdutória sobre o tema em lide. Nessa análise bibliográfica, o estudo parte do levantamento das raízes do terceiro setor numa abordagem histórico-cultural. Busca-se com isso conhecer melhor a origem do terceiro setor e como tornou-se fenómeno mundial de organizações nos moldes de associações e cooperativas. Nesse âmbito observa-se que o terceiro setor recebe variadas denominações e possui uma classificação quanto ao tipo de organização que nele se conjuga, portanto, com base nesse fato, faz-se uma clarificação dos conceitos. Essa análise principia pelo conceito de terceiro setor e as suas mais variadas denominações para atender as organizações que dele fazem parte. Assim, distende-se o estudo às novas formas de OTS com a revisão bibliográfica dos estudos de J. Defourny, J.M. Carvalho Ferreira, J-L. Laville, J. L. Monzón, R. R. Amaro, R. Chaves, Rui Namorado, Sílvia Ferreira, entre outros. Busca-se conhecer a performance do terceiro setor no contexto português a partir dos estudos de Lester Salamon, R. C. Franco, R. R. Amaro, Sílvia Ferreira e outros que compõem o grupo de especialistas portugueses.

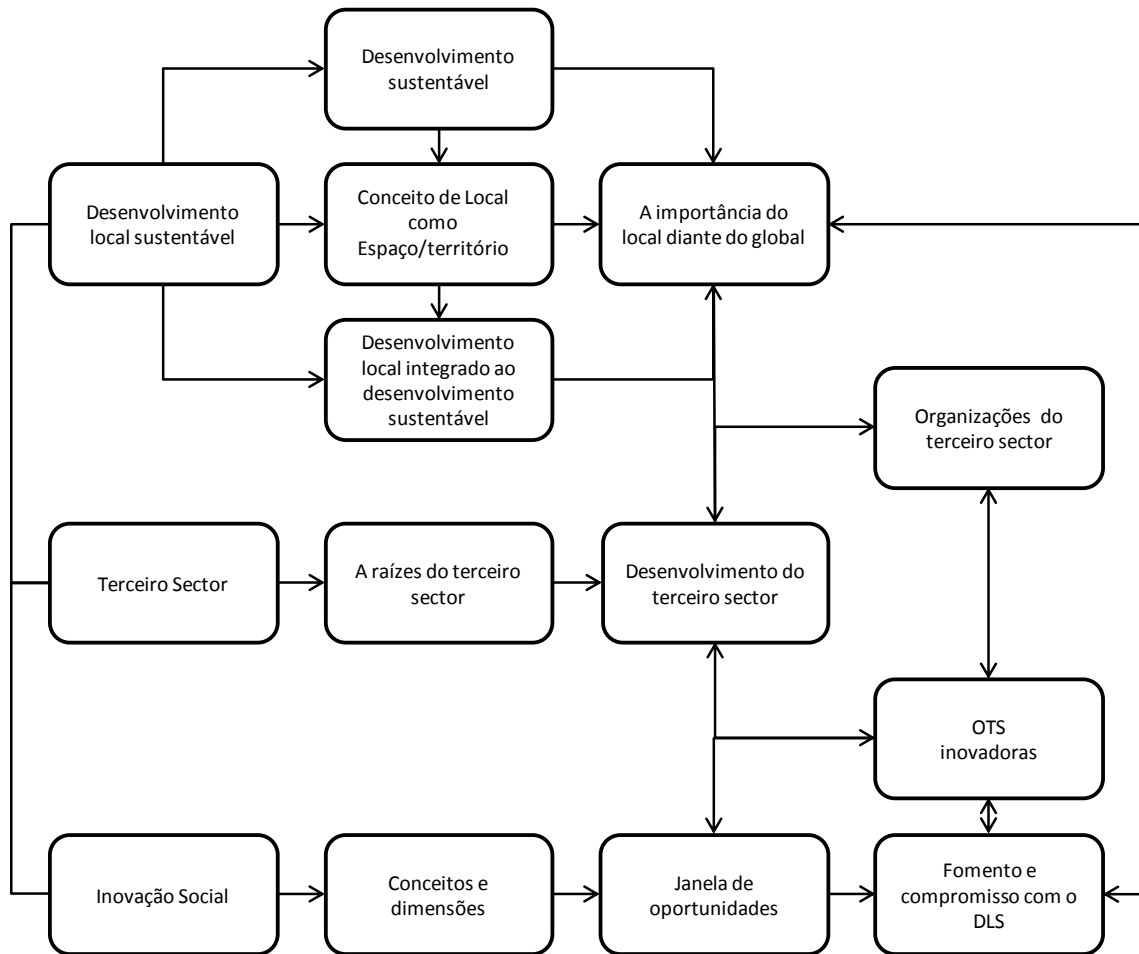
Embora, o fundamento principal desta análise bibliográfica é conhecer como as OTS podem favorecer o local para o desenvolvimento económico, social e ambiental. Tem-se deste modo, os principais enfoques que conceituam sobre o terceiro setor e as organizações que dele fazem parte no contexto do desenvolvimento local sustentável. Este campo de estudo foi distendido até as OTS, nomeadamente sobre o associativismo e cooperativismo, enquanto espaço de inovação social e a sua inteiração com o desenvolvimento local sustentável. Finaliza-se o Capítulo com uma síntese conclusiva em que se observa que a partir dessa revisão bibliográfica pode ser possível circunscrever as novas formas de organização inovadora propícias à gestão coletiva no contexto das organizações do terceiro setor.

Ainda na Parte I, o Capítulo 4 está dirigido à revisão bibliográfica sobre a inovação social. Como os demais capítulos, nesse também se dá início pela síntese introdutória. Por conseguinte, com a revisão da literatura analisa-se os conceitos e as dimensões da inovação social no contexto das OTS. Diligencia-se, com essa revisão perceber, através dos estudos publicados de autores diversos, como se processa a geração de inovação social. Para este estudo buscou-se a literatura que aborda novas interpretações sobre a inovação social, as suas potencialidades e limites e as suas relações com o tecido societal. Faz-se, neste contexto, uma prospeção da inovação social como uma janela de oportunidade, *i.e.*, vê-se a inovação social na perspectiva de fomento e compromisso com o desenvolvimento local sustentável. Também teve-se o cuidado de investigar na teoria qual a prospeção sobre a inovação social para o futuro, conforme estudos já divulgados por especialistas como André Abreu, Frank Moulaert, F. Martinelli, Geoff Mulgan, J. Albaigès, J. Nussbaumer, I. André, I. Murray, entre outros. Finaliza-se o capítulo com uma síntese conclusiva em que, a partida, vislumbra-se a inovação social como uma janela de oportunidades para a importância do local diante do global. Pretende-se com esta revisão bibliográfica encontrar novas abordagens e práticas de inovação social para promover e fortalecer o desenvolvimento local sustentável.

Cada capítulo foi iniciado por uma síntese introdutória, e o capítulo recebeu um título sobre o assunto abordado. Assim, no final, cada capítulo encerrou com um resumo em molde de síntese conclusiva dos principais pontos analisados com a finalidade de se

construir o referencial teórico da pesquisa. Com a revisão bibliográfica delimitou-se a fronteira e os limites analíticos da investigação que compreende 3 capítulos distintos, espinha dorsal da investigação que ampara o trabalho empírico, todavia interligados, conforme apresentamos sucintamente na Figura 4, a seguir.

Figura 4. Esquema síntese da revisão bibliográfica.



Fonte: Bernadete Bittencourt

Ainda na descrição da organização e estrutura em lide, na Parte II o assunto está direcionado a respeito da metodologia aplicada, onde se refere o método selecionado e as técnicas adjacentes. Esta secção está intitulada como Capítulo 5 e nele se aborda, após a síntese introdutória, os estudos qualitativos e descreve-se sobre a opção pelo método de estudo de caso. No tópico seguinte, faz-se uma descrição da construção do modelo de análise com os objetivos onde são explicitados os conceitos-chave para esta investigação. Por conseguinte, são elaboradas as hipóteses da investigação consonantes

com a operacionalização dos conceitos e as considerações relevantes para os estudos qualitativos, *i.e.*, a pesquisa enquanto estudo de caso. Os conceitos, os objetivos e os pressupostos, depois de identificados, foram relacionados nas categorias analisadas. No item sobre o trabalho de campo fez-se uma descrição pormenorizada da demarcação do campo geográfico de análise contextualizando-se assim o Distrito de Aveiro. É nesse mesmo item que se apresenta o critério de escolha e seleção da amostra de investigação. Além disso, explica-se o procedimento e os instrumentos de coleta de dados e como foram tratados os dados recolhidos. A pesquisa configurou-se como estudos de caso, de carácter qualitativo. As estratégias e técnicas metodológicas guiaram todo o percurso desenvolvido, desde o roteiro do guião de entrevistas semiestruturadas até as observações direta. Os atores-chave: dirigentes, responsáveis, coordenadores e trabalhadores foram os principais entrevistados. Finaliza-se o Capítulo 5 com uma síntese conclusiva em que se sublinha que a metodologia de investigação e o modelo de análise foram o ponto de partida que abriu caminho até a realidade empírica vivenciada nas OTS.

A Parte II abrange também o Capítulo 6, núcleo empírico dessa investigação. Como os demais capítulos, esse inicia com uma síntese introdutória em que se apresenta o assunto em lide. Nesse âmbito, a parte empírica do trabalho destina-se a confirmar ou não as hipóteses que formulou-se a partida para esta investigação. O empirismo é composto por 3 estudos de caso que foram elaborados com os dados colhidos nas OTS, situadas no Distrito de Aveiro. Cada estudo de caso constitui um tópico que se discorre sobre a OTS específica. Para a elaboração do estudo de caso se aborda a caracterização e histórico de cada empresa, sua estrutura organizacional, o modelo de negócio e como se compõe a equipa. Ademais, no sentido de se perceber o comportamento da gestão coletiva, buscou-se conhecer a sua funcionalidade no âmbito das OTS analisadas. Por conseguinte, o planeamento estratégico, as características da produção e as características peculiares à inovação social. Com a coleta do material empírico fez-se um confronto de dados e da teoria levantada no Capítulo 2. Cada estudo de caso finaliza com uma síntese conclusiva.

A Parte II finaliza com o Capítulo 7 destinado à integração e a conclusão final dos estudos de caso e as comparações pertinentes. Nesse capítulo faz-se a abordagem

dos confrontos entre a parte empírica e a teoria analisada. Nesta secção se relata, após retomar as questões de partida, a que conclusão se chegou com todo o procedimento metodológico em que se usou como ferramentas a revisão bibliográfica, análise de documentos e a participação como investigadora nos ambientes das OTS. Através dessa integração apresenta-se os dados que sobressaem o papel do local enquanto meio inovador e as novas formas de OTS inovadoras. Tem-se com essa integração a possibilidade de revelar o processo de geração de inovação social e os determinantes críticos às possibilidade e limites da geração de inovação social no âmbito das OTS. Desse modo pode-se apresentar as novas interpretações sobre a inovação social e as suas relações com o tecido societal. Nesse sentido tende-se a conhecer o papel das OTS inovadoras para o desenvolvimento local sustentável. Encerra-se essa parte com a conclusão final desta investigação. Os resultados alcançados refletiram os pontos trabalhados e investigados na pesquisa de campo posteriormente comparados com as teorias estruturadas. Uma vez chegados aos resultados anteriormente listados, e com a finalização da investigação, pode-se apontar algumas pistas para futuras pesquisas e também para novos questionamentos.

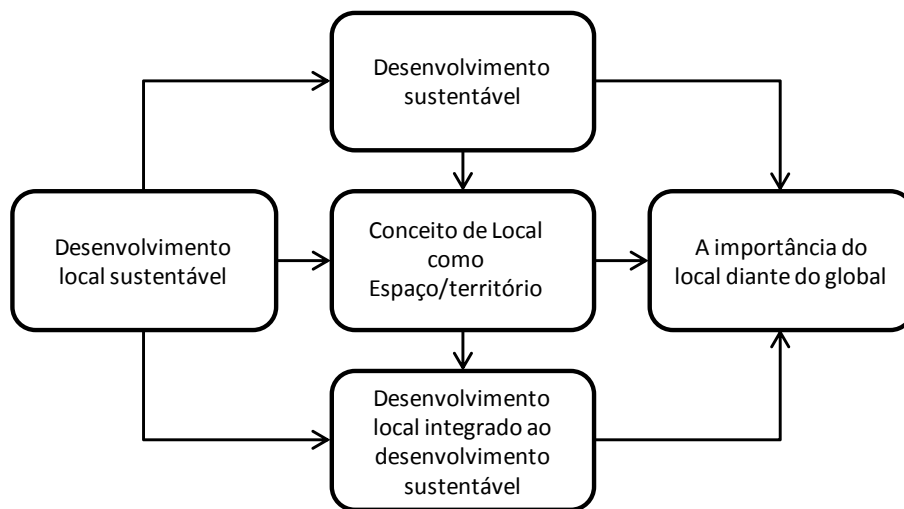
A Parte III, por fim, apresenta a referência bibliográfica por ordem alfabética, a lista de sítios consultados e referenciados nesta tese. Os anexos que suportam a parte final deste trabalho.

CAPÍTULO 2: DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

2.1. SÍNTESE INTRODUTÓRIA

De modo amplo, e precisamente com a ideia já esboçada nos parágrafos anteriores os quais introduzem o assunto que se discorrerá, nesta secção faz-se uma revisão dos conceitos, teorias e modelos do DLS. A secção está organizada em torno das diferentes escolas de pensamento e tipos de abordagens sobre o desenvolvimento. Inicia-se contextualizando o desenvolvimento sustentável, uma vez que este é o conceito que escora a discussão em torno do desenvolvimento local. Para tornar a revisão mais clara e concisa, sobre o desenvolvimento sustentável, elaborou-se a Figura 5 (*cf.* mais à frente), uma linha cronológica com os fatos mais marcantes sobre o assunto em lide, e foi com base nessa Figura que se estruturou os itens dessa secção. Verificou-se nessa revisão que uma das ferramentas mais importantes para a implementação do desenvolvimento sustentável no local é a Agenda 21. Essa Agenda se configura num amplo plano de ações estratégicas que incide nos setores económico, social e ambiental e a mobilização e participação do tecido social local. Com a Agenda 21 adentra-se o local como espaço de vida e ação do sistema societal, conforme sustenta a conceitualização de local como espaço/território. Portanto, o lugar pode ser idealizado com a arena de construção do progresso e, ao mesmo tempo, de responsabilização pelo meio ambiente. Desse modo o desenvolvimento local surge integrado ao desenvolvimento sustentável justamente porque todas as ações, decorrentes do crescimento e desenvolvimento local, estão imbricadas ao meio. O desenvolvimento local sustentável resulta da forma plenamente consciente de atividade do tecido social intervir no processo de desenvolvimento para influenciar, no seu espaço/território, e converter, o processo, numa dinâmica económica sustentável. Mais do que uma teoria científica rigorosa, o desenvolvimento local sustentável propaga a importância do local como meio, agente inovador diante do global. A Figura 5, a seguir, representa o propósito que aqui se delineou comportando os principais quadros de análise, evolução e explicação do fenómeno DLS.

Figura 5. Revisão bibliográfica Capítulo 2 – Desenvolvimento Local Sustentável



Fonte: Bernadete Bittencourt

2.2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz às necessidades humanas essenciais e proporciona oportunidades de concretizar as suas aspirações a uma vida melhor no presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades (WCDE, 1987:46-47)⁷. Para esta condição o desenvolvimento tem como pressupostos:

- a) Garantir o equilíbrio global e preservar o valor das reservas de capital natural;
- b) Redefinir critérios e instrumentos de avaliação de custo-benefício a curto, médio e longo prazos, de forma a refletirem os efeitos socioeconómicos e os valores reais do consumo e da conservação;
- c) Distribuir e utilizar equitativamente os recursos entre as nações e as regiões no limite da esfera global e local.

O desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, o crescimento e o desenvolvimento económico e social deve proceder em equilíbrio e reforçar o potencial presente e porvir. Em essência, para haver o desenvolvimento sustentável, é necessário diminuir os impactos adversos sobre o ecossistema. Os colapsos provocados pela destruição irreversível do ecossistema estão explícitos na história da humanidade. Neste contexto o caso dos habitantes da Ilha de Páscoa é uma expressão viva de destruição local (Strange e Bayle, 2008; Louçã e Caldas, 2010).

Assegura Sachs (2007) que o desenvolvimento sustentável não se concentra apenas em questões de cunho económico atribuído a preservação ambiental. É uma política de desenvolvimento que engloba as questões ecossocioeconómicas relativas ao

⁷ Importa registar que optei por traduzir todas as citações em língua estrangeira (inglês, francês, espanhol e italiano), sendo assim, todas as traduções são de minha inteira responsabilidade. Esclareço, ainda, que o uso do termo em original só foi usado quando se justificou, todavia, nos casos em que não julguei pertinente para a discussão, ou ainda, para os quais não existe tradução corrente para o português, decidi não traduzir os conceitos usados na literatura estrangeira. No caso em que fiz uso frequente destes conceitos e, ainda, encontrei um homólogo adequado em português optei por efetuar esta tradução, fazendo menção ao termo original.

contexto local e requer a sustentabilidade de suas ações e atividades a fim de garantir os recursos para o sustento desta geração e das vindouras. Portanto, “*uma nova forma de civilização, fundamentada no aproveitamento sustentável dos recursos renováveis, não é apenas possível, mas essencial,*” como defende Sachs (2009:29) a ideia do pensador indiano M. S. Swaminathan.

O termo desenvolvimento sustentável, segundo Veiga (2009), repercute a evolução da ideia de política de desenvolvimento da sociedade desde que ela deixou de ser um simples sinónimo de progresso tecnológico ou de enriquecimento capitalista. Mas a ideia sobre o desenvolvimento sustentável, os problemas ambientais e a sua complexidade, como passou a ser entendida, pode ser considerada recente. Atribui-se esta consciencialização, sobretudo, ao choque produzido pelo lançamento da bomba atómica em Hiroshima e Nagasaki e à descoberta de que a humanidade atingiu suficientemente poderio técnico para exterminar fortuitamente a vida na Terra (Sachs, 2009: 27). Hoje os povos do mundo precisam se preocupar também com o modo como a deterioração ambiental pode impedir ou reverter o desenvolvimento socioeconómico local.

Portanto, muitos dos riscos que derivam das ações e atividades produtivas e do progresso e uso irrestrito de tecnologias ultrapassam a fronteira local; muitos deles são globais. As atividades que causam tais possibilidade de um acontecimento futuro e incerto tendem a concentrar-se em poucos países, mas há constrangimento e perigo para o planeta de modo geral. Neste ínterim, a sustentabilidade global urge por uma revisão completa da forma como o progresso tecnológico impacta diretamente no ambiente em que vive sete bilhões de pessoas, mais os demais seres que compõem o ecossistema.

Nesta ágora de riscos e problemas relativos ao ecossistema é necessário garantir um compromisso político renovado para o desenvolvimento local sustentável. Cabe aos atores-chave do tecido societal mundial analisar o progresso das políticas de desenvolvimento sustentável implementadas até o momento. Mas também as lacunas não atendidas consoante acordos firmados nas cimeiras mais importantes sobre o desenvolvimento sustentável, além de enfrentar os desafios novos e emergentes.

Neste ínterim, a comunidade científica está na primeira linha de avaliar as ameaças emergentes e encontrar soluções inovadoras para os desafios ambientais. A publicação de trabalhos científicos desperta especial atenção no cenário político mundial porque muitos resultados desses estudos asseguram que resta pouco tempo para ações corretivas. Em alguns casos já se pode estar prestes a transpor alguns limites críticos. Esta é a conclusão de um processo prospetivo amplo realizado pelo Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP), envolvendo mais de 400 cientistas e especialistas de todo o mundo (UNEP, 2012). O processo prospetivo referente a crise ambiental é uma reflexão elaborada por diversos cientistas, há mais de meio século. Isso pode ser observado na Figura 6, mais à frente, página 37, no nível que congrega sinteticamente a evolução da conscientização e um comportamento ecoético (Norton, 2007).⁸

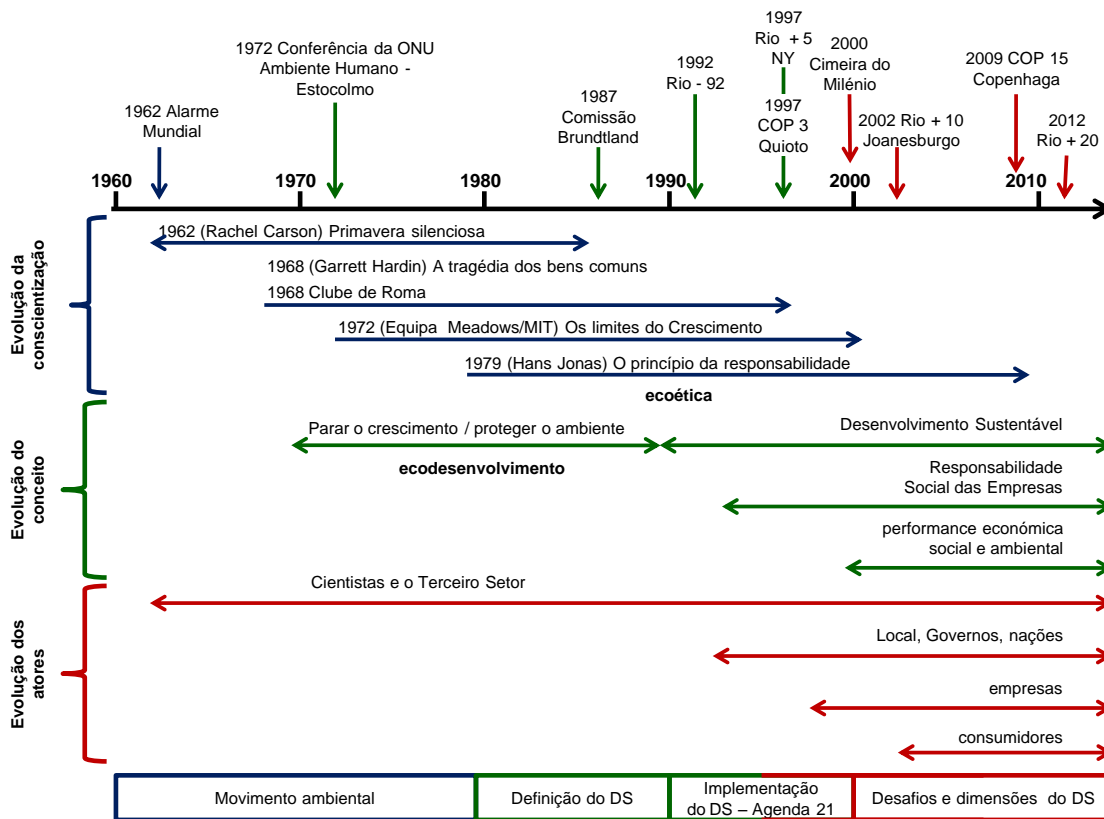
Por conseguinte, tanto a comunidade científica quanto as equipas de especialistas levantam e discutem as causas e os efeitos do empobrecimento do espaço/território e da biosfera terrestre. Busca-se soluções plausíveis para a crise ambiental e tudo o que nela se agrega, a partir do seu epicentro, ou seja, do local para o global (Atkinson *et al.*, 2007). No que aqui se manifesta, partindo do princípio que a sociedade aceita uma posição ética, uma das soluções seria a da ecoética, porquanto, a geração atual tem obrigações para com o futuro.

⁸ O princípio normativo da ecoética ampara-se na preservação da pluralidade, diversidade de todas as formas de vida. Deste princípio deriva os deveres específicos tais como: a necessidade de salvar espécies em extinção, de proteger os diferentes ecossistemas, de promover a qualidade de vida, etc. (Naess e Rothengerg, 1990). O amago da ecoética sustenta a necessidade de uma expansão do pensamento ecológico em direção a uma ciência para a sabedoria. Os estudos contemporâneos revelam a necessidade de uma nova epistemologia ética-moral, diferente do saber imposto pela ciência, mas num saber originário, um saber-como, *e.g.*, cuidar e respeitar o valor intrínseco da natureza e do lugar onde se vive e mora (Carvalho Ferreira, 2011). Com efeito, as atitudes de respeito e preservação do ecossistema local requerem mais do que um conhecimento informativo, ou seja, exige um saber-como (Dall'Agnol, 2007). Enquanto o saber imposto pela ciência pode ser definido como crença justificada em proposições verdadeiras, o saber originário, o saber-como pressupõe a capacidade adquirida através do treinamento de poder aplicar normas constitutivas de certos atos, atitudes ou práticas morais. Neste sentido, os problemas ambientais que se encontram em situação de transpor limites requerem da sociedade moderna uma nova sabedoria, ou seja, o conhecimento de como usar o conhecimento para a sobrevivência e para uma vida presente e futura dentro dos parâmetros de dignidade e com melhor qualidade. Portanto, se o delinear dos problemas ambientais não pode ser abordado apenas em termos prudenciais, então eles se configuram como um problema ético a ser examinado dentro dos domínios de uma ética ambiental (Norton, 2007), ou seja, da ecoética.

Tratar dessas questões exige que procuramos compreender os meios à disposição da sociedade para gerar bem-estar futuro ou oportunidades de recursos. Em muitos casos já se tem conhecimento suficiente para justificar ações para reverterem os processos de agressão aos estoques de recursos naturais e de degradação do ecossistema (UNEP, 2012). Isso vale em especial para a esfera local no caso de ameaças de desertificação, desflorestação, lixos tóxicos e acidificação, poluição do ar, contaminação de lagos e rios; como consequência, a sociedade apresenta diversos problemas de saúde e empobrecimento social. No nível global, ameaças climáticas, destruição da camada de ozono, extinção de espécies da flora e fauna. Esses problemas não podem ser tratados separadamente por instituições e políticas fragmentadas. Eles fazem parte de um sistema complexo de causa e efeito incrustados.

Embora os problemas se elevem mais rapidamente que a capacidade do tecido societal saber lidar com eles, o progresso das sociedades sempre dependeu do engenho técnico do *homo-faber* e de sua aptidão para agir em cooperação. Esta capacidade de cooperação pode ser mais bem identificada com a Figura 6, a seguir, com os principais fatos, encontros e ações estratégicas políticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável, em particular o eixo que assinala a evolução do conceito e a evolução dos atores sociais.

Figura 6. Cronologia do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Elaborado pela autora, com adaptação de Brodhag (2006:3)

A Figura 6, *supra*, ilustra os tópicos estruturais a seguir. O eixo das abcissas serve como linha guia do conteúdo de tais tópicos, porém, em confluência com o eixo das ordenadas e todo o conteúdo histórico que, em conjunto, está contido no plano $P=x,y$. Neste sentido a Figura 6 será, ponto a ponto, analisada e, portanto, muitas vezes referenciada nas argumentações. A denominação dos tópicos, no eixo das abcissas obedeceu a análise estabelecida por diversos autores, especialistas do campo de estudo em desenvolvimento sustentável. A Figura 6, *supra*, não esgota todos os acontecimentos importantes sobre o assunto em lide ocorrido mundialmente, todavia, procurou-se marcar os principais pontos e os de maiores impactos no desenvolvimento local e no terceiro setor.

2.2.1. MOVIMENTO AMBIENTAL

O ponto de partida dos primeiros sinais de preocupação coletiva da humanidade para com a sustentabilidade do meio ambiente foi a Conferência sobre o Ambiente Humano realizada pela ONU em Estocolmo, em 1972. Naquela conferência fez-se um manifesto de preocupação pelo comportamento ambiental global. Entre outros documentos de manifesto, o que mais surpreendeu a comunidade internacional foi o Relatório do Clube de Roma, intitulado “Os Limites do Crescimento”⁹. Sobre essa preocupação, o consenso resultou na criação do Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP)¹⁰. O objetivo principal da UNEP é analisar, a partir dos países desenvolvidos, o efeito que as suas atividades produtivas têm sobre os recursos naturais e o ambiente no nível mundial. Essa análise recai ao investigar tanto a sua ação direta como consumidores de todos os tipos de matérias-primas, quanto a sua ação indireta como emissores de todos os tipos de resíduos e elementos poluentes.

Demorou oito anos, até 1980, para que a semente lançada na Conferência de Estocolmo germinasse. A União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN)¹¹, em 1980, reconheceu formalmente o conceito de uso sustentável na sua proposta intitulada “*Estratégia Mundial de Conservação*”. Neste contexto, o movimento ambiental defende a tese do compromisso de sustentabilidade do

⁹ Sobre o Relatório Meadows: Em 1970 o Clube de Roma encomendou um estudo para a equipa do MIT formada por Donella H. Meadows, Dennis L. Meadows, Jorgen Randers e William W. Behrens III. Publicado em 1972, o relatório “Os Limites do Crescimento”, no original *The Limits to Growth*, asseverou que a Terra entraria em colapso no período máximo de cem anos. O relatório fez uma análise profunda, supranacional e transdisciplinar sobre o crescimento industrial, aumento da população, causas à desnutrição generalizada, esgotamento dos recursos naturais e degradação do meio ambiente. Como solução, entre outras coisas, propôs-se a elaboração de diretrizes para um planeamento que integrasse o desenvolvimento e a proteção ambiental, com um grande impasse: crescimento zero. A sugestão de que o crescimento populacional e o consumo de materiais deveriam ser reduzidos deliberadamente, causou indignação para a maioria dos economistas, juntamente com muitos empresários, políticos e defensores dos países em desenvolvimento. Ao longo dos anos, este livro foi muito criticado, e poucos entenderam a conclusão do estudo, deturpando-o nas suas afirmações, e mesmo admitindo-o como uma hipótese malthusiana. Infelizmente pode-se constatar que nada do que tem acontecido nos últimos quarenta anos tem invalidado o que nos adverte sobre o ecodesenvolvimento nos estudos daqueles especialistas.

¹⁰ *United Nations Environment Programme*. Tem por missão fornecer liderança e encorajar parcerias entre as nações e povos no cuidado com o meio ambiente, inspirando, informando e permitindo melhorar a sua qualidade de vida sem comprometer as gerações futuras. <http://www.unep.org/>

¹¹ *International Union for Conservation of Nature*. Tem por missão ajudar o mundo a encontrar soluções pragmáticas para o ambiente e para os desafios mais prementes do desenvolvimento – <http://www.iucn.org/>

crescimento económico aliado ao desenvolvimento, ambos em equilíbrio com o ecossistema. Por conseguinte, o tecido societal¹² depende da biosfera para perpetuar a vida. Mesmo assim, cada sociedade trabalha pela sobrevivência e pela prosperidade local. Contudo, dependente de recursos esgotáveis, como uma parte da atividade económica, desconsidera o impacto que causa sobre o meio ambiente, espaço/território em que vive os demais seres.

As sugestões e propostas feitas pelo movimento ambiental durante quinze anos – 1972/1987 – giravam exclusivamente em torno da ideia de proteger o meio ambiente. No entanto, um relatório traz à luz o que provavelmente foi transcendental para o futuro da humanidade: “Nosso Futuro Comum”, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), presidida por Gro Brundtland¹³. Pode-se dizer que esse foi um passo inovador dado por uma entidade oficial em termos de comprometimento no alargado âmbito do conceito de desenvolvimento sustentável. Mas o conceito não foi inventado pela CMMAD, como apontado por Berga (2005), a verdade é que, o Relatório transformou o termo em moda mundial. No Relatório o termo recebe a definição de que o desenvolvimento sustentável é “*o desenvolvimento que possibilita atender as necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações vindouras de satisfazer suas próprias necessidades*” (WCED, 1987: 43). Neste contexto, permuta-se a ideia de sustentabilidade ambiental para outra que praticamente engloba, em geral, todas as faces da vida humana e se percebe a

¹² O termo tecido societal é usado para se referir aos aspetos sociais do local e não a sua estrutura física. Neste sentido, tecido societal refere-se à sociedade, sobretudo considerada do ponto de vista da sua estrutura, organização ou função; próprio da vida em sociedade. A expressão relaciona-se aos indivíduos e a coletividade em que se entrelaçam por uma ou mais relações sociais em sistema de redes de sociabilidades profundas em que se forma uma malha social, e esta malha interage com o lugar como um sistema vivo intrincado no seu modo de proceder o desenvolvimento local.

¹³ Gro Harlem Brundtland presidiu a Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). Esta comissão foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) com os seguintes objetivos principais: 1) reexaminar as questões críticas relativas ao meio ambiente e reformular as propostas realísticas para abordá-las; 2) propor novas formas de cooperação internacional na área do desenvolvimento sustentável de modo a orientar as políticas e ações no sentido de fazer as mudanças necessárias. Disseminar informações às populações, governos, empresas, OTS e demais organismos, uma maior compreensão dos problemas existentes sobre o meio ambiente, auxiliando-os e incentivando-os à uma atuação mais firme. Em 1987 a CMMAD recomendou a criação de uma nova declaração universal sobre a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável o *Relatório Brundtland* – “Nosso Futuro Comum”. Tal documento apresentou a proposta de integrar a questão ambiental no desenvolvimento económico, surgindo não apenas um novo termo, mas uma nova forma de progredir o crescimento económico para o desenvolvimento sustentável.

necessidade de focar temas que envolvem o meio ambiente e desenvolvimento de forma equilibrada e global.

Todavia, por mais que se tenha preocupações ecossocioeconómicas desde a publicação do Relatório, algumas sociedades ainda consomem os recursos finitos da Terra a um ritmo que provavelmente pouco sobrarão para as gerações futuras (Sachs, 2007). Em maior número, outras sociedades em ambientes limiares consomem pouco e vivem sem qualidade de vida, na linha da fome, da miséria, da doença e da morte prematura, (Sen, 1998 e 2003). Apesar do progresso, ainda há elevadas falhas no que tange às ações eficazes e concretas que precisam ser corrigidas, *i.e.*, uma resposta mais ponderada na relevância do progresso não depende da existência de limites, mas a natureza ou carácter desse ambiente limiar (Atkinson *et al.*, 2007). Se os impactos gerados pela pobreza social e económica são nocivos para o ambiente (Sen, 2003), o modo equivocado com que se tem frequentemente buscado a prosperidade local é cognoscível para a aproximação de um ambiente limiar (UNEP, 2012). Estas lacunas, tão presente no cenário mundial, confirmam o depoimento da presidente da CMMAD, Gro Brundtland, quando publicou o relatório *Nosso Futuro Comum*.

Na década atual, verificou-se um retrocesso quanto às preocupações sociais. Os cientistas chamaram a atenção para problemas urgentes e complexos ligados à própria sobrevivência do homem: um planeta em processo de aquecimento, ameaças à camada de ozono, desertos que devoram terras de cultivo. (...) E, como parte do nosso ‘desenvolvimento’, armazenamos arsenais capazes de alterar os rumos que a evolução vem seguindo há milhões de anos e de criar um planeta que nossos ancestrais não reconheceriam” (Prefácio de Gro Brundtland, WCED, 1987:XIII).

A declaração de Gro Brundtland feita em 1987, na perspectiva que aqui se delineia, ainda é atual. Com efeito poder-se-ia publicá-la agora! Visto que é assente que a sociedade mundial necessita buscar ações práticas para sanar a crise ambiental (*cf.* Figura 6:37), bem como, o meio ambiente não existe como espaço desvinculado do tecido societal, mas, a cada dia os problemas tornam-se emergentes (UNEP, 2012).

Neste contexto, a declaração de Gro Brundtland, quando ajuntada a Figura 6:37, sobressai os estudos publicados desde o movimento ambiental até a Rio+20, evento de âmbito mundial que ocorreu no Rio de Janeiro, em 2012. Desse modo, diversos relatórios de estudo científico revelaram que a prosperidade do crescimento económico, conseguida por alguns países, é com frequência precária (UNEP, 2012).¹⁴ Tais práticas de desenvolvimento económico e social ainda estão sendo obtidas mediante atividades agrícolas, florestais e industriais que só trazem lucro e progresso local a curto prazo (Veiga, 2005c). Portanto, o fornecimento futuro de serviços dos ecossistemas está a ser comprometido pela implacável pressão humana sobre o meio ambiente.

O desgaste do meio ambiente foi com frequência considerado o resultado da crescente demanda de recursos escassos e da poluição causada pela melhoria do padrão de vida local, dos países relativamente ricos (Dalal-Clayton e Bass, 2009). Todavia, as dimensões do problema ecossocioeconómico deixa de ser localizado (Sachs, 2007), muitas das questões críticas de sobrevivência estão relacionadas com desenvolvimento desigual, pobreza, crescimento populacional, por conseguinte, as crises se interligam, não são crises isoladas (Flipo e Gaudillière, 2009).

Neste contexto, na análise de Bùrgermeier (2005), os princípios indissociáveis do conceito de desenvolvimento sustentável, como a irreversibilidade ou precaução, são ainda muitas vezes aplicado somente na esfera ambiental. O posicionamento da análise de Bùrgermeier (2005) pode responder a interpretação de Dalal-Clayton e Bass (2009) e Sachs (2007). Para Bata Bùrgermeier as políticas que implementam o desenvolvimento sustentável devem apresentar o seu papel como ferramentas para compreender as

¹⁴ O Relatório da *United Nations Environment Programme* (UNEP) “*21 Issues for the 21st Century*” foi elaborado por mais de 20 distintos cientistas de todo o mundo e passou quase um ano em discussão e consulta com cerca de 400 cientistas e outros especialistas internacionais. Este documento teve como objetivo estabelecer um consenso internacional e gerar uma lista de prioridades das principais questões ambientais emergentes, no sentido de problemas de impacto global. São problemas reconhecidos pela comunidade científica como muito importante para o bem-estar do tecido societal, bem como para o ecossistema, mas que ainda não recebe a devida atenção da comunidade política. Os temas escolhidos foram denominados como "emergentes" com base em novidade, que pode ser o resultado de novos conhecimentos científicos; novos níveis ou taxas aceleradas de impacto; nível mais elevado de consciência local e global, e/ou novas formas de responder à questão ecossocioeconómica. Estas questões abrangem todos os principais temas ambientais globais incluindo a produção de alimentos e a segurança alimentar; cidades e uso das terras, biodiversidade, água doce e marinha, as alterações climáticas e questões de tecnologia, energia e resíduos (UNEP, 2012).

questões económicas e sociais. Isto porque a deterioração de alguns ativos sociais ou até mesmo económicos são irreversíveis. Dito de outro modo, a existência de limites de irreversibilidade parece tão relevante no campo do desenvolvimento do tecido societal do que só no ambiente. Desse modo, as tendências adversas em alguns indicadores de desenvolvimento sustentável merecem uma análise mais aprofundada dos limiares de irreversibilidade.

O desenvolvimento sustentável, implementado como política ambiental visa melhorar o ambiente de vida para todos, mas designa vencedores e perdedores em termos de bem-estar e desenvolvimento socioeconómico. Portanto, interfere com questões de igualdade social (Bürgenmeier, 2005: 184).

Para Flipo e Gaudillière (2009), o movimento ambiental em tempos de agora dever-se-ia repensar as necessidades do desenvolvimento sustentável na vertente da decadência seletiva, desigualdade e relações Norte/Sul. As diversas crises que se interligam exige posicionamento estratégico do sistema societal para enfrentarem os cenários de crise verde. Mas, para os autores esta consciência corre o risco de parar a meio caminho.

Capitalismo verde, crescimento verde, keynesianismo verde e tecnologias limpas são todas confortáveis miragens para nos poupar o necessário desafio relacionado aos limites ecológicos de um planeta com recursos finitos (Flipo e Gaudillière, 2009:1).

De acordo as considerações de Flipo Gaudillière esses limites levam à questão das desigualdades sociais e ecológicas, mas também a mudanças nos padrões de produção, consumo e estilo de vida do tecido societal no local. No argumento de Oliveira *et al.* (2006) os efeitos físicos de toda ação produtiva, nomeadamente com o uso de novas tecnologias, reflete e prefigura profundos impactos sobre a biosfera a medida que a sociedade mundial investe em habitação, agricultura, transporte e indústria. Embora, nem toda sociedade seja pessimista e vislumbre um desenvolvimento

sustentável mais promissor, grande parte do crescimento económico se faz à custa de matérias-primas de florestas, solos, mares e vias navegáveis (Strange e Bayley, 2008).

Neste contexto, Lopes, Sachs e Dowbor (2010) observam que as indústrias que mais dependem de recursos do meio ambiente e que mais poluem se multiplicam com grande rapidez nos países em desenvolvimento. Em especial pela falta de uma legislação ambiental rigorosa e pela mão de obra barata. Neste âmbito a inovação social e tecnológica é imprescindível para atender as necessidades do local, em especial para responder a exclusão produtiva.

Portanto, o movimento ambiental defende que há necessidade de se reorientar à tecnologia, o elo-chave entre seres humanos e a natureza (UNEP, 2012). Primeiro, a capacidade de inovação social e de inovação tecnológica precisa ser ampliada nos países em desenvolvimento, mas não só, a fim de que o local possa reagir de modo eficaz e eficiente aos desafios do desenvolvimento sustentável. Em seguida, a sociedade técnico-científica necessita reorientar o desenvolvimento tecnológico, de modo a permitir maior atenção aos fatores ambientais e a exclusão produtiva. Para Lopes, Sachs e Dowbor (2010), no local, o tecido societal convive com sérias deficiências em termos de equidade social e com ausência da capacitação técnico-científica. Além da falta de eficiência operacional em todos os campos de ação governamental, e, mesmo de credibilidade, junto a amplos segmentos da sociedade que se encontram em processo de exclusão produtiva (Dowbor, 2010).

O processo de inclusão produtiva dos quase dois terços de excluídos envolve uma outra lógica do emprego, formas múltiplas e diferenciadas de inserção na produção de bens e serviços. O resgate destas prioridades reais do planeta e da humanidade envolve por sua vez uma participação muito mais significativa do Estado, que com todas as suas fragilidades ainda constitui o melhor instrumento de coordenação de esforços sociais de que dispomos. Mas se trata de um Estado muito mais regulador do conjunto dos esforços da sociedade. É indispensável o resgate da visão sistêmica, da visão de longo prazo, e dos mecanismos de planeamento. Estamos falando, na

realidade, da construção de uma outra cultura política (Lopes, Sachs e Dowbor, 2010:20).

Desse modo, no local, a exclusão produtiva pressiona ainda mais os recursos naturais à medida que um número maior de indivíduos se vê forçado a depender mais diretamente deles. Com efeito, “*ao serem excluídas dos processos que usam modernização tecnológica mais avançada, as pessoas tentam sobreviver da maneira que podem*” (Dowbor, 2010: 20). Neste sentido, o movimento ambiental interpreta o desenvolvimento sustentável na perspectiva sistémica, não existe desenvolvimento sustentável sem crescimento socioeconómico sustentável. O que Carvalho Ferreira (2011) esclarece que o movimento determina que há vínculos entre a economia global e a crise ecológica, social e económica oriunda do desequilíbrio do crescimento económico com o progresso tecnológico industrial. Contudo, apesar das anotações recentes, tais observações podem ser identificadas nos estudos publicados desde os anos sessenta (*cf.* Figura 6:37). Diversos autores, que dão início ao movimento ambiental, *e.g.* Rachel Carson (1907 – 1964) e Garret Hardin (1915 – 2003), discutem a dicotomia crescimento económico/sustentabilidade ambiental¹⁵ que incide diretamente na qualidade de vida e no bem-estar da sociedade, tanto presente quanto futura.

A discussão em torno do crescimento socioeconómico e as interações do movimento ambiental, em perspectiva sistémica, afirma-se com o ecodesenvolvimento, e a sua propulsão mundial que deu início na Cimeira de Estocolmo¹⁶ e envolve diversos

¹⁵ Rachel Carson publicou “*Primavera Silenciosa*” – no original *Silent Spring* (1962). Esta bióloga americana estabeleceu as primeiras conexões de ecossocioeconomia – meio ambiente, economia e bem-estar social. Carson chamou a atenção mundial sobre a degradação excessiva do meio ambiente e a diminuição acentuada de recursos naturais. Um dos resultados dos seus estudos, com a publicação desse livro, foi banir do mercado mundial, após 1972, o uso de pesticidas como o DDT na agricultura. A seguir, Garrett Hardin publicou “*A Tragédia dos Bens Comuns*” – *The Tragedy of the Commons* (1968). Hardin fez um ensaio sobre a armadilha socioeconómica que envolve conflitos entre interesses individuais e o bem comum no uso de recursos finitos. A metáfora usada por Hardin ilustra que o livre acesso, o uso e a procura irrestrita de um recurso finito, coloca em risco o recurso pela exploração desmedida.

¹⁶ O conceito de ecodesenvolvimento foi colocado pelo Secretário da Cimeira de Estocolmo, Maurice Strong e, a partir de 1974, Ignacy Sachs teorizou-o e difundiu-o. Mas Ignacy Sachs não fez isto sozinho, segundo declaração do próprio autor (Sachs, 2008), ele formou uma rede de sociabilidade com as OTS e os organismos internacionais. Nesse ambiente de ebulição, em 1980, na Estratégia Mundial para a Conservação da Natureza, pela primeira vez o termo desenvolvimento sustentável foi usado expressando o sentido de desenvolvimento sustentável de modo transversal e multidisciplinar.

agentes sociais. Para Sachs (2000b) o ecodesenvolvimento significa que, o local depende da interação de suas próprias forças, por isso ele é endógeno,

[...] e tem por objetivo dar respostas à problemática da harmonização das questões sociais e económicas do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio (Sachs, 2000b:55).

Desde então o movimento ambiental a fim de dar respostas as questões socioeconómicas do desenvolvimento, sustenta-se, principalmente, por três agentes de interação:

- a) O trabalho das principais organizações internacionais e, especialmente das Nações Unidas;
- b) As reflexões teóricas sobre a dimensão ecológica do desenvolvimento;
- c) A institucionalização do movimento ambientalista¹⁷.

A interação desses atores forma uma rede de sociabilidade¹⁸ na dimensão local/global cujos laços são estabelecidos entre o setor público, privado e o terceiro setor. Neste ínterim, as OTS, aliadas a sociedade civil¹⁹, mobilizam-se em busca de

¹⁷ A institucionalização do movimento ambientalista reforça o papel das Organizações Não Governamentais (ONG). As ONG são organizações do terceiro setor que implementam ações socioambientais. Cada vez mais as ONGs são responsáveis por inúmeros programas de educação ambiental e preservação do ecossistema.

¹⁸ Como tratado por Granovetter (2003, 2005), considera-se a rede de sociabilidade como um conjunto de elos entrelaçados por uma ou mais relações de interdependência entre pessoas e/ou organizações, em um demarcado contexto. Assim, entendemos as redes de sociabilidades como uma representação de estruturas sociais dinâmicas de menor custo à ação coletiva, em defesa dos seus próprios interesses, elevando a sua capacidade para controlar riscos.

¹⁹ Usa-se a expressão “sociedade civil” para se referir ao espaço de ação coletiva de interesses e valores comuns. Em teoria, as suas formas institucionais são distintas daquelas do Estado, da família e do mercado, embora na prática, as fronteiras entre Estado, sociedade civil, família e mercado são muitas vezes complexas, desfocada e negociadas. A sociedade civil frequentemente enlaça uma diversidade de espaços, atores e formas institucionais, variando em seu grau de formalidade, autonomia e poder. O espaço de atuação da sociedade civil é frequentemente formado por uma gama muito variada de organizações, *e.g.*, associações de desenvolvimento local, organizações não-governamentais, grupos comunitários, organizações de mulheres empreendedoras, associações de micro e pequenos empresários, movimentos sociais, associações de produtores rurais, etc.

ações de curto prazo cujo intuito é o de atender a transgressão dos limites do crescimento material, mais dirigidas as questões ambientais e a equidade social no local.

Importa realçar que algumas OTS, desde o início do movimento ambiental, foram o eixo central da rede que consubstanciou e sedimentou o esclarecimento do conceito do desenvolvimento sustentável. A confluência destas OTS na esfera internacional gerou processos de planos e programas comprometidos com o desenvolvimento sustentável inovadores. Estes planos e programas focam a sua aplicação no espaço/território a fim de atender as necessidades sociais de todos tipos, inclusive o desenvolvimento de comunidades, da inovação nas políticas públicas e na governança (Atkinson *et al.*, 2007).

Diante das evidências de transgressão dos limites do crescimento material (Meadows, 1974, 2004), no âmbito global, o movimento ambiental propiciou um novo campo de pesquisa científica transdisciplinar (Sachs, 2000a). Assim, no contexto do desenvolvimento sustentável, novos terrenos são desbravados incidindo para uma nova lógica de crescimento socioeconómico e de desenvolvimento local em que é premente a confluência dos setores público, privado e do terceiro setor aliados a sociedade científica (Sachs, 2004).

O movimento ambiental propulsou, de modo diacrónico, nova conduta na sociedade (Bürgeinmeier, 2005) com a interação dos diferentes atores sociais com relação ao desenvolvimento sustentável; ao espaço em que se vive, e que nele se produz economicamente (Berdoulay, 2003; Flipo, 2007). Justapõem-se a estes argumentos, a observação dos autores Dalal-Clayton e Bass (2002) referente ao comportamento ecológico, a partir do momento em que a sociedade global refletiu melhor como reduzir os seus impactos socioeconómicos sobre o meio que a circunda.

Por conseguinte, no âmbito do movimento ambiental, Sachs (1986b) identifica que apesar da interação entre diferentes atores sociais, o conceito de codesenvolvimento ainda era um desafio. Segundo o autor, havia no local, pelos diferentes atores sociais, um cruzamento de interpretações diversas a respeito do desenvolvimento sustentável e o exato sentido do desenvolvimento e sustentabilidade. Na visão de Scotto *et al.*, (2007), a denominação de sustentabilidade atribuída ao

desenvolvimento aparece em diferentes estudos e áreas variadas, todavia todos sobressaem as preocupações ecossocioeconómicas e as suas dimensões de sustentabilidade. O próprio Sachs (2008) reconhece que a definição de ecodesenvolvimento anui a preocupação com os aspetos económicos, mas não dissociados da problemática social e da ambiental, ou seja, era preciso identificar as dimensões de sustentabilidade. Neste contexto, Sachs lista cinco dimensões de sustentabilidade do ecodesenvolvimento que, posteriormente evolui para o conceito de desenvolvimento sustentável, que passamos a mostrar de seguida:

Tabela 1. Cinco dimensões de sustentabilidade

<p>Sustentabilidade social: o processo deve conduzir à equidade social considerando “(...) o desenvolvimento em sua multidimensionalidade, abrangendo todo o espectro de necessidades materiais e não materiais (...)” (Sachs, 2008: 181).</p>
<p>Sustentabilidade económica: a eficácia económica baseia-se em uma “(...) alocação e gestão mais eficiente dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado (...) A eficiência da sustentabilidade económica deve ser medida sobretudo em termos de critérios macrosociais” (Sachs, 2008: 181).</p>
<p>Sustentabilidade ecológica: abrange as ações de uso intenso dos potenciais inerentes aos variados ecossistemas, compatível com a sua mínima deterioração. “Toda ação de uso deve permitir o equilíbrio da natureza , através de processos de utilização que obedecem a seu ciclo temporal. Implica também em preservar as fontes de recursos energéticos naturais” (Sachs, 2008: 182).</p>
<p>Sustentabilidade espacial: compreende o planeamento – espaço/território – buscando o equilíbrio geográfico de populações, atividades e de poder urbano/rural. (Sachs, 2008)</p>
<p>Sustentabilidade cultural: é quando se traduz o “conceito normativo de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local” (Sachs, 2008: 183).</p>

Fonte: Elaborado pela autora com adaptação do conteúdo de Sachs (2008: 181-183).

A necessidade de se pensar as dimensões da sustentabilidade, segundo Sachs (2008), decorreu porque a prioridade do crescimento económico era, até então, dissociado das questões ecossocioeconómicas do local e havia confusão com relação ao conceito de desenvolvimento sustentável. Para Oliveira e Souza-Lima, (2006) o conceito de desenvolvimento sustentável é parte inextricável do movimento ambiental (cf. Figura 6:37). Neste contexto, segundo a explicação de Oliveira e Souza-Lima (2006: 22), a evolução da preocupação com o desenvolvimento ambiental compreende a preservação da natureza; o desenvolvimento da gestão e da ciência ecológica nos trópicos; ambientalismo e crise global; ecologia global, conservação e meio ambiente. Para Sachs (2008) as cinco dimensões de sustentabilidade necessitam ser observadas para se planear o desenvolvimento local sustentável.

Uma vez acordado o conceito de ecodesenvolvimento, novas questões surgem com o relatório *Nosso Futuro Comum*, contrapondo – crescimento quantitativo e desenvolvimento qualitativo – em que se considera o desenvolvimento sustentável oximoro (Goodland *et al.*, 1991). Na análise desses autores inexistente a sustentabilidade acima da capacidade de suporte do local, pois o capital elaborado pelo homem não substitui o capital natural local. Quanto a este desentendimento, tanto Goodland (1991:14) quanto El Serafy (1991:46), apesar de concordarem com os críticos do tal relatório, admitem que o documento propõe crescimento mediante maior produtividade. Isto tem por objetivo diminuir o volume de resíduos gerados pela economia, corrigir o meio ambiente e redistribuir o rendimento. Dito de outro modo, o crescimento necessita ser estancado em estado de equilíbrio, enquanto o desenvolvimento pode continuar, principalmente quando assentido pela criatividade e inovação social do tecido societal comprometido com o DLS.

Portanto, cabe clarificar os termos visto que a confusão consiste na esfera da semântica – sustentado *versus* sustentável e crescimento *versus* desenvolvimento. Isto é simples para se entender. Primeiro, sustentado *versus* sustentável. O desenvolvimento é – sustentado – quando a implementação de projetos desse cunho é financiado por alguém, algum órgão, ou fundo comunitário. Isto quer dizer que o desenvolvimento é sustentado quando é suportado por condições económicas, sociais e políticas. Já o projeto de desenvolvimento é – sustentável – quando, transversalmente, assegura a melhoria ecossocioeconómica local a que se dirige, e concomitantemente, está comprometido com o tecido societal em que se desenvolve, sem por em risco as gerações seguintes. Além disso, o desenvolvimento é sustentável quando promove melhorias de condições de vida à população autóctone, a sociedade local, de modo geral, promove a continuidade o seu próprio desenvolvimento sustentável.

Segundo, a confusão em relação ao crescimento *versus* desenvolvimento, direcionado ao conceito de desenvolvimento sustentável, que aqui se manifesta, não há porque, uma vez que um não é sinónimo do outro. A base da teoria do crescimento económico expressa-o em termos quantitativos, equivale ao aumento da produção, de rendimento e lucro – resulta do acúmulo do capital, sem qualquer abordagem, ou

significado qualitativo. A explicação dos economistas Francisco Louçã e José Castro Caldas de modo sucinto esclarece melhor entendimento:

A teoria do crescimento pode ser definida como o ramo da Economia que estuda o crescimento histórico do PIB dos diversos países ou regiões. Esta teoria interessa-se, quase exclusivamente, pelo crescimento do PIB e do PIB *per capita*, porque assume que o bem-estar humano está estritamente correlacionado com estas variáveis. Ignora ou menospreza, portanto, questões de qualidade de vida e de justiça distributiva. Esta visão é criticada pela Economia do Desenvolvimento. (...) Na perspetiva do desenvolvimento, o crescimento não pode ser sinónimo de bem-estar (Louçã e Caldas, 2010:280).

A raiz desta questão, segundo Celso Furtado, é que só em meados de 1970 o desenvolvimento deixou de ser visto apenas como progresso material e nele incorporou-se outros valores além da dinâmica económica (Furtado, 1974). Desde então o desenvolvimento ganhou uma multiplicação conceitual: desenvolvimento social, desenvolvimento com equidade, desenvolvimento humano, desenvolvimento sustentável (*cf.* Figura 6:37). O crescimento da economia passa a ser percebido como elemento de um processo maior, e os resultados que produz não pode ser interpretado ao mesmo tempo em benefícios na área ambiental ou social. Segundo o sociólogo Fernando Henrique Cardoso esta metamorfose conceitual dá-se porquê ...

[...] nas ciências sociais os conceitos são historicamente densos. Quer dizer: eles precisam redefinir-se sempre que ocorram alterações de alcance estrutural nas relações sociais. Assim, as novas dimensões – ecológicas e até éticas, por exemplo – enriqueceram as noções de desenvolvimento (Cardoso, 1995: 148).

Assente Furtado (2004) que a ideia de desenvolvimento é simplesmente um mito. Na opinião do autor, essa conceção mudou a atenção da tarefa básica de identificar as necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre

ao *homo faber* o avanço das ciências sociais, para concentrá-las em outros objetivos abstratos. O autor argumenta que ...

O desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação e de aumento de produtividade macroeconómica, mas principalmente o caminho de acesso as formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade. (...) não existe desenvolvimento sem acumulação e avanço técnico. Seu impulso dinâmico vem da harmonia interna do sistema produtivo em seu conjunto, o que só se torna possível com a industrialização. (...) O problema crucial é definir o tipo de industrialização capaz de gerar o verdadeiro desenvolvimento (Furtado, 2004: 485).

Nas palavras de Scatolin, identificadas por Oliveira (2006: 17), raros são os outros conceitos nas ciências sociais, como é o caso de desenvolvimento, que se têm colocado a tanta controvérsia. Com efeito, é comum o uso de alguns conceitos, *e.g.*, progresso, crescimento e industrialização como sinónimos de desenvolvimento. Compreende-se que tais denominações possuem, em sua expressão semântica, diagnósticos da realidade, *i.e.*, o conceito sentencia alcançar o desenvolvimento.

Neste sentido, Furtado pressupõe o desenvolvimento como caminho de acesso as formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana a responderem às aspirações da coletividade local sem por em prejuízo as sociedades vindouras. Partindo deste princípio, o DLS pode ser entendido como um passo concreto, responsável e projetado para atender às aspirações legítimas e urgentes do tecido societal. Mais ainda, incrementar o espaço/território com a inovação social diante das exigências do meio ambiente, quando o estado do mundo tem um olhar diferente para o futuro sustentável. Por conseguinte, o desenvolvimento local, no melhor sentido da palavra, só é sustentável quando se torna responsável pelo meio ambiente. Assim, esta é a responsabilidade do tecido societal com o meio ambiente que o protege designando força e essência da evolução biológica do ecossistema.

Todo este trajeto do movimento ambiental, que aqui se delineou, e que pode ser observado na Figura 6, exposta anteriormente, página 37, foi o ponto de partida para a evolução e afirmação do conceito de desenvolvimento sustentável, item que iremos abordar a seguir.

2.2.2. DEFINIÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de desenvolvimento sustentável evoluiu significativamente em todo o mundo. Parte da percepção preservadora e orientada à proteção da natureza para uma perspectiva crítica relacionada a várias formas e apropriações dos recursos naturais. Neste sentido, pondera as inter-relações decorrentes dos processos económicos, sociais, ambientais e locais no sentido de sua historicidade e cultura; o que Sachs (2007) percebe como inter-relações decorrentes dos processos ecossocioeconómicos.

Recorda-se que a expressão desenvolvimento sustentável se difundiu na década de oitenta, através de diversos estudos de especialistas amparados pelos trabalhos da *International Union for Conservation of Nature (IUCN)*²⁰, entre outros. O termo desenvolvimento sustentável é de origem anglo-saxão – *Sustainable Development* – que no espaço francófono se denomina – *Développement Durable*. O conceito de desenvolvimento sustentável tem sua definição concretizada com a publicação do relatório *Nosso Futuro Comum*, no original – *Our Common Future*²¹ –, elaborado no período de 1983 a 1987 pela Comissão Brundtland que o define como ...

o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades (WCED, 1987: 43).

Pode-se inferir, com base no que foi analisado no item anterior, que o conceito de desenvolvimento sustentável concebe o desenvolvimento sem restringi-lo a um

²⁰ A IUCN já foi anotada na referência 11 deste trabalho. Para mais informações e detalhes sobre a organização e publicações a respeito do assunto em lide, ver: <http://www.iucn.org/>

²¹ Já foi comentado na nota de rodapé 13.

singular crescimento quantitativo. Muito mais do que isto, intervém à qualidade das interrelações do *homo faber* com o ambiente em que vive e que estrutura o tecido societal local, desse modo, com projeção global, de bem-estar e qualidade de vida. Por este motivo, provoca a necessidade de harmonizar a evolução dos valores sociais e culturais repulstando todo processo que conduz à destruição dos valores ecossocioeconómico local. A conceção deste desenvolvimento é sustentável porque prevê responder às necessidades da população presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de replicar as suas.

A base do conceito fundamenta o desenvolvimento sustentável na conceção de respeito as diferentes formas de vida, assegura a responsabilidade individual e coletiva na preservação do ecossistema, em contexto local e global. Mas, as transformações a essa conceção estão submetidas a compreensão coletiva da natureza sistémica da crise mundial. Portanto, depende do tecido societal, quando ciente desta realidade, planear e sugerir suas próprias alternativas de desenvolvimento local sustentável às políticas vigentes e seus efeitos sobre a sociedade e o ambiente local.

A CMMA alicerça o conceito de desenvolvimento sustentável em quatro pontos cruciais relacionados a degradação do meio ambiente e aos problemas sociais e económicos que afligem o mundo. O primeiro, foi o de submeter a apreciação mundial estratégias ambientais de longo prazo para obter um desenvolvimento sustentável a partir de quinze anos, após a publicação do Relatório Nosso Futuro Comum, *i.e.*, a partir do ano de dois mil. Diante de tal propósito estabelecido, há um quarto de século, percebe-se o quanto é complexo a implementação de tais estratégias, visto que os anos decorreram, e os problemas ainda existem e, alguns casos, em maior tenacidade, *e.g.*, a poluição que incide no ar, clima, solo e águas.

O segundo ponto que a CMMA estabelece com relação ao conceito de desenvolvimento sustentável refere-se a cooperação entre países. A CMMA elabora sugestões de atividades e ações relacionadas a preocupação com o meio ambiente e a cooperação entre países em desenvolvimento e países em fase diferentes de desenvolvimento económico e social. Esta cooperação deveria levar à consecução de objetivos comuns e interligados em que se deve considerar as inter-relações de pessoas,

recursos, meio ambiente e desenvolvimento (WCED, 1987). Pode-se, assim inferir, que é justamente esta cooperação internacional, entre nações e comunidades, que fortalece a rede de sociabilidade entre o setor público, privado e o terceiro setor. Em especial com o terceiro setor, as OTS expandem-se e adquirem maior relevância global, principalmente a OTS com maior criatividade e inovação social dirigidas para a sustentabilidade local.

O terceiro fundamento no sentido de contextualizar o conceito de desenvolvimento sustentável pondera as circunstâncias e os meios pelos quais a sociedade internacional pode atuar de modo eficiente com as preocupações de carácter ambiental. Todo procedimento da sociedade internacional só se concretiza a partir do DLS, *i.e.*, a partir de ações locais de desenvolvimento e compromisso com o meio ambiente. Porquanto, a preocupação de carácter ambiental principia na produção industrial de bens, e em atribuir, de maneira eficaz, os recursos necessários para que não haja a sua exaustão no futuro.

Com efeito, o desenvolvimento sustentável é de grande importância para o tecido societal como um todo. A supremacia do desenvolvimento sustentável no comportamento da sociedade revela a preocupação com os recursos naturais para as gerações futuras. Mas também incide na apreensão com a qualidade de vida do momento, gerenciando e direcionando os processos produtivos para que sigam o que o modelo de desenvolvimento sustentável propõe.

Neste sentido, o terceiro fundamento que contextualiza o conceito de desenvolvimento sustentável sugere a implementação de ações e políticas de desenvolvimento sustentável local com propulsão global. Estas políticas podem ser implementadas como, *e.g.*, tecnologias limpas, fomentação de escolhas sustentáveis para a produção e consumo, racionalização dos recursos naturais, incentivo a redes de sociabilidade entre todos os segmentos da sociedade e estímulo à investigação nesse campo. Desse modo, parece impreterível que a sociedade internacional recorra à investigação científica e tecnológica para assistir o almejado desenvolvimento sustentável.

O quarto ponto que contextualiza o conceito de desenvolvimento sustentável, a partir da publicação do *Relatório Nosso Futuro Comum*, incide em auxiliar o tecido societal a definir noções comuns relativas a questões ambientais de longo prazo. Recai em apoiar o tecido societal nos esforços necessários para tratar com êxito os problemas da proteção e da melhoria do meio ambiente. Além disso, ajudar o tecido societal a definir uma agenda de longo prazo e os objetivos a que aspira a comunidade mundial. (WCED, 1987).

Para entender o que é desenvolvimento sustentável, na expressão de Hulse (2008), é necessário antes fazer uma análise sistemática dos fatores e recursos envolvidos neste processo que interagem de forma diferente, em contextos desiguais. O autor ainda ressalva que o desenvolvimento sustentável não é um objetivo que é conseguido através de um caminho linear, não pode ser explicado por uma fórmula conjunto. No sentido de estratégia a longo prazo, analisa-se cada ação à luz de sua função social, económica, física, e às vezes política respeitando a historicidade e a cultura do tecido societal local.

O conceito de desenvolvimento sustentável assume a forma de compromisso internacional na Cimeira da Terra (RIO-92)²². A RIO-92 foi considerada por diversos especialistas como uma das repostas internacionais mais marcantes no século passado. Teve por objetivo central buscar meios de conciliar o desenvolvimento socioeconómico com a conservação e proteção do ecossistema da terra. Neste sentido o objetivo da RIO-92 primou pela consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável. Além disso, buscou saídas, estratégias pré-estabelecidas de longo prazo, para que o desenvolvimento socioeconómico fosse tão importante quanto a conservação e proteção do meio ambiente (Strange & Bayley, 2008).

Na Cimeira da Terra ficou constatado que a agressão ao meio ambiente ultrapassa os limites de ações isoladas e localizadas, constituindo-se numa preocupação

²² Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (UNCED, sigla em inglês), também intitulada: Cimeira da Terra usando a sigla de RIO-92 porque foi sediada na cidade do Rio de Janeiro. A Cimeira é também conhecida pela expressão de ECO-92. Foi realizada de 3 a 14 de Junho de 1992.

de toda a humanidade. Neste contexto a RIO-92 foi fundamental para o reconhecimento da comunidade internacional de que os maiores causadores dos danos ao meio ambiente eram, e são, os países desenvolvidos. A RIO-92 promoveu uma conscientização global da necessidade do estabelecimento de uma verdadeira política de desenvolvimento sustentável (Santos *et al.*, 2005:9).

No âmbito da RIO-92 concomitante ocorreram outros eventos, *e.g.*, a Convenção sobre Mudanças Climáticas, a Convenção sobre Diversidade Biológica e o Fórum Global. Imbuídas de avaliar e discutir soluções plausíveis, em proporção global, para o desenvolvimento sustentável, diversas OTS manifestaram-se na elaboração de documentos. Neste contexto se pode dizer que a RIO-92 não foi somente um ato institucional onde se reuniram 173 dos 178 países membros da ONU, mas um grande movimento ambiental que contou com mais de 1.100 OTS credenciadas que influenciaram nos acordos decorrentes da Conferência. O trabalho das OTS e dos especialistas foi, principalmente, o de asseverar que o que se faz em abrangência local repercute em dimensão global, assim “*para ser universal, basta [trabalhar a partir] de sua aldeia*” (Liev Tostói, 1828-1910). Resulta da lida daqueles que deram organicismo a RIO-92, além da Agenda 21, outros acordos internacionais ajustados às políticas de desenvolvimento sustentável e a sua implementação global e local, *e.g.*:

- Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento²³;
- Declaração de Princípios sobre o Uso das Florestas;
- Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica;
- Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UN, 1992).

Outro fato importante como resultado da RIO-92 foi a constituição da Comissão de Desenvolvimento Sustentável, uma nova Comissão do Conselho Económico e Social

²³ A Declaração do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento estabelece que a proteção ambiental deverá constituir-se em parte integrante do processo de desenvolvimento e se recomenda a cooperação entre os Estados aliados a participação de todo tecido societal. Essa Declaração contém 27 itens que definem as linhas principais da Agenda 21 e de todos os demais acordos adotados pela RIO-92. Daquele documento, também se deduz os princípios que se deve seguir no planeamento das políticas públicas no nível mundial.

da ONU. Essa Comissão emerge com a missão de avaliar o progresso da implementação da Agenda 21 conforme descreve o Capítulo 28 de tal Agenda.

O Capítulo 28, Iniciativas das Autoridades Locais, é talvez o mais importante por conter as indicações de como transformar a Agenda 21 Global em um instrumento primordial a participação do maior número possível de agentes de uma determinada comunidade na elaboração de uma agenda que atenda aos interesses da maioria, construída segundo as especificidades locais, porém respeitando os princípios acordados globalmente (Ultramari, 2005:135).

Subentende-se que a Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável (CDS) adquire um papel central em ampla dimensão; desde as atividades desenvolvidas pelos órgãos intergovernamentais para a implementação da Agenda 21 até a comunidade local. Nesse sentido, a implementação do desenvolvimento sustentável – Agenda 21 é o próximo tópico a ser dissertado conforme transcorre na Figura 6 – Cronologia do desenvolvimento sustentável, exposta anteriormente na página 37.

2.2.3. IMPLEMENTAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – AGENDA 21

A Agenda 21 (A21) é um plano de ação global para o desenvolvimento sustentável aprovada na RIO-92 por 173 chefes de governos. É considerada por muitos especialistas como peça central entre os acordos assinados nesta Cimeira (Moralejo, 2005; Rydin, 2007; Roosa, 2010). A A21 nasceu do “Relatório Nosso Futuro Comum” que, como já comentamos anteriormente, e busca pela integração do meio ambiente e do desenvolvimento junto com o desejo de dividir responsabilidades entre países do Norte e do Sul (Roosa, 2010; Couret *et al.*, 2011). Portanto, a A21 “*aborda os problemas*

prementes do hoje e tem o objetivo de preparar o mundo para os desafios do século XXI” (UN²⁴, 92: Preâmbulo da Agenda 21).

A Agenda 21 Global (A21G) é um plano de ação estratégico que considera o desenvolvimento ambiental, social e económico de forma integrada a fim de conter a destruição do meio ambiente e eliminar as desigualdades entre países. Nesse contexto, a Agenda 21 Global prevê o espaço local como âmbito de aplicação de suas ações (Rydin, 2007; Couret *et al.*, 2011). As atividades prioritárias da A21G pressupõem diretrizes para o desenvolvimento sustentável e institui a implementação de ações de sustentabilidade com a participação e responsabilidade do tecido societal em toda parte do mundo (Moralejo, 2005; Roosa, 2010). As ações estratégicas desse plano tem por objetivo promover um novo padrão de desenvolvimento mundial sendo possível conciliar métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência económica (UN, 1992; Flipo, 2007). O Conselho Internacional de Iniciativas Ambientais Locais (ICLEI) define a Agenda 21 Local como:

[...] um processo participativo, multissetorial, com a missão de atingir os objetivos da Agenda 21 em abrangência local transversalmente elaborando e implementando um plano de ação estratégico de longo prazo orientado às prioridades locais para o desenvolvimento sustentável (ICLEI, www.iclei.org).

Outra definição da Agenda 21 reporta-a a um instrumento de política e gestão local (Flipo, 2007), um plano estratégico de implementação de políticas de desenvolvimento sustentável que integra todos os setores do tecido societal. Esta definição percebe a A21 como um plano assente em um modelo de democracia participativa (Sitarz, 1993; Moralejo, 2005; Couret *et al.*, 2011). O conteúdo textual da A21 corrobora a tese de que a ações insustentável de produção e consumo impacta significativamente no meio ambiente no sentido de baixo para cima, ou seja, do local para o global. O efeito cumulativo dessas ações, em conjunto, regista danos que, algumas vezes são insanáveis, ao ecossistema, em proporção mundial (Veiga, 2005b).

²⁴ <http://www.un.org/esa/dsd/agenda21/>

Sobre o objetivo do programa de ação da A21, segundo Moralejo (2005), Rydin (2007), Roosa (2010), Couret *et al.*, (2011), a sua implementação local consubstancia o consenso mundial prover maior compromisso político sobre o desenvolvimento e a cooperação em torno da sustentabilidade ambiental. Neste ínterim, o compromisso político afilia-se as OTS, e demais organizações²⁵ para que o movimento se estenda a todos os lugares e adquira melhor base e maior credibilidade ecossocioeconómica.

As organizações [do terceiro setor] desempenham um papel fundamental na modelagem e implementação da democracia participativa. A credibilidade delas repousa sobre o papel responsável e construtivo que desempenham na sociedade. As organizações formais e informais, bem como os movimentos populares, devem ser reconhecidos como parceiros na implementação da Agenda 21. A natureza do papel independente desempenhado pelas organizações [do terceiro setor] exige uma participação genuína; portanto, a independência é um atributo essencial dessas organizações e constitui condição prévia para a participação genuína (UN, 1992, Cap. 27: 27.1).

Para Roosa (2010) o papel das OTS é o de representar a sociedade. Neste sentido as OTS partem, em especial, do local para o global e o movimento das OTS é fator-chave na implementação dos planos estratégicos que constroem as bases para o DLS. Para tanto as OTS são mais ativas nas áreas social e ambiental, porém se entrelaçam todos os setores do tecido societal formando uma rede de sociabilidade. Esta rede difunde os princípios da A21, que aos poucos, infiltra-se por toda parte e se alastra, como um manifesto pacífico e contagioso, apregoa a democracia direta e participativa,

²⁵ Usa-se o termo organização como sinónimo de instituição, corporação ou organismo generalizando os diversos modelos de organizações do terceiro setor. O conceito de organização provém do prefixo grego *órganon*, que exprime a ideia de órgão, ferramenta ou instrumento de trabalho inventados e aperfeiçoados para facilitar na consecução de atividades orientadas para um fim particular, e este por sua vez designa cada uma das partes de um mecanismo que exerce função especial. Organização significa um grupo, uma entidade social organizada, composta por pessoas que trabalham juntas e deliberadamente constituída formal e autonomamente. A organização tem um objetivo ou intensão explícita e comum, está estruturada em uma divisão de trabalho, funções e responsabilidade cujo fim é atingir um objetivo geral.

promove o conhecimento e responsabilidades com a equidade e justiça social e o meio ambiente.

A A21 não se limita a implementar políticas estratégicas de erradicação aos danos do ecossistema, esclarece Couret *et al.*, (2011). O planeamento de ação estratégicas valoriza também a promoção da identidade sociocultural local, enfatiza a cooperação entre iguais e corrobora à arte de se associar²⁶, tão ignorados pela sociedade de consumo que se alimenta do individualismo e do isolamento social. Neste sentido, Couret *et al.*, (2011) anota que a A21 estimula novas formas de planeamento e gestão do tecido societal em que fomenta o capital social²⁷ local em suas diversas modalidades de associativismo, advindo do terceiro setor. Portanto, a A21 lança diretrizes ao Estado, as OTS e outras organizações em busca de ampla legitimação social e ambiental em que considera a relevância do capital humano como fator de desenvolvimento local sustentável.

A Agenda 21 pode ser entendida, segundo Novaes (2008) como um ato internacional, sem carácter mandatário, porém se configura em vasto documento de natureza pragmática entre Estados, OTS e demais organizações públicas e privadas. Constitui, desse modo, em um documento orientador dos governos, das organizações

²⁶ Aléxis de Tocqueville (1805-1859) (1987) cunhou este termo como uma expressão clássica atribuída aos seus estudos sobre a sociedade dos Estados Unidos da América do século XIX e a sua aptidão para se desenvolver de modo económico e social em sistemas de associações. Na concepção do autor o sucesso da democracia dos EUA pairava no segredo da arte de se associar.

²⁷ Para Putnam (1995) capital social refere-se ao comportamento da organização social com os seguintes aspetos: redes de sociabilidade, normas e confiança. Esses aspetos incidem no comportamento do tecido societal como facilitador à coordenação e à cooperação para o benefício mútuo. O autor definiu como elementos fundamentais para se gerar capital social a intensidade da vida associativa local. Na visão de Pierre Bordieu (1980) o capital social pode ser percebido como um grupo de recursos concretos ou capacidade de obter resultados por pertencer de facto a rede de sociabilidade que promove as relações de conhecimento e reconhecimento mútuos. Para Bordieu os elementos fundamentais do capital social refere-se a intensidade de tempo e ao tamanho da rede de sociabilidade e, neste contexto, as conexões que pode efetivamente mobilizarem. Manifesta Bordieu (1980: 67) que o capital e suas diversas expressões – económico, histórico, simbólico, cultural, social – incidem diferentes aspetos da sociedade capitalista e a outros modos de produção, desde que sejam considerados social e historicamente limitados às circunstâncias que os produzem. Neste sentido, do ponto do capital social, a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento local sustentável depende destes fatores: a confiança, e a rede de sociabilidade. Estes dois fatores estão intimamente imbricados: redes de sociabilidade só se formam com base na confiança e na solidariedade; o exercício da confiança leva as pessoas à cooperação e a se relacionarem segundo um padrão de rede (Marques, 2003). Assim como capital social é confiança e cooperação ampliadas socialmente, rede também é capital social.

internacionais e da sociedade civil, para o desenvolvimento sustentável. Tem como propósito conciliar a proteção do ambiente com o desenvolvimento económico e a coesão social. De facto este documento traduz em ações o conceito de desenvolvimento sustentável, pois representa uma expressiva agregação de parâmetros, metas, princípios e estratégias em relação ao desenvolvimento socioeconómico e a conservação e proteção ambiental.

Como ato internacional, os objetivos da A21 abordam amplas questões de padrões de produção e consumo à diversas políticas económicas, sociais e ambientais, *e.g.*, trabalho digno, erradicar a pobreza no mundo e de desenvolvimento sustentável. Na sua amplitude, como termo legal, a A21 inclui também a dinâmica demográfica, proteção à saúde, proteção a grupos desfavorecidos, saneamento básico, energia e transportes sustentáveis. Além disso, habitação, resíduos, eficiência energética, poluição urbana, uso da terra, transferência de tecnologia dos países ricos para os pobres, etc. (Novaes, 2008: 324).

Como documento de orientação legal, a A21 não prevê sanções concretas, mas as sugestões que nela se encontram alicerçaram a elaboração de leis ambientais em diversos países. Na prática, as sugestões preestabelecidas na A21, possuem os mesmos efeitos que os princípios internacionais (Flipo, 2007). De certa forma, no âmbito de seus efeitos, elas podem até mesmo ser comparadas às resoluções da ONU e de outros organismos internacional direcionados ao desenvolvimento sustentável (Dalal-Clayton e Bass, 2002; Strange e Bayley, 2008).

Desse modo, a ampla adesão aos seus princípios tem favorecido a inserção de novas atitudes frente aos postulados de preservação do ecossistema. Porquanto, a A21 delinea a forma como o setor público, privado e o terceiro setor pode, aliados, cooperarem com soluções inovadoras para os problemas ecossocioeconómico. Este comportamento deve-se porque a A21 destaca as estratégias para que o desenvolvimento sustentável seja alcançado. Nesse sentido, indica atores e parceiros e sugere metodologias para obtenção de consensos e os mecanismos institucionais necessários para a sua implementação e monitoramento (Flipo, 2007).

Assim, a A21 comporta um programa mundial de ações com o fim de implementar novas posturas face a diversidade das formas de vida na Terra, aos usos dos recursos naturais, a mudança de hábitos de consumo (Flipo, 2007). Mais ainda, a A21 estimula a informação, criatividade e a projeção de ideias em inovação de tecnologias mais limpas. Portanto, as estratégias, de curto e longo prazo, pré-orientadas pela A21, representam uma tomada de posição ante a premente necessidade de assegurar a manutenção da qualidade do ambiente e dos complexos ciclos da biosfera (Dalal-Clayton e Bass, 2002). Estas estratégias estão integradas em 40 setores e assuntos diferentes dimensionados em quatro grandes secções, conforme pode ser observado no Tabela 2, mais a frente.

Tabela 2. Secções da Agenda 21

Secções	Objetivos
Dimensões sociais e económicas	Ajuda dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento para implementar, através das políticas internacionais, o DS. Estratégias de combate à pobreza e à miséria. Introdução de mudanças nos padrões de produção e consumo. Equilíbrio entre sustentabilidade e dinâmica demográfica. Equidade e melhoria da saúde pública e da qualidade de vida.
Conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento	Respeito e responsabilidade no manejo dos recursos naturais e de resíduos e substâncias tóxicas, de forma a assegurar o DS.
Fortalecimento do papel dos principais grupos sociais	Ações de fomento à participação, nos processos decisórios, dos jovens, dos povos indígenas, OTS, dos trabalhadores e sindicatos, dos representantes das comunidades científicas e tecnológicas, dos agricultores e do setor privado.
Meios de implementação	Criação e/ou indução de mecanismos financeiros e instrumentos jurídicos nacionais e internacionais à implementação de programas e projetos com objetivo de sustentabilidade.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Strange e Bayley (2008: 28)

Alguns conceitos-chave que estão alicerçados nas quatro grandes secções da A21, segundo a análise dos autores Dalal-Clayton e Bass (2002) e Strange e Bayley (2008), representam os fundamentos do desenvolvimento sustentável. O primeiro conceitos-chave refere-se a educação e desenvolvimento individual para

consciencializar a sociedade, em especial a mais jovem, para os problemas comuns a toda humanidade. Mas, também, através da educação e desenvolvimento, incentivar, engajar e concretizar ações nas comunidades. Em segundo, encontra-se a equidade e fortalecimento dos grupos socialmente vulneráveis. Esta premissa que perpassa quase todos os capítulos da A21 está imbuída em reforçar valores e práticas de gestão democrática e de uma cidadania direta, mais coletiva e participativa. Por terceiro o planeamento. O desenvolvimento sustentável só será atingido mediante estratégia de planeamento integrado, que estabeleça prioridades e metas realistas a cada lugar, respeitando a suas especificidades de história e cultura local. O quarto conceito-chave refere-se ao desenvolvimento da capacidade institucional. A A21 frisa a importância de desenvolver competências e formar recursos humanos para a gestão das atividades competentes ao planeamento do desenvolvimento sustentável. Neste sentido, a formação e a qualificação de recursos humanos deve ocorrer nos quadros de organizações de governo, empresas privadas, e também na OTS, *i.e.*, incidir do global ao local. Por quinto, o conceito-chave é a informação. A A21 indica a necessidade de publicitar bases de dados e informações no sentido de permuta de comunicação, de auxiliar a tomada de decisão, o cálculo e o monitoramento dos impactos das atividades humanas no meio ambiente, troca de experiências. Essa base de dados implica em reunir dados e informações dispersas e setorialmente produzidas para possibilitar, avaliar e organizar as informações geradas, sobretudo nos países em desenvolvimento.

Para Strange e Bayley (2008) os conceitos-chave da A21, quando aplicados na prática, constituem-se em forte instrumento de reconversão da sociedade industrial dirigido a um novo paradigma: o de mundo próspero. Este novo paradigma é suscetível de revitalização de desenvolvimento de acordo com os critérios de sustentabilidade local. Esta nova reconversão exige do tecido societal a reinterpretação do conceito de progresso, tanto para os países desenvolvidos quanto para os em desenvolvimento, promulgando a condição de cidades sustentáveis. No limite de cidades sustentáveis a produção industrial e o desenvolvimento tecnológico pode existir e contemplar, ao mesmo tempo, harmonia e equilíbrio holístico entre o todo e as partes, mensurando o crescimento no sentido da qualidade e não apenas da sua quantidade.

Desse modo, Moralejo (2005) e Gomes (2009) asseveram que consubstanciando a A21, as primeiras discussões sobre sustentabilidade local nasceram com o Projeto das Cidades Europeias Sustentáveis, em 1993. Sob a coordenação da Comissão Europeia, a fase inicial desse Projeto teve como objetivo desenvolver a cooperação entre cidades para a promoção do Plano de Ação da Agenda 21 Local. Em 1994 o ICLEI organizou e deu início a campanha – Sustentabilidade das Cidades Europeias. Na primeira Conferência Europeia das Cidades Sustentáveis foi aprovada a Carta de Aalborg que criou bases para um compromisso sério por cidades europeias para a execução da Agenda 21. Com a assinatura da Carta de Aalborg as cidades e o sistema societal assumem participar nas iniciativas locais relacionadas a A21 e desenvolver programas de longo prazo tendo em vista o desenvolvimento sustentável (CA, 1994: 1). Este compromisso, segundo Gomes (2009) compreende os seguintes temas que a Carta de Aalborg preconiza conforme pode-se visualizar na Tabela 3, a seguir:

Tabela 3. Temas preconizados na Carta de Aalborg

Temas preconizados na Carta de Aalborg	• Conceito e princípios de sustentabilidade
	• Estratégias locais para a sustentabilidade
	• A sustentabilidade como um processo criativo, local e equilibrado
	• A negociação aberta como método de resolução de problema
	• A economia urbana para a sustentabilidade
	• Equidade social para a sustentabilidade urbana
	• Padrões de uso sustentável do território
	• Padrões de mobilidade urbana sustentável
	• Responsabilidade pelo clima mundial
	• Prevenção da intoxicação dos ecossistemas
	• A autogestão no plano local, condição necessária da sustentabilidade
	• Os cidadãos como protagonistas da sustentabilidade e o envolvimento da comunidade
	• Meios e instrumentos da gestão urbana, orientados para a sustentabilidade.

Fonte: elaborado pela autora, adaptado de Gomes (2009:30)

Para Gomes (2009) com o consentimento da Carta, o poder local assume cada um dos temas e reconhece a necessidade de elaborar, no contexto de cada lugar, políticas de estratégias integradas de desenvolvimento sustentável. Mas, ao mesmo tempo, ao se firmar este documento, as autoridades locais passam a fazer parte da

“Campanha Cidades Sustentáveis”. Por conseguinte, como membros dessa campanha, cada local instituiu um elo que forma a rede de cidades imbuídas de coleta e propagação de informação sobre desenvolvimento local sustentável.

A Carta de Aalborg, para González (2008), compreende o compromisso de cidades europeias como peça motriz na implantação da A21 local, de modo a ser implementada em todas as suas dimensões. Para se concretizar esse compromisso, a Carta de Aalborg comporta três partes que, desmembrar-se-ão em planeamento de ações, passo-a-passo. A primeira parte refere-se a – declaração comum: cidades europeias à sustentabilidade – e discute-se *“o essencial papel que as cidades desempenham na adoção de um modo de vida baseado no capital da natureza”* (CA, 1994:6-7). Isto quer dizer que a cidade é vista como principal lugar no processo evolutivo dos hábitos de vida, da produção, do consumo e das estruturas ambientais, o que repercute no empenhamento para o desenvolvimento local sustentável. A segunda parte diz respeito a *“campanha das cidades europeias sustentáveis”*. Tem por fim facilitar a assistência mútua entre as cidades para o desenvolvimento e a implementação de políticas orientadas para a sustentabilidade e a conceber planos locais de Agenda 21 (CA, 1994:6-7). A terceira parte aborda a – *“participação no processo local da Agenda 21: plano de ação local para a sustentabilidade”*. Tal compromisso da Carta visa atender o acordo assinado na RIO-92, refere-se ao Capítulo 28 da Agenda 21 – iniciativas das autoridades locais em apoio à Agenda 21 (CA, 1994).

Outros eventos são realizados no sentido de plasmar a A21 local. Em 1996, na cidade de Lisboa, ocorreu a Segunda Conferência Campanha das Cidades Europeias Sustentáveis, e dela obteve-se o Plano de Ação de Lisboa – Da Carta à Ação. Assevera Moralejo (2005) que esse documento fundamenta-se nas experiências locais mediante troca de informações e debates acontecidos na Conferência. O autor anota que as discussões foram amparadas seguindo alguns princípios, entre eles, *e.g.*, as recomendações especificadas na Carta de Aalborg, no guia da Comissão de Gestão das Administrações Locais do Reino Unido. Mas, acrescenta-se ainda, o Relatório sobre Cidades Europeias Sustentáveis, do Grupo de Peritos em Ambiente Urbano da Comissão Europeia, e o Guia de Planeamento da Agenda Local 21 do Conselho Internacional para as Iniciativas Locais de Ambiente (CA, 1996). Nesta ágora

procedem-se permutas de ideias e experiências de boas práticas locais, e os atores exploraram oportunidades de colaboração com outras comunidades europeias em projetos mútuos (CA, 1996). O ambiente propicia o associativismo e a cooperação entre os atores que identificam as necessidades entre si, como agentes locais envolvidas nos processos da Agenda 21 Local.

Todavia, apesar de todo o empenhamento de alguns países, em especial no continente europeu, a implementação da A21, cinco anos após a sua conceção, não avançou para o concreto (Santos *et al.*, 2005). A Agenda 21 foi revista em 1997 na sessão especial sobre o meio ambiente e desenvolvimento sustentável da Assembleia Geral da ONU, realizada em Nova Iorque, designada por RIO+5. Nessa sessão se reexaminou os compromissos adotados na RIO-92, e constatou-se o défice na implementação da A21 no âmbito global. Comenta Santos *et al.*, (2008), com base nos argumentos do programa ONU para a implementação da Agenda 21 que ...

Apesar do enorme esforço desenvolvido por governos e organizações internacionais, reflectido no facto de cento e cinquenta países terem desenvolvido comissões ou mecanismos de coordenação como o objetivo de desenvolverem e integrarem uma aproximação ao desenvolvimento sustentável, a verdade é que, como refere o programa 'futura implementação da Agenda 21', o estado global do ambiente continua a deteriorar-se. Problemas ambientais significativos continuam a ter a sua origem nas especificidades e características socioeconómicas dos diferentes países em todas as regiões (*ipsis litteri* Santos *et al.*, 2008:10-11).

Como resultado da RIO+5 ficou acordado um programa para uma melhor aplicação da Agenda 21. Na sequência desse diálogo, na Cimeira do Milénio, 55^a Assembleia da ONU ocorrida no ano de 2000, em Nova Iorque, adotou-se uma Agenda complementar²⁸ – Metas do Desenvolvimento do Milénio²⁹. Mais precisamente

²⁸ Apesar dessa agenda complementar, Santos *et al.* (2005: 11) ressaltam que na revisão da Agenda 21 na RIO+5, o programa da ONU indicou o ano de 2002 como data limite para os países apresentarem a

denominada como “Objetivos do Milênio” essas metas têm o propósito de até o ano de 2015 reduzir pela metade os maiores problemas que assolam o tecido societal mundial e estorvam o desenvolvimento sustentável. São elas: 1) reduzir a pobreza extrema e erradicar a fome; 2) fornecer educação primária universal; 3) promover a igualdade de gênero e autonomia das mulheres; 4) reduzir a mortalidade infantil; 5) melhorar a saúde materna; 6) conter a propagação do vírus da SIDA, a malária e outras doenças; 7) garantir a sustentabilidade ambiental; 8) desenvolver uma parceira global para o desenvolvimento. As Metas de Desenvolvimento do Milênio possuem prazos quantificados e calendarizados, adotadas por 199 países com ênfase particular nas políticas de globalização e de direitos humanos³⁰.

Também no ano de dois mil acontece a Conferência de Hanôver, “Terceira Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis”. Essa Conferência teve o objetivo de avaliar os progressos realizados na implementação da A21L e os processos de planeamento de desenvolvimento sustentável, e celebrou a Declaração de Hanôver³¹. Nessa Declaração os líderes municipais solicitam dos chefes de Estado financiamento e maior apoio à implementação de programas de desenvolvimento sustentável local. Mas se comprometem a introduzir indicadores para monitorar a sustentabilidade local como meio de comparar indicadores comuns europeus. No assentimento de Moralejo (2005: 117), a Declaração de Hanôver “*reforçou o compromisso político a favor de um desenvolvimento local sustentável*”. Tal documento possibilitou dar coerência as ações que seriam, a partir de então, implementadas nos distintos países, bem como facilitou a difusão de experiências bem-sucedidas por eles (países) realizadas. Portanto, essa

suas estratégias de desenvolvimento sustentável. Incluso no conteúdo das estratégias, os contributos e responsabilidades perante todas as áreas de desenvolvimento socioeconómico, ou seja, “*desde ações políticas de erradicação da pobreza à mudança dos padrões de produção e consumo, da biodiversidade ao turismo sustentável, ou ainda da ciência e tecnologia à educação e informação*”.

²⁹ Conforme documento de referência sobre o acordo, assinado em 18 de setembro de 2000: <http://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.pdf> Mais detalhes e com informações atualizadas sobre as Metas de Desenvolvimento do Milênio pode-se obter através do relatório referente ao ano de 2010 e publicado em 2011: http://www.un.org/millenniumgoals/11_MDG%20Report_EN.pdf e/ou <http://www.un.org/millenniumgoals/>

³⁰ Para se atingir os Objetivos do Milênio, o projeto conta com uma força tarefa composta por um total de mais de 250 especialistas de todo o mundo, incluindo: pesquisadores e cientistas; políticos, representantes de OTS, agências da ONU, o Banco Mundial, FMI e do setor privado - <http://www.unmillenniumproject.org/>

³¹ Mais informações e detalhes ver: <http://ambiente.maiadigital.pt/desenvolvimento-sustentavel/declaracao-de-hannover>

aprendizagem fomentou maior equilíbrio e padronização de critérios de sustentabilidade e estabeleceu planos de ações para as Agendas 21 locais (Moralejo, 2005).

Em 2002, em Joanesburgo, Agenda 21 foi novamente revista, agora na Cimeira Mundial Sobre o Desenvolvimento Sustentável – RIO+10. Alguns países conseguem apresentar um documento oficial de aplicabilidade da Estratégia de Desenvolvimento Sustentável (EDS) no local. Todavia, o relatório da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável de 19 de dezembro de 2001 revela grandes lacunas na implementação da estratégia quando aplicada ao local, precisamente em quatro campos, como aponta Santos *et al.* (2008:12). A primeira lacuna existe no âmbito das políticas de desenvolvimento sustentável serem implementadas de modo fragmentado, desconsiderando-se as suas relações intrincadas com as demais políticas, *e.g.*, sociais, económicas, ambientais, culturais, etc. Como consequência as políticas e programas de ação revelam-se muito aquém dos objetivos traçados e assumidos pelas autoridades locais. A segunda lacuna refere-se ao modo de produção e consumo sustentável. Dez anos após o acordo internacional relativo a A21 e, em termos económico, é insignificante a mudança societal nos padrões industriais e demais modos de produção e consumo sobrecarregando as reservas naturais e o ecossistema mundial. A terceira lacuna revela incoerência mundial entre as políticas estabelecidas no curto prazo para as áreas de tecnologia informação e comunicação, finanças, investimento e comércio, com as políticas de longo prazo para o desenvolvimento sustentável. A quarta lacuna está relacionada diretamente a A21 e a sua implementação local. A ineficácia, e, algumas vezes a inexistência, de fontes de financiamento à implementação da A21, inclusos os mecanismos de transferência de tecnologia.

Identificados os desafios a serem enfrentados, como resultado da Cimeira de Joanesburgo, os representantes de Governo e demais representantes do tecido societal aprovam o Plano de Implementação de Joanesburgo. Este Plano estabelece como meta central que todas as nações devem realizar progressos na formulação e elaboração das Estratégias Nacionais de Desenvolvimento Sustentável (ENDS). Desse modo, a aplicabilidade das estratégias levam a efeito metas com prazos pré-estabelecidos nas seguintes áreas: *i*) acesso à água e saneamento básico; *ii*) mudança de atitudes a fim de promover melhoria institucional para lidar com as questões da pobreza e da degradação

ambiental; mas também *iii*) consciencialização sobre hábitos de produção e consumo intuído à proteção e gestão de recursos naturais na base do desenvolvimento económico e social (Veiga, 2006).

É visível o empenhamento, e ao mesmo tempo, as dificuldades existentes como desafios a serem enfrentados pelos Governos na implementação e concretização da A21 local, e com ela, todos os compromissos estratégicos de desenvolvimento sustentável arregimentados pelo tecido societal. Foi nesse sentido que a “Quarta Conferência Europeia de Cidades Sustentáveis” foi intitulada “Aalborg+10 – Inspirando o Futuro”, e determinou que era necessário passar do plano à ação. No documento final, Carta Aalborg+10³², as autoridades locais europeias, unidas na Campanha Europeia de Cidades e Vilas Sustentáveis apresentam uma perspetiva comum para o desenvolvimento local sustentável (Gomes, 2009). Essa perspetiva comum conduz ao compromisso assumido nas seguintes áreas: governança, gestão local para a sustentabilidade, bens comuns naturais, consumo responsável e opções de estilo de vida. Inclui ainda o planeamento e desenho urbano, melhor mobilidade e menor tráfego, gestão local para a saúde, economia local dinâmica e sustentável, equidade e justiça social, do local para o global (CA, 2004). Com tal determinação, segundo González (2007), exige-se dos governantes local um trabalho fulcral próximo do tecido societal, onde se incorporem oportunidades parceria e interação de democracia participativa numa busca conjunta de consenso em torno da sustentabilidade. A Conferência de Aalborg+10 ratificou o fundamental papel do espaço/território na aplicação de boas práticas de desenvolvimento sustentável, e confirmou a necessidades de fomentar a implementação da A21L (Cupeto *et al.*, 2007).

Em 2005, a 60^a Sessão Plenária da Assembleia-Geral da ONU reforça a importância da Agenda 21 consubstanciada pela Estratégia de Desenvolvimento Sustentável (EDS). Desse modo a A21 se sobressai como uma das ferramentas de gestão pública local comumente usada em detrimento de orientação e implementação de

³² Para mais informações e detalhes, ver a versão final da Carta de Aalborg+10 aprovada na Quarta Conferência Cidades Europeias Sustentáveis – “*The Aalborg Commitments*” – <http://www.aalborgplus10.dk/> e/ou http://www.aalborgplus10.dk/media/pdf2005/aalborg_commitments_portuguese.pdf

políticas de desenvolvimento local sustentável (González, 2007). No entendimento que aqui se manifesta, a A21 como ferramenta de gestão pública local institui uma rede de sociabilidade de informação pública propiciando conhecimento e educação sobre políticas de desenvolvimento sustentável. Mas também corolário para a democracia direta em que a cidadania coletividade é participativa e dirigida ao planeamento estratégico de políticas de desenvolvimento local sustentável, fomento à criatividade e geração de inovação social.

Outro aspeto muito importante a ter em conta, é o facto de que a Agenda 21 local pode ser utilizada como ferramenta preferencial na resolução de conflito de ideias, preconizando um processo simples e expedito que permite envolver a multidisciplinidade dos atores, ultrapassando a mera participação institucional, colaborando harmoniosamente para uma aproximação das decisões técnico-políticas das necessidades reais do cidadão, contribuindo assim, para um grau mais elevado de corresponsabilização, essencial para uma gestão sustentável a longo prazo (Oliveira *et al.*, 2009:18).

A A21, na perspetiva de ferramenta de gestão pública local, revela-se como um eixo motriz em que se centra sob os pilares que estruturam a base da EDS: justiça social, sustentabilidade económica e sustentabilidade ambiental. Este eixo gera propulsão através de um planeamento estratégico composto por ações prioritárias, de amplas dimensões no campo ecossocioeconómico local. Neste planeamento, as ações de justiça social decorrem invariavelmente da sustentabilidade económica e da equidade do tecido societal. Estas últimas ações, por sua vez, requerem sustentabilidade ambiental. A implantação destas ações prioritárias incide diretamente em políticas de desenvolvimento local sustentável.

Portanto, esse eixo motriz amparado na estratégia de desenvolvimento sustentável sugere um modo de vida baseado na manutenção do capital natural. Por conseguinte, promove o local a ser mais competitivo na escala global, sem pôr em causa a coesão social e a sustentabilidade ambiental. Em termos sociológico, a A21 dá vida prática às diversas políticas públicas, à execução de planos e estratégias de

desenvolvimento sustentável. Esse organicismo materializa-se na implementação de sistemas de produção e consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício, *e.g.*, comércio justo, agricultura biológica, reaproveitamento reciclagem de materiais e produtos, tecnologias limpas. Neste contexto pode-se prospetar o desenvolvimento local sustentável onde o lugar passa a ser percebido como meio inovador à sustentabilidade. O local como espaço criativo para o *homo faber*; ambiente de experimento de inovação social. Inovação que resulta em melhoria ecossocioeconómica, reaplicada em todo o mundo pela permuta de ideias, por diferentes sociedades local.

A vontade de se procurar solução de sustentabilidade no local já havia sido anotado pela primeira “Estratégia Europeia para o Desenvolvimento Sustentável”, aprovada pelo Conselho Europeu de Gotemburgo em 2001. Essa Estratégia corrobora para a implementação da Agenda 21 local. Uma das conclusões desse Conselho é de que o local é um agente-chave na promoção do desenvolvimento sustentável, e, portanto, é no espaço/território que se deve desenhar as estratégias de desenvolvimento sustentável (CEG, 2001). Partindo dessa premissa, o Conselho instou os governos locais a avançar em três pontos fundamentais, *i.e.*, a elaboração de uma nova legislação ambiental, a implantação de A21 locais e a integração do desenvolvimento sustentável nos fundos estruturais. Com efeito, o empenhamento da União Europeia no desenvolvimento sustentável é um dos objetivos consignado no “Tratado Europeu” que guia todas as políticas e atividades dessa Comunidade e tem como objectivo-chave:

Salvaguardar a capacidade da Terra de sustentar a vida em toda a sua diversidade, respeitar os limites dos recursos naturais do planeta e garantir um elevado nível de proteção e melhoria da qualidade do ambiente. Prevenir e reduzir a poluição ambiental e promover o consumo e a produção sustentáveis para quebrar a relação entre o crescimento económico e a degradação do ambiente (CE, 2006:3).

Nesse contexto, o objectivo-chave, em comum com a A21, baseia-se nos princípios de democracia, igualdade entre homens e mulheres, solidariedade, primado do direito e respeito pelos direitos fundamentais, incluindo a liberdade e a igualdade de oportunidades para todos. Em essencial a Estratégia Europeia de Desenvolvimento

Sustentável tem como meta a melhoria contínua da qualidade de vida e de bem-estar na Terra para as gerações atual e vindoura (CE, 2006:2).

Na Comunidade Europeia, desde os anos de 2005, a A21 também é consubstanciada pela complementaridade da “Estratégia de Desenvolvimento Sustentável” e a “Estratégia de Lisboa”. Todavia, vale ressaltar que a presença da Comunidade Europeia nos eventos internacionais abordando o desenvolvimento sustentável iniciou no princípio dos anos noventa. Mas na última década o seu envolvimento institucional perseverou na elaboração de documentos políticos e legislativos promovendo fortemente o desenvolvimento sustentável no espaço europeu. Assim sendo desde o “Tratado de Maastricht” (1992), o “Tratado de Amesterdão” (1997), e dos sucessivos “Programas de Ação da Comunidade Europeia sobre Meio Ambiente”³³. Segundo Moralejo (2005:106), foi precisamente no artigo 2 (antigo artigo B) do “Tratado de Maastricht” que a União Europeia, determinou, entre outros, o objetivo de promover o progresso económico e social elevando o nível de emprego, bem como conseguir um desenvolvimento equilibrado e sustentável. Mas o compromisso ganhou maior impulso com o “Tratado de Amesterdão”, quando se reconheceu o “Desenvolvimento Sustentável como um objetivo fundamental da Comunidade Europeia”. Partindo desses Tratados e Programas, a Comunidade Europeia acentua o princípio da subsidiariedade e o papel das autoridades locais na consecução do desenvolvimento sustentável. Constitui-se um quadro geral de desenvolvimento sustentável em que a tónica reiterada no crescimento e no emprego, fornece o motor de uma economia mais dinâmica capaz de promover o progresso económico, social e ambiental (CCE, 2001).

Em relação a Agenda 21, a “Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano” insta as autoridades locais ao desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade relevantes para o espaço/território (COM; 2004). Desse modo, a Comissão Europeia lançou em

³³ Desde a Cimeira de Estocolmo, como o Primeiro Programa de Ação sobre Meio Ambiente (1973/1976). Desde então seguiu-se desse modo outros cinco no período relativo aos anos: 1997/1981, 1982/1986/, 1987/1992, 1992/1999 e 2001/2010. Para mais detalhes ver cronologia e outras informações na página - http://www.euroid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=4912&p_est_id=10723

colaboração com o Eurostat e a Agência Europeia do Ambiente (AEA)³⁴ um projeto que evolui uma rede de municípios a trabalhar em cooperação na elaboração de indicadores de sustentabilidade. A partir dos trabalhos dessa rede foi possível construir um perfil de indicadores comuns de sustentabilidade local para avaliar e dar seguimento à implementação de várias políticas europeias de desenvolvimento sustentável (Moralejo, 2005). Com base nesse trabalho a AEA elabora e publicita um informe anual sobre o estado do meio ambiente no contexto europeu. Por conseguinte, a União Europeia promove a A21 em que cria uma rede de sociabilidade na qual incentiva a gestão cooperativa em seu sistema societal para a troca de informações, o intercâmbio e a difusão do conhecimento sobre políticas DLS. Corrobora com este argumento o que os autores Guerra *et al.* (2004) anotam sobre a A21local, conforme transcrevemos abaixo:

A A21 Local constitui, afinal, a implementação num território específico dos objetivos do desenvolvimento sustentável, esperando-se que as autarquias (eleitos e técnicos locais) trabalhem em parceria com todos os atores da comunidade (cidadãos, associações, grupos de interesse...). Neste âmbito, o desenvolvimento sustentável surge como a verdadeira razão de ser de uma A21 Local, como a finalidade última de um programa de orientação estratégica de ação coletiva, em que o nível de governação local ganha uma importância acrescida pela possibilidade de contacto imediato aos problemas e pela proximidade às populações e a todos os parceiros locais que importa cativar para as causas da sustentabilidade dos respetivos territórios (Guerra *et al.*, 2004: 51).

O apelo para implementação da A21L e sobretudo a sua efetiva ação prática no local, é reforçada no cenário europeu com a quinta Conferência Campanha Cidades e Vilas Sustentáveis – *El Espiritu de Sevilla* – em 2007 (Guerra e Schmidt, 2009). O documento final, resultado dessa Conferência, insta as autoridades locais a efetiva implantação da A21L. Afirma este documento a transversalidade necessária ao progresso da sustentabilidade, e sublinha o envolvimento do espaço/território em que as

³⁴ Mais detalhes ver: <http://www.eea.europa.eu/pt>

ações no terreno, experiências e mudanças alcançadas se projetam no espaço global (Gomes, 2009). Tal documento ainda anota três pontos como medidas imprescindíveis relativas a A21L que devem ser aplicadas no terreno. Primeiro, adaptação de políticas e ações para condizer aos desafios da sustentabilidade. Segundo, a avaliação dos progressos já alcançados através de definição de indicadores de sustentabilidade local. Por último, a gestão participativa do tecido societal deve dar azo ao envolvimento, acompanhamento e publicitação de informações sobre os resultados alcançados (Guerra e Schmidt, 2009:4).

A busca pelo êxito da A21L prossegue na “VI Conferência Campanha Europeia de Cidades e Vilas Sustentáveis”, em Dunquerque, em 2010, com o mote “*mais reconhecimento para o papel dos governos locais na criação de economias inteligentes e sustentáveis*”.³⁵ A Conferência explorou como o desenvolvimento sustentável pode ajudar as autoridades locais a enfrentar os atuais desafios de crises económica, social e climática e como se pode dar continuidade a implementação de políticas de desenvolvimento local sustentável no presente contexto de crises. Ainda se buscou identificar as mudanças necessárias nas estruturas políticas locais e explorar como os diferentes setores do tecido societal podem cooperar na senda do desenvolvimento sustentável europeu. Essa Conferência terminou com duas declarações. A primeira, “*Declaração Dunquerque 2010 sobre Sustentabilidade Local*”³⁶ afirma que é preciso fazer a transição da atual economia para uma economia mais sustentável, verde e inclusiva. Essa mudança deve priorizar investimentos e gerenciar recursos ecológico de um modo mais eficiente para melhorar a qualidade de vida local. O espaço/território europeu deve assegurar que o tecido societal possa participar plenamente de um estilo de vida de baixo carbono. Com efeito, toda esta mudança só será possível com o apoio dos governos nacionais e internacionais e instituições. A segunda declaração “*Apelo à Ação Climática Dunquerque 2010*” insta todos os governos, como parte integrada, a agirem com maior eficiência perante os objetivos de baixo teor de carbono no espaço europeu. O objetivo de redução deve ser mais ambicioso para se atingir um acordo

³⁵ Página da Conferência – <http://www.dunquerque2010.org>

³⁶ Para maiores detalhes, documento na íntegra – http://www.dunquerque2010.org/fileadmin/user_ICLEI/09-Other/d%C3%A9claration_fran%C3%A7ais.pdf

climático significativo pós-2012. Ambas as Declarações são congruentes em contributos que “*expressam a posição de muitas cidades europeias para a COP 16 no México e para a Cimeira da Terra de 2012*” (www.dunkerque2010.org).

As Declarações de Dunquerque reafirmam a importância do local, sobretudo de políticas de desenvolvimento local que venham contribuir para solucionar problemas ecossocioeconómicos de ordem global. Mais uma vez o local se sobressai como peça indefetível no processo de sustentabilidade e de troca de conhecimento para a implementação da A21L. Reafirma Macedo *et al.* (2011) que o processo de A21L se fortalece com a permuta de conhecimento entre as partes interessadas que orienta definições conjuntas para cumprir o repto de sustentabilidade ambiental, económica e social no local, como pressuposto pelo capítulo 28 da A21³⁷.

Como muitos dos problemas e soluções tratados na Agenda 21 têm suas raízes nas atividades locais, a participação e cooperação das autoridades locais será um fator determinante na realização de seus objetivos. As autoridades locais constroem, operam e mantêm a infraestrutura económica, social e ambiental, supervisionam os processos de planeamento, estabelecem as políticas e regulamentações ambientais locais e contribuem para a implementação de políticas ambientais nacionais e subnacionais. Como nível de governo mais próximo do povo, desempenham um papel essencial na educação, mobilização e resposta ao público, em favor de um desenvolvimento sustentável (UN, 1992: Capítulo 28:28.1).

As atividades orientadas pela A21 para que a autoridade local mobilize-se e aproxime-se do tecido societal através de diálogo também sobressaem a importância de uma rede de sociabilidade local (UN, 1992: 28:3). Esta rede pode atuar em sistema de trabalho coletivo e, desse modo, facilitar a atuação em algumas fases-chave que em geral é comum a todos os processos de implementação da A21L. Divididas em

³⁷ Iniciativas das autoridades locais em apoio à agenda 21 – área de programas. Este Capítulo tem como mote “*pensar globalmente, agir localmente*”.

momentos distintos, segundo Garzillo e Kuhn (2007), essas fases compreendem *i)* o compromisso e sensibilização; *ii)* diagnóstico; *iii)* plano de implementação; *iv)* monitorização, avaliação e revisão interativa.

Sobre a atuação coletiva dos governos locais em interação com sistema societal para a implantação da A21L, a Europa destaca-se quando comparada aos demais espaços/territórios, conforme salienta Smardon (2008). Conquanto, em Portugal, o compromisso com a A21 só se concretiza a partir de 2002 com a publicação das discussões pública para a elaboração da ENDS 2002, coordenado e editado pelo Instituto do Ambiente. Em 2007 é publicado no Diário da República o documento aprovado em Conselho de Ministros, ENDS 2015, “Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável”. A partir da aprovação da ENDS pode-se operacionalizar, em Portugal, as políticas de desenvolvimento sustentável e, por conseguinte, a A21L constitui cabaz instrumento que pode traduzir, na dimensão local, os desígnios expressos pela ENDS (Cupeto *et al.*, 2007:10). Diante de tais fatos, o estudo publicado por Macedo *et al.* (2011)³⁸ partilha dados recentes da análise sobre os processos de A21L em Portugal e faz as revelações que passamos a mostrar de seguida.

Para Macedo *et al.* (2011: 10)³⁹, o primeiro ponto que o estudo revela, é de que a A21L tardou a chegar em Portugal. Se por um lado os primeiros registos de A21L datam de 1996 e 1997, por outro, a maior parte dos processos de implementação da A21L surge a partir de 2003. Segundo, no intento de novos modelos de desenvolvimento local, a falta de incentivos não suprimiu a implementação da A21L em Portugal. Dos 167 processos de A21L lançados desde 1996 no país, quase metade dos processos foram implementados com recursos próprios dos promotores; os demais receberam cofinanciamento de fundos comunitários. Terceiro, a A21L portuguesa segue um caminho distinto, *i.e.*, somente metade dos processos de A21L estão integrados no

³⁸ O Grupo de Estudos Ambientais da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa foi criado em 2006, e desde então acompanha a evolução do número da A21L no país, partilhando regularmente os resultados para espelhar as iniciativas de sustentabilidade local existentes (Macedo *et al.*, 2008:1). Mais detalhes podem ser vistos na página oficial do Grupo. www.agenda21local.info

³⁹ Integrantes do Grupo de Estudos Ambientais da Escola Superior de Biologia da Universidade Católica Portuguesa.

contexto da Carta de Aalborg e/ou enquadrados com os Compromissos de Aalborg, documentos orientadores da sustentabilidade local na Europa. Quarto, a A21L suscitou empenho nas autarquias portuguesas. O período mais prolífico foi o do triénio 2005/2007, ciclo no qual nasceram mais de metade das A21L no país. Neste caso foi profícuo a iniciativa de várias entidades supranacionais que aplicaram e permutaram a metodologia para seus municípios e/ou freguesias. Todavia, segundo Macedo *et al.* (2011:11) “os números parecem mostrar que este entusiasmo se estanca em geral no final do cumprimento do primeiro ciclo da A21L: a Fase de Plano de Ação”. Para os autores, um dos motivos para este resultado implica na dilatação de tempo do apoio de equipas externas, uma vez que essas equipas só assistem a implementação da A21L até a Fase de Plano de Ação. No quinto ponto conclusivo da investigação Macedo *et al.* anota que em Portugal a A21L conta com restrita participação pública, portanto, esta participação necessita ser mais potenciada.

O tipo de participação pública dominante nos processos de A21L é do tipo informativo e consultivo, sendo uma minoria os promotores que recorrem a uma corresponsabilização dos cidadãos e comunidades no desenvolvimento local sustentável. No entanto é de assinalar positivamente o facto de, entre os processos mais longevos (na Fase de Revisão), ser maior a percentagem que aposta pela partilha de responsabilidades com as comunidades, acompanhando a desejável subida ao longo da escada da participação pública. O patamar inferior da escada da participação pública é o da disponibilização de informação e, a esse nível, os promotores têm atuado de forma deficiente (*ipsis litteris* Macedo *et al.*, 2011:11).

Para os autores responsáveis por esse estudo, o sexto e último ponto conclusivo da investigação aponta que a A21L em Portugal precisa de uma melhor comunicação. Assegura Macedo *et al.* (2011:11) pela falta de uma melhor comunicação, ou mesmo pela inexistência dela, a grande maioria dos processos de A21L encetados em Portugal possuem uma dinâmica reprimida.

Em Portugal as discussões da A21L são coordenadas pelo Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável⁴⁰. Para a implementação da A21L, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA, I. P.)⁴¹ elaborou o “*Guia Agenda 21 Local: um desafio de Todos*”, que constitui um referencial normativo⁴² para a implementação de Sistemas de Sustentabilidade Local (SSL). Elaborado em formato de manual, o Guia destina-se a apoiar a administração local e os atores sociais que participam de modo direto ou indireto na elaboração e implementação de A21L, consubstanciando estratégias locais para o desenvolvimento sustentável (Cupeto *et al.*, 2007). Nesse sentido o referido Guia foi elaborado:

Para dar resposta a estas necessidades, a Agência Portuguesa do Ambiente pretende contribuir com uma metodologia orientadora, na conceção e implementação da Agenda 21 Local e ainda tornar-se um meio de apoio a todas as entidades, que têm em curso iniciativas desta natureza, para monitorizarem os seus próprios processos e se integrarem numa plataforma de informação e comunicação, que permita a troca de experiências, no sentido de uma melhoria contínua (Cupeto *et al.*, 2007:14).

⁴⁰ “O Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNDS) foi criado em 1997, através do decreto-lei nº 221/97, de 20 de agosto, mas iniciou o seu exercício em Abril de 1998. O CNADS é membro da rede de Conselhos Consultivos Europeus de Ambiente e de Desenvolvimento Sustentável/EEAC, tendo sido sucessivamente reeleito, desde setembro de 1999, para integrar o seu Comité Director/Steering Committee, dispondo de representantes nos seus diferentes Grupos de Trabalho, nomeadamente sobre Biodiversidade, Ambiente Marinho, Agricultura, Governação e Desenvolvimento Sustentável. A rede dos EEAC, cuja atividade se iniciou em 1993, é um poderoso instrumento de partilha de informação e experiências e único na colaboração entre os Conselhos Nacionais, criados pelos Governos Europeus, na sua atuação independente de emissão de pareceres sobre políticas de ambiente e de desenvolvimento sustentável. Exerce, quando para tal é solicitada, a sua influente atividade no apoio técnico-científico à definição das políticas da União Europeia” (<http://www.cnads.pt>).

⁴¹ Agência Portuguesa do Ambiente (APA, I.P.) é vinculada ao Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. A APA, I.P. e se destina a “contribuir para o desenvolvimento sustentável de Portugal, assente em elevados padrões de proteção e valorização dos sistemas ambientais e de abordagens integradas das políticas públicas”. Para isso está sob a sua incumbência “propor, desenvolver e acompanhar a gestão integrada e participada das políticas de ambiente e de desenvolvimento sustentável, de forma articulada com outras políticas setoriais e em colaboração com entidades públicas e privadas que concorram para o mesmo fim, tendo em vista um elevado nível de proteção e de valorização do ambiente e a prestação de serviços de elevada qualidade aos cidadãos.” (<http://www.apambiente.pt/>)

⁴² Referências Normativas – NP EN ISO 19011: 2003 - linhas de orientação para auditorias a sistemas de gestão da qualidade e/ou ambiental.

Para Cupeto *et al.* (2007:12), o referido Guia ambiciona propiciar as partes interessadas um conjunto de requisitos para a implementação da A21L, de modo que possa fazer avançar a organização de SSL para ser aplicada em comum no contexto português. O Guia também visa cooperar para a difusão da cultura da sustentabilidade, através da participação do envolvimento local abrangendo todos os espaços de atuação do tecido societal. Tal propósito se estende à criação de laços de responsabilidade na sociedade e nos diversos grupos sociais projetados numa perspetiva de complementaridade e multidisciplinariedade. Para tanto, o Guia disponibiliza ferramentas de apoio à implementação da A21L que possam ser utilizadas pelas partes interessadas adequadas aos seus processos de sustentabilidade local. Neste contexto, a implementação da A21L gera, no espaço microssocietal, oportunidade de reflexão e mobilização de todos os parceiros sociais interessados no desenvolvimento local sustentável, e o seu prosseguimento inclui outros desafios e dimensões. Portanto, seguindo a Figura 6 – Cronologia do desenvolvimento sustentável (página 37), o próximo tópico que iremos analisar aborda os desafios e dimensões do desenvolvimento sustentável.

2.2.4. DESAFIOS E DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Mediante a tomada de conhecimento da estratégia de desenvolvimento sustentável, da cissiparidade da A21 em documentos dissipados para o lugar, pode-se assentir que a consciencialização ambiental adquiriu, na sociedade, proporções maiores. Impõe-se, de certa forma, ao sistema societal mundial responder mais prontamente a tarefa de apresentar soluções práticas e plausíveis no que se refere a se relacionar melhor com o mundo natural. O que não deixa de ser um desafio, visto que a sociedade deve buscar, em um difícil contexto teórico e prático, as respostas que tenham capacidade efetiva e o equilíbrio entre as suas ações e a preservação indefectível do ambiente onde vive. Por conseguinte, as dimensões do desenvolvimento sustentável caminham por rumos que desafiam qualquer noção de sustentabilidade e abrange todas as áreas do conhecimento, pelo desenvolvimento e crescimento, produção e consumo local. Portanto, contextualizar os desafios e dimensões do desenvolvimento sustentável

deixa de ser uma tarefa fácil, porque os mesmos representam vários aspetos da sustentabilidade em conjunto. Fundamentalmente interliga o que é para ser desenvolvido no âmbito ecossocioeconómico do espaço/território, *i.e.*, absorve os aspetos de sustentabilidade ecológica, social, económica, espacial e cultural (*cf.* Tabela 1, p. 45, anteriormente apresentado). Envolve maior consciência ambiental da sociedade e cinge todos os campos económicos, políticos e sociais.

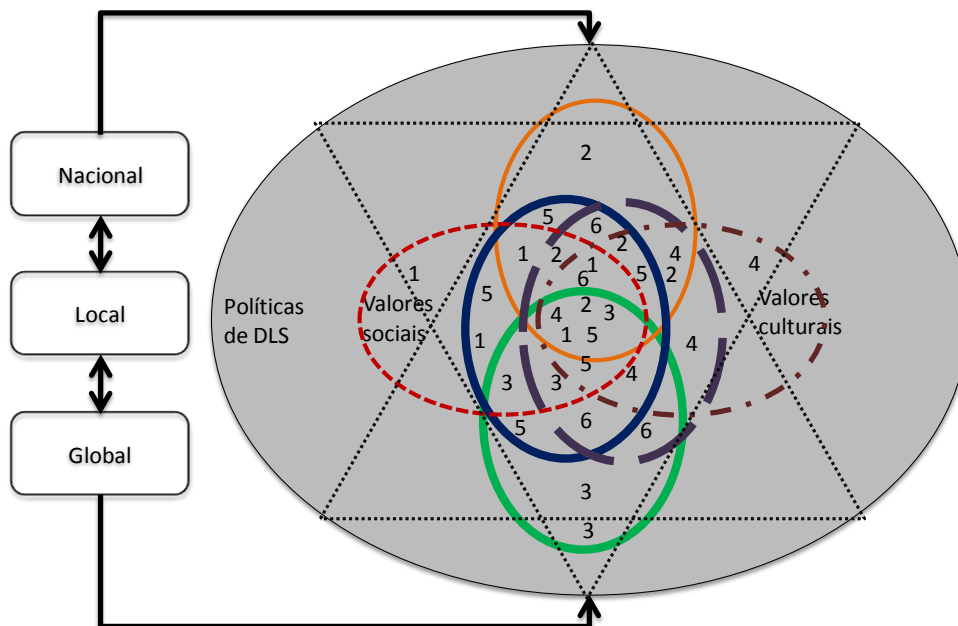
Os desafios e as dimensões do desenvolvimento sustentável dilatam-se com um conjunto de fatores que inclui o *i)* desenvolvimento tecnológico e a expansão industrial; *ii)* o crescimento demográfico e a construção de infraestrutura; *iii)* o consumo exacerbado de recursos naturais e o impacto direto sobre a sustentabilidade ambiental (Berkes, 1996 e Jara, 2001). Tais fatores, entre outros, na dimensão do desenvolvimento sustentável, são determinantes para rutura, comumente apontados como crises, que se configuram de ordem económica, social e ambiental. Entende-se, numa visão sistémica, que esse desafio se funde ao processo de geração de inovação social e isto nos permite ver o *homo faber* como um agente transformador do mundo a partir da conscientização de produzir e consumir de modo sustentável (Arocena, 2006). Portanto, o universo do *homo faber* é composto pelos desafios e dimensões do desenvolvimento sustentável. Há, nesse sentido uma mudança de paradigma embasada em algumas palavras de ordem, *e.g.*, complexidade, visão sistémica, recursividade, criatividade, inovação social, interdisciplinaridade, transversalidade. Neste contexto, a dimensão do desenvolvimento sustentável pode compreender ações oriundas do processo de criatividade, geração de novos produtos e serviços para atender as necessidades de sustentabilidade local (Boiser, 2004 e 2006). Além disso pode-se mensurar o impacto dessa inovação social pelo percurso do desenvolvimento e a sustentabilidade local, *i.e.*, o impacto no tecido societal a partir do momento que esta inovação interage com o meio, empenhada em efetivar as suas potencialidades, ou não (Moulaert *et al.*, 2010).

No pensamento de Veiga (2005) a dimensão do desenvolvimento sustentável frui maior compreensão de transversalidade que possibilita ver o desenvolvimento além da visão ortodoxa. Faz interface com as diversas áreas do conhecimento como foram

sintetizadas no modelo de Sadler e Jacobs⁴³ (cf. Figura 7, mais à frente), *i.e.*, o desenvolvimento integrado por um conjunto de ações. Neste contexto o pensamento de Veiga (2005) está assente com o estudo de Dalal-Clayton e Bass (2002). Para estes autores a dimensão do desenvolvimento sustentável inclui o próprio desafio quando o mesmo se reporta aos objetivos sociais, económicos e ambientais, porquanto eles devem ser complementares e interdependentes no processo de desenvolvimento. Ainda neste âmbito, os autores Strange e Bayley (2008) expressam a mesma opinião. Em comum esses autores creem que o desenvolvimento sustentável exige alterações de política e coerência com tecido societal nos diversos setores que promovem qualidade de vida à sociedade.

⁴³ Os autores Peter Jacobs e Barry Sadler publicaram “*Développement durable et évaluation environnementale, perspectives de planification d’un avenir commun; Conseil canadien de la recherche sur l’évaluation environnementale*, em 1990. Neste estudo os autores desenvolvem um novo modelo de avaliação ambiental que se sustenta no conceito de desenvolvimento sustentável como marco de análise das políticas dos investimentos para o desenvolvimento. Neste íterim os autores analisam o desenvolvimento sustentável como um conjunto de metas procedentes de sistemas de valores e de noções de políticas, que se unem definindo seus objetivos e determinando o campo de aplicação do desenvolvimento sustentável (Giesta, 2005: 18).

Figura 7. Modelo Transversal do Desenvolvimento Sustentável



- 1 Ações de desenvolvimento Social
- 2 Ações de desenvolvimento económico
- 3 Ações de desenvolvimento e preservação ambiental
- 4 Ações de parcerias, cooperação, associação, redes sociabilidade
- 5 Desenvolvimento local agente inovador
- 6 Desenvolvimento local parcial

Fonte: Elaboração própria a partir de Sadler e Jacobs (1990) e de Dalal-Clayton e Bass (2002)

Ao se propor analisar o desenvolvimento sustentável a partir de um conjunto de alvos, o modelo de Sadler e Jacobs firma-se na teoria dos conjuntos. Além dos desafios comuns, já listados anteriormente, percebe-se, nessa Figura, mais um desafio do desenvolvimento sustentável: o local como meio inovador. A base de sustentabilidade do desenvolvimento deve interagir com o meio, agente inovador, habitat do *homo faber*, e essa interação deve gerar atividades que suporte o tecido social local, ao mesmo tempo que o induz ao desenvolvimento local sustentável. Neste cenário deve-se considerar o emalhar criativo e inovador dos setores público, privado e do terceiro setor interagir em políticas de desenvolvimento local sustentável, o afluir da rede de sociabilidade. Para Capra (2007), esse afluir é a configuração de um novo paradigma que concebe o mundo como um todo integrado.

Diante dos desafios do desenvolvimento sustentável, pressupõe-se a pertinência de ser levar em consideração as decisões atuais das políticas de desenvolvimento local sustentável e o seu impacto nas gerações vindouras. Além de que, no contexto ambiental e qualidade de vida, não se deve ignorar o poder e a utilidade das ações de desenvolvimento ecossocioeconómico – ações 1, 2, 3, 4 (cf. Figura 7) – e sua integração para o desenvolvimento sustentável. Mais ainda, deve-se associar a todas as políticas de desenvolvimento sustentável os valores sociais e culturais do local. Caso isto não ocorra, o desenvolvimento será de modo parcial⁴⁴ (cf. Figura 7), conforme explicam os autores Dalal-Clayton e Bass (2002).

Como se sabe, a abordagem do desenvolvimento sustentável revela um mundo cada vez menos internacional e cada vez mais uma realidade global (Leis, 2004), refletindo a multiplicidade dos desafios enfrentados pelos atores governamentais (Flipo, 2007). Para Leis (2004) o arrazoado público legitima esta nova ordem ao fazer constante referência ao desenvolvimento mundial, mercado global, comércio mundial, empresas transnacionais, população global, poluição global etc.. Conquanto as ações para o desenvolvimento sustentável são um desafio universal, muitas respostas concretas só podem ser definidas no terreno local e, daí a importância do local diante do global.

O desafio do desenvolvimento sustentável revela uma dimensão biocêntrica onde se reconhece a interconexão de todos os fenómenos da natureza e do impacto das ações do sistema societal sobre o mundo natural (Capra, 2002). Discreteia-se, a partir do pensamento de Fritjof Capra, fazer uma prospeção do sistema societal distinto do humanismo individualista que coloca o homem no centro do universo. Neste sentido, o desafio do desenvolvimento sustentável propala que o sistema societal pode, “*em vez de buscar o que extrair da natureza, aprender a partir dela*” (Capra, 2002:230). Aprender a partir dela (da natureza) sobressai o papel do *homo faber* numa visão sistémica e a relevância do local como agente inovador. Desse modo, a preponderância de agir

⁴⁴ Dala-Clayton e Bass explicam que para se ter um desenvolvimento sustentável é preciso incluir necessariamente as questões ambientais, económicas e sociais. Neste aspeto, Ignacy Sachs (2007) fortalece esta posição quando cria o termo ecossocioeconomia – sendo assim, decidimos usar o termo ecossocioeconomia para toda uma visão ampla e sólida do desenvolvimento sustentável.

coletivamente para a experimentação social articula ideias de sustentabilidade com experiências concretas. Sob o ângulo do conjunto sistémico (*cf.* Figura 7), os desafios do desenvolvimento sustentável adquirem menor proporção e, a dimensão desse dilata-se, de modo que o sistema societal se compromete com a sustentabilidade local. Conquanto, o sistema societal tenha individuado diversos conceitos de base, *e.g.*, a rede, os ciclos, o fluxo, o equilíbrio dinâmico, e mesmo o desenvolvimento, (Capra, 2002). Mas em realidade, os sistemas comportam outros sistemas, (em analogia com a estrutura dos fractais), e neste contexto, junto ao sistema societal, podemos encontrar a diversidade e/ou flexibilidade, ou seja, o meio figurando como agente inovador. É justamente num sistema de diversidade e/ou flexibilidade que outro modo de organização desempenha, no local, um papel diferenciado daquele que é o *mainstream*, daí a pertinência das OTS e o seu impacto ecossocioeconómico no tecido societal.

Os desafios do desenvolvimento sustentável consistem em desfazer os impedimentos de consciência da dimensão do estado do mundo. Na ideia que aqui se manifesta é voltar-se para o conceito de desenvolvimento sustentável e analisá-lo em termos de desafios e dimensões (*cf.* Tabela 4, mais a frente). Neste sentido, pode-se perceber dois pontos essenciais. Primeiro é o reconhecimento de que a economia mesmo que cresça independente, não resolve os problemas ecossocioeconómico no local. Segundo, é necessário haver um crescimento interligado aos aspetos económicos, sociais e ambientais, caso contrário, o desenvolvimento local é insustentável. Em suma, alguns estudos perspetivam um ponto equidistante dos dogmas professados tanto pelos idealistas que vislumbravam o crescimento a todo custo, quanto pelos grupos ambientais fundamentalistas (Sachs, 2007; Hulse, 2008).

Nesse sentido o desafio do desenvolvimento sustentável caracteriza-se por um crescimento alternativo, ético e ecológico tutelando o ambiente e o tecido societal, uma vez que todas as ações que induzem o crescimento se interagem. As ações delineadas na Figura 7 esboçam a ideia de sistemas que comportam outros sistemas. Portanto, as ações podem fruir proposta de inovação social enquanto fomento as políticas de desenvolvimento local sustentável, seio de um crescimento alternativo. Esta análise parte dos seguintes pontos: primeiro, os objetivos ecossocioeconómicos do desenvolvimento sustentável são emalhados e suas ações se sobrepõem com vários

setores do tecido societal. Segundo, as ações e resultados desses objetivos comportam-se de modo integrado, em conjunto (*cf.* Figura 7), favorecendo o progresso do local como meio, agente inovador. Terceiro, o conjunto de ações, mediante a visão sistémica do desenvolvimento sustentável, favorece um novo comportamento de organização económica amparado em sistemas de rede de sociabilidade, *e.g.*, as OTS.

No decurso do tempo Sachs publica diversos trabalhos (Sachs, 1996, 2000a, 2008) em que analisa os desafios e as dimensões do desenvolvimento sustentável com base nas cinco dimensões de sustentabilidade (*cf.* Tabela 1, exposto anteriormente). Este autor defende a tese de que face aos desafios colocados pela crise ecossocioeconómica (Sachs, 2009), será impossível estagnar o crescimento enquanto permanecerem o desequilíbrio social no local e entre as nações. Os seus estudos (Sachs (1993, 200b, 2004, 2008) revelam dois pontos cruciais que se interligam neste momento de crise. Se por um lado, travar o crescimento local sentencia à morte dos atores situado na base da pirâmide social, por outro a persistência de um viés economicista na planificação do desenvolvimento tende a acentuar ainda mais os dramas ecossocioeconómicos do nosso tempo. Foi com base nas publicações desse autor que se elaborou o Tabela 4 (a seguir). Nessa Tabela expõe-se, em ideia síntese, as dimensões e caracteriza-se as componentes referente aos desafios que consubstanciam os objetivos do desenvolvimento sustentável.

Tabela 4. Dimensões e desafios do desenvolvimento sustentável.

DIMENSÃO	COMPONENTES	OBJETIVO
Sustentabilidade social	<ul style="list-style-type: none"> *Criação de postos de trabalho digno. *Melhor qualificação profissional. *Melhor condição de vida. 	Redução das desigualdades sociais
Sustentabilidade económica	<ul style="list-style-type: none"> *Fluxo permanente de investimentos públicos e privados (estes últimos com especial destaque para o cooperativismo). *Manejo eficiente dos recursos. *Absorção pela empresa dos custos ambientais. *Endogeneização – contar com as suas próprias forças (meio inovador). 	Aumento da produção e da riqueza social local, sem dependência externa.
Sustentabilidade ecológica	<ul style="list-style-type: none"> *Produzir respeitando os ciclos ecológicos dos ecossistemas. *Prudência no uso de recursos não renováveis. *Prioridade à produção de biomassa e à industrialização de insumos naturais renováveis. *Redução da intensidade energética e conservação de energia. *Tecnologias e processos produtivos de baixo índice de resíduos. *Cuidados ambientais. 	Qualidade do meio ambiente e preservação das fontes de recursos energéticos e naturais para as próximas gerações
Sustentabilidade espacial ou geográfica	<ul style="list-style-type: none"> *Descentralização espacial – de atividade, de população. *Desconcentração – democratização local e regional do poder. *Relação urbano/rural equilibrada (benefícios centripetos). 	Evitar excesso de aglomerações
Sustentabilidade cultural	<ul style="list-style-type: none"> *Soluções adaptadas a cada ecossistema. *Respeito à formação cultural comunitária. 	Evitar conflitos culturais com potencial regressivo

Fonte: Adaptado de Sachs (2008: 181-183)

Ao se analisar o Tabela 4 (*supra*) o desafio impende o tecido societal perceber que a natureza não é externa a ele mas, sim, uma das suas forças, e ele (tecido societal)

é apenas um fio na teia da vida, um elemento natural que se comporta como um sistema dentro de outro sistema (Capra, 1996; 2002). A complexidade deste pensamento contrapõe o cartesianismo no olhar o mundo sob outro prisma em que se descortina a realidade como inconclusa, irresoluta, instável e incompleta e o tecido societal urdido pelo emaranhado de interconexões que se estabelecem entre tudo e o Todo. Nesta perspectiva, tendo como pano de fundo a Tabela 4, manifesta-se, no tecido societal, o *homo faber* como ator primaz para o decurso da inovação social comprometida com o desenvolvimento sustentável (Sachs, 2007) “*sua história é associada àquilo que está ao seu redor*” (Moscovici, 2002: 269), como o ambiente ecossocioeconómico. Pode-se dizer que ocorreu um amadurecimento entre o discurso e a prática dos temas socioeconómicos e ambientais, mas um relacionamento dicotómico entre o homem (sua cultura, sua razão, sua técnica) e a natureza que ainda permeia nossas práticas atuais. Desde que o *homo faber* sentiu como são ténues os laços que o une à natureza, passou a ser reflexivo e participativo, no sentido de que é afetado e corresponsável pelos riscos gerados localmente (Moscovici, 2002).

Outro desafio diz respeito a propagação do conceito seminal de desenvolvimento sustentável que na opinião de Sachs (1993, 2000b) e de Dowbor (2001), seguiu as primeiras iniciativas apontadas para a promoção de um desenvolvimento alternativo local. Entende-se que se está diante não só de um desafio, desenvolvimento alternativo; mas também de uma dimensão, local. Do ponto de vista de Friedmann (1992) a conceção de desenvolvimento alternativo vai além do *status quo* do discurso do desenvolvimento económico. Trata-se da retificação do desequilíbrio social existente na economia. O desenvolvimento alternativo é inevitavelmente centrado na política de reivindicação para o desenvolvimento local. Neste sentido, pode ser a voz intelectual dos excluídos tentando apresentar, na agenda do DLS, as suas reivindicações como uma resposta aos poderes hegemónicos que os oprimem, ou seja, o exercício da democracia direta. Por outro lado, o desenvolvimento alternativo pode ser visto como uma forma diferente, uma maneira criativa de construir o DLS. Assim, o desenvolvimento endógeno brota do seio do tecido social local, na definição da visão soberana do futuro, em cooperação com organizações pública, privadas e OTS que se dispõem a compartilhar os seus problemas e as suas aspirações.

Essa discussão em torno do desafio reporta novamente para o conceito de desenvolvimento sustentável em que aborda, em seu âmago, um estilo de desenvolvimento paradigmático, volvido para um novo enfoque participativo de planeamento e gestão. Mas, como se anotou anteriormente, segundo Carvalho Ferreira (1994), deveria propender para a democracia direta tanto para o planeamento quanto para a gestão de políticas de DLS. Nas palavras desse autor todo o conjunto de atores é peça-chave no processo de DLS e merece um ambiente de gestão direta onde cada indivíduo é administrador do seu conhecimento, do espaço/território em que vive, da organização em que trabalha.

Este modo de ver o desenvolvimento sustentável, como um desenvolvimento alternativo defendido por Friedmann (1992), norteou um conjunto interdependente de postulados éticos. Em princípio os relativos ao atendimento das necessidades humanas (Sen, 2003) fundamentais, à promoção da autoconfiança do tecido social e a conscientização da prudência ecológica (Sachs, 1986b, 1996).

A explicação de Dalal-Clayton e Bass (2002) alude que o desafio e a dimensão do desenvolvimento sustentável expressam em sua base a ética de equidade de gerações e a dimensão temporal. Nestes termos observa-se que o desafio integra a esfera do desenvolvimento sustentável quando abrange a dimensão económica e social. Isto porque as necessidades, em particular as necessidades essenciais relativas a pobreza do mundo, são de prioridade absoluta consubstanciada pela ideia de limitações de crescimento impostas pelo avanço das tecnologias e da organização social (Sen, 2003). Ambos pontos, económico e sociais, abordam sobre as expectativas que se fundem tanto para a geração atual como para as vindouras no âmbito da questão do bem-estar local que se propaga em escala global. Este facto deve-se porquê o descompromisso de sustentabilidade coloca em risco as necessidades futuras, e como consequência, os modelos de organização da sociedade local podem deixar de existir (Sen, 2000, 2003).

Outro desafio vislumbrado por Dalal-Clayton e Bass (2002) refere-se a sociedade local para que seja mais precavida nas suas atitudes comportamentais, o que implica um processo de educação ambiental. Para Capra (2004) este desafio estende-se além da educação ambiental e volta-se à alfabetizar o tecido societal para um perfil

ecológico. Os casos concretos da análise de Capra (2004) revelam que o objetivo da alfabetização ecológica prevê a condição de nutrir a sociedade com o sentimento de afinidade para com o mundo natural, ou seja, despertar o compromisso de desenvolvimento sustentável no tecido societal.

O grande desafio de nosso tempo é criar e manter comunidades sustentáveis, concebidas de maneira que suas formas de vida, negócios, economias, estruturas físicas e tecnologias não interfiram na habilidade inerente da natureza de sustentar a vida. O primeiro passo nessa direção é o que chamo de ‘alfabetização ecológica’, a habilidade de entender os princípios básicos da ecologia e viver com eles. Se compreendermos os padrões de relacionamento que tornam os ecossistemas capazes de sustentar a vida, também entenderemos as muitas formas, padrões e processos que nossa civilização ignorou e interferiu neles. Assim, percebemos que essas interferências são as causas fundamentais dos atuais problemas do mundo. Nas próximas décadas, a sobrevivência da humanidade dependerá da nossa alfabetização ecológica que deve se tornar uma competência essencial para políticos, líderes empresariais e profissionais em todos os níveis – do ensino primário e secundário até o ensino médio e superior, assim como na formação e treinamento contínuo de profissionais (Capra, 2009:32).

Portanto, as ações do sistema societal devem incidir num conjunto de ações sistêmicas, atentas não só na lógica de curto prazo, mas também com o olhar para o futuro, já que a resolução de muitos problemas ecossocioeconômicos locais ocorre a longo prazo. Importa dizer que não se está a abordar questões de limites absolutos em termos de desafios e dimensões. Mas em limitações imposta pelo progresso tecnológico e da organização social no uso dos recursos ambientais e pela capacidade da Terra para absorver os efeitos das atividades humanas. No local, a capacidade do *homo faber*, em contextos organizacionais, pode aliar-se ao progresso tecnológico e favorecer o desenvolvimento com a inovação social em que esta pode dar lugar a um novo modelo de crescimento econômico ajustado às políticas de DLS.

Assim, o cerne dos desafios e dimensões do desenvolvimento sustentável se define em termos de sustentabilidade no todo, como se regista os principais marcos no cenário atual (*cf.* Figura 6:37, Cronologia do Desenvolvimento Sustentável). Estes desafios e dimensões são plasmados junto as organizações, pela implementação da responsabilidade social coletiva; mas também por uma nova performance económica social e ambiental no sistema societal global, como já se discorreu até aqui. As interpretações podem variar, mas necessita-se compartilhar certas características gerais e, portanto, fluir a partir de um consenso sobre o conceito básico do desenvolvimento sustentável e por uma estrutura ampla e estratégica para o alcançar. Instila-se uma réstia ao se observar, perante uma visão ampliada, a evolução dos atores no terreno e a suscetibilidade para a rede de sociabilidade entre o local, governos, nações, empresas, consumidores e demais partes interessadas (*cf.* Figura 6:37). Esta arena configura-se na tríade dimensional do desenvolvimento sustentável e na confirmação do relevo das organizações para o DLS porque é no ambiente organizacional que se alberga o sistema societal produtivo. Na visão de Santos *et al.* (2005), a dimensão do desenvolvimento sustentável, em especial no âmbito das organizações, tem duas componentes essenciais. A interna que atende o seu corpo de trabalhadores e a externa que interage com o local onde esta se insere (Santos *et al.*, 2005).

Numa perspetiva contingencial, a empresa mantém uma interação constante com os seus parceiros sociais externos: organismos do governo e organizações não-governamentais, representantes do poder regional e local, clientes, fornecedores, comunidades locais, etc. Esta interação é uma componente fundamental para uma inserção comunitária equilibrada e estável, razão pela qual o respeito pelos valores da comunidade e a manutenção de boas relações a esse nível constituem um fator de pressão constante (Santos *et al.*, 2005:34).

Compreende-se, com esta análise, o papel determinístico das organizações para o desenvolvimento local sustentável. Conquanto, se por um lado, as organizações são consideradas um dos principais alicerces para a disseminação do crescimento e desenvolvimento sustentável, por outro, elas são apontadas, desde o início do movimento ambiental, como o principal responsável pela degradação ambiental. Bem

como Santos *et al.* (2005) salientam acima, o desenvolvimento sustentável enfatiza uma abordagem holística e equitativa, clarividente à tomada de decisão em todos os níveis. Não acentua apenas o forte desempenho económico, mas a equidade intrageracional. Apoiar-se na integração e na ponderação equilibrada dos objetivos sociais, económicos e ambientais, no dispor de tomada de decisões e os objetivos de organizações públicas, privadas e OTS. A equidade intrageracional pode ser um fator de mudança capaz de elevar o progresso ecossocioeconómico a medida que perceber o local como meio inovador, espaço dinâmico apto a criatividade.

Como pôde-se observar na Figura 6:37, o contumaz empenhamento da sociedade mundial para se fazer implementar os compromissos voluntário das políticas de desenvolvimento sustentável voltaram a se juntar em Junho de 2012 na RIO+20⁴⁵. Como temas centrais a Cimeira foi abordado *i)* uma economia verde no contexto da erradicação da pobreza desenvolvimento sustentável, e *ii)* o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável. Diversas políticas de desenvolvimento sustentável voltam a pauta das discussões gerando um espaço democrático para o debate que será facilitado por investigadores de renomadas instituições académicas em todo mundo. As políticas de desenvolvimento sustentável envolvem os seguintes pontos que são cruciais as áreas respetivas:

1. Erradicação da pobreza;
2. Crise económica e financeira;
3. Desemprego, trabalho digno e migrações;
4. Sustentabilidade económica, padrões sustentáveis de produção e consumo;
5. Florestas;
6. Segurança alimentar e nutricional;
7. Energia sustentável para todos;
8. Água;
9. Cidades sustentáveis e inovação;
10. Oceanos.

⁴⁵ Mais detalhes ver página oficial da RIO+20: <http://www.uncsd2012.org/>

A partir dos pontos-chave da Cimeira RIO+20, o papel das políticas de DLS se sobressai a partir da perspectiva de que o local é um espaço de experimentos de inovação social. Espaço onde se troca ideias, faz-se o comércio, enaltece a cultura, promove-se a ciência, fomenta-se a organização social, as associações, a produtividade e o desenvolvimento ecossocioeconómico. No seu melhor, o local permite a sociedade avançar, progredir social e economicamente. No entanto, existem muitos desafios para manter o local de uma forma contínua a criar empregos e prosperidade, enquanto não existir respeito com o meio natural. Com a crise ecossocioeconómica, pode-se incluir ainda os desafios comuns como a superpopulação dos centros urbanos, a falta de fundos para prover serviços básicos, a falta de moradias adequadas e infraestrutura em declínio. Destarte, os desafios enfrentados pelo local podem ser superados de maneira a permitir-lhe continuar a prosperar e crescer melhorando a utilização de recursos naturais, reduzir a poluição e a pobreza. Na ideia que aqui se manifesta, o local pode usufruir da sua dinâmica natural para a geração de inovação social ajustada as políticas de desenvolvimento local sustentável. Mais do que isto, propagar o local como agente de inovação capaz de suprimir os desafios do desenvolvimento sustentável em escala global. Portanto, o local como um sistema societal biocêntrico, responsável pelas gerações vindouras. Encerra-se desse modo a análise sobre o desenvolvimento sustentável em que se usou, como base ilustrativa e cronológica, a Figura 6 apresentada no princípio desta secção, página 37. A próxima matéria reportar-se-á sobre os temas: local e o desenvolvimento local, iniciando-se, desse modo, pelo conceito de local como espaço/território.

2.3. CONCEITO DE LOCAL COMO ESPAÇO/TERRITÓRIO

O local é percebido como um organismo coletivo que absorve recursos naturais e expõe resíduos, vulnerável a mudança como qualquer outra concepção geográfica de espaço. A denominação de local expressa a condição de lugar; “*um recorte socio-territorial delimitado a partir de uma característica eletiva definidora de identidade*” (Paula, 2008:46). O local pode ser visto como a apropriação de uma parcela geográfica por uma coletividade, mas não adquire “*a posição sinónima de pequeno e não alude necessariamente à diminuição ou redução*” (Franco, 2000: 10). Sobre essa assertiva, o mesmo autor, anos mais tarde revela em suas investigações um outro modo de conceber o local.

O local é necessariamente o pequeno, mas não no sentido territorial ou populacional e sim no sentido daquilo que foi tornado pequeno por força de alta ‘tramatura’ social. Quanto mais conectado é o mundo menor ele é, porém mais potente socialmente ele é (*small is powerful*) (*Ipsis litteris* Franco, 2003: 18).

Segundo Franco (2003:140), nos últimos anos, a sua investigação tem revelado que o local é precisamente o pequeno, porém dista do sentido territorial ou populacional, *i.e.*, com o poder de se emalhar o local tornou-se pequeno por força dos micros laços que constitui a sua rede de sociabilidade. O conceito de local pode apresentar a conotação de espaço físico-territorial, entendido como uma matriz económica, ou ainda com característica político-territorial (Paula, 2008) de intervenções subordinadas a outras escalas de decisão – regional, nacional, global. Para Juarez de Paula (2008) o conceito de local é mais claro.

O Conceito de ‘local’ não se confunde com o conceito de município, como querem alguns. No debate sobre a temática do desenvolvimento, o conceito de ‘local’ surge em relação ao conceito de ‘global’, seja numa relação de oposição, seja numa relação de integração, soberana ou subordinada, local no global (*Ipsis litteris* Paula, 2008:46).

O local como lugar onde ocorre o desenvolvimento, como afirma Milton Santos (1996), o lugar e o quotidiano formam uma mesma realidade. Portanto, o local como lugar é o modo e o conteúdo do desenvolvimento local.

No Lugar – um quotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições –, cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política ganha territorialidade, com o confronto entre organização e espontaneidade (Santos, 1996: 258).

A complexidade do local se configura por sua extensão geográfica e pelo volume populacional, sendo que, uma grande população pode acarretar perda da coesão social na expressão de Santos (1996). Essa mesma complexidade induz o local a dependência das áreas circunvizinhas, elevando a vulnerabilidade do tecido societal em relação às mudanças no seu ambiente (Klein, 2006). O local, enquanto *polis*, lugar diversificado de encontro, expressa a relação do sistema societal com a natureza, com a história e as tradições, com o mercado, a produção e o consumo, com os saberes e a cultura, com a tecnologia, o técnico e o científico que o caracteriza (Rogers, 2001). Neste contexto, o local pode ser entendido como um conjunto de elementos híbridos, mas também por uma grande teia global (Capra, 1996). Conquanto, não existe um conjunto único de limites para o *homo faber*, e assim o local pode ser percebido, como “num universo infinito, local pode abranger algo tão gigantesco que somente a mente se encolhe diante dele” (Herbert, 1990:196)⁴⁶.

Outra referência de conceito de local, segundo SENAES (S/D), é a ideia de comunidade, onde se revela um *ethos*⁴⁷. Essa ideia coaduna com Melo (2003), Cristóvão e Miranda (2006) e Coraggio (2007), o local, espaço que expõe um *ethos*, é identificado

⁴⁶ Frank Herbert (1990). Os filhos de Duna (*Children of Dune*), romance de ficção científica, terceiro volume da trilogia de Duna.

⁴⁷ Usa-se aqui a concepção do *ethos* como contextualizado pela sociologia que se refere aos costumes, a cultura de um povo. A cultura, em sentido amplo, promove a ordenação local ao estabelecer modos de vida. No entendimento da filosofia grega, o homem habita o *ethos* enquanto a expressão normativa da sua própria natureza.

pelos seus costumes, *e.g.*, cultura, história, economia, e tudo mais que caracteriza o valor de identidade social. “*Diz-se que uma comunidade se desenvolve quando torna dinâmica as suas potencialidades*” (SENAES, S/D:2). Por mais simples que seja a dinâmica local, percebe-se uma intrincada vida de relações, como bem lembra Franco (2003) e Granovetter (2003), que se origina em práticas quotidianas, que formam um conjunto de relações e sociabilidade. Também para Albino e Leão (1997), o local se caracteriza pelo inter-relacionamento de redes de sociabilidade que expõe sua identidade sociocultural e pela dinâmica contínua de reconstrução dessas identidades. Raffestin (1993) interpreta a rede como um conjunto definido em relação ao objetivos dos atores, pois o espaço só existe em função dos objetivos intencionais do sujeito social. Este conjunto de relações, proposta aqui como rede de sociabilidade, vem a ser espaço visto e/ou vivido, um lugar de possibilidades, o espaço que se tornou território do ator social, em que este interage com diversos atores tecendo pontos ou nós que geram a dinâmica local. Desse modo, segundo Raffestin (1993:5) o ator social pode edificar diversos modos de tessituras e interligar os pontos moldando a malha em várias redes articuladas cujo fim é assegurar a continuidade da dinâmica local.

Na interpretação de Reis (1992) o local caracteriza-se de dois modos. No primeiro, é o locus da vida social, o lugar onde origina os factos e os fenómenos, e é onde as atividades e ações do *homo faber* ganham visibilidade. No segundo, tem-se uma rede de sociabilidade política e económica que forma os sistemas e as estruturas locais, e nessa rede há uma relação de poder externa aos sistemas locais. Neste sentido, para Ruivo (1990), o local torna-se distinto, possui característica própria que o difere quando projeta a sua imagem política e económica, mundo afora. As observações de ambos autores afluem para a dimensão política e económica e a sua igual pertinência para a ação local no quadro global. Esta rede de sociabilidade política e económica se destaca de quatro modos. Primeiro porque o espaço político tem o mesmo grau de relevância que o espaço económico e cultural. Segundo, a rede de sociabilidade político e económica regulamenta a relação global/local. Terceira, a dinâmica local está imersa no contexto político e económico. Quarto, a rede de sociabilidade política e económica se sobressai na constituição dos sistemas e estruturas produtivas locais.

Para Benko (1996) a força política e económica justifica-se porque o local é por natureza um terreno de interdisciplinaridade. A condição de interdisciplinar relativo ao local, na conceção de Pecqueur (1996) e de outros autores, dirige-se a uma dada localidade, espaço/lugar, suporte de um conjunto de atividades empreendedoras híbridas. Estas atividades, resultado da junção de coisas diferentes, pode formar micro espaços em que se dá origem a alguma delimitação ou recorte territorial que expressa a identidade local em termos socioeconómicos, políticos e culturais (Courlet e Dimou, 1995; Courlet, 2001; Houée, 2001). Neste sentido o local pode ser interpretado como um núcleo socioeconómico dinâmico caracterizado pelas interações do tecido societal entre as relações mercantil e não mercantil (Vachon, 2001). O núcleo socioeconómico, *i.e.*, a economia local, organiza-se de forma peculiar e combina diversos fatores de vocação natural (Hespanha, 2010), *e.g.*, sociais, económicos, culturais, organizacionais. O local, interdisciplinar, incorpora os conceitos de ambiente produtivo e institucional, sua delimitação, de maior ou menor área contígua local/global dependera dessa ligação de fatores (Arocena, 1997).

Para Fragoso (2005:64), o local não passa despercebido enquanto delimitações rígidas de espaço/território uma vez que haverá sempre possibilidades de intervenções concretas. O que Melo (1995) corrobora quando anota que o local faculta a condição à implementação de planos e programas de desenvolvimento em integração com a participação do tecido societal conjugadas às associações. O local, enquanto espaço de desenvolvimento, destaca-se pela sua condição empreendedora, criativa, o meio agente inovador, de receber e propagar tendências socioeconómicas, sem deixar de ser o lugar onde muitas das tendências se concretizam (Amaro, 1998). É nesta condição que Berdoulay (2003) anota que o local contempla três dimensões: Primeiro a dimensão económica, pela localização das atividades económicas e sociais. Segundo, a dimensão sociológica, pelo espaço quotidiano de interação social, e uma terceira na dimensão do antropológico e cultural, pela identificação do sujeito com o espaço habitado.

Assim, o denominado local, em seus variados modos e dimensões, é objeto de estudo com especificidade, história própria, espaço de memória e de construção de identidades. O local além de uma realidade física de delimitação geográfica é, também, uma realidade humana, social, cultural e histórica que Pecqueur (1989) entende como

uma construção oriunda do sistema de atores locais. Na ideia que aqui se manifesta, configura-se em tecido societal, a força do lugar, que no pensamento de Sérgio Martins ao interpretar Santos (1996) e Bourlegat (2000) se refere:

A força do lugar (ordem local) reside no território compartilhado e identificado por uma consequência social e comunitária de entorno, cuja essência é a própria história vivida em comum (*Ipsis litteris* Martins, 2001:55)

Destarte, ao se analisar o conceito mais profundamente, a denominação de local pode ligar-se há diferentes aspetos. Inicialmente, pode-se associa-lo ao conceito de escala, portanto diz respeito ao tamanho, ou seja, a dimensão do local (Santos, 1996). Depois, tem-se a diferenciação e/ou especificidade do local relacionada a capacidade de interação do *homo faber* com o ambiente e suas vizinhanças (Berdoulay, 2003). Posteriormente percebe-se o grau de autonomia do local ao tempo que é o ambiente criativo, o meio como agente inovador (Aydalot, 1979, 1986; Camagni *et al.*, 1992) capaz de gerar a sua própria autonomia económica (Amaro, 1998) e configurar sua identidade. Por último, encontra-se os estudos de Aydalot (1984), Becattini (1987, 2003), Bagnasco (1988) e Klein (2006) que examinam a complexidade do local enquanto agente inovador, *i.e.*, como identificar a condição para que este venha adquirir uma dinâmica de autossuficiência ecossocioeconómica.

Atinente ao local se encontra as tessituras das relações pessoais da vida quotidiana, que sobre uma base territorial constroem sua identidade enquanto produto social e económico, imbricados em favor do desenvolvimento sustentável. O local é o espaço onde se forma essa base territorial, ágora de representações e de práticas do *homo faber*, escol de sua singularidade. Geograficamente, o local locupleta-se com as organizações, das mais simples, como as associações, as cooperativas, as micro e pequenas empresas até as mais complexas, como defende Carvalho Ferreira em diversos estudos. Para esse autor, o local pode ser constituído de muitas unidades organizacionais – públicas, privadas e OTS – que, quando observadas em grupo, representam um todo maior que a soma das partes (Carvalho Ferreira, 1994, 2009, 2010). Todavia, ressalva-se que as diferentes dimensões de espaço e de tempo

convivem, nem sempre em equilíbrio ecossocioeconómico. O local é, portanto, o espaço da convivência humana, imo onde se localiza os desafios e as potencialidades do desenvolvimento equitativo às considerações ambientais (Martins, 2002), do desenvolvimento local integrado ao desenvolvimento sustentável, assunto que se aborda a seguir.

2.4. DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O cenário político e técnico-científico internacional debate novas concepções de desenvolvimento capaz de estimular espaços/territórios inovadores para a concentração estratégica de atores sociais e fomento a criatividade produtiva e empresarial local (Arocena, 2002). Busca-se nessas discussões, por modelos e alternativas de desenvolvimento aptos à enfrentar os desafios e os problemas económicos, sociais e ambientais contemporâneos (Sachs, 2004). Defende-se uma cultura de desenvolvimento que deve melhorar a vida das pessoas, dentro de um carácter mais humano e de justiça social, em que se considera o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades básicas dos membros da sociedade (Sen, 2003). Coloca-se em pauta o DLS, *i.e.*, a concepção de um desenvolvimento local endógeno, social, económico (Vachon, 1994), como expansão das liberdades reais (Sen, 2003), integrando-se a proposta de desenvolvimento sustentável (Sachs, 2000b). Esse desenvolvimento, dentro dessa perspectiva humanista e ecológica requer, para sua compreensão, uma revisão de postura ecossocioeconómica atendendo a sociedade de hoje e da que viverá no futuro (Sachs, 2007).

O conceito de desenvolvimento local, nas palavras de Amaro (2009: 108), teve dois marcos importantes: a sua asserção científica a partir dos finais dos anos 1970, e vinte anos mais tarde o seu reconhecimento político e institucional.⁴⁸ Com estes dois

⁴⁸ Apesar de citadas essas datas como referência, o próprio Amaro (2009:108) afirma que a base histórica do desenvolvimento local remonta a finais dos anos 1950, uma época em que o conceito de desenvolvimento estava em fase de afirmação e de aplicação aos processos de ajuda aos novos países independentes (ex-colónias europeias). Além dessa explicação de Amaro, também nós contemplamos o pensamento de que o estudo em volta do desenvolvimento remonta a mais tempo, conforme ilustrou-se,

critérios de importância foi conferido ao conceito a sua validade e utilidade na sociedade contemporânea. No contexto científico o termo desenvolvimento local foi produto das reflexões dos estudos divulgados por Houée (1972), Meister (1977)⁴⁹, Friedmann e Weaver (1981)⁵⁰, Taylor & Stöhr (1981)⁵¹, Arocena (1988), Pecqueur (1989), Vachon (1994), entre outros. Quanto ao cenário político institucional, Amaro (1998, 2009) esclarece que o conceito de desenvolvimento local foi reconhecido por organismos como a OCDE e a sua proposta do “Programa de Iniciativas Locais de Emprego”, em fins dos anos 1980. A partir deste programa da OCDE, a União Europeia⁵² definiu suas políticas de combate ao desemprego e à pobreza e exclusão

mais frente, com a Figura 8:117 – Diagrama da evolução do novo paradigma de desenvolvimento, e demais análise propiciada pela revisão bibliográfica aqui expressa.

⁴⁹ Albert Meister, em 1977, publicou *La participation pour le développement*. Um estudo em que analisa o desenvolvimento participativo em função da dinâmica ativa e voluntária de um grande número de pessoas em programas orientados ao cooperativismo de produtores rurais e a outros tipos de projetos de desenvolvimento socioeconómico local. Nesse estudo Meister preocupou-se com a análise das forças no trabalho abdicando da descrição dos programas referente as suas experiências em projetos com ex-colónias anglo-americanas e francesas, na África e na América Latina. O autor expressou também o termo desenvolvimento comunitário indicando as tradições anglo-americana *laissez-faire*, a descentralização administrativa, a opção local e o voluntarismo. Já a abordagem predominante nas ex-colónias francesas, apontou o conceito de animação rural com características do centralismo burocrático, o intervencionismo e a orientação de cima para baixo para os programas de desenvolvimento local.

⁵⁰ As reflexões de John Friedmann e Clyde Weaver, denominados territorialistas, vêm a estruturar-se numa nova abordagem do planeamento do desenvolvimento, com a noção de espaço/território configurando-se como uma variável estratégica de desenvolvimento endógeno. Esta variável tem por objetivo unir a abordagem territorial às dinâmicas de desenvolvimento regional. Pressupõem Friedmann e Weaver que o desenvolvimento só será atingido pela mobilização do tecido social aliando-se aos recursos das diferentes regiões quando se satisfaz, prioritariamente, as necessidades das respetivas populações. O argumento central dos autores diz respeito ao poder económico funcional, em que este, sem o domínio de um ente territorial, tende a acentuar as desigualdades socioeconómicas características do desenvolvimento polarizado. Para Friedmann e Weaver o planeamento territorial firma-se como uma atividade endógena e multidisciplinar com o objetivo de melhorar a qualidade de vida do tecido societal local, e tem como determinante o total desenvolvimento do seu potencial produtivo.

⁵¹ Os autores propõem um modelo de desenvolvimento endógeno de baixo para cima partindo das próprias potencialidades socioeconómicas do local. A reflexão de desenvolvimento local de Taylor e Stöhr refuta o planeamento de desenvolvimento de cima para baixo, conduzido pelo Estado-Nação.

⁵² Comissão das Comunidades Europeias (1981). *Rapport final de la Commission au Conseil du Premier Programme de Projets et Études Pilotes pour Combattre la Pauvreté*, Bruxelas. Ver também “Panorama da luta contra a exclusão social: Conceitos e estratégias. <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/panorama.pdf>

social⁵³. Aliados a esta empreitada também a Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁵⁴ e o Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Diante disso, compreende-se que Amaro (2009) reinterpreta o conceito de desenvolvimento local mediante as reflexões propostas por Friedmann e Weaver (1981), Taylor e Stöhr (1981), Arocena (1988, 1995, 2002), Pecqueur (2000) e Vachon (2001). Daí que Roque Amaro explica o desenvolvimento local como ...

[...] o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo a comunidade o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas (*ipsis litteris* Amaro, 2009:108).

A explicação de Amaro para o desenvolvimento local recorda as anotações de Pecqueur (1989), em que o autor elucida o conceito de desenvolvimento local com base no desenvolvimento do território. Neste prisma, o desenvolvimento local não se refere ao território como um lugar com poucos recursos numa dada dimensão geográfica, mas um corpo em movimento no espaço e no tempo, que alimenta-se de múltiplos genes que contribuem ou não a uma determinada dinâmica, coesão, consciência e poder. Na ideia que aqui se manifesta, isso pode ser reinterpretado como uma mobilização de participação coletiva e democrática que pode ser conduzida à criatividade e a inovação social, atenta à vocação natural, no sentido de responder aos problemas do local.⁵⁵ Este raciocínio encontra coerência, em um primeiro momento, no pensamento de R. Roque Amaro quando anota que o conceito de desenvolvimento local ...

⁵³ Para mais detalhes ver Programas Europeus de Luta Contra a Pobreza (PELCP II e III). Conselhos Europeus de Corfu, em 1993, de Essen, em 1994, de Dublin, em 1996, e de Florença, em 1997).

⁵⁴ Programa global Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza (STEP) da Organização Internacional do Trabalho (OIT), nomeadamente o documento “Luta Contra a Pobreza em Portugal” (2003). <http://www.ilo.org/public/english/protection/socsec/pol/campagne/files/lotapobreza.pdf>

⁵⁵ Este raciocínio será retomado mais a frente na secção em que se analisa o conceito de terceiro setor, pois R. Roque Amaro estende o seu discurso abordando esta mobilização democrática como uma resposta local aos problemas socioeconómicos das comunidades locais.

[...] corresponde sobretudo a uma multiplicidade assinalável de iniciativas de base local, a partir das quais, atores locais, de muitos tipos e numa grande variedade de situações, tentam encontrar respostas para os problemas colocados pelas crises económicas, tecnológicas, ambientais e políticas que puseram termo ao chamado período dos anos dourados do crescimento económico relativamente estável dos 30 anos posteriores à II Guerra Mundial (*ipsis litteris*, Amaro, 2009:108).

Em um segundo momento, confirma-se no argumento de Reis (1988) para quem o desenvolvimento local tem uma raiz precisa.

Trata-se de um impulso generoso, de carácter local e endógeno, assente na mobilização voluntária, cujo objetivo é originar acções com as quais se produzam sinergias entre agentes, tendo em vista qualificar os meios de vida e assegurar bem estar social. Esta é a matriz distintiva do desenvolvimento local face a outras formas de gestão social e outros mecanismos de indução de efeitos dinâmicos. A valorização e a promoção da diversidade da vida colectiva é, neste contexto, uma qualidade diferenciadora. Quer isto dizer, em suma, que estamos perante uma característica distinta, marcada pela cidadania, pela participação e pela contextualidade territorial” (*ipsis litteris*, Reis, 1988: 32).

Esse pensamento de Reis (1988) comunga com a conceção de Arocena (1988) em que a base do conceito de desenvolvimento local se fundamenta no desenvolvimento endógeno. Mas, também, segundo Arocena (1988) o desenvolvimento tem seu vigor na sociedade local e para que esta exista é preciso, no mínimo, sua condição de natureza socioeconómica e cultural. Explica o autor que a condição socioeconómica sustenta-se com a existência de um sistema de atores sociais cujas relações de sociabilidade se constroem e se reproduzem firmadas nas condições do ambiente local. Neste cenário, a administração do excedente gerado localmente é controlada pelo tecido societal, e a sua condição de natureza cultural refere-se a um conjunto humano e imaterial que pertence a um espaço/território. Este conjunto identifica-se com a sua história e revela as suas

especificidades culturais comuns expressadas em uma identidade coletiva (Arocena, 1988).

O desenvolvimento local, para Arocena (1994), articula a dinamização do crescimento, entendido como um fator estratégico de progresso, aliado a melhoria das condições sociais do tecido societal e do desenvolvimento competitivo e sustentável, estruturado a partir dos próprios atores locais. O que Houée (1972) identifica como um processo de valorização do local, ao mesmo tempo que exige o crescimento das habilidades, o conhecimento e competências do tecido societal, que utiliza as iniciativas locais como motor para o desenvolvimento local. Nas palavras de Melo (1998: 62) o desenvolvimento local é a sociedade em comum acordo dirigida a melhorar o quotidiano, confiante nos recursos próprios e na capacidade de os combinar de forma racional para a construção do futuro do desenvolvimento sustentável.

Consequentemente, Vachon (1994) anota que a busca por novos modelos de desenvolvimento contribui para a construção de uma forma mais adequada de pensamento para as realidades contemporâneas. O desenvolvimento local integrado estabelece mecanismos capazes de garantir o progresso dos indivíduos e das comunidades excluídas do modelo dominante de crescimento económico, proporcionando o seu pleno contributo para o avanço e enriquecimento do tecido social. Para esse autor, os conceitos e as perceções acerca do DLS tem uma base histórica voltada ao findo trinta anos gloriosos e os efeitos devastadores deste modelo desenvolvimentista ao ambiente, assim o DLS surge para fazer face aos novos desafios e às alterações da realidade mundial. Em suma, o pensamento desse autor converge para a retórica de que há um movimento coletivo e social com o objetivo de se pensar em um padrão de ordem em que se coloca mais ênfase no sentido micro, sobretudo nas transformações sociais que estão ocorrendo em escala local.

Ainda no argumento de Vachon (1996), a metamorfose mundial desde meados do século XX está a ser intensa e profunda, e por consequência torna ultrapassado e inadequado, no local, as tradicionais condições socioeconómicas, tecnológicas, políticas e ambientais. Todavia, segundo Vázquez Barqueiro (1995, 2003), no contexto mundial, essas transformações fomentam o surgimento de novas ideias e a reformulação de

conceitos para explicar o crescimento dos níveis de confiança, cooperação, ajuda mútua, organização social e a criatividade dos atores sociais em prol de uma dinâmica local configurada em modelos de produção coletiva. Destarte, importa refletir a conceção do DLS no contexto do comportamento socioeconómico mundial marcado por dois fenómenos: a globalização e a implementação do capitalismo neoliberal. Esses fenómenos, que tiveram lugar a partir da década de oitenta, ocorrem tanto em dimensão económica (perda de autonomia dos Estados, reestruturação económica, políticas de ajuste, realocização das empresas, etc.) quanto em dimensão cultural (perda de identidade do tecido societal). O que Houée (2001, 2009) anota que estes dois fenómenos incidem como um vetor negativo apontando à exclusão social que repercute diretamente no empobrecimento das sociedades, e indiretamente atrofiando o desenvolvimento local.

Para Houée (2001) o próprio conceito de desenvolvimento local germina da mudança global como um desafio a uma dinâmica de progresso do tecido societal. Assim, para o autor, a mudança global movimenta o tecido societal em sinergia para a valorização dos recursos humanos e materiais de um dado território, em que esse se mantém em negociação ou diálogo com centros de decisões económicos, sociais e políticos em que se integram e dependem. O desenvolvimento, nas palavras de Houée (2009), deixa de ser entendido somente como crescimento económico. Passa a contemplar um movimento de base socioeconómico, político, cultural e solidário que tende a aumentar o bem-estar do tecido societal. Este movimento de dinâmica socioeconómica propaga-se no local e espalha-se globalmente (Arocena, 1997).

Portanto o movimento de desenvolvimento local sustentável atua como política de construção alavancando os recursos de um espaço/território considerando que o progresso de uma região deve levar em conta as necessidades e aspirações de seu povo. O que no pensamento de Vázquez Barquero vem a ser:

Um processo de crescimento económico e de mudança estrutural, liderado pela comunidade local ao utilizar o seu potencial de desenvolvimento que leva à melhoria do nível de vida da população (Vázquez Barquero, 2001: 41).

Segundo Vázquez Barquero (1988), o desenvolvimento local é uma estratégia que toma como mecanismo dinamizador os processos de desenvolvimento endógeno. Esse processo inclui as suas potencialidades que o impulsiona ao *i)* empreendedorismo local, *ii)* políticas de geração empresas e criação de empregos e *iii)* iniciativas institucionais socioeconómica. Além disso, a criação dos chamados polos de reconversão, através de cooperação entre os setores públicos e privados. A luta por manter vivo o local e a existência de sólidas identidades culturais conduz a busca de processos controlados, o que Arocena (1995) chama de “*a cultura do económico*”, em que esta cultura converge para ...

[...] a necessidade de criar riqueza e a necessidade de salvaguardar os recursos naturais; a urgência de gerar empregos e a urgência de responder as necessidades essenciais da população (Arocena, 1995:32).

Se o conceito de desenvolvimento local denota iniciativas de base local, então esta mobilização natural do tecido social aponta algumas propostas para o DLS em que a sociedade tem condições de conceber o seu próprio projeto de desenvolvimento em um dado lugar, local. Nesse contexto, o tecido societal se mobiliza em resposta às necessidades do local e atua em modelo de gestão democrática e coletiva para a utilização dos recursos e da capacidade do tecido societal comprometidas com o desenvolvimento sustentável. Por conseguinte, movimenta-se em processo democrático, de manifestação associativista e/ou cooperativo conjugando as várias componentes ecossocioeconómicas do lugar. Terceiro, essa mobilização valoriza o tecido societal e as aspirações do *homo faber* e as suas capacidades endógenas para a inovação social. O que Amaro (1991a) configura como o desenvolvimento local. No âmbito do paradigma territorialista, esse autor propugna o desenvolvimento a partir do potencial endógeno que nasce no imo da sociedade, *i.e.*, de baixo para cima. No argumento de Amaro (1993) o desenvolvimento deve ser abrangente e multidimensional, longe de ser reduzido a vertente económica, das procuras e necessidades locais. Um desenvolvimento tendo como sentido indicadores qualitativos e estruturais, sobressaindo melhorias à população que vive, mora e trabalhar no local.

Por isso, o desenvolvimento local não é redutível a uma simples e imediata transposição de um conceito de desenvolvimento, qualquer que seja, a uma escala considerada como local. Mas, diz respeito a uma alteração de paradigma que impõe uma nova conceção de desenvolvimento, pondo-se ao lado da ideia da nova ordem de modernização industrial e crescimento económico sem que esses conduzam a sociedade ao suicídio coletivo (Max-Neef, 1992). Esse crescimento, que entre outras coisas, persegue o aumento da produtividade e competitividade aliados a adoção de tecnologias limpas, excluindo o modo de produção tradicional e impondo, no local, uma passagem para a sociedade moderna e ambientalmente sustentável. Como explana Vázquez Barquero:

O crescimento económico, a distribuição de rendimento e riqueza são dois processos que não ocorrem paralelamente. Na verdade, só adquirem uma dinâmica comum pelo facto de os atores públicos e privados tomarem decisões de investimento que visam elevar a produtividade e a competitividade das empresas, solucionar os problemas locais e aumentar o bem-estar da sociedade (Vázquez Barquero, 2001: 41).

Paulatinamente passou-se a interpretar o conceito de desenvolvimento sob outra perspectiva de análise, com uma visão mais ampla e integral, com maior justiça social e crescente ética nas relações interpessoais e com o meio ambiente. Estabelece-se um modelo de desenvolvimento social, centrado nas pessoas. Esse desenvolvimento aciona a sociedade na construção de uma cultura de cooperação e solidariedade para responder as necessidades mais imediatas (Amaro *et al.*, 1992); impulsiona o *homo faber* e as organizações com o objetivo de transformar, inovar e dinamizar o local ecossocioeconomicamente (Sachs, 2007). O desenvolvimento assimilado pela importância da memória, da cultura, da identidade e das instituições locais.

Diante do exposto, é pertinente dizer que o itinerário do DLS inclui, ainda, a manifestação dos pensamentos que expressavam as insatisfações produzidas pelo desenvolvimento racional ou tecnocrático (Berdoulay, 2003; Amaro, 2009). Isto ocorreu quando o desenvolvimento local foi pensado como um planeamento que poderia ser

aplicado de cima para baixo, excluindo o *homo faber* da sua capacidade de esboçar sua liberdade e vocação natural propícia ao local como meio inovador.⁵⁶

Neste cenário, explica Berdoulay (2003), a abordagem racional havia-se corrigido de modo a se tornar menos agressiva e assim, os atores técnicos/políticos criavam os projetos de desenvolvimento local em seus gabinetes e o apresentavam a população local pronto.⁵⁷ Completa o autor, que este processo poderia sofrer algumas correções ao longo da implantação até chegar ao seu final, mas estas resoluções não eram tomadas pela sociedade local (Berdoulay, 2003). Aliado ao argumento de Berdoulay, Amaro (2009:109) afirma que o desenvolvimento de cima para baixo (paradigma de modernização ou estruturalista)⁵⁸ levava a sociedade local a “*abandonar os seus sistemas tradicionais, considerado [pelos técnicos/políticos] um obstáculo ao progresso*”. Esta linha de raciocínio pode ser entendido como uma abordagem incremental em que o *homo faber* tem uma participação limitada ao projeto, e o técnico/político legitima-se como um especialista, aquele que possui a verdade científica. Daí que o movimento que representa o desenvolvimento local surge como uma reação à esta ideologia capitalismo-socialismo (Amaro, 2009), uma resistência a imposição do desenvolvimento, como esclarece Arnauld de Sarte e Berdoulay (2005) na transcrição a seguir.

[...] Tanto foi [o vigor do movimento que representa o desenvolvimento local, que o modo anterior de desenvolvimento perdeu o sentido] que ele caiu, às vezes, nos excessos inversos. Assim, insistindo-se na vontade de agir

⁵⁶ Destarte tal conceção ainda pode acontecer de se planejar tecnicamente o desenvolvimento local para uma determinada região em gabinetes e depois querer implementá-lo no lugar. O que vai contra com a nossa linha de pensamento.

⁵⁷ Ver também Amaro (2009:109) em que o autor faz referência aos programas de desenvolvimento elaborados pelos países europeus para serem implementados nas suas antigas colónias como um processo de desenvolvimento local.

⁵⁸ Amaro (2009) observa que este tipo de desenvolvimento foi promovido pelos estudos de Arthur Lewis e Walt Whitman Rostow. Para mais detalhes ver: Arthur Lewis (*The Theory of Economic Growth*, 1955, Illinois: Richard D. Irwin) e Walt Whitman Rostow (*Etapas do desenvolvimento económico*, 1959, Rio de Janeiro: Zahar). Dentre outras teorias do crescimento económico foram as primeiras contribuições para a definição do conceito de desenvolvimento. Ambos autores fazem uma abordagem do desenvolvimento com uma influência europeia marcada pela Revolução Industrial, a Segunda Guerra Mundial e a reconstrução da Europa, tendo como convicção a capacidade de os países pobres se desenvolverem na mesma proporção dos países ricos.

levando em conta as escolhas das populações, de agir de baixo para cima ao invés de cima para baixo, o local chegou a ser considerado como uma verdade impossível de criticar. Chegou-se até, às vezes, a desconsiderar a existência de interesses comuns. A crítica do planeamento de cima para baixo chegou também a ser uma crítica da noção de desenvolvimento, que reduz os problemas às suas únicas dimensões económicas ou produtivas (Arnauld de Sarte e Berdoulay, 2005: 110).

Nesse contexto, argumenta-se que o movimento do desenvolvimento local foi gerado como um manifesto autogestionário, ou seja, a comunidade se auto-organiza para responder as necessidades socioeconómicas do local.⁵⁹ Assim, o desenvolvimento local induz o processo de um novo paradigma de desenvolvimento em resposta as mudanças provocadas pela globalização e as mudanças ambiental, integrando-se, desse modo, ao desenvolvimento sustentável. Perceciona, nesta ágora, o *homo faber*⁶⁰, tendo o local como meio, agente inovador, empenhado em planear o desenvolvimento integrado pela sociedade civil, instituições públicas, empresas privadas e OTS, como elucida os diversos estudos de Carvalho Ferreira e de R. Roque Amaro. Essa integração incumbe-

⁵⁹ Esse argumento fundamenta-se em casos concretos vivenciados no Brasil, *e.g.*, 1) o caso do município de Pintadas, Bahia, situado no semiárido baiano, de 10.927 habitantes, sendo 65% residentes da área rural e 35% da zona urbana. Apesar de possuir indicadores económicos característicos de uma cidade pobre, chama a atenção por seu modelo de organização social democrático integrado e solidário, sustentado por uma tessitura de articulação de entidades denominada Rede Pintadas. Tal rede de sociabilidade é uma malha de organismos locais com distintas naturezas dirigidas para geração de trabalho e rendimento, assim como, para a dinamização da vida no território como estratégia de desenvolvimento local. Fischer, F., e Nascimento, A., (2002). Projeto Rede Pintadas. <http://www.eaesp.fgvsp.br/subportais/ceapg/Acervo%20Virtual/Cadernos/Experi%C3%A2ncias/2002/1%20-%20rede%20pintadas.pdf> - 2) O caso da Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira – APAEB, fundada em 1980 com o objetivo, entre outros, o de promover o desenvolvimento social e económico sustentável e solidário, fomentando a melhoria da qualidade de vida da população da região sisaleira - http://www.apaeb.com.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=61&Itemid=27. 3) Também o caso do Banco comunitário de Palmas que deu origem a política pública “Bancos Comunitários”. Barca, S. (2010). http://www.cities-localgovernments.org/committees/cisd/Upload/database/bancopalmas_2010_pt_fr.pdf e Melo Neto Segundo, J. J. & Magalhães, S. (2009). http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim_mercado_de_trabalho/mt41/10_Eco_Bancos.pdf - Estas citações são apenas casos ilustrativos de manifesto autogestionário, pois, para nós, as políticas de desenvolvimento local não podem ser tomadas como homogéneas e replicadas como modelo, algo padronizado, em todo e qualquer lugar.

⁶⁰ Usa-se, nesse momento, a expressão – *homo faber* – expressando-a na capacidade do homem cientista, a mente criativa do investigador, no sentido de explorar e analisar em detalhes o ambiente social.

se de corroborar às transformações nas condições de produção e comercialização de bens, produtos e serviços a partir, em princípio, da vocação local, valorizando e fomentando as potencialidades e efetivos recursos naturais locais na dimensão do coletivo (Amaro 2005b, Carvalho Ferreira, 2005).

O desenvolvimento local explica Vachon (2001), origina-se da observação social de que a macroeconomia e as políticas nacionais e setoriais, não parecem ser os melhores instrumentos que resolvem os problemas ecossocioeconómicos que surgem dia-a-dia na esfera local. Com o mesmo pensamento de Vachon, para Pecqueur (1989), desenvolvimento local é, na perceção do tecido societal, uma unidade ativa de desenvolvimento que dispõe de recursos específicos de natureza física e imaterial. Não pode (os recursos) serem simplesmente excluídos e/ou transferidos de uma região, local ou lugar a outro. Pelo contrário, o desenvolvimento local é aquele que se integra as condições que o local tem como propósito de manter sua capacidade coletiva de mudança e inovação, necessárias para fomentar e atrair o crescimento sustentável.

Impreterivelmente o desenvolvimento local está articulado pelo quotidiano do tecido societal e é amparado pela tessitura da rede de sociabilidade que os atores sociais formam. Vachon e Coillier (1993) observam que a construção e a organização coletiva tende a ser percebida como algumas das muitas delimitações do local para se atingir a sua sustentabilidade. Complementa-se essa observação com a assunção que Vázquez Barquero (2001) faz em torno do desenvolvimento económico local.

O desenvolvimento económico local pode ser definido como um processo de crescimento e mudança estrutural que ocorre em razão da transferência de recursos das atividades tradicionais para as modernas, bem como pelo aproveitamento das economias externas e pela introdução de inovações, determinando a elevação do bem-estar da população de uma cidade ou região. Quando a capacidade local é capaz de utilizar o potencial de desenvolvimento e liderar o processo de mudança estrutural, pode-se falar de desenvolvimento local endógeno ou, simplesmente, de desenvolvimento endógeno (Vázquez Barquero, 2001: 57).

A capacidade de saber utilizar o potencial local desponta as políticas de DLS como um conjunto múltiplo de ação coletiva composto de dimensões e significados diversos, construtor de identidades e características distintas. O desenvolvimento como um sistema contínuo que amplia o talento das organizações de agregar valor sobre a produção que caracteriza o local (Amaro, 2009). Mas também a possibilidade de absorção económica do espaço/território, cujo desenrolar é a retenção de excedentes gerados na economia local. Propugnado por Aydalot, 1986; Camagni *et al.*, 1992; Maillat, 2002, essa cultura de desenvolvimento corrobora no aumento do emprego, melhoria para o tecido produtivo e maior rentabilidade local. Para esses autores, o local vem a ser o meio, agente inovador, que interage e se configura como uma organização – real e virtual, concreto e simbólico, a interação do *homo faber* entre artefatos e a natureza. O espaço/território propício a criatividade em que o tecido societal está apto, e busca continuamente, por soluções inovadoras que o induz ao desenvolvimento (Maillat *et al.*, 1992). Na ideia que aqui se manifesta, o local é ambiente favorável, uma das potencialidades à geração de inovação social, ao fomento de organizações em sistema de gestão democrática e coletiva, OTS inovadoras articuladas às políticas de desenvolvimento local sustentável.

Para muitos autores as políticas de DLS envolvem grande desafio na experimentação com estratégias alternativas, baseadas nos critérios interdependentes de equidade social, prudência ecológica, autossuficiência (*self-reliance*) e viabilidade económica (Coraggio, 2007b). Esses critérios apontam a necessidade do tecido societal evitar a conformidade e seguir os seus próprios instintos e ideais atidos na participação dos atores locais, aprendendo a conhecer-se, a avaliar a realidade e a transformá-la (Arocena, 1995; Amaro, 1998; Vachon, 2001). Desse modo, sob diversas ações, as políticas de DLS podem ser estratégias atinentes ao meio inovador multifacetadas, policromático, singular e plural que pode formar entre os setores produtivos, teias organizacionais interligadas, mais ou menos densas (Carvalho Ferreira, 2006, 2009). Essa tessitura sustenta a proliferação e/ou agrupamentos de diferentes tipos de organizações. Ambiente propício para conviver empresas públicas, fábricas em regime capitalista e OTS em modelos de cooperativa e associações, atraídas por mão de obra qualificada e/ou incentivos públicos que são-lhes oferecidos (Brusco, 1990; Becattini, 2003, 2009). Todos são exemplos de organizações concretas que movimentam o

mercado e que produzem uma dinâmica socioeconómica local que pode ser solidária e ativa (Carvalho Ferreira 2005 e 2010). Essa dinâmica é explicada por Becattini (2004) como um âmago social criativo e inovador que justifica porque certas regiões são mais dinâmicas do que outras.

A superação desses desafios implica o tecido societal construir atividades socioeconómicas a fim de solucionar os problemas atuais que aflige o desenvolvimento local, etapa por etapa, *i.e.*, ações de curto, médio e longo prazo em abrangência local, articuladas com a esfera global. Essas ações estão imbricadas ao conhecimento e a sua relação com o progresso, como uma diretriz ambiciosa que envolve o apreender ecossocioeconómico partindo da distinção entre o saber e o compreender (Max-Neef *et al.*, 1993). Esse comportamento, para Vachon (1994), só se torna possível se possuir uma perspetiva de equilíbrio de várias dimensões que compõe a vida socioeconómica local. Um desenvolvimento abrangente para a regeneração económica e social local, assente primeiro na dimensão económica, *i.e.*, na implantação de um conjunto de atividades de produção e vendas de bens e serviços. Segundo, na dimensão local. No desenvolvimento dos recursos locais em um determinado território, através de uma abordagem de rede de sociabilidade que entrelaça a prática dos principais componentes do tecido societal (setor público, setor privado e OTS). Uma abordagem que também leva ao desenvolvimento o aporte de recursos externos de acordo com o tecido societal. Terceiro, uma dimensão social que envolve a regeneração económica e social de uma área (serviço de emprego, habitação, formação, saúde, educação, social, etc.) e a apropriação pela população residente do seu futuro desenvolvimento económico e social (governança e empoderamento local). Quarto é a dimensão comunitária, *i.e.*, a comunidade como um ponto de partida e terminando como uma área de cooperação económica da comunidade como o primeiro dispositivo de revitalização associativo.

Essas ações, segundo Vachon (2001), são uma interação fecunda e recíproca entre ação e conhecimento de eficácia económica que pode dar maior probabilidade de sustentabilidade aos processos de políticas de DLS. Portanto, explana o autor, a base do desenvolvimento local integrado apoia-se na capacidade do tecido societal identificar os problemas que lhe são pertinentes e propor soluções de forma soberana firmada na sua capacidade de autossuficiência (*self-reliance*). Uma vontade comum de melhorar o

quotidiano dentro de uma abordagem humanística e ecológico do local através dos recursos naturais, da vocação económica e na capacidade de dispô-los de forma racional encetando processos de identificação e a melhoria de vida. O escol do imaginário coletivo capaz de revelar experiências de cidadania com práticas de conhecimento económico em que o tecido societal tem como talento a cultura do desenvolvimento.

Desse modo, pode-se dizer que a cultura de desenvolvimento favorece as políticas de DLS, concomitantemente, o crescimento sistémico, ecológico e inclusivo, destarte, requer abordar as restrições de economia política superando condutas e normas sociais profundamente arraigadas (Vachon, 1996). Todavia, esse comportamento implica em desregulamentação das funções, das instituições e das competências, muitas vezes travadas em setores homogéneos e programas setoriais que favorece lógicas de dependência (Coraggio, 2007) a tirar partido das vantagens aí existentes. Institui e desenvolve instrumentos inovadores para mudar os incentivos e promover a inovação (Aydalot, 1986; Maillat, 2002). Aponta as falhas do mercado, das instituições e de políticas que conduzem a descomedia exploração dos recursos naturais e o esquecimento dos micros, pequenos e médios negócios que formam a raiz social e económica local (Hespanha, 2010).

Nesse aspeto o desenvolvimento local é uma política estratégica de intervenção que tem suas próprias características dentro de uma abordagem intersectorial e participativo. Em primeiro lugar pode ajudar a resolver problemas sociais por um desenvolvimento autossustentável económico e social local. Segundo pode chamar a atenção em todos os limites de governança sobre as questões mais prementes relacionadas com a falta de emprego, de infraestrutura económica e serviços básicos. Terceiro pode apoiar a criação de empresas locais (serviços ou produção de bens), a organização de cooperativas e associações em setores-chave do tecido societal. Quarto pode estimular o tecido societal a trabalhar em sistema de parceria com os principais intervenientes no espaço/território, *i.e.*, as bases comunitárias e associativas, bem como as empresas públicas, privadas e as OTS. Quinto pode construir estruturas autónomas a partir de um esforço local apoiado financeiramente, pelo menos em parte, pelo Estado e fundos setoriais. Sexto pode implementar estratégias de inovação social, tomada aqui no sentido de agregar forças locais. Esta estratégia diz respeito a importância do

espaço/território, em que o desenvolvimento local é uma estratégia que consta no trabalho de organização cooperativa que partilha a mesma área geográfica. Essa partilha compreende um estilo de vida onde o sentimento de pertença é percebido em virtude de sua sobrevivência ser ameaçada. Esta estratégia de organização é em grande parte com base na experiência do movimento cooperativo que tem suas origens na época da pior miséria das classes trabalhadoras.

Portanto, as políticas de DLS ganham força a partir do instante que o desenvolvimento, de modo sistémico, intervêm no lugar a fim de deter, ou pelo menos, atenuar a gravidade e os efeitos das diferenças sociais, uma das consequências da globalização. Isto porque no local, a questão principal, reporta-se ao elevado índice de pobreza em virtude do desemprego, chegando a ser considerado crónico em determinadas cidades (Henriques, (2005). A busca pelo trabalho compensador, o combate ao desemprego, a pobreza e, conseqüentemente, a exclusão social fazem parte das grandes preocupações atuais dos espaços/territórios e dos seus desafios do futuro, deixando de ser vista como situações anómalas e secundárias. Este quadro oferece como resultado, além dos típicos problemas sociais, o deterioramento urbano provocado pelo despovoamento local, o que deixa de ser um desenvolvimento local solidário (Houée, 2009) ou mesmo um desenvolvimento como liberdade (Sen, 2003)⁶¹.

A análise da expressão contemporânea destes fenómenos reenvia-nos para a análise das condições sociais dificultadoras da qualidade da relação interpessoal, do exercício da solidariedade, ou da capacidade de iniciativa e organização no contexto de sociedades cada vez mais complexas (Henriques, 2005:1).

⁶¹ Amartya Sen propõe “*O desenvolvimento como liberdade*”(2003). O autor concebe a ideia de desenvolvimento com base nas liberdades subjetivas em que o ser humano carece servir-se pelas mínimas condições de sobrevivência para o exercício da cidadania ativa. A conceção do desenvolvimento como liberdade, nas palavras de Sen, parte de uma questão simples: de que adianta um modelo de desenvolvimento baseado na riqueza económica se isto não se reflete na melhoria das condições e da qualidade de vida das pessoas? Para Sen, considerar o desenvolvimento como expansão das liberdades substantivas orienta o indivíduo agir para os fins que tornam o desenvolvimento algo importante, mais do que para os meios que desempenhem papéis salientes.

O pensamento de Henriques (2005) coaduna com os estudos de Vachon e Coallier (1993:74) em que, segundo esses autores, a consciência da ineficácia das políticas tradicionais de corrigir a situação de uma área angustiada gerou uma abordagem complementar: o desenvolvimento local. Esta política estratégica contra a extinção sistemática nasceu nas comunidades e áreas frágeis e junto as pessoas marginalizadas que rejeitaram a inevitabilidade do seu declínio. Elucida Henriques (2005)⁶² que é uma resposta de solidariedade contra um ataque violento que, se não for controlado, pode levar parte do tecido societal direto para a exclusão social. Segundo Vachon e Coallier (1993:74), a estratégia recomenda o desenvolvimento local baseado em três princípios fundamentais:

- 1) O desenvolvimento não resulta apenas da função ou valor das atividades económicas e de organização social dos indivíduos;
- 2) O desenvolvimento não é apenas grandes sistemas macroeconómicos ou instituições centralizadas. É também amplamente associados com microiniciativas;
- 3) O *homo faber* é a força motriz do desenvolvimento.

Sobre este cenário Vachon (2001) esclarece a importância das políticas de desenvolvimento local sustentável como uma proposta de micro desenvolvimento, em que a sociedade local repensa a sua produção e consumo comprometida com o futuro das gerações. Essas políticas inovam-se para se adequar ao novo comportamento da economia global que se configurou em um conjunto de economias regionais especializadas. Ademais, repensar a economia no sentido de perceber quais são as relações de sociabilidade das empresas com o local e como as organizações operam em termos de perspectiva de desenvolvimento socioeconómico sustentável no local.

⁶² Refere-se José Manuel Henriques ao quadro de pobreza e exclusão social que se alastra com o passar dos anos no mundo, em especial na Comunidade Europeia, desde a década de 70. Elucida o autor que “*a complexidade crescente de problemas de pobreza e exclusão social e a ausência, insuficiência ou desadequação de respostas públicas correntes levou já ao reconhecimento da necessidade de inovação social na Europa Comunitária desde a Resolução de Conselho de 1975 na criação de 1º Programa Europeu (experimental) de Luta contra a Pobreza*” Henriques (2005:1).

Na interpretação de Vachon (2001), está-se a abordar a macroeconomia por outra lógica, a de desenvolver a economia mais próxima às populações locais, instigando o tecido social à autossuficiência naquilo que tem como peculiar e especial. Esse desenvolvimento endógeno ocupa um interstício da economia dominante, e procede no que o local tem de superior para adquirir o progresso e promover o tecido social integrando-o ao DLS. A proposta de DLS, segundo Jara (1998:72), contesta o modelo convencional de desenvolvimento que está em crise.⁶³ Especialmente porque produz impactos ecossocioeconómicos negativos e reproduz o processo de concentração de recursos, tolhendo a possibilidade de melhoria de rendimento e qualidade de vida de boa parte da sociedade. Portanto o DLS é endógeno, fundamenta-se no aproveitamento dos recursos, das oportunidades e das capacidades locais (capital natural, capital humano e capital social), “*surge a necessidade de aproveitar ao máximo os recursos locais projetados para mercados competitivos*” (Jara, 1998:72). Aduz o autor, que o fato de apresentar-se como endógeno não denota se excluir dos recursos exógenos. Na verdade, as políticas de DLS conduzem o tecido societal à trilhar o terreno com as próprias pernas e sustentar a economia local alicerçado em associativismo empresarial e em organizações cooperativas desenvolvendo-se a partir dos próprios recursos (Jara, 1998).

O DLS apresenta uma “*abordagem integral e integradora das dimensões económicas, sociais, políticas, ambientais e técnicas*”, assevera Jara (1998:73). Para o autor o DLS não é um acontecimento económico excecional e sim uma postura diferenciada de cultura do desenvolvimento e de relacionamentos sociais e institucionais. Pode ser interpretado como um processo democrático e coletivo que depende da interação e da articulação do tecido social, envolvendo os atores sociais, económicos, institucionais, públicos e privados (Jara, 2001). O DLS tem como base o tecido societal organizado, capacitado e qualificado para fazer frente a evolução dinâmica do trabalho, *i.e.*, dotada de conhecimentos, habilidade socialmente uteis e destrezas para a criatividade e inovação social. Neste contexto, o DLS vem a ser um

⁶³ Esse processo de crise envolve o neoliberalismo económico, a diminuição do papel do Estado (Reforma do Estado), abertura de mercados, elevação das taxas de juros, restrição ao crédito, eliminação de subsídios, etc. (Jara, 2001:72)

modelo de desenvolvimento mais participativo, eficiente e mais sustentável do ponto de vista ambiental. Abrange o local contemplando a expansão das liberdades substantivas (Sen, 2003), um espaço de parcerias, de criatividade e inovação que corrobora para o progresso ecossocioeconómico local.

O consenso de desenvolvimento local integrado ao desenvolvimento sustentável, segundo Franco (1998:7), é um novo modo de promover o desenvolvimento que *i*) torna possível o assomar de espaços/territórios mais sustentáveis, assentes em colmatar suas necessidades imediatas; *ii*) (re)conhecer seus talentos locais e incrementar suas potencialidades específicas; ademais, *iii*) estimular o intercâmbio externo aproveitando-se de suas vantagens naturais. O DLS, esclarece Franco (1998), alude uma nova dinâmica socioeconómica capaz de ...

[...] a partir do local de encontro de ações do Estado e da sociedade, independente do seu tamanho, intensificar resultados em virtude das parcerias interinstitucionais que ali podem ser mais facilmente celebradas e da convergência e integração das políticas e dos programas que acabam coincidindo (Franco, 1998:7).

Nesse sentido o lugar é o centro de interesse socioterritorial das ações de políticas de desenvolvimento local integrado ao desenvolvimento sustentável. Essas políticas devem ter seus fundamentos nas premissas do desenvolvimento sustentável conforme definidas na Agenda 21. No âmbito das parcerias interinstitucionais, os setores produtivos apostam nas potencialidades do DLS, todavia não assumem o local como oposição a esfera nacional, ou mesmo ao ambiente global. Esses setores identificam o local como uma parte do todo, e as suas ações alcançam esferas maiores, principalmente as medidas de combate ao desemprego, a pobreza e exclusão social, porque estão imbuídos em usar a força de trabalho local. Portanto, as políticas de DLS podem ser vistas de modo mais abrangente, além de uma precípua política para a criação de emprego e rendimento. Advoga-se o DLS em modelos de políticas estratégicas que promovem novas dinâmicas espaciais e fomentam o local como meio, agente inovador, propulsor de diversas formas de organizações produtivas, *cf.*, iremos

abordar, mais à frente, no subitem seguinte, 2.4.1. Um novo paradigma de desenvolvimento.

Vislumbra-se um novo paradigma de desenvolvimento que se preocupa tanto com os aspetos qualitativos quanto com os quantitativos e que interpreta o local como espaço de parcerias (Pecqueur, 2000), criação e dinamização ecossocioeconómica (Sachs, 2007). Defende-se, com base nos estudos de diversos autores, *e.g.*, Amaro, Arocena, Sachs, Vachon, Pecqueur (*cf.* Figura 8, item 2.4.1., página 117), uma estratégia global de desenvolvimento ecossocioeconómico que pressupõe uma nova dinâmica económica integrada de base local.

Tem-se em mente um novo paradigma de desenvolvimento que estimula a diversidade económica local e a complementaridade de empreendimentos capaz de gerar uma rede sustentável de iniciativas. Que aborda políticas de DLS dirigidas para a qualidade de vida⁶⁴ local, para uma economia sustentável composta por novas configurações de organizações sociais, solidárias e democráticas (Amaro, 2011; Carvalho Ferreira, 2011).

Nessa linha de raciocínio, um desenvolvimento que consubstancia espaços produtivos dinamizados por um conjunto de investimentos e infraestruturas a fim de elevar a atração de capital privado e retenção da população. Portanto, sustenta-se, com base nos estudos que abordar-se-á a seguir, a implementação de políticas de DLS por sua condição de endogeneização do excedente e acumulação do conhecimento, uma via que abre janelas de oportunidades para resgatar do espaço local ações de inovação social.

⁶⁴ Para este trabalho usa-se a expressão qualidade de vida como a resultante de um conjunto composto por diversos fatores, nomeadamente, as condições de trabalho digno, rendimento, consumo sustentável; acesso a moradia, a educação, a saúde e segurança alimentar e nutricional; a mobilidade, a cultura e ao lazer; entre outros direitos e deveres de cidadania.

2.4.1. UM NOVO PARADIGMA DE DESENVOLVIMENTO

Estudos que conduziram a conceção de um novo paradigma de desenvolvimento revelam que o local passou a ser percebido com relativa importância na estruturação das atividades produtivas. Aduz Santos (2001:137) que, embora vários autores apresentem análises diferentes quanto ao papel que o local desempenha na presente economia global, a sua intervenção no melhoramento da qualidade de vida e na qualidade do ambiente parece cada vez mais inquestionável. Nesse contexto, Castells e Vilaseca (2007) anotam que o local se tornou, por via das dinâmicas endógenas produtivas e dos seus recursos institucionais, o agente decisivo do atual desenvolvimento como processo de transformação da estrutura social.

Para Veiga (2002) o novo paradigma de desenvolvimento firmou-se após a era dos anos dourados (1948-1973) e o seu conceito evoluiu com o avanço de investigações científicas sobre as dinâmicas socioeconómicas de algumas localidades que se distinguiram no cenário internacional. Neste contexto, as investigações de Swinburn, Goga & Murphy (2006), entre outros especialistas, sublinham que na década de setenta alguns países foram atingidos pela crise do padrão de crescimento. A crise do modelo dominante, e a introdução de profundas reestruturações, no entendimento de Amaro (1991), constituiu o estímulo para a alteração completa das formas de pensar o desenvolvimento e conduziu alterações significativas nas atividades produtivas. Essa crise levou o local a experimentar outras opções de reestruturação industrial que convergiu para a ideia central de promover o desenvolvimento local (Benko e Lipietz, 1994).

O progresso desses estudos trouxe novas perspetivas às discussões sobre o fiasco das políticas de desenvolvimento e distingue-se pela tónica do debate sobre o desenvolvimento que defende um tratamento diferenciado às zonas afetadas pela crise económica e degradação ambiental, (Vázquez Barquero, 1988; Vachon e Coallier, 1993). A evolução desses estudos teve grande impacto nas formas de repensar o problema local, assim corroboraram para o conceito de crescimento económico em equilíbrio com o desenvolvimento sustentável, vetor para o desenvolvimento local sustentável (Vachon, 1991). Destarte, esse novo conceito de desenvolvimento preconiza

a revisão do modelo economicista atual e fundamenta o seu modo de ser na descentralização das decisões, no estímulo à participação do sistema societal e na definição dos rumos económico e social do local ao qual pertencem (Arocena, 2001).

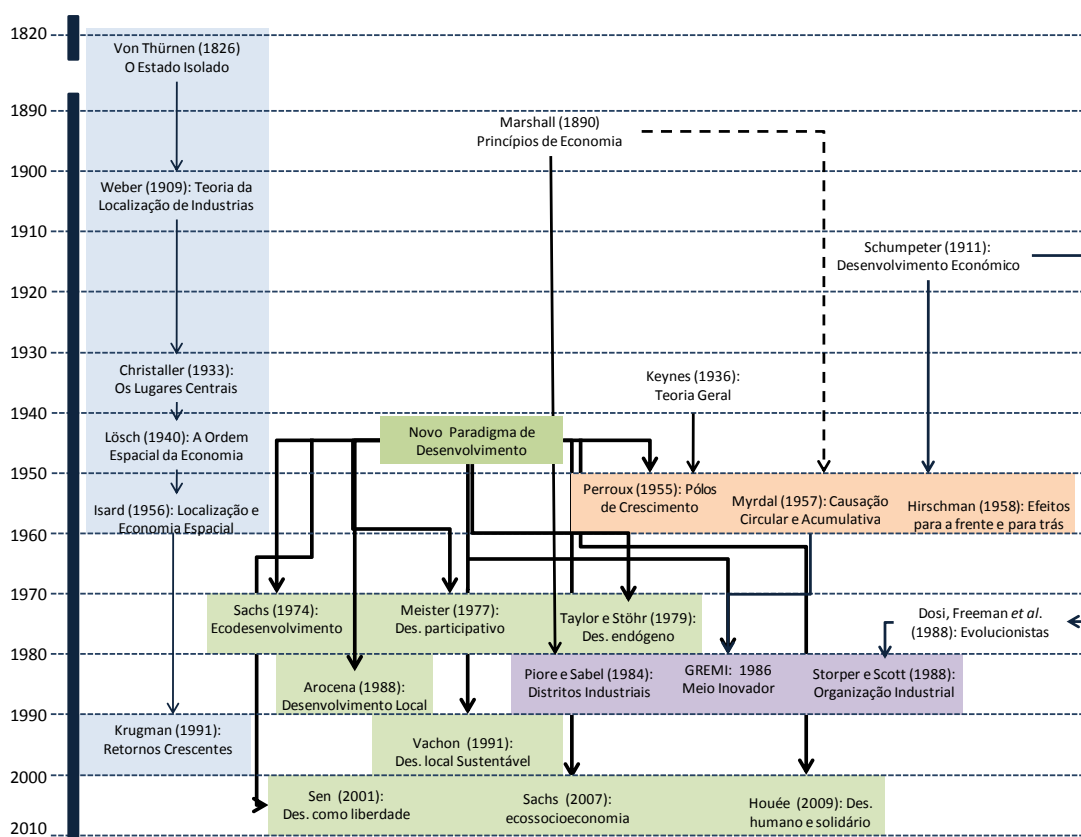
Portanto, o novo paradigma de desenvolvimento embate com o modo dominante de desenvolvimento adensado no progresso tecnológico para atingir elevada produtividade industrial e rápida urbanização (Pecqueur, 2009). Nesse sentido, Coraggio (2003) é enfático ao afirmar que o modelo dominante de desenvolvimento gerou um processo destrutivo do tecido social local. Mesmo que o modelo tenha atendido a fatores importantes para o crescimento económico, não foi suficiente para promover, no espaço/território, o desenvolvimento local sustentável. Isto é, falhou na base do próprio crescimento quando não conseguiu o equilíbrio dos rendimentos *per capita*, uma distribuição mais equitativa do emprego, ou mesmo o fomento de novas atividades económicas (Coraggio 2002). Na expressão de Carvalho Ferreira (2011), um caos social ressaltado por seus efeitos perversos, *i.e.*, degradação ambiental, concentração urbana, desemprego, pobreza, exclusão social, desertificação rural e o fracasso nas tentativas de reduzir as desigualdades socioeconómicas.

Para diversos autores, *e.g.*, Vachon (1991), Amaro (1998), Coraggio (2005), o desenvolvimento local sustentável foi, portanto, uma reconstrução de política estratégica em períodos de destruição, um esforço de conciliar progresso com ordem socioeconómica. Esse novo paradigma não aponta diretamente as fragilidades regionais, tão pouco o incentivo financeiro para atrair a criação e atração de novas empresas em áreas menos favorecidas. Por conseguinte, tende em definir políticas claras e elevar a capacidade do lugar para gerar internamente as condições de transformação das suas estruturas produtivas (Coraggio, 2003).

Propõe-se com a Figura 8:117, mais à frente, um diagrama onde se anota, por intermédio das experiências muitas vezes recapituladas, o filiar do novo paradigma de desenvolvimento, em que se sobressai, a época presente, a teoria do DLS. Faz-se a leitura dessa Figura por indicação de vetores contínuos (influência direta) e vetores tracejados (influência indireta). Esses vetores têm a finalidade de apresentar quatro grandes blocos de teóricos e suas principais influências na teoria do desenvolvimento

local (distinguindo-se pelas tonalidades preto/cinza e espessura do traço). Com os vetores contínuos, em preto acentuado, aponta-se o grupo de autores que perceberam um novo modelo de desenvolvimento sustentável, em que o local reflete o comportamento socioeconómico do tecido societal. Assim, a teoria do desenvolvimento local sustenta que a dinâmica do local é o centro do processo de desenvolvimento, agente inovador na criação de valor ecossocioeconómico e propaga-se da esfera local para o global (Pecqueur, 2009).

Figura 8. Diagrama da evolução do novo paradigma de desenvolvimento



Fonte: Elaboração própria com adaptação de Cavalcante (2008: 12) e de Martinelli *et al.*, (2002: 19)

Ao se examinar a literatura que estrutura a Figura 8, *supra*, pode-se identificar o percurso de autores que explicam a dinâmica local aliada a diversas formas de organizações produtivas, ainda na origem dos estudos sobre o desenvolvimento. Destarte, o foco central de análise não era propriamente o desenvolvimento local, autores como *e.g.*, Perroux, Myrdal e Hirschman esmerilavam as questões de

concentração e de agrupamentos de produtividade económica e a determinação dos custos, os aspetos económicos e quantitativos de progresso.

Entre os trabalhos dos clássicos, *e.g.*, a teoria keynesiana, descreveu a trajetória económica em âmbito nacional em um contexto de curto prazo. O estudo da escola neoclássica fundamentou-se em mecanismos momentâneos ajustados em função de variações de mercado (Louçã e Caldas, 2010). Pode-se dizer que a maioria da produção científica estava voltada para a área da economia regional e evoluiu para a um novo paradigma de desenvolvimento a partir do paradigma funcionalista, nomeadamente por Perroux (1955)⁶⁵, Myrdal (1957)⁶⁶ e Hirschman (1958), a partir da década de cinquenta. Esses investigadores exerceram influências relevantes nos conjuntos de teorias mais recentes como a dos distritos industriais, a do meio inovador, e a teoria do DLS *cf.* observa-se na Figura 8:117, exposta anteriormente.

Cavalcante (2008) esclarece que a primeira escola percorreu o período de 1920 – 1960 (*cf.* Figura 8:117), e foi composta por um conjunto de teorias denominadas por teoria clássica da localização. Tal escola, nas palavras desse autor, iniciou em 1826 com os trabalhos de Johann Heinrich von Thünen e evoluiu com os estudos de Alfred Weber (1909), Walter Christaller (1933) e Auguste Lösch (1940). Em 1956 Walter Isard⁶⁷ sistematizou os estudos desenvolvidos até então e formulou uma nova área de investigação a qual denominou de ciência regional.⁶⁸ A produção científica desses especialistas centrou-se nos estudos que determinam a localização e a organização espacial das atividades económicas, e na identificação dos fatores quantitativos de crescimento regional. Todavia, para Krugman (1991, 1998) a teoria dos clássicos foi

⁶⁵ Sobre Perroux, ver mais detalhes: Perroux, F., Friedmann, J. & Tinbergen, J., (1975). A planificação e os polos de desenvolvimento. Porto: Rés. Coleção Cadernos de Teoria e Conhecimento, nº 6.

⁶⁶ Para mais detalhes ver Myrdal, G., (1958). *Economic theory and under-developed regions*. London: Gerald Duckworth, ou Myrdal, G., (1968). *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Saga.

⁶⁷ Isard consolidou o nome de ciência regional como um novo campo de investigação no tempo em que estava no MIT, e em 1954 criou o *Regional Science Association*. A seguir, em 1956, ainda no MIT, Isard criou e dirigiu o departamento de Ciência Regional. Além disso, trabalhou rapidamente para tornar a ciência regional amplamente reconhecida através da publicação de três importantes livros: *Location and Space Economy* (1956), *Industrial Complex Analysis and Regional Development* (1959) e *Methods of Regional Analysis* (1960).

⁶⁸ Uma revisão com detalhes encontra-se, *e.g.*, em Fugita, Krugman e Vanables (2000) e Cavalcante (2008).

insuficiente ao tentar explicar o processo de localização e endogeneização regional. O limite deu-se em razão da metodologia usada que os impedia de apreender a complexidade dos processos concretos e dinâmicos da concentração das atividades económicas sobre um determinado local (Krugman, 1998: 38-41).

Em rivalidade com a teoria clássica de localização, a partir dos anos cinquenta Perroux, Myrdal e Hirschman elucidaram os conceitos e as estratégias de desenvolvimento regional em que apontam algumas estruturas dinâmicas e de autossuficiência. Estas estruturas aparecem em consequência de externalidades decorrentes do agrupamento industrial. Para Krugman (1998: 49-50), Alfred Marshall é o pioneiro pelas ideias, ou pelo menos foi quem mais o fez.⁶⁹ O autor completa o seu argumento ao anotar que Marshall assinalou três pontos que até hoje são fundamentais para o desenvolvimento regional, e que, no entendimento de Reis (1988), é pertinente ao desenvolvimento local. Destarte, para Reis (1988) essas condições dar-se-ão *i*) porque a condição do mercado local pode oferecer matéria-prima e/ou viabilizar a existência de fornecedores, *ii*) a oferta de mão de obra qualificada e a *iii*) a facilidade na troca de informações. Todavia, no entendimento de Aydalot (1979) essas condicionantes revelam que o desenvolvimento do espaço/território não se regula somente à capacidade atrativa para receber novas empresas, mas depende, sobretudo, da sua condição de meio inovador.

Na perspectiva de diversos autores o processo de desenvolvimento é cumulativo e histórico, adquirindo maior relevância no período pós II Guerra Mundial⁷⁰ (Arocena, 1988b; Amaro, 1990a e Becattini, 2003). Neste contexto, Becattini (2004), defende que

⁶⁹ Mas a literatura aponta que Marshall teve uma influência indireta nas reflexões dos trabalhos dos funcionalistas. A maior influência, de modo direto e explícito, foi de Keynes e de Schumpeter, este último especialmente em Perroux, que chegou mesmo a publicar em 1965 "*La pensée économique de Joseph Schumpeter: les dynamiques du capitalisme*".

⁷⁰ Após a Segunda Grande Guerra, na década de 1950, o mundo dividiu-se em dois grupos de países: os pobres e os ricos. O grupo composto por países ricos, formado pela maioria dos países da Europa Ocidental, o Canadá e os Estados Unidos. Habitantes dessas regiões viveram (e ainda vivem) em grande abundância e consumiu grande parte dos recursos do mundo. O outro grupo, América Latina, Ásia e África, era (e continua sendo tratado como) pobre, subdesenvolvido, e contém, desde àquela época, cerca de 75 por cento da população do mundo. Economistas, sociólogos, e formuladores de políticas governamentais, especialmente aqueles em países em desenvolvimento, começaram a procurar razões para explicar esta disparidade e maneiras de eliminá-la.

tal facto deve-se, principalmente, pela força que o projeto de autodeterminação da sociedade europeia, naquela época, detinha em prol da estratégia de desenvolvimento orientada pela industrialização a partir do centro, e isto se transformou em um fenómeno mundial. Ainda nesse cenário, segundo Amaro (1990a), evoluíram alguns modelos e teorias associadas a todo um contexto socioeconómico e político de profundas mudanças, marcado por três distintos períodos. Primeiro, entre 1945 – 1960, denominado: fase de crescimento. Segundo, a década de setenta conhecida como o período de crise das organizações fordistas, mas, concomitantemente, o cenário mundial já marcava uma significativa reestruturação económica, social e ambiental. Na terceira fase regista-se a globalização, uma fase de inquietações e incertezas provocada pela revolução tecnológica e pelo novo formato geográfico do mercado mundial. Portanto, a primeira fase, a do crescimento económico, foi o ambiente de reflexão do paradigma funcionalista (Amaro, 1990a). Em sua essência os funcionalistas despertaram a atenção dos sistemas de planeamento conduzindo os seus estudos a um novo processo de desenvolvimento fundamentado no local.⁷¹

Essa análise se confirma pelos estudos de Perroux, Myrdal e Hirschman, assentando em um conjunto restrito de indústrias propulsoras – polos de crescimento, causação circular cumulativa e de efeitos para frente e para atrás, respetivamente.⁷² A teoria de polo de crescimento mudou a expressão de unidade económica dominante para o de unidade motriz. Em que esta unidade estaria inserida em um determinado local facultado a gerar efeitos de encadeamento sobre outros conjuntos definidos no espaço económico e geográfico (Perroux *et al.*, 1975). Nesse sentido, o polo de crescimento não é uma unidade económica isolada, mas sim uma unidade económica integrada ao local em que forma uma rede por onde se propaga os fluxos económicos.

Essa teoria consubstancia-se no dinamismo das indústrias motrizes e no seu efeito de dispersão cujo processo de evolução se alastra às áreas evolventes. A unidade motriz conduz a economia local incumbindo-se pela introdução de inovações que

⁷¹ Segundo Amaro (2009:110) a denominação de funcionalistas deu-se porque as suas teorias estavam assentes no princípio das funções centrais a desempenhar por cada centro urbano no espaço geográfico à sua volta, inspirados na lógica funcionalista dos processos de desenvolvimento.

⁷² Para estudos mais detalhados ver Richardson (1975), mas também os estudos de Krugman (1998).

dinamiza a produtividade de outros setores e possibilita, inclusive, fomentar a geração de novas atividades complementares. Por conseguinte, o polo de desenvolvimento seria um núcleo a partir do qual se disseminariam custos decrescentes ou produtividades crescentes. Na expressão de Perroux (1975), o centro de um local de produtividades ou rendimentos crescentes. Diante disso, François Perroux vislumbrava uma rede concentrada no poder de grandes empresas inovadoras, e não na força de inovação surgida da relação de sociabilidade entre as empresas de um determinado local, independente de seu tamanho. Todavia este desenvolvimento seria induzido pelo governo, um importante agente coordenador e incentivador do processo figurando o desenvolvimento de cima para baixo.

Para Hirschman (1961)⁷³ e Myrdal (1968)⁷⁴ a teoria de Perroux fomentou novas teorias de desenvolvimento, mesmo apresentando aspectos negativos superiores aos positivos. O grande contributo dos estudos de Hirschman e Myrdal refere-se aos fatores de natureza não económica na explicação dos processos de desenvolvimento e crescimento regional. A teoria de Myrdal aponta que os sistemas económicos e sociais não propendem para um equilíbrio, mas sim ao acumular ciclos de fatores positivos e negativos. A defesa de Myrdal firmou-se no princípio de que a preferência do local e o desenvolvimento económico se explicam pela mobilidade espacial do capital. Ademais, Myrdal (1968: 42) asseverou que só com a prévia igualdade das regiões em relação aos bens e fatores de produção, seria possível conduzir o local ao desenvolvimento, uma vez que isso resultaria na mobilidade espacial dos capitais.

Já Hirschman difere de Perroux porque, na opinião do primeiro, a desigualdade do desenvolvimento em um dado espaço/território, sustentada pelos efeitos propulsores e efeitos de retorno, são consequências da oferta pelas áreas centrais de lucro, serviços e produtos. Nesse sentido, os efeitos para frente e para atrás, seriam em decorrência da implantação de indústrias motrizes numa região em função do seu movimento estratégico relacionado a sua evolução tecnológica, atração de mão de obra qualificada e

⁷³ A primeira publicação da teoria de Albert Otto Hirschman foi em 1958 – *the strategy of economic development*.

⁷⁴ Em 1957 Gunnar Myrdal apresenta a sua teoria publicando *economic theory and under-developed regions*.

competitividade. Para Hirschman esta situação contribuiu para elevar o desequilíbrio socioeconómico entre as regiões porque promove efeitos nocivos para o desenvolvimento [local]. Assim, a solução para se atingir o desenvolvimento [local] consiste na procura de *“pressões e processos de incentivo que farão eclodir e movimentar o maior número possível de recursos escassos, tais como capital e atividade empreendedora”* (Hirschman, 1961:23).

Em suma o paradigma funcionalista teve como marco a difusão espacial do desenvolvimento. As características mais dominantes na teoria de Perroux, Myrdal e Hirschmann assinalam quatro momentos relativos ao desenvolvimento. No primeiro, o crescimento económico surge de uma área geográfica específica, distribuído de forma desigual com desequilíbrios territoriais. No segundo, pode ser estimulado em determinados setores da atividade económica. No terceiro, o desenvolvimento ascende amparado por organizações mais dinâmicas e com maiores avanços em tecnologia que pode impulsionar outros setores e regiões. No quarto, o desenvolvimento pode ser por meio de organizações em modelos de aglomeração e reequilibrado com políticas económicas.

A classe funcionalista defende as políticas regionais de cima para baixo e que o desenvolvimento é um processo concomitante com o crescimento económico. Além disso, que as organizações em sistemas de polos promovem rápido crescimento económico redistribuindo-se espacialmente do centro para a periferia. Neste contexto, sobre os funcionalistas, Amaro anota que ...

[...] o desenvolvimento estaria hierarquicamente dependente das grandes metas macroeconómicas e do crescimento global. Apareceria como consequência desse processo mais geral, onde todas as componentes seriam consideradas no seu devido tempo sem grandes contradições. Seria o resultado de um processo de suposta uniformização das condições de modernização e crescimento económico (Amaro, 1993: 11).

Os estudos de Perroux, Myrdal e Hirschman incidiram nos trabalhos e nas discussões dos especialistas do paradigma territorialista. Especialmente pelas teorias de

desenvolvimento regional com o foco nos agentes de aglomeração e mais a influência de Marshall e Schumpeter (*cf.* Figura 8:117). A classe de especialistas, denominados de territorialistas, tem os trabalhos mais próximos do DLS, indiretamente as diversas análises dessa linha teórica partem dos distritos industriais (*cf.* Figura 8:117). Para Vachon (2001) esse fato deve-se em decorrência do paradigma que surge com a crise dos anos setenta⁷⁵ conduzindo a sociedade a um despertar de consciência coletiva em que se aspira um desenvolvimento endógeno, na busca de soluções mais próximas dos seus problemas locais e ambientais.

Para Pecqueur (2009) uma nova filosofia de desenvolvimento flui com ensejo a partir dos anos setenta. Esse cenário de crise muda as formas de pensar o desenvolvimento. A necessidade de um novo conjunto de perspectivas para os problemas de desenvolvimento, altera não só o conceito, mas a definição de um desenvolvimento social e humano que aborda novas áreas de vida e ação. Traz à baila uma discussão que introduz novos modos de organização dos atores em escala local. De fato, as mudanças sucedidas a partir dessa década, ensejam a configuração de uma nova matriz de relações espaço/território e de acumulação de capital.

Na evolução do pensamento de Pecqueur (1996; 2000) o território é uma conquista, um fato que se configura em unidade socioeconómica, tais como distritos, ambientes inovadores ou sistemas locais de produção, o local não se contrapõe ao global, mas sim complementa-o. Corroborando a análise de Pecqueur, Santos refere que a importância da teoria dos territorialistas vem a sedimentar que ...

⁷⁵ Em vários contextos fazemos referência aos anos setenta e a crise socioeconómica que a partir dessa década se instala em diversos níveis da sociedade provocando mudanças em todas as áreas de desenvolvimento. Segundo Carvalho Ferreira (1998, 2002b, 2004) a partir da década de setenta generaliza-se uma mudança de paradigma económico, social, cultural e ambiental expresso em ações coletivas impelindo a crise do Estado-providência e com isto a transformação radical da sociedade vigente. Ao analisar o aparecimento de várias iniciativas da sociedade civil, Santos (2002b), no contexto da crise do Estado providência, depreende esta situação como um manifesto da comunidade perante o papel preponderante do Estado e do mercado. Em seus diversos estudos Carvalho Ferreira (2005, 2006, 2007a) anota que, delimitado ao espaço europeu, existem poucas associações e quase todas com as ações limitadas e demarcadas no contexto local ou nacional. Ainda assim, esse movimento dá ensejo para que mais OTS surjam e atuem em objetivos prementes, nomeadamente nos setores do trabalho e emprego, meio ambiente, assistência à pobreza e à exclusão social, mas especialmente em ações de promoção de novos modelos de organizações coletivas, *e.g.*, as cooperativas.

O território passa a ser um agente de transformação e não um suporte de recursos e das atividades económicas definidas mundialmente. (...) as regiões possuem uma identidade própria e uma autonomia que lhes permite lançar iniciativas, (...) promoverem o seu próprio (...) desenvolvimento, assim como das empresas e do tecido produtivo local (Santos, 2001:144).

Na interpretação de Hadjmichalis (1994) e Tödtling (1994) os territorialista percebem o local por várias dimensões. Primeiro a dimensão de local, na condição de substrato físico e simbólico delimitado como expressão de espaço de interações. Segundo a dimensão de espaço, quando abordado sob a condição de meio de interações sociais mediadas pelas relações com a natureza e fruto de evolução histórica e cultura coletiva. Terceiro, a identificação e o sentimento de pertença à comunidade e ao lugar conduzem a dimensão de identidade. Quarto, as relações de poder e as formas de regulação estão associados à dimensão política. Além disso, o lugar é conceituado como micro espaços/territórios ou então sistemas de territórios e/ou regiões em pequena escala, mas com a condição de estarem ligados em redes e, concomitantemente, inseridos em diferentes escalas geográficas.

Destarte, como pode-se observar na Figura 8:117, a título ilustrativo, outros estudiosos aludem uma noção mais alargada a respeito da teoria territorialista. Assim, primeiramente, no âmbito da sociologia económica, Becattini (1994)⁷⁶ analisa o distrito industrial atualizando a designação original de Marshall e de outros economistas, *e.g.*, Piore e Sabel (1984)⁷⁷. Em seus estudos, Storper e Scott (1988)⁷⁸ empregam o conceito de organização industrial ou complexos de produção flexível. O grupo europeu

⁷⁶ Giacomo Becatini revivificou o conceito de distrito industrial numa época em que o modelo fordista entra em crise, colocando em causa não só o paradigma de organização industrial defendido por Marshall, mas também os estudos do tipo centro-periferia que eram a tradução espacial desse modelo, *e.g.*, Piore e Sabel (1984).

⁷⁷ Esses autores consideram o papel fundamental das pequenas e médias empresas no desenvolvimento do espaço/território porque são mais flexíveis e com maior capacidade de adaptabilidade e de inovação, elemento fundamental que compõe a definição de distritos industriais.

⁷⁸ Os trabalhos de Scott e Storper (1988) revelam a abordagem da organização industrial ou complexos de produção flexível. Esses autores repensam a teoria locacional no âmbito da organização industrial e do mercado de trabalho local. Assim, concluem que, uma vez que as indústrias criam os recursos regionais de que necessitam, o motor de desenvolvimento regional deixa de ser a localização industrial, como uma pronta resposta a dotação de recursos, é, portanto, a industrialização a responsável, como um processo de crescimento e criação de recursos.

GREMI⁷⁹ afirma que as inovações e as organizações inovadoras resultam de um processo dinâmico e coletivo dentro de um espaço/território, aparadas por uma grande malha que entrelaça diferentes tipos instituições na formação e qualificação do *homo faber*. Essa equipa de investigadores firma o conceito de meio inovador, em que se identifica a primazia do local como ambiente criativo e inovador.

A base dos estudos do GREMI sustenta que as formas organizacionais dos sistemas de produção local podem ser de dois modos. No primeiro, a lógica funcional, as organizações atuam em sistema vertical onde as decisões partem de uma central diretiva. Este tipo de organização divide geograficamente as suas diferentes funções como por exemplo, a conceção do produto, a produção, a venda, etc., com o objetivo de menor custo de produção, de mão de obra, de transporte, de fiscalidade, etc.. Para Denis Maillat, “*o território de implantação não é para elas senão um suporte, um lugar de passagem: elas não se inserem nele. O território desempenha apenas um papel passivo*” (Maillat, 2002:11). No segundo modo, a lógica territorial, forma, o que já se discute neste trabalho sob diversos ângulos, a rede social (Granovetter, 2005), implicando em fortes elos entre as organizações e o território. O objetivo da lógica territorial é a territorialidade da organização, portanto, a inserção da organização no sistema produtivo local e de modo horizontal, com o meio coordenando harmoniosamente o sistema (Maillat, 1998:118). Nesse âmbito, combina-se uma dinâmica de sociabilidade em que as relações de cooperação e concorrência estão em equilíbrio, atuam em sinergias e em subsidiariedades necessárias ao seu funcionamento (Maillat, 2002). Destarte, o local desempenha um papel ativo, as organizações possuem enraizamento (Granovetter, 1985, 2003), fator esse, que contribui para o progresso e a sustentabilidade do DLS.

⁷⁹ *Groupe de Recherche Européen sur les Milleux Innovateurs* (GREMI). É uma associação de investigadores europeus e norte-americanos que estudam o local como ambientes inovadores. Analisam os processos e as políticas para a inovação tecnológica em escala territorial, regional e local. O GREMI foi fundado por Philippe Aydalot em 1986, porém esse autor em 1984 já havia feito um grande estudo sobre desenvolvimento local, publicando *Crise et Espace*. A primeira equipa era formada pelo próprio Aydalot, David Keeble, Denis Maillat, Jean-Claude Perrin, Olivier Crevoisier, Roberto Camagni, entre outros. Desenvolveram diversos estudos que foram agrupados em diversas fases desde o GREMI I (1986) ao GREMI VI (2004). <http://www.unine.ch/irer/gremi/accueil.htm>

O trabalho do GREMI sobre o meio inovador, ainda no princípio, dirigiu seu foco de análise para os aspetos das transformações económicas no espaço/território. Sobretudo, buscou conhecer a maneira na qual o território concebe as suas características as estruturas económicas e codetermina sua evolução (Crevoisier, 2003). Apesar de complexo, este modelo de desenvolvimento local propiciou processos mais ricos e interessantes a atividade produtiva do *homo faber* e, portanto, também das atividades económicas em detrimento dos esquemas científicos.

Observa-se, a partir da análise dos estudos propiciados pelo GREMI, que o local pode ser um agente inovador, consubstanciado por uma rede sinérgica que permite elevar o progresso do *homo faber* e de seu ambiente material. Como componentes dessa rede, o GREMI salienta a existência de uma interação regional de *i*) instituições de educação e formação, *ii*) núcleos de investigação e desenvolvimento, *iii*) empresas de consultoria técnica, de gestão e de risco financeiro, *iv*) processos de tomada de decisão de carácter local que estimulem a modernização e a inovação tecnológica. Essa tessitura passa a ser objeto de intenções e de apropriações diversas (Crevoisier e Maillat, 1989).

O conceito de meio inovador sugere uma dimensão mais fluída de espaço/território. Não delimita geograficamente a uma unidade espacial. O local é concebido como espaço sem fronteiras precisas, resultante da rede de sociabilidade flexível e mutável que os elos estabelecem como espaço (Aydalot, 1986). Entretanto, é o estabelecimento de uma rede de relações que diferencia o meio e propulsa a criatividade, a inovação (Maillat *et al.*, 1992) e o desenvolvimento, em que essa filosofia de desenvolvimento tende a ser apoiada por empresas de origem local, possibilitando a formação de novas organizações. Isto porque, segundo Aydalot e Keeble (1988), sem esta interconexão os problemas da transformação das atividades económicas são apreendidas no limite de uma realidade localizada e específica. Portanto, o local produtivo forma uma unidade, diferente de ser mero suporte de recursos, das atividades produtivas e das relações económicas. É um local onde o tecido societal se organiza, utiliza os recursos materiais e imateriais, produz e troca serviços e conhecimentos. Nessa ágora, o local passa a ser visto como um agrupamento de agentes inovadores, em que esses são capazes de gerar desenvolvimento local e a própria autossuficiência do tecido social (Maillat e Perrin, 1992; Maillat *et al.*, 1993).

Nesse contexto, o GREMI concebe o conceito de meios inovador articulado, fundamentalmente, sobre três pontos na perspectiva das atuais transformações: a dinâmica tecnológica, a transformação dos territórios e as mudanças organizacionais. Cada ponto, especificamente, reporta-se a preocupações essenciais do tecido societal e a uma vasta literatura especializada. Diante disso, Crevoisier destaca que ...

[...] o meio inovador é um conceito integrador, uma ferramenta sintética de análise e compreensão das transformações económicas atuais. À articulação do geográfico, do técnico-económico e do organizacional, não provém de uma disciplina académica particular, mas de um axioma original (Crevoisier, 2003: 17).

Depreende-se, a partir dos estudos do GREMI, o meio sob o prisma de agente inovador em que o ator-sistema (Arocena, 2006) pode criar uma dinâmica de inovação baseada na vocação local. Nas palavras de Crevoisier (2003), a criatividade expande-se a condição de gerar a inovação a partir das relações de sociabilidade de uma empresa com o seu mercado, mas também produção fabril ou nos serviços a ela relacionados.

Do encadeamento da mobilização dos diferentes recursos e competências poderá emergir, eventualmente, um sucesso económico. Tecnicamente, a inovação pode ser entendida como o resultado da articulação dos recursos da empresa e de seu ambiente, tanto no que tange às relações com empresas situadas à montante e jusante, como à dinâmica geral do setor, ou ao aparecimento de novas técnicas em outros setores, ou então às relações com outros atores regionais ou situados fora da região, etc. (Crevoisier, 2003: 18).

Com relação as constatações do GREMI, Maillat (1992) esclarece que o desenvolvimento adquiriu maior propulsão quando impulsionado a partir do seio das comunidades locais. Assim, é importante questionar a capacidade do ator-sistema em esfera local, para, a partir então, criar uma reação em cadeia de desenvolvimento sistémico (Arocena, 2006). A noção de ambiente dinâmico corrobora a perceber melhor

o fenómeno das organizações produtivas inovadoras e a formalizar a integração económica que alude o desenvolvimento endógeno (Stöhr e Taylor, 1981).

Revelam, com o avançar progressivo de seus estudos, Becattini *et al.* (2009) e Vázquez Barquero (2009),⁸⁰ que as novas organizações produtivas têm como base a dinâmica de espaço/território em torno da integração económica e do desenvolvimento das regiões.⁸¹ Segundo Bagnasco (1977), a ênfase sobre o espaço/território não pode ser interpretada em separado das diversas abordagens que lhe deram origem e, em particular, dos estudos que surgiram em torno dos sistemas produtivos italianos. Nesse contexto, Pecqueur (1989) revela que as primeiras investigações tiveram como foco os processos de industrialização em zonas periféricas,⁸² somente com o progresso das pesquisas que os estudos se expandiram identificando outras regiões mais desenvolvidas.⁸³ No argumento de Pyke e Sengenberger (1992) esses estudos salientaram a grande heterogeneidade de formas de que se revestem os sistemas territoriais de produção.

Na visão de Amaro (2009), o novo paradigma de desenvolvimento passa pela reutilização, recuperação e potencialização de recursos e atividades até então pouco

⁸⁰ Importa lembrar que esses autores desenvolvem seus estudos, no âmbito do desenvolvimento económico local, há mais de três décadas. Para esta investigação, analisou-se a bibliografia de Giacomo Becattini a partir de 1987 e de Antonio Vázquez-Barquero a partir de 1988, *cf.* Referência Bibliográfica.

⁸¹ Outros autores também discorreram suas investigações nesse mesmo campo, e na visão de Benko e Lipietz (1994) têm-se as regiões que ganham, contrapondo-os, Serge Côté, Juan-Luís Klein e Marc-Urbain Proulx (1995) discutem as regiões que perdem. Ao analisar a mundialização da economia, Pierre Veltz (1996) aprofundou os seus estudos sobre a reestruturação do sistema produtivo e os denominou de economia de arquipélago. Na conceção de Kenichi Ohmae (1996) é o fim do Estado-Nação que dá origem a glocalização compreendida como Estados-Regiões.

⁸² O autor anota que, em Itália, a complexo organizacional se baseia em uma estrutura industrial de pequena e média empresa, que se beneficia da existência de mão de obra disponível no local. São empresas de tradição produtiva e organizacional familiar. Aduz o autor que são regiões com forte cultura ao empreendedorismo voltado para as micros e pequenas empresas o que fomentou a integração dos campos nos circuitos comerciais.

⁸³ Becattini (1994) refere-se que esse modelo de industrialização se desenvolveu, especialmente, no Sul da Europa, *e.g.*, a região nordestina e central da Itália. Os estudos elaborados por Pires, (1986), Silva (1987) e Reis (1988) revelaram um maior desenvolvimento nas regiões que se estendem na linha litorânea de Norte a Centro de Portugal. O trabalho dos autores portugueses identificou uma cultura empresarial voltada para o artesanato ou à manufatura, a tradição do autoemprego associado ao exercício da pequena agricultura, a inserção na sociedade campestre e a permanência de fortes laços de solidariedades espaciais. Em França os estudos desenvolvidos por Aydalot (1986), Courlet e Dimou (1995) identificaram as regiões periféricas dos polos industrializados franceses. Ademais, os resultados dos estudos realizados por Pecqueur (1989, 1996, 2000) apontam outros lugares, *e.g.*, como as regiões rurais do Sul de Alemanha e o surgimento de novos espaços económicos espalhados pela Espanha.

utilizadas e que são fontes possíveis de riqueza. Induz o *homo faber* a explorar as oportunidades que são oferecidas por novas tecnologias, estabelecer redes e abrir novos mercados e mudanças na procura de um novo modelo de desenvolvimento e, passa ainda, pela reorganização dos processos produtivos. Na evolução dos seus estudos, Amaro (2011) declara que esse novo modelo de desenvolvimento, a partir da crise do modelo fordista, revela a elevada capacidade do *homo faber* política e institucional, a agrupar-se em modelos de organizações não capitalista e a gerar inovação social. Pyke e Sengenberger (1992) e Benko e Lipietz (1994) consubstanciam que a emergência dos sistemas territoriais de produção decorre necessariamente da crise do modelo fordista de produção. As mudanças ocorridas neste período implicam uma deslocalização da produção e uma descentralização do capital e, ainda, conduziram à emergência de novos espaços produtivos.

Garofoli (1989), Vázquez-Barquero (1999, 2001) e Coraggio (2001b), Salientam, que esse cenário apresenta a capacidade de organização do *homo faber* e o induz à maior participação em prol do desenvolvimento local sustentável. Revela, para o tecido societal, o grau de autonomia decisória da sociedade local em que o papel de diálogo das suas instituições fundamenta esse paradigma de desenvolvimento. Nesse sentido os fatores de características territorial e da estrutura social, intrínseca às próprias regiões, são fatores determinantes que explicam os processos endógenos de desenvolvimento, assim como as diferentes configurações de que se revestem.

Em símile ao novo paradigma de desenvolvimento, Garofoli (1994) e Amaro (1998), constataam que a densidade das relações de proximidade entre os atores⁸⁴ pode conduzir o local a um papel determinante na competitividade de certas atividades e de serviços, ou seja, a articulação dos sistemas produtivos locais à economia mundial. Para os autores, trata-se da mobilização das capacidades sociais do *homo faber*, numa dinâmica em que a intensificação de relação de pertença social não institucionais

⁸⁴ Na interpretação que aqui se manifesta, essa interação forma uma rede de sociabilidade entre as organizações públicas, privadas e do OTS, universidades, centros de investigações e sindicatos que podem favorecer a busca pela autossustentabilidade do local e a sua competitividade. Este raciocínio será esclarecido no item 3.5, Organizações do terceiro setor inovadoras, e ilustrado com a Figura 12:316, – Organizações do terceiro setor em sistema de inovação social, no Capítulo 2, Terceiro Setor, mais à frente.

constituem, igualmente, modos estruturantes do progresso socioeconómico. Essas mudanças assistidas nos espaços territoriais e organizacionais, e mesmo no modo de produção, forçaram a uma reconsideração da noção lugar e, em particular, a uma reavaliação do seu papel nos processos de desenvolvimento local (Garofoli, 1992, Amaro, 1993). Para Garofoli (1994) os sistemas produtivos locais podem assumir diferentes formas em função do seu processo de desenvolvimento endógeno. Nesse sentido, esse autor distingue três dimensões relacionadas a diferentes estados de elaboração, segundo uma ordem de crescente complexidade.

Na primeira dimensão, segundo Garofoli (1994), está as áreas de especialização produtiva. Nessa condição o tecido industrial é formado por um número maior de pequenas e médias empresas que compõem um universo de organizações que trabalham no mesmo setor, com forte concorrência horizontal. Nessa dimensão existe um reduzido grau de autonomia interna em virtude dessas organizações dependerem de outras empresas fora da região. Diante disso, obtém vantagens competitivas mediante o aproveitamento de mão de obra barata ou da flexibilidade existente no seu meio.

Na segunda, tem-se os sistemas produtivos locais que são constituídos por múltiplas pequenas empresas orientadas por um tipo de produção dominante. Essas organizações pronunciam-se por fortes laços de inter-relações, mas sem grande integração produtiva entre os diferentes setores empresariais. Os sistemas produtivos locais possuem uma vertente preponderante sociocultural que lhes consente tornar visível a especificidade do sistema produtivo local, esse condicionante permite-lhe proteger e consolidar a sua posição no mercado. Nesse contexto, Reis (1988) refere-se que um sistema produtivo local supõe necessariamente uma articulação forte e estruturada com as condições socioeconómicas locais. Conforme se depreende do seguinte trecho, para esse autor ...

A reprodução alargada de um sistema produtivo local supõe a sua diversificação produtiva e supõe, também, que ele disponha de capacidade de representação: ao processo de interdependências produtivas há-de corresponder uma instância de mediação e ao processo de relacionamento com o exterior há-de corresponder capacidade de representação colectiva,

como tem sido ilustrado, por exemplo, pelo papel das associações industriais de base local (*ipsis litteris* Reis, 1988: 135).

Os sistemas produtivos locais, para Pecqueur (2005), caracterizam-se pela existência de uma solidariedade local entre atores, que se configura pela tessitura de intensas relações socioeconómicas. O desenvolvimento nos moldes de solidariedade territorial é propulsado pelos laços fracos e fortes (Granovetter, 2003)⁸⁵ na geração de novas organizações. Mas, também, como por um percurso histórico comum que corresponde às condições de duração crítica, fundamental para o estabelecimento de sólidas relações de rede de sociabilidade. Tanto para Pecqueur como para Reis, para se conseguir um sistema produtivo local, é imprescindível a existência de um adensamento de rede empresarial de base local. É a existência da rede de sociabilidade entre os atores sociais que permite o sistema construir uma identidade própria e uma unidade, que, por sua vez, dá-lhe estrutura para enfrentar as pressões externas.

A terceira dimensão relacionada ao desenvolvimento endógeno, para Garofoli (1994), caracteriza-se pelas áreas-sistemas ou distritos industriais que corresponde a uma forma mais evoluída dos sistemas territoriais de produção. Composto, fundamentalmente, por pequenas e médias empresas, possui uma forte integração intra e intersetorial, compreendida por elos que conduzem uma diversificação progressiva e uma crescente complexidade do sistema produtivo que dinamizam a economia local e nacional. Mas esta reflexão em que as pequenas organizações produtivas dinamizam o lugar e, mesmo, a economia nacional também pode ser observada nos estudos de Giacomo Becattini. Para esse autor o sistema produtivo local é considerado uma forma dinâmica, abrangendo todo um conjunto de interdependências hierarquizadas que existem entre as estruturas produtivas e as estratégias dos agentes (Becattini, 1997).

⁸⁵ Entende-se que a teoria sobre redes, na sociologia económica, tem como referência obrigatória a discussão iniciada por Mark Granovetter em 1973 sobre “*laços fracos e fortes*” como distintos de sistemas de solidariedade. De um modo geral, o autor, na evolução de suas investigações (*cf.* Granovetter, 1979, 1985, 2003 e 2005), aduz para o facto da necessidade dos sociólogos aproximarem-se do estudo da atividade económica, principalmente recuperando a ideia desenvolvida por Max Weber, segundo esse, a ação económica é uma categoria particular da ação social. Por outro lado, considera-se também que os aspetos não mercantis da economia, não podem ser esquecidos pela sociologia económica, *i.e.*, que às atividades financeiras se ajuntam, também, a uma outra economia não capitalista.

Aduz Becattini (1987) que o excelente desempenho de desenvolvimento socioeconómico local, formado por firmas espacialmente agrupadas e apresentando características pouco comuns, não era explicado pelas teorias económicas tradicionais. Estas organizações, de porte micro, pequeno e médio, apresentavam-se como inovadoras e competiam no mercado internacional (Becattini, 2002), denominando o que o autor define como distrito industrial uma ...

[...] entidade socioterritorial caracterizada pela presença ativa de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas num determinado espaço geográfico e histórico (Becattini, 1994: 20).

Neste cenário os recursos utilizados concentram-se maioritariamente no local, sem a presença de atores externos corroborando para a independência das organizações locais, o que permite ao distrito industrial conduzir autónomo processo de desenvolvimento e de transformação autossuficiente (Becattini, 1989b). No distrito, diferente de outros lugares industriais, o ambiente favorece uma osmose perfeita entre a comunidade local e as organizações (Becattini, 1989a). Esse sistema produtivo apresenta-se como um local de mobilização e utilização de mão de obra de acordo com as políticas de emprego, possui, ainda, elevada capacidade de inovar dado a heteronomia em parte devido a competitividade de mercado (Becattini, 1994). Diante disso, a capacidade de inovar das organizações locais é considerada como elemento fundamental para inverter positivamente os crescentes desafios (Santos, 2001).

A sua característica mais marcante é o seu sistema de valores e de pensamento relativamente homogéneo – expressão de uma certa ética do trabalho e da atividade, da família, da reciprocidade e da mudança –, o qual, de alguma maneira, condiciona os principais aspetos da vida (Becattini, 1994: 20).

Nos diversos estudos de Becattini (1997, 2003, 2004), além dos aqui já citados, o objeto de investigação deixa de ser a organização singular para ser o conjunto organizacional produtivo composto pelo tecido social. Esse autor, em especial, concentra suas atenções no comportamento das organizações, circunscritas em dado

espaço/território, e à formação espontânea de uma rede de sociabilidade⁸⁶ interligando todo o tecido social local, promovendo, desse modo, uma especial dinâmica de desenvolvimento. Esse comportamento, na opinião de Claude Courlet e Michel Dimou, são gerados porque os distritos industriais são concebidos como ...

[...] a consequência de um maior agrupamento de iniciativas formando uma cooperação, o que lhes concede superioridade através da geração de uma série de economias externas de aglomeração. Como, por exemplo, as economias de especialização (ligadas ao aprofundamento da divisão social do trabalho), economias de trabalho (resultantes da formação e acumulação de saberes específicos e vocação natural) e economias de informação e comunicação (provenientes da capacidade de inovação e da sua difusão) (Courlet e Dimou, 1995: 363).

Becattini (1994:23), ainda esclarece, que o distrito oferece grande variedade de atividades profissionais. No seu imo, prospeta uma espécie de corrente contínua que vai do trabalho domiciliar ao trabalho assalariado, a tempo parcial ou a tempo inteiro, até aos trabalhadores independentes e aos chefes de empresa. Com um cenário diversificado, o ator social poderá mudar de atividade, procurando por atrativos suplementares, mas, também, inculido por novas oportunidade de progresso profissional e qualidade de vida.

O cerne que estrutura os sistemas produtivos, até então aqui estudados, é as organizações em dimensão micro, pequena e média. A maior parte das empresas que compõem a economia em diversos países, e em Portugal não é diferente, é formada pelo conjunto de micro, pequenas e médias empresas (Santos, 2001; Santos *et al.*, 2006).

⁸⁶ Depreende-se que a experiência concreta do *homo faber*, no local, e o modo como tece suas relações pessoais, esclarece ainda melhor duas propriedades morfológicas da rede de sociabilidade. Primeiro a sua não linearidade. Segundo a sua configuração aberta. Além disso, pode-se acrescentar uma terceira característica, o seu dinamismo organizacional. Pessoas conhecem pessoas o tempo todo, e o facto de se manter relações sociais e de continuar a viver a experiência de se encontrar indivíduos novos é uma evidência da configuração aberta da rede de sociabilidade em que participam (Granovetter, 1973, 1979, 2003; Castilha *et al.*, 2000).

Estas empresas estão distribuídas entre o setor privado e o terceiro setor, como é o caso das associações e das cooperativas, objeto de estudo nesse trabalho. Diferente dos micros, dos pequenos e médios negócios que assumem o lugar de promotores do dinamismo das políticas de DLS e possuem raízes no local (Amaro, 2004), as grandes organizações nada, ou pouco, se integram com o espaço/território. Com o fenómeno da globalização, facilmente, as multinacionais partem em busca de outro local, do menor custo de produção e de maior lucro em curto prazo. O perfil deste tipo de firma não tem, ou pouco tem, compromisso com o DLS (Maillat, 2002). Portanto, tal movimento suscitou na esfera dos governos locais (re)descobrir os micros, as pequenas e médias empresas, além, das próprias economias locais e regionais (Benko, 2004), por exemplo a dinâmica das organizações em sistemas de associativismo e cooperativismo. Para Roque Amaro ...

[...] emergem as PME e as pequenas e médias organizações [do terceiro setor] como mais habilitadas a responder àqueles requisitos, se investidas de novos dinamismos e capacidade de inovação [e inovação social], nomeadamente com a ajuda das novas tecnologias (mais apropriadas a esse tipo de organizações) (Amaro, 1991: 168, grifo nosso).

O comportamento dos distritos industriais, composto por micros, pequenos e médios negócios, defende um ambiente de inovação, especialização flexível amparado por tecnologias ajustáveis, profissionais polivalentes e novas formas de comunidades industriais com raiz local. Possui como marca a rede de sociabilidade, podendo ser interpretada como uma inovação social concebida enquanto conjunto socioeconómico e político, com estreitos e fortes laços entre as diferentes esferas de organização (Granovetter, 1985), com o exercício de uma delas, moldado pelo funcionamento e organização das outras.

O comportamento dos distritos industriais conduz as organizações às estruturas horizontais viabilizando o processo à gestão e aprendizagem coletiva facultando o desenvolvimento de novos saberes pela combinação entre a concorrência e a cooperação (Becattini *et al.*, 2009). O sucesso dos distritos industriais não reside propriamente nas relações económicas, mas, de facto, nas sinergias e na dependência mútua do tecido

social. Neste contexto, as organizações são integradas em sistemas produtivos locais e possuem propriedades específicas que correspondem, a um maior grau, às características teóricas de gestão coletiva. Nesse âmbito, os saberes de produção comuns podem ser socializados em tessituras, numa linguagem olsoniana⁸⁷, unindo indivíduos e integrado a economia e a sociedade, habilitando-os a partilha de conhecimento. Essa ágora conduz à mobilização coletiva, às economias de agrupamento, o que, de modo salutar, propicia e fortalece os micros, pequenos e médios negócios, sejam eles privados ou OTS, à produzir e inovar com interesse comum. Completando a leitura que aqui se faz, este comportamento está comprometido com o DLS, pois as organizações são oriundas do local, possuem enraizamento (Granovetter, 2005), estão imbricados com a criação de valor e de desenvolvimento do tecido social. Destarte, reforçando essa lucubração, o argumento de José Reis esclarece que ...

[...] o espaço não poderá ser visto só como um lugar de projeção de racionalidades económicas exteriores, deverá também ser analisado na sua espessura, isto é através dos seus elementos constituintes, quer os de natureza material, quer os de natureza simbólica e cultural (Reis, 1988: 128).

Segundo Vázquez-Barquero (2005) esta reflexão pode ser ampliada a partir de um panorama maior sobre a capacidade que tem os sistemas produtivos para promover o desenvolvimento socioeconómico local. Importa, desde agora, questionar como surgem as empresas nos locais cuja atividade básica é a agricultura e o comércio? Como se produz os processos de industrialização endógena? Segundo os estudos de Garofoli (2009), o nascituro de uma indústria pode ocorrer como consequência da crise ou perda de dinamismo do sistema produtivo tradicional da economia local e o assomar de novas oportunidades no mercado. Outra condição é a valorização nos mercados de produções em que a economia local tem maior vantagem porque dispõe de recursos naturais

⁸⁷ Usa-se a expressão que é oriunda da teoria de Mancur Olson e foi explicitada na obra “*a lógica da ação coletiva*”. O autor, neste livro, teve como objetivo explicar o comportamento de indivíduos racionais que se associam, cooperam, para a obtenção de algum benefício coletivo. Contudo, esse benefício coletivo converge também em vantagens individuais. Para desenvolver a sua teoria, Olson apoiou-se no conceito de benefício coletivo como um benefício indivisível, *i.e.*, aquele que uma vez consumido por um grupo não pode ser negado a uma pessoa deste grupo, mesmo que este não tenha-se dedicado em sua obtenção (Carvalho Ferreira, *et al.* 1995: 274).

específicos. Neste caso, *e.g.*, como ocorre com a indústria da cortiça na região do Alentejo, em Portugal⁸⁸, com a indústria do mármore na região de Estremoz – Borba – Vila Viçosa⁸⁹ ou, ainda, com a indústria de águas de nascente e minerais naturais⁹⁰, em especial no Norte e Centro do país, *e.g.*, as águas de Luso, no concelho de Mealhada.

Assim, percebe-se a importância de se reforçar as políticas nacionais de incentivos as associações e as cooperativas no âmbito dos micros, pequenos e médios negócios, de modo que gere oportunidades, especialmente para o lugar onde se conhece os problemas ecossocioeconómicos (Hespanha, 2010, Amaro, 2011). O que é contrário o tecido social estar vinculado a dependência de grandes projetos de transferência de atividade industrial oriundo de outro lugar. Embora este elemento não deva ser negligenciado na estratégia de recuperação de uma região e a sua sustentabilidade a longo prazo (Vachon, 2001).

O novo paradigma de desenvolvimento revela o meio, agente inovador, a medida que as políticas de DLS se consubstanciam pelo potencial endógeno, natural, além da partilha de inovadoras práticas económicas, sociais e culturais das diferentes regiões.

⁸⁸ Segundo Pestana e Tinoco (2009:2) Portugal é líder mundial na produção, transformação e exportação da cortiça, 54% de toda produção mundial. Além disso, possui a maior plantação de sobreiros, com 737 mil hectares, o que corresponde a 32,5% de toda a área plantada com o sobreiro, representando 23% de toda a floresta nacional que se distribui, em grande parte, entre os distritos de Porto Alegre, Évora, Setúbal, Beja e Faro. Quase a totalidade desta produção, 90%, destina-se ao mercado externo. As pequenas empresas representam 85% do universo desse setor, além disso, a produção florestal é proveniente de pequenos e médios produtores florestais, representando uma importante fonte de rendimento para muitas populações autóctones.

⁸⁹ Apesar de ser um recurso natural que movimenta a economia, gera postos de trabalho relacionados com as suas possibilidades de extração, transformação, utilização e comercialização, o mármore é um recurso geológico não renovável. Segundo a Assimagra - Associação Portuguesa dos Industriais de Mármore, Granitos e Ramos Afins, o setor comporta 450 pequenas e médias empresas (Associação Portuguesa dos Industriais de Mármore, Granitos e Ramos Afins (ASSIMGRA) <http://assimagra.pt/>).

⁹⁰ Segundo dados oficiais, em 2011, o volume de negócios do setor das águas minerais naturais e das águas de nascente foi de, aproximadamente, 223 milhões de euros. Esse setor representa cerca de 2% do conjunto da indústria portuguesa alimentar e de bebidas, assegurando mais de 10 000 postos de trabalho, entre os gerados diretamente (entre 1400 e 1600 trabalhadores considerando as variações sazonais) e indiretamente, a jusante e a montante da atividade (fornecedores, serviços, distribuidores). Uma parcela importante deste emprego contribuiu para atenuar as assimetrias regionais considerando que está fixada em regiões do interior do país, uma vez que as unidades de engarrafamento não podem ser deslocalizadas pelo facto de terem de estar situadas na proximidade das nascentes. Em 2012, o setor das Águas engarrafadas contribuiu para a balança comercial portuguesa com cerca de 6% da produção nacional (2011: 5%). Só os franceses e os italianos exportam, em termos relativos, mais do que as águas minerais naturais e de nascentes portuguesas, segundo dados das Associação Portuguesa dos Industriais de Águas Minerais Naturais e de Nascente – APIAM, *cf.*, www.apiam.pt.

Esclarece Vázquez-Barquero (2005:54) que as diferenças do lugar na criação e no desenvolvimento de empresas se devem a uma variedade de fatores culturais, institucionais, sociais e económicos que são interdependentes e se reforçam entre si. Fundamentalmente é a característica singular de uma localidade ou de um território que promove o desenvolvimento do tecido produtivo, incluso a esse fator, a constante capacidade coletiva do tecido social para cooperar, inovar, incorporar e difundir o novo, otimizando energias e recursos internos (Vázquez-Barquero, 2005). Nesta ágora, a capacidade do meio como agente inovador pode ser entendida como o resultado de saberes e sábios técnicos sociais. Perante essa exposição sobressai o raciocínio de Benko (2001:9) em que se lucubra: mesmo que se produza excelentes vinhos mundo afora, tanto o vinho do Porto quanto o vinho verde Alvarinho não são produtos deslocalizáveis, tão pouco o queijo da Serra e os Ovos Moles de Aveiro! Além disso, tem-se os produtos de denominação de origem protegida que conforme descrição do INPI⁹¹ refere-se ao *“produto cuja produção, transformação e elaboração ocorrem numa área geográfica delimitada com um saber fazer reconhecido e verificado”* (CE 510/2006, art. 2º). O valor destes produtos, como o de outros em situação em análogo, está ancorado num lugar e/ou região específica, eles são o resultado que diversos autores chamam de ‘meio’ (Benko, 2001).

Portanto, o local, observado como agente inovador, revela que o saber do lugar, da região, não é independente do saber global. A sua estratégia fundamenta-se na economia local recriada por iniciativa de agentes de desenvolvimento imbuídos na retenção dos valores acrescentados dentro do próprio espaço/território (Amaro, *et al.*, 1992; Henriques, 2005). O local, comportando as condições físicas para o emprego, para o trabalho, é um intermediário na produção direta e no processo técnico da produção em relação ao mundo capitalizado. É neste ínterim que comungamos plenamente com a assunção de Reis (2003), de que a formação de economias locais em sistema de aglomeração, e o desenvolvimento de dinâmicas urbanas, são processo sociais estruturados capazes de inovação social.

⁹¹ Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Produtos Portugueses com Denominação de Origem Protegida (DOP) - <http://www.marcaspatentes.pt>

(...) as cidades são, por excelência, lugares de máxima intensidade relacional. (...) lugares de *trouvaille*, de criação do novo (...) As cidades representam-se em instituições e projectos e significam capacidade de estruturação sistémica. (...) As relações entre cidades e inovação está exactamente no processo da vida que cada cidade, na sua singularidade e na sua capacidade relacional, constitui. (...) As cidades são lugares onde se acolhe e desenvolve o ‘processo da vida’ e, por isso, são o mais relevante fenómeno de produção de territorialidades, e não apenas de comutação das relações globais (Reis, 2003:5).⁹²

Com efeito, as cidades potenciam os mecanismos de redes de cooperação que estimulam os processos de um novo paradigma de desenvolvimento através de suas empresas, do seu comércio, da sua história e cultura, dos seus recursos naturais. As empresas e as organizações formam redes caracterizadas por relações e intercâmbios que se desenvolvem de forma dinâmica, a partir de um conjunto de acordos, tácitos e expressos, e de contratos. A cooperação e a competência de empresas e atores permitem a convergência de esforços, o que estimula a dinâmica económica e o desenvolvimento de carácter endógeno sustentável (Vázquez-Barquero, 2005).

Esse novo paradigma de desenvolvimento tende a um processo de diversificação e de enriquecimento das atividades ambiental, económica e social, a partir da mobilização e da coordenação dos seus recursos (Sachs, 2008). Pode ser concebido como produto do empenho do tecido social, implicando a existência de um projeto de desenvolvimento que integre as suas componentes ecossocioeconómicas, transformando-se, assim, um espaço de contiguidade física em um espaço de solidariedade ativa, um espaço de DLS (Sachs, 2007).

⁹² Se substituir o substantivo cidade pelo termo local, pode-se concluir que o local é, portanto, meio, agente inovador que pode desfrutar de todo o aparato de progresso tecnológico para elevar o desenvolvimento local ao desenvolvimento local sustentável. O local visto como um centro de vida é comunidade e é uma rede de sociabilidade, e nessa elucubração, é possível promover o DLS com a economia local, preservando, e até mesmo, usufruindo da cultura societal como estratégia de competitividade.

Assim, o DLS reequaciona o próprio conceito de desenvolvimento e destrinça o modelo dominante, a medida que anota a variável sustentável como nova forma e posicionamento do desenvolvimento local (Sachs, 2000b). Por conseguinte, define-se a realidade ecossocioeconómica como unidade, daqui resultando a tese de que não pode haver uma separação entre as variáveis, económico, social, ambiental e os elementos de natureza simbólico/cultural no campo do desenvolvimento local (Sachs, 2007). O desenvolvimento local sustentável fundamenta-se num conjunto de iniciativas e decisões tomadas pelo tecido social, tendo como produto a melhoria de qualidade de vida da comunidade a que pertencem. Destarte, valoriza-se as potencialidades matérias e cognitivas do lugar, bem como, a identidade histórica e sociocultural com o local, em que precede o desenvolvimento de capital humano, de capital social, de capital natural, do capital físico, *i.e.*, observando as premissas do desenvolvimento sustentável (Houée, 2009). No bojo da reinterpretação e reconstrução de conceito e modelo de desenvolvimento, sobreleva-se, além de novas estratégias de políticas locais, antigas formas de organizações produtivas em sistema de cooperação e gestão coletiva (Amaro, 2011).

No âmbito das políticas de DLS, as estratégias de desenvolvimento voltam-se, sobretudo, para a geração de emprego e rendimento, erradicação da pobreza, satisfação das necessidades básicas, igualdade e equanimidade. Nesse contexto, as políticas de DLS elevam a condição do espaço/território, assim o local ressurgue como espaço vivenciado, fruto de necessidades e de atividades de atores territorializados e interativos, como local de ação social (Reis, 1992). Esta filosofia de desenvolvimento, que se preocupa com o sujeito ecossocioeconómico, introduz a variável acessibilidade, *i.e.*, o acesso à educação, à saúde, à moradia, à justiça, à cultura, ao lazer, à liberdade, à democracia e a própria ação do ator social nas ações de desenvolvimento local (Sen, 2003, Singer, 2004). Nesse sentido, as políticas de desenvolvimento local sustentável condizem com três condições básicas. Primeiro, oferecer ao ator social condições de total aproveitamento das suas capacidades, mediante as suas próprias aspirações. Segundo, desenvolver é integrar, criar uniformidade social anulando disparidades e desigualdades. A terceira condição refere-se a autodeterminação ou independência do processo de desenvolvimento. Deixará de haver desenvolvimento local quando as decisões fundamentais relativas à sua evolução dependem de instâncias exteriores ao

Estado Nacional. Nesse sentido o novo paradigma de desenvolvimento pressupõe a instauração de um processo dinâmico de participação, ao implementar medidas e ações que enraízam, no tecido social, práticas democráticas e solidárias de gestão, de inovação social, de relacionamento e de convivência.

2.5. A IMPORTÂNCIA DO LOCAL DIANTE DO GLOBAL

O local é o espaço de realizações concretas onde se efetiva todo e qualquer processo de reprodução da riqueza das nações. É na demarcação de um espaço/território que se observa os resultados desse processo, seja do ponto de vista de seus efeitos positivos, seja, em particular, de seus efeitos negativos. Para Giddens (1992: 59), a globalização não é o progresso de uma cultura global, mas a evolução de novas texturas de experiência social no tempo e no espaço que conduz a transformação da vida quotidiana no local.

Para Boisier (2006), o local aparece como elemento constitutivo de identidade. Tanto as ações individuais quanto as ações coletivas existem através de vivências de territorialidade múltiplas. Assim, as ações quotidianas do ator social, no local, têm consequências globais, como também, o que acontece no nível global interfere no dia-a-dia do ator social. Nesse sentido, Boisier e Giddens reconhecem que o local não só representa um espaço físico, é também onde se desenvolve práticas de sociabilidade, possibilitando o encontro entre atores sociais. Pode-se dizer que a experimentação se tornou mais articulada com a globalização, provocando efeitos sobre as tradições locais.

[...] a intensificação das relações sociais em escala mundial liga localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. (...) A transformação local é tanto uma parte da globalização quanto a extensão central das conexões sociais através do tempo e do espaço (Giddens, 1991: 60).

A globalização transformou o comportamento da sociedade. No local afetou a vida do ator social ao criar uma nova agenda para o mundo através do impacto das Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC) (Boisier, 2006). Mas dentro deste determinismo, o progresso da TIC faz parte de um conjunto mais amplo de inovações que permitiram avanços na produtividade (Reis, 2001), no crescimento económico e ao comércio internacional reduzindo as distâncias. Ademais, a globalização financeira ainda foi mais rápida que a comercial e a produtiva, a ponto de se vivenciar uma época de hegemonia do financeiro global (Reis, 2003) sobre a situação real no local. Paradoxalmente, para o ator social, em termos de desafios económicos e de inclusão social, o mundo tornou-se maior e mais complexo.

A globalização busca estruturar uma nova ordem mundial, um fenómeno caracterizado por um único espaço de comércio e transações e por múltiplos territórios de produção. Evidentemente este fenómeno constrange todo o tecido social (pessoas, organizações e instituições) a entrar num jogo competitivo de elevada complexidade, no qual só sobrevive os atores com maior capacidade de conhecimento, criatividade, inovação e flexibilidade profissional (Boisier, 2008). Com efeito, a globalização não se refere somente a grandes sistemas, mas, também, a modificação da vida local. Para Giddens (1991) a globalização não gera, necessariamente, um mundo mais unificado, pelo contrário, ela o fragmenta pela mutação do tempo, do espaço, da experiência local, por um complexo conjunto de transformações das condições básicas da vida social.

Nesse contexto, em similaridade, Carvalho Ferreira (2002b) e Ignacy Sachs (2006), apontam quatro fenómenos, que parcialmente se sobrepõem no âmbito local. Primeiro, os autores denotam uma crescente perceção de problemas mundiais que afetam toda a sociedade civil, seja ela em países desenvolvidos ou não, em especial as perversões do desemprego, da precariedade dos contratos de trabalho e da pobreza. Segundo, a degradação do meio ambiente e as mudanças climáticas causadas pelas emissões de gases geradores do efeito estufa. Terceiro, o antagonismo do crescimento económico centrado na lógica mundial cujos objetivos se identificam com as tendências de dominação de organizações transnacionais. Por último, a exclusão social sob a ótica de um fenómeno mundial – as pandemias – *e.g.*, SIDA, o narcotráfico e o terrorismo que atingem diretamente o local causando-lhe danos sociais irreparáveis.

O argumento de Carvalho Ferreira e Sachs pode ser interpretado do seguinte modo: a globalização delinea uma matriz quadrada composta por movimentos e consequências. Os movimentos revelam as mudanças provocadas pela tecnologia e pela hegemonia do capitalismo. As consequências apontam os problemas desde as abrangências sociais, ambientais e de segurança, até os efeitos das repercussões em termos de atitudes e outras ações contra a globalização. Para todos esses fenómenos mencionados, o local é uma parte daquilo que se tem como objetivo de atingir mundialmente, mesmo que as dimensões ecossocioeconómicas sejam distintas. O desafio recai para o *homo faber* que deve trabalhar para encontrar, nessa equação, o equilíbrio do conjunto que forma a condição de sustentabilidade económica, social e ambiental em abrangência global.

Para Castells e Borja (2001) e Castells (2002) a transformação estrutural da economia internacional está associada a rede nacional e transnacional produtiva com a extensão da lógica industrial e empresarial a todos os setores da economia. Acrescentando-se a esse cenário, a evolução da especialização do trabalho, a flexibilidade profissional no interior da organização e às mudanças em suas estratégias de expansão e competitividade (Leborgne e Lipietz, 1990; Kovács, 2005). Pode-se dizer que todos esses fenómenos interferem, de modo negativo, diretamente no desenvolvimento local sustentável. Na opinião aqui evidenciada, os autores chamam a atenção para o fato de que, a globalização promove maior mobilidade dos fatores de produção e a integração entre os diversos setores económicos em nível nacional e internacional. O que se quer dizer que a ideia de flexibilidade do trabalho consente a variação do emprego, dos salários, dos horários e do local de trabalho, e este conjunto de fatores implica uma forte variável de competitividade para as organizações (Kovács, 2006). Neste sentido, pode-se delinear o processo da globalização e o seu impacto no local em três etapas, como elaborado no Tabela 5, a seguir.

Tabela 5. O processo da globalização e o seu impacto no local

Período	Caraterísticas
1870 a 1913 Grande mobilidade de capital e de mão de obra	Apogeu comercial, fundamentado mais em custos de transporte reduzidos do que no livre comércio. A Primeira Grande Guerra quebrou essa fase, dando posição a um período distinto pelo insucesso de refazer as tendências prévias na década de 1920 e pela notória contração do processo de globalização nos anos de 1930.
1945 a 1973 Nova etapa de integração mundial	Desenvolvimento de instituições internacionais de cooperação técnica financeira e comercial a seguir a Segunda Grande Guerra Mundial. Período em que se fomentou a expansão do comércio de manufaturados em países desenvolvidos. Além disso, perceberam-se, de modo global, novos modelos de organizações e limitações à mobilidade de capitais e mão de obra. 1970 – marco de inflexão: desintegração do regime de regulação macroeconómica estabelecido em 1944, em Bretton Woods, e primeira crise do petróleo. Estes dois fenómenos anteriores fomentaram o aumento da mobilidade de capitais privados e o fim da “idade de ouro” de crescimento dos países industrializados, atingindo diretamente o tecido produtivo local.
1975 Atual revolução tecnológica	Suas principais características relacionam-se com a gradual generalização do livre comércio pela internacionalização dos capitais. As organizações se destacam pela crescente presença no cenário mundial de empresas transnacionais que passam a funcionar como sistemas internacionais de produção integrada, originando as organizações em rede. O mercado mundial tornou-se mais competitivo em virtude da difusão e inovação tecnológicas. O avanço das TIC acarretou a exigência de organizações mais enxutas e com maior produtividade. Neste cenário, o movimento da mão de obra foi restringido pela necessidade de maior qualificação profissional, e trouxe como consequência mudanças nos contratos de trabalho.

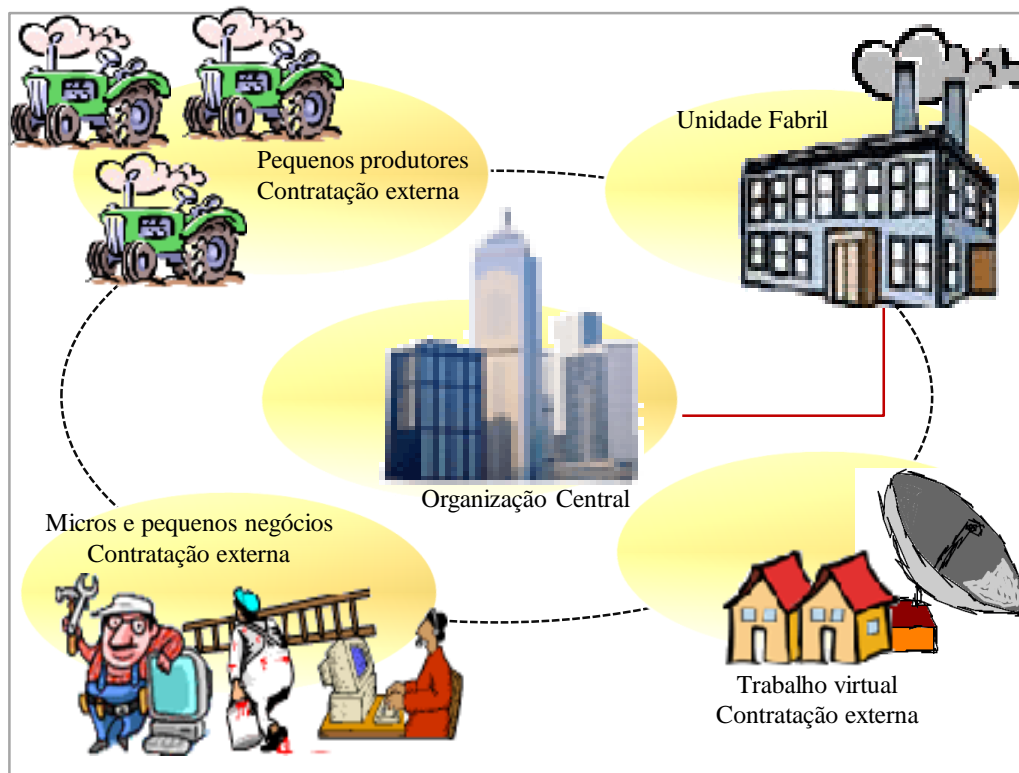
Fonte: elaborado pela autora a partir de Globalización y desarrollo (CEPAL, 2002:18-19)

É possível resumir que as grandes mudanças socioeconómicas contemporâneas contradizem os conceitos e as representações de organização e trabalho que foram construídas no princípio do século XX. Neste contexto, a globalização económica, paralela ao capital financeiro, afetou diretamente o ator social, suas relações de trabalho-capital e redesenhou uma nova divisão do trabalho. Alega Ilona Kovács que o impacto da globalização, no local, diz respeito as consequências da competição económica que embrenharam as organizações a mudanças radicais em termos de contrato de trabalho e a precariedade do, e no, trabalho. Sobre este ponto de vista a autora explana que *“o aumento do desemprego e do emprego instável frequentemente precário constitui [para o local] uma das questões sociais mais importantes da época em que vivemos”* (Kovács, 2005:11, friso nosso).

Nesse ínterim, algumas organizações no processo de revolução tecnológica passaram a ser virtuais e o trabalhador também. Na interpretação de Carvalho Ferreira (2006: 330), *“é a socialização da informação e da comunicação no espaço-tempo confinado ao processo de trabalho”*. Para Castells (2002), o profissional está ligado a uma rede TIC sob um contrato de mercado, e não sob um estatuto do trabalhador num contexto em que as grandes indústrias se movimentam rapidamente para a globalização e à integração de sistemas internacionais de produção. Este movimento, também

denominado – fábricas globais – reproduzem em escala mundial os processos de especialização e contratação externa de uma empresa no mercado local (Leborgne e Lipietz, 1990). Ilustra-se com a Figura 9, *infra*, a configuração das organizações em espaço/território diferentes, porém em rede, no contexto da globalização.

Figura 9. Configuração das organizações em rede no contexto da globalização



Fonte: Bernadete Bittencourt (2011: 91)

Para Carvalho Ferreira (2007b: 65) essa relação intrincada e alheada do trabalho social obstruído pelas novas tecnologias permite que o trabalho, na sua funcionalidade organizacional, se revele empiricamente numa multiplicidade de redes locais, regionais, nacionais e mundiais. Conclui o autor que, no local, este cenário de calamidade socioeconómica, resultado dessas ações recíprocas, conduziram uma rutura em relação às anteriores formas de interações transfronteiriças. Para além disso, segundo Castells e Borja (2001) o progresso tecnológico, nomeadamente da TIC, (re)organiza as empresas em formato de redes virtuais. Nesta lógica, diversos autores aqui citados são unânimes de que os avanços tecnológicos, junto a um enorme aparato competitivo, permitem entrelaçar as organizações em tempo real e a grande distância com o menor número de

trabalhadores efetivos. Ademais, a liberalização das políticas de comércio exterior impulsiona à maior dispersão geográfica todas as funções empresariais. A disfunção da lógica desses avanços tecnológicos modifica a operação e o resultado dos processos que envolvem a produção, o poder e a cultura (Castells, 2002), formando uma nova composição social das sociedades. Por conseguinte, o setor produtivo, em especial as grandes indústrias, desvincula-se de se comprometer com inovações sociais atribuídas as políticas de DLS.

Depreende-se que a participação das indústrias multinacionais no desenvolvimento local não é um facto recente. O que adquiriu maior relevância após a Segunda Grande Guerra foi a estreita relação que existe entre o comércio internacional e o investimento estrangeiro direto, isto é de facto uma característica marcante da globalização. Ou seja, a passagem de uma economia predominantemente industrial para uma economia de serviços, por conseguinte a *“diminuição dos grupos sociais ligados à indústria e o surgimento de novos estratos com relevo para a nova classe média”* (Carvalho Ferreira *et al.*, 1996: 387).

Arocena (1997) observa que as reflexões sobre a dimensão local diante do global se tornam mais ou menos importante de acordo com as perceções da sociedade contemporânea. Para uns o local não é um desafio de prioridade, mas antes pressupõe que as especificidades devem dar lugar ao progresso na racionalidade globalizante. Mas, para outros, a dimensão local pode aparecer como um elo privilegiado entre a racionalidade instrumental própria dos processos de desenvolvimento e a identidade local necessária para energizar esses processos. Além disso, a globalização gera uma lógica que tende a diminuir a autonomia, as crescentes interdependências, para aumentar a fragmentação das unidades territoriais, para a marginalização de algumas áreas. Questiona Arocena (1997:3) o por que de se discutir sobre o assunto DLS numa fase de evolução social tão fortemente marcado pela globalização? Reflete o autor que esta questão não pode ser explanada de um único modo, mas pode ser delineada em três situações onde o tema local coloca-se defronte a globalização.

A primeira situação, para o autor, assenta-se numa lógica de que a globalização é avassaladora. Diante disso, torna-se impossível qualquer crescimento ou evolução do

DLS no âmbito do atual modo de acumulação de capital que se fundamenta nas TIC e outorga-lhe ferramentas necessárias numa dimensão económica transnacional, apostando na desterritorialização de capital. Nessa situação não há condições do tecido social organizar algum tipo de resistência ao domínio global.

Uma segunda situação identifica o local como uma alternativa para um processo negativamente conotado de globalização, o que representa uma espécie de revolução anti global que devolve ao tecido social o poder necessário para construir democracias genuínas. Essa situação é uma abordagem com fortes acentos ideológicos que concede a dimensão local todos os atributos positivo ameaçados pela globalização. Esta forma de colocar em relevo as virtudes do local alimenta uma dimensão movimentada por detrás de uma utopia integradora.

Delineia, então, Arocena (1997) uma terceira tendência. Essa baseia-se na análise de complexidade dos processos que caracterizam a sociedade contemporânea, tentando superar a antinomia global/local por um esforço de articulação no interior de uma tensão real. Situa-se, mais claramente, na atitude de técnico político e se expressa em termos de oportunidades e desafios. Está mais presente nas práticas de profissionais técnicos pressionados a apresentar resultados. Haveria, então, que ser colocado três maneiras de abordar a relação global/local: *i)* afirmando-se o carácter determinante do global sobre o local; *ii)* postulando-se o local como alternativa as mazelas da globalização; *iii)* destacando-se a articulação local/global dentro de uma compreensão complexa perante a sociedade contemporânea.

Analisando-se as situações delimitadas por José Arocena observa-se que os primeiros cenários são coerentes. No primeiro caso, se o local é determinante, se as novas formas de acumulação capitalista produzem desterritorialização, não tem por que buscar no local nenhum tipo de resposta, a esse nível não haverá mais reprodução das macro tendências. No segundo caso, frente a uma análise da globalização que mostra exclusão, marginalização, fragmentação, a resposta do local tem um conteúdo oposto a essas mazelas, generalizando condutas reativas e conflituais que buscam afirmar os perfis da sociedade mais justa e democrática. Ao se comparar a coerência dessas situações, a terceira tendência aparece como contraditória, de difícil compreensão

levando a articular categorias que aparentemente são incompatíveis. No entanto, percebe-se que é realmente a situação que apresenta uma provável condição da importância do local diante do global.

Alega Vázquez Barquero (2000) que o DLS é uma interpretação que permite explicar a mecânica de acumulação de capital e um entorno de forte competência como a que caracteriza a globalização. Nesse sentido, existe diferentes dinâmicas espaciais a nível global/local que interagem e reproduzem as novas articulações entre a mobilidade do global e o enraizamento local. Assim o local, longe de se ofuscar face à globalização, parece, pelo contrário, encontrar muitas razões para se afirmar e responder os desafios da globalização mediante ações que incidem sobre os fatores que determinam os processos de acumulação de capital, buscando, desse modo, um melhor caminho para o DLS.

A importância do local diante do local colmata-se na condição de que a globalização é um processo vinculado ao espaço/território. Esse fenómeno afeta as nações e os países, mas, sobretudo, a dinâmica económica e o ajuste produtivo que depende das decisões de investimento e localização dos atores económicos e dos fatores de atração de cada território. O processo de globalização, portanto, é uma questão que condiciona a dinâmica económica do local, das regiões que, por sua vez, vê-se afetado pelo comportamento dos atores locais (Vázquez Barquero, 2000).

Para Henry Teune (2005) o local tem duplo papel: ponto de globalização e de desenvolvimento ecossocioeconómico ao mesmo tempo que de resistência à mudança. Para o autor, esta dicotomia conduz não só a diversidade social e económica entre as regiões onde se observa, em algumas, o predomínio do que é global, e em outras o que é local. Dilucida Teune (2005) à coexistência, num mesmo espaço/território, de características distintas. Uma derivando do que é mundial, e.g., a implantação de indústrias multinacionais, a reestruturação e um novo planeamento urbano. Outras do local, em especial as organizações locais, como o caso das associações, das cooperativas, e a preservação da cultura do tecido produtivo regional.

Para Fischer *et al.* (1999) a importância do local diante do global esta associada ao seu papel, a sua natureza e a sua propriedade de intervenção nos processos de globalização como um difusor de novas ideias, de inovação. Também Benko (2004:12) defende a importância do local, uma vez que, na aceção deste autor, as formas produtivas de organizações em rede de sociabilidade tornam as empresas mais dependentes do ambiente local, no meio em que estão situadas. Dilucida o autor que “*a agregação das firmas que cooperam entre si e usam bens locais coletivos produzidos localmente, reforça a competitividade do conjunto da economia local*” (Benko, 2004: 13). O desenvolvimento económico se produz como consequência da utilização do potencial excedente gerado localmente e da atração, eventual, de recursos externos, assim como a incorporação de economias externas ocultas nos processos produtivos. Para neutralizar, no local, as tendências a estagnação económica ativa os fatores determinantes dos processos de acumulação de capital, como a criatividade, e a difusão de inovações no sistema produtivo.

Neste contexto os setores económicos seja público, privado ou OTS, integram-se ao desenvolvimento local. Formam um modelo de DLS propício a determinada região, ou seja uma rede de economia local flexível com ligação ao mercado. O local apresenta-se como uma rede de sociabilidade descentralizada do espaço/território global, que integra instâncias simultâneas de controlo, de competitividade e de estratégias regionais (Benko *et al.*, 1996; Storper, 1997). A importância do local pode ser constatada através do resultado de cooperações entre as empresas de diferentes setores – público, privado e das OTS, as quais podem fortalecer a economia local. Ademais o local pode disponibilizar bens e serviços, infraestruturas, escolas de formação, associações empresariais e também outros tipos de organizações especializadas consubstanciando os bens locais coletivos que contribuem para o fortalecimento competitivo das organizações. É nesse âmbito que é possível gerar a IS comprometida com as políticas de DLS, e a sua difusão pode mostrar mais do que a importância e a dimensão do local como ambiente inovador para o global.

Pode-se dizer que há, nesse contexto, uma emergência à geração de IS, em que essa inovação deve substanciar as políticas de DLS, não como um tratamento alopático que atende a doença em si própria, e sim, como a homeopatia que promove um

tratamento holístico, que concebe a realidade como um todo. Lucubra-se aqui que durante séculos a sociedade trabalhou para elevar o progresso e tornar mais rápido o crescimento económico e tecnológico, em que se acreditava que através de seus efeitos de percolação, deveria, supostamente, assegurar prosperidade local. Por conseguinte, gradualmente, toda a força de trabalho do setor tradicional seria absorvida pela expansão do setor moderno, o que não aconteceu. Nessa aceção o local possui sua própria dinâmica e cultura socioeconómica e, portanto, o desenvolvimento não obedece a um determinismo de crescimento económico.

O ponto de vista que aqui se define é que, como reação, no despontar de uma sociedade civil global, tornou-se mais forte a importância da realidade local e do progresso do tecido societal para o DLS. Dito de outro modo, é em esfera local que a realidade do *homo faber* acontece invocando-o mundialmente à IS, em especial à inclusão social apropriada ao desenvolvimento sustentável. Nas palavras de Santos (2003) é a partir do local que a sociedade se movimenta formando elos com outros grupos similares do mundo em busca de inovações sociais. O desenvolvimento económico e a dinâmica produtiva dependem da introdução e difusão do conhecimento e de inovações que fomentem a transformação e renovação do sistema produtivo.

Para isso, segundo Vázquez Barquero (2005), é necessário que os atores se integrem no sistema produtivo local, tomem decisões adequadas de políticas de investimento em capital humano, social e económico, de políticas de DLS. Esclarece o autor que, a política de DLS é um instrumento que se propõe integrar os diversos tipos de ações de forma mais ajustada as necessidades do tecido societal e da demanda das organizações. Destarte, seu objetivo é atuar em conjunto sobre todos os fatores de acumulação, melhorando a sinergia e o efeito combinado de desenvolvimento endógeno. Quando se produz sinergia entre todos os fatores, a economia local entra numa fase de desenvolvimento sustentável que impulsiona a competitividade e, portanto, permite a mudança de seu posicionamento no sistema local, nacional e internacional.

Segundo Dowbor (2001), o local surge como foco de uma profunda reformulação política no sentido mais amplo. A importância do local diante do global

ampara-se em ações mediante a política de DLS, *i.e.*, quando o tecido social é capaz responder positivamente os desafios produzidos pelas exigências de competências nos mercados (Boisier, 2008). Não que o nível local de organização política substitua transformações de gestão política que têm de ser levadas nos níveis do Estado-nação e mundial. Todavia, salienta-se que o tecido social fortemente estruturado pode construir um lastro de sociedade organizada capaz de viabilizar as transformações necessárias nos níveis mais amplos (Dowbor, 2001: 24). Trata-se do desenvolvimento de forma alternativa de governação económica auxiliado por organizações intermediárias. Neste caso, na criação de associações e cooperativas, na implementação de redes públicas e privadas que propicie o local incidir sobre os processos que determinam a acumulação de capital. Desta forma, otimizar janelas de oportunidades competitivas que favorecem o desenvolvimento ecossocioeconómico.

A importância do local diante do global reporta-se ao resgate dos valores e a reconstrução da dimensão humana e solidária do desenvolvimento económico perante uma economia mais plural, *i.e.*, a interseção de solidariedade territorial com as empresas locais, sejam elas privadas ou OTS (Favreau, 2003). Neste contexto, explica Lévesque (2004) que a globalização lançou um novo espaço para uma mudança social, sobrelevando a importância do desenvolvimento local. As políticas de desenvolvimento local sustentável e o terceiro setor são questões incrustadas, uma rede maleável de diversos atores, que buscam atender, de modo concreto, as questões levantadas pela dinâmica global, particularmente pela crise económica e social. Para Lévesque a tessitura de OTS tende a fomentar uma relação mais forte, mediante laços sociais, entre o tecido produtivo e o compromisso de desenvolvimento do território.

Na verdade, a mesma dinâmica que conduziu o local ao global fornece as ferramentas – inovação e tecnologia social – para a reconstrução de um tecido social organizado e imbricado no território, interagindo e comunicando-se mundialmente. O intuito de reconstrução do tecido social é evidenciado em diversas áreas, *i.e.*, económica, social, ambiental, cultural, etc. Este novo espaço se define como um setor não-governamental e não empresarial composto por diversos tipos de organização, entre elas as associações e cooperativas. Nesse âmbito, são as OTS uma forma direta de

(re)organização da sociedade em torno de interesses coletivos, assunto que será abordado no capítulo que se segue, Capítulo 3, Terceiro setor.

2.6. SÍNTESE CONCLUSIVA DO CAPÍTULO 2

O desenvolvimento local endógeno pode ser sublinhado como o desenvolvimento integral em que se combina a gestão sustentável do meio ao progresso socioeconómico do espaço/território. Assim, o desenvolvimento local sustentável alicerça-se no tecido produtivo, sendo este tecido, composto por um conjunto variado de iniciativas de base local, em que seus elementos, os atores locais, de modo democrático e equitativo, buscam soluções para atender as necessidades ecossocioeconómicas do local. Destarte, a partir da análise bibliográfica sobre o desenvolvimento local sustentável, pode-se fundamentar uma definição com base em dez atributos apontados por Roque Amaro (2009: 111) a saber:

- a) um processo de mudança, levando à melhoria do bem-estar e das condições de vida da população;
- b) centrado numa comunidade territorial de pequena dimensão, definida pela existência (real ou potencial) de uma identidade comum, capaz de mobilizar solidariedade de ação (coletiva) e com pretensões a uma autonomia de afirmação do seu destino;
- c) que tem como uma das suas motivações fundamentais a resposta a necessidades básicas da comunidade que estão por satisfazer;
- d) a partir essencialmente da mobilização das capacidades locais;
- e) o que implica a adotar metodologias participativas e de empoderamento da comunidade local (do ponto de vista individual e coletivo);
- f) contando também com a contribuição de recursos exógenos, capazes de mobilizar e fertilizar os recursos endógenos (e não os substituir ou inibir);
- g) numa perspetiva integrada, na abordagem dos problemas e das respostas;

- h) o que exige uma lógica de trabalho em parceria, ou seja, de articulação dos vários atores, protagonistas e instituições locais ou a trabalhar no local;
- i) com impacto tendencial em toda comunidade;
- j) segundo uma diversidade de processos, dinâmicas e resultados (Amaro, 2009: 111).

Nesse sentido, o local atua como agente inovador de desenvolvimento (Maillat *et al.*, 2006) fundado sobre a solidariedade orgânica e sustentável, resultante da intervenção de forças do tecido social que evoluem em escala mais ampla que o local. Na verdade, a combinação do meio sustentável não vem naturalmente, mas é possível gerenciar as dinâmicas emergentes do tecido social com a proteção ambiental no processo de gestão local (Sachs, 1986a), assim, tem-se estratégias de desenvolvimento (Sachs, 1986b, 1993), que resultarão em políticas de DLS. Às políticas de DLS, segundo Sen (1998), acrescenta-se, também, a conduta de solidariedade, de um desenvolvimento democrático, humano e social. Esta conduta tenta resolver os problemas mais emergentes, *e.g.*, a fome, a exclusão, o desemprego; mas, também, apresentar respostas, mediante a inovação social, às necessidades da sociedade local, seja ela de excluídos ou não. Além disso, esse comportamento de solidariedade, ou mesmo de inovação social, fortalece todos os setores da sociedade, *i.e.*, o setor público, o setor privado e o terceiro setor. Estas iniciativas contribuem, concomitantemente, para o progresso de desenvolvimento ecossocioeconómico local, resultado de um compromisso entre os atores sociais e o papel do Estado, do mercado e da sociedade civil organizada. Na ideia que aqui se delineia, supõe-se, a partir de então, um crescimento com equidade, proveniente da sinergia de diversos atores no nível do território, uma combinação positiva das dimensões ambiental, social e económica, considerando-se as reais condições de desenvolvimento local (Demoustier, 2006).

Afirma Lévesque (2004) que o desenvolvimento local e as OTS fazem parte de uma equação equilibrada. A economia local, composta por um conjunto de empresas de gestão coletiva, e o local, possuem elos fortes, indissociáveis. Porquanto as formas espaciais e territoriais constituem um dos fundamentos das lógicas de solidariedade, consubstanciada pela convergência de valores e de ações. Para Coraggio (2007c), essa

condição, que assenta no novo paradigma de desenvolvimento, refere-se ao problema global de economia social, por conseguinte das OTS combinando a velha natureza de Charles Gide⁹³ em sua versão moderna em termos de alternativa de desenvolvimento local. Aduz Amaro (2011) que, o novo paradigma de desenvolvimento se caracteriza por um carácter de inovação social em que a heterogeneidade do tecido societal funciona como um tipo ideal, quando incorporada numa dinâmica de cooperação económica diversificada e transversal.

Segundo Favreau (2004), as políticas de desenvolvimento local possuem uma abordagem consensual no sentido de agregar forças locais a fim de *i)* facilitar a resolução de problemas sociais através da autossuficiência económica, social e ambiental do local; *ii)* assistir as questões mais urgentes relacionadas com a falta de emprego, de infraestrutura económica e de serviços básicos através de intervenções fortemente territorializada; *iii)* apoiar o desenvolvimento organizacional do tecido produtivo (serviços ou produção de bens), associações, cooperativas e outras OTS em setores-chave da sociedade local (habitação, emprego, serviços sociais, meio ambiente); *iv)* trabalhar em sistema de parcerias e redes de sociabilidade onde os atores envolvidos estão ligados por compromisso com o DLS; *v)* construir estruturas autónomas a partir de um esforço local solidário combinando recursos humanos e financeiros híbridos, recursos públicos, mais a venda de bens e serviços no mercado. Grande parte desses elementos estão relacionados as OTS, nomeadamente às associações e as cooperativas, e esse seria o modelo desejado, mas ainda muito pouco realizado de desenvolvimento local sustentável contemporâneo.

⁹³ As ideias de Charles Gide (1847 – 1932) em torno da estrutura cooperativa e da solidariedade são respeitadas até hoje e segue nomeando-o como uma referência comum. Após o socialismo utópico e as experiências locais, dentro de uma visão mais ampla e social, Gide analisou a criação de uma economia social. Essa visão ainda mantém o carácter da voluntariedade, de solidariedade e de uma economia de trabalho caracterizada pelo associativismo e pelo cooperativismo (<http://www.charlesgide.fr/>). Aprofundamos este assunto no Capítulo 3, a seguir, nomeadamente nos itens 3.4.1. e 3.4.2. do respetivo Capítulo.

Capítulo 3. Terceiro Setor

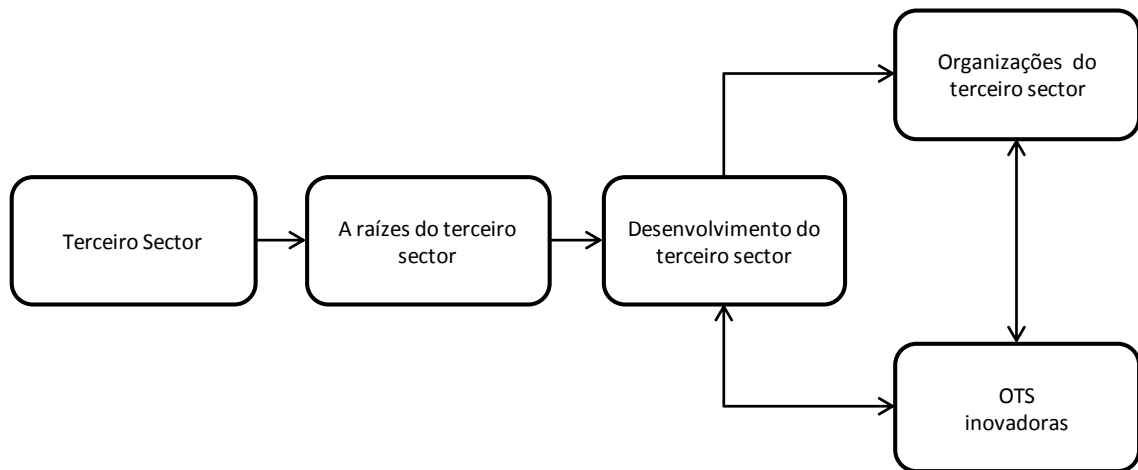
3.1. SÍNTESE INTRODUTÓRIA

Nesse capítulo revisa-se a bibliografia sobre o terceiro setor. Para esta investigação, a abordagem que se efetua sobre o terceiro setor foge do prisma que normalmente é analisado a respeito deste assunto, em especial quanto as organizações que dele fazem parte. Essa opção relativa ao termo terceiro setor deve-se ao facto, nomeadamente a pertinência às classificações e o contínuo movimento das fronteiras deste setor. Assim, de modo mais amplo, a designação escolhida por terceiro setor refere-se a um conjunto de empresas fora da esfera pública e privada, que apoia e/ou produz bens e serviços cujo excedente é reinvestido na organização e na autossuficiência de seus membros. Este conjunto de empresas, em sistema de gestão coletiva, é composto por associações e cooperativas que agregam e/ou apoiam, sobretudo, micros e pequenos empreendedores, produtores, artesãos, etc. e podem, pois, gerar inovação social e, ainda, estão comprometidas com o DLS. Na verdade, ocorre que em cada lugar o terceiro setor pode significar coisas diferentes, designando, ao mesmo tempo, organizações que não são públicas e nem privadas, portanto, um terceiro setor (Defourny e Pestoff, 2008). Diante desse facto, permite-se uma linguagem comum que ultrapassa a complexidade de significados. Além disso, conforme explana Ferreira (2000: 5), o uso do termo terceiro setor é a opção da maioria dos autores da associação internacional de investigadores desta área, a *International Society for Third Sector Research* (ISTR).

Para realizar esta articulação sobre o DLS e o terceiro setor, ou de Organizações do Terceiro Setor (OTS), analisa-se, primeiramente, as raízes do terceiro setor, prevalecendo uma abordagem histórico-cultural. Busca-se com isso conhecer melhor a origem deste setor e como tornou-se fenómeno mundial de organizações nos moldes de associações e cooperativas. Nesse âmbito observa-se que o terceiro setor recebe variadas denominações e possui uma classificação quanto ao tipo de organização que nele se conjuga, portanto, com base nesse facto, faz-se uma clarificação dos conceitos. Tem-se deste modo, os principais enfoques conceituais sobre o terceiro setor e as organizações que dele fazem parte no contexto do desenvolvimento local sustentável. Este campo de estudo foi distendido até as OTS, nomeadamente sobre o associativismo e cooperativismo, enquanto espaço de inovação social e a sua inteiração com o

desenvolvimento local sustentável. Finaliza-se o Capítulo com uma síntese conclusiva em que se observa, a partir dessa revisão bibliográfica, ser possível circunscrever as novas formas de organização inovadora propícias à gestão coletiva no contexto das OTS.

Figura 10. Configuração síntese do capítulo 3



Fonte: Bernadete Bittencourt

3.2. AS RAÍZES DO TERCEIRO SETOR

3.2.1. EVOLUÇÃO DO CONCEITO

Diversos autores assinalam que as raízes históricas que caracterizam as organizações do terceiro setor encontram-se nos países anglo-saxões e associam este setor às entidades filantrópicas e de caridade (Defourny e Mertens, 1999; Ferreira, 2000; Almeida, 2010). Por primeiro, na sociedade inglesa do século XIX, surgiram as instituições de caridade “*charities inglesas*”. Esse modelo de organização se estendeu aos países de influência anglo-saxão, tendo maior expressividade no século XX com as entidades filantrópicas dos Estados Unidos da América. Essas organizações, na sua essência, são privadas e não distribuem lucros, existem basicamente por meio de doações e voluntariado (Anheier e Seibels, 1990).

O terceiro setor, para Salamon e Anheier (1992) nomeadamente – *nonprofit sector* –, é formado por um conjunto alargado de organizações autónomas e privadas, caracterizadas por não distribuir lucros para os seus membros. Possui carácter de voluntariado, *i.e.*, os indivíduos possuem livre escolha para participar, ou não, do seu objetivo, missão social e económica. Constituído por iniciativas coletivas, o terceiro setor mobiliza recursos económicos e vínculos de solidariedade dando sentido plural e ativo à cidadania local (Delors e Gaudin, 1979; Defourny e Monzón, 1992). Essas iniciativas, criadas pelo ator social, conduzem mudanças no modo de agir e de pensar as relações entre o Estado e o mercado (Ferreira, 2000; Delors, 2004). São, ainda, organizações que, em contexto do desenvolvimento tecnológico, estão preocupadas com a melhoria da qualidade de vida e com o bem-estar económico e social da população local, aliada à conservação do meio ambiente (Salamon e Anheier, 1998b, Defourny e Pestoff, 2008).

Neste contexto, entende-se que o termo terceiro setor designa formas particulares de organizações, *e.g.*, cooperativas, associações, organizações sem fins lucrativos, sociedades mútuas, *i.e.*, um conjunto de iniciativas privadas de interesse público (Defourny e Monzón, 1992). São organizações que, possuindo enraizamento local praticam atividade produtiva e distribuição de bens e serviços em contexto de

cooperação e solidariedade mútua (Desroche, 1983). Essas organizações operam sob um certo número de valores, princípios e regras que caracterizam seus processos de decisão, os seus objetivos, a distribuição de excedentes (Defourny e Develtere, 2000). Assim, esse conjunto de organizações reinvestem o excedente dentro de um princípio altruísta com pressupostos de criatividade e inovação, orientados para mudar uma situação social local insatisfeita (Laville *et al.*, 2006). Ademais, esse conjunto de organizações tem em seu âmago uma forte caracterização híbrida de processo social que estabelece um elo entre o desenvolvimento económico, o desenvolvimento social e o desenvolvimento ambiental (Dimaggio e Anheier, 1990, Evers e Laville, 2004). Portanto, por sua natureza, origem e missão, essas organizações estão inclinadas a inovação social e ao compromisso com o DLS (Amaro, 2011).

Para Salamon e Anheier (1998c) o terceiro setor é uma das grandes inovações do século XX. Porquanto o terceiro setor equilibra aspetos organizacionais positivos que estão presentes tanto na burocracia do setor público, como a equidade e a previsibilidade, quanto no setor privado, como a eficiência e a flexibilidade. Desta forma, o terceiro setor difere tanto do setor público quanto do setor privado; do primeiro por inoperância e do segundo por ser dirigido pela obtenção de lucros máximos sem a preocupação da equidade. No entanto, a inovação social pela qual deveria ser reconhecido é, no entendimento desses autores, uma realidade obscurecida por todo um conjunto de conceitos que escondem a sua existência e indicadores estatísticos. Diante disso, apesar da sua relevância, este setor não tem uma definição clara com apoio unanime, é, pois, um setor pouco explorado no contexto social da sociedade moderna o que torna difícil acompanhar a sua evolução.

Amitai Etzioni (1972: 314), quando cunhou o termo terceiro setor, definiu-o como um setor que se localiza na esfera social. Um setor alternativo entre o Estado e o mercado que é preenchido por organizações que são capazes de combinar o espírito empresarial e a eficácia organizacional da empresa de negócios com a orientação do bem comum como da administração pública do Estado. Devido a este entendimento sobre essas organizações, o autor se refere ao terceiro setor como o espaço constituído por “*organizações para o futuro*” (Etzioni, 1973: 318).

As primeiras pesquisas de Amitai Etzioni e de Theodore Levitt que abordam o terceiro setor foram realizadas nos domínios dos estudos organizacionais⁹⁴. Etzioni publicou, em 1972, – *The Untapped Potential of The Third Sector*, em que defende uma mudança de orientação da política social do governo americano da época⁹⁵. Por conseguinte, em 1973, Levitt publicou – *The third sector: new tactics for a responsive society*, e propugnou as OTS como meios de ação utilizáveis para obter os melhores resultados tanto em empreendimento económico e social, bem como, político.

As primeiras instigações de Etzioni⁹⁶ e de Levitt em torno terceiro setor são levantadas para saber o que fomentava os indivíduos a associarem-se em forma de organizações não mercantis, e sobre as causas pelas quais tais organizações deveriam formar um setor. Mas também o que conduzia essas organizações em torno da sua eficácia, eficiência e efetividade na oferta de bens e serviços à sociedade civil. Observa-se que Etzioni chegou mesmo a discutir as OTS como uma alternativa negligenciada pelo setor público. Por conseguinte, o autor descreveu iniciativas de bens e serviços executadas por OTS, experiências intermediárias entre o Estado e o mercado, e que, em parceria com o Estado, poderiam garantir a prestação do serviço público com a redução da máquina pública. No argumento de Etzioni (1972:42) isso ainda poderia conduzir a um maior elo e comprometimento por parte dos envolvidos nessas organizações com a qualidade dos serviços prestados. Aduz Lorentzen (2010) que Etzioni e Levitt compartilhavam da mesma inquietação com a fraca legitimidade do mercado, bem como do Estado, como sistemas institucionais de promoção do *Welfare State*⁹⁷. Todavia, o principal interesse de Levitt era o aparecimento do terceiro setor como algo inusitado,

⁹⁴ No campo das ciências sociais, a origem das pesquisas sobre as OTS, apesar de surgirem nos domínios dos estudos organizacionais, como é apontado por autores anglo-saxões e francófonos, elas possuem um viés inclinado para a sociologia económica e das organizações (Laville, 2000). Esse viés, também pode ser perceptível nos primeiros estudos do sociólogo Waldemar Nielsen, publicados em 1979, *The Endangered Sector*, e logo a seguir, em 1980, *The Third Sector: keystone of a caring society* (Corry, 2010; Lorentzen, 2010; Taylor, 2010).

⁹⁵ Cf. <http://www.gwu.edu/~ccps/etzioni/A84.html>

⁹⁶ Observamos que Amitai Etzioni, muito antes de cunhar o termo Terceiro Setor, em 1961, publicou o livro *A Comparative Analysis of Complex Organizations: On Power, Involvement and their Correlates*, no qual expressa suas ideias sobre os motivos pelos quais as pessoas se envolvem com associações.

⁹⁷ Explica Sílvia Ferreira (2000: 25), ao fazer referência a Leal (1998: 89), que o termo *Welfare State* foi usado pela primeira vez em 1941, por William Temple, contrapondo o termo *Power State* da Alemanha nazi. No entanto, foi William Beveridge que, no seu relatório de 1942, *Report on Social Insurance and Allied Services*, cunhou-o no sentido pelo qual agora se conhece.

uma espécie de contracultura, um desprazer geral com as coisas e valores, como elas são.

Voltando-se à observar as Figuras 6 e 8, no Capítulo 2, percebe-se que a sociedade civil na década de 1970 se deparava em um ambiente de relevantes discussões e transformações ecossocioeconómicas. Ainda nesse cenário, outra linha de pensamento deu relevo ao terceiro setor como um conjunto de organizações ativistas de mudança social e/ou do movimento ecológico cujos procedimentos administrativos internos dessas organizações são também baseados na solidariedade mútua. Na perspetivação de Levitt (1973), incluso de Santos (2002b) o momento propiciava um maior ativismo social incitado pela sociedade civil na formação de organizações e movimentos sociais. Em similaridade, Levitt (1973) e Santos (2002b) anotam que o *homo faber* buscava por uma sociedade mais justa, e por isso promovia movimentos que açulavam o comportamento do governo, das empresas e das burocracias educacionais para um grau mais elevado. O que Levitt sublinha: “*as burocracias são rígidas e não respondem a problemas ordinários humanos e sociais*” (Levitt, 1973: 15).

3.2.2. IDENTIFICAÇÃO CIENTÍFICA DO TERCEIRO SETOR

O termo terceiro setor, na conceção de Ferreira (2009b:322), insere-se na esfera do Estado-Providência e do Estado desenvolvimentista, principalmente à sua crítica, às suas crises e às suas mudanças. A autora comenta que foi a partir da crise do Estado-Providência que se proliferam pesquisas no âmbito do terceiro setor, já identificadas como organizações sem fins lucrativos, fora da esfera estatal e de mercado (Ferreira, 2000). Completando o pensamento de Sílvia Ferreira acrescenta-se o excerto *infra*.

Obviamente, muitas das iniciativas e relações designadas agora de terceiro setor existiam anteriormente, algumas precedendo a intervenção do Estado em muitas áreas, enquanto outras cresceram em consequência de programas do Estado-Providência. Porém, estas iniciativas não eram descritas como setor até à década de 1970 (Ferreira, 2009b:322).

Explica Carvalho Ferreira (2009)⁹⁸, que foi a partir do anos setenta que as iniciativas de OTS surgem com maior acuidade socioeconómica e formam espontaneamente um facto novo: as redes de sociabilidades inclinadas ao DLS. Em outro momento, Carvalho Ferreira e Guerra (1994) e Castel e Borja (2001) anotam que a formação de rede sociabilidade decorre impulsada pelo movimento da globalização. Como explicam esses autores, naquilo que seria a sociabilização da informação, da aprendizagem social e da aculturação acionadas pelas redes de Tecnologia Informação e Comunicação (TIC).

Para Carvalho Ferreira (2007d) este movimento de iniciativas de OTS vem a ser reflexo também das incertezas socioeconómicas resultado do progresso do fator produção/trabalho no mundo das empresas, da ciência e da técnica no quadro da racionalidade instrumental do capitalismo. O carácter dos fenómenos promotores de exclusão dos indivíduos nas sociedades hodiernas não é suscetível de socializar e controlar no quadro institucional e formal do Estado e do mercado (2006: 351).

[...] o terceiro setor personifica uma evolução histórica integrada, de princípio e práticas, com uma geografia cultural e humana específica, [...] resultado dos dilemas contemporâneos que a sociedade civil é forçada a assumir, perante as contingências da crise do Estado e do mercado, nas suas múltiplas dimensões (Carvalho Ferreira, 2007d:14).

Assim, entende Carvalho Ferreira (2006) que, a aceitabilidade dos excluídos ascenderem para o mundo da outra economia pelas perversões criadas deixa de ser uma

⁹⁸ Este autor desenvolveu uma brilhante linha de raciocínio sobre a crise do Estado e as suas diferentes dimensões, tanto no campo das políticas sociais, como das políticas económicas (ver com mais acuidade Carvalho Ferreira, 2006:342,343; 2007d). Cabe aqui, também recordar o pensamento de Rosavanllon (1995) quando discute a nova questão social sob a égide do Estado-Providência. Em unanimidade, Carvalho Ferreira e Rosavanllon sublinham que o Estado, no contexto da crise que se instalou após os trinta anos gloriosos de crescimento económico, perde a sua condição socioeconómica que lhe é absolutamente necessária para uma administração política do espaço/território. Além desses autores, Laville (2009: 8-12) anota esse mesmo período como um fio condutor para a sociedade associar-se em busca de melhores condições de trabalho e direitos de cidadania ativa.

alternativa positiva. Aclara o autor: “*não se admira que como processo de adaptação e de reacção a esta realidade, o Terceiro Setor seja uma solução possível e desejável para os seres humanos que se encontram nessa situação*” (*ipsis litteris* Carvalho Ferreira, 2006: 325).

Segundo Laville e Roustang (1999), a expressão terceiro setor sobreleva-se mundialmente com a proliferação de OTS imbuídas de resolver os problemas socioeconómicos no local, um desafio de uma parceria entre o Estado e a sociedade civil. Sobretudo as parcerias no sentido de resolver os problemas causados pela crise do Estado-Providência, desaceleração da economia, o aumento do desemprego e a crise ambiental de norte a sul, explicam os autores. Neste contexto, aduzem Defourny *et al.* (2000) e Almeida (2005), o manifesto do terceiro setor incitou o universo académico a estudos em que firmou o termo e a investigar o carácter das OTS e a sua força económica, o seu papel central na economia moderna em âmbito de globalização, local e supranacional.

Pode-se afirmar que o acelerado progresso tecnológico, a partir século XX, conduziu o *homo faber* a viver em um sistema de vida globalizado, incitando-o a buscar formas diversificadas de trabalho em equilíbrio ecossocioeconómico. Assim, na moderna sociedade, o *homo faber* reaviva outros modos de organizações que revelam uma economia plural, criativa, geradora de inovação social e compromissada com o desenvolvimento local sustentável. Como já mencionado no Capítulo 2, o berço desses factos deu-se, por um lado, pela estagnação do crescimento económico e pela crise económica que começou a se instalar a partir da década de setenta; por outro, pelas consequências do crescimento industrial e os danos provocados no meio ambiente, tudo isso aliada a transformação do papel do Estado.⁹⁹ Na esfera desses acontecimentos, no local, o *homo faber* aglutinou-se em movimentos sociais, *i.e.*, criou-se assim, um ambiente de procriação das organizações de gestão coletiva por todo o mundo, circunstância sem precedentes para ignorar a sua realidade (Santos, 2002b). Em comum

⁹⁹ Sobre a transformação do papel do Estado pode-se analisar com maior profundidade os estudos de Sílvia Ferreira, nomeadamente – “*O papel das organizações do terceiro setor na reforma das políticas públicas de protecção social. Uma abordagem teórico-histórica*” –, tese de mestrado registada na bibliografia desta tese.

acordo Ferreira (2009b) e Almeida (2010) ratificam que é nesse cenário que o terceiro setor se desenvolve progressivamente...

As primeiras análises económicas contemporâneas do terceiro setor surgem nos anos 1970 e, a partir daí, desenvolvem-se a um ritmo bastante rápido novas teorias constantemente sujeitas a revisões, desenvolvimentos e reformulações. Fortemente inspiradas na tradição neoclássica e concebidas a pensar na realidade norte-americana, desde muito cedo esbarraram com a complexidade de um setor que nunca coube na elegância formal dos modelos neoclássicos (Almeida, 2010: 36).

Fora da “*elegância formal dos modelos neoclássicos*”, o terceiro setor possui uma identidade singular em um contexto de economia plural (Laville e Eme, 2000) com a sua gestão democrática e de participação cidadã.¹⁰⁰ Assim, o terceiro setor aparece sob outras formas de ação coletiva e de associativismo, sendo que essas organizações surgem imbuídas em reduzir as assimetrias socioeconómicas e conseguem propulsar outras configurações de trabalho e emprego para satisfazer as necessidades da população local (Corry, 2010, Lorentzen, 2010). Como observa Coraggio (2009) são organizações que formam uma autoprodução coletiva, redes de sociabilidade para a troca de conhecimento, sistemas de troca mercantil com a finalidade de reabilitar a economia local e, em especial, para a inclusão social. São organizações cujas raízes fixam-se no imo da história social, económica e ambiental do lugar, e esta é uma das suas características, seja em países desenvolvidos ou em desenvolvimento (Coraggio, 2002). A sua expressão demográfica e geográfica aponta uma tendência no sentido de sustentabilidade e de uma efetiva estruturação histórica de associações, cooperativismos

¹⁰⁰ Sílvia Ferreira explica-nos pessoalmente, quando do nosso encontro em entrevista para esta tese que os primeiros estudos sobre o terceiro setor ampararam-se em conteúdos teóricos da economia neoclássica, pondo em prática as teorias relativas a oferta e a procura para traçar o perfil, o carácter e o comportamento das OTS. O primordial entendimento dessa teoria foi a divisão da sociedade em setores. Essa divisão se dava conforme as finalidades económicas dos agentes sociais, sendo estes compreendidos como agentes de natureza jurídica pública ou privada. Portanto, o terceiro setor é diversas vezes concebido como um espaço institucional entre o Estado e o mercado. Na ideia que aqui se manifesta, entende-se o termo como uma expressão generalista que serve para englobar um universo organizacional, entre essas duas esferas, que emerge no espaço societal.

e mutualidades que não se pode negligenciar (Carvalho Ferreira, 2006: 325)¹⁰¹. Mas, é o recente despontar do terceiro setor e a sua atual dimensão ecossocioeconómica nas sociedades modernas que o destaca como um fenómeno ímpar, apontando o seu equilíbrio seja para a economia, como para o social, tanto de forma direta como indireta (Nunes, 2004).

Segundo Delors (2004:206-207), as pesquisas europeias aludindo a expressão terceiro setor, pela primeira vez foi em 1978, e isto ocorreu em França. Sobre esta referência de Delors, esclarece Ferreira (2009:323), que as alusões ao termo foram apontadas com o desassossego social na área do emprego e a crítica da relação salarial fordista, sugeridas pelas iniciativas de autonomia no trabalho. Por conseguinte, Delors (2004: 207) explica que no final dos anos 1970 ele, o autor, realizou um estudo para a Comissão Europeia intitulado – *La création d’emplois dans le secteur tertiaire: le troisième secteur en France* – em que analisou um grande número de organizações de natureza cooperativa e voluntária. Porém, somente em 1979 que Jacques Delors, em coautoria com Jocelyne Gaudin, publicou – *Pour la création d’un troisième secteur* (Delors, 1979). Nesse artigo, os autores discutem a criação de um terceiro setor coexistindo com o setor de economia de mercado e do governo na Europa. Mais ainda, o estabelecimento de um quadro jurídico e financeiro europeu que pudesse promover o desenvolvimento de iniciativas de organizações do terceiro setor.

A ideia de se ter um terceiro setor apoiado, atuando ao lado do setor capitalista, também foi sugerido por Alain Lipietz em 1984 à Comissão Europeia – *entre l’entreprise capitaliste et la fonction publique*. Na perceção de Laville (2000b), a importância da contribuição de Lipietz foi por um terceiro setor europeu ainda mais abrangente, ou seja, como uma estratégia de ampliação dos postos de trabalho e emprego. Mas esse também foi o posicionamento de Eme e Laville (1999) quando defenderam a ideia de apoio e promoção das OTS como novas práticas sociais numa abordagem pluralista do terceiro setor. Para Lipietz (2001), bem como Lallement e Laville (2000), o problema não consentia em expressar só os anseios da sociedade em

¹⁰¹ Também é importante lembrarmos que vários são os fatores que estão na origem do terceiro setor, em especial, segundo Carvalho Ferreira (2006), a sua história secular enquanto corpos sociais permeio na sociedade civil.

relação ao terceiro setor, mas das práticas dos atores que o compõem, além do ensejo do *homo faber* na construção socioeconómica perante a sociedade civil.

Para Defourny (2001) o trabalho de Delors e de Gaudin pode ser considerado como pioneiro. Todavia, Delors (2004: 208) sublinha que a invenção da expressão, e mesmo do conceito – terceiro setor –, deve ser visto em seu contexto histórico. Isto porquê, muitos foram os factos que marcaram o final da década de 1960 e o período de 1970 – 1980 na Europa. Em particular, o renascimento dos conceitos de associativismo e cooperativismo, sob a palavra de ordem – trabalho diferente –, nomeadamente em França, Itália, Suécia, principalmente entre os países nórdicos, afirma o autor. Com efeito, o renascimento dos conceitos de associativismo e de cooperativismo em contexto de trabalho diferente propiciou um maior volume de estudos que tiveram por objetivo o crivo do terceiro setor sob o estatuto de uma outra economia.

Na aceção de Quintão (2004:2) a expressão terceiro setor “*tem tido uma utilização crescente desde o final da década de 90*”. Todavia essa utilização do termo, de modo generalizado, na assunção de Defourny *et al.*, (2000:15) e de Carvalho Ferreira (2009:322) tem sido usado como “*fórmula genérica para uma realidade mais complexa*”. O que Carlota Quintão sublinha em conformidade com os autores aqui citados conforme excerto a seguir:

Este termo é utilizado genericamente para designar um conjunto de organizações muito diversificadas entre si, que representam formas de organizações de actividades de produção e distribuição de bens e prestação de serviços, distintas dos dois agentes económicos dominantes – os poderes públicos e as empresas privadas com fins lucrativos –, designados frequentemente e de forma simplificada, por Estado e Mercado (*ipsis litteris* Quintão, 2004:2).

Para Quintão o uso da expressão terceiro setor, em Portugal, apresenta vantagens principalmente por dois motivos: primeiro porque o grau de desenvolvimento de estudos nesta área é ainda incipiente. Segundo porque as características da realidade

empírica das OTS “*são híbridas em relação aos critérios de delimitação conceptual proposto pelas referidas tradições*” (Quintão, 2006: 9).

3.2.3. ASSENTE CIENTÍFICO SOBRE O TERCEIRO SETOR

A partir dos anos oitenta o conceito do terceiro setor tornou-se cada vez mais assente por cientistas políticos e sociólogos que buscaram conhecer quais as funções dessas organizações democráticas e como elas poderiam cumprir seu papel nas economias de mercado (Lévesque *et al.*, 2001). Neste sentido, a sociologia percebe o terceiro setor como veículo para a integração, participação e estratificação social, enfocando especialmente o engajamento cívico e, portanto, no nível micro da atividade individual (Laville, 2003). Assim os sociólogos estão interessados no potencial das OTS porque percebem-nas como alicerces de meios sociais por fornecerem ferramentas para a integração social, portanto, como transmissores de valores e normas a sociedade (Carvalho Ferreira, 2007d).

[...] a sociologia económica, enquanto objeto científico dotado de conteúdos singulares e de fronteiras próprias, pode ser definida como a ciência que estuda as atividades económicas de produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços incrustados em estruturas sociais e relações sociais. [...] o terceiro setor é um campo de atividade económica que procura adaptar-se e reagir às pressões da concorrência e da competição, geradas pela regulação do Estado, do mercado, da economia informal e da economia doméstica. De outro, é um setor que procurou, historicamente, constituir-se como uma alternativa ao Estado e ao mercado e que, hoje, procura novamente reconstruir essa missão, impulsionado que é pelas mudanças profundas em nível da organização do trabalho, da produção, da distribuição, da troca e do consumo de bens e serviços com características imateriais (Carvalho Ferreira, 2007d:1-4).

O terceiro setor é uma esfera intermediária entre o mercado e o Estado, segundo os estudos do anglo-saxão James Douglas que, em 1983, publicou *Why Charity? the case for a Third Sector*. No raciocínio deste autor as instituições, como universidades, instituições de caridade, sindicatos, e as missões religiosas são um resultado lógico das limitações da economia de mercado e da política democrática. Completa Douglas (1983): a ligação entre um programa utópico e o mundo real das organizações. Este setor é exatamente a interação entre uma ideia progressista e o setor privado envolvidos nos diversos domínios políticos que se traduz na capacidade de atração da sociedade civil. Porquanto, apreende Douglas (1987) que, as OTS agem para amenizar os desequilíbrios causados pelo setor público e pelo setor privado, mas não na condição de substituir a participação das organizações capitalistas, tão pouco o papel do Estado. Esse autor baseou os seus estudos na lei da caridade, na economia do bem-estar, na filosofia moral, na teoria política e na história da caridade para criar uma lógica original para o terceiro setor.

Nesta ágora corroboram as investigações desenvolvidas por Salamon (1987) para a linha que propende em defesa do terceiro setor como o fiel da balança entre o Estado e o mercado, respondendo rapidamente as necessidades específicas da sociedade civil. Para Salamon *et al.* (2000b) as OTS quando comparadas ao Estado se sobressaem com a capacidade de operar bens e serviços na esfera local, ajustando-se as necessidades do tecido social. Por outro lado, segundo os autores, relativo ao setor público e ao privado, o setor da sociedade civil pende pela falta de profissionalismo, insuficiência financeira e pela tendência à filantropia. Explicam Salamon e Dewees (2001) que o terceiro setor não é público, mas tem como objetivo gerar bens e serviços de carácter público, social, económico e cultural no meio em que atua. Ademais, completa Salamon *et al.* (2000a), as OTS inserem-se em áreas *e.g.*, da saúde, da educação, do trabalho e emprego, dos direitos humanos, do meio ambiente, do desenvolvimento local, etc. Essas áreas são assistidas por organizações não-governamentais, associações e cooperativas sociais, instituições sociais e fundações.

Por conseguinte, anota Defourny *et al.* (2000), que esta conceção anglo-saxão se volta mais para a denominação de organizações da sociedade civil não lucrativas, *i.e.*, *non-profit organisation*, *nonprofit setor* ou *independent sector*, o que corresponde ao

que os ingleses denominam como *voluntary organizations*. Todavia, na noção de outros estudiosos europeus, essas organizações, inclusive as cooperativas e as mutualidades, pertencem, principalmente, a um terceiro sistema, ou a economia social e/ou economia solidária (Laville *et al.*, 2000; CIRIEC, 2000b). Destarte, os estudos sobre o terceiro setor envolvem, de certo modo, uma dificuldade maior quanto à definição do objeto de pesquisa dada a profusão de termos e nomenclaturas empregadas para definir as organizações que diferem do sistema capitalista, *i.e.*, “*um espaço de vida social e de trabalho intermediário entre as esferas do Estado e do mercado*” (França Filho, 2002:9).

No campo acadêmico, o terceiro setor adquire maior notoriedade através dos diversos estudos publicados pela equipa de especialistas do *Comparative Nonprofit Sector Project* (CNSP) que firmam, cada vez mais, a expressão *nonprofit sector* (Anheier e Salamon, 1998; Salamon, *et al.*, 2000a). Estas pesquisas, além de importantes, são influentes e assentam-se nos trabalhos empíricos realizados em abrangência transnacional, através da investigação gerada pelo grupo internacional do CNSP (Salamon e Dewees, 2001, Franco *et al.*, 2006). Nesse contexto, o setor não lucrativo tem os seus elementos analisados sob o prisma histórico, político e filosófico (Salamon e Anheier, 1997, 1998a). Os diversos trabalhos da equipa do CNSP intersetaram informações e listaram algumas teorias económicas que até hoje contribuem para explicar e sistematizar a ideia de organizações do terceiro setor, ou mesmo responder por que surgem as organizações não lucrativas (Salamon e Anheier, 1998b; Salamon *et al.*, 2000b).

Focado sobre as teorias explicativas da emergência das organizações não lucrativas, os estudos do CNSP apontam algumas correntes teóricas que são fundamentais e também são passíveis de serem validadas. Neste âmbito elaborase uma síntese da proposta das correntes teóricas no campo do *nonprofit sector* a partir de diversos estudos publicados pela equipe do CNSP *cf.* Tabela 6, a seguir.

Tabela 6. Correntes teóricas no campo do *nonprofit sector*

TEORIA	EPÍTOME	CORRELAÇÃO	ÁREA DE ATUAÇÃO
Heterogeneidade	O <i>nonprofit sector</i> surge para satisfazer uma procura residual não coberta pela provisão governamental nem pelo mercado.	Quanto maior for o grau de heterogeneidade da população, mais importante é o <i>nonprofit sector</i> .	Educação Saúde Serviços sociais
Oferta	O <i>nonprofit sector</i> surge em virtude de empreendedores imbuídos de valores ideológicos, e não capitalista.	A dimensão e a importância do <i>nonprofit sector</i> depende da heterogeneidade social, cultural, étnica da população local.	Educação Saúde Serviços sociais
Teoria da confiança	Em favor de maior e melhor prestação de serviço, o <i>nonprofit sector</i> ganha mais credibilidade no seio da sociedade por não ter como objetivo principal o lucro.	Quanto maior a confiança da sociedade civil nas empresas lucrativas menor o tamanho do <i>nonprofit sector</i> .	Saúde Serviços sociais
Estado-Providência	A globalização e o progresso industrial aliado a TIC estimulou o movimento para o moderno Estado-Providência. Esse movimento fomentou um novo campo na economia: <i>nonprofit sector</i> .	A dimensão do <i>nonprofit sector</i> é inversamente proporcional a dimensão rendimento <i>per capita</i> .	Saúde Serviços sociais
Interdependência	Pode se estabelecer entre o Estado e o <i>nonprofit sector</i> , em determinadas circunstâncias, relações de cooperação. Em princípio, isso ocorre devido aos baixos custos de transação e as OTS antecedem os governos na prestação de bens públicos.	A dimensão das transferências públicas no total dos rendimentos do <i>nonprofit sector</i> tende a ser mais elevado quanto maior for o nível de despesa pública.	Educação Saúde Serviços sociais
Origens sociais	A base que sustenta o <i>nonprofit sector</i> centra-se no regime político de Estado e na estrutura da rede de sociabilidade local. Fundamenta-se no grau em que o tecido societal está comprometido com o regime político local, bem como, na autonomia da rede de sociabilidade.	A relação entre o volume de despesas governamentais e a dimensão do <i>nonprofit sector</i> sujeita-se ao regime político de Estado.	Educação Serviços sociais Cultura e recreio

Fonte: Elaboração própria a partir de Salamon *et al.* (2000b) e Salamon e Sokolowski (2004).

Para os autores, a partir deste trabalho, pode-se delinear uma noção clara que suporta as teorias, em especial da heterogeneidade, da confiança, da interdependência e das origens sociais. Por outro lado, Almeida (2004:6) observa que a maioria dessas teorias se originou em contexto americano, portanto, inaplicáveis à realidade europeia. O facto é que as OTS comportam-se de maneira única, e trazem em seu seio características do local onde são geradas, nesse caso, o contexto americano possui diferenças acentuadas e as suas organizações não lucrativas revelam especificidades próprias, díspar do espaço europeu.

O terceiro setor, para Salamon e Anheier (1998c) é, contraditoriamente, uma realidade obscurecida por todo um conjunto de conceitos que escondem a sua existência e indicadores socioeconómicos. Dito de outro modo, uma abordagem ontológica para o terceiro setor eleva-se a partir da necessidade crescente de informações básicas sobre este setor como resultado de um manifesto associativo, uma forma particular de comunicação entre a sociedade e seus diferentes atores. Para Salamon e Dewees (2001)

trata-se de uma reavaliação da atribuição do Estado e do mercado que está por detrás desse movimento e chama a atenção sobre o papel das OTS. Segundo Salamon *et al.* (2003), apesar da importância do terceiro setor, no entanto, essas organizações continuam sendo mal entendidas em quase toda parte, tornando-se difícil determinar, por falta de informação oficial, o que são realmente as suas capacidades e quais são os desafios que enfrentam. No entendimento desses autores, esta circunstância deu-se por negligência e/ou a pouca importância dada ao setor. Portanto, as questões substantivas solaparam informações e distorceram dados sobre a estrutura da vida económica das OTS enquanto compreensão mais profunda dos fatores que contribuem para o seu crescimento e/ou declínio. Entre outras razões, os autores anotam, ainda, que em função da diversidade conceptual que sempre caracterizou as OTS, os estudos tenderam mais em sobressair as diferenças do que as características comuns das organizações neste setor. Como consequência desta situação, o setor da sociedade civil, ainda hoje, vê-se prejudicado perante a sua condição em participar de importantes debates políticos. Além disso, é muita vez desafiado e/ou ignorado perante o seu potencial para contribuir para a solução de problemas prementes da sociedade moderna (Salamon *et al.* 2003: 1).

A premência desta área de pesquisa para a delimitação do conceito do setor da sociedade civil começou a despontar a partir do “Projeto Comparativo do Setor Não Lucrativo da Universidade John Hopkins (CNSP)”¹⁰² iniciado em 1980 e dirigido por Lester M. Salamon até os dias de hoje. Com o avanço desta investigação, a partir de

¹⁰² A realização desse projeto desde o princípio contou com uma equipa multidisciplinar. Foi composta por especialistas internacionais que ambicionavam conhecer o carácter das OTS e a sua dinâmica socioeconómica em contexto local. Esse projeto, a partir dos anos noventa ganhou maior amplitude e buscou, além de conhecer a dimensão do setor da sociedade civil, também encontrar respostas para a compreensão do como e do porquê dos seus diferentes perímetros. Mais detalhes sobre este projeto – *Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project (CNSP)* – <http://ccss.jhu.edu/> – Mas além do projeto de investigação internacional, essa equipa deu início a um significativo volume de informação científica através da criação de instituições específicas na área, a exemplo da Revista *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations* em 1990 – <http://www.istr.org/pubs/voluntas/index.htm> – a seguir, em 1992, a sociedade internacional para a pesquisa na área do terceiro setor – (*International Society for Third Sector Research - ISTR*) – nasceu com o propósito de tornar público a investigação científica, doravante a educação nos campos da sociedade civil, filantropia, e do setor sem fins lucrativos. A ISTR vem, desde então, empenhada na construção de uma comunidade global de estudiosos e outros interessados dedicada à criação, discussão e o avanço do conhecimento relacionado ao terceiro setor e o seu impacto na sociedade civil local com projeção desse bem-estar e desenvolvimento em âmbito global. A ISTR é constituída por investigadores de todas as partes do mundo e em todas as disciplinas. Mais informações: <http://www.istr.org/>

1990, o termo terceiro setor propendeu para a expressão – *nonprofit sector* – setor não lucrativo cunhado pelo grupo de investigadores da *John Hopkins* (Salamon e Anheier, 1997). Na verdade a dificuldade do projeto, já à partida, consistiu em definir quais seriam as OTS que se incluíam neste setor perante as suas características, portanto, essa foi uma das bases para a definição de uma das principais questões de investigação do grupo do CNSP (Salamon e Anheier, 1992)¹⁰³. O projeto investigou em 1991, em 13 países¹⁰⁴, distintas OTS, visando ...

[...] preencher as lacunas do conhecimento e enriquecer a nossa compreensão teórica sobre este importante setor em que se origina, assim, o primeiro corpo sistemático de informações sobre este crucial, mas há muito esquecido, conjunto de instituições no âmbito mundial (Salamon e Anheier, 1997: xi).

Porém, neste universo de estudo, diversas eram as terminologias referentes ao terceiro setor intrínsecas à sociedade analisada, *cf.* Quadro 1, mais à frente. Mas o problema ainda se estendia para duplos entendimentos de conceitos, *e.g.*, filantropia/setor não lucrativo, setor/subsetores, instituições formais/instituições informais, etc.

¹⁰³ Embora diversas eram as expectativas sobre o papel das OTS, a expectativa dos investigadores não moldava um entendimento claro sobre a natureza deste setor, tão pouco as suas reais capacidades. Assim, diversas eram as questões muito pouco exploradas que se sobressaíam neste íterim, *e.g.*, quanto a sua dimensão, estrutura, financiamento, relações com o governo, relações com instituições privadas, etc. Por conseguinte, Salamon e Anheier (1992) observaram que a falta de conhecimento sobre o papel das OTS complicava ainda mais o entendimento de diversos atores relativo ao contributo dessas organizações para o desenvolvimento económico e social do lugar.

¹⁰⁴ Compôs-se desse modo um universo de pesquisa formado por Alemanha, Brasil, Egito, Estados Unidos da América, França, Gana, Hungria, Índia, Itália, Japão, Reino Unido, Suécia, Tailândia.

Quadro 1. Terminologias do terceiro setor

Terminologia	Designação
Setor de caridade	Setor de utilidade social. Está voltado para a filantropia, motivado pelo altruísmo e a caridade. As organizações sobrevivem de doações oriundas da sociedade em geral, sendo que estas doações não são a sua principal fonte de rendimento.
Setor independente	Uma coalizão de organizações sem fins lucrativos, volta-se para a filantropia e o voluntariado. É tido como uma terceira força quando comparado ao Estado e ao mercado. A maior parte de seu rendimento vem de cotas, subsídios e contribuições. Todavia suas organizações são pouco independentes financeiramente.
Setor isento de impostos	Favorecido por uma isenção de impostos, dedica-se a caridade e a filantropia. Seus rendimentos são oriundos, sobretudo, de doações da sociedade civil e empresas privadas.
Setor de organizações não-governamentais	Formado por um grupo social organizado e caracterizado por ações de solidariedade no campo das políticas públicas e pelo legítimo exercício de pressões políticas em proveito de populações excluídas das condições da cidadania. Financia-se por doações da sociedade civil, empresas privadas e públicas e por subvenção do Estado.
Setor não lucrativo	O que não significa que as organizações dentro deste setor não pode ou não deve cobrar taxas ou gerar receita que excede as despesas (em outras palavras, fazer um lucro). Em vez disso, significa que entidades sem fins lucrativos, ao contrário de empresas, não existem para fazer dinheiro para os proprietários ou investidores.
Economia social	Expressão comumente utilizada no âmbito europeu. O seu universo é composto por diversos tipos de organizações, em especial pelas associações, cooperativas e mutualidades. Sobrevive, sobretudo, do excedente oriundo da produção de bens e serviços.

Fonte: Elaboração própria a partir de Salamon e Anheier (1992: 4-5)

Destarte, Salamon e Anheier (1992) buscam encontrar uma definição formal e legal para o setor da sociedade civil com base em definições mais palpáveis de significado científico. Assim, os autores delimitam que uma *i)* definição legal sobre uma organização sem fins lucrativos se fundamenta na lei de um país; que *ii)* uma definição económica e financeira destaca a fonte dos seus rendimentos; além disso, que *iii)* uma definição funcional ou dos propósitos salienta a importância dos objetivos e fins que estas organizações se dedicam. Perante a uma análise crítica os autores perceberam a dificuldade para aplicar, de início, a primeira condição de delimitação da expressão setor não lucrativo uma vez que cada país tem especificidade legal. Também a segunda condição não foi possível estabelecer termos comparativos somente às fontes de financiamentos porquê as OTS partilham outras importantes características em comum, *e.g.*, o voluntariado, a missão social, a natureza sem fins lucrativo, etc. Não o bastante, a terceira definição é subjetiva a partir do momento que por objetivo público

pode-se ter ideias bastante diferentes tanto no âmbito do país, como entre países, do ator social à comunidade.

Para atingir os objetivos propostos pelo CNSP, a equipa do projeto utilizou uma abordagem comparativa empírica aplicando-a num quadro comum, *i.e.*, uma definição estrutural e operacional (*cf.* Quadro 2). Esse quadro deu origem a um conjunto de definições e estratégias de coleta de informações a um grupo de associados locais nos países-alvo.¹⁰⁵ Ademais criou-se, neste universo de pesquisa, uma rede de sociabilidade que formou comités nacionais e um comité internacional de consultadoria para se debater o assunto e encontrar um consenso em torno do conceito. Este feito, segundo Salamon e Anheier (1992) e Salamon *et al.*, (2003)¹⁰⁶ acabou por dar maior cobertura, acompanhar e ajudar a divulgação dos resultados obtidos na investigação.

A criação da expressão – *nonprofit sector* – surgiu do facto de se encontrar um universo de organizações da sociedade civil sem fins de lucro, capaz de ser comparado mundialmente (Salamon e Anheier, 1997; Anheier e Salamon, 1998a e 1998b), *cf.* as características expressas no Quadro 2, mais à frente. Por conseguinte, uma das principais contribuições dessa investigação foi a elaboração de uma definição, eixo da estrutura operacional, a partir da qual foi possível levantar as OTS em cada país e compará-las entre si (Anheier e Kendall, 2001). A elaboração dessa definição foi muito importante para toda a sociedade científica, e até mesmo a ONU a incorporou com o

¹⁰⁵ Esta proposta, de início, teve o interesse de destacar e analisar a importância das relações entre o setor associativo e o Estado, as coletividades locais, a segurança social e as empresas e de procurar uma base mais segura para avaliar e comparar as políticas em favor do setor da sociedade civil. Diante disso, a questão elementar relaciona-se com a necessidade de explicar a maior ou menor presença deste setor nos diferentes países.

¹⁰⁶ O projeto CNSJ sobreleva-se por sua metodologia de natureza empírica que reforça a importância e a necessidade de ter dados sobre a realidade das OTS em moldes comparativo que abrange diversos países com diferentes níveis de desenvolvimento, especificidades e tradições religiosas, culturais e políticas. Neste contexto, observa-se que o universo da pesquisa integrou países que representam todos os continentes e praticamente todas as religiões. O contexto metodológico teve também um carácter colaborativo, integrando diversos parceiros nos lugares onde se realizou a investigação, além disso, como explicitado pelos autores, a metodologia ainda comportou uma envolvente consultiva com um diversificado número de parceiros e cuja participação ativa foi fundamental em algumas etapas do trabalho. A metodologia ainda suportou um perfil sistemático quando buscou utilizar uma definição comum, facilitando, assim, o processo comparativo (Salamon e Anheier, 1992:8-15; Salamon *et al.*, 2003: 4-6).

objetivo de melhorar a representação do terceiro setor junto às contas nacionais das nações membro (Franco, 2004, Franco *et al.*, 2006)¹⁰⁷.

Quadro 2. Características do setor não lucrativo (*nonprofit sector*)

CARACTERÍSTICA	CONDIÇÃO
Formalização	A institucionalização deve se manifestar de alguma forma.
Privadas	Separada do Estado institucionalmente.
Não distribuir excedentes	Obrigatoriedade de se reinvestir o lucro ajustado ao objetivo da organização.
Autoadministradas	Gerenciam suas próprias atividades.
Participação voluntária	Devem possuir na sua estrutura organizacional uma parcela significativa de voluntariados envolvidos em suas atividades.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Salamon e Anheier (1992, 1997); Anheier e Salamon (1998).

Com base no quadro acima, as organizações do setor da sociedade civil são reconhecidas mundialmente por serem *i)* organizadas. Possuem alguma estrutura de regularidade nas suas atividades. São *ii)* organizações privadas. Embora operando dentro da esfera pública e para o bem-estar comum. Atuam como *iii)* organizações sem fins lucrativos. Obedecem a não distribuição entre os membros e/ou funcionários da organização. São organizações cujo perfil de gestão se caracteriza por *iv)* autoadministradas ou capazes de gerir suas próprias atividades. Além disso, no âmbito de suas organizações há *v)* a participação voluntária que é uma característica chave das organizações sem fins lucrativos. Desse modo, as organizações do terceiro setor não pertencem ao setor público nem ao mercado, mas constituem um segmento muito

¹⁰⁷ Como um dos resultados das investigações do CNSP, a partir de 1993, a ONU divulgou um manual para orientar os países membros na definição das contas macroeconômicas: o Sistema de Contas Nacionais (*System National Account – SNA*), fundamentado na terceira versão de um outro sistema de classificação, o *International Standard Industrial Classification (ISIC)*. A classificação de contas nacionais do SNA configura-se em cinco grandes grupos, podendo as organizações não lucrativas serem classificadas junto as organizações públicas e privadas, na verdade esse método impede o claro e transparente dimensionamento do terceiro setor. Uma vez que este setor ganhou maior importância, um novo projeto foi elaborado e a equipa do CNSP uniu-se com o Departamento de Estatística da ONU para definir uma nova distribuição por classes pertinente das contas nacionais relativas as OTS, e assim apresentar dados mais evidentes e precisos em relação ao terceiro setor. Foi então que se criou a Classificação Internacional das Organizações Não Lucrativas (*International Classification of Nonprofit Organizations – ICNPO*). Para maior aprofundamento sobre o assunto ver Salamon e Anheier (1997), UN (2003), Salamon *et al.*, (2003).

específico das sociedades modernas. Embora essas organizações trabalhem em diferentes áreas cumprindo uma variedade de tarefas sociais, a abordagem do setor sem fins lucrativos sublinha que estas organizações têm características específicas em comum. Assim, há uma clara distinção entre as organizações sem fins lucrativos e as organizações do terceiro setor no sentido amplo e aceite pela sociedade mundial.

Amparada na definição tida como estrutura operacional da investigação do CNSP gerou-se, como já mencionado, a classificação internacional das organizações não lucrativas (*International Classification of Nonprofit Organizations – ICNPO*), cf. Tabela 7, *infra*. A partir desta classificação identifica-se doze diferentes categorias de atividades produtivas, tendo em consideração a principal atividade económica das organizações da sociedade civil, incluindo-se, inclusive, as funções de serviço e as funções de expressão, como já foi anotado anteriormente.

Tabela 7. Classificação Internacional das Organizações Não Lucrativas

Cód.	Área	Cód.	Área
1	Cultura e Lazer	7	Participação Cívica e Defesa de Causas
2	Educação e Investimento	8	Intermediários Filantrópicos
3	Saúde	9	Internacional
4	Serviços Sociais	10	Congregações Religiosas
5	Ambiente	11	Empresariais e Profissionais, Sindicatos
6	Desenvolvimento	12	Outros

Fonte: Salamon e Anheier (1992:18), Franco *et al.* (2006: 7)

A partir dos resultados levantados nas primeiras investigações, Salamon e Anheier (1998a, 1998b) sublinham a importância económica e social das OTS para o local. Para os autores as OTS atuam em diversas áreas, como já anotado anteriormente, em especial no campo da educação e investigação, da saúde, dos serviços sociais, da cultura. Assim, esclarecem os autores, que este setor se destaca por sua pluralidade de formas e a variedade de fontes de financiamentos que originam a sua receita. Além disso, no decorrer do tempo em que o projeto foi se desenvolvendo com novas pesquisas e ampliação do seu universo de análise, a equipa do CNSP apreende que o terceiro setor possui um potencial muito superior ao que é de facto publicado. Os

resultados estatísticos sobrealçam a diversidade do setor da sociedade civil e as funções que as OTS realizam, ultrapassando a sua capacidade de ser um mero fornecedor de serviços e empregador de mão de obra excluída do mercado. Ao avançar com os estudos, Salamon *et al.* (2003:20) corroboram que as OTS são organizações naturalmente inovadoras, aptas a identificar e responder as necessidades sociais não satisfeitas pelo Estado e o mercado, prestando serviços de qualidade e necessários a sociedade local.

Todavia, se por um lado a definição estrutural e operacional do terceiro setor proposta pelo CNSP atingiu uma boa aceitação e até a ONU adotou-a no contexto da ICNPO, por outro essa definição pode ser interpretada mais no campo da pesquisa e recenseamento. Segundo Defourny e Pestoff (2008) essa definição tomou um sentido reducionista e serve a propósitos operacionais, mas não serve para chegar a compreensão do que é o terceiro setor na sua totalidade. Algumas organizações possuem, indiscutivelmente, as características e as condições de terceiro setor, seja qual for o significado atribuído ao termo. Este é o caso *e.g.*, de organizações em sistema de voluntariado, ONG e/ou as que se limitam a objetivos políticos e para o desenvolvimento social e cultural. No entanto, as coisas ficam mais difíceis com relação as organizações que fornecem bens e/ou serviços para a sociedade. A inclusão ou exclusão dessas organizações vai depender da definição utilizada.

Para Almeida (2004) as OTS são, portanto, geralmente consideradas organizações que obedecem a não distribuição de lucro, permitindo exclusivamente o reinvestimento de lucros e não a sua distribuição entre os sócios e/ou colaboradores. Mas, as empresas sociais, componentes-chave do terceiro setor, são definidas como organizações ou associações que, explicitamente existem para beneficiar uma comunidade de modo mais amplo cuja busca de lucros são limitados aos fins de reinvestir e promover os objetivos sociais da organização. Todavia, conclui Almeida (2005) que, de facto, é visível a dificuldade em se demarcar o conceito de terceiro setor de modo que atenda as características de suas iniciativas associativistas que possuem uma realidade heterogénea tanto na América quanto na Europa.

Salamon *et al.* (2003) esclarecem que a definição não abrange formas individuais de ações de cidadania, porém, envolve determinadas formas organizacionais coletivas como os movimentos sociais e as cooperativas comunitárias com objetivos de solidariedade. Assim, ao se referirem as organizações que se enquadram nas cinco características delineadas *cf.* Quadro 2, exposto anteriormente, os autores, convenientemente, difundem o termo por organizações da sociedade civil (*civil society organizations*) ou setor da sociedade civil (*civil society sector*). Porém, todas as demais expressões já anotadas até aqui também são de uso comum, *i.e.*, setor não lucrativo (*nonprofit sector*), organizações não lucrativas (*nonprofit organizations*), etc. Entrementes, Salamon *et al.*, (2003:8-9) enfatizam o termo *civil society* para estabelecer uma maior condição de amplitude e união, porém ainda não atende as OTS no contexto europeu.

3.2.3.1. PORTUGAL: UMA AMOSTRA DA PESQUISA CNSP

Raquel Franco¹⁰⁸ investigou o terceiro setor em Portugal como parte do universo da pesquisa do CNSP (Franco *et al.*, 2006). Este estudo revelou que o setor não lucrativo em Portugal possui uma história rica com características peculiares desenvolvidas pela sociedade civil ao longo do tempo, influenciada por quatro grandes impulsos históricos. O primeiro impulso histórico está relacionado a herança da igreja católica no local. O segundo relaciona-se a longa tradição do mutualismo originada após a Revolução Industrial. Este facto decorreu porque muitos trabalhadores foram afetados por uma relativa mudança socioeconómica; essa situação induziu a livre iniciativa da sociedade civil de se organizar em associações de ajuda mútua para responder àquelas necessidades. O terceiro momento comporta a história política do país que se sucedeu por longos quarenta e oito anos de ditadura, a mais longa entre os países da Europa ocidental. O quarto momento se refere a transição democrática ocorrida após o 25 de

¹⁰⁸ O Projeto CNSP em Portugal foi coordenado por Raquel Franco, Faculdade de Economia e Gestão, Universidade Católica Portuguesa, Porto. Como assistentes desta investigação: Vera Pinto Leite, Marta Ribeiro, Mariana Costa, Carlos Azevedo e Liliana Fernandes.

Abril de 1974. Segundo Franco *et al.* (2006) foi esta recente transição que fortaleceu a confiança do Estado nas organizações do terceiro setor.

Embora a democracia tenha fomentado o desenvolvimento do terceiro setor em Portugal, a sua influência limitou-se a um pequeno campo de atividade, especialmente o fornecimento de serviços sociais (Franco *et al.*, 2006:2). Segundo a autora, o relatório final “*O Setor Não Lucrativo Português Numa Perspectiva Comparada*” revela que este setor tem pela frente alguns desafios, os mais críticos, entre eles, são:

- dar maior publicidade sobre o setor;
- fortalecer o enquadramento legal;
- aperfeiçoar a capacidade da sociedade civil;
- estreitar laços na rede de sociabilidade local e nacional, entre os setores público, privado e a comunidade.

A investigação liderada por Raquel Franco pode esclarecer algumas questões, entre elas, tornar público o que é o terceiro setor em Portugal. Identificar quais são exatamente as empresas que compõem e caracterizam este setor. Esclarecer como se define o terceiro setor em Portugal de modo ser possível compará-lo internacionalmente. Como se registou no Quadro 2, exibido anteriormente, para comparar fidedignamente as realidades do terceiro setor com as de outros países, a equipa do CNSP deu uniformidade a definição de setor não lucrativo e classificou as OTS que compõem este setor. Entretanto, somente quando o conjunto de países alargou-se para 38 países, entre eles Portugal, a definição e características do setor não lucrativo precisou novamente ser revista para se ajustar em termos de comparação. Por este motivo, na análise das cinco grandes características estruturais e operacionais que definem as OTS, a equipa portuguesa do CNSP fez algumas observações a estes critérios que definem o setor não lucrativo português (Franco *et al.*, 2006). Para melhor observação e aprendizado elaborou-se o Quadro 3, a seguir.

Quadro 3. Características das organizações não lucrativas

Características	Significado	Condição
Organizadas	São formalizadas com alguma estrutura e regularidade nas suas atividades relativas ao seu objetivo cuja comprovação dá-se por meio de reuniões de membros associados regulares e um conjunto de procedimentos de tomada de decisões reconhecidas legitimamente por seus participantes.	Para o CNSP exclui-se as uniões temporárias de pessoas sem estrutura ou identidade organizacional. Embora, podem ou não ser grupos formalmente constituídos ou legalmente registados. Necessariamente devem possuir um grau significativo de estrutura interna e permanência temporal.
Privadas	São institucionalmente separadas do governo.	Para o CNSP a organização não lucrativa não faz parte da administração política do Estado. Tão pouco pode possuir conselhos administrativos formados por parcela significativa de representantes do Estado, ou seja, podem possuir representantes do setor público, mas a estrutura básica da organização é privada. Pode receber apoio financeiro do setor público.
Não distribuidoras de lucro	São organizações sem objetivo capitalista, todo lucro é reinvestido na organização, dentro do seu objetivo.	Diferente das organizações mercantis, as organizações não lucrativas deixam de ter o lucro como razão fundamental de sua existência, seja de modo direto ou indireto. Para o projeto CNSP as OTS não redistribui ou repassa o lucro aos diretores, associados ou gestores.
Autogovernadas	Possuem os seus próprios mecanismos de governação interna.	Estão aptas a cessar a sua atividade e a controlar todas as suas operações.
Voluntárias	Possuem um corpo de voluntariado.	Esse comportamento nas OTS reporta-se a livre associação, sem o compromisso forçado por lei. Pode ser como membro, participar ou contribuir em tempo ou com doações financeira.

Fonte: Elaboração própria, a partir de Franco *et al.* (2006:5-6)

A partir dessa revisão, e maior delineamento das características das OTS, pode-se esclarecer que o terceiro setor português é um setor da economia composto por empresas diferentes das organizações mercantis, configurando-se por grupos informais como grupos formalmente registados. As empresas que compõem o terceiro setor português são de natureza privada e visam benefícios coletivos, todavia não são integrantes do setor público. Para Franco *et al.* (2006:4) esta abordagem estabelece diferenças das definições económicas, *“uma vez que essas definições excluem as organizações do setor da sociedade civil se estas recebem apoio significativo do setor público.”* Ainda neste contexto, o terceiro setor português é formado por organizações que não auferem lucros e, portanto, não são mercantis. Importa explicar que estas organizações estão voltadas para os benefícios coletivos e que algumas visam o benefício coletivo privado, ou seja, não necessariamente correspondem aos benefícios públicos. No raciocínio de Franco *et al.* (2006:6) o critério de não distribuição de lucros assemelha-se ao critério benefícios públicos empregado em algumas definições da

sociedade civil, porém tal coisa ocorre sem detalhes de que exatamente são benefícios públicos válidos a serem considerados para todos os países. Na ideia que aqui se delineia, este pensamento teórico fundamenta-se especialmente na cultura da sociedade local cuja população pode ou não ter o costume de apoiar voluntariamente as organizações sem o objetivo de auferir dele lucro posterior. Para Franco *et al.* (2006) este tipo de comportamento do tecido social pode comprovar de que a sociedade local portuguesa percebe nas OTS algum benefício público.

Anota Franco *et al.* (2006:8) que quando o projeto CNSP estabeleceu o critério da não distribuição de lucros para as OTS esbarrou num grande dilema, nomeadamente em Portugal. Tal critério deu-se para estabelecer a diferença entre as organizações sociedade civil das empresas como as cooperativas e mútuas de grande dimensão que dominam indústrias bancárias e seguradoras em muitos países da Europa. Todavia as cooperativas e as sociedades mútuas fazem parte da história que dá origem a economia social na Europa e também em Portugal, assunto que será analisado mais à frente neste capítulo.

Com relação ao projeto do CNSP, em Portugal, a condição de não distribuição de lucros excluiu também as cooperativas comunitárias ao serviço de luta contra a pobreza ou com fins de solidariedade social. Neste sentido, esclarece Franco *et al.* (2006) que a condição de OTS se tornou mais adequada pela inclusão de uma definição unificada do setor da sociedade civil. Assim fez-se uso de um sistema de classificação que diferencia as OTS em suas singularidades. Este sistema de classificação, como já aludimos, é a Classificação Internacional das Organizações Não Lucrativas (*International Classification of Nonprofit Organizations – ICNPO*)¹⁰⁹. Por conseguinte, esta inovação criou, também em Portugal, um quadro de leitura para classificar as organizações não lucrativas de modo que se possa compará-las internacionalmente, como pode-se observar na Tabela 8, a seguir.

¹⁰⁹ Em 7 de Julho de 2011 o Instituto Nacional de Estatística (INE, I.P.), em Portugal, publicou os resultados da Conta Satélite das Instituições Sem Fins Lucrativos (CSISFL) referente o ano 2006. A implementação da CSISFL, ainda sob a forma de um projeto-piloto, decorre pela necessidade de avaliar de forma exaustiva a dimensão económica e as principais características do setor não lucrativo em Portugal (INE, I.P., 2011: 5).

Tabela 8. Nomenclatura Internacional das Instituições Sem Fins Lucrativo (ICNPO)

Grupos		Subgrupos	
1.	CULTURA E RECREIO	1100 1200 1300	Arte e cultura Desporto Clubes sociais e Outras actividades recreativas
2.	EDUCAÇÃO E INVESTIGAÇÃO	2100 2200 2300 2400	Ensino primário e secundário Ensino superior Outros serviços de educação Investigação
3.	SAÚDE	3100 3200 3300 3400	Hospitais e reabilitação Casas de saúde Saúde mental e apoio psicológico Outros serviços de saúde
4.	SERVIÇOS SOCIAIS	4100 4200 4300	Serviços sociais Emergência e resgate Apoio e manutenção do rendimento
5.	AMBIENTE	5100 5200	Ambiente Protecção animal
6.	DESENVOLVIMENTO E HABITAÇÃO	6100 6200 6300	Desenvolvimento económico, social e comunitário Habitação Emprego e formação
7.	LEI, DIREITOS E POLÍTICA	7100 7200 7300	Organizações cívicas e de defesa de direitos dos indivíduos Serviços legais Organizações políticas
8.	FILANTROPIA E PROMOÇÃO DO VOLUNTÁRIO	8100 8200	Fundações para o financiamento Outros intermediários filantrópicos e promoção do voluntário
9.	ACTIVIDADES INTERNACIONAIS	9100	Actividades internacionais
10.	RELIGIÃO	10100	Associações e congregações religiosas
11.	ASSOCIAÇÕES PATRONAIS, PROFISSIONAIS E SINDICATOS	11100 11200 11300	Associações patronais Associações profissionais Sindicatos
12.	NÃO ESPECIFICADO	12100	Não especificado

Fonte: CSISFL (2011: 24)

Na interpretação de Franco *et al.* (2006) a outra característica que define as organizações que compõem o setor não lucrativo português refere-se a autonomia de gestão. As OTS podem possuir um ambiente de gestão coletiva, alicerçadas em meios de operação e planeamento próprio, sem o controle de entidades externas. Além disso, as organizações do setor não lucrativo devem possuir um quadro de voluntariado que varia de acordo com a natureza da atividade por ela desenvolvida.

Este conjunto de características (*cf.* Quadro 3) que define as OTS portuguesas reúne as mais diversas organizações que compõem o setor não lucrativo fundamentadas em pontos comuns, sob o ponto de vista do projeto CNSP. O fator determinante que delimita o setor não lucrativo português é a interação dessas organizações que se reinterpretam e se condicionam às características que foram definidas, como explica Franco *et al.* (2006).

Estas cinco características definem um setor da sociedade civil que é abrangente, envolvendo organizações formais e informais, religiosas e seculares, organizações com pessoas remuneradas e outras com alguns voluntários, ou só constituídas por voluntários, e organizações a desempenharem funções essencialmente de expressão – como defesa de causa, expressão cultural, organização comunitária, protecção ambiental, direitos humanos, religião, defesa de interesses e expressão política – bem como aquelas que desempenham essencialmente funções de serviço de saúde educação, sociais (*ipsis litteris* Franco *et al.*, 2006:6-7).

Para Franco *et al.* (2006) a definição estrutural e operacional do setor não lucrativo aplicou-se bem ao contexto real das OTS, facto se comprova pela Tabela 7, exposta anteriormente, que alude a extensão do setor não lucrativo português. Nesse setor as pessoas têm a oportunidade de unir interesses individuais ao coletivo e agruparem-se em sistemas empresariais democráticos e de gestão coletiva. Ademais, ajuntarem-se em novos modelos de empresas comprometidos em atender as necessidades socioeconómica da comunidade e do desenvolvimento local sustentável. Os autores ainda esclarecem que no cenário português está patente um conjunto de organizações não lucrativas que, sem dúvida, se diferenciam tanto do setor privado quanto do setor público. Comumente usa-se os termos instituições de solidariedade social e setor social para descrever esse conjunto de organizações. Embora o uso fosse inadequado ao fazer referência ao setor da sociedade civil, consoante a definição do CNSP.

Em Portugal, segundo Nunes *et al.* (2001), Nunes (2004) e Franco *et al.* (2006) a referência do termo terceiro setor usualmente encontra-se expressa pelo conjunto de empresas que compõem:

- Organizações ou instituições sem fins lucrativos ou não lucrativos;
- Economia social;

- Economia social e solidária;
- Economia solidária;
- Terceiro sistema;
- Economia alternativa;
- Setor das organizações da sociedade civil.

Diante dessa profusão semântica, explicam os autores que em Portugal as organizações da sociedade civil têm possibilidade de adotar diferentes formas legais. Estas formas podem ser em modelo de associação, fundação, instituição de desenvolvimento local, misericórdia, museu, organização não-governamental para o desenvolvimento, associação mutualista, cooperativa (Nunes *et al.*, 2001; Nunes, 2004); Franco *et al.*, 2006).

Porém, aqui cabe-nos fazer uma observação. Neste conjunto de formas legais a associação mutualista difere da organização mútua. A associação mutualista é uma forma de organização legalmente autorizada para funcionar em assistência a melhores benefícios, sem o carácter de distribuição de lucros. A condição de organização mútua ou sociedade mútua é baseada no *princípio do mutuality*. É o tipo de organização que existe para fornecer serviços comuns a todos os membros da organização ou a sociedade cujo excedente que é gerado desta atividade é reinvestido para o benefício dos membros. Geralmente funciona em sistema de bancos ou uma companhia de seguros. As empresas mútuas estão legalmente enquadradas sob a condição de economia social e não de organizações sem fins lucrativos.

A outra diferenciação para o caso português, com relação ao termo, é o de cooperativa. Há as que tem proibição legal de distribuir o lucro, outras podem distribuir o excedente entre os membros associados. Na primeira condição estão as cooperativas de solidariedade social e as cooperativas de habitação e construção, portanto, são organizações que se enquadram no estudo do CNSP como instituições não lucrativas. O segundo modelo de cooperativa, as que produzem bens e serviços e cujo excedente pode ser reinvestido e distribuído entre os membros associados, fazem parte da economia social, portanto, fora da esfera de organizações sem fins lucrativos.

Esta análise, com base no estudo elaborado por Nunes *et al.* (2001), Nunes (2004) e Franco *et al.* (2006), relativo ao conjunto de expressões sobre o setor não lucrativo, corrobora para as discussões de que a expressão do termo terceiro setor pode variar de intensidade e profundidade de acordo com a conjuntura sociopolítica de cada país. Em termos gerais, independente da forma ou da expressão, as OTS portuguêsas carecem de maior consciência social e política sobre a sua importância para o desenvolvimento local sustentável. Melhor seria se as OTS se percebessem como uma rede de sociabilidade concreta e coesa, lúcida de sua própria condição ecossocioeconómica. Todavia, o estudo liderado por Raquel Franco revela que o terceiro setor posiciona-se como um movimento revolucionário nos papéis sociais tradicionais do tecido social português em que se compromete, através da inovação social, a gerar trabalho e emprego. Assim, este setor é um espaço de participação e experimentação social, capaz de prospetar novos modos de pensar e agir sobre a realidade social do país. A afirmação do terceiro setor enriquece a dinâmica social das organizações não mercantis acompanhando uma área com importância económica e social crescente como pode-se observar na análise sobre o desenvolvimento do terceiro setor, elaborada mais à frente.

3.2.4. CRÍTICA A ABORDAGEM ANGLO-SAXÃO

Aduz Laville (2000a) que a definição de *nonprofit sector* é mais do que estabelecer uma lista de características que limita a classificação das OTS. O autor anota que a opção de usar a expressão *nonprofit sector* por parte dos autores americanos se firma no critério da não distribuição de lucros. Assim, a expressão setor não lucrativo nega às OTS, *e.g.*, as cooperativas, as associações e as mutualidades a sua condição de economia social e solidária (Lallement e Laville, 2000; Laville 2000a). Diferente dessa conceção, a abordagem europeia, não estabelece a fronteira entre organizações lucrativas e sem fins de lucro, é, pois, como Laville (2000a) sublinha, por organizações capitalistas e empresas sociais.

O terceiro setor ou terceiro sistema não é uma definição que corrige os pontos cegos de uma economia de mercado. É, pois, segundo Evers e Laville (2004), um conjunto de organizações híbridas que agem mutuamente engrenadas, mas que não definem linhas de demarcação claras em torno de um setor. Esses autores refutam o quadro anglo-saxão de rivalidades entre o Estado e o terceiro setor, devido ao costume de cooperação no cenário europeu. A maior resistência depara-se no campo da economia, entre a economia de mercado e outras economias (Laville, 2000c). Todavia, os estudos de Anheier e Kendall (2001) apontam que até mesmo no ambiente anglo-saxão o hábito de cooperação tem maior relevo comparado à conjectura de separação e do antagonismo entre o Estado e o terceiro setor.

No entendimento de Lallement e Laville (2000), excluir as cooperativas e as mutualidades foge do contexto europeu em princípio porquê essas organizações têm importância na história das sociedades europeias. Por conseguinte, elas são criadas na mesma filosofia das associações, como uma iniciativa de empreendedores sociais cujo objetivo é atender um interesse mútuo e não a maximização do lucro. No talhe jurídico, o *nonprofit sector*, singularmente está ligado a conjuntura norte-americana, sendo assim, não há uma ligação histórica de tradição primordial de Estado Social. Para Corry (2010) o costume do termo – *nonprofit sector* –, sobressai em certas características organizacionais específicas, desde que observadas sob o ângulo de visão funcionalista.

Explica Ferreira (2009:325) que o quadro analítico, na conceção anglo-saxão, apresenta-se inadequado para o verdadeiro cenário europeu e de muitos países onde iniciativas populares de produção e comercialização suportam comunidades inteiras socioeconomicamente. Além disso, a definição de *nonprofit sector* ainda implica uma interpretação inflexível do critério de não lucrativo. Fere o comportamento das organizações associativas e cooperativas imbuídas pela participação cidadã em que o excedente é distribuído e reinvestido na organização, o que lhe dá autonomia, sustentabilidade financeira e qualidade de vida ao trabalhador.

Compreende-se a dificuldade de se demarcar as fronteiras do terceiro setor em virtude de existir nesta esfera um cúmplice conceito que responde as falhas de mercado e do Estado, apresentando desse modo inúmeras zonas cinzentas de transição entre os

setores. Além disso, alguns estudos sustentam um ponto de vista comum, defendem que não é a total ausência e considerações de lucro que define uma organização do terceiro setor, mas sim o grau em que esses motivos são superados por outros (Osborne, 2008; Lorentzen, 2010). Diante disso, segundo Taylor (2010), existe uma definição mais ampla e um pouco diferente cujo principal critério para se definir se uma organização pertence ao terceiro setor é o facto de que a organização é gerida de uma forma que assegura que o excedente é potencialmente utilizado e reinvestido ao lado de critérios sociais. Neste caso a organização é regida por um grupo de atores afins, em sistema de gestão coletiva e democrática e dentro de um consenso de uma economia diferente, social ou solidária. Esta segunda definição reconhece que muitas organizações do terceiro setor têm uma importante dimensão económica e um objetivo económico, este é o caso das cooperativas e mutualidades, mas também de novas formas de empresas sociais (Evers e Laville, 2004).

Em termos de semântica, França Filho (2002), Evers e Laville, (2004) observam que poderia se dizer que é a não-aceitação de que as OTS, como um novo setor da economia busca soluções para a crise social e económica, e, pois, pode gerar autonomia financeira. Neste âmbito alguns estudos revelam o terceiro setor como uma construção social ou mesmo um fenómeno que desafia a teoria económica neoclássica e a noção total de mercado (Nyssens, 2000)¹¹⁰. No entendimento de França Filho (2002) a literatura anglo-saxão é dominante e a sua interpretação do terceiro setor firma uma abordagem autêntica desse termo em âmbito mundial. Para Laville e Eme (2000), Evers e Laville (2004), o terceiro setor explica-se principalmente pelo insucesso do mercado quanto à redução das assimetrias informacionais, como também pela falência do Estado na sua capacidade de atender as necessidades minoritárias. Aliam-se a esses autores, Nyssens (2000) e Almeida (2010) explanando que a entrada do terceiro setor nas falhas

¹¹⁰ Nyssens (2000: 552) expressa “*tout marche*” referindo-se às teorias económicas anglo-saxões de inspiração neoclássicas, aludindo-se ao facto de que aquelas se desenvolvem a partir de uma perspetiva mercantil. Portanto, na interpretação da autora, para tais teorias, o terceiro setor é um fenómeno esquisito, perceptível na média em que complementa o papel do mercado como ente regulador da economia.

do mercado e do Estado é um argumento desenvolvido por economistas de inspiração neoclássica.¹¹¹

Como interpreta França Filho (2002:11), seus pressupostos representam a base imprescindível de uma visão liberal da economia, delimitando o terceiro setor como um espaço que surge compartimentado, complementar, *vis-à-vis* do Estado e do mercado. Nesse sentido, segundo Nyssens (2000), percebido como um setor à parte, em condições de se adaptar às duas formas históricas que constituem o Estado e o mercado. Assim, esclarece França Filho (2002) que a interpretação do termo terceiro setor, sob essa perspectiva, pode, em alguns casos, servir como justificação ideológica do descontrato do Estado em termos de ação pública.

Nesta linha de raciocínio pode-se dizer que o termo terceiro setor, na procedência anglo-saxão, reflete apenas o cume do *iceberg* que representa este oceano de organizações não estatais e não mercantis na Europa (Defourny e Develtere 1999b). Definições comumente usada pela equipe do CNSP – *nonprofit sector* –, abrange o grupo de OTS que, a primeira vista, desempenham um papel menor na economia quando comparado com a definição de OTS no conceito da equipa de pesquisadores europeus (Delors, 2004). Na perspectiva francófona, segundo Monzón *et al.* (2003), a definição de economia social abraça um maior número de organizações que possuem importante dimensão ecossocioeconómica local. Além disso, podem ser consideradas como atores que contribuem, mais e melhor, para a economia em virtude dos seus objetivos sócio económicos comprometidos com o desenvolvimento local sustentável (Monzón e Chaves, 2012).

Diante disso, a expressão – *nonprofit sector* – não apresentou um carácter consensual em território europeu. Pelo contrário, como aduz Almeida, 2010, sofreu, e ainda sofre, severas críticas, pois surge de comparações negativas entre as ações da esfera pública e privada. Justifica Coraggio (2007c), porquanto as OTS são organizações originadas por um grupo de atores com o objetivo explícito de beneficiar o

¹¹¹ Ver a esse respeito a tese de doutoramento de Vasco Almeida, (2010), onde o autor aprofunda a investigação sobre o Terceiro Setor com o viés da teoria económica, mas também o trabalho de Marthe Nyssens (2000) em que a autora analisa o terceiro setor em ambiente anglo-saxão sob o prisma da teoria neoclássica.

desenvolvimento local, gerar trabalho e bem-estar social, em que os interesses materiais de investidores de capital estão sujeitos a limites. Como explica Borzaga e Santuari, 2003, foge, desse modo, ao consenso da sociedade científica francófona, excluir as cooperativas e as mutualidades do contexto das organizações não capitalistas. Pois, para além da sua importância sócio/histórica, elas emergem na mesma filosofia das associações cujo objetivo prevalece a satisfação de um interesse mútuo e a não maximização do lucro (Evers e Laville, 2004).

A finalidade maior do terceiro setor consiste na possibilidade do desenvolvimento sempre mais integral do ator social, do tecido social, e o progresso medido pela realização das condições que favorecem a sociedade como um todo, como um DLS. Desta forma, não se trata de opção, mas urge buscar novas formas para superar os problemas ecossocioeconómicos. O terceiro setor abre um leque de possibilidades, dentro de um caminho democrático e participativo, concebendo, mediante a solidariedade, uma nova lógica para a organização da produção. Diante dessa afirmativa, inúmeras pesquisas têm revelado que o terceiro setor tem crescido em número e relevância, contribuindo para a geração de emprego, para a inclusão social, para a participação democrática e para a construção de uma comunidade mais promissora. Neste contexto Laville assevera que ...

É preciso romper com a ideia segundo a qual só existe uma forma de empresa: a sociedade de capitais. Não há um único princípio de mercado: não há um único tipo de empresa; não há uma única motivação humana baseada no material e no lucro. Existem outras motivações que podem ser incluídas, como a solidariedade e que pode representar um fator organizador da produção. (Laville, 2003:7)

Apesar de todo esse contrassenso, pode-se dizer que a definição de terceiro setor acabou por influenciar os estudos na linha teórica das organizações sem fins lucrativos, em especial no âmbito americano. O critério para essa definição distingue que uma economia nacional pode ser conceituada como tendo três setores: o setor público, a economia privada e um terceiro setor. Para Corry (2010) o terceiro setor representa as organizações criadas voluntariamente por atores diversos, em perfil de gestão coletiva,

democrática e solidária com o objetivo de responder as necessidades sociais. Completa o autor: a ideia de terceiro setor sugere que essas entidades em conjunto, porém diversificadas, formam um todo coerente, um setor de forma distinta e dentro de uma lógica de prática social independente de ser organizações não lucrativas.

Com efeito, fora dos Estados Unidos da América encontra-se outros tipos de OTS, as quais, como já se mencionou, não se enquadram na definição da equipa do CNSP, mas que são consideradas como OTS, nomeadamente de economia social ou solidária. Diante da análise de diversos autores, o problema é um só: o desentendimento incide em função do lugar e do contexto histórico. Ou seja, a interpretação do conceito com relação a definição do termo exprime o sentido ao modo de cada um, incluindo ou excluindo determinados componentes/elementos/organizações. Neste ínterim, o trabalho organizado por Cattani *et al.*, (2009) revela que diversas são as denominações associadas ao termo no contexto de uma outra economia¹¹², *e.g.*, terceiro setor, setor não lucrativo, setor sem fins lucrativos, terceiro sistema, economia solidária, economia social, economia social e solidária, economia popular, economia comunitária, nova economia social, etc. Também, Nunes *et al.*, (2001: 20) esclarecem que essas denominações variam de acordo não só com a nacionalidade ou com as preocupações de rigor académico, mas ainda com o posicionamento ideológico e até religioso induzidos pelos autores que a esta realidade se referem.

Para França Filho (2002) a dificuldade em se distinguir a expressão terceiro setor, economia social, economia solidária, entre outros termos, incide nas confusões terminológicas em torno da nomenclatura. Na visão de Almeida (2010) essa incongruidade consiste na pouca produtividade académica, ou seja, a área científica urge por de um maior número de pesquisa pormenorizando o assunto.

A nível académico, apesar do interesse recente pelo seu estudo se tenha vindo a refletir na realização de

¹¹² Nesta publicação “Dicionário Internacional da Outra Economia” organizado por Cattani *et al.*, observa-se pelo título de cada verbete, e a explicação dada por autores variados, que a multiplicidade de termos utilizados para designar esta realidade constitui uma abundância, porém, esta também pode ser a sua desvantagem para um melhor reconhecimento.

inúmeras conferências, debates e no aparecimento de revistas especializadas e de centro de investigação e, ainda, na publicação de um número crescente de trabalhos empíricos e teóricos nos mais diversos países, o terceiro setor continua a ser ainda uma área sub-explorada, o *continente* perdido na paisagem da moderna teoria social (Almeida, 2004: 2, grifo do autor).

Explica Almeida que boa parte dos estudos académicos se originam da escola americana de microeconomia em que as suas teorias fundamentam o seu núcleo analítico no esclarecimento da emergência das organizações não lucrativas, por meio de diversos fracassos institucionais do Estado e do mercado. Todavia, diversos autores, *e.g.*, França Filho (2002), Evers e Laville (2006) e Osborne (2008), explicam que a perceção de terceiro setor de forma generalizada é um equívoco. Isto porque tal compreensão inviabiliza a apreensão do significado detalhado que comporta cada uma das expressões, quais sejam, terceiro setor, economia social e economia solidária.

Com efeito, diferenças importantes subjazem às noções de terceiro setor, de economia solidária, de economia social [...], ligadas não somente aos diferentes contextos sociopolíticos em que emergiram esses termos, mas também a interpretações distintas acerca do papel que desempenham essas práticas e/ou iniciativas na sociedade, especialmente no que se refere ao lugar que elas devem ocupar em relação às esferas do Estado e do mercado. Dito de outro modo, as diferenças entre esses termos estão relacionadas à construção de um discurso próprio (a cada um deles). Tais discursos vinculam-se, evidentemente, aos seus respetivos contextos específicos de realidade (França Filho, 2002:10).

No raciocínio de França Filho (2002) e de Amaro (2009a), para se conhecer melhor os significados dos termos – terceiro setor, economia social e economia

solidária, deve-se analisar o local e a sua história social em que se constroem essas categorias. Além disso, como alude França Filho (2002), o que especificadamente representa a origem dessas expressões na sua ideia e no seu conceito. No entanto, explicam Defourny *et al.*, (2000:19) que mesmo que ainda sendo imperfeita, a denominação de terceiro setor, e seja ela grafada em inglês ou francês, ou qualquer outra língua, sem dúvida é a que mais suscita amplo acordo entre os cientistas no âmbito internacional. Ratificam esses autores, incluso Ferreira (2000), que o termo terceiro setor se atesta com o nome da associação internacional criada em 1992 – *International Society for Third-Sector Research (ISTR)*. Segundo o *European Research Network (EMES)*¹¹³ o termo terceiro setor é frequentemente usado porque ele, o termo, aparece como uma expressão neutra, livre de uma ligação antecessora a qualquer tradição teórica ou ideológica. Isso, no entanto, acaba por confirmar que a mesma expressão – terceiro setor –, pode ter interpretações diferentes.

Compreende-se que os estudos sobre o terceiro setor têm revelado interpretações diversificadas associadas à capacitação de atores e mesmo do tecido societal (empoderamento) na identificação e na resolução a velhos e novos desafios sociais. Concomitante, o fomento a sustentabilidade ecossocioeconómica, da autogestão e da democraticidade, inerentes a estas respostas, tem desencadeado a multiplicação de conceitos que, não sendo sobrepostos, apresentam dimensões próximas e até comuns. Neste sentido, aborda-se, *e.g.*, conceitos já antigos, como o de economia social e outros mais recentes, como de economia solidária.

¹¹³ Anota Hespanha (2009: 197-198) que a Rede EMES deve o seu nome ao primeiro programa de investigação realizado por ela sobre a emergência das empresas sociais na Europa. O subtítulo da Rede é mais claro sobre os seus objetivos: “*construir conhecimento sobre a economia social e o empreendedorismo social na Europa*”. Em geral, ela estuda as organizações do terceiro setor que, embora cada vez mais importantes na Europa e em toda a parte, ainda são mal conhecidas e estudadas. A investigação da EMES centra-se principalmente na realidade europeia e difere um tanto da que é feita em outros continentes, devido sobretudo à história das instituições e das políticas europeias. A EMES associa instituições e indivíduos que fazem investigação multidisciplinar de alto nível sobre a diversidade do terceiro setor e sobre o modo como as empresas e as organizações do terceiro setor se integram nas respetivas sociedades. Cf. www.emes.net

3.2.4.1. A ECONOMIA SOCIAL NA ESFERA DO TERCEIRO SETOR

Elucida Amaro (2005b:2-4) que “o reacendimento do conceito de economia social dá-se no princípio dos anos oitenta, com a globalização e o agravamento dos problemas sociais, porém “a história da economia social na Europa liga-se à história da afirmação das sociedades industriais e do capitalismo”. Todavia, segundo Demoustier (2006b) é somente a partir de 1990 que a comunidade científica europeia avança com estudos mais profundos sobre as OTS no contexto da economia social. Aduz a autora que esses estudos identificam que a economia social, numa Europa mais alargada, constitui-se por uma ampla gama de OTS com atividades e potencial de fornecer oportunidades para a população, além de ações que envolvem as pessoas em iniciativas de regeneração da economia local.

A nova economia social é mais económica. Embora não fazendo disso o seu objectivo principal, aceita que em determinadas circunstâncias possa ter lucro como meio para manter os seus objectivos. E deste ponto de vista, não pode ser só social, tem de ter em conta o mercado, os critérios de gestão; tem de ser mais eficiente, sem perder o social; passou a ter outras preocupações, com o património, o ambiente, a preservação do espaço rural, as novas formas de turismo, os serviços de proximidade (*ipsis litteris*, Amaro, 2005b: 4).

Assim, por economia social é atribuído o desenvolvimento de atividades económicas relacionadas à organização de pessoas no exercício da democracia económica associada à utilidade social. No entendimento de Defourny (2009:156) pode-se estender o campo de significados quando se junta a essa definição o conceito de solidariedade e, ainda, a hibridação de recursos mercantis, não mercantis e não monetários. Diante disso apreende-se que a economia social compõe a esfera do terceiro setor. Ao lado da economia social atua a economia pública (primeiro setor institucional) que visa satisfazer o interesse geral e a economia capitalista tradicional (segundo setor). Neste contexto diversos são o entendimento que ligam a economia social à economia solidária. Neste universo estão o associativismo, o cooperativismo, as mutualidades e

recentemente incorporou-se as fundações como forma de organização da atividade produtiva. Portanto, por economia social denomina-se um ...

Conjunto de empresas privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de associação, criadas para servir as necessidades dos seus associados através do mercado, fornecendo bens e serviços, incluindo seguros e financiamentos, e em que a distribuição pelos sócios de eventuais lucros ou excedentes realizados, assim como a tomada de decisão, não estão diretamente ligadas ao capital ou às quotizações dos seus associados, correspondendo um voto a cada um deles. A economia social também inclui empresas privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de filiação, que prestam serviços de não mercado assistindo famílias e cujos eventuais excedentes realizados não podem ser apropriados pelos agentes económicos que as criam, controlam ou financiam (Monzón e Chaves, 2012: 23).

O conceito de economia social contrapõe a definição de setor não lucrativo, visto que a relação com o Estado social na sociedade europeia é constitutivo das experiências associativa. Argumenta (Laville, 2003:20) que para se conceber o terceiro setor europeu é indispensável transpor seu entendimento como “*espaço suplementar da economia*”, e observá-lo sob o prisma de “*um elemento que interage historicamente com o Estado*”. No entendimento sobre a historicidade, Defourny e Develtere (2000)¹¹⁴ sublinham que a noção de economia social apresenta como herança um conjunto de doutrinas e práticas transmitidas de geração em geração, fundamental para o ambiente europeu.

¹¹⁴ Em “*The social economy: the worldwide making of a third sector*”, in *Social Economy: North and South*, Defourny e Develtere (2000:17-47) aprofundam a descrição histórica de economia social no mundo. Segundo esses autores, embora as expressões da economia social, a partir do século XX, tenham surgido na Europa, mais precisamente em França, sua pré-história remonta às formas mais antigas de associações humanas. Com pormenores que aqui não cabe descrever, os autores relatam que a economia social vem desde o Egipto dos faraós, perpassa pela antiguidade greco-latina, delinea-se pela Europa da Idade Média, estende-se na China Imperial ou mesmo na América Pré-Colombiana. Circunscrevendo-se em todos os continentes, a economia social configurava-se na existência de agrupamentos profissionais, religiosos ou artísticos, ou sistemas diversificados de ajuda mútua.

Como explica Chaves e Monzón (2007), o historicismo da economia social apresenta uma convivência social com o movimento associativista operário da primeira metade do século XIX na Europa. Sendo que esse movimento traduziu-se numa dinâmica de resistência popular. Dando origem a um grande número de experiências solidárias e de ampla influência ditado pelo ideário do cooperativismo, do associativismo e do mutualismo, todos configurados na ajuda mútua, complementa Laville (2011). No entendimento de Carvalho Ferreira (2009:6) foi o único modo que o *“movimento social operário encontrou para suprir a sua situação de miséria e pobreza económica, foi a de criar instituições baseadas na conceção solidária, auto-organização e autogestão”*. Desde então o movimento associativista cerziu a utopia de que um mercado autorregulado pode gerar um debate político sobre a economia ou as condições do agir económico, aduz Carvalho Ferreira (2005). Além disso, assevera Laville (2011), foi esse dinamismo, incitado pelas iniciativas associativistas, que, ao negar a autonomia do aspeto económico nas suas práticas, diante dos demais aspetos vigentes, *e.g.*, social, político, cultural, etc., ganhou a alcunha de economia social.

Compreende Carvalho Ferreira (1998) que o ideário de transformação social não passou pela conquista do poder político estatal, mas pela possibilidade de difusão das experiências associativas. Assim, esse ideário colocou a supremacia do lugar no próprio modo como se operou a economia local, multiplicando-se as condições de produção em um clima de economia social (Laville, 2011). Destarte deu-se a conhecer o movimento associativo ou movimento de sociologia utópica, pensamento defendido por Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1837), Louis Blanc (1811-1882) e Robert Owen (1771-1858).¹¹⁵ Assim, a emergência da economia social é uma longa história

¹¹⁵ Esse modelo de economia denominado como socialismo associativo enquadra-se nos ideais de socialismo utópico. Nos países ocidentais, múltiplas iniciativas em modelo de cooperativas e mútuas surgem mesmo antes de serem reconhecidas legalmente como tal. Pensadores como H. de Saint-Simon, C. Fourier, R. Owen, W. King, Proudhon, entre outros, vivenciaram o capitalismo na sua origem com todas as suas contradições e conflitos, com todas as explorações sobre a classe operária, muito próprias das novas relações sociais de produção implantadas na Europa ocidental. Portanto, o associativismo operário e camponês do século XIX inspira-se em diversas correntes de ideais socialistas, o que marca todo o caminho da economia social e assinala o seu pluralismo político cultural, desde a sua origem até os dias de hoje. Desse modo, o socialismo associativo desempenha papel fundamental junto ao socialismo utópico. Acreditavam os pensadores do socialismo utópico, que os princípios de uma sociedade melhor ocorreriam com a implantação do sistema socialista de forma lenta e gradual, estruturada no pacifismo, inclusive na boa vontade da própria burguesia. Essa expressão se vulgariza no discurso marxista os quais,

social e intelectual, marcada pelas contribuições e reflexões de um grande número de pessoas e implementações de diferentes tipos de iniciativas.

Neste contexto Chaves e Monzón (2007) esclarecem que as experiências de economia social, na sua origem, expressavam um aspeto de luta política referente as questões do direito ao trabalho. Segundo Laville (2011), já naquela época as organizações desenvolvidas no centro da economia social surgem como opções de organização do trabalho, diferenciando-se da forma de trabalho assalariado erigido pela empresa capitalista.¹¹⁶ Recorda-se Carvalho Ferreira (2009) que o capitalismo já nasceu explorando o operário e constringendo a sociedade europeia trabalhadora ao desemprego e a paupérie, portanto, as OTS brotam dos setores populares formadas por um conjunto de indivíduos que se reúnem para um fim comum.

Essas iniciativas coletivas se convertem em experienciais que, no decorrer da história, transformam, aos poucos, o conteúdo de sua prática em razão de um forte movimento de especialização e de profissionalização gestonária (Carvalho Ferreira, 1997; Amaro, 2011; Laville, 2011). Comportamento tal que está alicerçado sobre as lógicas funcionais impostas pelo setor público e/ou replicadas do setor privado.

Esclarece Namorado (2004) que no decorrer do tempo o setor público reconhece as ações empreendidas pelo movimento associativo e ortogalhe a existência legal mediante a elaboração de quadros jurídicos. Todavia, segundo o autor, essa identificação legal leva por separar o que o movimento associativo original teve intenção de aglutinar, porém concebe os estatutos de organização cooperativa, mutualista e associativa. Por sua vez, essa divisão da economia social em estatutos jurídicos consolida-se gradualmente a partir da segunda metade do século XIX para o século XX. Tal organização legal conduziu as OTS a se isolarem em função dos seus respetivos estatutos jurídicos e parcialmente integrarem-se ao sistema económico capitalista.

por oposição, se auto denominava socialistas científicos. Ambas as expressões refletem assim dois modos distintos de conceber a transformação do sistema capitalista.

¹¹⁶ Anota-se que junto aos autores marxistas encontra-se um rico estudo historiográfico sociológico a respeito da elevada exploração do trabalho e das condições de vida da classe operária nos primórdios do capitalismo.

Neste sentido as cooperativas adentram a economia mercantil (Namorado 1999). Essas organizações passam a ocupar nomeadamente os “*setores de atividades capitalista que permaneciam fracos*” Laville (2000:532). Neste contexto, explica Defourny (2001) que as organizações mutualistas são parcialmente incorporadas à economia não mercantil praticada pelo Estado. Essa dinâmica organizacional reflete, sob a ótica interna, a própria mudança no perfil dos quadros que a constitui. Ou seja, como sublinha Carvalho Ferreira (2009), os trabalhadores idealistas do movimento operário, pouco a pouco, são substituídos por profissionais de perfil técnico burocrático cuja presença exerce domínio nessas organizações.

Segundo Amaro (2005b), a importância técnica ou funcional da organização sobressai o seu projeto político de economia social. Em um primeiro e longo tempo, a abordagem de uma economia social e solidária, configurada por organizações autogestionárias, autossustentáveis e comprometidas com o desenvolvimento local perde expressão em contexto europeu. Assiste-se no seu lugar o desenvolvimento de uma economia social que se torna altamente institucionalizada ao longo do século XX, explica-nos Amaro (2005b). Em que pese, o papel dessa economia social basicamente se limita àquele de uma espécie de prolongamento do aparelho do Estado (Amaro, 2009a).

Por conseguinte, uma maior atenção à economia social partiu da consciencialização da existência de alguns problemas remanescentes ajuntados a outros mais atuais a pervagar o tecido social sem, contudo, encontrar soluções no setor público e privado (Namorado, 2009b). Desta forma, a economia social representa uma arena onde pode participar diversos agentes socioeconómicos com objetivo de contribuir para a resolução desses problemas. Portanto, composta por OTS, a economia social abrange extenso espaço de atividades, *e.g.*, serviços de assistência ao emprego, formação profissional e ao empreendedorismo, habitação, assistência social, serviços de diversas áreas, melhoria do meio ambiente, etc. Embora as OTS podem ser administradas como negócios eficientes, o seu interesse principal não reside na maximização do lucro, mas na capacitação social e no processo de criação de novas formas de trabalho (Laville *et al.*, 2006).

A economia social, portanto, marca a atividade económica com a missão social, segundo Lévesque (2009). Diante disso, as iniciativas de economia social baseiam-se em princípios que atendem as necessidades do local mais prementes. Neste sentido, trata-se de uma cooperação eficaz. Uma interdependência e participação ativa dos cidadãos na vida social e bem-estar económico das comunidades que integram o local (Lévesque, 2009). Suas ações esmeram-se na (re)criação de uma sociedade mais igualitária, inclusiva e mais democrática, na promoção de maior justiça social e igualdades de direitos, corroboram Monzón *et al.* (2003) com o argumento de Lévesque.

Aduz Favreau (2005b) que historicamente a economia social tem provado ser uma ação coletiva e de mobilização social, caracterizada por três níveis. Em primeiro pelas necessidades socioeconómicas da população (necessidades). Em segundo tem-se o ideal do tecido social que busca firmar sua própria identidade (identidade). Em terceiro o interesse coletivo de compartilhar um projeto de sociedade democrática e justa (interesse). Esta mobilização, para o autor, é geralmente feito a montante e a jusante dos movimentos sociais que animam as atividades económicas que combinam iniciativas de solidariedade, proximidade e laços de confiança. Assim, o viger relativo a economia social aponta para as classes trabalhadoras que sempre buscaram por melhorar as suas condições de trabalho. Destarte, consoante Favreau (2008), a cooperação alia-se a necessidade e esta situação de necessidade e interesse cria uma primeira dimensão de cariz socioeconómica compondo, desse modo, o quadro analítico para melhor compreender a economia social atualmente. Esclarece o autor que a identidade coletiva do ator social se estende além de pertencer ao mesmo grupo; ela (a identidade) colmata-se no objetivo comum de viver em conjunto, portanto, a partir da associação e cooperação, atingir a democracia e o bem-estar coletivo.

Na ideia que aqui se delinea o ambiente da economia social envolve uma plêiade de pessoas que trabalham para introduzir, de modo democrático, um novo modo de relacionamento com a economia, uma economia mais ética, moral, humanizada, social e solidária. Esta ação coletiva tem o propósito de se trabalhar em modelo de organização democrática, e assim fazer negócios de forma diferente na dimensão social, económica e política (*cf.* Quadro 4, mais à frente), conferindo-lhes o sinónimo de

inovadoras, compromissadas com o DLS. Neste contexto importar anotar o entendimento de Namorado, conforme o excerto que se segue ...

A economia social é hoje uma constelação de esperanças. Pode-se mesmo dizer-se que a esperança é um dos seus verdadeiros princípios motores. Por isso, o realismo presente no quotidiano das organizações que a integram não as impede de viverem em função de um futuro que se quer melhor. Na verdade, ela é uma constelação de esperança que busca a sua razão de ser em realidades e problemas concretos (Namorado, 2004: 1).

Neste âmbito a reflexividade é essencial nos vários sentidos da ação humana, e esta é uma propriedade de indivíduos sob o prisma de que a boa sociedade é uma questão de engenharia social, e não política. Assim, segundo o nosso pensamento, é um erro crasso tratar grupos como se fossem análogos a indivíduos. Portanto, a partir da existência real deste setor específico, uma rede de sociabilidade, enfatiza o compromisso do *homo faber* em ações coletivas, movimentos inovadores estabelecendo pontes e sinergias com outras dinâmicas ecossocioeconómicas de DLS.

Quadro 4. Ação coletiva no contexto da economia social

AÇÃO	PROPÓSITO	DIMENSÃO
Associação e/ou cooperação	Assistir as necessidades ecossocioeconómicas mediante organizações democráticas.	Social
Empreender	Atuar de modo diferente no mercado produzindo bens e serviços.	Económica
Inovação social	Diversidade e criatividade de integração dos atores sociais com os mais diversificados interesses ecossocioeconómicos.	Política

Fonte: Adaptado de Favreau (2005b: 10)

A partir do entendimento de Favreau e com base no Quadro 4:200, apreende-se os seguintes pontos básico a respeito da economia social:

- 1) As OTS não têm por finalidade servir os interesses dos detentores de capital, mas cumprir funções sociais, assegurando que suas atividades, de modo conjunta e explícito, promovem a viabilidade económica e a utilidade social.
- 2) As OTS são formadas por atores que se associam para responder às necessidades básicas de um grupo ou de uma coletividade local.
- 3) Nas OTS as estruturas e regras estão orientadas para a participação democrática e não reportam ao poder em função do capital detido.
- 4) As OTS desenvolvem atividades coletivas de apoio e/ou produção de bens e serviços.
- 5) As OTS têm um património coletivo (Favreau, 2005b: 9).

Argumenta o autor que a partir desta noção básica pode-se realizar outras combinações, *e.g.*, realçando-se a dinâmica organizacional e o modelo de cooperativismo; a dimensão política e a transformação social através de políticas públicas dirigidas ao DLS, etc. Dilucida Demoustier (2006b) que as referências contemporâneas abordam a economia social numa dinâmica de organizações cujas coerências de ação estão entre o setor público, o setor privado e a economia doméstica, sobressaindo-se nos seus objetivos e nos seus princípios comuns. A autora ainda anota que, de modo complementar, pode-se considerar duas grandes abordagens sobre a economia social. A primeira pode ser intitulada de jurídico-institucional em que considera todo o tipo de associações, sendo que estas estão imbuídas no objetivo de responder as necessidades da sociedade, abstraindo-se da sua dimensão. A segunda, de cunho normativo, sobreleva as características comuns que aproxima as OTS uma das outras no conjunto das organizações da economia social.

De modo geral, pode-se dizer que a economia social se refere a atividades económicas realizadas pelo *homo faber* que persegue um interesse coletivo. A economia social inclui, assim, as empresas e as organizações que combinam modos de criação (produção, comércio, finanças) e gestão privada, mas coletiva (associativa), com objetivos não focados no lucro. Estes modos particulares de criação e gestão resultam

em formas jurídicas específicas, cooperativas, mutualidades e associações. Acrescentou-se por último as fundações, *“um conjunto de organizações que estavam muito próximas da economia social pelos seus objetivos, mas tradicionalmente alheadas dela”* (Namorado, 2004: 6).

Os três principais componentes jurídicos da economia social (cooperativas, associações e mutualidades) são, então, mais ou menos diferenciados e integrados de acordo com a legislação de cada país entre a economia de mercado do setor público (Namorado, 2003). Geralmente as cooperativas são mais facilmente percebidas como empresa de mercado, enquanto as associações são bastante relacionadas com a esfera social, que podem questionar a coerência dos diferentes componentes da economia social (Monzón *et al.*, 2003). Por esta razão, é também importante definir a economia social através dos seus princípios regulativos. Neste sentido, a Carta da Economia Social, de 1980, estabelece os princípios comuns a qualquer setor de atividade. Estes princípios podem ser agrupados em quatro características principais:

- Finalidade do serviço em vez da busca do lucro – a atividade de economia social pode gerar excedente, mas o seu objetivo principal não é a capitalização do lucro, mas prestar um serviço à comunidade. Neste caso, a rentabilidade, diferente das empresas privadas não é o fim, mas o meio.
- Autogestão – a organização tem autonomia de gestão, em particular, o que a distingue dos serviços públicos.
- Gestão de controlo democrático pelos seus membros – a participação e o peso de cada membro na decisão não dependem da quantidade de capital detido. A regra é uma pessoa, um voto.
- Primado do indivíduo e do objetivo social sobre o capital na distribuição do excedente – lucros serão aplicados prioritariamente no negócio e distribuídos em uma base limitada entre os membros.

Assim, formas jurídicas específicas para a economia social e seus princípios reguladores são frequentemente encontrados nas práticas de economia solidária

(Namorado, 2009b). No entanto, sublinha-se outras dimensões que moldam critérios institucionais e operacionais.

3.2.4.2. AS NOVAS TENDÊNCIAS DO TERCEIRO SETOR E A PROPOSTA DO CONCEITO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Pode-se definir a economia solidária como um conjunto de iniciativas impulsionadas pelos atores sociais para democratizar a economia, (Singer 2002). “*Um modo de produção que se caracteriza pela igualdade*” (Singer 2008: 289). Estas iniciativas surgem como reações a carência que o sistema dominante se nega a resolver (Singer, 2001). São organizações que envolvem vários setores, *e.g.*, agricultura, serviços humanos, de inserção económica, de desenvolvimento local, etc. e muitas vezes tomam a forma de OTS (associações e cooperativas) (Laville, 2000b).

A economia solidária não é um conceito teórico, explica-nos Laville (2000b). É um conceito que foi criado a partir de pesquisas de campo ao se analisar iniciativas de atividades da democracia na atividade económica em que se reafirma o vínculo social, argumenta o autor. Face a este argumento, descreve Singer que ...

A economia solidária deve ser um outro espaço livre para a experimentação organizacional, porque só a tentativa e o erro podem revelar as formas organizacionais que combinam melhor atendimento do consumidor com a autorrealização do produtor. Se estas formas organizacionais forem encontradas – e certamente serão muito diferentes da empresa capitalista haverá uma boa probabilidade de que elas sejam a semente de um novo modo de produção (Singer, 1998: 125).

É essa visão de campo que dá origem a diferentes interpretações e análise na construção científica da economia solidária (Defourny e Mertens, 1999; Eme *et al.*, 2001; Demoustier, 2006a). Portanto, a economia solidária corresponde à reação espontânea da sociedade civil para abordar a crescente exclusão, excessos de individualismo e da globalização económica que priva os indivíduos de sua liberdade de ação e condições às exigências do mercado (Singer, 2004c). Simplificando, a economia

solidária consiste em práticas implementadas pelos indivíduos para responder por si mesmos a falta e/ou excesso do mercado e do Estado. Este tipo de reação espontânea da sociedade civil é classificado sob o título de iniciativa de solidariedade, consonante a linha de raciocínio em comum de Amaro (2005b), Singer (2008) e Laville (2009).

No entendimento de Namorado (2004: 65) a economia solidária em Portugal “designa um conjunto de organizações e de práticas que está longe de estar estabilizado e de ter um âmbito bem definido”. Segundo o autor, esta conceção converge com as outras expressões, àquelas que aqui já foram delineadas, de iguais realidades “ou, pelo menos, parcialmente sobreponíveis”. Completa Namorado: é o que acontece, *e.g.*, com os termos economia social, terceiro setor, organizações sem fins lucrativos. Portanto, longe de ser uma noção inequívoca. Pode-se dizer que “a sua presença já é nítida, sendo, no entanto, perceptível o facto de se estar perante uma realidade em construção” (Namorado, 2004: 66).

Amaro (2009a) define a economia solidária como as atividades económicas aludidas pela procura nuclear de práticas de solidariedade em vários sentidos que implica uma perspetiva sistémica, e não meramente social, *i.e.*, em que a lógica de cooperação se sobrepõe à de competição e à procura de lucro. Neste contexto Amaro, com base em seus diversos estudos empíricos, e nomeadamente nos estudos de caso da Macaronésia, estende a sua compreensão a respeito desta matéria. Assim o autor esclarece que a economia solidária revela-se por um complexo conjunto de atividades produtivas geradoras de trabalho e emprego, capazes de propiciar rendimento e assistir as necessidades mais prementes da sociedade. É promotora de inclusão e coesão social, distinguindo-se pela promoção da igualdade perante os seres humanos. Seus projetos e atividades ecossocioeconómicas consubstanciam a diversidade cultural aproveitando-se do potencial do lugar para se propagar em maior número e grau. Além disso, inovam-se em ações económicas em que estas (as suas ações) se baseiam em uma gestão eficaz, eficiente e com efetividade onde se sobressaem por encontrar formar de reparar, reabilitar e valorizar o ambiente. Esse conjunto de OTS configura-se por micro organizações, quase sempre em sistema de associações, portanto, empresas territorializadas, amparadas numa base comunitária, sendo, pois, fortes promotoras do DLS. São, além disso, organizações que envolvem-se em processo de aprendizagem

contínuo, permitindo-se assim, rever-se e se reavaliar com frequência, esclarece Amaro (2009a).

Deste modo, com o avanço dos estudos, a economia solidária tem na proposta de Amaro (2011) uma versão sistémica cujo princípio da solidariedade assenta em oito dimensões:

- Económica – de mercado, de redistribuição de recursos pelo Estado e na reciprocidade;
- Social – enfoque em comunidades vulneráveis;
- Cultural – valorização do património e das identidades locais;
- Ambiental – desenvolvimento sustentável;
- Territorial – enraizamento comunitário, desenvolvimento local;
- Governança – adoção de métodos e práticas de gestão eficientes e transparentes.
- Científica – Contributo do conhecimento científico na prática da investigação-ação;
- Político – espírito democrático intrínseco e extrínseco entre vários atores.

Perante o argumento de Amaro, segundo Laville e Gaiger (2009: 162) a economia solidária é um conceito alargado utilizado em vários continentes, “*com interpretações variadas no contexto de solidariedade, contrapondo o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento económico predominante nas sociedades de mercado*”. Neste âmbito argumenta Hespanha e Namorado (2009) que solidariedade é, assim,

[...] um atributo que cientistas sociais associam a estas dinâmicas emergentes e economia solidária é uma expressão que está a afirmar em muito lado para designar estas formas – velhas e novas – de satisfazer as necessidades económicas e de existências sem passar pelo mercado ou pela sua lógica competitiva (Hespanha e Namorado, 2009: 3).

Por conseguinte, anota Amaro que o conceito de economia solidária tem uso recente no quadro europeu francófono. Este conceito refere-se *“as novas formas de economia social que estão relacionadas com o desafio da solidariedade decorrente do agravamento da pobreza e da exclusão social, sobretudo nas últimas três décadas do século XX”* (Amaro, 2005: 2). Nesta linha de raciocínio, Singer (2004b) sublinha que a economia solidária se configura como uma solução à repressão financeira do desenvolvimento, à desregulação da economia e à liberação dos movimentos do capital, que implicam, nos diversos países, elevação do desemprego, encerram firmas e põem à margem cada vez mais os desempregados.

Neste sentido a economia solidária se vincula ao contexto da crise socioeconómica mundial como um movimento da sociedade civil organizada que busca garantir a sua subsistência com a utilização da sua própria força de trabalho e dos recursos disponíveis. O Fórum Brasileiro de Economia Solidária descreve a economia solidária como ...

[...] fruto da organização de trabalhadores e trabalhadoras na construção de novas práticas económicas e sociais fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade económica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular (FBES, 2006: 3).

Depreende-se desse conceito que o trabalhador exposto a falta de emprego, ao desemprego, ao desemprego de longa duração, à precarização do trabalho, opta por outra forma de trabalhar e obter rendimento. Diante disso, Coraggio (2011a) dilucida que a economia solidária surge como uma alternativa pautada por objetivos de reprodução da vida e de emancipação económica e social.

No entendimento de Nanfosso (2007: 14-15) a economia social e solidária *“é o conjunto de atividades económicas que, numa economia desenvolvida ou em desenvolvimento não tem como principal razão o lucro”*. Essas atividades podem assumir várias formas jurídicas, *e.g.*, associações, cooperativas, mútuas, etc. Dilucida o autor que a economia social e solidária cobre estruturas económicas de tamanho

heterogêneo e a natureza de suas atividades caracteriza-se por elevada diversidade, *e.g.*, inclusão social, microcrédito, desenvolvimento local, etc. Independentemente de países e regiões, as OTS, no contexto da economia social e solidária, atendem as necessidades pouco abordadas pelas instituições convencionais, incluindo-se o Estado e o mercado, tanto em âmbito nacional e/ou internacional.

Neste contexto, argumenta França Filho (2001: 247) que o termo economia solidária nomeia algumas experiências organizacionais provindas de um comunitarismo muito mais selecionado “*como referência coletiva a um bem comum do que imposto pelo costume*”. Para o autor o ineditismo destas OTS, imbuídas em solidariedade, consiste na afirmação procedente da dinâmica comunitária que se origina no centro do tecido societal. Além disso, por se revelar por relações de solidariedade orgânica, de princípio societário, ou ainda da socialidade societária. Estes traços parecem formar “*uma característica central que vem marcar o fenómeno da economia solidária*” (França Filho, 2001: 248). Embora, segundo o autor, deve-se “*reconhecer a especificidade dos diferentes contextos societários*”(id. *ibid*), contudo, há que se destacar uma determinada posição universal na manifestação deste fenómeno. Destarte, esclarece o autor, que as novas formas de solidariedade, provindas do ambiente das OTS que perfazem a esfera da economia solidária, revelam-se por um carácter social que ganha força nesta conjuntura de crise dos mecanismos de regulação da sociedade, em especial na crise do Estado-Providência.

Depreendem Eme *et al.* (2001) que há algum tempo a sociedade expressa o desejo de promover uma economia mais humana e solidária, em reação contra o discurso dominante que se faz crer que a economia está sujeita a leis eternas, a famosa lei de mercado, em que os atores sociais não têm controlo. Portanto, as iniciativas de economia solidária têm como objetivo assegurar o bem-estar socioeconómico dos atores sociais mediante a sua dinâmica ativa em produzir, distribuir e trocar bens e serviços, respeitando-se as potencialidades do lugar. Elucida Namorado (2004) que ao se tratar de economia solidária, pelo menos em Portugal, deve-se realçar, ao lado das suas aptidões presentes, as suas potencialidades futuras. Assim, parece mais promissor direcioná-la a uma noção mais abrangente do que limitá-la a um lugar menor de práticas e de entidades, distinguindo-as pela solidariedade.

As iniciativas de economia solidária, segundo Amaro e Madelino (2004), aparecem como uma nova vaga de OTS imbuídas em solucionar os problemas originados da crise que desequilibra o pêndulo Estado/mercado. É um fenómeno de âmbito mundial, tendo ocorrência em todos os continentes. Portanto as iniciativas de economia solidária é o corolário em resposta à crise da sociedade moderna, em que o ator social busca por uma nova estrutura de sociedade imbuído em construir uma nova relação estrutural entre economia, política e cultura. Além disso, em que a solidariedade, agora percebida como democraticidade nas três esferas da vida social, seja o elemento ético fundador e preponderante (Singer, 2002). Desse modo a economia solidária aparece como um marco e uma referência fundamental da sua filosofia amparada no princípio nuclear de solidariedade, organização inovadora e certificação operacional.

Todavia, em tempos antes, a expressão economia solidária, esteve associada a uma visão assistencialista, reportando-se essencialmente às respostas das organizações religiosas aos problemas de pobreza e às estratégias no sentido de colmatá-las (Lipietz, 2004; Monzón, 2006). Naquele tempo as suas ações repercutiam como atitudes caritativas tradicionais às injustiças sociais e não se constituía propriamente numa tentativa de encontrar uma solução económica para a reintegração social das pessoas desfavorecidas. Porém, em fins do século XX o conceito de economia solidária juntou-se as estratégias internacionais de combate a pobreza e a exclusão social, muitas vezes reivindicadas por OTS e organizações não-governamentais (Laville, 2007). Mas, ainda, o termo economia solidária tem-se firmado inequivocamente, surgindo como um conceito próprio e correspondendo a práticas novas ou renovadas, nas cercanias ou mesmo no terreno da chamada economia social (Laville, 2007; Amaro, 2009a). Destarte, suas ações passam a se caracterizar por mudanças na sociedade atual, no qual se situa a renovação de conceitos congêneres, *i.e.*, economia social, terceiro setor, *nonprofit sector*, etc. A partir de então reconhece-se a economia solidária por experiências e desafios inovadores que exprimem uma mais-valia no projeto ecossocioeconómico de desenvolvimento local.

A diversidade de práticas no seio da sociedade civil local e internacional merece ser sublinhada. Esta geração de iniciativas, simultaneamente políticas e económicas surgidas nas últimas décadas, prolonga e renova a economia social, oferecendo, assim, propostas concretas para uma outra economia, num período de crise capitalista (Laville, 2009:36).

Em face da conjuntura de recessão económica que afeta a Europa e o mundo em geral, a economia solidária se encontra mais preponderante no espaço/território (Amaro, 2011; Laville, 2011). Para os autores, as iniciativas solidárias surgem no local como respostas alternativas à falência do Estado- Social e ao descompromisso crescente dos mercados. É certo que não se trata de iniciativas organizacionais de subsistência, mas antes de uma igualdade de acesso ao trabalho e de respeito dos direitos humanos. “*É de facto, um sentimento de pertença que desencadeia o envolvimento, mesmo se não está em causa uma identidade herdada, e sim uma identidade construída através da ação coletiva. É a igualdade dos membros que constitui a regra*” esclarece Laville (2009: 25).

Economia popular, serviços de proximidade, comércio justo, microfinanças e moedas sociais, a interligação que existe entre todas estas iniciativas ratifica-se por experiências multidimensionais que incluem elementos de diversas vias (Laville, 2009). Assim, as atividades ligadas a economia solidária buscam por soluções que tendem a responder as privações sociais de grupos de exclusão social, e o seu campo de atuação articula-se em torno do mercado, do Estado e da reciprocidade (CIRIEC, 2007). Anota Quintão (2004) que a principal característica dessa economia reside no princípio da solidariedade e da reciprocidade, consubstanciando-se em novas soluções institucionais e metodológicas de intervenção local.

A diversidade de estudos nesta matéria revela que a prioridade da economia solidária é trabalhar para novos regulamentos no campo da economia, experiências estas que se desenvolvem a partir de uma ação coletiva por parte dos atores envolvidos. Empiricamente esta abordagem é realizada por OTS cuja especificidade é a favor da formação de um património coletivo, limitando-se ao reinvestimento do excedente e ao rendimento dos membros/associados. Estas OTS que fazem parte de uma perspectiva de

economia solidária são, portanto, formas jurídicas permitindo-lhes respeitar este princípio. Por esta razão, segundo Eme *et al.* (2001) a economia solidária é muita vez confundida com conceitos semelhantes como sociedades mútuas, cooperativas ou associações e terceiro setor de acordo com a terminologia usada no mundo de língua inglesa, que é definido mais estritamente como um conjunto de associações adotando-se o critério de setor não lucrativo.

Neste âmbito dilucida Quintão (2004:8) que a conceção de economia solidária confirma “*os princípios e a ambição da economia social que recusa as divisões entre a ação económica, social e política e promove projetos cívicos, democráticos, participativos e economicamente plurais*”. Para a autora as OTS, na esfera da economia solidária, são formas que dão movimentos e, constituem-se em organismos, recursos para a produção material de bens e serviços, explorando vários princípios económicos e diversos recursos. Completa Quintão que o comportamento das OTS, no contexto dessa economia, expressa muito mais do que uma diferença conceitual relevante. São OTS que reafirmam a designação de economia solidária ao despertar o interesse sobre as novas gerações de organização que, de uma forma geral, exprimem necessidades específicas em relação às tradicionais e instituídas organizações da economia social.

Depreende Laville (2007: 29-30) que a diversidade das iniciativas de economia solidária reconsidera a natureza da rede de sociabilidade e a finalidade da troca propondo restabelecer e corrigir os efeitos negativos da economia de mercado, *e.g.*, a desigualdade social ou os danos ambiental. Aduz Laville (2007: 72) que a economia solidária está firmemente enraizada no local, nos princípios da reciprocidade e de proximidade, assim ela é criada pelos atores sociais com a finalidade de responder a uma falta de oferta do setor privado ou do Estado. O objetivo principal não é formar um capital, remunerar ou acumular, mas garantir a satisfação das necessidades humanas e seu desenvolvimento dentro da sociedade. Portanto, tem um carácter forte de reciprocidade. Além disso, revitalizar formas de intercâmbio na economia de mercado atual, portando-se, desse modo, como uma economia de mercado não-monetário no ensejo de encontrar um novo equilíbrio para o DLS entre os diferentes tipos de economia.

Além dessas atividades, para Lavelle (2000b) a economia solidária conduz novas relações mais igualitárias entre os diferentes agentes económicos, incluindo todas as partes interessadas da organização. A economia solidária, portanto, contribui para a democratização da economia, em que o seu papel económico se constitui na instauração de espaços públicos de proximidade (Lavelle, 1993)¹¹⁷. Estes espaços são criados por iniciativas dos atores sociais, que, fugindo à lógica do mercado e do Estado, geram novas formas de interação e intercâmbio na participação democrática. Neste sentido a economia solidária se caracteriza também por uma dimensão política, em particular pela contribuição das atividades ligadas a democratização da economia a partir do envolvimento cívico dos atores sociais. De acordo com Lavelle (2000b), a natureza das iniciativas de solidariedade, as formas de empreendedorismo sociais, as emergentes preocupações éticas dos consumidores e do conjunto dentro das redes globais contribuem para criar novos espaços de debate e questionar as normas da economia dominante.

Diferente dos estudiosos francófonos, Paul Singer compreende o conceito de economia solidária com um sentido mais distinto. O autor apresenta a economia solidária como o corolário do projeto de igualdade e democracia na esfera da produção proposto pelo movimento operário no século XIX, especialmente o movimento cooperativo de produção. Assim Singer (2001: 105) esclarece que “*a economia solidária para ser competitiva no mercado capitalista não pode se furta à concentração que incorpora progresso técnico*”. Não há como desconhecer que a economia solidária é parte integrante da formação social capitalista, na qual a concentração do capital incorpora o progresso técnico e assim determina as condições de competitividade em cada mercado. Para que uma associação ou cooperativa realize seu propósito é essencial que ela atinja um tamanho que possa resgatar seus associados da pobreza e acumular sobras que multipliquem as fontes de trabalho e renda solidários.

¹¹⁷ Jean Louis Lavelle estabeleceu com Bernard Eme o conceito de economia solidária no início dos anos noventa, através longas investigações empíricas e experimentos práticos. Além disso introduzem as noções de espaços públicos de proximidade ou micro espaços públicos autónomos para ajudar a compreender a emergência de práticas económicas, em particular a área de proximidade (Lavelle, 1993).

É nesta engenharia de reconfiguração da sociedade que se enquadra o movimento social que permeia todo um conjunto de práticas socioeconómicas que têm a associação, a cooperação, a solidariedade e a autogestão como suas características principais. De acordo com Gaiger (2004: 803-808) tais práticas:

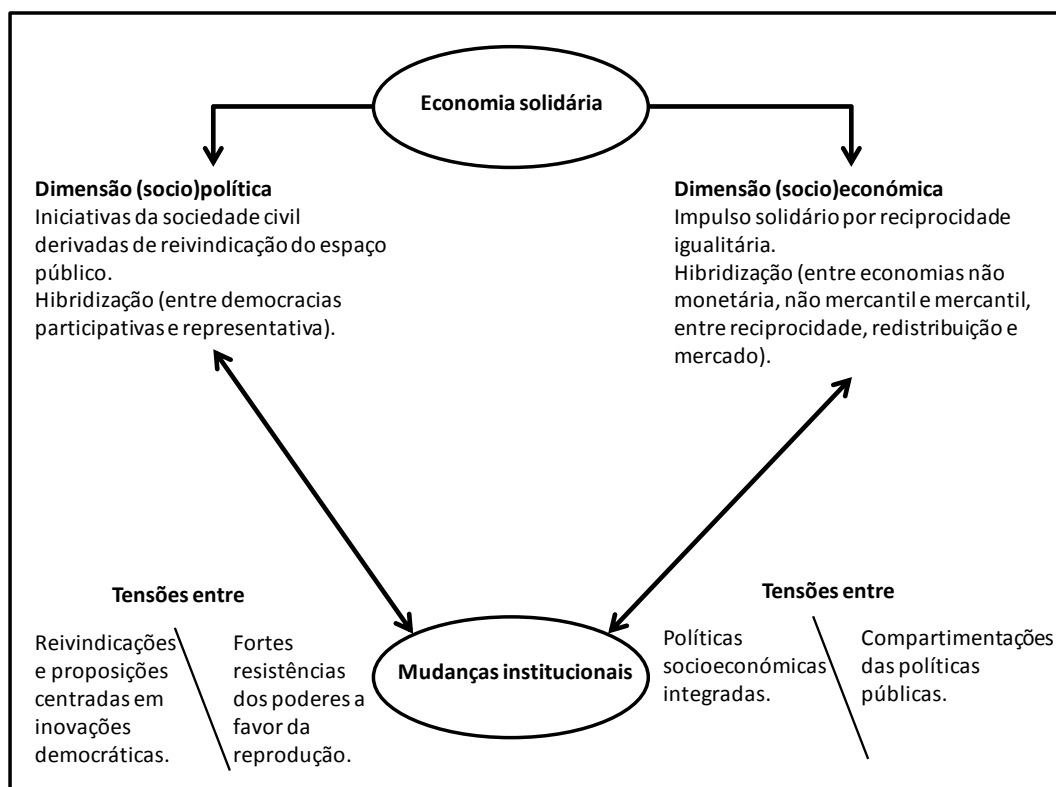
- Assumem, em dose variável um carácter coletivo no tocante à posse dos meios de produção, ao processo de trabalho e à gestão do empreendimento, minimizando a presença de relações assalariadas e provocando envolvimento com os problemas da comunidade e com as lutas pela cidadania;
- Tendem a criar ou reforçar inúmeras instâncias de mediação e representação, tais como uniões associativas, federações cooperativas, redes de intercâmbio e organizações de fomento.
- Por sua inserção social e comunitária, cumprem adicionalmente uma série de funções, em saúde, educação, defesa de minorias, preservação ambiental, etc., todas de interesse comum. A economia solidária coteja-se com o setor privado na criação de postos de trabalho e, com o Estado, na oferta de serviços sociais. Tende a rejeitar a separação entre o social e o económico, a reconciliar a eficácia com a cooperação no trabalho;
- Alinham-se ao fenómeno mais amplo da economia alternativa, que abrange múltiplos segmentos sociais, agentes e instituições e se apresenta como um movimento de crítica global ao sistema económico capitalista, de acentuada tendência a encetar iniciativas concretas, em vista do desenvolvimento humano (Gaiger, 2004: 803-808)

Compreende-se, assim, que diversos autores situam a temática num movimento social que busca uma nova ética e uma nova estrutura de sociedade cujo alicerce se fundamenta na responsabilidade recíproca entre atores de um grupo social, profissional, institucional ou de uma comunidade. Enseja-se que a sociedade atual seja capaz de articular suas utopias criativas de projeto coletivo, alternativo e revolucionário que produza uma mudança estrutural, de baixo para cima, e que propulse efeitos de uma nova ética inclusiva em todos os espaços do tecido social (Demoustier, 2001). *“Esta vontade de mudar ‘aqui e agora’, através da experimentação, explica que muitos deles*

se voltem para práticas económicas que, supostamente abrem caminho a uma economia alternativa”, completa Laville (2009:9). Aduz o autor que o desafio comum dos atores comprometidos em torno do projeto é o comportamento em relação a incerteza informacional no quadro de uma procura explícita de justiça social.

É este cenário que a economia solidária busca confirmar quando persiste no projeto de democratização da economia que agrupa todas as iniciativas. No entendimento de Laville (2009:42) *“a economia solidária trouxe ao debate público as noções de utilidade social e de interesse coletivo.”* Neste contexto, a economia solidária apresenta uma dupla dimensão: política e económica, *cf.* Figura 11, mais à frente. Para o autor, esta dupla dimensão realça a necessidade de as experiências associativas, cooperativas ou mutualistas ponderar sobre os compromissos institucionais. *“A economia social, centrando-se sobre o aspeto organizacional, não foi capaz de contrariar o isomorfismo institucional criado pela divisão e complementaridade entre mercado e Estado social”* reflete Laville (2009:42). Entende o autor que a economia social descuroou as mediações políticas por estar mais imbuída na sustentabilidade económica das OTS pertencentes a sua esfera de atuação. É, assim, uma reação as consequências perversas dessa centralização na dimensão económica que os experimentos sociais das últimas décadas reanimaram a dimensão política de OTS que aspiram ser tanto cidadãs como empresariais. Estas OTS não poderão atingir o sucesso se não conseguirem impulsionar a democracia, tanto no seu ambiente organizacional interno como na sua expressão externa (Laville, 2009:43).

Figura 11. As duas dimensões da economia solidária



Fonte: Laville (2009:43)

Assim, Laville entende que aceitar que o progresso económico dos experimentos sociais isolados não manifesta do mesmo modo encerrar uma reflexão sobre as razões pelas quais eles encontram tantos obstáculos à sua difusão. Perante este raciocínio, é perentório que exista uma definição influente da economia que os negue, que os discrimine. Se à economia solidária se nega o direito de existir plenamente, tal facto não se deve a exiguidades dos atores, mas a uma razão mais fundamental. Pela sua dupla dimensão, a economia solidária questiona, no campo teórico e empírico, as categorias de economia, rejeitando demarcar os fenómenos económicos àqueles que são definidos como tal pela ortodoxia económica (Laville, 2009).

3.3. DESENVOLVIMENTO DO TERCEIRO SETOR

3.3.1. DISCUSSÃO PLURAL SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO TERCEIRO SETOR

Mundialmente o terceiro setor desenvolveu-se em qualidade, quantidade, visibilidade e importância no intuito de atender as mudanças que afetam as economias locais e de suprir as necessidades de grupos vulneráveis. Para Jahier (2012) a economia social constitui uma esfera de ação que contribui de modo significativo para a criação de emprego, para o crescimento sustentável e uma distribuição de rendimento e riqueza mais justa. Comenta o autor que se trata de um processo social de produção, de comercialização e de distribuição de bens e serviços que pode ser organizado de várias maneiras. Com múltiplas atividades económicas, propiciam rendimento pela redistribuição do excedente, partilha de bens e serviços e de solidariedade (Jahier, 2012).

Comenta Monzón e Chaves (2012) que esta área de atividade se desenvolveu como uma força ascensional à transição progressiva a partir de uma conceção mais tradicional das OTS para organizações cada vez mais dinâmicas e entrecidas em desafios concretos. Acrescenta Jahier (2012) que se trata de um espaço multifário, possui a capacidade de combinar a rentabilidade com a inclusão social formando elos com os sistemas democráticos de governança. Assim, comenta o autor, é uma área de atividade que trabalha em sistema de rede de sociabilidade com os setores público e privado. Fundamentalmente é um agrupamento de atividades que tem contornado a crise económica muito melhor que os outros setores, e que ganha reconhecimento cada vez maior no âmbito europeu.

Para Chouinard e Martin (2008) o terceiro setor tem-se revelado heterogéneo pelas suas contumazes OTS de cultura organizacional livres e democráticas no plano microeconómico e com perfil cada vez mais inovador perante o DLS. Na visão desses autores as OTS, em grande maioria, portam-se flexíveis e ajustam-se as necessidades da sociedade local podendo exalçar as oportunidades do meio, agente inovador, que lhes

permitam explorar o seu potencial. Estas iniciativas inovadoras são guiadas por intenções sociais perfeitamente racionais, com base em objetivos e meios, não focados na maximização do lucro, mas em outras motivações, *e.g.*, nas relações de proximidade e de reconhecimento social, na redistribuição e troca, etc.

Entretanto, Noya e Clarence (2009) anotam que as OTS são confrontadas com o seu desenvolvimento inovador, o seu papel e a sua constância em quase todos os países, apesar de haver uma mudança gradual na forma de avaliar as experiências das OTS. Há alguns anos atrás, as OTS eram vistas como uma resposta urgente, e eram apontadas como um efeito paliativo, ou simplesmente como um alívio para as situações de exclusão social, particularmente, à pobreza e à miséria. Atualmente, uma nova interpretação ressalta que as OTS são vistas como a base para a reconstrução do tecido social em que toda sociedade de excluídos vive, embora, admitindo-se que as OTS respondem às solicitações prementes, no argumento das autoras.

A economia social encontra-se em pleno movimento de ascensão e a sua dinâmica inovadora é evidente em aspetos variados que fortalecem os debates em torno das OTS e sobleva a sua importância e o seu potencial para o desenvolvimento (Bouchard, 2013). O que compreende Jahier (2012) que o potencial inovador, económico e social desta área de atividades pode ser visto como uma solução à crise ecossocioeconómica, além de um instrumento para mudanças positivas ao DLS.

Diversos são os estudos que pervagam suas análises científicas ao afirmar a evolução e a importância das OTS para a economia local e nacional (Borzaga e Santuari, 2003; Osborne, 2008, Monzón e Chaves, 2012). Esses estudos são, em grande parte, liderados por equipas internacionais, *e.g.*, o *John Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project* (CNSP) e pelos especialistas do Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre Economia Pública, Social e Cooperativa (CIRIEC), entre outros. Esses grupos, formados por correntes de pensamentos distintos, um anglo-saxão e o outro francófono, comprovam empiricamente a importância do terceiro setor na economia local devido ao seu potencial de inovação social que se expande, principalmente, em novas oportunidades de trabalho e rendimento (Salamon e Sokolowski, 2004; Chaves e Monzón, 2007; Defourny e Pestoff, 2008).

A afirmação de que o terceiro setor constitui um importante pilar para a economia local procede de estudos e publicações científicas há dezenas de anos, *e.g.*, os estudos liderados por Defourny e Monzón (1992), CESE (1999), CIRIEC (2000a e 2000b), Chaves *et al.* (2001). O crescimento do terceiro setor foi constatado, inicialmente, pela investigação transcontinental desenvolvida pelo CNSP e publicada no início da década de 1990 (Anheier e Seibels, 1990). Mas, quando se trata de estudos sobre a evolução desse setor entramos numa zona cinzenta em que os dados e as análises acabam por se confundir. Sobre este assunto, Monzón e Chaves (2012), além de outros autores como já se denotou neste capítulo, concordam que o termo terceiro setor é utilizado maioritariamente no mundo anglo-saxão para descrever o setor privado não lucrativo. Constituído em grande parte por associações e por fundações, também se emprega na Europa continental e em outras partes do mundo como sinónimo de economia social. Todavia, o estudo do CNSP excluiu as cooperativas e as mútuas, como também já se abordou sobre esse assunto. Por isso da falta de dados coerentes com relação a verdadeira realidade do terceiro setor no mundo como um todo, completa os autores, mesmo quando se aborda a questão de análise de dados via a Conta Satélite de Economia Social, ou a Conta Satélite de Organização sem Fins Lucrativos.

Mas, apesar da falta de senso em torno de um conceito em comum, os estudos sobre esta temática sempre apontaram, e ainda apontam, para um setor em franco crescimento e desenvolvimento que propulsa à inovação social e o DLS. Neste âmbito, voltando-se para o caso europeu, o programa piloto Terceiro Sistema e Emprego é considerado como um dos principais estudos de investigação nesta área. Portanto, com a propagação do crescimento do terceiro setor, mas ao mesmo tempo, a divergência em termos de conceito (Defourny e Mertens, 1999), desenvolveu-se no âmbito da União Europeia (15), o projeto internacional sobre o terceiro setor europeu sob à coordenação geral do CIRIEC¹¹⁸. Explica Laville *et al.* (2000) que esta investigação contou com

¹¹⁸ Esse projeto contou com uma equipa de 27 investigadores de várias redes científicas – CIRIEC, ICA, EMES – sobre o papel das organizações de economia social e a criação de emprego nos 15 países que compunham o universo objeto de pesquisa. Este estudo foi dirigido por uma equipa internacional formada por Rafael Chaves, José Luis Monzón, Danièle Demoustier, Enzo Pezzini, Roger Spear e Bernard Thiry. Para uma leitura pormenorizada ver a publicação do estudo, *Economía Social y Empleo en la Unión Europea* (2000). Valencia: CIRIEC-ESPAÑA e/ou CIRIEC – *International Center of Research and Information on the Public and Cooperative Economy* (2000a), As Empresas e Organizações do Terceiro Setor – um desafio estratégico para o emprego. Lisboa: Instituto António Sérgio do Setor Cooperativo. Ambas referências constam na bibliografia deste trabalho.

diversas ações piloto denominadas de “Terceiro Sistema e Emprego”, e foi formada por dezenas de projetos diversificados entre si, tendo como área de referência o setor da economia social.

Consoante Laville *et al.* (2000), a Comissão Europeia adequou a expressão – Terceiro Sistema – inspirado por Carlo Borzaga, em 1991, em especial: “*Il terzo sistema: una nuova dimensione della complessità e sociale*”. Todavia para a equipa do projeto europeu, o termo Terceiro Sistema integrou um conjunto maior de OTS, principalmente as organizações em sistema cooperativo, auxílio mútuo, voluntariado, associações e fundações. São organizações que não pertencem ao setor público e tão pouco perseguem exclusivamente o lucro, mas usam o excedente para desenvolvimento ecossocioeconómico local, circundado pela gestão democrática e participativa.

Segundo Laville *et al.* (2000: 116), as características específicas da abordagem do Terceiro Sistema podem ser resumidas com base em três parâmetros. Primeiro, o tipo de organizações envolvidas. Segundo, a natureza intermediária do Terceiro Sistema no pluralismo de bem-estar ou uma economia plural. Terceiro, a dimensão sociopolítica do sistema, que é tão importante quanto a sua dimensão económica. Para Laville *et al.* (2000), devido a estas diferentes componentes, as interpretações estatísticas foram complementadas por uma abordagem histórica e dinâmica. Assim as análises estatísticas, relativas a importância do Terceiro Sistema para a economia de cada país, foram essenciais para se compreender o potencial do sistema na sociedade europeia. Essa investigação decorreu no período de 1995 a 1999 e abriu as portas a uma profusão de estudos contínuos. O fundamento científico deste trabalho aclarou os passos subsequentes das pesquisas que hoje demarcam o campo qualitativo e quantitativo de desenvolvimento do terceiro setor. Esclarecem, ainda, Laville *et al.* (2000) que cada ação piloto “Terceiro Sistema e Emprego” transformou-se em um campo de estudo empírico, onde se examinou o desenvolvimento de empresas sociais e de economia social, dentro de diferentes localidades no espaço europeu. O conjunto dessas ações piloto teve por finalidade entender melhor as interações das organizações com a produção local e o comportamento de sua autossuficiência financeira.

Para Vivet e Thiry (2000) o campo da investigação desenvolvida pelo CIRIEC, no projeto acima referido, foi voluntariamente delimitado de forma ampla e flexível. Teve em conta as especificidades nacionais com a finalidade de se obter uma representação global da problemática do emprego dentro do Terceiro Sistema.

Por Terceiro Sistema compreende-se as cooperativas, as mútuas, as associações, as fundações que remuneram o trabalho, assim como as instituições de voluntariado. Incluem nesse conceito as novas organizações locais como as estruturas mais antigas institucionalizadas. Todavia, excluem-se todas as organizações que dependem exclusivamente do poder público e as empresas fora do formato associativo e com o objetivo de lucro (Vivet e Thiry, 2000: 15).

Referente a essa pesquisa, na demarcação do conjunto de amostras, a equipa do CIRIEC identificou que ao lado de um núcleo formado por cooperativas, organizações mútuas, associações e fundações sem fins de lucro, a existência de outras organizações periféricas que funcionavam em sistemas de organizações quase públicas. Essas organizações em questão são, *e.g.*, organizações de serviços sociais, educação, saúde, etc., amparadas por estatutos de associações ou de fundação (Vivet e Thiry, 2000). Para as ações piloto, o problema era o de que certas organizações são periféricas sob os critérios comumente admitidos no conceito de economia social, dentro de uma tradição de origem francófona. Portanto, estas organizações não foram excluídas do universo de pesquisa, entendendo-se que pertencem ao Terceiro Sistema em função de cada contexto nacional. Todavia levou-se em consideração a base de sua modalidade, funcionamento interno e as relações empresa/utente, independente da importância do financiamento público.

Nesse sentido, a equipa do projeto CIRIEC considerou os seguintes critérios:

- a) A finalidade de serviços e dos membros perante o interesse comum e a coletividade;
- b) A primazia das pessoas sobre o capital com objetivos sociais;

- c) O funcionamento democrático inserido pela gestão coletiva, democrática e participativa;
- d) A autonomia de gestão em relação aos poderes públicos.

Com base nestes critérios, o projeto – As Empresas e Organizações do Terceiro Setor – um desafio estratégico para o emprego – ambicionou ampliar o conhecimento com dados qualitativos e quantitativos no campo do terceiro setor. Além disso, examinou e respondeu os seguintes pontos:

- Quanto a natureza e escala do Terceiro Sistema em espaço europeu;
- Quanto a importância desse setor para a criação de emprego e para a estratégia europeia designada para isso;
- Quanto ao potencial de resposta às necessidades sociais não satisfeitas por parte do setor público e do setor privado;
- Quanto as vantagens das organizações do Terceiro Sistema em relação as organizações do setor público e as do setor privado.

Esclarece Chaves *et al.* (2001) que, apesar do rigor tomado pela equipa de investigação do CIRIEC na coleta dos dados, no processo de análise, na verificação e na confrontação desses dados, é prudente ter-se precaução em alguns aspetos. Esta cautela deve-se pelo facto de nem todos os dados são o resultado direto do tratamento original de tal equipa, mas sim, que vêm de outros estudos que, como já mencionado no caso do CNSP, foi usado uma metodologia diferente do CIRIEC. No entanto, Chaves e Monzón (2007) sublinham que a investigação mobilizada através daquelas ações piloto, teve grande importância no contexto europeu porquê reconheceu o Terceiro Sistema em cada contexto nacional.

Diante disso, Chaves e Monzón (2007)¹¹⁹ asseveram que a partir de então, foi possível conhecer melhor o ambiente organizacional e as relações internas que

¹¹⁹ A investigação no espaço europeu teve continuidade. Em 2007 publicou-se “*La Economía Social en la Unión Europea*” em espanhol e em inglês. Este trabalho decorreu sob a coordenação do CIRIEC, liderada por Rafael Chaves e José Luís Campos Monzón e por um comité de especialistas: D. Demoustier (França), L. Frobel (Suécia), R. Spear (Reino Unido). Além disso a pesquisa ainda contou com a colaboração de instituições e centros de investigação em economia social de 26 países da União Europeia.

compõem o Terceiro Sistema. Primeiro porquê este parâmetro permitiu determinar o nível de coesão e o sentimento de confiança e de pertença dos atores, assim como a capacidade do setor para se fazer ouvir. Segundo, o reconhecimento do Terceiro Sistema pelo setor público e a administração local na esfera institucional e legislativo. Terceiro, a identificação dos *mass médias* e no campo científico do Terceiro Sistema. Ademais, com base nestes critérios sobressaídos da investigação, permitiu-se classificar os países da União Europeia em três grandes grupos. Os países onde a Economia Social já se encontrava estabelecida: França, Espanha e Bélgica. Os países onde a Economia Social estava em crescimento: Dinamarca, Finlândia, Grécia, Itália, Suécia, Irlanda, Portugal, Reino Unido. Além disso, os países onde a noção de Terceiro Sistema se define em termos de setor não lucrativo, ou setor de voluntariado: Alemanha, Áustria, Luxemburgo e Holanda.

Neste ínterim, importa recordar que a pesquisa do grupo de investigadores da Universidade John Hopkins revelava o terceiro setor no contexto transnacional no ano de 1990, mesmo excluindo as cooperativas e as mútuas. Como já foi abordado, o terceiro setor, definido por Salamon e Anheier (1996: 25-28) como *nonprofit sector*, apresentou-se como uma grande força económica já nos primeiros estudos concluídos pela equipa do CNSP. “*Seja qual for a sua relevância social, moral ou política, o setor sem fins lucrativos também é importante em termos puramente económicos. Como tal, merece muito mais atenção do que até agora tem sido capaz de atrair*” (Salamon e Anheier, 1996:23). No entanto, para Salamon *et al.* (2003), a sociedade ainda tende a ignorar o setor sem fins lucrativo quando se pensa em criação de emprego. Todavia, desde as primeiras pesquisas em âmbito internacional, revela-se que é possível reconhecê-lo como um pequeno motor que pode sim, numa esfera local, produzir uma parte substancial do crescimento e desenvolvimento socioeconómico com efeito global.

Para Chaves e Monzón (2007) a proliferação de estudos empíricos, com o foco direto ou indiretamente no terceiro setor da economia, envolve cada vez mais um maior número de países nas investigações internacionais. Contudo, ainda apresenta uma lacuna endémica para a investigação nesta área: a uniformidade estatística atribuída a economia social, nomeadamente as OTS onde a maioria dos estudos atingem análogas conclusões neste terreno. Contudo, a partir do estudo publicado pela equipa do CIRIEC

no ano de 2000, as demais investigações deram sequência ao processo metodológico, fazendo-se as mudanças pertinentes para trazer a tona dados cada vez mais fidedignos sobre as OTS, hoje na esfera da EU-27 (Monzón e Chaves, 2012).

Com efeito, é real que se trata de um setor emergente em fase de crescimento, especialmente nas áreas mais diretamente relacionados à satisfação de necessidades imediatas, bem-estar individual e coletivo, social (saúde, educação, serviços sociais, lazer e cultura, meio ambiente). Como anota Ferreira (2000), este setor progride onde se redefine o papel do Estado-Providência. Onde o mercado de trabalho sofre mudanças e onde as condições de vida tornam-se um desafio importante para um conjunto significativo do tecido social.

Neste contexto, comenta Ferreira (2006a), o terceiro setor prospera imbricado com o tecido social, meio que constitui o seu espaço natural, sem estar imune aos seus acontecimentos sociais, económicos e do meio ambiente. Portanto, o processo não é apenas económico, é, pois, ecossocioeconómico, porquanto toda a conjuntura económica exerce influência sobre o terceiro setor em termos quantitativos, e subjugando este setor às mudanças institucionais, afetando-o qualitativamente. Neste meandro, as alterações institucionais, o desenvolvimento progressivo da estrutura social, a dinâmica política, as transformações de valores e os ideais da sociedade constroem forças, relações condicionantes importantes para a compreensão das próprias mudanças deste setor (Ferreira, 2009a).

Esta série de debates e desenvolvimento de estudos no campo do terceiro setor, nomeadamente sobre a economia social na Europa, mormente, teve como objetivo a discussão em torno de uma melhor definição e mapeamento dos efeitos do terceiro setor no desenvolvimento socioeconómico local (CIRIEC, 2007). Além disso, o *ethos* da União Europeia distingue as OTS em todas as suas modalidades, portanto, o terceiro setor ou a economia social tendem a despertar mais interesse na construção de uma Europa mais coesa e economicamente solidária. Como regista Chaves e Monzón “*a Comunidade Europeia já consegue identificar as potencialidades da economia social como uma mola propulsora para o processo de geração de inovação social e fomento ao desenvolvimento local*” sustentável (CIRIEC, 2007:28).

O contributo das investigações¹²⁰ apresenta um maior expoente. Assim, em 2006, o Parlamento Europeu instou a Comissão a “*respeitar a economia social e a apresentar uma comunicação sobre esta pedra angular do modelo social europeu*”. Por sua vez, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) publicou vários relatórios e pareceres sobre o contributo das empresas da economia social para a prossecução dos muitos objetivos da política pública. Na 475ª reunião plenária de 26 e 27 de Outubro de 2011, o CESE redigiu um parecer exploratório sobre empreendedorismo social e empresas sociais. No item 1.2. de tal documento o CESE anota:

As empresas sociais são uma das pedras angulares do modelo social europeu, estão intimamente ligadas à Estratégia UE 2020 e contribuem de forma significativa para a sociedade em geral. Ao apoiar e promover estas empresas, podemos tirar o maior partido do seu potencial de crescimento e da sua capacidade de gerar valor social. O CESE apoia o lançamento, por parte da Comissão, de um enquadramento político e de um plano de ação para promover as empresas sociais na Europa e destaca a importância de aplicar plenamente estas iniciativas, tanto a nível da UE como dos Estados Membros” (CESE, 2011:2).

Além de todos os pareceres que firmam o terceiro setor como um dos pilares estratégicos da economia, a ciência prepondera o seu papel para o desenvolvimento local sustentável. A importância do terceiro setor e o seu crescimento socioeconómico são anotados, através de análises empíricas, em que se sobressaem as propriedades específicas que mais exprimem o papel das OTS para o DLS. Por conseguinte, a revisão da literatura permite identificar a potencialidade do terceiro setor para o desenvolvimento local sustentável, isto porque a OTS podem:

¹²⁰ Como já foi mencionado diversos são os estudos na área do terceiro setor. Porém, a título meramente indicativo, pode-se referir as investigações internacionais desenvolvidas por CIRIEC e coordenadas por Chaves e Monzón desde 1995 e pelo CNSP dirigidas por Salamon desde 1990. Os estudos de Amaro, Defourny, Favreau, Laville, Lévesque. As teses e investigações *e.g.*, de Almeida, Ferreira, Nunes, Quintão, Sousa, etc. São exemplos que comprovam a diversidade sobre a realidade do terceiro setor.

- Realçar a atividade económica como resposta às necessidades sociais e aspirações coletivas de base local;
- Potenciar a criação de emprego e de fomento para o DLS;
- Articular as organizações numa ecossocioeconomia eficaz, eficiente e com efetividade para a sociedade inclusiva, permitindo a consolidação de competências social, comunitária, profissional e empresarial;
- Identificar a necessidade de inovação social compromissada com o DLS;
- Integrar-se como um elo na rede de sociabilidade local, *i.e.*, as OTS em suas iniciativas, funcionam como ponto de união entre o *homo faber*, o mercado e o governo, mas também como uma alavanca para o DLS.

Destarte o terceiro setor difunde-se perante um cenário de profunda precariedade do trabalho que incita outras racionalidades ecossocioeconómicas marcadas pela cooperação e solidariedade. A dimensão das OTS assume carácter comunitário, fundamentado numa lógica de reciprocidade que permite a convivência e uma hierarquia mais horizontalizada de saberes diversos. Esses saberes, e a própria reciprocidade, elucidam e incentivam à inovação social, mais ainda, às suas práticas de criação e alternativas de organização, resistem e questionam a hegemonia do capitalismo global.

Nesta ágora as OTS projetam um novo comportamento económico, o desenvolvimento da economia social como carácter de economia local. Esse novo comportamento atraiu, e ainda atrai, maior atenção teórica, científica e política nos últimos anos, o que faz do terceiro setor um assunto particularmente eloquente capaz de acrescentar relativo valor à economia social. Este valor acrescentado distingue-se, em especial, por *i*) ações de criação de novas oportunidades para o tecido societal; por *ii*) ações que buscam resolver os problemas de desigualdade socioeconómica local; por *iii*) ações que apresentam soluções concretas de interesse geral do tecido societal e, ainda, a orientação para um estilo de desenvolvimento que concede primazia às pessoas (Bouchard, 2013).

Anotam Monzón e Chaves (2012) que as OTS assistem e oferecem à sociedade e ao mercado produtos, bens e serviços de qualidade mantendo-se competitivas. Ademais

as OTS possuem grande capacidade de adaptação ao lugar e de respeito com o meio ambiente. Neste íterim, corrobora Amaro (2011), são organizações compromissadas com o desenvolvimento local. Atuam através da mobilização de recursos diversificados, na criação de emprego, na coesão social, nas relações de proximidade, na promoção do empreendedorismo e no combate aos efeitos nefastos da globalização através do seu enraizamento no espaço/território.

Na análise de Carvalho Ferreira (2011) a prodigalidade do terceiro setor apresenta-se numa combinação entre os aspetos mais relevantes da vida. Primeiro, o económico que se traduz na produção de bens e serviços e a sua participação na criação de riqueza coletiva. Segundo, o social interligado à promoção de valores e iniciativas individuais e coletivas, ao desenvolvimento de uma democracia participativa e de uma cidadania responsável. Nesta profusão de ideias e nomenclaturas, para Amaro (2009b) é visível a ligação entre economia social e solidária, espaço onde se instalam as associações e as cooperativas. Essas organizações são o esteio do desenvolvimento comunitário, sendo este *“assente numa perspetiva de valorização das comunidades locais e das suas aspirações e capacidades”* (Amaro, 2009b: 109).

3.3.2. CAMPO ATUAL DE ATIVIDADES DAS ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS

As associações e as cooperativas foram relativamente importantes durante o primeiro terço do século XX¹²¹, porém o modelo de crescimento na Europa ocidental durante o áureo período de 1945/1975 se caracterizou principalmente pelo setor capitalista tradicional e pelo setor público. Este modelo era a base do Estado-Providência que fazia frente as omissões de mercado reconhecidas e utilizava um conjunto de políticas que demonstrava ser mais eficiente para corrigi-las. Baseava-se

¹²¹À Charles Gide deve-se o reconhecimento científico e institucional dessa temática que teve o seu auge na Exposição Universal de Paris em 1900, onde havia o Pavilhão da Economia Social organizado por Gide. Em 1903, Charles Gide elaborou um relatório sobre esta exposição em que sublinhou a importância institucional da economia social para o progresso social. Como académico, Gide foi o primeiro responsável pela disciplina de economia social na Universidade de Paris. (<http://www.charlesgide.fr/>)

num modelo de comportamento keynesiano em que os grandes atores sociais e económicos são as empresas, os sindicatos e o governo.

Esclarece Monzón e Chaves (2012) que nos países da Europa central e oriental, ligados ao sistema soviético e com planeamento económico centralizado, o Estado era o único ator económico, por isso não havia espaço para as OTS. Somente as cooperativas tiveram uma presença considerável em alguns países do bloco soviético, porém alguns de seus princípios foram totalmente anulados. Segundo os autores, nos últimos séculos os economistas do leste europeu estudaram enfoques socioeconómicos sem prestigiar o lucro. Assim, *e.g.*, durante o tempo da Primeira República Checoslováquia muitas organizações sem fins lucrativos seguiram esta tradição que se remonta ao século XIX.

A consolidação dos sistemas de economia mista não obstou o desenvolvimento de um conjunto OTS, nomeadamente das associações e das cooperativas que impulsionaram ações de importância social, em especial no campo do trabalho e do emprego. Neste contexto, grande parte dessas ações atuaram diretamente com o desemprego cíclico, com o desenvolvimento local, com os pequenos agricultores, com os artesãos, com os desequilíbrios do ecossistema, etc. Porém, ao ocupar o Estado um lugar central nesse período, o terceiro setor perdeu muito de sua expressão no processo de harmonização do crescimento económico com o bem-estar social. Com a crise do Estado-Providência e dos sistemas de economia mista no último quartel do século XX, alguns países europeus voltam a experimentar um renovado interesse por OTS. Este empenho deu-se em virtude das dificuldades com que as economias mercantis apresentavam soluções satisfatórias a problemas socioeconómicos. Neste caso, *e.g.*, problemas relacionados com o aumento do desemprego de longa duração, a exclusão social, a degradação do meio nas zonas rurais e urbanas, etc. Portanto, trata-se de necessidades sociais que os setores privados e público deixaram de assistir de forma suficiente e adequada.

Anota Barea e Monzón (2006) que apesar dos problemas, corolário da crise economia em diversos países europeus, em geral, as OTS têm obtido um crescimento considerável. Este facto foi criteriosamente acompanhado pela sequência dos estudos

coordenados pelo CIRIEC¹²². Nesta linha de raciocínio, Monzón e Chaves (2012: 19) analisam alguns dados publicados mediante estudos estatísticos desenvolvidos sequencialmente pelo CIRIEC-Internacional. Neste contexto, segundo os autores, na União Europeia (EU-27), mais de 207.000 (duzentos e sete mil) cooperativas, solidamente implantadas em todas as áreas económicas, desenvolviam uma atividade em 2009. São importantes empresas para o DLS que atuam no setor agrícola, da intermediação financeira, do comércio a retalho, do consumo, da habitação e do trabalho associado ao setor industrial, da construção e de serviços. No contexto europeu, estas cooperativas proporcionam emprego direto a 4.700.000 (quatro milhões e setecentos mil) pessoas e agrupam 108.000.000 (cento e oito milhões) de sócios. Os autores ainda anotam que na EU-27, em 2010, as associações empregavam 8.600.000 (oito milhões e seiscentos mil) trabalhadores, representando mais de 4% do PIB e possuem um percentual de 50% dos cidadãos da União Europeia como sócios. Neste sentido, observa-se um relativo crescimento das entidades dedicadas a integração laboral e social, aos serviços sociais e ao desenvolvimento comunitário. Destarte, o associativismo e o cooperativismo parecem ter reencontrado uma via comum de entendimento e cooperação em muitos dos seus projetos e atividades, como o caso do empreendedorismo social, muitos deles em sistema de cooperativas. Estes projetos e empresas sociais são reconhecidos juridicamente em vários países europeus, *e.g.*, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Itália, Polónia, Portugal e Reino Unido (Chaves e Monzón, 2007).

Para Monzón (2012), apesar de todos os esforços científicos, e mesmo que os dados estatísticos oriundos dos diversos estudos no terreno indiquem um próspero desenvolvimento deste setor em diversos países, ainda há considerável invisibilidade institucional da economia social. Ademais é visível a falta de identificação com o setor pelos próprios atores que nele atuam. No entendimento do autor falta uma definição clara e rigorosa do conceito e do próprio terreno da economia social que permita

¹²² Neste caso pode-se ver mais atentamente os estudos coordenados pelo CIRIEC, nomeadamente por Chaves *et al.* (2001) *Les entreprises et organisations du troisième système dans l'Union Européenne*; Chaves e Monzón (2005), *Economía social y sector no lucrativo: actualidad científica y perspectivas*; Barea e Monzón (2006), *Manual para elaboración de las cuentas satélites de las empresas de la economía social*; Monzón e Chaves (2012), *La economía social e la Unión Europea*.

identificar as OTS com critérios objetivos a partir do comportamento de seus atores, prescindindo de discernimentos jurídicos e administrativos.

Em 2006 Barea e Monzón publicaram o “*Manual para la elaboración de las cuentas satélite de las empresas de la economía social: cooperativas y mútuas*” como coordenadores do projeto de responsabilidade do CIRIEC-Internacional.¹²³ Este trabalho, solicitado pela Comissão Europeia, teve o objetivo de elaborar um manual com orientações metodológicas para se conhecer o peso das empresas de economia social em todo espaço da União Europeia com critérios fiáveis, precisos e comparáveis. Trata-se de mais um esforço científico para se definir um conceito claro e preciso de economia social uma vez que o ICNPO¹²⁴ não contemplava as cooperativas e empresas similares. A partir de então a definição de delimita o espaço da economia social passa a compor o Manual para a Elaboração das Contas Satélite de Empresas de Economia Social.

Conjunto de empresas privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de adesão, criadas para satisfazer as necessidades de seus membros através do mercado, produzindo bens e serviços, assegurando financiamento, e naquelas em que a eventual distribuição de benefícios ou excedentes pelos seus membros, assim como a tomada de decisões, não estão ligadas diretamente ao capital ou às quotizações, correspondendo a cada sócio um voto (CIRIEC, 2006: 38).

O referido manual normaliza as empresas desse setor à elaboração das contas satélite, designadamente cooperativas, mutualidades e outras empresas similares na

¹²³ O referido Manual para a Elaboração das Contas Satélite das Empresas de Economia Social: Cooperativas e Mútuas, realizou-se para a Comissão Europeia, Direcção Geral de Empresa e Indústria. Este documento foi elaborado pela equipa do CIRIEC, sob a direcção de José Barea Tejeiro e José Luis Monzón Campos. Contou com a colaboração dos especialistas: Maite Barea e Hans Westlund. Tal documento foi publicado em Dezembro 2006. Está disponível em formato PDF no sítio: <http://ec.europa.eu/enterprise/entrepreneurship/coop/projects-studies/projects-introduction.htm> ou por correio eletrónico: Entr-Craft-Small-Business@ec.europa.eu

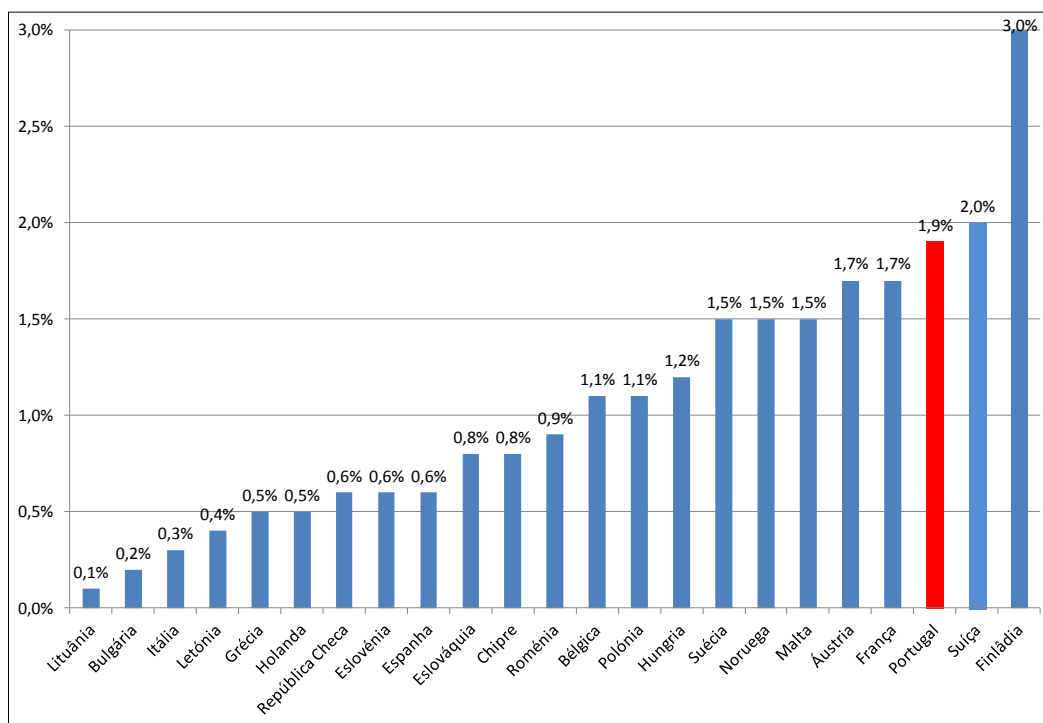
¹²⁴ Classificação Internacional das Organizações Não Lucrativas (*International Classification of Nonprofit Organizations – ICNPO*), de acordo com o *Handbook on Non-Profit Institutions in the System of National Accounts* (UN, 2003).

esfera da União Europeia consideradas como organizações de economia social. Estas orientações permitiram, a partir de 2006, a elaboração das contas satélite em conformidade com o Quadro Central de Contabilidade Nacional estabelecido pelo Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC-1995) (CIREC, 2006:7). Desse modo é possível gerar dados uniformes qualitativos e quantitativos atualizados e fidedignos sobre a economia social na União Europeia, além de proporcionar análises comparativas entre os países membros. Todo este processo deveu-se porquê o atual sistema nacional de informação económica contribui para deixar impercetível a economia social. Os sistemas de conta nacional – SCN-1993 e SEC-1995 – são sistema de contas articulados em torno de uma realidade bipolar, de economia mista. A contabilidade nacional agrupa as diversas unidades institucionais de um país que desenvolvem uma atividade produtiva em cinco setores mutuamente excludentes:

- S11: sociedades não financeiras
- S12: sociedades financeiras
- S13: administrações públicas
- S14: famílias (consumidores e empresas individuais)
- S15: Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias

Como pode-se observar as normas de contabilidade nacional não identificam um setor diferenciado das entidades de economia social o que resulta em poucos dados estatísticos sobre este setor combinados com critérios heterogéneos em sua elaboração, *e.g.*, o Gráfico 1, *infra*.

Gráfico 1. Peso do setor das Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias (S. 15) no VAB nacional – 2009



Fonte: Eurostat (Contas Nacionais, 2010)

No contexto europeu o peso das instituições sem fim lucrativo a serviço das famílias (S. 15) do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 1995 (SEC95), para o qual existe informação harmonizada, Portugal revela-se pelo elevado peso relativo do setor S.15, *cf.* Gráfico 1, *supra*. Entre os 23 Estados-membros, Portugal posicionou-se como o terceiro país com maior representatividade deste setor em termos de VAB. Destarte a importância das instituições sem fim lucrativo a serviço das famílias (S. 15) na economia portuguesa justifica que se procure aumentar o grau de conhecimento sobre as suas características. Assim, o desenvolvimento da conta satélite da economia social parte da compilação desse dado, das instituições sem fim lucrativo a serviço das famílias (S. 15) de acordo com a nova base das Contas Nacionais Portuguesas.

Portanto, é nesse sentido que Barea e Monzón (2006), assessorados pela equipa do CIRIEC-Internacional, desenvolveram o manual para a elaboração da conta satélite da economia social. Tal documento nasceu com o propósito de estabelecer uma

definição nítida e concisa de empresa de economia social que possa ser utilizada pela contabilidade nacional, delimitando-se o universo objeto de estudo pela conta satélite.

Explica Barea e Monzón (2006) que o manual se ajusta como um complemento do SEC-1995, e internacionalmente com o Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas (SCN-1993). Isso quer dizer que tal documento está dirigido a todos os Institutos de Estatística dos Estados membros da União Europeia e a todas àqueles que trabalham com dados estatísticos direcionados para a Economia Social.

A partir de então desenvolveu-se uma metodologia que permite elaborar contas satélite das OTS de forma coerente com o quadro central das contas nacionais relativo ao SEC-1995. Ademais, permitiu-se também conhecer a magnitude macroeconómica dessas OTS, *i.e.*, produção, valor acrescentado, exploração de excedente bruto, formação bruta de capital, remuneração dos empregados, poupança bruta, capacidade de endividamento, desenvolvimento de uma matriz de contabilidade social. Neste sentido a importância da conta satélite dá-se pelo facto de que a contabilidade nacional efetua uma descrição global da economia, oferecendo informações sobre os grandes montantes nacionais: produto interno bruto, rendimento nacional, consumo privado e público, importações, exportações, etc.

Segundo a resolução do Parlamento Europeu, de 19 de fevereiro de 2009, sobre a economia social [2008/2250 (INI)] o reconhecimento estatístico, item 16 ...

Salienta que a medição da economia social é complementar à medição das organizações sem fins lucrativos, convida a Comissão e os Estados Membros a promoverem a utilização do Manual da ONU sobre as organizações sem fins lucrativos e a preparem contas satélite que permitam melhorar a visibilidade das organizações sem fins lucrativos das organizações de economia social (Parlamento Europeu, 2009: 5, item 16).

Seguindo a orientação do Parlamento, a elaboração da conta satélite toma por base o Manual da ONU sobre as organizações sem fins lucrativos, *i.e.*, mais uma vez excluindo-se as cooperativas, as mútuas e as organizações similares. Todavia,

atendendo este chamado Portugal elaborou um minucioso estudo nesta matéria e publicou, em 2011, a “Conta Satélite das Instituições sem fim lucrativo 2006 – projeto piloto” (INE, 2011). Através desta publicação, o INE, realizou, à divulgação dos resultados da Conta Satélite das Instituições Sem Fim Lucrativo (CSISFL) para o ano 2006. “*A implementação da CSISFL, sob forma de um projeto-piloto, decorre da necessidade de avaliar de forma exaustiva a dimensão económica e as principais características do setor não lucrativo em Portugal*” (INE, 2011: 5).

Enquanto projecto-piloto, a CSISFL portuguesa, para 2006, constituiu uma etapa no desenvolvimento de uma conta mais alargada e completa para a economia social. Efectivamente, a versão apresentada da CSISFL corresponde à denominada “versão reduzida” definida pelo *Handbook Non-Profit Institutions in the System of National Accounts*, que não contempla a contabilização do trabalho voluntário. Como objectivo para a continuação deste projecto, pretende-se elaborar uma Conta Satélite para a Economia Social, como etapa seguinte, abrangendo, para além do âmbito da conta piloto de 2006, o trabalho voluntário e a totalidade das unidades no domínio da chamada economia social. (*ipsis litteris* INE, 2011:5).

Assim, no sentido de dar uniformidade estatística sobre as OTS no contexto europeu, em 2011, decorreu uma investigação portuguesa para se levantar os dados quantitativos da economia social, *i.e.*, incluindo-se as cooperativas e as mútuas. Mediante um protocolo de cooperação entre a Cooperativa António Sérgio (CASES) e o Instituto Nacional de Estatística (INE), esta investigação teve como propósito a elaboração da Conta Satélite da Economia Social, item que aborda-se a seguir.

3.3.2.1. A CONTA SATÉLITE DA ECONOMIA SOCIAL EM PORTUGAL

Segundo Eduardo Graça, presidente da CASES (2012)¹²⁵ “a conta satélite da economia social consiste ao um sistema de informação integrada, que tem como objetivo principal apresentar as atividades relacionadas com a economia social.” O propósito dessa ação foi de *i*) colmatar as lacunas existentes na avaliação da importância da economia social; *ii*) organizar um instrumento analítico capaz de uma leitura quantificada eficaz e pormenorizada do setor; além disso *iii*) obter indicadores que possibilitem uma aferição do peso do setor na estrutura económica nacional.

Em contexto português, segundo dados preliminares divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2012:1-2)¹²⁶, em 2010, a economia social representou 2,80% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) nacional e 4,60% das remunerações. Os dados ainda revelam que as OTS comportam 4,70% do emprego total e 5,50% do emprego remunerado, sendo ambos os casos medidos em unidades de trabalho equivalentes a tempo completo (ETC)¹²⁷, *cf.* Quadro 5 mais à frente, principais indicadores por atividade relativo ao ano de 2010. A remuneração por trabalho equivalente a tempo completo nas OTS era de 83,40% da média nacional¹²⁸.

¹²⁵ O doutor Eduardo Graça é um dos integrantes que compõe o conjunto de especialistas que foram entrevistados para esta tese. Reuni-me com o Dr. Eduardo Graça no seu gabinete na CASES, em 10 de janeiro de 2012, para uma entrevista semiestruturada, por duas horas. Além disso, no ano de 2012 participei e acompanhei diversos seminários, congressos, e outras reuniões de cunho científico organizadas pela CASES, sendo o último encontro para a divulgação dos dados preliminares da Conta Satélite de Economia Social, um marco no campo da economia social em Portugal. Outras informações, com mais detalhes, pode-se obter pela página da organização: www.cases.pt

¹²⁶ O INE procede à divulgação dos resultados preliminares da Conta Satélite da Economia Social, na sequência da publicação da Conta Nacional anual de 2010. No Portal do INE, na área dedicada às Contas Nacionais (secção das Contas Satélite), é possível aceder a informação adicional. http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_contas_nacionais&contexto=cs&selTab=tab3&perfil=97154797&INST=116634832

¹²⁷ “*Refere-se a unidades de trabalho a tempo completo e, em termos abreviados, é obtido dividindo o total de horas trabalhadas pela média anual de horas trabalhadas em empregos a tempo completo no território económico*” (INE, 2012: 8).

¹²⁸ De acordo com os dados do INE, em 2010, o salarial médio mensal líquido dos trabalhadores por conta de outrem fixava-se nos 777€ (setecentos e setenta e sete euros). Ao todo, há cerca de 1.440.000 (um milhão quatrocentos e quarenta mil) trabalhadores que recebem menos de 600 euros por mês, perto de 37% (trinta e sete por cento) do total de trabalhadores por conta de outrem que há no País. De acordo com os números do INE, é no setor da agricultura, pecuária e pescas que os salários são mais baixos. No universo de 82.000 (oitenta e dois mil) profissionais que trabalham neste setor, apenas 3.200 (três mil e duzentos) trabalhadores ganham mais de 900€ (novecentos euros) por mês. Aqui, mais de 60% (sessenta

Na sequência da informação estatística, o INE (2012: 1) revela que este setor integrava cerca de 55.000 (cinquenta e cinco mil) empresas, atuando em diversas áreas de atividade económica. Porém, neste âmbito as OTS que mais se destacaram foram os serviços de solidariedade social, significando um peso de 41,40% relativo no VAB da economia social.

Em Portugal, segundo os dados do INE (2012), as OTS caracterizam-se por forte heterogeneidade que compõem diversas áreas de atividade económica, confirmando-se os estudos elaborados tanto pelo CNSP quanto pelo CIREC desde o princípio dos anos noventa, *cf.* Quadro 5, *infra*.

Quadro 5. Principais Indicadores por Atividade (2010)

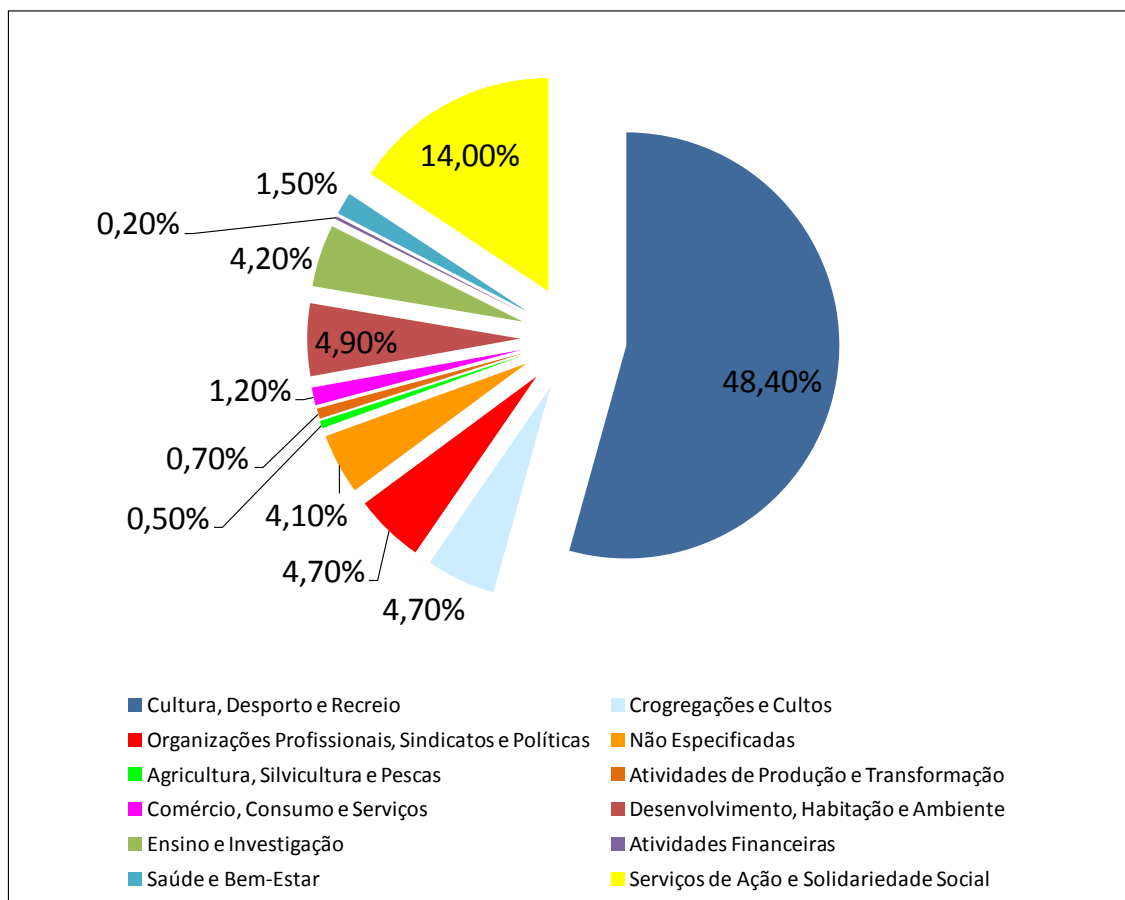
Classificação das OTS	Unidades	Emprego	Emprego Remunerado	VAB
	Nº	ETC	ETC	10 ³ Euros
Agricultura, Silvicultura e Pescas	285	962	925	10.617
Atividades de Produção e Transformação	385	6.445	6.377	217.354
Comércio, Consumo e Serviços	669	7.239	7.154	129.280
Desenvolvimento, Habitação e Ambiente	2.179	6.775	6.535	63.598
Atividades Financeiras	98	7.280	7.280	528.826
Ensino e Investigação	2.325	21.811	21.693	502.053
Saúde e Bem-Estar	805	9.461	9.460	149.866
Serviços de Ação e Solidariedade Social	7.740	77.472	77.438	1.763.284
Cultura, Desporto e Recreio/Lazer	26.79	53.386	53.124	287.977
Cultos e Congregações	8.728	21.851	21.851	586.241
Organizações Profissionais, Sindicais e Políticas	2.581	9.776	9.427	17.792
Não Especificadas	2.269	4.799	4.783	3.443
Total da Economia Social	55.383	227.257	226.047	4.260.331
Total da Economia	-	4.792.750	4.138.163	151.413.479
Economia Social / Economia Nacional	-	4,7%	5,5%	2,8%

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social, dados preliminares; Contas Nacionais (2012:2)

por cento) dos trabalhadores recebem um salário inferior a 600€ (seiscentos euros) mensais. No que diz respeito a remuneração média, é aqui que se registam os valores mais baixos: 531€ (quinhentos e trinta e hum euros) mensais, contra os 703€ (setecentos e três euros) registados no setor da indústria, construção e energia, e os 821€ (oitocentos e vinte e hum euros) que auferem, em média, os trabalhadores dos serviços.

Em termos de unidades que integram o referido setor, as organizações com maior expressão em unidades recai na área da cultura, desporto e recreio, que em 2010 concentrava 48,40%, quase a metade do total das unidades das OTS portuguesas. Com menor expressão em termos de unidade aparecem a agricultura, silvicultura e pescas com o percentual de 0,50%, representando 0,20% em atividades financeiras, *cf.* gráfico unidades da economia social, por atividade em 2010, *infra.*

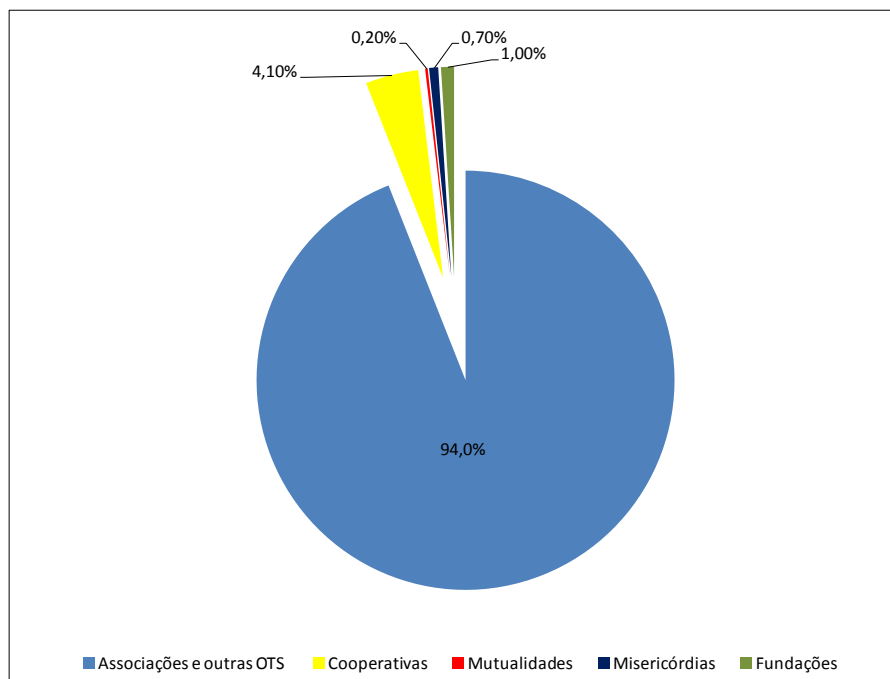
Gráfico 2. Unidades da Economia Social, por atividade em 2010



Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social, dados preliminares (2012: 4)

Com referência aos principais indicadores por grupo de entidades da economia social, segundo os dados do INE (2012: 3), as associações e outras OTS representavam 94,0% do total de empresas neste setor. Em segundo lugar aparecem as cooperativas com um percentual de 4,10%. Em percentuais menores, as fundações, as misericórdias e as mutualidades prospetivamente, *cf.* Gráfico 3, a seguir, unidades da economia social, por grupo de entidades em 2010.

Gráfico 3. Unidades da Economia Social, por grupo de entidades em 2010



Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social, dados preliminares (2012: 4)

Quando analisado os principais indicadores por grupo de entidades da economia social (2010), as associações destacam-se das demais OTS com um total de 52.086 (cinquenta e dois mil, oitenta e seis) unidades, geradoras de 146.630 empregos remunerados. Neste âmbito, as cooperativas aparecem em segundo lugar com maior peso relativo, 2.260 (dois mil e duzentos sessenta) unidades que empregam 31.783 (trinta e hum mil, setecentos e oitenta e três) trabalhadores por tempo inteiro. Observar, a seguir, Quadro 6, a seguir, principais indicadores por grupo de entidades da economia social, dados relativos ao ano de 2010.

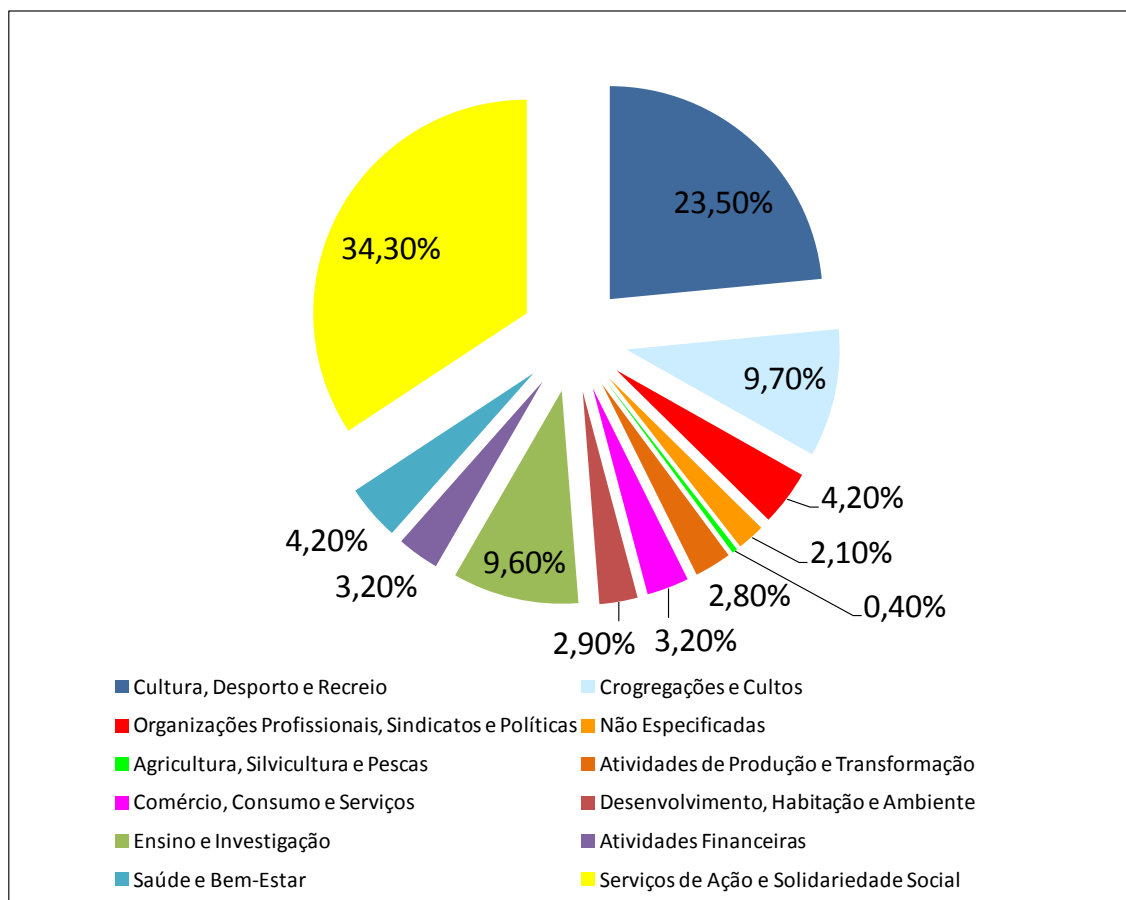
Quadro 6. Principais Indicadores por Grupo de entidades da Economia Social (2010)

Classificação das organizações da economia social	Unidades	Emprego remunerado	VAB	Remunerações	VAB Emprego	Remunerações Emprego Remunerado
	Nº	ETC	10 ³ Euros	10 ³ Euros	10 ³ Euros	
Cooperativas	2.260	31.783	747.162	657.269	23,5	20,7
Mutualidades	119	4.537	332.249	176.244	73,2	38,8
Misericórdias	381	32.493	518.301	426.939	16,0	13,1
Fundações	537	10.604	361.073	215.124	34,1	20,3
Associações e outras organizações	52.086	146.630	2.301.546	2.480.158	15,6	16,9
Total da Economia Social	55.383	226.047	4.260.331	3.955.734	18,7%	17,5%
Total da Economia	-	4.138.163	151.413.479	86.813.942	31,6	21,0
Economia Social / Economia Nacional	-	5,5%	2,8%	4,6%	59,3%	83,4%

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social, dados preliminares (2012: 3)

Relativamente ao Quadro 6 *supra*, pode-se fazer a leitura em termos de emprego, trabalho por tempo inteiro (ETC remunerado). Assim, pode-se observar uma hierarquização distinta das atividades em comparação ao que foi percebido no número de unidades (INE, 2012: 4). Destarte, a partir do Gráfico 4, é possível perceber que 34,3% do emprego neste setor converge nos serviços de ação e solidariedade social. Além disso, em grau de importância, as atividades de cultura, desporto e recreio (23,5%), cultos e congregações (9,7%) e ensino e investigação (9,6%), *cf.*, Gráfico 4, emprego na economia social, por atividade (ETC Remunerado) relativo ao ano de 2010, a seguir.

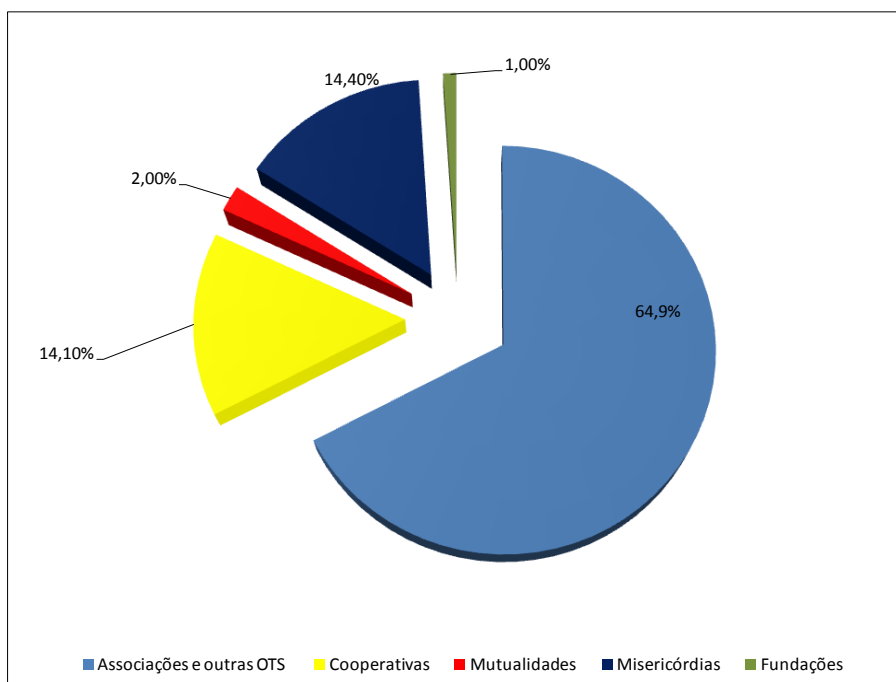
Gráfico 4. Emprego na economia social, por atividade (ETC Remunerado, 2010)



Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social, dados preliminares (2012: 4)

A importância das associações fica fortemente marcado quando se subdivide o emprego (ETC remunerado) por grupos de entidades do terceiro setor. Diante disso, com base nos dados do INE (2012:4), observa-se que categoria que marca as associações e outras OTS representavam, em 2010, o percentual de 64,9% do total. Neste contexto, sobressai as misericórdias com o percentual de 14,4%, seguindo-se das cooperativas 14,1%, depois as fundações 4,7% e, por último, as mutualidades com o percentual de 2,0%. Esses dados, relativos ao ano de 2010, podem ser observados no Gráfico 5, emprego na economia social, por grupo de entidades, emprego por tempo completo (ETC) remunerado, a seguir.

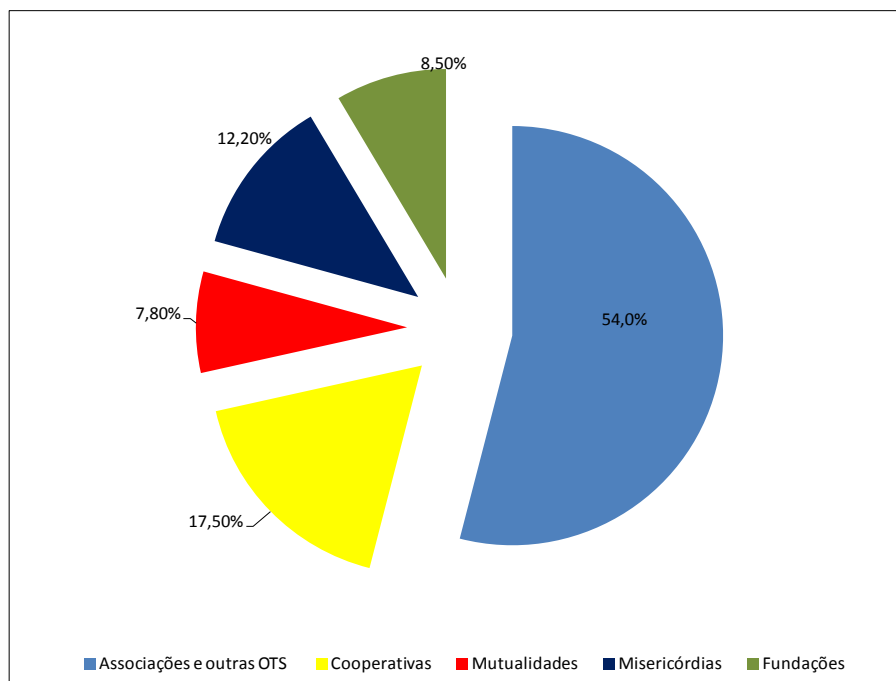
Gráfico 5. Emprego na economia social, por grupo de entidades (ETC remunerado, 2010)



Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social, dados preliminares (2012: 4)

Segundo anotação do INE (2012:3), dados estatísticos referentes ao ano de 2010, as associações e as outras OTS são responsáveis por 54,0% do VAB da economia social, 64,9% do emprego (trabalho por tempo completo remunerado) e 62,7% das remunerações. As cooperativas representam 17,5% do VAB da economia social, a seguir as misericórdias com 12,2%, depois as fundações com 8,5% e, por último, as mutualidades com 7,8%, *cf.* Gráfico 6, a seguir.

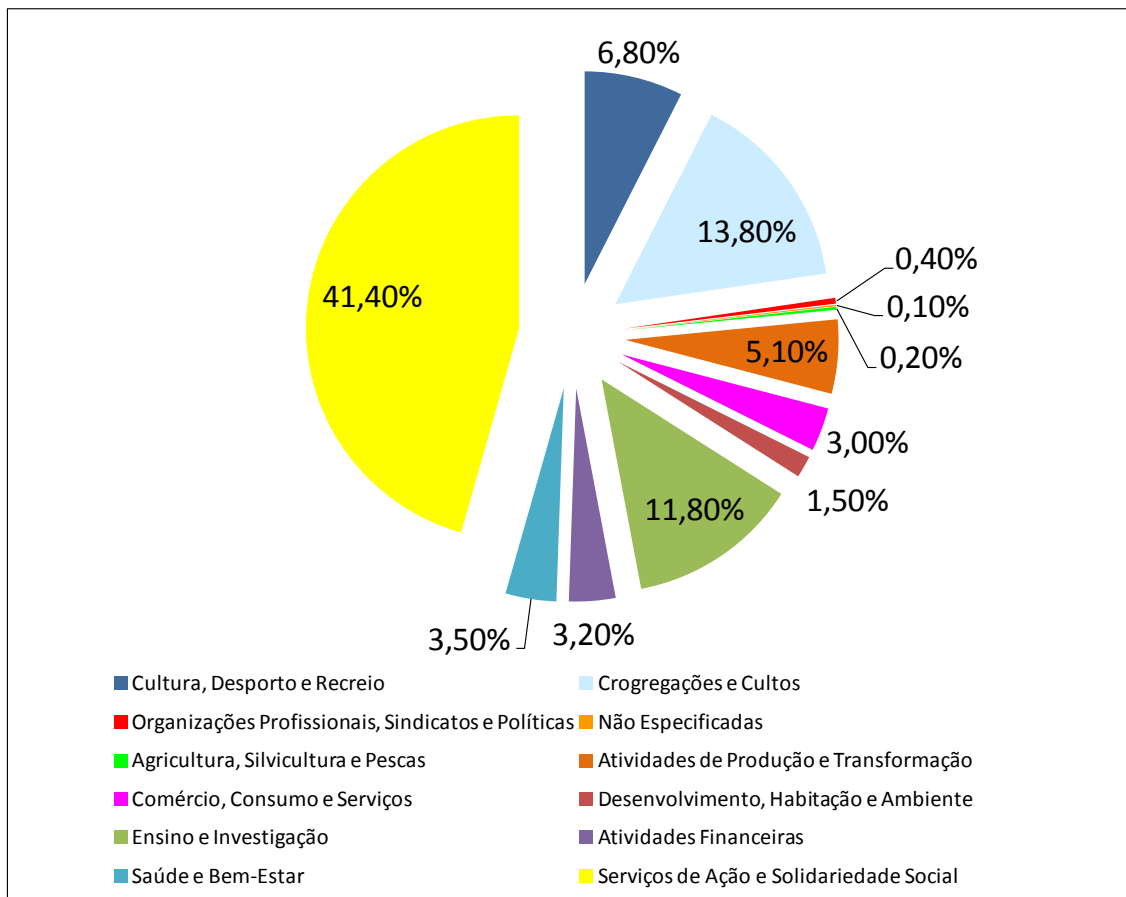
Gráfico 6. VAB das organizações da economia social, por grupo de entidades (2010)



Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social, dados preliminares (2012: 5)

Quando analisado o VAB das OTS, por atividade verificou-se que as organizações atribuídas aos serviços de ação e solidariedade social se sobressaíram mais uma vez com um percentual de 41,4%. Neste contexto outras atividades que se destacaram foram os cultos e congregações com 13,8%, seguidas das atividades financeiras com 12,4% e com as atividades de ensino e investigação com 11,8% do VAB da economia social, *cf.* Gráfico 7, a seguir.

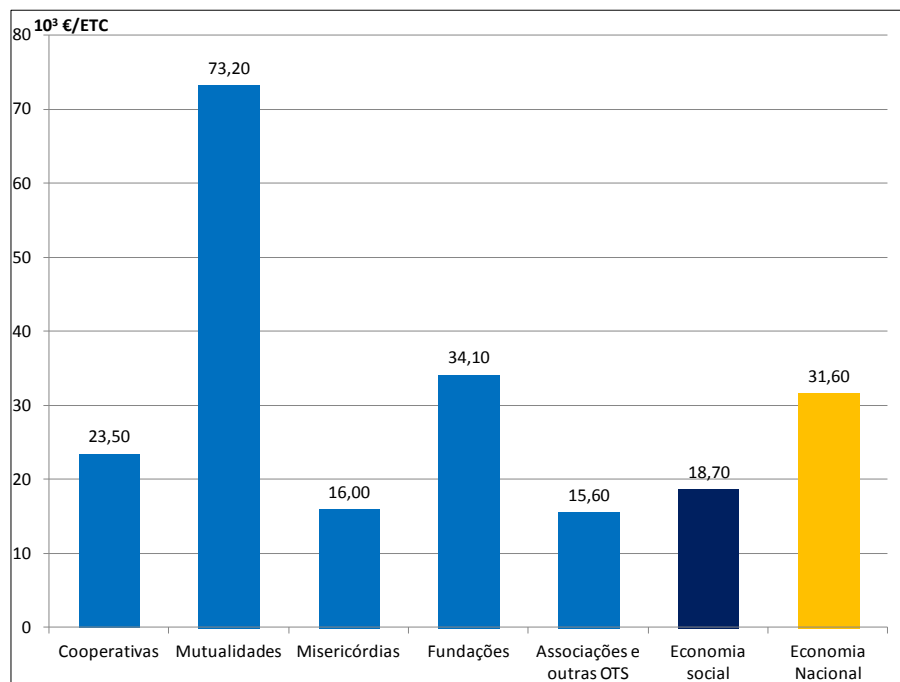
Gráfico 7. VAB das organizações da economia social, por atividade (2010)



Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social, dados preliminares (2012: 5)

O relatório estatístico do INE (2012:5) sublinha que as mutualidades e as fundações registaram o VAB gerado por emprego a tempo completo (ETC) mais elevado. Ambos grupos de entidades da economia social com um rácio superior ao da média nacional, *cf.* Gráfico 8, a seguir.

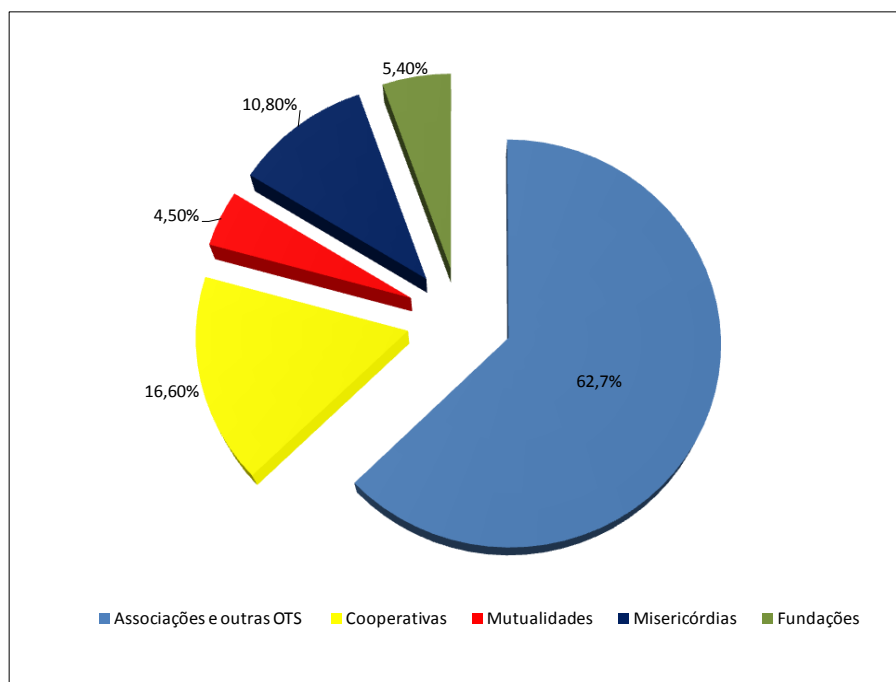
Gráfico 8. VAB/Emprego, por grupo de entidades da economia social (2010)



Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social, dados preliminares (2012: 5)

Sobre as remunerações pagas neste setor, novamente sobressaem as associações e outras organizações da economia social como o grupo mais importante, 62,7%, *cf.* Gráfico 9, remunerações das organizações da economia social, por grupo de entidades relativo ao ano de 2010, a seguir. Em seguida aparecem as cooperativas com o percentual de 16,6%, as misericórdias com 10,8% e as mutualidades com 4,5%.

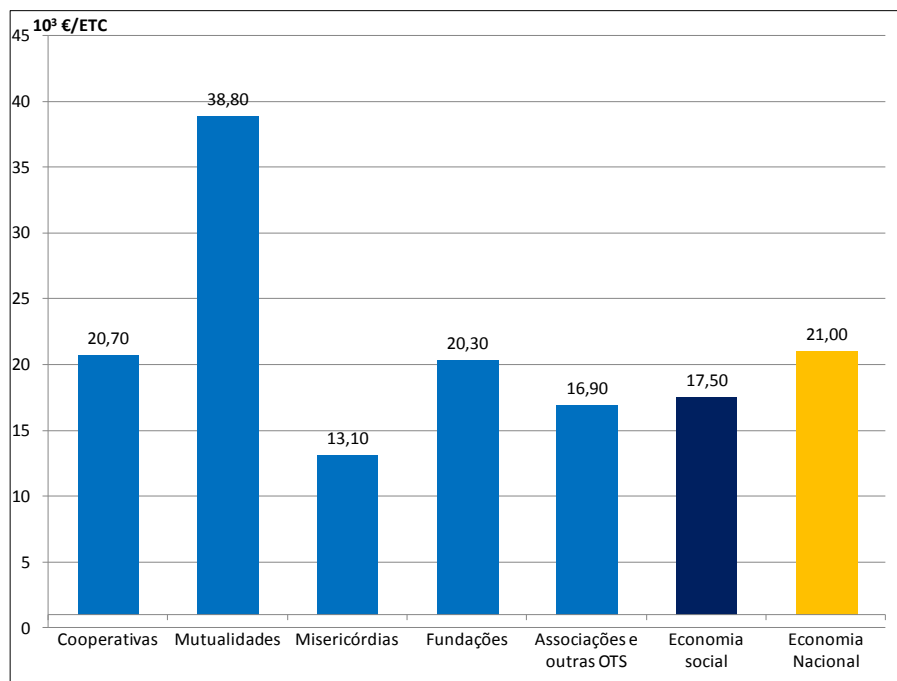
Gráfico 9. Remunerações das organizações da economia social, por grupo de entidades (2010).



Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social, dados preliminares (2012: 5)

Os dados do INE (2012) revelam que no campo da remuneração média por emprego por tempo completo remunerado, as OTS apresentaram uma dispersão significativa por grupo de entidades. Nesta área as mutualidades constituíam o grupo da economia social com remuneração média mais elevada *cf.* Gráfico 10, mais à frente, remunerações/emprego (ETC remunerado), por grupo de entidades referente ao ano de 2010.

Gráfico 10. Remunerações/emprego (ETC remunerado), por grupo de entidades (2010)



Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social, dados preliminares (2012: 6)

Sobre a economia social na economia portuguesa, os resultados preliminares, (*cf.* Quadro 7, mais à frente, conta de exploração da economia social) revelam que, apesar das especificidades deste setor, de modo global a relação entre VAB e a produção é análogo à do conjunto da economia (INE, 2012). Neste contexto, os dados relativos ao ano de 2010, referentes a produção e VAB da economia social representavam, 2,8% da economia nacional. Porém, no que se atribui aos outros componentes da conta de exploração, os pesos relativos diferenciam-se. Assim, as remunerações figuravam-se em 4,6%. Os outros subsídios à produção (neste item se incluem os subsídios para apoio à formação profissional e subvenções a atividades culturais, desportivas e artísticas) tinham um peso relativo maior, 21,2%. Os outros impostos sobre produção tinham um peso relativo menor, 1,0%. No conjunto da economia, o excedente bruto de exploração gerado na economia social revelou um peso diminuto, 1,2%, contudo, algo já esperado devido à natureza das entidades que a compõem, *cf.* Quadro 7, a seguir.

Quadro 7. Conta de exploração da economia social (2010)

Operações SEC		Economia social	Economia nacional	Economia social Economia nacional
		10 ³ euros	10 ³ euros	%
1	Produção	8.900.771	323.612.089	2,8%
2	Consumo intermédio	4.640.440	172.198.610	2,7%
3=1-2	VAB	4.260.331	151.413.479	2,8%
4	Remunerações	3.955.734	86.813.942	4,6%
5	Outros impostos sobre a produção	14.953	1.496.682	1,0%
6	Outros subsídios à produção	523.816	2.465.316	21,2%
7=3-4-5-6	Excedente bruto de exploração	813.460	65.55568.171	1,2%

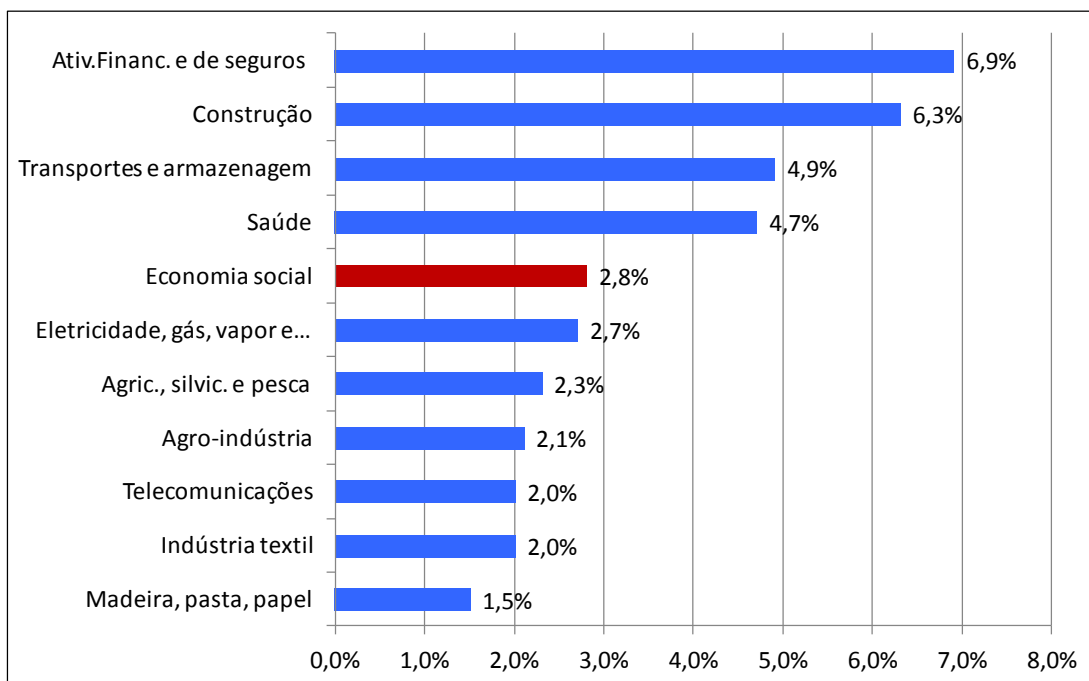
Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social, dados preliminares (2012: 7)

Notas:

- 1) “Outros impostos sobre a produção – são impostos em que as empresas incorrem pelo facto de se dedicarem à produção, independentemente da quantidade ou do valor dos bens e serviços produzidos ou vendidos. Podem ser devidos por terrenos, ativos fixos ou mão de obra empregada no processo de produção ou em certas atividades ou operações.
- 2) Outros subsídios à produção – são subsídios recebidos por unidades produtivas residentes em consequência da sua atividade produtiva, não ligados à quantidade ou ao valor dos bens e serviços produzidos ou vendidos” (INE, 2012: 7)

Pode-se observar a importância das OTS, nomeadamente das atividades deste setor através do Gráfico 11, peso do VAB da economia social e de alguns ramos de atividade, na economia nacional, referente ao ano de 2010. Neste caso o peso relativo no VAB da economia social foi ligeiramente superior ao do ramo de atividade da produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio, em 2010.

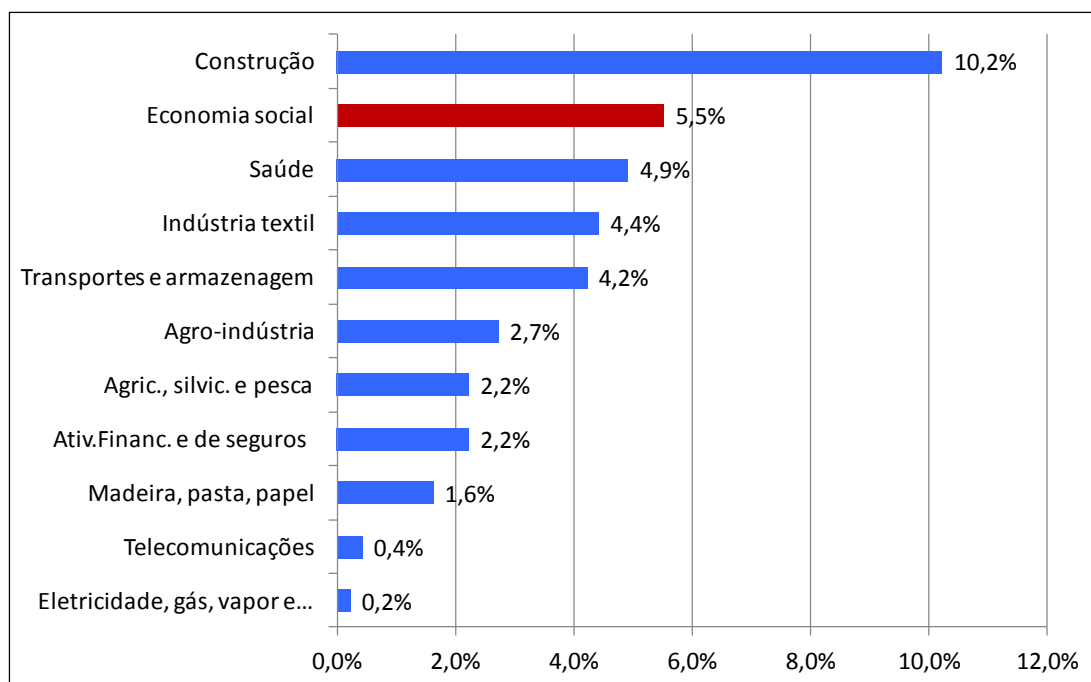
Gráfico 11. Peso do VAB da economia social e de alguns ramos de atividade, na economia nacional (2010).



Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social, dados preliminares (2012: 7)

Ainda nesse contexto, como referência comparativa apresenta-se também o Gráfico 12, peso do emprego (ETC remunerado) da economia social e de alguns ramos de atividade, na economia nacional, 2010. Em termos do peso relativo no emprego (ETC) remunerado total, este indicador para a economia social superou em quase um ponto percentual o correspondente ao ramo de atividades de saúde humana, onde também estão presentes unidades do setor da economia social (INE, 2012: 7).

Gráfico 12. Peso do emprego (rem) da economia social e de alguns ramos de atividade, na economia nacional (2010)



Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social, dados preliminares (2012: 7)

Como referências metodológicas “*as Contas das Contas Nacionais têm como ponto de partida conceptual os conceitos e métodos das Contas Nacionais, definidas no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 95)*”, dilucida o INE (2012: 8). Nesse sentido, segundo o INE, em vários pontos, as Contas Satélite compõem extensões e pormenores das Contas Nacionais, o que torna simples a interpretação dos seus resultados.

Concernente a Conta Satélite da Economia Social, essa divergência assenta essencialmente no uso de conceitos, métodos, classificações e regras contabilísticas do *Handbook on Non-Profit Institutions in the System of National Accounts*, das Nações Unidas (UN, 2003) que se fundamenta no Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas de 1993 (SCN 93). Além disso, a Conta Satélite da Economia Social também se baseia no trabalho coordenado por Barea e Monzón (2006), manual para elaboração das contas satélites das empresas de economia social: cooperativas e mútuas, publicado pelo CIRIEC. Segundo o INE (2012), ambos manuais propiciam um melhor enquadramento

à elaboração da Conta Satélite, mas também constituem referências internacionais, o que permite a comparação com outras experienciais nacionais.

Neste contexto, segundo o INE (2012:9) a compilação desta conta satélite referente ao ano de 2010 apoiou-se na estrutura setorial do Sistema de Contas Nacionais Portuguesas, e as unidades desta conta satélite são constituídas por:

- Instituições sem fim lucrativo classificadas no setor das sociedades não financeira (S.11), *e.g.*, cooperativas, exceto Caixas de Crédito Agrícola Mútuo; escolas, universidades e centros de investigação; associações de desenvolvimento económico, social, comunitário; associações patronais e associações profissionais, etc.;
- Instituições sem fim lucrativo mercantis classificadas no setor das sociedades financeiras (S.12), *e.g.*, associações mutualistas; Caixa de Crédito Agrícola Mútuo;
- Administrações Públicas (S.13), *e.g.*, *régies* cooperativas;
- Instituições sem fim lucrativo de pequena dimensão classificadas no setor das famílias (S.14), *e.g.*, associações de pais e de encarregados de educação; administrações de condomínios; associações de moradores; etc.;
- Unidades institucionais classificadas no setor das Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (S.15); *e.g.*, associações de solidariedade social, lares, casas do povo, centros de dia, misericórdias; clubes desportivos e recreativos; associações de desenvolvimento local; partidos políticos, sindicatos, centros paroquiais, sinagogas, mesquitas, templos e santuários, organizações não-governamentais, etc. (INE, 2012:9).

Esclarece o INE que as unidades que formam o universo da Conta Satélite foram objeto de uma dupla classificação: Primeiro por “Nomenclatura de Ramos das Contas Nacionais (NRCN06) (coerente com a CAE Rev. 3). Segundo por Classificação das Organizações da Economia Social, que constitui uma adaptação da ICNPO, do *Handbook on Non-Profit Institutions in the System of National Accounts*, das Nações

Unidas. “O critério de classificação das unidades da economia social foi a atividade principal da unidade institucional, tendo como referência a classificação da NRCN06” (INE, 2012: 10). A título de exemplo do assunto aqui abordado, apresenta-se o Quadro 8 – tipos de entidades da economia social, *infra*.

Quadro 8 . Tipos de Entidades da Economia Social, alguns exemplos.

Classificação das organizações da economia social	Exemplos
Agricultura, silvicultura e pescas	Cooperativas agrícolas, florestais e de pescas.
Atividades de produção e transformação	Adegas cooperativas, cooperativas leiteiras, de produção de azeite, de produção têxtil, etc.
Comércio, consumo e serviços	Cooperativas de consumo, comercialização, de distribuição e de serviços , <i>e.g.</i> , rádios e táxis.
Desenvolvimento, habitação e ambiente	Associações de desenvolvimento económico, social e comunitário, associações de proteção animal e ambiental, cooperativas de habitação e construção, etc.
Atividades financeiras	Caixas de crédito agrícola mútuo, caixas económicas, (<i>e.g.</i> , Montepio), e associações mutualistas.
Ensino e investigação	Universidades privadas (Fundações, Cooperativas e Associações), centros de investigação das universidades públicas e colégios de ensino básico e secundário, etc.
Saúde e bem-estar	Hospitais e clínicas de reabilitação, casas de saúde, centros de saúde mental e apoio psicológico, medicinas alternativas, etc.
Serviços de ação e solidariedade social	Serviços de ação social (<i>e.g.</i> , Misericórdias, associações de socorro mútuos), associações de solidariedade social, lares de idosos, serviços de apoio à infância e aos jovens , etc.
Cultura, desporto e recreio/lazer	Grupos folclóricos, clubes desportivos, cas do povo, associações recreativas, fundações culturais, <i>e.g.</i> , Fundação Oriente, etc.
Cultos e congregações	Centros paroquiais, dioceses, confrarias e irmandades, outras instituições religiosas, etc.
Organizações profissionais, sindicais e políticas	Organizações cívicas e de defesa de direitos dos indivíduos, federações, confederações, sindicatos, etc.
Não especificadas	Associações de proprietários, de residentes, de condomínios, etc.

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social, dados preliminares (2012: 10)

Para a elaboração da Conta Satélite da Economia Social referente ao ano de 2010 o INE usou como fontes de informações para a estimativa das variáveis monetárias e não monetárias os dados contidos em:

- Informações Empresarial Simplificada (IES);
- Orçamento e Contas de Instituições Particulares de Solidariedade Social (OCIP);
- Relatórios de Contas;
- Balancetes analíticos detalhados das entidades da administração central;
- Censos às Fundações (Inspeção Geral de Finanças);
- Inquérito ao Emprego (INE), (INE, 2012: 10).

Segundo informações do INE, os resultados finais da conta satélite apresentando detalhes mais aprofundados e tratamento de dados mais exaustivo, nomeadamente ao trabalho voluntário, “*tendo como referência resultados de um módulo de questões adicionais introduzidas no Inquérito ao Emprego 3º trimestre de 2012*”, serão publicados no final do primeiro trimestre de 2013 (INE, 2012:2).

No âmbito da conta satélite o INE (2012) usou o recente conceito que surge no Relatório *The Social in the European Union*¹²⁹ para delimitar conceptualmente economia social. Entendendo-se por economia social ...

O conjunto de empresas privadas, organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de adesão, criadas para satisfazer as necessidades dos seus membros através do mercado produzindo bens e serviços, assegurando o financiamento, onde o processo de tomada de decisão e distribuição de benefícios ou excedentes pelos membros não estão diretamente ligados ao capital ou quotas de cada um, correspondendo a cada membro um voto. A economia social agrupa também as entidades privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de adesão, que produzem serviços não mercantis para as famílias e cujos excedentes, quando existem, não podem ser apropriados pelos agentes económicos que os criam, controlam ou financiam. (INE, 2012:2).

Pode-se dizer que, o conceito adquiriu uma definição mais rigorosa com as características comuns de OTS no âmbito da economia social, ajuntando-se as suas diferentes classes de associações e organizações que as distingue das demais entidades mercantis. Tem-se a partir desse documento, uma definição e um campo de estudo capaz de identificar internacionalmente unidades institucionais com características comuns, e de comportamento económico homogéneo. Por conseguinte, em que essas

¹²⁹ Disponível em: <http://www.eesc.europa.eu/resources/docs/qe-31-12-784-en-c.pdf>

organizações prescindem de critérios jurídicos e administrativos diferentes, as vezes contraditórios entre si, segundo cada país.

Nas palavras de Barea e Monzón (CIREC, 2006:38) esta definição segue os critérios de delimitação conceitual de economia social estabelecida por Barea (1990), Chaves e Monzón (2001) e Barea e Monzón (2006). Assim, aflui com os critérios que demarcam a economia social estabelecidos na Carta de Economia Social (CNLAMCA,1980), e mediante o “*Conseil Wallon de l’Economie Sociale, (1990) e CMFA e CEP-CMAF (2000)*” (cit.in, CIRIEC, 2006:38). Alia-se, ainda, com as definições elaboradas no âmbito da literatura económica, entre elas as definições elaboradas por Desroche (1983), Defourny e Monzón (1992), Defourny *et al.* (2000), Vienney (1999) e Demoustier (2006a, b).

3.4. ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

As organizações do terceiro setor originaram-se do movimento da sociedade civil organizada (Osborne, 2008). Este movimento ganhou maior expressão no princípio do século XIX a caminho da modernidade como primeira resposta ao utilitarismo – o papel do interesse social – como uma forma de consequencialismo: agir sempre de forma a produzir a maior quantidade de bem-estar (Arocena, 1996, Santos, 2003b). Neste âmbito, define-se a sociedade civil organizada como “*o conjunto de todas as estruturas organizativas cujos membros servem o interesse geral através de um processo democrático de discurso e de entendimento e atuam como intermediários entre os poderes públicos e os cidadãos*” (CESE, 1999:9).

As organizações do terceiro setor podem ser entendidas como espaços dinâmicos; como um lugar de aprendizagem coletiva, capaz de resolver problemas prementes na comunidade local graças a participação ativa do ator social (Carvalho Ferreira, 2007d). As organizações do terceiro setor caracterizam-se por diversos modelos organizativos que são formas de experimentação social, “*são alvos de observação dos quais decorre o objeto científico da sociologia económica*” (Carvalho

Ferreira, 2007d:3). Espaços abertos ao debate pluralista, um dos pressupostos de democracia inteligente onde é possível a geração de uma aprendizagem social contínua (Coraggio, 2007a). Neste ínterim, as organizações do terceiro setor podem ser consideradas como escolas da democracia comprometidas com o desenvolvimento local (Coraggio, 2007c).

A história revela que através do associativismo e do cooperativismo foi possível construir uma economia diferente (Chanial e Laville, 2001). No princípio histórico, a sociedade civil organizada foi fruto da influência dos pensadores do socialismo utópico, uma emergência da economia não capitalista. Na linha de pensamento, explicam Chanial e Laville (2001), vê-se nitidamente a hibridação da economia, isto é o princípio das organizações do terceiro setor. Entende-se que esta é a resposta da sociedade civil às condições de economia em qualquer tempo da história (Eme *et al.*, 1999). Assim, desde àquela época, princípio do século XIX, a influência do socialismo utópico está assente na forma de experiências de associações através da democratização que permite o trabalho sobre o capital na organização de uma outra economia (Chanial e Laville, 2001).

Todavia, observa-se que, com o passar do tempo, a sociedade perdeu a memória das formas antigas de economia do terceiro setor. Tendo por base os trabalhos de Laville (2000a, 2007 e em especial de 2010 e 2011), lucubra-se sobre esta questão, em três fases, ou três projetos como o autor se refere. Primeiro, século XIX – a dinâmica democrática assentava no processo económico (Laville, 2000a). Segundo, adentra o processo económico pela via de Smith e Marx para atingir a economia do terceiro setor (Laville 2007)¹³⁰. Expõe o autor que, há aqui, nesta segunda fase, a reconfiguração dos projetos socialistas, uma vez que há mudança no comportamento do trabalhador operário, *i.e.*, a classe operária movimenta-se para o associativismo contrapondo o capitalismo. Tem-se por detrás desse comportamento uma questão política, como é o caso de alguns líderes de governo desvalorizar o movimento do associativismo e do cooperativismo. Esta opção levanta o argumento do socialismo científico criticando o socialismo utópico como romancear a sociedade para as questões de impacto económico

¹³⁰ O autor retoma essa análise em Coimbra, Colóquio Internacional (Laville, 2011).

e de desenvolvimento para o tecido societal. Explica-nos Laville, o associativismo deu origem a economia do terceiro setor. Esta economia é a diferenciação das instituições – isomorfismo institucional – que acabou sendo influenciado pelas organizações dos setores público e privado, *i.e.*, perdeu-se a capacidade de se questionar a matéria estritamente social ligada à sociedade. A terceira fase ou terceiro projeto refere-se ao período que se instala depois da Segunda Grande Guerra (Laville, 2010). O autor analisa este momento sob o prisma do Estado-Providência: o desenvolvimento económico com desenvolvimento social. A sociedade, de modo geral, pensou que esta complementaridade a levaria a um mundo melhor. Enganou-se! (exclama o autor em Laville, 2010). Porquanto, tem-se, após os trinta anos gloriosos, uma crise. O que se chama hoje de crise ecossocioeconómica é uma sucessão de crise desde os anos setenta demarcada no campo social, económico, cultural e no campo ambiental. Uma ideologia do progresso. Crise do Estado-Social (Laville, 2010). Volta-se, então, as experiências de novos movimentos sociais através dos quais se procura novas práticas de economia para um futuro possível, aduz Laville (2011). Surge, assim, a partir dos anos oitenta, um conjunto de práticas, que pode-se chamar de experimentos sociais, mais definido para responder o que é o novo capitalismo. Na ideia que o autor delineia há uma multiplicação de práticas de OTS que se espalham pelo mundo, *e.g.*, comércio justo, microcrédito, cooperativas sociais, associações em defesa do ambiente, etc. Busca-se difundir um novo arcaboço social com relações diferentes, como defesa do trabalhador, um mundo menos desigual.

Destarte, percebe-se melhor o terceiro setor quando se rompe com a concepção de que a economia é exclusivamente mercado e se reconhece que em todas as sociedades há várias formas de organizações de empresas (Laville, 2007). Que além da visão material e do lucro, existem outras motivações humanas que conduzem essas organizações a produzirem bens e serviços. A solidariedade, a reciprocidade, a cooperação, por exemplo, vem sendo novas expressões de ação, agem como vetor organizador da produção e um estímulo às organizações do terceiro setor (Laville, 2007).

Pode-se dizer que as organizações do terceiro setor se colocam como um novo paradigma imbuídas em apresentar soluções para a crise ecossocioeconómica que gerou

a exclusão de milhões de pessoas. Neste contexto, as OTS têm como finalidade a reintegração social, o desenvolvimento mais integral do ator social e do espaço/território (Coraggio 2007b). O comportamento dessas organizações tendem a favorecer o progresso ecossocioeconómico de uma região, o qual pode ser medido pela realização das condições que favorecem o ator, o tecido social e o desenvolvimento local e sustentável (Coraggio, 2007b).

Desta forma, não se trata de opção ou de idealismo, mas urge buscar novas formas de organizações com o objetivo de superar os ditames da ortodoxia convencional (Favreau *et al.*, 2002). Destarte, o terceiro setor é inovador, porquanto gera possibilidade demarcada pela cooperação recíproca e pela democracia participativa no sentido de fomentar o DLS (Favreau, 2008). Este setor concebe uma nova lógica para a organização da produção, nomeadamente no âmbito do associativismo e do cooperativismo. Neste contexto o futuro desejável só pode passar por economias plurais. Um contributo que vem de outras manifestações de economia produzida pela ação da sociedade civil organizada, como as atividades oriundas de associações e cooperativas no terreno (Laville, 2011).

As organizações do terceiro setor podem ser entendidas como uma ação da sociedade em atividade política e democrática (Carvalho Ferreira, 2007b). No atual contexto de crise ecossocioeconómica, o papel das OTS pode ser entendido como o regresso à teoria. Portanto, o regresso à história da sociedade como uma forma de esclarecer à economia atual o papel das organizações de associativismo e cooperativismo, assunto que aborda-se nos itens que subseqüentes.

3.4.1. ASSOCIATIVISMO

O associativismo é uma forma de expressão do homem na condição de *ser social, ser solidário, ser livre, ser cooperante*. O ato de se associar revela-se pela ação do viver do indivíduo em grupo, em sociedade (Laville, 2010). A história revela que a associação é um manifesto social que busca solucionar problemas ecossocioeconómicos. Para Carvalho Ferreira (2009:1) *“a importância histórica do associativismo como um fenómeno de ação coletiva em qualquer processo de mudança social é um facto inelutável”*. O associativismo é o projeto formado, a partir de ações coletivas implementadas por cidadãos livres e iguais referentes a um bem comum (Frantz, 2012). Neste sentido o associativismo pode ser entendido como um conjunto de pessoas que aglutinam forças e iniciativas de cooperação imbuídas em assistir as desigualdades e para a promoção do desenvolvimento local sustentável.

O associativismo é um movimento social que demarca a condição de uma outra economia, fundamentando-se na prática de associar ideias para a concretização de interesses comuns (Laville, 2010). Um modelo alternativo de DLS alicerçado por uma economia e uma política da sociedade civil que se opõe a individualização das relações mercantil existente pela subordinação do mercado com os requisitos da democracia (Chanial e Laville, 2001). Um movimento que propulsa, a partir da compreensão da realidade local, a ação coletiva na criação de associações de pessoas com o objetivo de ultrapassar necessidades cada vez mais difíceis de serem satisfeitas individualmente (Coraggio, 2011b). Neste contexto, de acordo com a história, o associativismo, como se entende hoje, forma-se por ações do homem em sociedade no decorrer do tempo, se estendermos às características funcionais de algumas associações hoje (Chanial e Laville, 2001).

Explica Coutinho (2002) que diversos foram os movimentos sociais que configuraram o que se considera hoje o terceiro setor da economia expressos por organizações em sistema de associações, mutualidade e cooperativas. Este entendimento vem desde a antiguidade grega e romana com as organizações profissionais, clubes, ginásios e escolas daquela época. As associações aparecem também na Idade Média com a formação de irmandades religiosas, com as ordens militares, mas, em especial,

com as corporações representadas por produtores, aprendizes, jornaleiros, mestres e artesãos de um ofício que vingou até o século XIX, com relativa importância na esfera económica. Segundo Coutinho (2002) foram organizações que constituíram fortes bases de assistência económica, social e cultural, onde a sociedade civil podia reaver o seu compromisso e capacidade cidadã, garantia do desenvolvimento local. Comenta a autora que os movimentos da sociedade civil organizada se desenvolveram por algum tempo por toda a Europa, sendo por um determinado período as únicas formas de solidariedade, reciprocidade e cooperação, *cf.* Quadro 9, *infra*.

Quadro 9. Síntese histórica do associativismo

Modelo de organização	Origem	Função
Guildas	Norte da Europa	No século VII funcionam como centros de convívio. Eram associações de defesa mútua e religiosa que prosseguiam fins de assistência mútua. Século XIV assemelhavam-se às corporações de ofícios, obedecendo a princípios democráticos, devido ao desenvolvimento da indústria manufatureira.
Confrarias	Europa	Foram criadas por monges de várias ordens no século VII. Funcionavam como associações com o objetivo de fomentar o culto religioso público, incluindo-se as obras de caridade. Foram nomeadas de diversos modos, <i>e.g.</i> , irmandades, confraternidades, congregações, uniões ou associações. Em Portugal, no Porto, século XII, nasce a primeira confraria, N. Senhora da Silva. Depois, no século XV, a Rainha D. Leonor cria as Misericórdias.
Corporações de Ofícios (Mesteres)	Europa	Surgem no século XII para regulamentar o processo produtivo artesanal. No decorrer do tempo, com a chegada dos ofícios e das manufaturas, originou-se as primeiras associações profissionais.
Montes de Pietà	Itália Monti di Pietà	Foi uma instituição de crédito do século XV e surgiu como uma obra religiosa e social, planeado para ajudar pessoas menos afortunadas. Tinha como propósito combater a usura. Fornecia uma alternativa para o sistema de empréstimo de dinheiro.
Sindicalismo	Europa Inglaterra França	Tem origem nas corporações de ofício na Europa medieval. Consubstancia-se na Inglaterra industrial, legalizando-se em 1824, representado pelas <i>Trade Unions</i> , um modelo de referência do movimento, difundindo-se na década seguinte por toda a Europa. Com o movimento operário francês, em 1845, surge com a função de associação dos trabalhadores. Porém, durante a revolução francesa foi proibido a atividade sindical, <i>e.g.</i> , Lei Chapelier. São reconhecidos legalmente em 1884.

Fonte: Elaborado a partir de Coutinho (2002).

Todavia, como explica Laville (2010), a história do associativismo tem como marco o século XIX com o surgimento da questão social. Primeiro, no Reino Unido com as associações de caridade, solidariedade filantrópica, associada à discussão sobre cidadania. “*Nesta versão, a solidariedade surge de uma disposição moral estimulando o engajamento voluntário pela defesa dos pobres*” explica Laville (2001:59). Anota, ainda, o autor que tal comportamento não é característica insular, é natural na sociedade da Europa Ocidental. O segundo momento aparece em França, com a solidariedade

democrática. Surge como o “*princípio de democratização da sociedade resultante de ações coletivas, supondo uma igualdade de direito entre aqueles que se engajam*” (Laville, 2001:60). Para o autor, “*esta segunda versão do associativismo moldou a realidade francesa, marcada tanto pelo igualitarismo como pela força das noções de vontade geral e de interesse geral*” (Laville, 2001:60).

Ainda no século XIX, em Inglaterra, surge o movimento do associativismo operário, como manifesto dos artesãos do setor têxtil contra a sua transformação em tecelões assalariados. Argumenta Carvalho Ferreira (2009) que o modelo industrial e urbano iniciado na Inglaterra e, subsequentes, desenvolvidos em outros países da Europa e da América do Norte foram planeados no âmbito societal onde a ciência e a técnica não tinham, ainda, sistematizado a organização do trabalho. Enfoca o autor que é nos modelos de resistência de segmentos da população perante os efeitos negativos dos primeiros processos de industrialização que as associações encontram as suas raízes. Observa Carvalho Ferreira *et al.* (1995:409) que “*com o advento histórico da Revolução Industrial na Inglaterra, e da Revolução Francesa de 1789*”, concretizou-se, na Europa, uma evolução social que se “*consubstanciou em mudanças sociais de um grande significado*”. Ambos eventos proporcionaram, como resultado, um quadro favorável para o progresso socioeconómico, porém não incluía todas as classes sociais o que foi motivo de debate em diversos campos. Sobre esta situação, muitos foram os estudos e as teorias defendendo que o progresso deveria atingir toda a sociedade, anotam Carvalho Ferreira *et al.* (1995):

As rupturas socioculturais, económicas e políticas transformaram a sociedade num objeto de observação em que sobressaíam as clivagens entre o passado e o presente, entre o progresso e a conservação, o que permitiu a uns visualizar o futuro de forma positiva (Condorcet, Comte, Spencer, Marx), e a outros, concebê-lo negativamente (Bonald, Burke e, de certo modo, Tönnies). Tratou-se de um posicionamento teórico com uma notória incidência sociológica, na medida em que alguns autores se revelaram acérrimos apologistas da mudança social, e outros, seus grandes opositores (*ipsis litteris* Carvalho Ferreira, *et al.*, 1995:409)

Neste contexto encontram-se as primeiras doutrinas sociais e socialistas (Laville, 2010). Comenta o autor que se trata de um princípio socialista, uma mudança social, sobretudo como resposta às consequências negativas da Revolução Industrial, originando novas filosofias económicas e políticas. Completa Carvalho Ferreira *et al.* (1995:9) que nas circunstância de mudança social, com a propulsão da Revolução Industrial, no século XIX, era impossível elaborar qualquer tipo de análise sobre esta matéria qua não tivesse presentes os fatores cruciais para a sua estruturação.

Intimamente associados aos fenómenos históricos da Revolução Industrial iniciada na Inglaterra, e às consequências políticas, sociais e culturais da Revolução Francesa de 1789, a ciência, a técnica, a economia, a demografia, a política, a ideologia e a cultura adquiriram um papel fulcral na explicação da mudança social. Por outro lado, o meio ambiente (enquanto realidade externa à sociedade, englobando o meio físico e outras sociedades) e a acção dos atores sociais, tanto na sua versão funcionalista, como na conflitual (enquanto realidade interna da sociedade), revelam-se essenciais para estruturar a mudança social (*ipsis litteris* Carvalho Ferreira, *et al.*, 1995:410).

Por conseguinte, segundo Carvalho Ferreira (2009), foi desde então que a realidade socioeconómica, política e cultural do fator de produção/trabalho, no contexto da racionalidade instrumental do capitalismo, permitiu a visualização de ação coletiva. Esta ação coletiva pode se correlacionar com o associativismo operário através de *i*) reivindicações salariais e greves; *ii*) associativismo cultural; *iii*) cooperativismo e associações privadas sem fins lucrativos; *iv*) sindicalismo e associações políticas (Carvalho Ferreira, 2009:4). Para o autor, o associativismo tem como fito melhorar a qualidade da existência humana, económica, social, cultural, ambiental. O social é a ambiência normal do *ser*, em que este *ser*, por ser social, agrega-se.

Nesta linha de raciocínio, explica Borzaga e Santuari (2003:38) que desde o final do século XVIII, as OTS, nomeadamente as associações, passaram por três eventos externos de forma diferente, dependendo do país. O primeiro deles, a Revolução Francesa provocando consequências significativas em França e na Itália. O segundo, a

ascensão do fascismo e do nazismo, profundamente hostis a qualquer forma expressão da sociedade civil e autonomia local cujos países mais afetados foram a Alemanha e a Itália. O terceiro evento diz respeito ao conceito de Estado-Providência, “*na condição universalista, que influenciou – embora em graus diversos – todos os países europeus*” Borzaga e Santuari (2003:38). Por conseguinte, respeitando a cultura local de cada país, estes acontecimentos repercutiram de modo diferente, anota Borzaga e Santuari (2003: 41). Segundo os autores, em alguns casos, muitas das OTS, ou pelo menos, a grande maioria, foi incorporada ao setor público, facto que modificou a sua natureza organizacional. Em outro, a perda de autonomia por essas OTS quando incorporadas nos sistemas de proteção social, todavia, como esclarecem os autores, as mesmas permaneciam privadas do ponto de vista formal e jurídico, mas submetidas a um controlo administrativo e burocrático. Sobretudo, na maioria dos países, as OTS exteriores ao sistema de proteção social, *e.g.*, as associações e as cooperativas, foram impedidas de desenvolver atividades produtivas e/ou comerciais. Portanto, por isso, restou-lhes o mero papel de sensibilização e de conselho.

É nesta ágora que o século XIX se configura como um espaço de grandes debates entre diversas correntes ligadas ao movimento da sociedade civil organizada, em especial ao contexto do movimento social. Sobressaem-se os socialistas, os liberais, os idealistas do socialismo cristão, pensadores que formaram novas teorias científicas, afirmando diferentes modos de abordagens a respeito do terceiro setor (Carvalho Ferreira, 2009), *cf.* Quadros 10a, 10b e 10c, na sequência.

Quadro 10a. Síntese das correntes do associativismo

Pensadores	Algumas publicações	Ideias/Contribuições
Claude-Henri De Rouvroy Conde de Saint-Simon (1760 – 1825) Filósofo e economista francês	Lettres d'un habitant de Genève à ses contemporains (1803) De la réorganisation de la société européenne (1814) L'Industrie (1816-18), escrito em colaboração com Auguste Comte Nouveau Christianisme (1825)	Um dos fundadores do socialismo e notável teórico do socialismo utópico. Propôs a criação de um novo regime político e económico, baseado no progresso científico e industrial, em que todos os homens dividissem os mesmos interesses e recebessem adequadamente pelo seu trabalho – a sociedade industrial –, na qual substituiria a exploração do homem pelo homem para uma administração coletiva. A nova ordem industrial basear-se-ia em valores como a liberdade, igualdade e fraternidade, tendo como objetivo o desenvolvimento de melhores condições de vida para todos.
Robert Owen (1771 – 1858) Reformista social galês	A New View of Society (1813) Report to the County of Lanark (1829) The New Moral World (1834). (www.robert-owen.com/)	Considerado um dos fundadores do socialismo e do cooperativismo. Foi um dos mais importantes socialistas utópicos. Pode ser considerado um inovador social por ter implementado políticas de redução de jornadas de trabalho, melhores condições de habitação e trabalho aos operários, proibição do trabalho de crianças com menos de 10 anos. Promoveu bens de consumo a preços mais baixos e a educação para os filhos dos trabalhadores. Nas suas obras Owen procura organizar a sociedade de uma forma mais justa através da eliminação das diferenças económicas através da propriedade comunitária e do trabalho coletivo.
Charles Fourier (1772 – 1837) Socialista francês	Théorie des quatre mouvements et des destinées générales (1808) Théorie de L'unité Universelle (1822). Le Nouveau Monde Industriel et Sociétaire (1829). La Fausse Industrie (1835-1836).	Um dos pais do cooperativismo. Sua tese se fundamentava numa sociedade verdadeiramente justa, para a qual propôs os falanstérios, defendendo que a repartição dos bens deveria ser feita em função do trabalho entregue, do capital empregado e do talento de cada um. No seu entender, uma sociedade organizada em mutualidades e associações profissionais permitiria ao indivíduo não ficar isolado e aceitar as regras coletivas. Sua obra evidencia um conjunto de propostas concretas para os problemas que identifica, e.g., a monotonia, a incomodidade do trabalho e o sofrimento do operário. Para ultrapassar estes problemas, propõe uma melhor organização do trabalho e do lugar do trabalho e desenvolveu uma série de experiências concretizando as suas ideias. Propôs a criação de unidades de produção e consumo baseadas em uma forma de cooperativismo integral e autossuficiente.
Philippe-Joseph-Benjamin Buchez (1796 – 1865) Médico, historiador, sociólogo e político francês	Études de théologie, de philosophie et d'histoire (1833) Introduction à la science de l'histoire ou science du développement de l'humanité (1833 – 1842) Histoire parlementaire de la Révolution française (1833 – 1838), 40 vol. com M. Roux-Lavergne. Traité de politique (1866)	Em 1825 tornou-se membro da <i>Saint-Simonian Society</i> . Para exposição de seus princípios fundou o periódico <i>L'Européen</i> em 1831. Em 1848 estabeleceu a <i>Revue Nationale</i> dirigida aos trabalhadores, difundindo as convicções democráticas. Fundou o <i>Journal L'Atelier</i> , um jornal cooperativo, cuja publicação fundamentava-se no socialismo utópico e cristão. Propôs o cooperativismo operário de produção. Defendia a associação cooperativa dos operários por categoria profissional para que eles se tornassem produtores livres e, com isso tivessem em comum: poupança, obtivessem empréstimos, assegurassem salários iguais a todos. Sua ideia de associação se fundamentava na sustentação financeira sem o auxílio do Estado; na dupla função dos associados, empregados/empresários; no retorno do excedente proporcional ao trabalho; na indivisibilidade e inalienabilidade do capital social da cooperativa. Foi um dos teóricos do liberalismo, defendendo uma república democrática, integrando associações de produtores.
Claude Frédéric Bastiat (1801 – 1850) Economista, legislador e escritor francês	Propriété et loi, Justice et fraternité (1848) L'état, Maudit argent (1849) Incompatibilités parlementaires (1849) Paix et liberté ou le budget républicain (1849) Le protectionnisme et communisme (1849) La Ley (1850) Ce qu'on voit et ce qu'on ne voit pas (1850) (ensaio)	Considerado um dos maiores divulgadores do liberalismo da história. Um princípio domina sua obra: a lei deve proteger o indivíduo, a liberdade e a propriedade privada. Infelizmente ela pode ser pervertida e posta a serviço de interesses particulares, tornando-se, então, um instrumento de espoliação. Tentou implementar reformas agrárias na sua região, sem sucesso. Defensor da abolição de impostos sobre os produtos agrícolas. Defensor do livre comércio. Inspirou a formação da Associação Francesa de Comércio Livre. Introduziu o conceito de associação progressiva voluntária no pensamento liberal.

Fonte: Elaborado a partir de Coutinho (2002), Amaro (2004), Santos (2003b), Carvalho Ferreira (2004, 2009), Sousa (2011).

Quadro 10b. Síntese das correntes do associativismo

Pensadores	Algumas publicações	Ideias / Contribuições
Alexis-Charles-Henri Clérel de Tocqueville (1805 – 1859) Historiador, jurista, pensador político e escritor francês	Du système pénitentiaire aux États-Unis et de son application en France (1833) De la Démocratie en Amérique (1835 - 1840) L'Acien Regime et la Revolution (1856)	Foi o primeiro pensador a reconhecer que o regime associativo deveria ser utilizado como instrumento de garantias individuais com a missão principal de fortalecer os cidadãos em face de um poder centralizador. Defendeu a ideia da liberdade associativa fora dos muros administrativos governamentais. Apontou a liberdade de associação como um dos pilares condicionantes de um Estado democrático. O associativismo como o caminho ideal para o desenvolvimento da consciência crítica e para a compreensão da extensão do termo responsabilidade social. Defendeu as associações como verdadeiras escolas de cidadania e civismo, bem como campo fértil para a expressão e o diálogo de interesses diversos, em especial das minorias ou daqueles que se sentissem menos favorecidos por investimentos estatais.
John Stuart Mill (1806 – 1873) Filósofo e economista inglês	Principles of Political Economy (1848) On Liberty (1859) The Subjection of Women (1869)	Considerado como o principal filósofo inglês e um dos pensadores liberais mais influentes do século XIX, dedicou-se a estudar as formas de governo e seus respetos pela liberdade das minorias. Foi um entusiasta do associativismo, compreendendo-o como direito subjetivo e como elemento necessário à construção democrática. Analisou questões relativas à liberdade associativa partindo da doutrina de Tocqueville. Defendeu que a liberdade fundava-se na verdadeira preservação da esfera das decisões individuais, especialmente pela preservação dos direitos das minorias em face do Estado e da maioria opressora de minorias dissidentes. Defensor do utilitarismo, fundou a sociedade utilitarista.
Pierre-Guillaume-Frédéric Le Play (1806 – 1882) Engenheiro, sociólogo, economista francês	La Réforme Sociale, 2 vol. (1864) L'Organization de la Famille (1871) La Constitution de l'Angleterre (1875) (em colaboração com M. Delaire) La Constitution essentielle de l'humanité (1881)	Foi um reformista social. Criou uma escola de pensamento que teve um grande número de seguidores e profunda influência na sociedade francesa da segunda metade do século XIX. Criou um método de investigação baseado na observação e teve uma grande influência no desenvolvimento da sociologia aplicada devido às metodologias que propôs para estudar determinados fenômenos sociais. Fundou, em 1856, a <i>Société internationale des études pratiques d'économie sociale</i> ou <i>Société d'Économie Sociale</i> (http://www.science-sociale.org/).
Franz Hermann Schulze-Delitzsch (1808 – 1883) Reformador social, advogado e político alemão	Vorschuss- und Kreditvereine als Volksbanken: Praktische Anweisung zu deren Gründung und Einrichtung* (1862) Die Entwicklung des Genossenschaftswesens in Deutschland: Auszug aus dem Organ des allgemeinen Verbandes deutscher Erwerbs- und Wirtschaftsgenossenschaften. Blätter für Genossenschaftswesen (früher Innung der Zukunft)** (1870) *Associações de empréstimo como banco do povo: Guia prático para a criação e estabelecimento. ** O desenvolvimento do movimento cooperativo na Alemanha: O desenvolvimento do movimento cooperativo na Alemanha : instrução do órgão da Associação Geral alemão para a criação de cooperativas: Estudos Cooperativos (Ex-aliança do futuro).	Foi um iniciador da Lei Cooperativa, em 1849 estabeleceu a cooperativa como uma forma jurídica de empresa. É considerado um dos principais fundadores do sistema cooperativo na Alemanha e um dos principais na organização comercial cooperativa. Defendeu que o espírito da livre associação é o espírito da sociedade moderna. Em 1847 criou a associação de matérias primas para carpinteiros, sapateiros e artesãos. Em 1850 criou o banco do povo, de acordo com os princípios da autoajuda, autogestão, autorresponsabilidade. Em 1859 fundou uma agência central das sociedades cooperativas, difundindo a ideia de centros locais e regionais. Em 1870 as cooperativas já se organizavam em federações. Em 1889 a Lei Cooperativa entrou em vigor.
Pierre-Joseph Proudhon (1809 – 1865) Filósofo político e economista francês	Qu'est-ce que la propriété? (1840) Système des contradiction économiques ou Philosophie de la misère (1848) Idée générale de la révolution au XIXe siècle (1851) Le manuel du spéculateur à la Bourse (1853) De la justice dans la révolution et dans l'Eglise (1858) La Guerre et la Paix (1861) Du principe Fédératif (1863) De la capacité politique des classes ouvrières (1865)	Defendeu o pluralismo social, a função da solidariedade económica e a capacidade dos homens se organizarem em associações; trabalhariam uns para os outros, concorrendo para um fim comum e cujos resultados seriam partilhados entre todos. Advogava uma economia de autodeterminação em que o indivíduo se reconhece como consumidor e produtor, como financiador e financiado, comprador e vendedor, patrão e assalariado. Proudhon via a ordem económica de características libertárias como expressão genuína do desenvolvimento científico de uma nova ciência denominada Economia Social.

Fonte: Elaborado a partir de Coutinho (2002), Amaro (2004), Santos (2003b), Carvalho Ferreira (2004, 2009), Sousa (2011).

Quadro 10c. Síntese das correntes do associativismo

Pensadores	Algumas publicações	Ideias / Contribuições
Jean-Joseph-Charles-Louis Blanc (1811 – 1882) Sociólogo e político francês	L'Organization du travail (1839) The History of Ten Years, 1830-1840 (1844) Histoire de la Révolution Française (1848)	Defendeu os direitos do trabalho e influenciou os setores populares que protagonizaram a revolução francesa. Em 1839 fundou a <i>Revue du Progrès</i> onde publicou sua pequena, mas famosa obra, a organização do trabalho. Defendeu os problemas dos trabalhadores e a liberdade de pensamentos. Sua teoria socialista defendia a organização do trabalho pelos próprios trabalhadores, que produziriam segundo a capacidade pessoal e consumiriam de acordo com as necessidades de cada um.
Jean-Baptiste André Godin (1817 – 1888) Industrial, escritor e inovador social francês	Solutions sociales (1871) Les Socialistes et les Droits du travail (1874) Mutualité sociale et association du capital et du travail (1880) Le gouvernement: ce qu'il a été, ce qu'il doit être et le vrai socialisme en action (1883)	Inspirado pelo socialismo utópico, desenvolveu e construiu, em 1850, uma comunidade industrial – <i>Familistère Guise</i> (Palácio Social) – inspirado nas obras de Fourier, concretizou suas ideias sociopolíticas. Ofereceu nesta comunidade industrial condições de vida digna enquadradas no espírito comunitário. Para Godin a partilha dos excedentes é um compromisso entre a remuneração do capital, do talento e do trabalho. Colocou em prática um sistema de proteção social, mediante a criação caixas de seguro mútuo, que protegiam contra as doenças, os acidentes laborais e asseguravam a reforma aos 60 anos. A comunidade industrial possuía área de lazer, creche para as crianças, escola, biblioteca, restaurante, hospital, lojas, teatro etc. Em 1880 a comunidade industrial foi transformada em uma cooperativa, tornando-se propriedade dos trabalhadores. Este empreendimento durou até 1968.
Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818 – 1888) Gestor público alemão	Die Darlehnskassen-Vereine als Mittel zur Abhilfe der Nöth der ländlichen Bevölkerung sowie auch der städtischen Handwerker und Arbeiter* (1866) *As associações Darlehnskassen como um meio de responder as necessidades da população rural, bem como os artesãos urbanos e os trabalhadores. (http://www.raiffeisen.de/)	Inovador social, pioneiro do cooperativismo, da economia social e solidária e do regime de crédito mútuo, inspirador do movimento do sindicalismo agrícola dos finais do século XIX. Criou o banco de crédito cooperativismo rural em 1864. Afirmou que há uma conexão entre pobreza e dependência, assim, defendeu a tese de que para se eliminar a pobreza deve-se suprimir, em primeiro lugar, a dependência. Com base nessa ideia defendeu a fórmula dos três "S": <i>Selbsthilfe, Selbstverwaltung e Selbstverantwortung</i> (autoajuda, autogestão e autorresponsabilidade). Esta ideia se fundamentou na lógica da proximidade, na responsabilidade solidária dos associados e na aplicação dos excedentes para a construção de um fundo financeiro indivisível. Defendeu a natureza universal do sistema cooperativa como resposta as necessidades dos seus associados, participando em todos os ramos da economia.
Marie-Ésprit-Léon Walras (1818 – 1910) Economista social e político francês	Paradoxes économiques (1860) Philosophie des sciences économiques (1860) L'économie politique et la justice (1860) De l'organisation financière et de la constitution légale des associations populaires (1865) Éléments d'économie politique pure ou théorie de la richesse sociale (1874) Études d'économie appliquée (1898)	Teórico e organizador do movimento cooperativista francês. Discutiu sobre a natureza jurídica das sociedades comerciais em que distinguiu três tipos de sociedades: as de responsabilidade solidária, as de sociedade limitada e as comanditárias, além disso, expôs motivos de fundamentação jurídica a um outro tipo de sociedade, a de responsabilidade limitada, que foi a base para um projeto de lei de criação de associações populares, sociedades de responsabilidade limitada. Foi um defensor da livre iniciativa como instrumento para alcançar a justiça social. Desenvolveu uma extensa literatura que visa responder à pergunta: qual é a sociedade mais justa? Afirmou que a economia social é a parte da ciência que trata da riqueza social, da distribuição desta riqueza entre os indivíduos e o Estado, recorrendo ao princípio de justiça. Influenciou a teoria económica moderna por sua descoberta da teoria do equilíbrio geral, que foi projetado para incluir dentro de um único modelo logicamente coerente as teorias da troca, produção, comércio e capital.
Charles Gide (1847 – 1932) Economista francês	Principes d'économie politique (1883) Les Sociétés Coopératives de Consommation, (1904) Économie sociale. Les institutions du progrès social au début du XXe siècle (1905) Coopération et économie sociale 1886-1904 (1905) Les Colonies Communistes et Co-Operatives (1930) (http://www.charlesgide.fr/)	Historiador do pensamento económico. Teórico da economia social e uma figura de liderança no movimento cooperativo económico e socialismo cristão em França. Foi um dos poucos aliados de Walras, partilhando sobre filosofia social e ativismo social. Considerado o principal representante da Escola de Nimes, sistematizou o pensamento cooperativo. Em 1889 criou a <i>Ecole Supérieure de Sciences Sociales</i> . Em 1895 fundou o <i>Collège Libre des Sciences Sociales</i> . É considerado o teórico mais importante da era moderna do cooperativismo. Assentiu que o cooperativismo é concebido pela soberania do consumidor, i.e., o cooperativismo responde a necessidades não satisfeitas; o cooperativismo além de se basear na solidariedade, é na cooperação que se fortalece, tendo por cerne uma rede de sociabilidade formada por laços diferentes ente moral e política; o cooperativismo responde a problemas concretos e instaura uma relação original entre teoria e práticas económicas. As cooperativas evoluem mediante a sua competência, sem expropriação, em um regime económico de inovação social, baseado em preço justo e, portanto, sem lucro.

Fonte: Elaborado a partir de Coutinho (2002), Amaro (2004), Santos (2003b), Carvalho Ferreira (2004, 2009), Sousa (2011).

No pensamento de Tocqueville (1987b:135) *“a ciência da associação é a ciência-mãe; o progresso de todas as outras depende do progresso desta”*. Na visão do autor o associativismo aparece como liame social voluntário cuja explicação dos fatores que incitam o ator social a se associar é uma importante tarefa das ciências sociais. *“A associação reúne em feixe os esforços de espíritos divergentes e impele-os com vigor em direção a um só objetivo claramente indicado por ela”* (Tocqueville, 1987a:219). Perante este fato o autor questiona porquê se associar? Todavia, ele próprio dá um primeiro entendimento a respeito da matéria quando diz que *“_o direito de associação parece-me, pois, quase tão inalienável por sua natureza quanto a liberdade individual”* (Tocqueville, 1987a: 224). Outras respostas e reflexões sobre as razões para a existência das associações surgem tanto em economia quanto em sociologia, como também são encontradas em outros campos das ciências sociais. Na reflexão de Philippe Chanial e Jean-Louis Laville a razão de se associar deve-se ao facto de que ...

A associação é uma tradução em atos do princípio de solidariedade que se expressa pela referência a um bem comum, valorizando pertenças herdadas, no caso da solidariedade tradicional, ou pertenças construídas, no caso da solidariedade moderna filantrópica ou democrática. A criação associativa é impulsionada pelo sentimento de que a defesa de um bem comum supõe a ação coletiva (Chanial e Laville, 2009:21).

Completa, ainda, Laville (2004:63) que, em sentido comum, envolvendo todas as formas jurídicas, a associação pode ser entendida sociologicamente como um lugar que realiza a passagem devido a um encontro interpessoal de redes de sociabilidades entre as esferas pública e privada. *“O ato de associar-se interpela diretamente nossas categorias sociológicas fundamentais de análise”*, explicam Chanial e Laville (2009:21). Para estes autores, se o elo de associação é irredutível, tanto no âmbito de interesse, quanto aos jogos e relações de poder (Polanyi, 2000), isso acontece porque, este elo, indica uma outra condição do laço social e político, a solidariedade e a cooperação. O laço social que dá força a rede de sociabilidade ultrapassa o contrato entre atores para abrangê-los na busca de objetivos comuns (Granovetter, 2007).

Segundo Tocqueville (1987b), quando existe a liberdade de se associar, o ator vê na associação, o meio universal e, por assim dizer, único, que permite às pessoas atingirem diversos propósitos. Cada nova necessidade desperta imediatamente a ideia de uma busca em comum. A arte da associação se torna, como já anotado pelo autor, “*a ciência-mãe, todos a estudam e aplicam*” (Tocqueville, 1987b:143). Por esse motivo, segundo Lallement e Laville (2000) as ações associativas e os modelos associativos delas oriundas, *e.g.*, as mutualidades, as cooperativas, os sindicatos, as associações civis, etc., compõem uma habilidade original: o associativismo. Ressalta Tocqueville (1987b:144) que “*os homens não seriam capazes de viver em sociedade sem se consagrar a algum empreendimento comum*”.

Neste contexto, o associativismo tornou-se um direito universal. A Declaração Universal dos Direitos do Homem¹³¹, aprovada em 10 de Dezembro de 1948, estipula na alínea 1 do Artigo 20 que “*toda a pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacífica*”, e na alínea 2, deste mesmo artigo, refere-se que “*ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação*”. A Convenção Europeia dos Direitos do Homem¹³², aprovada para ratificação, pela Lei nº 65/78, de 13 de Outubro, convencionou no Artigo 11º, Da liberdade de reunião e de associação, alínea 1 que:

- 1) “*Qualquer pessoa tem direito à liberdade de reunião pacífica e à liberdade de associação, incluindo o direito de, com outrém, fundar e filiar-se em sindicatos para a defesa dos seus interesses.*”
- 2) “*O exercício deste direito só pode ser objeto de restrições que, sendo previstas na lei, constituírem disposições necessárias, numa sociedade democrática, para a segurança nacional, a segurança pública, a defesa da ordem e a prevenção do crime, a proteção da saúde ou da moral, ou a proteção dos direitos e das liberdades de terceiros. O presente artigo não proíbe que sejam impostas restrições legítimas ao exercício destes direitos*”

¹³¹ Mais informações, arquivo em PDF, *cf.* – http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf ou, *cf.* página oficial – <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>

¹³² Mais informação ver arquivo em PDF, *cf.* – http://www.echr.coe.int/NR/rdonlyres/7510566B-AE54-44B9-A163-912EF12B8BA4/0/Convention_POR.pdf

aos membros das forças armadas, da polícia ou da administração do Estado.”

Para Demoustier (2006a) a formação e/ou criação de associações que, de modo geral, se articulam em torno da cooperação, da reciprocidade e da solidariedade, está intrinsecamente ligada à democracia moderna. Para esta autora, quando o indivíduo deseja pertencer a uma sociedade de cidadãos livres e iguais, surge o problema da vida lado a lado com os outros, já que o sistema social não está mais garantido pela referência a uma transcendência. Segundo Demoustier, essa organização engloba duas concepções de liberdade: o direito de contribuir para o progresso societal e o poder de se engajar, de se associar. No pensamento da autora, trata-se de animar o espaço público constitutivo da democracia moderna, *i.e.*, a capacidade da sociedade civil organizada elaborar uma forma de rede de sociabilidade livremente assumida pelo ator social.

Esclarecem Chaniel e Laville (2009) que, no contexto atual, dois fenómenos vem concorrendo para uma melhor visibilidade do setor associativo. O primeiro refere-se a mudança estrutural das atividades produtivas. O segundo, no propósito de construir uma vida em conjunto, diz respeito a recomposição do Estado-Providência. Segundo os autores, em França, muitas atividades foram organizadas a partir de um financiamento e de uma regulamentação que emanavam do Estado-Social. As crises das instituições de socialização tradicional, como a família, a igreja, os partidos políticos, os sindicatos, favoreceram o desenvolvimento de redes de sociabilidade que não são mais herdeiras, são, pois, escolhidas.

Neste raciocínio, comentam Eme e Laville (1999) que o movimento associativista é uma forma de ação coletiva que busca gerar mudanças nas relações de força política. Neste ínterim, pode-se dizer que as formas contemporâneas da ação associativa parecem tornar inadequadas a nossa maneira de apreendê-la, *e.g.*, quando nasce uma associação de desempregados, sistematicamente grupos políticos tendem a assumir nele o poder. Funcionamentos antigos que remetem a militância sacrificial são, portanto, representados como os únicos movimentos sociais e negam qualquer legitimidade as formas associativas mais recentes.

Laville (2010) esclarece que a sociedade civil, quando esclarecida politicamente, envolve-se no pensamento e na ação associativista e cria uma vibrante cultura democrática. Todavia, comumente, quando se aborda as definições de política, o pensamento tradicional refere-se ao governo. Este pensamento pode ser singular numa sociedade democrática que tem o monopólio da violência legítima, seguindo o raciocínio de Max Weber¹³³. Porém, uma cultura política democrática nunca é apenas um conjunto de instituições, como bem defendeu Hannah Arendt (2007)¹³⁴. Para esta autora, uma cultura democrática dinâmica requer espaços públicos, *i.e.*, ágoras de deliberação, argumentação, que são lugares onde as pessoas se reúnem para tentar definir, no mínimo a construção de um mundo melhor, que como seres humanos temos em comum. Se a primeira dimensão da política refere-se à ação do governo, a segunda integra a associação no sentido de que ela pode ter uma dimensão de espaço público na sociedade civil.

Portanto, o manifesto associativo projeta ações que diferenciam a economia do mercado mediante atividades imbuídas no princípio da dádiva, da reciprocidade, da solidariedade e da cooperação. Como bem definiu Mauss (2003), há uma série de trocas de mercadorias que são principalmente para manter laços sociais. Na verdade há vários princípios económicos nas sociedades. Ao lado do mercado capitalista existem outros princípios que são mais importantes, especialmente o da redistribuição, do reinvestimento, da cooperação. Nesta linha de raciocínio, comenta Martins (2005), *cf. excerto infra*.

A leitura associativista sugerida pela teoria da dádiva é decisiva para situar a sociedade civil não como um ‘terceiro sector’ complementar aos dois outros – o Estado e o mercado – mas como uma experiência histórica particular, regida por mecanismos de organização e de regulação peculiares (que apenas se tornam evidentes quando são realçados os processos de pertencimento e de reconhecimento interpessoais presentes

¹³³ Refere-se a um ensaio, a Política com Vocação (1919). Neste trabalho Weber fundamenta uma definição de Estado, tornando-se clássica para o pensamento político ocidental.

¹³⁴ Refere-se a 10.^a Edição/6.^a reimpressão, traduzido do original, *The Human Condition* (1958), Illinois: University of Chicago.

nas instituições primárias da vida social) (*ipsis litteris* Martins, 2005: 50).

Prossegue o autor, aludindo sua linha de pensamento nos trabalhos de Maus (2003), que [...]

caso fosse necessário reduzir a presente discussão a uma classificação por ‘setores’, os teóricos anti-utilitaristas da escola francesa sustentariam a hipótese de que o primeiro setor foi constituído, desde sempre, pelas práticas associacionistas e comunitárias inspiradas na dádiva, sendo os outros dois setores – o Estado e o mercado –, vistos como secundários do ponto de vista histórico e social (*ipsis litteris* Martins, 2005:50).

Segundo Laville (2010), é a partir desse entendimento que se pode identificar o fenómeno do que é o associativismo. Este facto se explica pelo comportamento de organizações em democracias modernas, em que essas organizações podem aplicar em seus princípios que todo trabalhador pode ser, concomitantemente, ator económico e ator político. Todavia, para o autor há aqui um impasse: como combinar as esferas económicas e políticas? É sobre este aspeto que as associações começaram a intervir. Neste âmbito, buscou-se, com os primeiros movimentos associativos, uma extensão da democracia, incluindo os domínios económico e social. Para Laville (2010) este movimento foi a invenção do princípio da solidariedade democrática e da democratização da sociedade, resultantes da ação coletiva. No pensamento do autor o movimento associativista fundamentou-se no apoio mútuo, na autogestão e no movimento social. Nesta linha de raciocínio, a solidariedade democrática implicou, desde o princípio, a igualdade de direitos para as pessoas nelas envolvidas, externalizando-se à comunidade local. São características associativas que fluem, até hoje, com base na liberdade de acesso ao espaço público para todos os cidadãos; um movimento que conduz o ator social a democracia económica e social. Surge, portanto, uma solidariedade tal como existia nas antigas sociedades, mas, hoje, uma solidariedade que implica, ainda mais, o direito de igualdade. Essa igualdade não significa uniformidade, integra-se as diferenças.

3.4.1.1. O ASSOCIATIVISMO EM PORTUGAL

Em Portugal o associativismo vigora na segunda metade do século XIX, entretantes, muito antes, já havia prenúncios de associações, *e.g.*, em 1498 a primeira misericórdia portuguesa. O associativismo português do século XIX fundamenta-se nos princípios da Revolução Industrial e da Revolução Francesa. Na génese do movimento associativo português está também o facto de, em 1834, terem sido abolidas as corporações de artesãos, o que fez com que as pessoas se associassem para minimizarem as dificuldades que viviam (Martins, 2010)¹³⁵. Portanto, as associações foram um importante espaço de participação cívica para a sociedade na época. Foram referência a uma identidade e cultura local, *i.e.*, incluindo os nomes de terras e de bairros, sobretudo, pelo movimento operário. Este movimento operário foi “*um movimento de agregação livre dos indivíduos em coletivos autónomos*”, esclarece Melo (1999:95).

Segundo Leite (2010) o associativismo português identificou-se pelo movimento associativo popular com o objetivo de defesa da reforma social e a melhoria precária das condições de vida do proletariado. Sobre as condições dos operários, Goodolphim (1974:23) explica que “*após a abolição das corporações, em 1834, as populações encontraram outras formas para minimizar as dificuldades por que passavam*”. Neste âmbito, argumenta o autor que na evolução do associativismo português, a criação da Associação de Socorros Mútuos, tornou-se uma garantia para o operário na entreatajuda mútua e de responsabilidade social. Neste contexto, “*o operário, associando-se ao operário, tirando todas as semanas da sua fêria uma pequena parcela, garante os recursos para os dias de doença, e por esta forma, sem vender, sem empenhar, sem os seus morrerem de fome, recupera a saúde no regaço da família. Eis a associação de socorros mútuos [...]*” (Goodolphim, 1974:24). Assevera o autor que as primeiras associações foram imbuídas em responder as necessidades da comunidade local, *e.g.*, as

¹³⁵ Anota Martins (2010) que Portugal vivia uma profunda crise política, económica e social no início do século XIX. Este ambiente desfavoreceu o desenvolvimento industrial, consequentemente, colocou a sociedade industrial em atraso, com relação ao contexto europeu. Além disso, em 1878, a taxa de analfabetismo atingia cerca de 82% da população, elevando-se, na sociedade local, a pobreza, a fome e a doença.

cooperativas de consumo e produção, caixas de crédito, além das de socorros mútuos e as de instrução popular.

O operário precisa ter uma associação sua, onde todos os sócios sejam seus companheiros, onde ele passe uma parte da noite, lendo ou estudando em livros ao alcance da sua inteligência e do seu saber. Estas sociedades podem ser chamadas de instrução popular ou de temperança (Goodolphim, 1974:25)

Ainda neste mesmo tempo nasceram as associações de músicos, as bandas filarmónicas¹³⁶, que, segundo Marques (2011), incentivaram a criação de diversas associações recreativas por todo o país. Para a autora estas associações, no espaço/território, funcionaram como espaços de convivência e de reprodução cultural, mas, nomeadamente como ambiente de *“libertação do operário da sua rotina diária, distanciando-o das difíceis condições de trabalho e de vida”* (Marques, 2011:29). Estas associações cumpriram um primordial papel na estrutura de redes de sociabilidade, que buscavam assistir as necessidades dos associados e da sua comunidade.

Argumenta Leite (2010) que o movimento de dádiva, reciprocidade e solidariedade, no contexto português, foi também reproduzido nas associações regionais imbuídas em assistir as pessoas, em especial, as que migravam da zona rural para a urbana. *“A reprodução da expressão cultural e das condutas sociais dos contextos de origem eram dos objetivos destes núcleos de sociabilidade”* (Marques, 2011:29). Neste contexto, Leite (2010) esclarece que o acesso ao ambiente associativo era, de certo modo, restrito. Possibilitava a criação de ambientes propícios à manifestação de redes de sociabilidade formada por laços sociais de influência e poder. Para o autor estes laços sociais poderiam ser determinantes para a integração social e profissional da pessoa que se mudava para a cidade.

¹³⁶ Tem-se registos de filarmónicas a partir de 1772. A primeira agremiação desportiva de 1811 e, ainda da associação popular, a Sociedade dos Artistas Lisbonenses em 1883 (Goodolphim, 1974; Martins, 2010).

Durante a Primeira República portuguesa (1910 – 1926) surgiram outros movimentos sociais geradores de práticas educativas, entre eles sobressaem-se os movimentos associativos e as sociedades cooperativas. Estes movimentos foram determinantes para a defesa e para a reivindicações de direitos sociais, bem como para a afirmação do direito ao associativismo e o seu papel nas práticas de convivência comunitária e cultural (Amaro, 2004). Subjacentes ao movimento associativo sempre estiveram presentes os valores de solidariedade, fraternidade, liberdade, igualdade, autonomia, democracia, cidadania e trabalho digno. O movimento associativo esteve sempre ligado à conjuntura sociopolítica do local (Carvalho Ferreira, 2009).

A partir da Primeira República, o associativismo regionalista estendeu-se às antigas colónias. Explica Melo (2004) que o associativismo ultramar teve o papel de atender e estabilizar as comunidades migrantes portuguesas. Assevera o autor que

[...] o associativismo regionalista teve uma expressão relevante, aspeto até agora ignorado pela literatura científica. A identificação desta presença permite afirmar que o associativismo regionalista foi uma necessidade estrutural no século XX, onde quer que a migração portuguesa operasse (Melo, 2004:2).

Para o autor a proliferação de associações além-mar seguiu-se à geração de associações regionais na capital. Entretanto, nas colónias, operava como “*espaços de referência comunitários e intergeracionais que potenciavam o sentimento de pertença e a construção de redes de sociabilidade, numa terra colonizada*” (Melo 2004:4). Completa o autor que este movimento associativo possibilitou o forte estabelecimento de laços sociais. Facilitou sólidas redes de sociabilidades que foram a base de um desenvolvimento social e cultural, determinantes nas relações comunitárias que marcaram a memória de um tempo de vida coletivo e associativo no ultramar. Melo e Araújo (2010) sublinham a importância do fenómeno associativo ultramar, em que este movimento associativo, segundo os autores,

[...] é chamado a assumir um papel destacado, e a tomar a dianteira no movimento de perpetuação da identidade e da cultura portuguesas para as futuras gerações, buscando atrair novos participantes, disseminar a língua e a cultura portuguesas e despertar o interesse pelas raízes portuguesas. Todavia, o significado dessas raízes, da língua, da cultura e, enfim, da própria identidade portuguesa, não é consensual, antes expondo os conflitos que a ideia de nação costuma ocultar ou dissolver na naturalização do trinómio povo – território – cultura (Melo e Silva, 2009:41).

O movimento associativista, segundo Melo (1999) foi contido em 1926, com a instauração do Estado Novo, impondo uma doutrina nacionalista, à margem de quaisquer ideias de subversão social. Esclarece o autor que o associativismo da época representava uma plataforma de coletividades independentes. Eram espaços de convivência local. Ambientes caracterizados pela sociabilidade e solidariedade na comunhão de interesses e anseios essenciais que possibilitavam “*a estrutura de iniciativas plurais e autónomas relativamente à perspetiva oficial num âmbito local*” (Melo, 1995: 95). Portanto, o Estado Novo passou a intervir e a regular as organizações de coletividades, restringiu as suas atividades e balizou os seus pressupostos ideológicos, “*cerceou as manifestações ideológicas contrárias aos ideais dominantes*” explica o autor (1995:95).

Por conseguinte, o governo criou, em 1933, as Casas do Povo e, em seguida, em 1935, a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT) que, segundo Melo (1999), tinham o objetivo de orientar o associativismo, de modo a garantir a difusão de um ideal nacionalista. Estas organizações, condizente com o regime corporativista do Estado Novo, tinham, entre outros objetivos, a finalidade de esvaziar o associativismo popular independente. As Casas do Povo, criadas pelo Decreto-Lei n.º 23 051 de 23 de setembro de 1933¹³⁷, era um elemento primário da organização cooperativa do trabalho rural. Foi um organismo de cooperação social, dotado de personalidade jurídica,

¹³⁷ Cf. <http://dre.pt/pdf1sdip/1933/09/21700/16621664.pdf>

destinando-se a colaborar no desenvolvimento socioeconómico e cultural das comunidades locais. Além disso, esta organização tinha por objetivo assegurar a representação profissional e a defesa dos legítimos interesses dos trabalhadores agrícolas. Assumia, também, a função de realizar a previdência social de todos os residentes na sua área de atuação. Paralelamente às Casas do Povo foram criadas as Casas dos Pescadores com fins semelhantes, em povoações com elevada atividade marítima. Esclarece Melo (1999: 112) que a área de atuação territorial de cada Casa do Povo correspondia a uma ou mais freguesias, dentro de um concelho. As Casas do Povo agrupar-se-iam em federações regionais e estas, na Corporação da Lavoura. O Estado apoiava as Casas do Povo e velava pelo prosseguimento dos seus fins, através da Junta Central das Casas do Povo. A partir de 1982 e de acordo com a Lei nº. 4/82 de 11 de janeiro¹³⁸, as Casas do Povo passaram a ter o estatuto jurídico de pessoas coletivas de utilidade pública, de base associativa, tendo como finalidade o desenvolvimento de atividades de carácter social e cultural e a cooperação com o Estado e com as autarquias locais, com vista à resolução de problemas que afetem a população local. Atualmente, as Casas do Povo são, essencialmente, associações locais com fins sociais e culturais.

No prenúncio da Revolução de Abril, a sociedade portuguesa, asfixiada pela ideologia autoritária do Estado Novo, expressava, às ocultas, o seu descontentamento ante o ambiente político e social do país (Marques, 2011). Para esta autora, a persistente contestação, através do forte movimento associativo, foi silenciosamente alargando-se na propagação da ideologia e no controlo do regime. A assumida política ultramarina, concretizada numa guerra que subjugava a mocidade portuguesa e as populações colonizadas, “*constituiu um marco na subida do tom do sentimento de revolta*” (Marques, 2011: 31). Neste tempo a sociedade portuguesa viveu submetida pela força à “*mais longa ditadura pessoal da Europa Ocidental*”, anota Barreto (2002:27-28). Prossegue o autor, esclarecendo que, em relação aos países da Europa mais desenvolvidos, Portugal estava numa situação de vulnerabilidade. A situação da população portuguesa era periclitante por ser a mais analfabeta, concomitante, debilitada em alimentação. Possuía precário sistema de saúde pública, elevado índice de

¹³⁸ Cf. http://www.igf.min-financas.pt/inflegal/bd_igf/bd_legis_geral/leg_geral_docs/DL_004_82.htm

mortalidade infantil, fraco sistema económico industrial, pouca qualificação profissional, menores salários. Foi neste ambiente de repressão e controlo político e social que “*a cultura juvenil associativa dos anos sessenta foi um fator relevante na extinção do Estado Novo, e na reconfiguração que se seguiu do Estado e da sociedade em Portugal*” esclarece Sobral (2007:s/p).

Segundo Martins (2010), a sociedade organizada, nas suas associações, ultrapassou o período do Estado Novo porque contava com as redes de sociabilidades locais, assim, foi possível resistir a este período de castração democrática. Este austero ambiente sociopolítico propiciou aos indivíduos criar um espaço de exercício e reclamação do direito, de experimento social, a reinvenção do associativismo moldado na liberdade e na democracia que ensejavam na sociedade portuguesa. Nesta linha de pensamento, a prática do associativismo pode ser entendida como um laboratório de inovação social comprometido com o desenvolvimento local sustentável. Seguindo a linha de raciocínio de Martins (2010) pode-se dizer que neste laboratório de experimento social foi possível, através do convívio [...]

Expressar-se a solidariedade e experimentar novas respostas, sendo importante fator de transformação e inovação social. Elaborar e concretizar um projeto comum, de carácter coletivo e de raiz social. Apresentar à sociedade o trabalho voluntário como um dos estruturantes da economia social. Assumir o exercício da democracia, conduzindo as pessoas à uma efetiva cidadania. Expressar-se a definição de identidade local e expressão cultural (Martins, 2010:5).

No final da década de setenta o associativismo português ganhou um novo dinamismo, proliferou-se associações em todos os campos, reforçando a sociedade no que mais precisava. Para Martins (2010) se, por um lado, não havia investimento na vida das coletividades, por outro, não faltava-lhes a criatividade e a inovação social. Floresceu nesta época as associações no campo da ecologia e do ambiente, da ciência e da tecnologia, do desenvolvimento local e rural, dos lavradores e dos agricultores, dos produtores, da cultura, da família, etc. Portanto, prossegue o autor, a conquista da liberdade, a experiência social na gestão participativa, as práticas de liderança

democráticas, propiciaram a que muitos dirigentes associativos fossem convocados para desempenhar papéis de liderança, de poder na gestão pública. Destarte, este cenário propenso à experimentação social, às práticas associativas, substanciando a sociedade portuguesa para a vida em democracia, favoreceu a regulamentação do livre associativismo. Este facto constou no Decreto-Lei nº. 594/74, de 7 de novembro¹³⁹, no qual se afirmava que “*o direito à livre associação constitui uma garantia básica de realização pessoal dos indivíduos na vida em sociedade*”.

A adesão ao movimento associativo pressupunha a inclusão e a participação de todos os cidadãos na construção coletiva de um novo projeto de sociedade. Assim, procurou-se contrariar os obstáculos do analfabetismo e da falta de conhecimento e de informação, predominantes nos setores ligados ao mundo rural, através de iniciativas resultantes do associativismo, com o intuito de atribuir poder aos grupos sociais mais vulneráveis (Marques, 2011: 33).

Por conseguinte, Vasco Gonçalves, então primeiro-ministro, na intervenção de celebração de 1º de Maio de 1975¹⁴⁰, faz um apelo aos agricultores para se juntar ao associativismo. Diz o senhor ministro, *cf. excerto infra*:

[...] da parte dos camponeses esperamos a adesão total ao espírito do 25 de Abril, ou seja, a tarefa de reconstrução da nossa Pátria. Nesse sentido, os camponeses devem abrir-se às ideias novas do associativismo e ao cooperativismo e devem lutar por abandonar o peso de um passado em que os governantes tudo fizeram para os manter na ignorância e na miséria (Gonçalves, 1975: s/p.)

Sobre este assunto, nomeadamente sobre o associativismo rural, anota Fernandes (1998: 111) que “*as associações atuantes à reforma agrária revelavam um pensamento*

¹³⁹ Cf. <http://dre.pt/pdf1s/1974/11/25900/13421344.pdf>

¹⁴⁰ Cf. <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=poderpol01>

político e ideológico com características de antagonismo de classe, de forma espontânea ou de forma induzida". Explica o autor que as cooperativas e as associações nos meios rurais induziram o desenvolvimento local mediante a construção de malhas viárias, de escolas e o abastecimento de água e de eletricidade. Este dinamismo democrático estendeu-se aos meios urbanos onde as reivindicações cederam a formação de laços sociais e à criação de associações de moradores. Essas associações foram responsáveis pela qualificação dos espaços e à construção de habitações, à melhoria de vida na comunidade local. Entrementes, o movimento associativo era intenso, havia muita mobilização da sociedade local que participava ativamente da coletividade, percebido por Fernandes (1998: 110) como um ambiente de *"efervescência social"*. Neste raciocínio que se delineia, o autor esclarece que *"a medida que a democracia se foi institucionalizando e consolidando, estes movimentos tenderam a desaparecer ou a reorientar a sua atividade, transformando-os em meras associações"* (Fernandes, 1998:110).

Neste ínterim, as associações de desenvolvimento local surgem, num primeiro momento, sem enquadramento legal, conforme anota Albino (2004:10). Estas iniciativas foram um fenómeno crescente a partir da década de oitenta, impulsionado pelo programa Iniciativas Comunitárias – Leader. Esse programa teve o objetivo de criar organizações da sociedade civil imbuídas em complementar os programas de desenvolvimento rurais que já decorriam naquele tempo. Foram projetos inovadores que deixaram um grande legado de associações de desenvolvimento local, além da consciencialização da população com o meio ambiente, valorização da economia local e a preservação da cultura.

As associações de desenvolvimento local, segundo Albino (2004:13), são estabelecidas por meio a Medida do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). Portanto, instauram-se através do PO2 – Programa Operacional de Desenvolvimento e Apoio às Estruturas do Emprego e de Formação, no seu Subprograma Desenvolvimento e Emprego. Este programa tinha por objetivo *"o apoio à criação ou promoção de associações que se propunham promover o desenvolvimento nos seus territórios"* (Albino, 2004:13). Explica o autor que no período de um ano, entre 1990 e 1991, o programa PO2 concedeu apoios financeiros à formação da

organização associativa e equipamentos, implementando, desse modo o funcionamento corrente e à realização de estudos na área do DLS. Com a execução do programa PO2, foi possível que várias associações de desenvolvimento local ganhassem corpo e vida profissional.

Segundo Andrade e Franco (2007) hoje a realidade portuguesa comporta diversos tipos de associações. O Código Civil português distingue cada especificidade de associação e estabelece, para cada uma, um diploma legal correspondente, o que não impede de haver uma grande dispersão legislativa no setor. Neste âmbito, Andrade e Franco (2007) e Marques (2011), anotam que as características do enquadramento legal do associativismo português podem se configurar de diversos modos, *cf.* Quadro 11, a seguir.

Quadro 11. Características do enquadramento legal do associativismo português

Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de Abril de 1976, na redação que lhe foi dada pelas Leis Constitucionais N.º 1/82, de 30 de Setembro; N.º 1/89 de 8 de Julho; N.º 1/92 de 25 de Novembro; e N.º 1/97 de 20 de Setembro.

Artigo 46.º – Liberdade de associação

1. Os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os respetivos fins não sejam contrários à lei penal.
2. As associações prosseguem livremente os seus fins sem interferência das autoridades públicas e não podem ser dissolvidas pelo Estado ou suspensas as suas atividades senão no casos previstos na lei e mediante decisão judicial.
3. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação nem coagido por qualquer meio a permanecer nela.
4. Não são consentidas associações armadas nem de tipo militar, militarizadas ou paramilitares, nem organizações racistas ou que perfilhem a ideologia fascista.

Cf. <http://dre.pt/util/pdfs/files/crp.pdf>

Decreto-Lei N.º 574/74 de 7 de Novembro – Reconhece e regulamenta o direito de associação

1. O direito à livre associação constitui uma garantia básica de realização pessoal dos indivíduos na vida em sociedade. O Estado de direito, respeitador da pessoa, não pode impor limites à livre constituição de associações, senão os que forem direta e necessariamente exigidos pela salvaguarda de interesses superiores e gerais da comunidade política. No processo democrático em curso, há que suprimir a exigência de autorizações administrativas que condicionavam a livre constituição de associações e o seu normal desenvolvimento.
2. O direito à constituição de associações passa a ser livre e a personalidade jurídica adquire-se por mero ato de depósito dos estatutos. Exige-se das associações que se subordinem ao princípio da especificidade dos fins e ao respeito pelos valores normativos que são a base e garantia da liberdade de todos os cidadãos. Revogam-se, assim, expressamente os Decretos-Leis n.ºs 39660, de 20 de Maio de 1954, sobre controle administrativo das associações, e 520/71, de 24 de Novembro, que sujeitou as cooperativas, em certos casos, ao regime das associações.

Cf. <http://www.dre.pt/pdf1s/1974/10/25401/00030003.pdf>

Código Civil Português, aprovado pelo decreto-Lei N.º 47334, de 25 de Novembro de 1996

Capítulo II – Pessoas coletivas

Artigo 157.º (Campo de aplicação)

1. As disposições do presente capítulo são aplicáveis às associações que não tenham por fim o lucro económico dos associados, às fundações de interesse social, e ainda às sociedades, quando a analogia das situações o justifique.

Cf. <http://www.verbojuridico.com/download/codigocivil2010.pdf>

Fonte: Decreto-Lei N.º 574/74 de 7 de Novembro; Constituição da República Portuguesa (2005); Código Civil Português (2010).

As associações ganharam importância em qualidade e quantidade. Pode-se dizer que desde 1986, ano da entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE), registou-se o aumento exponencial do número de organizações do terceiro setor.

Este constituiu o maior grupo de entidades da Conta Satélite da Economia Social em 2010, com 52.086 entidades, representando 94,0% do número total de entidades e 54,1% do VAB da Economia Social, constituindo o grupo mais heterogéneo e com maior carência de informação contabilística, tornando a sua análise mais complexa e menos precisa (INE, 2013:35).

No contexto das OTS, nomeadamente as associações e as cooperativas, estão ligadas aos movimentos sociais mais prementes. Destaca-se neste âmbito tanto as associações ligadas a defesa do meio ambiente, às questões do trabalho e do emprego e às questões socioeconómicas, quanto as cooperativas ligadas às questões de produção e consumo sustentável; ambas organizações ligadas às questões do desenvolvimento local. Portanto, estas organizações revelam um movimento associativo que introduz e difunde novas práticas, bem como de estilos de vida alternativos e de identidades assentes na diversidade histórico, cultural e no desenvolvimento sustentável. Este comportamento é refletido nas ações de diversas associações e cooperativas que, com as suas práticas de inovação social, derrubam barreiras culturais e convidam à experimentação social e à participação da sociedade civil, difundindo a riqueza local das culturas, especialmente as rurais, presentes na sociedade portuguesa.

3.4.2. COOPERATIVISMO

O cooperativismo¹⁴¹ é o conjunto de princípios que defende a colaboração e a associação de indivíduos ou grupos com interesses idênticos, com o propósito de obter proveitos comuns em suas atividades económicas. Trata-se de uma doutrina que tem por objetivo a busca de solução de problemas socioeconómicos através da criação de sistemas de cooperação, constituídos por sujeitos livres que realizam a gestão da produção e participam igualmente dos bens produzidos. *“Na raiz do fenómeno cooperativo está a cooperação, esse tecido conjuntivo das ações coletivas, desde sempre presente nas sociedades humanas”* (Namorado, 2007a:13). Portanto ...

Uma cooperativa é uma associação autónoma de pessoas unidas voluntariamente para prosseguirem as suas necessidades e as aspirações comuns, quer económicas, quer sociais, quer culturais, através de uma empresa comum democraticamente controlada (ACI)¹⁴².

O cooperativismo tem por fundamento o progresso ecossocioeconómico mediante o trabalho coletivo e do auxílio mútuo, segundo o qual aqueles que se encontram na mesma situação de desvantagem competitiva conseguem, pela soma de esforços, garantir a sobrevivência (Böök, 1993). Para MacPherson (2004) o cooperativismo sobressai em três condições. Primeiro, como facto económico, os ditames cooperativo destina-se a reduzir os custos de produção, conquistar melhores condições de prazo e preço, edificar instalações de uso comum, enfim, imiscuir-se no sistema em vigor à procura de alternativas a seus métodos e soluções. Segundo, como facto social, possui um conjunto de princípios peculiar fundamentado na dádiva, na solidariedade, na inclusão social, na igualdade e na equidade de direitos cidadãos. Uma das características do cooperativismo é o facto de considerar, de modo significativo, os motivos sociais dos cooperados na sua forma de fazer negócios. Terceiro, como facto

¹⁴¹ Instruída por Rui Namorado (2007a:10) do mesmo modo, *“vou usar a palavra cooperativismo como se ela significasse o mesmo que a expressão fenómeno cooperativo, embora seja possível reconhecer facilmente algumas diferenças. A primeira tem, na verdade, desde logo, uma conotação doutrinária e normativa mais nítida, refletindo talvez melhor a ideia de movimento e de dinâmica”*.

¹⁴² *International Co-operative Alliance (ICA)*, cf. - <http://ica.coop/en/ica>

ambiental, a doutrina se baseia tradicionalmente em motivos de cunho económico e social, duas das bases do desenvolvimento sustentável. Além disso, a questão ambiental assumiu maior importância como variáveis relevantes na tomada de decisões das organizações apenas nos últimos trinta anos (*cf.* nossa análise exposta no Capítulo 2, anteriormente). Todavia, a proteção ambiental está contemplada no sétimo princípio cooperativo, sobre o *“interesse pela comunidade: as cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável das suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos membros”* (Leite, 2010:35).

Os primeiros indícios de experimentos sociais cooperativos surgiram na Inglaterra no final do século XVIII e princípio do século XIX como reação espontânea dos trabalhadores nas indústrias ante a dureza de suas condições de vida. Neste tempo, o cooperativismo apareceu como fragmento do movimento operário, distinguindo-se no seu íntimo sem deixar de ser um dos seus pilares, o que, automaticamente o prendeu ao capitalismo, explica-nos Namorado (2007a: 12).

O movimento cooperativista foi fortemente influenciado pelo pensamento socialista desenvolvido por Owen¹⁴³ e dos anticapitalistas ricardianos como, *e.g.*, Thompson, Mudie, King, Hodgskin, Gray e John Bray, entre outros.¹⁴⁴ Por conseguinte, entre os anos de 1824 até 1835, este movimento estabeleceu estreitos laços com os sindicatos, sendo ambos expressões de um único movimento dos trabalhadores que buscavam o mesmo objetivo: a emancipação das classes trabalhadoras. Nasceu, assim, a

¹⁴³ Em 1835, Robert Owen expõe, pela primeira vez, o projeto de propelar internacionalmente o cooperativismo. Owen tem como objetivo a constituição de uma cooperativa central – Associação de todas as classes de todas as Nações –, com núcleos filiais em todos os países. Naquele tempo, a sua proposta não obteve êxito, porém a semente foi lançada.

¹⁴⁴ Diferente do restante da Europa, na Inglaterra da primeira metade do século XIX a indústria já propulsava grande desenvolvimento, as lutas operárias eram frequentes e iniciava-se o movimento das associações operárias de carácter sindical que só mais tarde apareceriam noutros países europeus. Este cenário social era, ainda, composto pela divulgação do utilitarismo de Bentham e a lição da escola clássica, principalmente das doutrinas de Ricardo, o que tornou possível o aparecimento de um grupo de idealistas do cooperativismo, autores socialistas com conclusões novas e revolucionárias das obras dos clássicos. William Thompson (1775-1833), George Mudie (1788 – ???), William King (1786 – 1865), Thomas Hodgskin (1787-1869), John Gray (1799-1883), John Francis Bray (1809-1897), apesar de apresentarem posições diferentes em alguns aspetos, o núcleo central de seus pensamentos possui ideias em comum. Este grupo defende que o trabalho é a verdadeira medida do valor, enunciando já a noção de mais-valia. Além disso, aceita o princípio utilitarista da necessidade de alcançar “a maior felicidade para o maior número” e argumenta a tese de que a estrutura da sociedade não é imutável e de origem divina.

*Grand National Consolidated Trades Union*¹⁴⁵ unificando todos os sindicatos britânicos (Monzón, 1989).

A Revolução Industrial e a crescente mecanização da economia que, conseqüentemente transformou a sociedade, ameaçaram a sobrevivência de muitos trabalhadores. Este facto foi observado, analisado e descrito por diversos estudiosos.¹⁴⁶ Por exemplo: Thompson, em 1824, publicou – *An Inquiry into the Principles of the Distribution of Wealth Most Conducive to Human Happiness; applied to the Newly Proposed System of Voluntary Equality of Wealth*. Neste estudo, o autor fez uma abrangente crítica do capitalismo, e apresenta algumas propostas para a sociedade, em especial o modelo de empresas em sistema cooperativo, como uma alternativa. Neste trabalho Thompson pressupôs que toda a riqueza é produto do trabalho, sendo esta a única medida, bem como a distinção característica da riqueza. Para isto ele estabeleceu três princípios: primeiro lugar, todo o trabalho deve ser livre e voluntário quanto à sua direção e continuidade, em segundo lugar, todo o produto do trabalho deve ser garantido a quem o produz, em terceiro, toda a troca deste produto deve ser livre e voluntária.

Para Namorado (2007a) a premência do moderno cooperativismo manifestou-se na distinção das práticas cooperativas por meio de organizações específicas. Aclara o autor que, ainda no século XIX, o cooperativismo se sobressai como realidade social, principalmente na Inglaterra e em França, além de estar presente na Alemanha, na Itália e na Bélgica. Como exemplo do cooperativismo moderno, pode-se citar o cenário inglês

¹⁴⁵ Em 1833 Robert Owen voltou dos Estados Unidos assentindo a necessidade de uma associação alicerçada no sistema de cooperativa de produção. Owen ganhou o apoio do Sindicato dos Construtores de Londres que apelou para a criação de Grémio Nacional para assumir todos os sindicatos de construção no Reino Unido. Em fevereiro de 1834, foi realizada uma conferência em Londres, que fundou o *Grand National Consolidated Trades Union* consolidando-se assim o sindicato.

¹⁴⁶ Somente para citar alguns exemplos sobre este assunto, Monzón (1989) anota que em 1821 Mudie publicou o primeiro jornal cooperativo oweniano, *The Economist*. O papel de William King foi o de um instrutor do cooperativismo, quando fundou a revista mensal – *The Co-operator* – cuja edição apareceu em 1 de maio de 1828. A revista possuía um conteúdo de filosofia cooperativa e conselhos práticos sobre o funcionamento de uma empresa dentro dos princípios cooperativo. King aconselhava a sociedade não se isolar da sociedade, mas sim para formar uma sociedade dentro de uma sociedade. Os estudos de Hodgskin, influenciado por Say, entre outros, tinha uma visão sobre a economia política divergida do utilitarismo ortodoxo de Ricardo e Mill, sendo que Hodgskin apoiava o direito dos trabalhadores se organizarem. De um debate com Thompson, Hodgkin publicou, em 1825, *Labour Defended against the Claims of Capital*, uma crítica da expropriação capitalista. Gray possui vários livros e muitos artigos em diversas revistas na Grã-Bretanha e até mesmo nos Estados Unidos, e.g., o artigo *Industrial Reform*, publicado em 1848 no *Magazine and Democratic Review*, Estados Unidos.

do século XIX. Neste cenário, analisa Santos (2003b) que William King interviu de maneira direta e decisiva para o desenvolvimento do cooperativismo na Grã-Bretanha e influenciou o experimento de inovação social na fundação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale¹⁴⁷, em 1844. A cooperativa de Rochdale trazia em seu bojo as inúmeras experiências de sucesso e fracasso cooperativas. O armazém cooperativo de Rochdale, um empreendimento socioeconómico, foi fundado por um grupo de vinte e oito tecelões. Neste grupo encontravam-se seis seguidores de Owen, que implementaram na base de Rochdale, o viger de que o cooperativismo deveria ocupar todos os setores da economia e estender-se a todos os países (Fairbairn, 1994).¹⁴⁸

Na proposta, linha mestre do cooperativismo, sempre esteve presente a inclusão social e económica, a proteção, primeiramente, dos seus membros, a prossecução à satisfação das necessidades sociais (Borzaga e Sapear, 2004). No caso de Rochdale, a inclusão social dos indivíduos operários que se encontravam em extremas dificuldades financeiras e à margem da sociedade local (Fairbairn, 1994). Substanciados pela doutrina cooperativa, pelo instinto de cooperação, os pioneiros de Rochdale foram os idealizadores de uma nova forma social cooperativa, que mobilizaram forças e recursos, favorecendo condições que, isoladamente, não conseguiriam viabilizar (Fairbairn, 1994).

Tendo como base o cenário de Rochdale, explica-nos Rui Namorado, que a cooperação se fundou como cerne deste inovador grupo de organizações que interferiram na atividade económica, formando um tipo singular de empresa. Assim completa o autor, “*estruturadas com base na cooperação entre os seus membros,*

¹⁴⁷ Nomeadamente – *Rochdale Society of Equitable Pioneers* –, fundada em 1844 com 28 trabalhadores. Em 1848 eram 140 membros. Em 1849, com a falência do principal banco da região, passou a ter 390 sócios, enquanto o capital da cooperativa subiu de 30 libras para 1.194 libras. No primeiro ano, o total de retiradas foi de 710 libras. Em 1860, com 3.450 sócios, o capital era de 152.000 libras. Para saber mais sobre o assunto, cf., <http://www.therochdalepioneers.co.uk/the-story/the-pioneers>

¹⁴⁸ Segundo as anotações de Fairbairn (1994) o primeiro registo de cooperativa de consumo data de 1769, a Fenwick Weavers' Society, criada numa aldeia da Escócia, que deu nome a cooperativa. Esta cooperativa de consumo formou-se para benefício dos membros cujo propósito original era o de promover os elevados padrões na tecelagem artesanal, mas as atividades, mais tarde, expandiram-se para incluir a compra coletiva de alimentos a retalho e livros. Este último resultou na criação da biblioteca de Fenwick em 1808. Comenta Fairbairn (1994) que nas décadas que se seguiram, já havia centenas de cooperativas pela Europa.

deram-lhe centralidade como o elemento que decisamente as impulsionou” (Namorado, 2007a:15). Porquanto se formou uma simbiose em que os associados usufruíram dos laços sociais, pelo modo como tornaram-se hábil a prosseguir-los. Por conseguinte, assente o autor, que foi assim que [...]

Surgiram o que alguns designaram como os três pilares do movimento operário: partidos políticos operários, sindicatos e cooperativas. A centralidade destes três pilares não impediu o associativismo de continuar como um espaço aberto, onde cabiam todas as atividades culturais, sociais e económicas que não tivessem gerado tipos específicos de organizações (Namorado, 2007a:16).

Para MacPherson (2003) os laços de cooperação, igualdade de direitos, democracia administrativa e solidariedade como eixo central ainda configuram as cooperativas como empresas democráticas, diferenciando-as das empresas capitalistas. Porquanto, as decisões estão em poder de uma maioria dos sócios usuários da atividade cooperativa, de modo que, se existir sócios investidores ou de capital, estes não são maioritários, e a divisão de excedentes não se realiza com critérios de proporcionalidade do capital. A igualdade de direito de voto, a distribuição do capital social obrigatório com limitação de interesse e a criação do um património cooperativo indivisível, inclusive no caso de dissolução da entidade, constituem outros aspetos diferenciais das cooperativas relativo as empresas capitalistas (MacPherson, 2003).

No raciocínio que aqui se delineia pode-se dizer que do laboratório de experimento social de Rochdale surge uma inovação social que incide diretamente sobre o desenvolvimento local. Uma organização construída pelo ator local para assistir a sociedade local. Destarte, elucida Namorado (2007a:15) que desta experiência e da forma como os pioneiros distinguiam as consequências do capitalismo emergente, da precisão de não lhes cederem, da condição de sonharem para além dele, que *“resultaram as regras que identificam a sua invenção cooperativa”* (ibidem).

Não foi, portanto, a imaginação privilegiada de um pequeno grupo que gerou, como artefacto de génio, um conjunto pragmático de regras que viria a revelar-se fecundo e futurante. Sem retirar mérito à reflexão dos pioneiros, ela alimentou-se de um abundante leque de experiências, a partir de um ponto de vista bem determinado, o ponto de vista dos operários de Rochdale, um ponto de vista inserido no movimento operário (Namorado, 2007a:17).

O êxito de Rochdale legitimou a inovação social no campo das OTS e notabilizou os princípios doutrinários e as normas adotadas. Estabelecendo, há mais de um século o domínio de um paradigma cooperativo à escala mundial, prevalecendo neste âmbito o compromisso da inovação social com o DLS. Segundo Demoustier (2001) a importância desse experimento social se fundamenta até os nossos dias porque evidência que os desafios dos diversos tipos de cooperativas são desiguais. Além disso, os preceitos que implementam as suas ações e atividades constituem uma referência para os princípios cooperativos. E *“isso só foi [e ainda é] possível porque esse paradigma se revelou suficientemente flexível e aberto, para incorporar ajustamentos, alterações e novidades; mas também suficientemente consistente, para se renovar sem se descaracterizar”* acrescenta Namorado (2007a:18).

No âmbito desse experimento social se denota, pela tradição francesa, especialmente pela classe operária, a condição do interesse mútuo. Além disso, o comportamento da ajuda ao outro ou o chamado interesse geral, pela tradição inglesa (MacPherson, 2004). Desde então, os ditames denominados de OTS pautam-se por um conjunto de fatores e ações que integram, desde àqueles tempos, os princípios cooperativos. Segundo Coutinho (2002) as OTS

[...] devem ter como objeto o interesse comum ou mútuo, ou então o interesse geral e não o lucro. Dar o primado às pessoas e ao trabalho em relação ao capital. Adotar um modelo de decisão e de funcionamento democrático, na base do sistema, um homem um voto; e desenvolver uma autonomia face ao Estado (Coutinho, 2002: 49-50).

Esclarece MacPherson (2003) que os princípios que regeram o funcionamento dos pioneiros de Rochdale¹⁴⁹ foram adaptados por todos os tipos de cooperativas, perfazendo a espinha dorsal do sistema cooperativo contemporâneo.¹⁵⁰ Internacionalizaram-se de diversos modos, especialmente com a criação da Aliança Cooperativa Internacional (ACI)¹⁵¹ em Londres, em 1895, o que tem contribuído, até os dias de hoje, para o propélio mundial do conceito de OTS inovadoras. A ACI nasce como uma OTS independente, que agrupa, representa e assiste a todas as cooperativas no mundo todo. Os principais objetivos desta Aliança assentam-se em promover o fortalecimento das cooperativas autónomas, através de atividades de âmbito internacional, regional e nacional. Para que isso se concretize, a ACI elabora ações que *i)* promovem e defendem os valores e princípios do cooperativismo; que *ii)* estimulam relações mutuamente vantajosas entre suas organizações, de caráter económico ou de outra índole; mas também que *iii)* favorecem o progresso socioeconómico dos povos, contribuindo assim para a paz e a segurança internacional (ACI, <http://ica.coop/en/ica>).

Para o Namorado, foram as dinâmicas do movimento cooperativo, presentes desde àquele tempo, que incitaram a sua internacionalização. Facto que se comprova com a criação da Associação Internacional dos Trabalhadores, criada em 1864, e que ficou reconhecida por Primeira Internacional, “*na qual foi clara a proeminência dos*

¹⁴⁹ A partir da experiência de Rochdale, as cooperativas tornaram-se objeto de atenção por parte de diferentes escolas, já que a transversalidade ideológica e o pluralismo analítico é uma das características dos estudos sobre este tipo de organização. Desde os socialistas utópicos e dos anticapitalistas ricardianos até a literatura neoclássica e keynesiana tem-se ocupado de análises das organizações cooperativas. Como já foi aqui anotado, em especial, entre os anos de 1820 a 1844, as cooperativas foram objeto de um amplo interesse por parte dos socialistas associativistas (*cf.* Quadro 10a,b,c, expostos anteriormente), entre outros clássicos do pensamento económico.

¹⁵⁰ Neste ínterim, anota Monzón (2003: 13) que, muito antes da criação da Cooperativa de Rochdale, em 1844, as cooperativas britânicas vinham se encontrando em congressos cooperativos. Das discussões assentadas nesses encontros foram elaborados os critérios que definiriam as diretrizes de unificação que, assim, permitiriam implantar e implementar uma nova ordem social. Esses encontros, sobretudo, marcaram a utilização do conceito de movimento cooperativo, reconhecendo, desse modo, um estágio próprio da aliança de todas as cooperativas. Além disso, o intento de uniformizar teoricamente o cooperativismo, portanto, de criar um fundamento científico, bem como, conceder às cooperativas uma dimensão política, vinculadas ao objetivo de transformação social.

¹⁵¹ *International Co-operative Alliance (ICA)* – nasce com a realização do *I Congresso Internacional de Cooperativismo*, em Londres. Até essa data surgiram cooperativas e suas representações nas esferas regional e nacional em diversos países do mundo, por este motivo foi possível a existência da Aliança de circuito mundial. No decorrer da história do século XIX para cá, importa ressaltar que ACI é a única organização que resistiu ao tempo, sem perder sua identidade, nem sofrer grandes mudanças internas, ficando fiel ao seu caráter original e aos seus objetivos. Para mais informações, *cf.* - <http://ica.coop/en/ica>

franceses e dos ingleses, bem como a influência ideológica de Marx” (Namorado 2007a:). Aclara o autor que na Primeira Internacional, *“o fenómeno cooperativo corresponde a um espaço socio-organizativo demarcado, mas está longe de ser o seu elemento propulsor”* (Namorado, 2007a:8).

Para MacPherson (2004), a ACI foi erigida sob o eixo identificador da cooperatividade, fundamentado pelos princípios cooperativos proveniente de Rochdale, assumindo, desse modo, a tarefa de manter viva a eficiência desses princípios¹⁵². Assim, a Aliança propeliu o cooperativismo e o formalizou pela primeira vez, em 1937, no congresso de Paris, classificando os princípios em primários e secundário. Onde, segundo Leite (2010), os princípios primários foram entendidos pela livre adesão, controlo democrático, distribuição aos sócios na proporção das suas compras, interesse limitado ao capital. Os princípios secundários designaram-se pela neutralidade política e religiosa, vendas a dinheiro e desenvolvimento da educação.

Anota MacPherson (2004), que tempos depois, em 1966, no Congresso de Viena, estes princípios foram revistos, mantendo alguns e introduzindo novos que permaneceram até 1995. Seguiu-se, desse modo, com a adesão livre e voluntária, controlo democrático, interesse limitado ao capital, distribuição equitativa dos excedentes, fomento da educação e colaboração entre as cooperativas. Neste contexto, completa Namorado (2007a:7) que a Aliança, reestruturou-os e, deu-lhes, *“no quadro de uma identidade cooperativa integralmente explicitada, o perfil atual em 1995”*. Portanto, no Congresso de Manchester, em 1995, com base nos princípios de Rochdale, elaborou-se a *Declaração sobre a Identidade Cooperativa*, prosseguindo com a internacionalização e ditames do cooperativismo, cf. Quadro 12, a seguir.

¹⁵² Para um estudo mais aprofundado da identidade cooperativa e dos princípios, podem ver-se: Macpherson (2003); Namorado (1995; 2005), Leite (2010).

Quadro 12. Identidade Cooperativa

Declaração sobre a Identidade cooperativa Associação Cooperativa Internacional (1995)	
Definição	Uma cooperativa é uma associação autónoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades económicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa de propriedade comum e democraticamente gerida.
Valores	As cooperativas baseiam-se em valores de ajuda e responsabilidade próprias, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Na tradição dos seus fundadores, os membros das cooperativas acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelos outros.
Princípios	Os princípios cooperativos são as linhas orientadoras através das quais as cooperativas levam à prática os seus valores
1. Adesão voluntária e livre	As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e dispostas a assumir as responsabilidades de membro, sem discriminações de sexo, sociais, políticas, raciais ou religiosas.
2. Gestão democrática pelos membros	As cooperativas são organizações democráticas geridas pelos seus membros, os quais participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres que exerçam funções como representantes eleitos são responsáveis perante o conjunto dos membros que os elegeram. Nas cooperativas do primeiro grau, os membros têm iguais direitos de voto (um membro, um voto), estando as cooperativas de outros graus organizadas também de uma forma democrática.
3. Participação económica dos membros	Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Pelo menos parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os cooperadores, habitualmente, recebem, se for caso disso, uma remuneração limitada, pelo capital subscrito como condição para serem membros. Os cooperadores destinam os excedentes a um ou mais dos objetivos seguintes: desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos, será indivisível; benefício dos membros na proporção das suas transações com a cooperativa; apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.
4. Autonomia e independência	As cooperativas são organizações autónomas de entreajuda, controladas pelos seus membros. No caso de entrarem em acordos com outras organizações, incluindo os governos, ou de recorrerem a capitais externos, devem fazê-lo de modo a que fique assegurado o controle democrático pelos seus membros e se mantenha a sua autonomia como cooperativas.
5. Educação, formação e informação	As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos, dos dirigentes e dos trabalhadores, de modo a que possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento das suas cooperativas. Elas devem informar o grande público particularmente, os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.
6. Interooperação	As cooperativas servem os seus membros mais eficazmente e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, a través de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.
7. Interesse pela comunidade	As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos membros

Fonte: *International Co-operative Alliance* (ICA – <http://ica.coop/>)

Para MacPherson (2004) a publicação desta Declaração marcou o Congresso Centenário da ACI, promovendo mudança no papel das instituições de suporte. Esclarece o autor que este documento foi produzido com o intuito de assegurar que as principais instituições afiliadas a Aliança dessem prossecução fidedigna ao conjunto de princípios do cooperativismo genuíno, evitando um desvirtuamento dos mesmos. Além disso, a Declaração firma o papel da ACI no campo do cooperativismo e intui um dos principais desafios deste organismo. *“Promover mudanças estratégicas no conjunto de programas de cooperação técnica no âmbito nacional, para fazer com que o cooperativismo ocupe um papel mais ativo no leque de oportunidades económicas que as mudanças permitem”* (Pereira, 2001:57).

Destarte, na evolução internacional do cooperativismo, como anota Pereira (2001:58), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), desde 1919, reconhece a importância das cooperativas e tem sido atuante no desenvolvimento do cooperativismo.

A OIT coopera com a Aliança Cooperativa Internacional. “A OIT é solidária com os princípios da ACI na promoção do cooperativismo” (Pereira, 2001: 58), ao mesmo tempo, que apoia a divulgação mundial desta doutrina através da identidade cooperativa, designada pela Declaração de 1995, Congresso de Manchester.

O desenvolvimento do cooperativismo propeliu mundialmente especialmente pelo contributo da Aliança Cooperativa Internacional e da Organização Internacional do Trabalho. Pela OIT principiou através da Recomendação N.º. 127, de 1966, da OIT, “sobre o papel das cooperativas no desenvolvimento económico e social dos países em desenvolvimento”, com um amplo campo de aplicação às diversas áreas económicas de atuação do cooperativismo.¹⁵³ Mundialmente o movimento da ACI confere com essa definição de princípios. Segundo Pereira, o texto da referida recomendação “é a única norma internacional da OIT sobre as cooperativas que tem carácter geral”. Ademais, completa o autor, é amplamente utilizado como “principal instrumento internacional orientador do cooperativismo em países em desenvolvimento” (Pereira, 2001:59). Com efeito, o cooperativismo é um dos movimentos sociais imbuído em resolver os problemas oriundos de ordem económica, política e social em todos os tempos.

No âmbito económico e social, a internacionalização do cooperativismo contribuiu para o desenvolvimento e o crescimento da sociedade mundial por delinear um modo de sobrevivência perante às diversas crises que se instalaram no decurso da história do desenvolvimento (Chaves e Monzón, 2005). A partir do século XX o processo de desintegração do socialismo, a crise do Estado-Providência, a reestruturação do Estado, processos de privatizações e encerramento de empresas públicas, provocaram uma onda de desemprego, subemprego e pobreza em diversos países (Monzón e Chaves, 2012). Corroboraram para este cenário, a diminuição de afiliações, os cortes de subsídios governamentais, ajuntados aos problemas relacionados ao avanço do progresso tecnológico e industrial, à degradação ambiental, ao desemprego de longa duração, a exclusão social, etc. (Monzón e Chaves, 2012). Nesta

¹⁵³ Para um aprofundamento, podem ver-se: Pereira (2001), pp. 161, Recomendação N.º. 127, OIT; ou - R127 - *Co-operatives (Developing Countries) Recommendation, 1966 (No. 127)* - http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=1000:12100:0::NO::P12100_INSTRUMENT_ID,P12100_LANG_CODE:312465,es:NO

ágora, comenta Santos (2003b) que as práticas cooperativas têm fomentado, na atual sociedade de mercado, um esplêndido interesse que desafia o prognóstico pessimista sobre a possibilidade de sobrevivência económica das cooperativas. Ademais, anota o autor, recuperou os elementos centrais do pensamento associativista com o objetivo de renovar a tarefa de pensar e de criar alternativas económicas.

Por conseguinte, no início do século XXI, a sociedade mundial confronta-se com a necessidade de encontrar solução para diversos problemas relacionados à crise económica e financeira (Coraggio, 2007c). Porquanto, as mudanças económicas converteram, nomeadamente, a abertura de mercados acompanhada da crescente mobilidade de capitais e de empresas. Gerou, desse modo, uma redistribuição mundial da produção e do emprego, elevando a taxa de emprego em países de mão de obra barata, *e.g.*, no sudeste asiático, e o aumento exponencial do desemprego, especialmente na Europa. As mudanças delineadas neste cenário propulsam as cooperativas na construção de sociedades mais pluralistas, a diversificar os seus serviços, a criar cooperativas especializadas (Favreau, 2008). Assim surgem as cooperativas de grupos mais vulneráveis como as de jovens sem emprego, de desempregados de longa duração, cooperativas sociais, bem como o retorno de jovens à agricultura familiar e a filiação às cooperativas de produtores e lavradores agrícolas, etc.

Observa Santos (2003b) que, perante à comprovada ineficiência das economias centralizadas, as cooperativas surgem como alternativas de produção exequível, numa perspetiva progressista. Segundo o autor este facto ocorre porque as cooperativas estão organizadas de acordo com princípios e estruturas fora do sistema dominante e, ao mesmo tempo, operam em uma economia de mercado. Diante disso, as especificidades cooperativas favorecem estas organizações à responder de modo eficaz às condições do mercado global. Assim diversos países, em especial na Europa, presenciam um verdadeiro renascimento das cooperativas.

As cooperativas facilitam a participação ativa dos trabalhadores num espaço organizacional em que são, geralmente micro e pequenas empresas, e estão vocacionadas à integração com empresas de raiz local. São organizações que, diante dos seus objetivos, assumem o compromisso de participar em atividades de DLS, voltadas

para gerar trabalho e emprego, especialmente nas zonas rurais. O cooperativismo sobrepõe-se por apresentar um importante impacto macroeconómico, a partir do momento que não só cria oportunidades de emprego e gera novos postos de trabalho, como também protege os empregos já existentes, movimentando, desse modo, a economia local.

A Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o Ano Internacional das Cooperativas, em 2012.¹⁵⁴ A ACI é a associação de maior representação mundial, com estatuto consultivo na ONU, agrupando organizações de 96 países, pelos cinco continentes. Para o propósito do ano internacional, a ONU instituiu alguns pontos estratégicos, delineados pelos objetivos da ACI, *cf.*, excerto *infra*.

1. Aumentar o conhecimento público das cooperativas e os seus contributos para o desenvolvimento socioeconómico e para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio;
2. Promover a formação e o crescimento das cooperativas entre os indivíduos e as instituições, de forma a promover respostas a necessidades socioeconómicas, através da participação ativa dos cidadãos;
3. Encorajar os governos e organismos reguladores a promover políticas, leis e regulamentos capazes de gerar a formação e o crescimento do setor cooperativo (Relatório ACI-2012:8)¹⁵⁵.

Para a ONU as cooperativas “*são elementos que relembram à comunidade internacional que é possível prosseguir simultaneamente a viabilidade económica e a responsabilidade social*” (Ban Ki-moon, Secretário-geral da ONU). Segundo dados do Relatório Internacional ACI (2012), [...]

¹⁵⁴ A Assembleia-Geral das Nações Unidas, através da sua Resolução A/RES/64/136, de 18 de dezembro de 2009, declarou o ano de 2012 como o Ano Internacional das Cooperativas (AIC – 2102), reconhecendo na esfera do cooperativismo, entre outras coisas, a contribuição das cooperativas para o alcance de objetivos de desenvolvimento social, nomeadamente a erradicação da pobreza, a geração de emprego produtivo e pleno e a melhoria da integração social, *cf.*, <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N09/470/02/PDF/N0947002.pdf?OpenElement>

¹⁵⁵ Para mais informações, além do Relatório do Ano Internacional (ACI – 2012) observar a nota acima e seguir o endereço eletrónico da Resolução *supra* referida.

mais de mil milhões de pessoas são detentoras de capital em cooperativas, três vezes mais do que as que detêm capital em empresas privadas; na Europa os membros cooperativos ascendem aos 123 milhões; o emprego cooperativo chega aos 100 milhões de posto de trabalho, mais de 20% do que é criado por multinacionais (Relatório ACI, 2012:5).

Dados da investigação do CIRIEC, pesquisa coordenada por Monzón e Chaves (2012:48), revelam que as cooperativas, entre os anos de 2009 e 2010, concederam um total de 4.548.394 (quatro milhões, quinhentos e quarenta oito mil, trezentos e noventa e quatro) empregos remunerados, na esfera da EU-27. Esta pesquisa ainda revela que 93% de trabalhadores das cooperativas são jovens, e trabalham a tempo inteiro. No período de 2002 a 2010, o emprego remunerado, no setor cooperativo, apresentou uma evolução exponencial de 31,51%. Além disso, as cooperativas têm contribuído para a criação líquida de emprego apresentando um saldo positivo de 3,3% (Monzón e Chaves, 2012:48-52). *“Todos os dados apontam para que o setor cooperativo representa mais emprego e coesão social e menos precariedade”* (Relatório ACI, 2012:5).

Deste modo, reconhecidamente as cooperativas contribuem para o desenvolvimento de comunidades, e, com efeito, até de nações, inserindo-se socioeconomicamente e resgatando a dignidade, sobretudo, das pessoas apartadas da sociedade. O cooperativismo concretizou experiências de inovação social e compromisso como o DLS exemplares, porém não conseguiu converter-se em uma alternativa importante em relação ao sistema dominante da economia nacional e mundial. Sobre esta situação, explica-nos Namorado que [...]

A lógica cooperativa contraria a lógica lucrativa das empresas capitalistas, dominante nas sociedades atuais. É, por isso, uma lógica subalterna, refletindo naturalmente a subalternidade do cooperativismo nas sociedades capitalistas. Daí à invisibilidade mediática do fenómeno cooperativo e à respetiva desconsideração simbólica vai apenas um passo (Namorado, 2009a: 96).

Segundo o autor, admite-se, por isso, dar um panorama do movimento cooperativo mundial, como uma ilustração da sua importância. As cooperativas expandem-se por todos os setores de atividade e assumem dimensões muito distintas. Podem ser pequenos grupos artesanais, como a Associação de Bordadeiras de Bainhas Abertas de Arouca, ou grupos de lavradores como a Cooperativa Agrícola de Lavradores do Concelho de Oliveira do Bairro, bem como grandes empresas, como o Complexo Cooperativo de Mondragón (Espanha)¹⁵⁶. Existem em todos os países, em todos os continentes.

A Resolução do Parlamento Europeu, de 19 de fevereiro de 2009, sobre economia social (2008/2250(INI)), além de outras considerações, no item ‘K’, deste documento, reconhece que as OTS têm demonstrado economicamente o seu crescimento, todavia considera que o setor da economia social ...

[...] é ainda pouco conhecido, sendo frequentemente alvo de críticas resultantes de abordagens técnicas inadequadas; considerando que a falta de visibilidade institucional é um dos problemas mais importantes com que se depara a economia social na União Europeia e em alguns Estados-Membros, o que resulta, em parte, das peculiaridades dos sistemas de contabilidade nacional, [...] (Resolução do Parlamento Europeu, 2009:K)

Por conseguinte, no âmbito desta mesma Resolução, o Parlamento Europeu, sublinha que as OTS, e neste âmbito as cooperativas, ao conciliarem rentabilidade e solidariedade, exercem um fundamento essencial na economia europeia. Reconhece que estas organizações só puderam prosperar e desenvolver o seu potencial na totalidade, se forem beneficiadas por condições políticas, legislativas e operacionais adequadas. Consideram, sobretudo, que estas organizações criam empregos qualificados, reanimam a coesão social, económica e regional e que criam capital social, promovendo a

¹⁵⁶ Sobre o Complexo Cooperativo de Mondragón ver o trabalho de investigação, tese de doutoramento de Alessandra Bandeira Antunes de Azevedo, intitulado: Autogestão e competitividade. Estudos de caso em cooperativas industriais brasileiras e bascas/espanholas (2007), *cf.*, http://www.fearp.usp.br/cooperativismo/teses_instituicao.php?instituicao=5

cidadania ativa moldada em uma economia com valores democráticos, primando pelas pessoas. Ademais, são organizações que apoiam o desenvolvimento local sustentável, fomentam a inovação social e tecnológica. Diante disso, o Parlamento recorda no item de N.º. 6, que *“a pluralidade das formas empresariais é reconhecida no Tratado CE, assim como pela aprovação do Estatuto da Sociedade Cooperativa Europeia”* (Resolução, 2009: item 6).

Para Namorado (2005b:12) as cooperativas precisam ter atenção *“à centralidade e à especificidade das suas relações com o Estado”*. Sem jamais dispor de sua independência, *“têm todo o interesse em impregnar de contratualismo essas relações, nomeadamente”* (*id. ibid.*), através de uma sólida rede de sociabilidade. Para o autor, se as cooperativas integrarem estratégias públicas estruturantes e contínuas, essa rede de sociabilidade adquire relevo especial. Neste contexto, dois exemplos são citados por Namorado e considerados, no argumento do autor, como fecundos. O primeiro refere-se ao DLS que, cada vez mais, tem estado claro *“as sinergias entre as cooperativas e as dinâmicas socioeconómicas territorialmente enraizadas em comunidades locais”* (Namorado, 2005b:12). O segundo exemplo se refere a inserção social cuja *“lógica cooperativa harmoniza-se bem com tudo aquilo que sublinha a necessidade de abrir caminhos de inserção a todos que precisem de os percorrer”* (*id. ibid.*). Neste ínterim o autor esclarece a importância da rede de sociabilidade e da interação das políticas públicas que circundam as cooperativas indiretamente, nomeadamente, que as envolvam por ter efeitos nas suas áreas de atividade. Portanto, em virtude do crescente papel das cooperativas nas esferas supranacionais, no caso português, como iremos abordar no próximo item, não se deve esquecer do protagonismo da União Europeia.

3.4.2.1. COOPERATIVISMO EM PORTUGAL

O cooperativismo português iniciou o seu desenvolvimento no século XIX, caracterizado pelas suas fortes tradições populares. Naquele tempo Portugal era um país rural, de predominância agrícola, por isso não sofreu tanto os efeitos da Revolução Industrial como noutros países da Europa. Porém, a população portuguesa havia passado pela revolução liberal de 1820 seguida pela guerra civil de 1828 até 1834, factos estes que contribuíram para que a sociedade procurasse novos caminhos que a conduzisse a uma maior justiça social (Carvalho Ferreira, 2002a). O autor esclarece que no primeiro momento o movimento cooperativo português era de associativismo operário essencialmente mutualista, pela seguinte razão:

[...] a revolução industrial em Portugal não tinha desenvolvido um sistema fabril baseado na manufatura e na organização racional do trabalho e a maioria da população camponesa ainda estava subordinada ao jugo da denominação feudal e do poder da igreja. [...] ele era a única forma de resistir e de, simultaneamente, construir uma alternativa credível face ao desemprego, à miséria e à pobreza do operariado que trabalhava extenuadamente nas fábricas e vivia pauperrimamente nos grandes centros urbanos (Carvalho Ferreira, 2002a:91).

Anota Carvalho Ferreira que a partir de 1850 o movimento associativo operário passa por uma mudança em relação a sua orientação ideológica. Similar aos outros países europeus onde o cooperativismo estava mais difundido, também Portugal assimila os ideais de Saint-Simon, Fourier, Prodhon, etc. Mas é somente em 1858, uma década depois dos Pioneiros de Rochdale, que se constitui a primeira cooperativa portuguesa, a Fraternal dos Fabricantes de tecidos e Artes Correlativas (INE, 2013).

Além disso, a sociedade portuguesa se vê diante da repercussão das escolas de pensamento francês sobre o cooperativismo, em especial da Escola de Nîmes, de Charles Gide e a sua proposta de implementação de uma “República Cooperativa”. Este

facto é sucedido pela “Ordem Cooperativa” de Bernard Lavergne¹⁵⁷ e sobre os estudos, nomeadamente, das cooperativas de consumo, complementado por Ernest Poisson¹⁵⁸ que aprofunda o ideal de Gides em diversos trabalhos, mas especialmente com *La République Coopérative*, publicação de 1920. Mas “a singularidade mundial do cooperativismo português” se deve a influência do pensamento de Georges Fauquet¹⁵⁹, consoante anotações de Leite (2011:2). Explica Namorado (2000) que, em Portugal, António Sérgio¹⁶⁰ trilhou o estreito caminho aberto por Fauquet, porém com uma identidade própria. Para Namorado ...

António Sérgio tinha uma conceção aberta do setor cooperativo, que, desse modo, embora compreendesse a valorização de um setor cooperativo, em si próprio, tinha a particularidade de apontar para uma vivência cooperativa completa, para quem voluntariamente se assumisse como um cooperativista que pretendesse viver cooperativamente, mesmo numa sociedade predominantemente capitalista (Namorado, 2000:2).

Por conseguinte, Carvalho Ferreira (2002a) refere-se que em virtude da pouca escolarização do operariado português, muito foi o contributo de alguns intelectuais que discutiam os direitos dos trabalhadores através da publicação dos ideais cooperativos. Esta ação foi empreendida, nomeadamente por “*Alexandre Herculano, Sousa Brandão,*

¹⁵⁷ Bernard Lavergne (1884 – 1975) nasceu em Nîmes, formou-se em direito. Defendeu, em 1908, a tese sobre o “Regime Cooperativo”. Esta teve por fundamento o advento da “ordem cooperativa”, com a finalidade de eliminar a distribuição do lucro capitalista, porém considerando a liberdade e a iniciativa individual, evitando, desse modo, o estatismo-socialista. Inventou a “régies cooperativas”, em que exalta o consumidor com o direito de pedir a socialização do capital existente (cf., www.cases.pt).

¹⁵⁸ Ernest Poisson (1882 – 1942). Formou-se em direito, socialista francês. Foi membro da Comissão Administrativa Permanente do Partido Socialista (1910-1933) e secretário da Federação Nacional das Cooperativas de Consumidores.

¹⁵⁹ Georges Fauquet (1873 – 1953). Médico francês. Foi alto funcionário da OIT, teve especial interferência na área cooperativa, publicou “O Setor Cooperativo”, em 1935. Tinha como tese que o cooperativismo estaria intimamente ligado ao setor privado da economia, porque era originário das pequenas economias, das atividades do lar, do campo e da cidade. Fauquet entendia que o cooperativismo se limitava a determinados setores de atividade económica capazes de agrupar as unidades não capitalistas da economia.

¹⁶⁰ António Sérgio (1883 – 1969). Foi escritor, pensador e pedagogo, português. “Possui diversas publicações que se estende da teoria do conhecimento à filosofia política e de educação. O seu trabalho, nos variados campos do conhecimento, revelam uma filosofia com profundas implicações humanas e sociais. Defendeu a doutrina democrática na esfera da organização política, foi um dos principais ideólogos do cooperativismo em Portugal” (cf., www.cases.pt).

Andrade Corvo, José Frederico Laranjo, Costa Goodolphim, Antero Quental, José Fontana,” etc. (Carvalho Ferreira, 2002a:92). Assim, algumas organizações foram fundadas com intuito de esclarecer e qualificar os trabalhadores, *e.g.*, a fundação do Jornal Eco dos Operários (1850), a criação do Centro promotor do Melhoramento das Classes Laboriosas (1852), e a Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa (1873). Anota o autor que estas organizações tinham como finalidade a emancipação social do operário, além de concretizar uma sociedade socialista.

Segundo Teixeira (2013), as primeiras cooperativas portuguesas tiveram curta duração, cujo nascimento esteve relacionado aos setores da produção e consumo, ao sindicalismo e ao mutualismo. Explica o autor que essas organizações se caracterizavam pelas diversas atividades e pelas diferentes funções, *e.g.*, a Sociedade Cooperativa Caixa Económica do Porto, a Sociedade Cooperativa de Consumo Aliança Popular (1871) e a Sociedade Cooperativa Piedense (1873). Neste contexto, comenta Namorado (2005b) que até 1910, o cooperativismo em Portugal era pouco desenvolvido, mas evidentemente radicado no movimento operário.

Apesar de ser um cooperativismo incipiente, o Estado português não o deixou de lado, pelo contrário, ocupou-se de legislar com exclusividade sobre a matéria. Portanto, diferente dos países de origem do cooperativismo, em Portugal, “*a legislação cooperativa constitui um dos elementos impulsionadores do movimento cooperativo na segunda metade do século XIX*”, assente Teixeira (2013:2). Conforme anotações deste autor, pode-se expressar que o cooperativismo, em Portugal, “*está ligado a um acontecimento jurídico: o surgimento da Lei Basilar do Cooperativismo, Lei de 2 de julho de 1867*”, cujo mentor foi Andrade Corvo¹⁶¹”. Esta lei “*é a segunda mais antiga do mundo*” (Teixeira, 2013:2), uma vez que a primeira é de origem inglesa¹⁶². Assim, de acordo com a Lei Basilar de 2 de Julho de 1867, Secção I, artigo 1.º, define que as ...

¹⁶¹ João de Andrade Corvo (1824-1890). Estudou medicina, engenharia, matemática e ciências naturais. Político português foi ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, no reinado de D. Luís I de Portugal.

¹⁶² Primeira lei inglesa para o cooperativismo, de 1852, *The Industrial and Provident Societies*.

Sociedades Cooperativas são associações de número ilimitado de membros e de capital indeterminado e variável instituídas com o fim de mutuamente se auxiliarem os sócios no desenvolvimento da sua indústria, do seu crédito e da sua economia doméstica (Teixeira, 2013:4).

Esclarece Salazar Leite que essa definição resulta dos aspetos que caracterizavam as primeiras cooperativas, por isso a combinação conceptual: associações e sociedades, e que hoje regressa substanciada pela economia social. Neste caso específico, segundo a conceituação de Andrade Corvo, sobressai “*o mutualismo e a multissetorialidade no objeto da cooperativa, por contraponto à sua compartimentação em ramos estanques*” (Leite, 2011:1).¹⁶³ Ademais, quando Andrade Corvo propôs a Lei Basilar do Cooperativismo, destacou que não se desejava qualquer tutela do Estado sobre as cooperativas. Neste caso, a pretensão do mentor da lei era de, “*fixar as regras gerais que assegurem os interesses dos que se associam e dos que contratam com eles*”, consoante anotações de Teixeira (2013:2). Andrade Corvo elaborou uma lei com 23 artigos em que estabelecia as diversas características cooperativas. Essa legislação vem confirmar o quanto, naquele tempo, o cooperativismo estava presente na Europa “*o reconhecimento da sua importância como defesa e afirmação da classe trabalhadora face a um crescente capitalismo e à obsessão pelo lucro*” (Almeida, 2005:56).

Vinte anos depois, a partir de 1888, as cooperativas passam a ser regidas pelo Código Comercial¹⁶⁴ até que surge o primeiro código Cooperativo, em 1980. Destarte, por motivo da legislação daquele tempo (Lei de 11 de abril de 1901), quase todas as cooperativas optaram pelo modo de “*sociedade cooperativa anónima de responsabilidade limitada*” (Leite, 2011:2). Com isso as cooperativas perderam a nitidez conceptual, assente o autor. O compêndio legislativo sobre o cooperativismo do

¹⁶³ Rochdale era uma cooperativa multissetorial, posteriormente transformada em cooperativa de consumo devido ao sucesso do empreendimento teve um número excessivo de novos sócios, o que gerou um problema, a sua incapacidade de prestar todo o tipo de serviços (Leite, 2011:1).

¹⁶⁴ Explica-nos Leite (2011:1) que até 1867 Portugal não tinha um Código Comercial. O Código Comercial de Veiga Beirão, de 1888, enquadrava as cooperativas, portanto elas deixaram de ser associações para, a partir de então, serem sociedades comerciais de um tipo especial, *cf.*, Artigos 207.º a 223.º do referido Código.

fim do século XIX ajustou-se as “*mudanças de paradigma cooperativo*” (Leite, 2011: 2). Esclarece Leite, que como noutros países europeus, as cooperativas mudam de um modelo multissetorial para um modelo por ramo, os ramos do consumo e do crédito seguidos de perto pelo ramo agrícola, foram os mais procurados.

O período de 1910 – 1926, 1.^a República sofre as consequências negativas da monarquia constitucional. Para Carvalho Ferreira (2002a) a sociedade portuguesa extenua problemas de ordem económica, social, cultural e política, nomeadamente a sua população campesina pobre e os trabalhadores de serviços. Completa o autor que a história do cooperativismo acompanha o fim da monarquia, percorre a Primeira República, atrofia-se na ditadura do Estado Novo, resplandece com os primeiros anos da democracia instituída pela Revolução de Abril. Apesar desta constante, no primórdio deste cenário estava a inexistência de uma sociedade com capacidade de inovação social e intercessão empresarial e um “*Estado pouco interventivo e idóneo nos domínios legislativo, executivo e jurídico*”, comenta Carvalho Ferreira (2002a:96). Entrementes diversos diplomas foram publicados sobre o cooperativismo, como explica Namorado (2005b), ainda que de modo solto.

No período de 1926 – 1974, Portugal está sob o governo ditatorial de António Oliveira Salazar. O desenvolvimento cooperativo sofreu severa repressão, pois “*para o regime ditatorial, as relações entre o capital e o trabalho deveriam ser pacificadas e controladas pelo Estado corporativo*” (Carvalho Ferreira, 2002:102). A situação agrava-se com a Constituição de 1933, nomeadamente com a denominada *Lei Garrote*, Decreto-Lei n.º 22513 de 12 de maio de 1933, e o Decreto-Lei n.º 520/71 de 24 de novembro, a que pode-se chamar de “*Lei Cerceadora*” (Teixeira, 2013:3). Nestes documentos estão explícitos os propósitos económicos, sociais e políticos. Assim explica Carvalho Ferreira:

Tendo presente as dificuldades que o associativismo mutualista e o cooperativismo já tinham tido durante a primeira república, com a instauração da ditadura de tipo “fascista” em Portugal, a margem de manobra do movimento social operário e de outros grupos sociais para prosseguir os seus princípios e práticas é

drasticamente reduzida (*ipsis litteris* Carvalho Ferreira, 2002a:102).

Sobre esta matéria Carvalho Ferreira (2002a) explica que, entre outras coisas, perante a Lei já mencionada, as cooperativas de consumo passaram a sofrer inúmeras restrições nas suas atividades, um modo de responder às exigências dos comerciantes retalhistas. Assim, as cooperativas de consumo foram sujeitas a contribuição industrial nas suas transações comerciais no mercado, ficando, tão-somente, excluídas, as transações que eram realizadas entre os seus membros. Além dessas, também sofreram repressões as cooperativas de produção no setor industrial. Essas foram impedidas de prosseguir com as suas atividades em virtude de toda legislação corporativa impedir toda e qualquer tipo de autonomia às organizações cooperativas face ao Estado e ao capital. Porém, de modo salutar, a política ruralista de Salazar promoveu o cooperativismo agrícola, as caixas de crédito agrícolas e articulou a Federação dos Grémios de Lavoura, que por fim não tiveram êxito porque estavam condicionadas à política económica do Estado (Carvalho Ferreira, 2002a).

O governo ditatorial esteve oblíquo à Segunda Grande Guerra e viu-se confrontado com a competição do mercado internacional. Uma nova realidade que pôs em jogo toda a política de estagnação económica que se delineava por longas datas. Nesta ágora as cooperativas encontravam-se em estado de letargia, atuavam em circunspeção com o regime ditatorial. Sem grande movimento, e tão pouco expansão do setor, o cooperativismo em Portugal teve pouca visibilidade social, diferente do movimento cooperativo nos países da Europa, *e.g.*, Inglaterra, França, Alemanha, etc. Se em Portugal as cooperativas sobreviveram ao regime de Salazar, este facto deve-se aos defensores do cooperativismo que se opunham a ditadura salazarista, *e.g.*, António Sérgio¹⁶⁵ e Henrique Barros.

António Sérgio foi, sem dúvida alguma, um expoente na defesa de um cooperativismo integral, que em última análise correspondia, na sua essência, a uma sociedade socialista libertária, equidistante do socialismo de Estado e do capitalismo

¹⁶⁵ Para saber mais sobre António Sérgio ver <http://www.bibliotecaantoniosergio.pt/>

de mercado. No meio de um contexto adverso, António Sérgio lutou pela defesa de um ideal cooperativista que tinha as suas raízes nas obras de Charles Gide, Ernest Poisson e Bernard Lavergne (Carvalho Ferreira, 2002a:104).

Após o golpe militar de 25 de abril de 1974, a sociedade portuguesa se depara com inúmeras mudanças económicas, sociais e culturais. Portugal anela um ambiente democrático cujo impacto teve consequências em todas as áreas que comporta uma nação. Este contexto histórico é o esteio onde se desenrola o movimento cooperativo. Nesta ágora de liberdade as reivindicações fizeram-se sentir nos diversos campos do trabalho, assim os operários conquistaram aumentos de salários, regularização da jornada e de condições de trabalho, etc. (Carvalho Ferreira, 2002a).

Em 1976, “*Portugal era uma República empenhada na sua transformação numa sociedade sem classes*” (Namorado, 2000:3). Para a Constituição da República de 1976, *cf.*, artigos 1.º e 2.º, o Estado tinha “*por objetivo assegurar a transição para o socialismo*”. Essa transição, segundo Namorado (2000:3), deveria ser feita, mantendo-se três setores de propriedade dos meios de produção, *i.e.*, o setor público, o privado e o setor cooperativo, *cf.*, Artigo 82.º, da referida Constituição. Namorado esclarece o seu pensamento pelo excerto *infra*.

[...] os constituintes de 1976 depararam com um conjunto de empresas privadas, confrontadas com um projeto de sociedade que as secundarizava, embora não pusesse em causa a sua subsistência. Em contrapartida, um vasto conjunto de empresas fora absorvido pela esfera pública, ao mesmo tempo que aumentavam iniciativas empresariais de coletivo de trabalhadores. Paralelamente, as comunidades locais retomavam a plena liberdade no exercício de seus direitos de raiz comunitária, enquanto o movimento cooperativo alcançava uma pujança significativa (Namorado, 2000: 3).

Esclarece o autor que esse cenário, constituído por diversas unidades produtivas servia como o material e o ambiente, onde se atuava, “*em larga medida, o tipo de evolução que iria ter a sociedade portuguesa*” (Namorado, 2000:4). A Constituição da

República Portuguesa, aprovada em 2 de abril de 1976, consagrou o setor cooperativo autónomo perante os setores privado e público. No Artigo 84.º, Cooperativismo, § 1.º, enuncia que “*o Estado deve fomentar a criação e a atividade de cooperativas, designadamente de produção, de comercialização e de consumo*”. No § 2.º anota que [...] “*desde que observados os princípios cooperativos, não haverá restrições à constituição de cooperativas, as quais podem livremente agrupar-se em uniões, federações e confederações*”. No item Título II, Estruturas da propriedade dos meios de produção, Artigo 89.º, setores de propriedade dos meios de produção, anota no § 4.º que “*o setor cooperativo é constituído pelos bens de produção possuídos e geridos pelos cooperadores, em obediência aos princípios cooperativos*” (CRP, 1976).

A prossecução do cooperativismo neste mesmo ano alarga-se. Assim, mediante o Decreto-Lei n.º 902/76 de 31 de dezembro, o governo português cria o Instituto António Sérgio do Setor Cooperativo (INSCOOP). O referido diploma, estabelece o INSCOOP com o objetivo de ...

Fomentar a expansão qualitativa e quantitativa do Setor Cooperativo, zelar pela observância dos princípios cooperativos e contribuir para a coordenação das atividades da Administração Pública com incidência no Setor Cooperativo (DL n.º. 902/76 de 31 de dezembro).

Subsequentemente o Código Cooperativo de 1980, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 454/80 de 9 de outubro¹⁶⁶, consubstancia o desenvolvimento e autonomia do setor cooperativo em Portugal. Sobre esta matéria, mesmo que em tempos outros, diversos foram os defensores do cooperativismo desejosos de um código cooperativo, *e.g.*, Tamagnini Barbosa, António Maria Godinho e António Sérgio. Tal código ficou muito aquém do que se ansiava sobre a sistematização do assunto. Porém, com a publicação do Decreto-Lei n.º 456/80 de 9 de outubro, define-se o quadro geral de benefícios fiscais cooperativos (Namorado, 2006). O respetivo código, apesar não assistir todas as

¹⁶⁶ Cf. <http://www.dre.pt/pdf1s/1980/10/23400/32253244.pdf>

necessidades, promoveu “*algumas inovações que permitiram afirmar, num plano mais consistente e abrangente o fenómeno cooperativo português*”, anota Teixeira (2013:5).

Entende Namorado (2006:22) que, no caso português, as cooperativas são uma figura autónoma de pessoa coletiva, de junto das associações, das sociedades comerciais e das fundações, consoante as transformações através da CRP de 1976 e do Código Cooperativo de 1980. Estas transformações estão inscritas na área do direito português vigente, resultado das modificações jurídicas fomentadas pela Revolução de Abril de 1974. Para Namorado (2000:241-243) as cooperativas são, de facto, um tipo autónomo de pessoa coletiva. O autor se fundamenta pelo Código Cooperativo, cujo raciocínio toma a expressão do excerto *infra*.

A expressa menção na lei de que as cooperativas não têm fins lucrativos (n.º1 do artigo 2.º, do Código Cooperativo), conjugada com a indicação da finalidade de repartição dos lucros como elemento essencial da caracterização legal das sociedades (artigo 980.º do Código Civil), torna difícil de sustentar a primeira posição. Por outro lado, qualificar as cooperativas como associações significaria uma completa desconsideração pela vertente empresarial da realidade cooperativa, uma indiferença total perante o facto de as associações, ao contrário das cooperativas, não terem capital social, bem como esquecer o processo de diferenciação histórica das cooperativas, no seio da nebulosa associativa. Desse modo, parece justificado considerar-se que no direito português as cooperativas constituem um tipo legal autónomo de pessoas coletivas (Namorado, 2006:22).

O Código Cooperativo de 1980 sofreu uma revisão em 1996, e em 1 de Janeiro de 1997 é publicado uma nova versão desse compêndio legislativo, refletindo “*as reivindicações então expressas pelo movimento cooperativo*” português (Namorado, 2005a:18). Assim, anota Namorado (2005a) os diplomas que revisam e alteram o Código Cooperativo Português, Lei N.º 51/96, de 7 de setembro. Decreto-Lei N.º 343/98 de 6 de novembro. Decreto-Lei N.º 131/99 de 21 de abril. Decreto-Lei N.º

108/2001 de 6 de abril. Decreto-Lei N.º 204/2004 de 19 de agosto. Decreto-Lei N.º 76-A/2006 de 29 de março e Decreto-Lei N.º 282/2009 de 7 de outubro, Capítulo I, das Disposições gerais, no seu Artigo 2.º, Noção, define que [...] ¹⁶⁷

As cooperativas são pessoas coletivas autónomas, de livre constituição, de capital e composição variáveis, que, através da cooperação e entajuda dos seus membros, com obediência aos princípios cooperativos, visam, sem fins lucrativos, a satisfação das necessidades e aspirações económicas, sociais ou culturais daqueles (Código Cooperativo, *cf.* descrição *supra*).

De acordo com o referido Código, Artigo 1.º, Âmbito, “o presente diploma aplica-se às cooperativas de todos os graus e às organizações afins, cuja legislação especial para ele expressamente remeta”. Neste contexto, ainda no Capítulo I, Artigo 4.º, Ramos do setor cooperativo, lista as famílias cooperativas. Estas desenvolvem diversas atividades transversais na economia, denominadas de cooperativas de consumo, de comercialização, agrícola, de crédito, de habitação e construção, de produção operária, de artesanato, de pescas, da cultura, de serviços, de ensino, da solidariedade social. Pode encontrar-se uma multiplicidade de formas representativas do setor, desde as cooperativas das bordadeiras, cooperativas agrícolas dos lavradores, adegas e lagares cooperativos, produção de leite, universidades, caixas de crédito mútuo, rádios e grupos de teatro (INE, 2013:22).

Esclarece Teixeira (2013) que outros diplomas foram publicados com o objetivo de assistir o cooperativismo pelos apoios financeiros e técnicos às cooperativas. Neste sentido, o autor faz referência ao Programa de Promoção de Quadros Técnicos em Cooperativas (COOPEMPREGO), criado pelo Despacho Normativo n.º 160/82 de 4 de agosto ¹⁶⁸. Posteriormente revisto, e publicado como “Novo COOPEMPREGO”, conservando o nome do programa já existente, pelo Despacho Normativo n.º 44/88 de 16 de junho (Teixeira, 2013: 87 e 92). Apesar do persistente movimento no sentido de

¹⁶⁷ Para mais informações sobre a legislação cooperativa, com todas elas disponíveis na página da CASES – *cf.*, <http://www.cases.pt/cooperativas/legislacao>

¹⁶⁸ *Cf.*, Teixeira (2013), ver <http://www.bibliotecaantoniosergio.pt/documentos/legislacao/13-LC-CH-Autonomista-Apoios-Incentivos.pdf>

tornar a atividade cooperativa uma praxe na economia portuguesa, diversos autores anotam a fragilidade desse setor e a necessidade do cooperativismo adentrar o campo de educação pública superior. Neste contexto, Barros e Santos (1999) expressam o seguinte pensamento:

[...] a fragilidade do movimento cooperativo neste campo e o fato de mesmo nas Universidades ser muitíssimo escassa a presença desta área de estudos completam um panorama que constitui um dos maiores entraves a um desenvolvimento cooperativo sustentado em Portugal (Barros e Santos, 1999:144).

Diversos são os esforços empreendidos sobre esta matéria que, de facto, se estendem além da legislação e trilham o caminho da prática. Um exemplo sobre o cooperativismo nas universidades é o caso do Centro de Estudos Cooperativos e de Economia Social, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (CECES/FEUC). Liderado por Rui Namorado, foi criado em 1982 como Centro de Estudos Cooperativos, de perfil multidisciplinar, envolve estudos transversais no campo do cooperativismo. *“A partir de 2002 ampliou os seus objetivos para investigação, formação e informação relativa à economia social e solidária e ao terceiro setor, suas organizações, agentes e estudiosos”* (Namorado, CECES/FEUC).¹⁶⁹ Sobre a questão cooperativismo nas universidades, a Lei da Economia Social, Lei n.º 30/2013, de 8 de maio, Artigo 10.º, fomento da economia social, §2, declara que: “[...] os poderes públicos, no âmbito das suas competências em matéria de políticas de incentivo à economia social, devem, *cf.* alínea d:

- d) Incentivar a investigação e a inovação na economia social, a formação profissional no âmbito das entidades da economia social, bem como apoiar o acesso destas aos processos de inovação tecnológica e de gestão organizacional; [...]

¹⁶⁹ Para mais informações ver-se: <http://www.uc.pt/feuc/ceces>

Na verdade as OTS, nomeadamente as cooperativas, apesar de ter tido uma relativa expressão socioeconómica desde a sua origem até os dias de hoje, essas organizações, ainda têm pouca visibilidade na sociedade portuguesa. Pode-se dizer que este facto decorra pela escassez de dados estatísticos ou, então, pela falta de expressão nos *mass media*, a questão é que a sociedade, de modo geral, pouco compreende o setor cooperativo na sua mais excelsa valia ecossocioeconómica. Ademais o fortalecimento da democracia e a entrada de Portugal na Comunidade Europeia induz o movimento cooperativo a se estruturar na esfera empresarial portuguesa, apesar de evoluir em números de unidades, mantém, no entanto, uma representação marginal, *cf.*, Quadro 13, *infra*.

Quadro 13. Evolução do cooperativismo em Portugal, 1995 – 2010

Ramo	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Agrícola	909	916	892	908	912	931	928	924	901	898	897	903	905	900	873	870
Artesanato	44	47	41	43	46	48	50	51	64	56	58	60	60	61	59	57
Comercialização	58	58	51	52	56	60	61	62	62	63	63	59	60	59	47	47
Consumo	254	245	218	212	209	205	202	203	204	196	192	189	189	185	174	169
Crédito	203	191	170	164	157	150	148	146	138	133	128	120	115	108	102	100
Cultura	241	241	234	237	244	255	256	263	272	279	285	299	311	314	302	302
Ensino	163	164	159	110	123	128	133	135	135	136	137	144	144	143	138	139
Hab. e construção	447	479	464	493	516	540	555	565	565	566	577	580	569	560	521	518
Pescas	25	26	22	22	24	25	26	26	26	25	25	25	25	24	19	17
Produção operária	113	110	102	101	107	104	102	101	102	103	100	101	99	97	75	71
Serviços	411	404	384	393	404	419	431	447	452	461	482	511	531	538	515	513
Solidariedade social	---	---	3	60	68	85	96	107	124	133	145	173	192	201	206	209
Uniões	59	63	59	62	62	65	66	68	69	71	71	72	73	73	72	72
Fed. e confederações	22	21	21	21	21	21	23	23	24	24	24	24	24	25	25	25
Total	2.949	2.965	2.820	2.878	2.939	3.036	3.077	3.121	3.128	3.144	3.184	3.260	3.297	3.288	3.128	3.109

Fonte: Elaborado a partir dos dados estatísticos do setor cooperativo, publicados pela CASES (www.cases.pt/cooperativas/estatisticas)

Em 2009, por força da Lei orgânica do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (Decreto-Lei n.211/2006, de 27 de outubro, n.º 2 do artigo 39.º), o INSCOOP foi substituído institucionalmente pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade

Limitada (*cf.*, artigo 2.º). Instituída pelo Decreto-Lei n.º 209/2009 de 7 de outubro, a CASES¹⁷⁰ sucedeu o INSCOOP

[...] em todos os direitos e obrigações e poderes públicos de autoridade congregando o Estado e diversas organizações que compõem o sector cooperativo e social, visando aprofundarem a cooperação entre o estado e as referidas entidades, criando as condições institucionais favoráveis ao alcance dos objetivos comuns de reforço e dinamização do papel da economia social (DL n.º 209/2009, 7/10).

Atine a este contexto, em 2011 a CASES assume a necessidade de reconhecimento mediático e institucional do setor cooperativo, neste sentido deu início a alguns projetos, especialmente, a Conta Satélite da Economia Social (CSES). Em abril de 2011, a CASES assina um protocolo com o Instituto Nacional de Estatística (INE) para a elaboração da CSES. A Conta Satélite consiste num sistema de informação integrada que tem como objetivo principal apresentar as atividades relacionadas a economia social, com já se mencionou anteriormente neste capítulo. Diante disso a CSES tem por objetivo:

- “Suprir as lacunas existentes na avaliação da importância da economia social.
- Constituir um instrumento analítico que permita:
 - Uma abordagem quantificada mais eficaz e detalhada do setor.
 - Obter indicadores que possibilitem uma aferição do peso do setor na estrutura económica nacional.” (CASES, 2012:14)

¹⁷⁰ Em 4 de Fevereiro de 2010 realizou-se a assinatura da escritura pública da CASES, celebrada entre o Estado Português e as entidades representativas do sector cooperativo e social: ANIMAR, CNIS, CONFAGRI, CONFECOOP, UMP - Misericórdias e UMP – Mutualidades, procedendo-se ao aumento de Capital e alteração dos Estatutos (Cartório Notarial de Lisboa Frederico Soares Franco), *cf.*, CASES - http://www.cases.pt/0_content/sobre_nos/CASES_Relatrio_Gesto_e_Contas_2010.pdf

Portanto mediante as atividades desenvolvidas no âmbito da CSES foi possível construir o universo de economia social portuguesa e expor os setores com dados fidedignos. O trabalho decorrido nos anos 2011/2012 permitiu fazer um apuramento de um conjunto de agregados da contabilidade nacional para o setor cooperativo (CASES, 2012: 14). Para isso fez-se um apuramento das cooperativas em atividade, o que permitiu levar a cabo o reajustamento do universo até então tido em consideração pelos dados da CASES, *i.e.*, as cooperativas legalmente constituídas e não dissolvidas. Assim, de imediato identificou-se uma disparidade nos números de empresas cooperativas (*cf.*, Quadro 13:300), todavia, com base na CSES, saber-se-á que os dados, a partir de agora, são expressões de qualidade e quantidade fidedignas.

Neste sentido, sob a coordenação do INE e da CASES, o projeto CSES foi implementado sob a forma de um projeto-piloto. Este plano de trabalho teve por objetivo *“a necessidade de avaliar de forma exaustiva a dimensão económica e as principais características da economia social em Portugal”* (INE, 2013:7). Com a publicação dos resultados da CSES para o ano de 2010, os organismos responsáveis deste projeto procederam, pela primeira vez na história do cooperativismo, à uma divulgação detalhada desse setor no universo da economia social.

Por conseguinte, consoante as mais recentes estatísticas oficiais, em Portugal, até o período 2009/2010, havia 2.260 (dois mil duzentos e sessenta) unidades cooperativas que se responsabilizavam por 31.783 (trinta e um mil setecentos e oitenta e três) empregos remunerados (INE, 2013:19). Estes dados se reportam a Conta Satélite da Economia Social, 2010, publicadas, em março de 2013, pelo INE e pela CASES. Em 2010, no conjunto total das famílias cooperativas, indicando-as por número de unidades, aparecem, em primeiro plano, as atividades de comércio, consumo e serviços, que representam 26,2% desse universo. Em segundo, as cooperativas de desenvolvimento, habitação e ambiente com o percentual de 17,8%, seguida das cooperativas de transformação que representam o percentual de 16,9%. Em terceiro plano estão as cooperativas da cultura, desporto e recreio, que do universo total significam 12% das cooperativas nacionais. Em termos representativo, as atividades de agricultura, silvicultura e pesca, ocupam 9,4%, relativo às unidades no conjunto total das famílias.

Estas atividades representavam 82,3% do total das cooperativas em Portugal (INE, 2013:22-23).¹⁷¹

Em 2012, a CASES publicou dados sobre o cooperativismo em Portugal, esses indicavam que 18,9% da população portuguesa estava associado em cooperativas. Neste contexto, segundo a mesma fonte, 1 (um) em cada 6 (seis) pessoas era membro de cooperativas, em comparação que apenas 3,1% era detentora de capital em empresas privadas portuguesas (CASES, 2012:12). Sobre as cooperativas, segundo dados do INE (2013) quando analisam a estrutura de recursos das cooperativas concluem que estas organizações sobrevivem do que produzem. [...]“*a produção é a maior fonte de recursos na maioria das atividades desenvolvidas, com maior ênfase para as atividades de transformação e comércio, consumo e serviços (97,1% e 92,2%, respetivamente)*” (INE, 2013:24). Segundo a mesma fonte estatística, no âmbito do ramo agrícola, silvicultura e pesca, o percentual relativo a produção é indicado por 78,1%.

Este estudo estatístico decorreu com um aprofundamento analítico tendo em consideração a natureza institucional dos grupos de entidades que integram a economia social portuguesa (INE, 2013: 19). O estudo fundamentou-se na Lei de Bases da Economia Social¹⁷², Lei n.º 30/2013, de 8 de maio, Artigo 4.º, entidades da economia social. “*Integram a economia social as seguintes entidades, desde que abrangidas pelo ordenamento jurídico português:*

- a) *Cooperativas;*
- b) *Associações mutualistas;*
- c) *Misericórdias;*
- d) *Fundações;*
- e) *Instituições particulares de solidariedade social não abrangidas pelas alíneas anteriores;*

¹⁷¹ Para informações mais pormenorizadas ver-se: Conta Satélite da Economia Social, disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=157543613&PUBLICACOESmodo=2

¹⁷² Documento completo, publicado no Diário da República eletrónico, cf., <http://dre.pt/pdf1sdip/2013/05/08800/0272702728.pdf>

- f) *As associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local;*
- g) *As entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no setor cooperativo social;*
- h) *Outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social previstos no artigo 5.^o¹⁷³ da presente lei e constem da base de dados da economia social” (Lei 30/2013, 8/05).*

Na verdade o terceiro setor, e as organizações que dele fazem parte, têm sido alvo de estudos, mesmo que ainda poucos, nesses últimos anos. Este facto se dá, particularmente por causa da crise financeira e económica que atinge diversos países do mundo, com maior rigor na Europa, distinguindo-se Portugal. Todo o esforço de estudos, como o da Conta Satélite da Economia Social, por exemplo, revela a importância do setor cooperativo na reestruturação socioeconómica do país. Neste contexto, diversos são os depoimentos de confiança que se deposita no setor cooperativo.

[...] o setor cooperativo guarda em si a receita, o segredo, para que uma resposta social mais coesa possa ser atingida. Pelo importante contributo que este setor poderá dar, não apenas como exemplo de espírito de união e coesão na construção do bem comum, mas também por via dos contributos concretos que gera na economia, no emprego, na dinamização de outros agentes económicos com quem traça parcerias, na revitalização de zonas geográficas mais desprotegidas ou na capacidade em resistir à adversidade e aos impactos externos, sejam eles de índole financeira, económica, ou social, deverá ser um setor a fortalecer e a desenvolver. É pois no modelo

¹⁷³ Refere-se aos princípios orientadores da economia social, cf. <http://dre.pt/pdf1sdip/2013/05/08800/0272702728.pdf>

abrangente que importa relançar para discussão, sobretudo, naquela que for focada aos desafios que se aproximam e que deverão atentar à modernização das cooperativas enquanto agentes socioeconómicos fundamentais para este país. O cooperativismo é uma solução de grande alcance (Pedro Mota Soares, Conferência “Ano Internacional das Cooperativas, CASES, 2012).

Consoante a esta matéria, Jerónimo Teixeira,¹⁷⁴ explica que é preciso *“aumentar a consciência pública sobre as cooperativas e suas contribuições para o desenvolvimento socioeconómico”*. Mas também *“promover a formação e o crescimento das cooperativas”*. Além disso, *“encorajar o governo a estabelecer políticas, leis e regulamentos favoráveis à formação, crescimento e estabilidade das cooperativas”*. Para Jerónimo Teixeira as cooperativas estão implantadas mundialmente, comprovando, em todos os lugares, que são um modelo de organização adaptável a todos as esferas de desenvolvimento da economia. Em função da crise que o sistema financeiro mundial gerou, alastrou-se um clima de insegurança quanto ao futuro e muitas medidas que penalizam as organizações que não se deslocalizam, como é o caso das cooperativas e das micros, pequenas e médias empresas. Portanto, *“as cooperativas afirmando a sua autonomia e independência são o melhor aliado do Estado para as políticas que visem o desenvolvimento económico e social, porque a sua ação tem um efeito multiplicador”* (Intervenção da CONFECOOP no lançamento do Ano Internacional das Cooperativas).

¹⁷⁴ Presidente da Confederação Cooperativa Portuguesa (CONFECOOP), com quem estivemos, primeiramente em 07/02/2012, em Lisboa, na sede da Mútua dos Pescadores, para uma entrevista, material que compõe esta investigação. Depois, por diversas vezes no decorrer do ano de 2012, nos seminários, conferências e demais eventos realizados em Portugal sobre o Ano Internacional das Cooperativas, 2012. Além da entrevista de duas horas, o Dr. Jerónimo Teixeira nos cedeu, tempo a tempo, o material das suas intervenções referente aos eventos que estávamos presente.

Com este mesmo raciocínio, Eduardo Graça¹⁷⁵ afirma que “*o setor cooperativo foi o que melhor resistiu à crise e foi imune à onda de deslocalização das empresas, que gerou elevado desemprego. São duas razões para apontá-lo como instrumento de combate à pobreza e à exclusão social*”. Para Eduardo Graça

[...] o terceiro setor constitui uma das pernas do tripé da organização económica estabelecida na Constituição da República Portuguesa, numa singularidade relativamente à União Europeia: Portugal é talvez o único país que o consagra na sua Lei Fundamental, a par do público e do privado (Eduardo Graça, intervenção no Workshop Fronteiras da Economia Social, 24 de outubro de 2012).

Na avaliação de Eduardo Graça “*o setor está subaproveitado, todavia é um setor com muito potencial que apresenta um balanço positivo do ponto de vista dos postos de trabalho*”. Neste sentido Eduardo Graça faz referência os dados empíricos já mencionados da CSES que “*dão nota de uma grande resistência à crise e de que o emprego é mais sustentável, embora não esteja imune aos efeitos da crise geral*”.¹⁷⁶

Apesar de todo o desempenho do setor cooperativo em Portugal, Carvalho Ferreira (2002a), assente que as cooperativas estão descaracterizadas em termos de princípios e práticas. Para este autor, no ambiente cooperativo contemporâneo, “*para qualquer trabalhador assalariado é indiferente trabalhar numa cooperativa ou numa empresa capitalista*” (Carvalho Ferreira, 2002a:120). Nesta linha de pensamento, prossegue o autor analisando que “*para os seus dirigentes, as causas dessa descaracterização são devidas às regras de concorrência e de competição impostas pelo mercado*”. Assim, conclui o autor na sua análise crítica que para as cooperativas

¹⁷⁵ Presidente da direção da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), com que estivemos em entrevista no dia 10 de janeiro de 2012, por duas horas, na sede da CASES, em Lisboa. Após este primeiro encontro, foi-nos feito o convite para participar dos eventos que iriam decorrer neste ano por conta da comemoração do Ano Internacional das Cooperativas. Assim, previamente foi-nos enviado o convite formalmente, o que permitiu um acompanhamento mais rigoroso do desenvolvimento do cooperativismo nacional e internacional, uma vez que diversos foram os seminários com personalidades desta área, e.g., José Monzón, Jean-Louis Laville, Paul Singer, entre outros. As intervenções destes especialistas foram gravadas e compõem o conteúdo da tese.

¹⁷⁶ Intervenção no Workshop Fronteiras da Economia Social, 24 de outubro de 2012.

serem produtivas e eficientes “*têm que utilizar o mesmo tipo de trabalho assalariado, a mesma estrutura hierárquica de autoridade e a mesma divisão do trabalho*” (ibidem). Por conseguinte, para o autor este modo de gestão desqualifica a condição do cooperativismo como uma alternativa ao capitalismo e ao Estado. Carvalho Ferreira entende que nestas condições o cooperativismo “*difícilmente poderá potenciar uma economia social pautada pela solidariedade, pela liberdade e pela cooperação condicentes à emancipação social dos trabalhadores assalariados*” (Carvalho Ferreira, 2002a:121). Todavia este modo de gestão não as desqualifica como organizações do terceiro setor inovadoras conforme iremos abordar a seguir.

3.5. ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR INOVADORAS

As OTS são semelhantes a laboratórios de experimentos de produtos/serviços e práticas sociais. Tem a finalidade de resolver problemas sociais, promover a autonomia e a emancipação cidadã, elevar a qualidade de vida, incentivar a cidadania e o respeito pelos direitos humanos, aduz Defourny e Monzón (1992). Por esses motivos, segundo Salamon e Anheier (1998) as OTS tendem a possuir ambientes impelidos à criatividade, orientadas para mudar uma situação social insatisfatória. São espaços portadores de inovação social, nomeadamente no que diz respeito à gestão, a organização do trabalho, a democracia e o compromisso com o DLS, consoante o entendimento de Amaro (2011). Para Lévesque (2002) as OTS inovam porque reúnem fatores produtivos diversos, têm foco em iniciativas associativas e cooperativas locais, incluem os próprios usuários dos serviços nos processos de trabalho e estabelecem relações sociais voltadas para uma maior qualidade de vida no trabalho.

Entende-se por OTS inovadora, organizações com ambiente organizacional dinâmico e aberto a criatividade onde o *homo faber* é suscetível de plasmar ideias, renovar, fazer algo novo com impacto na sociedade. As OTS inovadoras apresentam capacidade humana de inovar na sociedade, revelam uma base inovadoras que intervêm no meio para atender as aspirações e/ou as privações sociais, contribuindo, desse modo, para um mundo sustentável. Estas organizações estão imbuídas em apresentar uma

solução ou desfrutar de oportunidade para mudar as relações sociais; transformar um quadro socioeconómico ou propor novas orientações culturais.

Desse modo a OTS apresenta-se como inovadora através de objetos concretos que se define por produtos, mas também por ideias estratégicas que promovem novas práticas, novos processos, novos mercados, novas organizações ou combinações (Howaldt e Schwarz, 2010). A inovação distingue-se pela originalidade e/ou novidade e apresenta-se por produtos tangíveis ou intangíveis, na condição de inovação incremental ou radical, como definidas por Schumpeter. Esta tipologia se refere à inovação tecnológica (produto, processo) e/ou inovação organizacional (novos mercados, processos e métodos organizacionais), ou, ainda, a “*inovação institucional para cobrir o campo das instituições*” (Lévesque, 2008:192). Algumas pesquisas têm demonstrado que as inovações sociais existem com mais frequência no campo da produção e mais amplamente no campo do desenvolvimento económico (Bélanger *et al.*, 2004). O ato de inovar se confirma após o uso e a prossecução do uso da inovação apresentada ao público interessado, cujo resultado apresenta um impacto significativo socioeconómico em todas as esferas sociais.

Sobre as inovações organizacionais, Lévesque define-as como aquelas que se apresentam em “*formas de divisão e coordenação do trabalho, métodos de gestão, os procedimentos de coordenação e interação social*”, ou “[...] *o lugar de aprendizagem coletiva e formas de governança*” (Lévesque, 2004: 55). Ao mesmo tempo, para o autor as inovações institucionais, são àquelas encontradas como em “*regras de sistema, na partilha de direitos e responsabilidades, sistemas de gestão de conflitos, ou sistema político*”, sem o qual nenhuma OTS iria funcionar (Lévesque, 2004:56). Em seus estudos Bélanger *et al.* (2004) definem as inovações institucionais como novas ideias relacionadas às normas, regulamentos, e mais amplamente nas formas de regulamentação, leis, etc., todas oriundas do campo das instituições. “*O que sugere a importância do ambiente institucional e social*” (Lévesque, 2008:193).

Subsequentemente, para Lévesque (2008) uma OTS é inovadora quando a sua criação pode ser comprovada como uma nova ideia que, através de ações definidas ou implementadas, vai resultar na resolução de um problema, em uma melhoria, um ganho

social para a organização e para a sociedade, sendo, portanto, replicada. As OTS inovadoras são aquelas que oferecem serviços e/ou produtos com uma maior gama que, geralmente, provoca impacto no mercado local com influência no DLS (Amaro, 2011). Porém a avaliação sobre a qualidade do serviço e/ou produto é o retorno dado pelo ator social que, ao analisar outras organizações, podem alçar a OTS a um patamar definido com a mais inovadora, ou não.

Além disso, os estudos, *e.g.*, de Demoustier (2006a), Amaro (2011) e de Coraggio (2011), entre outros, revelam que as OTS atuam com maior celeridade na capacidade de apresentar resposta aplacando as necessidades do tecido societal. Segundo Favreau (2008), são organizações inovadoras, com uma visão global, imbuídas em atender as privações da sociedade nas suas diversas áreas de desenvolvimento. Em comum os autores sublinham que este setor se apresenta como um setor flexível, resultado de menos entraves burocráticos e constrangimentos legais.

A OTS possui características de gestão pouco estruturada, dentro de uma gestão democrática com divisão de trabalho e rotinas pré-estabelecidas pela cooperação, solidariedade e reciprocidade. Portanto tendem a ser, naturalmente, ambientes propícios à criatividade que, segundo Defourny (2001), possuem uma base organizacional que se fundamenta em quatro pontos. Primeiro são organizações com o objetivo de beneficiar um grupo ou comunidade de indivíduos que partilham um interesse comum. Segundo porque possuem atividade contínua de produção e comercialização de bens e serviços, sem excluir a condição de receber doações ou repasses de recursos públicos. Terceiro são organizações autónomas, *i.e.*, não estão sujeitas às determinações de outras organizações, seja do setor público ou do setor privado. Quarto, a OTS goza de um modelo organizacional híbrido, o que possibilita trabalhar com pessoas em regime de associação, cooperativa, contrato de trabalho, voluntariado, etc., sempre num ambiente de cooperação e proximidade.

Na abordagem de Lévesque (2003) as OTS são inovadoras porque elas tendem a responder, com base nos princípios que favoreçam a sustentabilidade pretendida, através da exploração com sucesso de novas ideias, as necessidades não satisfeitas pelo mercado ou as aspirações do Estado. Este novo ambiente criou um novo modo que

reestruturar o lugar abandonado pelo capital privado e deixado de lado pelas autoridades públicas, demandando novo paradigma, nova linguagem e novo entendimento das coisas (Klein, 2005). Portanto, como esclarece Bélanger *et al.* (2004), inovar, para as OTS, torna-se essencial para gerar vantagens competitivas a curto, médio e longo prazo, além de ser um modo de promover a sustentabilidade para a organização, a comunidade e o país. Destarte, as OTS conseguem combinar novas ideias com maior eficiência social de longo prazo que se configura na manifestação prática da sustentabilidade, assim, a inovação consiste na outra face do desenvolvimento. Completa Bélanger *et al.* (2004) que este facto gera uma fonte de transformação social e pode contribuir para o surgimento inovações que induzem novos modelos de DLS.

Diante disso, segundo Lévesque (2009), o ambiente da OTS permite adquirir novos conhecimentos, estratégias que contribuem para o desenvolvimento sustentável das comunidades e territórios. Porquanto, essas organizações ampliam a rede de sociabilidade com novos parceiros (Laville *et al.*, 2006), abrem novos mercados para os produtos e/ou serviços que consubstancia os seus rendimentos mediante o volume de venda e fixação da marca da OTS. Possibilitam elevar o nível de emprego e rendimento do trabalhador, visam melhorar as condições de vida, particularmente de consumo, integração no mercado de trabalho, etc., como anota Lévesque (2003). As OTS inovadoras, geralmente, intercedem nas políticas públicas, nos movimentos sociais, novas formas de produzir e consumir, são naturalmente empresa de raiz local, caracterizadas como micro e pequeno negócio (Hespanha, 2010).

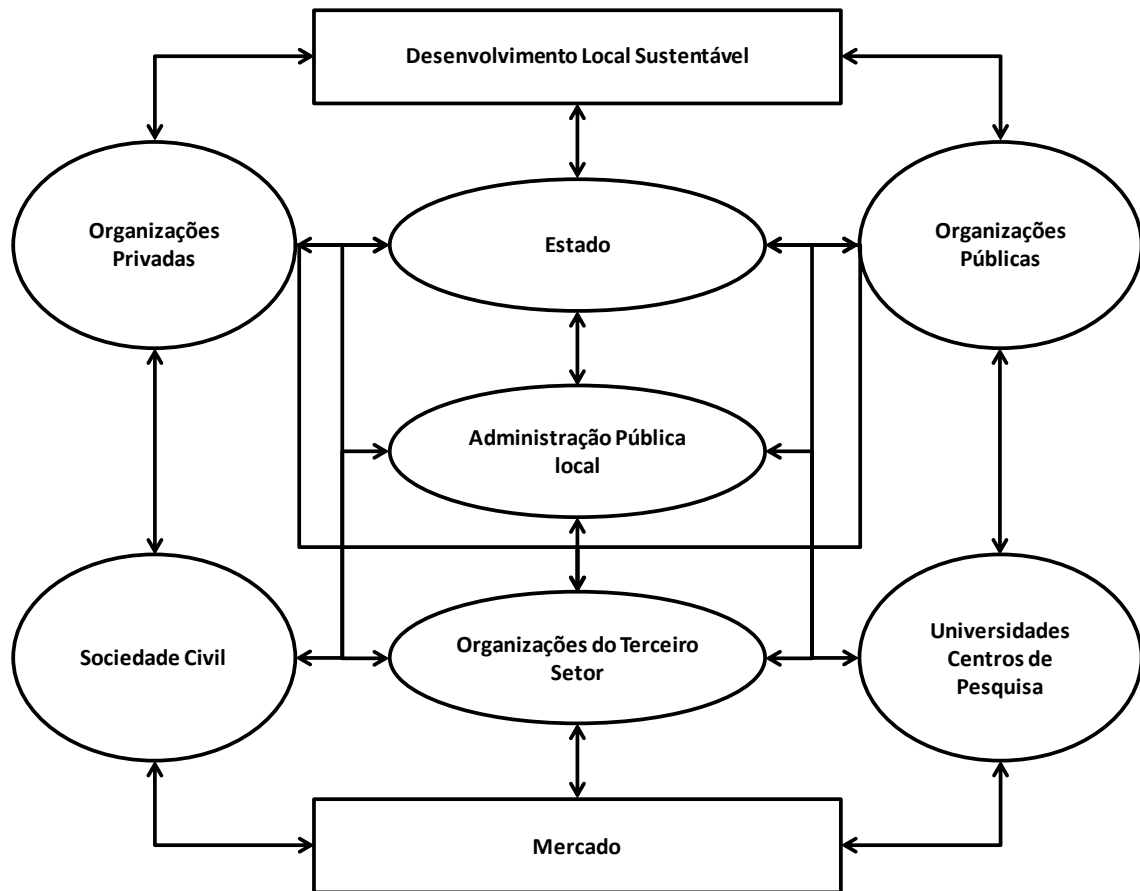
Neste contexto, as OTS podem ser consideradas inovadoras sob diversos ângulos. Essas inovações estabelecem interações por meio de redes de sociabilidade que promovem o DLS (Amaro, 2011). Neste caso pode-se citar, *e.g.*, a metodologia CRER, Criação de Empresas em Espaço Rural, uma (re)criação no modo como empreender negócios, gerar emprego e/ou o autoemprego, além disso, evitar o êxodo rural. No uso das TICs como ferramenta de competitividade em face da globalização, assistindo, particularmente às pessoas excluídas do mercado. Esta situação identifica-se na promoção de produtos de micro e pequenas empresas no mercado internacional, *e.g.*, os bordados de bainha aberta das bordadeiras de Arouca, o comércio de mirtilos dos micros e pequenos produtores de Sever do Vouga. Nesta mesma linha de raciocínio, o

uso da tecnologia e da ciência no processo de qualificação de um produto artesanal com o intuito de proteger o comércio local, de elevar o volume de produção, gerar novos postos de trabalho, *e.g.*, a Indicação Geográfica Protegida dos Ovos Moles de Aveiro. As inovações ainda decorrem no processo e nas estratégias. Articulam-se como ferramentas que tendem à gerar novos postos de trabalho, elevar a produção e oferecer produtos qualificados em condições de competir no mercado. Cita-se, *e.g.*, o novo centro fabril de alimentos que recria os produtos denominados de 4.^a Gama da Cooperativa Agrícola dos Lavradores do Concelho de Oliveira do Bairro.¹⁷⁷

A literatura recente sobre as OTS inovadoras realça a importância do ambiente e das redes de sociabilidade (Laville *et al.*, 2006; Lévesque, 2008, Lévesque, 2009). Embora a inovação seja geralmente produzidas dentro das organizações, o conceito de OTS inovadora envolve um sistema de inovação social (Lévesque, 2008). Esse raciocínio nos convida a considerar que a OTS pode ter maior potencial de inovação quando se articula com o ambiente disponibilizado pelas universidades. De acordo com o ambiente considerado, o sistema de inovação social pode formar uma tessitura entre empresas, universidades, centros de pesquisa, o Estado, a sociedade civil e o mercado, mas também outras instituições que podem afetar a produção de bens e serviços em uma sociedade. Esse ambiente pode criar janelas de oportunidades para novas inovações sociais. Além disso, possibilita o crescimento e o desenvolvimento das OTS e propulsa um sistema de inovação social em rede que naturalmente fomenta o compromisso com o DLS, *cf.*, ilustra a Figura 12, a seguir.

¹⁷⁷ São exemplos que compõem os estudos de caso desta investigação, *cf.* Capítulo 6.

Figura 12. Organizações do terceiro setor em sistema de inovação social em rede



Fonte: Elaborado pela autora

O sistema de inovação social em rede favorece a OTS as inovações que resultam em processos sociais. Esses processos sociais refletem melhor as interações entre os atores e a inovação. São interações e intercâmbios de informações entre o ator social, cientistas, empresários, etc., sem estabelecer fronteiras rígidas e deterministas. Neste sentido, a OTS, integrada no sistema de inovação social em rede, pode criar um modo de produção e/ou de processos que conduzem à inovação social, bem como, a rede incube-se de divulgar amplamente a inovação. Ademais, o ambiente de sistema de

inovação fornece *insights*¹⁷⁸ significativos sobre a natureza social e coletiva de qualquer tipo de inovação social.

Nesta linha de raciocínio, o ambiente da OTS inovadora caracteriza-se por:

- Identificar e entregar novos produtos e/ou serviços que melhoram a qualidade de vida dos ator social e do local.
- Identificar e implementar novos processos de integração do ator social no mercado de trabalho, novas competências, novos empregos e novas formas de participação dos atores sociais no mercado de trabalho.
- Saber lidar com o bem-estar dos atores sociais e da comunidade, tanto como consumidores e produtores. Os elementos deste bem-estar estão ligados com sua qualidade de vida e atividade. Onde quer que as OTS estejam, elas incitam novas referências ou processos que fomentam o DLS.
- Fornecer soluções para problemas ecossocioeconómicos do tecido social local. As soluções, em grande maioria, contribuem para uma significativa mudança social e cultural no espaço/território.

Neste ínterim, o ambiente inovador representa a construção social que está localizado no imo da OTS. Todavia, este ambiente, sensivelmente, pode ser impulsionado pelo meio, agente inovador que se fortalece pelo sistema de inovação social em rede.¹⁷⁹ Este ambiente aparece em uma situação em que o *homo faber* decide experimentar novas combinações de conhecimento e ações para atender as necessidades coletivamente identificadas, processando *insights* que originam inovação social.

No campo do DLS e do terceiro setor, a OTS substância a condição de um laboratório experimental de inovação social. Este espaço organizacional se apresenta como um conjunto dinâmico que gera processos sociais, inovações contínuas de

¹⁷⁸ Optamos pelo anglicismo por não ter uma expressão equivalente em português, no sentido do texto pode-se entender como um momento de clarificação, intuir algo.

¹⁷⁹ Cf. Capítulo 2, item 3.4.2. e seguinte.

transformação e integração, dentro de conceitos como os laços sociais, a reciprocidade, a proximidade e a redistribuição.

Tendo por base os estudos de Polanyi (2000)¹⁸⁰, depreende-se que este conjunto de inovações contínuas pode ser visto como uma realidade substantiva que gera energia para a mudança social. Como expressou o autor, uma “*matriz do contramovimento*” capitalista, cuja realidade da inovação da OTS “*está integrada na comunidade a que pertence*”.

A partir desta análise, compreende-se que a OTS necessita fomentar a sua capacidade de criatividade e de inovação social. Tanto por motivos sociais, quanto por motivos económicos a inovação social é fundamental para a capacidade da OTS responder efetivamente aos desafios e as oportunidades da globalização. Em particular, necessita-se de atitudes e competências que permitam ao ator social perceber a mudança como uma oportunidade e estar aberto a novas ideias que promovem a inovação social e a participação ativa em uma sociedade culturalmente diversa e baseada no conhecimento.

Estendemos o processo desta análise para o Capítulo 4, inovação social, a seguir a síntese conclusiva deste capítulo.

¹⁸⁰ Karl Polanyi publicou “*The Great Transformation*” em 1944. Esta referência é uma publicação da Editora Campus, Rio de Janeiro, 9.º edição.

3.6. SÍNTESE CONCLUSIVA DO CAPÍTULO 3

Pode-se dizer que o acelerado progresso tecnológico, a partir século XX, conduziu o *homo faber* a viver em um sistema de vida globalizado, incitando-o a buscar formas diversificadas de trabalho em equilíbrio ecossocioeconómico. Assim, na moderna sociedade, o *homo faber* reaviva outros modos de organizações que revelam uma economia plural, criativa, geradora de inovação social e comprometida com o DLS. Denominado de terceiro setor, esta área surge como uma via alternativa entre o setor público e o privado. Formado por um conjunto de empresas autónomas que, atuando num setor entre o Estado e o mercado, apoiam e/ou produzem bens e serviços, cujo excedente é reinvestido na organização e na autonomia de seus membros.

O terceiro setor é um termo usado frequentemente como uma expressão neutra e abrangente, e neste sentido o termo não está relacionado, *a priori*, por uma teoria, ou tradição ideológica (Evers e Laville, 2004). O termo terceiro setor, na tradição anglo-saxão, fundamenta-se na ideia de filantropia, reconhecendo esse setor o universo das organizações não lucrativas. Essa abordagem identifica o setor não lucrativo, nomeadamente o – *nonprofit sector* – mais comumente chamado, e ampara-se no critério da não distribuição de lucros (Corry, 2010).

A fronteira do terceiro setor, na perspectiva europeia, não é delimitada entre organizações lucrativas e não lucrativas como explica Laville (2000), mas em sistema capitalista e de economia social e solidária. Compreende este autor que para se conceber o terceiro setor europeu é indispensável transpor seu entendimento como “*espaço suplementar da economia*”, e observá-lo sob a ótica de “*um elemento que interage historicamente com o Estado*” (Laville, 2003: 20). Na Europa as associações, as mutualidades e as cooperativas são as expressões mais significativas do terceiro setor desde o século XVIII (Monzón e Chaves, 2012).

O termo terceiro setor pode ter significados diferentes e algumas organizações são claramente vistas como parte do terceiro setor, seja qual for a definição para ela (Osborne, 2008). Essa diversidade na interpretação do termo terceiro setor constitui um dos obstáculos para a pesquisa sobre as OTS, principalmente se houver intenção de

comparar países diferentes, assim explicam Dimaggio e Anheier (1990), Salamon e Anheier (1992), França Filho (2002). Mas todos os termos que fazem referência as OTS aludem a um espaço da sociedade como lugar de produção, inovação social e distribuição de riqueza, ou seja, como mais um espaço económico, um novo lugar de geração de emprego, rendimento e desenvolvimento local (Amaro, 2009a, Lavelle e Jané, 2009).

Independente da terminologia: terceiro setor, economia social ou economia solidária, as organizações apresentam realidades imbuídas no contexto histórico-cultural do lugar, tanto do Norte, quanto do Sul. Porém as semelhanças entre os processos dinâmicos, subjacentes a estas experiências, são marcantes (Defourny e Develtere, 2000). O terceiro setor apresenta-se numa variedade de contextos e em diversas regiões em que as suas iniciativas de associação e de cooperação estão a reinventar uma esfera socioeconómica entre os setores tradicionais público e privado. O terceiro setor, hoje, tem um papel fundamental de Norte a Sul (Defourny *et al.*, 2000).

A atualidade e a pertinência do terceiro setor nas sociedades contemporâneas é algo significativo e evidente no que concerne o crescimento e o desenvolvimento económico. Importa, assim, referir os aspetos de adaptação e de reação da economia social aos fatores críticos que resultam da ação do Estado e do mercado, sobretudo as ações das empresas transnacionais. A criação de emprego e diminuição da pobreza e da exclusão social geram a estabilidade económica, social, política e cultural. Todavia, o terceiro setor não pode nem deve ser pensado, exclusivamente, em função das atividades económicas assentes nas cooperativas de produção e de consumo. Se pensarmos o terceiro setor numa perspetiva da modalidade de funcionamento associativo e organizacional das várias associações privadas sem fins lucrativos, o seu campo conceptual e experimental alagar-se exponencialmente (Carvalho Ferreira, 2012).

Depreende-se que nos últimos vinte anos tem havido um interesse crescente em pesquisas sobre o terceiro setor. Prioritariamente na dinâmica do seu ambiente inovador e no papel das OTS inovadoras, especialmente das associações e das cooperativas consubstanciando o DLS. Nos países industrializados, de acordo com diversos estudos

qualitativos e quantitativos, o terceiro setor tem experimentado um desenvolvimento notável, tanto em termos de novas atividades, quanto de novas parcerias entre os atores sociais e económicos (Lévesque, 2003; Laville e Jané, 2009).

Além disso, testemunha-se o surgimento de OTS inovadoras que processam mudanças na sociedade civil e na formulação produtos e serviços para às comunidades locais como respostas inovadoras para os enormes desafios económicos e sociais que elas enfrentam (Lévesque, 2008; Amaro, 2011). Diante disso se percebe que a inovação social é um fenómeno que implica pessoas, organizações e a sociedade em seu conjunto. A OTS inovadora revela-se como um empreendimento cidadão e coletivo. O seu ambiente democrático e participativo torna possível oferecer respostas diferentes a velhos problemas ou inovar e criar respostas a novas necessidades ecossocioeconómicas, originadas de um mundo globalizado que reclama diferentes formas de fazer as coisas. Assim é o papel da inovação social, *cf.* analisa-se no Capítulo 4, a seguir.

Capítulo 4. Inovação social

4.1. SÍNTESE INTRODUTÓRIA

Neste capítulo fazemos a revisão bibliográfica sobre a inovação social. Propõe-se com esta secção formar um arcabouço de conhecimento teórico cujo conteúdo irá nos permitir responder o que possibilita e o que limita a geração de inovação social em OTS. Diante desta questão, parte-se do princípio que somente com uma análise teórica sobre a matéria ter-se-á condições de, junto ao trabalho empírico, identificar as possibilidades e os limites para as OTS inovarem comprometidas com o DLS. Foi por este motivo que a inovação social entrou como nosso terceiro conceito-chave no processo de construção desta investigação.

Neste sentido, este capítulo não tem por finalidade esgotar o assunto, mas sim formar um quadro conceptual e teórico que fortalece a pesquisa e, posteriormente irá sustentar a interpretação que se faz sobre a inovação social com foco no ator social, nas organizações e no território. Ademais, a partir da análise bibliográfica ter-se-á condições de identificar novas abordagens e práticas de inovação social para promover e fortalecer o DLS, facto este que buscar-se-á comprovar com os estudos de caso.

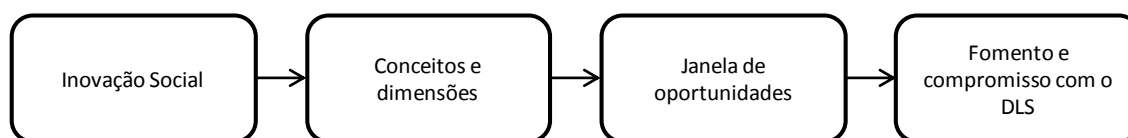
Portanto, feito este esclarecimento, o Capítulo 4, secção integrante da Parte I, consubstancia a investigação com o levantamento bibliográfico em que se analisa os conceitos e as dimensões da inovação social discutidos mundialmente. Assim, fez-se uma revisão de diversos trabalhos de especialistas sobre a matéria que aborda novas interpretações sobre a inovação social, identificando, enquanto inovação, as suas potencialidades e os seus limites, bem como as suas relações com o tecido societal.

Por conseguinte, analisa-se a inovação social sob o ângulo de uma janela de oportunidade, em que se identifica, a partir do referencial teórico, a condição da inovação social como fomento e propulsor do desenvolvimento local sustentável. Face a esta proposta de análise, tomou-se o cuidado de levantar o material bibliográfico que discute e elabora uma prospeção sobre a inovação social e o seu papel no desenvolvimento local.

Finaliza-se o capítulo com uma síntese conclusiva em que, a partida, vislumbra-se a inovação social como uma janela de oportunidades para a importância do local

diante do global. Pretende-se com esta revisão bibliográfica encontrar novas abordagens e práticas de inovação social para promover e fortalecer o desenvolvimento local sustentável.

Figura 13. Configuração síntese do capítulo 4



Fonte: Bernadete Bittencourt

4.2. CONCEITO E DIMENSÕES

A ideia central de inovação social revela-se através de “*novas formas de se fazer as coisas*” (Taylor, 1970: 70). Segundo o autor, são formas aperfeiçoadas de ações imbuídas em responder às necessidades sociais explícitas por novas e melhores vias de integração humana, tendo por resultado inéditas invenções sociais que corroboram para a qualidade de vida do ator social.

Para o sucesso da inovação social Taylor estabelece cinco princípios (também entendido como condições): de compromisso dos atores envolvidos; do associativismo; de responsabilidade igualitária; de pesquisa e criatividade; de liderança ideológica. Além disso, Taylor salienta a importância do auxílio mútuo entre os atores em que a cooperação é uma condição *sine qua non* para a criação e produção de inovação social. Depreende-se que, na conceção desse autor, a inovação social não se configura propriamente com o início do processo, mas com o resultado do processo. Assim a inovação social estende-se da solução do problema para aquilo em que é exclusivamente aplicado, *i.e.*, na sua implementação.

Para OCDE¹⁸¹, a inovação social diz respeito a um novo conceito de processo ou alteração de produto, mudança organizacional e/ou novo modo de financiamento, pode lidar com novas relações com as partes interessadas e o espaço/território. A inovação social procura novas respostas para os problemas sociais por:

- Identificar e entregar novos serviços que melhoram a qualidade de vida dos atores e das comunidades.
- Identificar e implementar novos processos de integração no mercado de trabalho, novas competências, novos empregos e novas formas de participação, como diversos elementos económico e social, onde cada ação tende a contribuir para melhorar a posição dos atores socioeconomicamente.

A inovação social pode, portanto, ser visto como lidar com o bem-estar dos indivíduos e das comunidades, tanto como consumidores e produtores. Os elementos deste bem-estar estão ligados com a sua qualidade de vida e atividade. Onde quer que as inovações sociais apareçam através do emprego, do consumo ou da participação, elas sempre trazem novas referências ou novos processos (OCDE, www.oecd.org).

Para Cloutier (2003) o conceito de inovação social é ambíguo porquanto reflete às diferentes realidades do indivíduo, do território e das organizações. Em geral, “*a inovação social é uma nova resposta a uma situação social insatisfatória provável de ocorrer em todos os setores da sociedade*” (Cloutier, 2003: 13). Para a autora, a inovação social responde a esse título porque “*possui carácter inovador e tende assistir ao bem-estar dos indivíduos e/ou comunidades perante uma ação e mudança duradoura, tendo por objetivo desenvolver o indivíduo, o espaço/território ou a organização*” (Cloutier, 2003: 55).

Consoante Julie Cloutier a inovação social direcionada para o indivíduo busca por mudanças duradouras nos indivíduos, deles (indivíduos) nas comunidades e nos espaços organizacionais. O seu objetivo é desenvolver o ator social para que ele

¹⁸¹ LEED Programme (Local Economic and Employment Development) - LEED Forum on Social Innovations – cf., <http://www.oecd.org/cfe/leed/leedforumonsocialinnovations.htm#Definition>

recupere o poder sobre o curso de sua própria vida mediante a produção de melhores resultados que as práticas existentes, porque soluciona um problema em que não há, até então, respostas eficazes (Cloutier, 2003). Esclarece a autora que na dimensão do indivíduo, o processo de construção da inovação social se dá pela participação das partes interessadas em redes de sociabilidade. Geralmente os indivíduos formam uma rede que se estende desde a tomada de consciência da necessidade com tessituras pela conceção e execução do projeto de melhoria, tendo como participantes atores que não são, necessariamente, os usuários do resultado.

Na dimensão organizacional, *“as inovações sociais nas empresas fazem parte do desenvolvimento de estruturas de produção, e referem-se nomeadamente às novas formas de organização do trabalho”* (Cloutier, 2003: 21). Nesta dimensão a inovação refere-se a um novo arranjo social que promove, numa perspetiva instrumental, a criação do conhecimento. Assim a inovação social refere-se à organização social da produção dentro de um sistema técnico, onde a organização social e o sistema técnico harmonizam-se de forma otimizada. Neste ínterim, Lévesque (2004) complementa o argumento de Cloutier ao anotar que a inovação social pode se apresentar de diversos modos, como uma inovação processual, como uma inovação organizacional ou, como inovação institucional. Assim entende-se que a inovação social não tem forma particular e *“pode ser vista como um processo de aprendizagem coletiva, cooperação e criação do conhecimento”* (Cloutier, 2003:56).

Assevera Dagnino e Gomes (2004) que o conceito de inovação social, na dimensão do indivíduo e da organização, possui uma relação estreita com o conhecimento. *“Esse conhecimento pode ser intangível, nato ao ator social ou incorporado aos equipamentos, tácito ou codificado, assente no aumento da efetividade dos processos, serviços e produtos dirigidos à satisfação das necessidades sociais”* (Dagnino e Gomes, 2004:21). Também Bignetti (2011:4) concebe que inovação social implica no efeito do *“conhecimento aplicado as necessidades sociais através da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral.”* Nesse sentido, a inovação social, na dimensão do indivíduo, da organização e do território, apresenta-se como uma manifestação criativa dos atores sociais (Touraine, 2000). Uma

atitude crítica do comportamento social revelando a lógica do sistema em pleno processo de mudança, onde o capitalismo, o socialismo e as sociedades dependentes sofrem uma reconfiguração decisiva (Touraine, 2000).

O *Centre de Recherche Sur les Innovations Sociales (CRISES)*¹⁸² estuda e analisa principalmente as inovações e as transformações sociais. Para a equipa desse Centro de Estudos, a inovação social é definida como ...

uma intervenção iniciada por atores sociais para responder a uma aspiração, atender a uma necessidade, uma solução ou aproveitar uma oportunidade de compartilhar mudanças nas relações sociais, para transformar um quadro ou propor novas orientações culturais (Klein, *et al.*, 2009: 3).

Para Klein *et al.* (2009) inovação social significa criar melhores formas, ações e/ou políticas participativas que por iniciativa dos cidadãos enriquecem o processo que busca solucionar um problema a fim de proteger a integração social de um espaço/território. Segundo os autores, são ações imbuídas em criar novas estruturas sociais, novas redes de sociabilidades, provocar novas decisões que implicam em autonomia ao ator social e/ou à comunidade local.

Para Fontan *et al.* (2004), esta atitude, que gera ações, surge a partir da consciencialização do ator social e/ou da comunidade que distingue uma situação real inaceitável de uma situação momentânea insatisfatória, assim, o ator age em prol de mudanças necessárias e desejáveis, pertinentes à sociedade. Essas ações, geralmente em micro escalas, são implementadas no local que se caracterizam por inovação social no território. São ações enraizadas que desenvolvem novos serviços, novos processos, novos produtos e/ou fomentam o empreendedorismo em modelos de associação e cooperação, na sua grande maioria, explicam Fontan *et al.* (2004). Esses empreendimentos, em grande parte, são OTS qualificadas como de inovação social, ecossocioeconómicas e de responsabilidade social. Articulam-se por uma rede de

¹⁸² Centre de Recherche Sur les Innovations Sociales (CRISES) – UQAM - *cf.*, www.crisis.uqam.ca

sociabilidade, cujas relações sociais, imbuídas em cooperação, reciprocidade e solidariedade, contribuem para o DLS, anotam Fontan *et al.* (2003) e Lévesque (2008).

A inovação social, como um conceito recente, pode ser entendido como uma rutura na maneira de fazer as coisas, um novo elemento em um dado contexto que é suficiente para resolver uma situação incómoda. A inovação social representa o fazer contínuo, geralmente apresentado como uma resposta criativa, para os problemas não atendidos pelo mercado ou pelo Estado. Neste sentido a inovação pode assumir formas que não compartilha características comuns, ou seja, é um conceito que tem sido descrito de muitas maneiras.

Segundo Fontan *et al.* (2004) até a década de noventa quase ninguém falou de inovação social, com exceção de alguns casos, para se referir ao efeito provável da sociedade sobre o surgimento da inovação tecnológica. Esclarece André e Abreu (2006: 125) que entre os anos de sessenta e oitenta a inovação social esteve associada, primeiramente, “*aos domínios da aprendizagem (ensino e formação) e do emprego (organização do trabalho)*”. Nos anos oitenta a inovação social voltou-se na área das políticas sociais e do ordenamento do território. Sendo que estes primeiros conceitos de inovação social estão ligados a processos institucionais, desenvolvidos por atores dominantes. “*Em última análise, ligados sobretudo ao reforço da competitividade das empresas e dos territórios*”, explicam os autores (2006: 125). Todavia, a inovação social não se cinge a um conceito amplo, a sua dimensão social envolve todas as áreas da sociedade: o indivíduo, à organização, o território e às políticas públicas; uma noção que entrou recentemente em uso nas tendências da nova sociologia económica (Lévesque *et al.*, 2001).

A área de estudos sobre a inovação social cresceu rapidamente e ganhou maior interesse por àqueles que a veem como um tipo de crítica e equilíbrio à inovação no sentido tradicional do termo (Phills *et al.*, 2008). Outros estudiosos afirmam que ela é considerada por muitos como uma palavra da moda e demasiada vaga para ser aplicada à pesquisa (Pol e Ville, 2008). Há àqueles que a associam como soluções que cobrem as falhas de mercado e do Estado (Laville, *et al.*, 2006).

O paradoxo que se estabelece é que, apesar da amplitude dos problemas sociais e da crescente preocupação com as falhas de mercado que geram desigualdades, os estudos sobre inovação social ainda não representam parcela significativa das pesquisas acadêmicas. O conjunto de abordagens, metodologias e práticas ainda não se constitui num corpo consolidado de conhecimentos e não há uma teoria que lhes dê suporte (Bignetti, 2011: 4).

Embora não exista nenhuma definição consensual de inovação social, denota-se que, em comum, a maioria das definições referem-na como novo conceito, processos e medidas adotadas por grupos interessados da sociedade e utilizados para estancar problemas sociais. Além disso, o processo que conduz a definição de inovação social revela práticas de cooperação, reciprocidade e solidariedade, em que o ator social se move em sistema de rede de sociabilidade com a finalidade assistir uma situação de incómodo ou um ideal em comum.

Para Cloutier (2003) a inovação social destina-se não só a resolver problemas sociais, mas também para responder a um ideal social. Para a autora, a inovação, no sentido da aspiração social, vai além da necessidade de responder a uma situação tão problemática porquê ela (a ideia que inova) especifica o imo do problema e pormenoriza o processo de resolução do problema. Portanto, a inovação social move-se no sentido de alcançar uma situação social desejada, sem tomá-la por uma situação difícil, mas que exige uma solução de imediato.

Algumas características aproximam as definições de inovação social e coincidentemente enfatizam que *i*) a inovação implica uma relativa novidade, deve ser algo de novo e aceitável pelo ator social, em que a sua *ii*) difusão certifica a ação de inovação e propaga o seu uso, perante o que *iii*) a inovação social não é moda temporária, mas envolve uma certa constância e, *iv*) a inovação social tem um claro impacto na sociedade. O significado geral de inovação social para Albaigès *et al.* (2009) é bastante amplo, e a sua definição tem a seguinte construção:

A inovação social se constitui por uma ação endógena ou intervenção exógena (originada por pessoas necessitadas ou por àquelas que desejam ajudar) de desenvolvimento social (melhoria do bem-estar e/ou de coesão social) que através de uma mudança original/novidade (produz uma situação diferente do que existe) na prestação de um serviço ou na produção de um bem (suporta diferentes formas de manifestação intangível e/ou tangível) alcançando resultados (indicadores medem as mudanças acontecidas) geralmente através de um sistema em rede (as relações interorganizacionais adquirem maior protagonismo que as intraorganizacionais) e tem potencial de ser reproduzida (possui difusão ilimitada uma vez que não é restrita ou controlada) (Albaigès *et al.*, 2009: 13).

Nesse contexto, a inovação social é, então, o que resulta da cooperação e associação entre diversos atores que apresentam soluções efetivas e estratégias eficientes, nas dimensões do ator social, da organização, do território e das políticas públicas. A inovação social como processo de criatividade que pode ser gerada em diversos ambiente, tanto no setor público, quanto no privado ou no terceiro setor (Albaigès *et al.*, 2009).

Diante disso, apreende-se que o contributo de criatividade que gera a inovação social no ambiente do terceiro setor se refere à ação, à estratégia, ao processo ou produto de intercessão endógeno ou exógeno sobre o desenvolvimento local sustentável. Essas ações sociais, para Pol e Ville (2008), podem ser entendidas como inovações que buscam, sobretudo, uma melhor qualidade de vida para os atores que as empreendem (isso sem a direta implicação relativo a retornos financeiros), que, por conseguinte, são denominadas de inovações sociais.

A inovação social, segundo Mulgan *et al.* (2007b:8), tem um conceito simples e conciso: “*ideias novas que funcionam*”. Os autores focam a inovação social na construção e implementação de políticas públicas, portanto, “*essa definição diferencia inovação de melhoria, o que implica em mudanças incrementais, de criatividade e invenção, que são vitais para a inovação, mas falta o árduo trabalho de implementação*”

e difusão que faz com que a ideia promissora se torne útil” (Mulgan *et al.*, 2007: 8). Para os autores esta definição esclarece a ambiguidade acadêmica referente a operacionalização do conceito, ou, ainda, estabelecer indicadores que dizem claramente o que é inovação social. Neste sentido, Mulgan *et al.* (2007b:10) explicam que a inovação social é composta por atividades e serviços que surgem a fim de atender uma política social necessária. O interesse desses especialistas é com inovações que assumem formas de programas replicáveis ou organizações que trabalham com novas ideias no cumprimento de metas sociais.

Para Albaigès *et al.* (2009) e Murray *et al.* (2010) o conceito de inovação social firma-se por ser um processo que acontece através de uma mudança original/novidade que busca responder as necessidades sociais não satisfeitas por produtos e serviços, com potencial para ser replicado e reproduzido. Originam-se de *“movimento sociais que procuram preencher lacunas deixadas pela retração ou inação do Estado”* (Bignetti, 2011: 5). Nesse cenário, segundo Murray *et al.* (2010), revela-se a importância da inovação social, porquê as estruturas e as políticas mundiais não atendem de modo satisfatório às questões mais urgentes do nosso tempo como, *e.g.*, as questões ambientais e as desigualdades sociais. Paralelamente as OTS inovadoras crescem imbuídas em assistir as estruturas existentes e as políticas estabelecidas que se mostram insatisfatórias na eliminação dos mais prementes problemas contemporâneos (Albaigès, 2009). *“A complexidade dos problemas acumulados por décadas de marginalização possui inúmeras causas e poucas soluções. A inovação social surge como uma forma de se buscar alternativas viáveis para o futuro da sociedade humana”* (Bignetti, 2011: 5).

Para Moulaert (2005) as ideias e a criatividade, tentames que modelam a inovação social, acabam por encontrar melhores maneiras, novas estratégias de satisfazer as carências existentes no tecido societal de modo amplo a ponto que fortalece a sociedade. Nesta mesma linha de pensamento, MacCallum e Moulaert (2009) asseveram que as inovações sociais são descobertas abordando novos conceitos e providências que se configuram de modo simples, mas que favorecem o local. Utilizam pouco investimento e possuem grande aplicabilidade que tendem a resolver os desafios a partir da realidade e das problemáticas específicas locais, mediante aprovação e utilização desses feitos inovadores por atores sociais interessados.

Todavia, Moulaert *et al.* (2010) explicam que a inovação social no território propende à inovação que alicerça-se por um planeamento estratégico social criativo que projeta a ideia de mudança. Esta inovação social, ainda no plano da prospeção, pode assumir delineamentos instrumentais e pragmáticos, ou se apoiar em visões ideologicamente definidas. Entretanto, mesmo nos casos em que este plano estratégico determine objetivos claros e precisos, sempre haverá matizes de inspiração, um ideal utópico que opera como cerne e como alavanca da mudança propenso à inovação social. Esse também foi o argumento que Cloutier (2003) usou sobre a inovação social no território, identificando-a como mudança de hábitos direcionados à melhoria de vida da população caracterizada a partir do consumo e do desenvolvimento local. A abordagem do consumo ainda é considerada um matiz de comportamento utópico, nomeadamente na vertente do consumo social, ambiental, não mercantil, etc. Na sequência, a abordagem de desenvolvimento local envolve, particularmente, todas as ações e atividades voltadas para a sustentabilidade ecossocioeconómica do espaço/território.

Diante disso, Cloutier (2003) distingue a inovação social no território visando o bem-estar coletivo através de ações, produtos ou processos que atendem os prementes problemas locais e gera autonomia e poder ao ator social. Corroboram com a linha de raciocínio de Cloutier os autores André e Abreu (2006). Consoante entendimento de André e Abreu a inovação social é definida *cf.* excerto a seguir.

[...] como uma resposta nova e socialmente reconhecida que visa e gera mudança social, ligando simultaneamente três atributos: *i)* satisfação de necessidades humanas não satisfeitas por via do mercado; *ii)* promoção da inclusão social; e *iii)* capacitação de agentes ou atores sujeitos, potencial ou efetivamente, a processos de exclusão/marginalização social, desencadeando, por essa via, uma mudança, mais ou menos intensa, das relações de poder (André e Abreu, 2006: 124).

Destarte, para esses autores, quando se consente que a inovação social tem por fim a mudança social que favorece para a modificação das relações de poder, elimina do campo os efeitos sociais. São esses efeitos sociais que, de modo geral, os processos de inovação tecnológica ou organizacional fatalmente tendem a criar por via do emprego,

do consumo ou por outros meios indiretos (André e Abreu, 2006: 125). Ademais, para esses autores, a inovação social envolve uma iniciativa que foge à regra normativa e se configura por comportamentos inéditos, tanto no modo de plasmar ideias como de fazer coisas. Nesse sentido, a inovação social incorpora qualidades à mudança social e pode ser vista como uma vicissitude face aos processos tradicionais. Depreende-se assim que a inovação social é uma forma inédita de fazer combinações gerando resultado socioeconómico com estreita ligação nos demais setores da sociedade local.

Sobre esta matéria, Mulgan *et al.* (2007b) esclarecem que a inovação social é distinta tanto em seus resultados como em suas relações, em que a forma de cooperação é uma combinação híbrida de elementos presentes e não só de novas ideias que assistem às privações sociais, mas também de atitude social. Essa nova atitude, para os autores, fortalece o poder de agir da sociedade que simultaneamente estimula a formação de redes de sistema de inovação¹⁸³ em que as suas ações replicam-se e reproduzem-se livremente. Este agir da sociedade configura-se nos atores mais vulneráveis, aqueles que necessitam de uma solução oportuna para escapar ao risco de exclusão social. Apesar disso, não se trata de uma opção de classe (como defendem os marxistas) mas de uma ausência de comodidade ideológica, de um inconformismo social que se revela na sociedade contemporânea (Mulgan *et al.*, 2007b).

A criatividade, o saber local e a inovação social caminham juntas, segundo entendimento de Bellemare e Klein (2011a e b). Consoante a esta afirmação, Fontan (2011) anota que a inovação social cria valor, prospeta produtos até então considerados importantes que se identificam com o lugar, uma reconquista da faculdade de criar novos modos de reprodução e valorização do capital social. Portanto a inovação social incorpora qualidades à mudança social e pode ser vista como uma vicissitude face aos processos tradicionais de atividade produtiva em que se sobressai o DLS. Depreende-se assim que a inovação social é uma forma inédita de fazer combinações gerando

¹⁸³ Nessa mesma linha de raciocínio, com base em estudos de Lévesque (2008), fez-se, no Capítulo 3, Item 3.5., sobre OTS inovadoras, a prospeção de uma rede de sistema de inovação social, *cf.*, Figura 12:316 – Organizações do terceiro setor em rede de sistema de inovação social, apresentada precedentemente.

resultado socioeconómico com estreita ligação com o terceiro setor e os demais setores da sociedade local (Fontan, 2011).

Com efeito o contributo de criatividade da inovação social pode ser percebido de diversos modos no campo da teoria científica. A visão teórica desse contributo se estende por diversos autores que sustentam a teoria da inovação social sem discuti-la exatamente sob o ponto de vista do conceito *stricto sensu*. Assim, Rosanvallon (1995) abordou o tema sob a perspectiva da política pública de rendimento mínimo social. O sociólogo Michael Young¹⁸⁴ discutiu-a no contexto da educação e, entre outros feitos, fundou a *School for Social Entrepreneurs*. Em 1944, com a publicação – A grande transformação: a origem de nossa época – Karl Polanyi, refere-se ao termo inovação social. No entendimento desse autor a intenção da Lei Speenhamlad “*introduziu uma inovação social e económica que nada mais era que o direito de viver*” e, até ser abolida, em 1834, impediu efetivamente o estabelecimento de um mercado de trabalho competitivo (Polanyi, 2000:100-103).

Diversos intelectuais foram inovadores sociais na ilação de suas investigações científicas como bem expressa os estudos e o comportamento social de Robert Owen, fundador do movimento cooperativo, além dos demais autores desse mesmo naipe, já citados no Capítulo 3. Depreende-se ainda a inovação promovida no campo social incluindo os grandes sociólogos, *e.g.*, Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim em que concentrou os aspetos mais amplos de mudança social (Fontan *et al.*, 2004). Nomeadamente sobre esse assunto Moulart *et al.* (2005) esclarece que, em especial Weber usava o termo invenção social referindo-se à ação social circundava em mudanças no padrão de conduta social da época. Portanto, as ideias antecessoras do que hoje se compreende como significado de inovação social já eram empregadas no século XIX.

Tal como acontece com muitos termos, sobre a inovação social também existe diferentes definições, as vezes semelhantes em alguns pontos que enfatizam certas

¹⁸⁴ Michael Young (1915 – 2002). “*Baron Young of Dartington*” foi um sociólogo britânico, ativista social e político que cunhou o termo meritocracia. Cf. <http://www.the-sse.org/>

características em comum, em outros não, dependendo da abordagem do assunto. A Comissão Económica para América Latina e Caraíbas (CEPAL)¹⁸⁵ compreende a inovação social como novos processos, práticas, métodos ou sistemas para a realização de processos tradicionais ou novas tarefas. Ações e empreendimentos implementadas com a participação da comunidade e dos atores beneficiados. A mobilização da comunidade e do ator social, no processo da inovação social, faz com que estes se transformam em atores do seu próprio desenvolvimento, fortalecendo assim o sentimento de cidadania.

Outros processos de inovação social também incluem as iniciativas originais que melhoram a eficácia da ação pública. É difícil identificar quando o conceito de inovação social surgiu de facto nos debates de investigação, todavia, é evidente que a porta de entrada dessa discussão foi a tecnologia. Muitos identificam a inovação social com as aplicações sociais de inovação tecnológica, incluindo-se neste modo de perceção a parte que corresponde a participação e a gestão do talento humano. Hiller *et al.* (2004: 130) argumenta que “*o conceito de inovação social realmente não está no centro das discussões teóricas das ciências sociais*”. No entanto, a sua importância analítica está a aumentar devido à evolução recente do pensamento científico da sociologia económica sobre o significado da inovação como um processo e como uma ação dirigida ao DLS. Principalmente como resultado do relativo fracasso das políticas de desenvolvimento muito inspirado por estratégias de inovação tecnológica para o desenvolvimento (Hiller *et al.*, 2004).

¹⁸⁵ Cf., <http://www.eclac.org/>

4.2.1. INOVAÇÃO SOCIAL E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

No contexto teórico, a inovação social, até bem pouco tempo, era um assunto que se confundia com a inovação tecnológica, sendo essa última de fundamento económico, atribuída ao empreendedor, à indústria, ao ganho e ao lucro. A base dessa discussão assentou-se na tese de Schumpeter (1985)¹⁸⁶: novas combinações permitem a obtenção de maiores lucros por um período de tempo. No seu livro, publicado pela primeira vez em 1911, Teoria do Desenvolvimento Económico, Schumpeter apontou que o capitalismo tem como característica a capacidade de mutação e a permutação do equilíbrio.

[...] processo de mutação industrial [...] se posso usar esse termo biológico, que revoluciona incessantemente a estrutura económica a partir de dentro, destruindo continuamente a antiga e criando constantemente a nova. Esse processo de *destruição criativa* é o facto essencial do capitalismo (Schumpeter, 1985: 12).

Neste âmbito, o autor associa a criação de valor à inovação tecnológica. Schumpeter defende que a inovação induz uma destruição criativa, pondo em causa as formas tradicionais da criação de valor. Sob este ponto de vista, o autor explana três fatores que se deve ter em conta que sustentam o conceito de inovação: *i*) os obstáculos que impedem a inovação são removidos pelo empresário-inovador, nisto consiste a sua função e o carácter de correr riscos; *ii*) a probabilidade de se criar algo novo é menor em relação a facilidade de se inovar a partir de algo que já está testado e aprovado pelo

¹⁸⁶ Dentro do conjunto de obras de Joseph Schumpeter, talvez o trabalho mais conhecido e citado é a sua Teoria do Desenvolvimento Económico, publicado pela primeira vez em 1911 e, em seguida, em 1926. Ambas publicadas em alemão. Somente a partir de 1930 essa obra foi traduzida e publicada em diversas línguas. Em 1939 Schumpeter publicou, em inglês (e sem tradução para outros idiomas), *Business Cycles*, considerado por muitos estudiosos como a obra mais importante sobre a temática da inovação. Nesse trabalho, de cariz técnica, o autor retoma as suas primeiras ideias e aprofunda o assunto, porém mudando o enfoque do empresário-inovador para, nomeadamente, o processo de inovação. Outra obra importante de Schumpeter, mas considerada pelo autor como menor e com poucas referências à inovação, é – Capitalismo, Socialismo e Democracia –, publicado pela primeira vez em 1942, e com traduções noutras línguas. Além disso, o autor publicou inúmeros artigos e ensaios científicos sobre o tema da inovação, construindo um substancial conjunto bibliográfico para investigadores dessa área (cf., www.schumpeter.info).

usuário final, consumidor; *iii*) o empresário-inovador é aquele que observa à reação social do produto inovado, *i.e.*, além de inovar ele deve gerar o hábito do uso da inovação face a sociedade de consumo.

O autor argumentou que a inovação, como a força dinâmica determinante da evolução do capitalismo, era desenvolvida por empresários, que se desviavam da norma social e que procuravam novas combinações. Assim classificou essas novas combinações englobando-as em cinco possibilidades (Schumpeter, 1985: 50):

- A criação de um novo produto ou de uma nova qualidade de um produto;
- A criação de um novo método de produção;
- A abertura de um novo mercado;
- A exploração de novas fontes de matérias-primas ou de outros recursos como produtos semiacabados;
- Uma nova forma de organização da empresa e da atividade económica.

Ao identificar a inovação com o processo, “*Schumpeter desenvolve um conceito bivalente das transformações tecnológicas, referindo-se quer à produção de novos bens, quer à utilização de métodos para produzir os mesmos bens*” (Fernandes, 2007:2). Além disso, o autor apontou dois fatores de renovação: a inovação tecnológica e o papel do empresário (pode ser entendido como o do empreendedor, na linguagem moderna). Para Louçã e Caldas (2010: 296) a figura central da teoria de Schumpeter “*seria o empresário que conduz a operação de risco e aplica uma inovação e assim se desvia heroicamente da norma social*”. O empresário é precisamente aquele se esforça para a inovação, é o indivíduo que combina os elementos existentes em novas formas de criar um novo produto ou serviço, consoante a interpretação de Louçã e Caldas (2010).

Há que se referir que ainda se faz algumas confusões com os termos: investigação e invenção com inovação. Essas são ações interligadas, todavia não coincidentes, porquanto a investigação e a invenção são fontes de inovação. A investigação é a tarefa que conduz ao conhecimento, fomenta a ideia que pode resultar numa nova descoberta científica ou técnica: a invenção. Schumpeter (1985) salienta que a inovação se distingue da invenção pela condição de que a inovação é difundida no

mercado e necessariamente precisa ser aceita pelo ator social, enquanto a invenção pode não ser difundida e não utilizada (consumo). Para o autor a invenção torna-se uma contribuição para a mudança tecnológica, porém nem sempre é um objeto de aplicação. Portanto, algumas invenções não tem utilidade e/ou tão pouco influenciam o sistema económico. Esclarece Schumpeter (1985) que as invenções se tornam economicamente interessantes quando consubstanciadas por inovações, *i.e.*, o fabrico ou a montagem do invento que possibilita o uso da ideia ou do produto com o objetivo de exploração comercial. Desse modo, a inovação é a passagem do invento à prática do processo, produto ou ideia com fins mercantis.

Para Freeman e Perez (1988), Freeman e Soete (1997), inovação caracteriza-se pela introdução inusitada de uma transação económica referente a um novo produto, processo ou sistema na atividade mercantil ou social de um país. Além disso, aclara Louçã e Caldas (2010: 296), que existe inovações que não decorrem de invenções técnicas, essas “*são transformações sociais da organização da produção ou mesmo das relações internacionais*”. Anotam os autores: “*os processos de inovação não são estritamente tecnológicos, têm sempre uma dimensão social*” (Louçã e Caldas, 2010: 296).

Neste contexto, pode-se dizer que o conceito de inovação social evoluiu a partir de uma aceção puramente tecnológica até um entendimento maior, uma interpretação além do tradicional uso social de inovações técnicas provindas de ambientes tecnológicos. A questão é que, ao longo do tempo, as definições que ganharam vigor sempre foram vistas como “*a forma inédita de fazer combinações gerando resultado económico*” (Bignetti, 2011: 5). Se a inovação não é redutível à investigação científica, dela depende em grande parte, uma obrigação em como projetar os benefícios da ciência, e isso será cada vez mais construído com a sociedade do conhecimento.

A inovação tornou-se a palavra de ordem da política científica, social, económica, cultural, etc. Portanto, é um chamado à investigação e à inovação que se faz referência, apoiado por uma dinâmica entre produtores e usuários do conhecimento. Alguns autores veem como a emergência de um novo modo de produção de conhecimento, em que a pesquisa não tem apenas um propósito económico, que se

refere ao mercado, mas também uma interpretação social, entendimento sobre as preocupações da sociedade (Dagnino *et al.*, 2004; Howaldt e Schwarz, 2010).

Na análise de Howaldt e Schwarz (2010) a inovação social ocorre da necessidade de se reconfigurar as práticas sociais como consequência das mudanças que se experimenta ao passar de uma sociedade industrial para uma sociedade baseada no conhecimento e nos serviços. Este facto conduz a sociedade à uma situação que implica em mudança de paradigma nos sistemas de inovação. Esses autores esclarecem, que a margem das inovações tipicamente tecnológicas, as tecnologias podem ser instrumentos para a coesão e para a inclusão social, quer dizer, ser mediadoras no processo de inovação social.

As inovações sociais prospejam a forma de novos espaços, modelos e tipos de serviços até então desconhecidos, uma outra divisão de responsabilidade societal e uma reconquista da faculdade de criar pelo ator social (Howaldt e Schwarz, 2010). Também no entendimento de Castell (2012:3) a definição conceptual de inovação social é multidimensional. A sua difusão estende-se da inovação económica e tecnológica aos processos de mudança que incide claramente nos aspetos de vida quotidianos do tecido societal, nos modelos de organizações e gestão local, na qualidade democrática da governabilidade ou nos movimentos sociais. No entendimento de Drucker (2002:381) *“uma transformação ou inovação social tem sido, através da história empresarial, no mínimo tão importante quanto a tecnológica.”* Para esse autor a inovação social é vista a partir de que um problema social pode ser uma oportunidade de negócio.

As primeiras referências de investigação sobre a inovação tecnológica e a inovação social dirigem-se para os trabalhos publicados em 1970 de Dennis Gabor como *“Innovations: scientific, technological, and social”*. Para Dennis Gabor a sociedade prossegue com a invenção tecnológica, mas fica muito atrás em termos de inovação social. O autor demonstra claramente o desequilíbrio entre a inovação tecnológica e a inovação social, face a insalubridade de uma sociedade em que os grandes cérebros ainda tentam melhorar a tecnologia, quando o gargalo mudou há muito tempo para o descompasso entre tecnologia e sociedade.

Gabor (1970) considera a inovação social como um instrumento de luta social, ideias com o objetivo de desenvolver um novo arranjo social destinado a melhorar a qualidade de vida da sociedade. Destarte, a inovação social adota uma abordagem de desenvolvimento local e procede como um instrumento de enfrentamento a urbanização, a poluição, a criminalidade e a corrupção, a desigualdade económica e à violência. Portanto, as inovações sociais são soluções que assistem às necessidades e os problemas sociais provenientes do desequilíbrio societal. Aduz Gabor (1970): as inovações sociais passam a ser um novo medidor confiável quando tomam a forma de determinadas inovações técnicas nas condições de produção e implementação com as características distintivas de inovações sociais.

Assim a inovação social pervaga os objetivos económicos consubstanciando novos valores sociais. Configura-se por bens, produto, serviço, ou processo que se estende além da resolução de problemas ecossocioeconómicos existentes. Diferencia-se da inovação tecnológica por ser uma ação de inovação social e age de uma forma preventiva, como a implantação de políticas que impedem a criação e o aumento das desigualdades ecossocioeconómicas. Consoante Gabor, a inovação social vem a ser um avanço nas ciências sociais, política pública e/ou reformas institucionais para a melhoria da sociedade. Neste contexto o conceito de inovação social e inovação técnica postulam três fases: a demarcação, a difusão e a especificação, assunto que se aborda subsequentemente.

4.2.1.1. A DEMARCAÇÃO

Durante a fase de limitação, o conceito de inovação se desenvolve dentro do mundo da tecnologia e faz parte de um mercado em que a lógica do negócio é por excelência a base. A proximidade entre a inovação e a tecnologia é tal que raramente é clara, *i.e.*, sempre a percebe como uma inovação tecnológica. Este projeto tecnólogo ainda está profundamente enraizado na representação que temos de inovação, ampliando o conceito de invenção.

A comunidade científica, nos anos 1990, expressou um forte desejo de definir a inovação quantificando melhor o que se percebe hoje. As principais obras da referida década, elaborada pela ciência, foram o Manual de Oslo¹⁸⁷ e o Manual de Frascati¹⁸⁸, ambos com o foco direcionado na inovação para a empresa. No século XXI, as relações de inovação e desenvolvimento, em condições económicas, voltaram-se para a tecnologia em matéria de conhecimento, novos mercados e na criação de emprego.

Uma inovação é a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de *marketing*, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas (OCDE, 2005: 55).

Essa definição alargada do ato de inovar compreende um abrangente conjunto de inovações possíveis. Uma inovação pode ser mais importante em virtude da implementação de um ou mais tipos de inovação, por exemplo inovações de produto e de processo (OCDE, 2005: 56). Inovação de processo implica alguma inovação social, tal consagrado nos métodos, bem como na organização do trabalho.

¹⁸⁷ “Esta terceira edição do Manual conta com uma vasta quantidade de dados e com a experiência resultante das pesquisas desde 1992. Esta publicação expande a estrutura de mensuração da inovação em três importantes sentidos. Primeiro, há uma maior ênfase no papel das interações com outras empresas e instituições no processo de inovação. Além disso, a importância de inovação é reconhecida em indústrias menos intensivas em I&D, como os serviços e a indústria de transformação de baixa tecnologia. Esta edição modifica alguns aspetos da estrutura (tais como definições e atividades relevantes) para melhor acomodar o setor de serviços. Finalmente, a definição de inovação é alargada para incluir dois outros tipos de inovações: inovação organizacional e inovação de *marketing*. Outra novidade do Manual é um anexo sobre as pesquisas de inovação em países fora da OCDE e reflete o fato de que um número crescente desses países conduz atualmente pesquisas sobre inovação” (OCDE, 2005: 16). Sobre as inovações organizacionais, o referido Manual descreve: “As inovações organizacionais não são apenas um fator de apoio para as inovações de produto e processo; elas mesmas podem ter um impacto importante sobre o desempenho da empresa. Inovações organizacionais podem também melhorar a qualidade e a eficiência do trabalho, acentuar a troca de informações e refinar a capacidade empresarial de aprender e utilizar conhecimentos e tecnologias (OCDE, 2005: 17). Cf., http://www.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/oslo-manual_9789264013100-en

¹⁸⁸ Para mais informações, cf., http://www.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/frascati-manual-2002_9789264199040-en

Durante o mesmo período, no final dos anos noventa, a Comissão Europeia lançou o seu Livro Verde sobre a Inovação¹⁸⁹ com ambição, em suas palavras, para despertar a Europa cientificamente talentosa, mas industrialmente tímida. A Comissão sublinha a dificuldade de transformar resultados de pesquisas em inovações e vantagens competitivas. Sobre o conceito de inovação, a Comissão reporta-se ao Manual de Frascati, anotando que a inovação é um fenómeno com múltiplas facetas, como refere-se o excerto a seguir.

O termo «inovação» comporta alguma ambiguidade: na linguagem corrente, designa simultaneamente um processo e o seu resultado. Segundo a definição que propõe a OCDE no seu «Manual de Frascati», trata-se de transformação de uma ideia num produto ou num serviço comercializáveis, um processo de fabrico ou de distribuição operacional, novo método de serviço social. [...] (Comissão Europeia, 1995: 12, grifo do original).

O livro verde reconhece as deficiências do Manual de Oslo no que diz respeito nomeadamente à inovação social. Foi acordado que a inovação não é apenas um mecanismo económico ou um processo técnico. É principalmente um fenómeno social. A Comissão sublinha a dimensão social na formação da inovação tecnológica.¹⁹⁰ Assim, no documento que elaborou, a Comissão, anotou que ...

[...] inovação é sinónimo de produzir, assimilar e explorar com êxito a novidade nos domínios económico e social. A inovação traz consigo soluções inéditas para os problemas e permite responder às necessidades das pessoas e da sociedade. Muitos são os exemplos que poderemos citar, como a descoberta de vacinas e de medicamentos, uma maior segurança nos transportes (ABS, airbag), maior facilidade de comunicações (telemóvel, videoconferência), melhores acessos aos conhecimentos (CD-Rom, multimédia), métodos de distribuição

¹⁸⁹ Para mais informações, *Green Paper on Innovation*. COM (95) 688 final, 20 December 1995. Cf., <http://aei.pitt.edu/1218/>

¹⁹⁰ Sobre a dimensão social na formação da inovação tecnológica, pode-se ver a tese de doutoramento de Piteira (2010) sobre a construção social da inovação.

novos (telebanco), condições de trabalho menos duras, tecnologias mais limpas, melhor funcionamento dos serviços públicos, etc. (Comissão Europeia, 1996: 9).

O interesse no conceito de inovação é, então, colocado em um contexto de ideias alimentados como a Comissão redefine o papel da investigação na sociedade, *i.e.*, sugestões de ação, entre elas, *cf.* Sugestão de ação 2: melhor orientar a investigação para a inovação. A nível comunitário, ...

[...], reforçar a cooperação interprogramas (para desenvolver os convites comuns à apresentação de propostas) e, em particular, lançar operações-piloto que integrem a inovação social e tecnológica em domínios que afetam os cidadãos (saúde, urbanismo, serviços de proximidade, etc.) (Comissão Europeia, 1995: 54).

O trabalho coletivo da Comissão descreve um novo modelo de investigação, que se refere, entre outras coisas, a um contexto disciplinar da ciência, encaminhando-se para uma aplicação prática dos resultados da investigação. Portanto, a Comissão propulsa a inovação através da investigação científica como um instrumento privilegiado de resposta às preocupações socioeconómicas. Esse comportamento da Comissão das Comunidades Europeia prossegue com a Estratégia Europa 2020¹⁹¹ (CCE, 2010). As diretrizes sobre inovação inscrevem-se sobre a globalização e o desenvolvimento local sustentável.

Por conseguinte, a inovação social está subentendida nas propostas de ações e políticas públicas que transforme a UE numa “*economia inteligente, sustentável e inclusiva, que proporcione níveis elevados de emprego, de produtividade e de coesão social*” (CCE, 2010:6). Apreende-se que a Estratégia Europa 2020 assinala em suas políticas renovar a estratégia da UE para promover a inovação tecnológica e a inovação social enquanto elemento fundamental da confiança a longo prazo dos atores sociais.

¹⁹¹ Esse novo documento, a Estratégia Europa 2020, substitui a Estratégia de Lisboa, faz uma grande revisão das metas passadas atingidas e não atingidas. Documento disponível, *cf.*, <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:2020:FIN:pt:PDF>

Esse documento revela três vetores-chave, prossecuradores de inovação, *cf.*, apresenta-se no Quadro 14, a seguir.

Quadro 14. Vetores-chave, Estratégia Europa 2020

Vector	Prioridade	Iniciativa	Objetivo
Crescimento inteligente	<i>Desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação.</i>	Inovação – “Uma União da inovação”. Educação – “Juventude em movimento”. Sociedade digital – “Agenda digital para a Europa”.	Melhorar as condições gerais e o acesso ao financiamento para a investigação e inovação. Reforçar a cadeia de inovação e acelerar níveis de investimento na UE. Melhorar os resultados dos sistemas de ensino e reforçar a capacidade de atração internacional do ensino superior da Europa. Acelerar a implantação da internet de alta velocidade para as famílias e empresas possam tirar partido de um mercado único digital.
Crescimento sustentável	<i>Promover uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva.</i>	Clima, energia e mobilidade – “Uma Europa eficiente em termos de recursos”. Competitividade – “Uma política para a era da globalização”.	Descarbonizar a economia, diminuir a utilização das fontes naturais de energia renováveis, modernizar os sectores de transporte e promover a eficiência energética. Melhorar o ambiente empresarial, especialmente para as PME, e para apoiar o desenvolvimento de uma base industrial sólida e sustentável, susceptível de enfrentar a concorrência mundial.
Crescimento inclusivo	<i>Fomentar uma economia com níveis elevados de emprego que assegure a coesão social e territorial.</i>	Emprego e qualificações – “Agenda para novas qualificações e novos empregos”. Luta contra a pobreza – “Plataforma Europa contra a pobreza”.	Modernizar os mercados de trabalho, facilitando a mobilidade da mão-de-obra e o desenvolvimento das qualificações ao longo da vida. Aumentar a participação no mercado de trabalho e estabelecer maior ajustamento entre a oferta e a procura. Assegurar uma ampla distribuição dos benefícios do crescimento e do emprego para que as pessoas possam viver dignamente e participar ativamente na sociedade. Conceber e executar programas de promoção da inovação social destinados às camadas mais vulneráveis.

Fonte: Elaborado a partir de CCE (2010)

A prioridade desses três vetores formam um conjunto de força que perspetivam políticas de DLS no espaço europeu. Este conjunto de força revela um apelo ao ator social para participar avidamente com ações inovadoras. Neste contexto, pode-se dizer que um crescimento local inteligente e sustentável tende à reanimar o conhecimento do *homo faber* instigando-o a inovação, a inovação social. Transformar ideias inovadoras em novos produtos e serviços capazes de criar uma dinâmica societal de DLS, competitiva, com crescimento em que os recursos sejam utilizados de forma eficiente, que atenda as necessidades mais prementes do lugar. Segundo a CCE (2010: 23) dentre as iniciativas emblemáticas, “a nível da EU, a Comissão vai trabalhar no sentido de”:

Conceber e executar programas de promoção da inovação social destinados às camadas mais vulneráveis, em especial propondo às comunidades desfavorecidas soluções inovadoras em matéria

de educação, formação e oportunidades de emprego para combater a discriminação (por exemplo, dos deficientes) e desenvolver uma nova agenda de integração dos migrantes que lhes permita aproveitar plenamente o seu potencial (CCE, 2010: 23).

Os diversos modos que hoje se estabelecem sobre a inovação social se prende ao facto dessas ações revelarem como esse tipo de inovação procura beneficiar, em primeiro plano, os atores sociais. Esse comportamento tomado pelas noções de inovação social a diferencia das noções económicas tradicionais sobre inovação tecnológica direccionadas nomeadamente aos benefícios financeiros.

4.2.1.2. A DIFUSÃO

Anota Piteiras (2010: 34) que *“até aos anos 1990, raramente se falava de inovação social, exceto em alguns casos, para referir o efeito da sociedade na emergência da inovação técnica”*. No final da década de noventa, a fase de demarcação está gradualmente a dar forma à fase de difusão com o surgimento do conceito de inovação social. Vários autores têm-na definido em termos de objetivo, processo e propósito, em que assumem muitas formas, algumas dando origem ao empreendedorismo social, podendo ser, ou não, uma OTS (Klein *et al.*, 1998). Neste sentido, Dadoy (1998), Fontan (1998) e Klein *et al.* (1998) percebem a inovação social não só em termos de objetivos e propostas de soluções inovadoras, mas também pelo processo. Assim, a inovação social seria o resultado da cooperação entre atores de diversos setores da sociedade, que apresentam, mediante um processo inovador, propostas que solucionam situações problemáticas que requerem ação e mudança duradoura.

A cooperação centra-se nos diversos atores interessados, inclusive institucional e pode influenciar a geração de inovação nas próprias políticas regionais e nacionais, o que permite uma maior difusão da inovação (Mulgan *et al.*, 2007b). Essas políticas podem fomentar a geração de inovações diversas. Neste contexto tem-se, *e.g.*, o

financiamento em sistema de microcrédito, a moeda social, as redes de pequenos produtores em sistema de comércio justo, as iniciativas de economia social e solidária (OTS), consoante Mulgan *et al.* (2010). Essas ações são inovadoras na forma como potenciam e organizam o capital social e humano à aquisição da aprendizagem, à informação; são inovadoras no modo como fornecem ferramentas para uma menor dependência e maior capacitação do ator social (Klein *et al.*, 1998).

No início do século XXI o conceito de inovação social tornou-se mais conhecido no campo da ciência, nas orientações de desenvolvimento social e económico (Murray *et al.*, 2010). Diversos movimentos sociais mostraram diferentes práticas em respostas às necessidades sociais e por melhores vias de integração humana, argumentam os autores. A implementação dessas práticas revela um modo novo de inovar, uma nova fonte de transformação social e motor de mudança salutar local (Klein *et al.*, 1998). Pode-se dizer que foi este movimento de difusão da inovação que chamou a atenção das ciências sociais, nomeadamente da sociologia económica (Laville, 2000a; Lévesque *et al.*, 2001; Carvalho Ferreira, 2007b).

Nesta área é notório o extenso trabalho de investigação elaborado pela equipa do CRISES¹⁹² que consegue expor a análise da inovação social como uma complementaridade da inovação tecnológica. Assim a inovação social é vista como mudanças sociais que se produzem em três eixos complementares: no campo do território, em matéria de qualidade de vida, na área do trabalho e do emprego (Lévesque, 2002b). O trabalho desse Centro de Estudos explícita a contribuição da pesquisa em ciências sociais da inovação ao mesmo tempo que propaga o conceito de inovação social. Revela a contribuição essencial das ciências sociais, portanto, da inovação social no desenvolvimento da sociedade e do bem-estar da população. Neste âmbito, a inovação social inclui uma nova abordagem, prática ou procedimento, ou um novo produto desenvolvido para melhorar uma situação ou resolver um problema social e tendo como apoio instituições, organizações e comunidades (Cloutier, 2003; Lévesque, 2005).

¹⁹² O *Centre de Recherche Sur les Innovations Sociales* (CRISES) foi fundado, em 1986, por Benoît Lévesque e Paul R. Bélanger. Para mais informações, cf., <http://www.crisis.uqam.ca/>

Reconhece-se no processo de investigação científica duas condições de inovação social. A condição para criar a própria inovação e a circunstância de reconhecimento da inovação. A comunidade científica é, de facto, em si um lugar de inovação através da experimentação ou desenvolvimento de novos programas e ferramentas, novas práticas e estratégias de inovação e difusão. Face a sua condição de reconhecimento, a investigação científica, a montante, pode nomear uma situação que exige inovação social, ou a jusante, faz da inovação uma pesquisa. Através da investigação verifica a validade da inovação social e aumenta a capacidade de aplica-la a diferentes contextos, de identificar as condições ideais para uma implementação e replicação bem-sucedida.

4.2.1.3. A ESPECIAÇÃO

A terceira fase, denominada de especiação, compreende a dimensão do conceito de inovação social, estendendo-se por todos setores da sociedade e intervindo, inclusive, nos campos das ciências sociais. Esta área da ciência inclui diversas investigações sobre as inovações sociais, *e.g.*, estudos sobre o impacto da inovação social no território, sobre as OTS inovadoras, especialmente os papéis dos atores sociais e as suas práticas inovadoras na reestruturação do DLS (Martinelli *et al.*, 2002; Moulaert *et al.*, 2013).

Para MacCallum *et al.* (2009) a especiação do conceito alastra-se por pesquisas que analisam as inovações sociais dirigidas à melhorar as condições de vida e à situação da sociedade em termos de consumo, inserção no mercado de trabalho, saúde, habitação, etc. Aduzem Bouchard (2013) que essas inovações acontecem geralmente na interseção de políticas públicas, nas OTS, nos movimentos sociais, serviços públicos, novas formas de produzir e consumir, no setor privado, etc. Há, ainda, estudos sobre as inovações sociais nas OTS, nas organizações privadas, no setor público, mas também em áreas específicas (Mulgan *et al.*, 2006), *e.g.*, inovações urbanas, educação, meio de comunicação, etc. (Moulaert e Scott, 1997; Martinelli *et al.*, 2002). Além disso, no campo das ciências sociais, investiga-se as inovações focadas na organização do trabalho, nos aspetos organizacionais e institucionais de emprego e trabalho, na

regulamentação do emprego e da governança corporativa nos setores público e privado, na economia do conhecimento, etc. (Murray *et al.*, 2010, Bellemare e Klein, 2011).

Deste modo o conceito de inovação social adquire maior contorno e alcance. Abre a possibilidade, a partir de uma fonte comum, a ciência, divulgar novos tipos de inovações que acontece na sociedade. A divulgação operacionaliza ainda mais o conceito de inovação social e, ao mesmo tempo, conduz a difusão do seu escopo, gerando a condição de inovação contínua (Mulgan *et al.*, 2007b). Apesar disso, consoante diversos autores, percebe-se que permanece uma lacuna no que diz respeito ao conceito (Murray *et al.*, 2010; Moulaert *et al.*, 2013). Entretanto, a inovação social e a inovação tecnológica, por seus processos têm semelhanças em vários aspetos.

Na verdade, as inovações são projetadas mais como complementares, tanto pela natureza da coisa, como pela necessidade social, mesmo quando se diferenciam por seus lugares de origem e aplicação. Em primeiro lugar, qualquer inovação envolve um processo não linear que assume o compromisso de vários atores em um processo de resolução de problemas, um corolário da existência de uma pressão externa. Em segundo lugar, a abordagem leva à definição de uma nova perspectiva de *design*¹⁹³ para um produto ou um novo serviço, ou, ainda, um serviço alternativo, rompendo com o estado atual das coisas. Finalmente, a nova solução para um problema torna-se uma inovação, que deve ser divulgada e, especialmente encontrar usuários e/ou replicadores.

Em matéria de complementaridade, não se pode subestimar o peso dos imperativos da vida social, psicossocial, organizacional, económica, política, etc. na formação das inovações tecnológicas¹⁹⁴. No entanto, a apreensão e análise de

¹⁹³ Mantivemos o anglicismo porque não nos parece valer a pena cunhar outros termos. Na verdade a expressão da palavra vai além do seu sentido lato. Neste caso, segundo o dicionário Infopédia (Ed. Porto), o termo refere-se ao “método que serve de base à criação de objetos e mensagens tendo em conta aspetos técnicos, comerciais e estéticos. Aspeto exterior de um objeto; configuração física. Plano; projeto; criação. In Infopédia, *cf.* <http://www.infopedia.pt/pesquisa-global/design>

¹⁹⁴ Neste caso, um exemplo simples e claro de complementaridade entre a inovação social e a inovação tecnológica, ver o projeto: Kenguru Car (<http://www.kengurucars.com/>), o primeiro veículo movido por eletricidade, projetado especialmente para usuários de cadeira de rodas. A inovação tecnológica no campo da organização, gestão e processo, *e.g.*, as incubadoras tecnológicas originadas nas Instituições de Ensino Superior, como o caso da IEUA – Incubadora de Empresas da Universidade de Aveiro. Uma unidade funcional que visa apoiar empresas de base tecnológica, desenvolvidas por alunos, ex-alunos, docentes ou investigadores da Universidade de Aveiro, *cf.*, http://www.incubar.net/pt/rierc_info/parceiros/incubadora-

implementação e adequação de variáveis e, especialmente, o seu *layout*¹⁹⁵ original pode ser uma inovação em si não tecnológica. Nesta área diversos são os exemplos, além dos dados empíricos, sobretudo com relação ao investimento em tecnologia e custos gerenciais relativos ao gerenciamento, a mudança no nível organizacional no âmbito do setor privado e público, *cf.*, Martinelli *et al.*, Mulgan *et al.*, MacCallum *et al.*, Moulaert *et al.*, Bellemare e Klein, etc.

Onde a inovação social e a inovação tecnológica se diferenciam é em seu ambiente organizacional. A inovação tecnológica deriva, em grande parte, dos esforços de pesquisa e desenvolvimento industrial, ou investigação científica no campo da saúde, das ciências naturais e engenharia¹⁹⁶. A inovação social surge com maior frequência de iniciativas dos cidadãos e, a montante ou a jusante, do impacto da investigação nas ciências sociais e humanas ou artes¹⁹⁷ e letras. Mas o setor público pode ser induzido a

de-empresas-da-universidade-de-aveiro - Criada em 1996, a incubadora nasceu da aspiração da Universidade aproveitar as suas competências para fomentar o empreendedorismo na região e muitas das empresas incubadas são empresas novas criadas para explorar produtos ou serviços tecnológicos ou inovadores, concebidos a partir de um grupo de pesquisa da Universidade. Também em Portugal o Parque de Ciência e Inovação, *cf.*, <http://www.pci.pt/> - Além disso, importa mencionar como exemplo de complementaridade a ISFEUC – Incubadora Social da Faculdade de Economia, “é uma iniciativa académica inovadora, que promove ações de interação entre a comunidade e o espaço académico, disponibilizando o conhecimento, o ensino e a pesquisa no fortalecimento das organizações sociais de Coimbra. Enquadra-se na temática mais vasta de articulação entre a academia e a comunidade, procurando estabelecer e fortalecer redes de relações entre diversos atores sociais, favorecendo trocas de conhecimentos e competências entre a Universidade e instituições do terceiro setor”, *cf.*, <http://www6.fe.uc.pt/incubadora/>

¹⁹⁵ Pelo mesmo motivo anterior mantivemos o anglicismo. Neste caso, segundo o dicionário Infopédia, o termo origina-se da área da tecnologia de informação e comunicação e refere-se a disposição da informação num documento, incluindo plano, o formato, o traçado, o tamanho, a distribuição ou a organização gráfica. In Infopédia, *cf.*, <http://www.infopedia.pt/pesquisa-global/layout>.

¹⁹⁶ Um exemplo ilustrativo neste contexto: *I-Cane technology* foi desenvolvida em estreita cooperação com os usuários, deficientes visuais. É um sistema tecnológico em forma de bengala que oferece a navegação, liberdade de mobilidade para cegos e deficientes visuais, por meio de uma seta tátil e uma função altamente avançada para desvio de obstáculos. Desta forma, o usuário da *I-Cane* torna-se mais independente e se move com mais segurança, ganha maior autonomia e, eventualmente, melhora a sua integração social e empregabilidade, *cf.*, <http://www.i-cane.nl/en/home>

¹⁹⁷ A título de exemplos ilustrativos, pode-se ver o projeto – lixo extraordinário (<http://www.lixoextraordinario.net/>) do artista plástico Vik Muniz. O seu trabalho com os atores do lugar revela a dignidade e o desespero que eles (os atores) enfrentam quando sugeridos a (re)imaginar suas vidas fora do seu ambiente de trabalho e de moradia. No final, o projeto esclarece o poder transformador da arte e da alquimia do espírito humano. Também o projeto *Landfill Harmonic: Making Music Out of Trash* (<http://www.landfillharmonicmovie.com/>), atua com o poder transformador da música para uma comunidade pobre, educando-a sobre o desperdício de resíduos na sociedade. Iniciado em Cateura, uma favela no Paraguai, fabrica instrumentos musicais como violino, violoncelos e flautas com material reciclado. Os instrumentos são usados para ensinar a sociedade infantil e juvenil da favela a tocar música erudita. Este trabalho está sob a direção do seu fundador Favio Chávez. Outro exemplo é o projeto

inovação, bem como ampliar o alcance de uma inovação replicando a sua implantação em todo o espaço/território.¹⁹⁸

Por causa de suas estreitas relações com os setores públicos e serviço, a inovação social tem um maior potencial de ser replicada por meio de política pública, segundo os estudos de Mulgan (2006) e Mulgan *et al.* (2006). Para esses autores, através de políticas públicas, leis e reformas, os decisores políticos podem se constituir em promotores de inovação social, propagá-la por meio legal, institucional, financeiro e material. Alargar o campo de replicação da inovação através da participação e cooperação dos atores sociais, na partilha e criação de conhecimento, experiências dos envolvidos centrados nas prioridades das partes interessadas.

Através de uma política pública direcionada pode-se atender as situações que são problemáticas, o que requisita o processo de geração de inovação (Mulgan *et al.*, 2007a). O conceito de problema é o cerne das políticas públicas (Vaillancourt, 2013), e, nesse sentido, ele pode ser considerados como uma alavanca para a inovação social. Mas neste ínterim, segundo Mulgan *et al.* (2007a) e Vaillancourt (2013), tem-se um pré-

Sistema Nacional de Orquestras y Coros Juveniles e Infantiles de Venezuela (<http://www.fundamusical.org.ve/es/el-sistema.html>), criado em 1978, concebido e fundado pelo maestro e músico José Antonio Abreu para sistematizar a instrução da prática coletiva e individual da música por meio de orquestras sinfónicas e coros, como instrumentos de organização social de desenvolvimento humano. Este projeto tem reconhecimento internacional, nomeadamente porque sua metodologia atua em programas que tendem a diminuir o nível de pobreza, analfabetismo, marginalidade e exclusão social na sociedade infantil, juvenil e de género. Com base neste exemplo da Venezuela, em Portugal, a partir do Conselho de Amadora, do Projeto Geração, foi implementado o projeto Orquestra Geração, com reconhecimento do Programa EQUAL e prémio de inovação social, *cf.*, <http://www.orquestra.geracao.aml.pt/o-proyecto>

¹⁹⁸ Pode-se citar, como exemplo ilustrativo, a implementação do SAC – Serviço de Atendimento ao Cidadão, em 1995, em Salvador da Baía, Brasil. A inovação foi replicada nos 27 Estados e disseminada nos 5 570 municípios, *i.e.*, em todo território nacional. A ideia original abriu uma janela de oportunidades para outras inovações, *e.g.*, o SAC Móvel Documentos e SAC Saúde Móvel. O projeto foi contemplado pela ONU com o Prémio do Serviço Público das Nações Unidas, na categoria Melhoria dos Resultados dos Serviços Públicos. Como inovação social teve a tecnologia transferida para diversos países, *e.g.*, Colômbia, Bogotá, Bélgica, China, Trindade y Tobago, Cuba, etc. Portugal foi o primeiro país a implantar unidades similares ao SAC, inaugurada a primeira Loja do Cidadão em 1999. Para mais informações ver-se: Emília Maria Gonçalves *cf.*, <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0043628.pdf> e Marta Tochilovsky, *cf.*, http://www.escoladegoverno.rn.gov.br/content/aplicacao/search_eg/imprensa/pdf/013.pdf - Todavia, na área de políticas públicas há diversas inovações sociais que resultam em políticas estratégicas de DLS, neste caso pode-se ver inúmeros exemplos e publicações de estudos empíricos realizados pela Fundação Young, investigações lideradas por Geoff Mulgan, *cf.*, <http://youngfoundation.org/>. Além disso, mais informações em contexto europeu e diversos exemplos sobre esta matéria pode-se ver em, *cf.*, <https://webgate.ec.europa.eu/socialinnovationeurope/>

requisito: o reconhecimento pelo setor público de necessidade social e aceitação de uma solução inovadora.

As inovações distinguem-se pelo seu primeiro local de implantação. A inovação no setor privado é, ainda nos dias de hoje, considerada como a principal, a mais importante em termos de crescimento económico num dado espaço/território (Bellemare e Klein, 2011). Apesar disso, este tipo de inovação pode não ser exclusivamente tecnológico, uma vez que pode ocorrer em produtos comercializáveis ou processos industriais. A inovação no setor público e no setor terciário pode não ser exclusivamente social, uma vez que incide principalmente em serviços.

Como as inovações tecnológicas, as inovações sociais abrangem um campo muito amplo de possibilidades, entretanto, essa última busca por soluções plausíveis, duradoras e de fácil replicação em diferentes contextos socioeconómicos (Moulaert *et al.*, 2013). As discussões sobre ambas modalidades de inovações são muito e variadas. É, como se afirma no mundo académico, uma matéria complexa e multifacetada, repleta de iniciativas de economia social e de empresas tradicionais, todavia, são inovações que fogem do modelo convencional de inovação orientada para o mercado.

A inovação social pode não ser uma ideia nova, mas é claramente uma ideia que tem vigor porque o seu curso ressoa em um mundo de desafios sociais. Geralmente são ideias oriundas de OTS, movimentos sociais, iniciativas de responsabilidade social empresarial, etc. que trabalham para a inovação e fazem uso de uma abordagem abrangente e multidimensional que combina as necessidades e as relações sociais (Moulaert *et al.*, 2013). Pode se configurar como inovação aberta e/ou cooperação cidadã, necessariamente levadas à cabo por uma rede de sociabilidade que busca meios e recursos para implementá-la, usando-se para isso todas as condições, especialmente as que as TICs disponibilizam.

A inovação social revela-se como uma política social, um instrumento estratégico para a compreensão de como as sociedades contemporâneas lidam com a mudança social e de como as suas práticas são desenvolvidas e implementadas de forma eficaz. Neste sentido a inovação social distingue-se como inovação nas relações sociais;

na construção de redes de sociabilidade, tanto em macro quanto em micro esferas, que demarcam ações de solidariedade e reciprocidade, por isso conseguem apresentar resultados mais eficientes na solução de problemas em diferentes camadas da sociedade (Moulaert *et al.*, 2013).

Assim, através desta rede de sociabilidade, com elos diversos e estratégicos, o conceito de inovação firma-se, ganha uma demarcação cada vez mais nítida e propaga-se, adquirindo, cada vez mais, notoriedade nos setores público, privado e terceiro setor. A multiplicidade de suas práticas criativas e culturais surgem, em geral dos movimentos sociais, indicando-nos o futuro da economia. Apresenta-se em propostas que estão se expandido através da proliferação de ações para um mundo melhor, ou ao menos com a intenção de mudá-lo um pouco, *e.g.*, a prática de selecionar o lixo. Depositar o lixo em contentores próprios para a reciclagem deu origem a novos equipamentos técnicos, a novos tipos de empresa, gerou novos postos de trabalho, uma inovação comprometida com o desenvolvimento local sustentável.¹⁹⁹ O comportamento das ações e iniciativas de inovação social propendem para janelas de oportunidades.

¹⁹⁹ Para este caso pode-se citar o exemplo de inovação tecnológica na produção de papel sintético a partir de plásticos reciclados pós-consumo, o Vitopaper®. Esta tecnologia foi desenvolvida com a Universidade de São Carlos, São Paulo, Brasil e a multinacional Vitopel. Para mais informações, *cf.*, http://fortec-br.org/7fortec/images/Alexandre_UFSCar_sucesso_FORTEC.pdf - Além desse exemplo, destaca-se o trabalho desenvolvido pelo DESIS (*Design for Social Innovation towards Sustainability*) que é uma rede de laboratórios de *design*, com sede em escolas de *design* e universidades envolvidas na promoção e apoio à mudança sustentável. O DESIS é liderado por Ezio Manzini. *Cf.*, <http://www.desis-network.org/>

4.3. JANELAS DE OPORTUNIDADES

A expressão janela de oportunidade²⁰⁰ indica um curto período de tempo ideal para se consumir algo. A expressão também significa ver além da situação atual e transformar um breve período em vantagem. É um dado tempo em que se é possível implementar uma ação estratégica capaz de converter a ocasião em oportunidade de benefício coletivo.

As janelas de oportunidades corroboram para as inovações. Trata-se de um terreno fértil às mudanças de paradigmas²⁰¹, fomento às inovações sociais propensas a serem mais eficazes e eficientes, redefinindo ou apresentando soluções em que o valor criado contribua para a sociedade e para uma mudança coletiva sustentável. O termo, janelas de oportunidades, é usado para definir um momento em que as inovações sociais ganham força e tendem a se expandir e crescer rapidamente, consubstanciando, de modo salutar, diversas transformações criativas (Hiller, 2013) que incidem diretamente no DLS.

As janelas de oportunidades florescem mais frequentemente em período de crise (Perez, 2001). Mediante a identificação de oportunidades, busca-se a intermediação do meio, agente inovador que induz o *homo faber* à criatividade, à dinamização do meio

²⁰⁰ Janela de oportunidade é a tradução literal de *Windows of opportunity*; segundo pesquisa no Google, o termo foi usado como uma metáfora pela primeira vez pela Revista Time, em sua edição de 12 de novembro de 1979, a partir de então o termo se popularizou.

²⁰¹ Usamos a ‘mudança de paradigma’ no contexto de Thomas Kuhn (*The Structure of Scientific Revolutions*). Desse modo, com base no pensamento do autor sobre a comunidade científica, também afirmamos que em qualquer espaço/território, como em OTS, existem algumas pessoas que são mais ousadas do que a maioria. Estas pessoas, especialmente em ambiente de crise, irão explorar alternativas para solucionar o problema instalado. Ocasionalmente, isso gera uma inovação social, *i.e.*, lança-se um novo paradigma para o quadro estabelecido de crise. A inovação social que produz o novo paradigma aparecerá acompanhada por algumas anomalias, em parte porque ainda é nova e incompleta. A maioria da comunidade local e organizacional vai se opor a qualquer mudança de paradigma. Se a anomalia de uma inovação social, candidata para um novo paradigma, vai ser resolvido é quase impossível de prever. Os atores que possuem a capacidade excepcional de reconhecer o potencial de uma inovação social serão os primeiros, cuja preferência é provável de mudar em favor do paradigma desafiador. Com o tempo, se o paradigma desafiador solidificar-se e unificar-se, irá substituir o velho paradigma, então uma mudança de paradigma terá ocorrido. Para Kuhn a ciência não progride através de uma acumulação linear de novos conhecimentos, mas sofre revoluções periódicas, também chamados de mudanças de paradigmas em que a natureza da investigação científica, dentro de um determinado campo, é abruptamente transformada (Kuhn, 2012: 45-47).

(Moulaert, 2013). Assim a janela de oportunidade abre espaço para que se responda, de modo equilibrado, às necessidades do espaço/território, mas, sobretudo, permita enfrentar os grandes desafios da desigualdade e da sustentabilidade ecossocioeconómica local.

Neste sentido, as respostas surgem como propostas de solução às circunstâncias negativas, *e.g.*, por conta da crise financeira, económica, social e ambiental, e podem vir de todos os tipos de organizações, bem como dos diferentes setores que compõem a sociedade. Portanto, pode-se citar o caso das OTS que desde então são defendidas como espaços propícios de emprego e rendimento e importantes organizações na dinâmica da economia local (Klein e Tremblay, 2013). A partir de um cenário desfavorável, o *homo faber* provoca os atores sociais a identificar recursos, conhecimentos, habilidades, capacidades. Dentro e fora das OTS pululam ideias que favorecem a prossecução da inovação social, e, pois, em cooperação os atores sociais apresentam-se estratégias criativas em micro e macro escalas, ao invés de focar os problemas ou deficiências do meio (Mulgan *et al.*, 2007b). Numa OTS inovadora a janela de oportunidade é um ativo intangível que pode criar um ciclo contínuo de inovação (Mulgan *et al.*, 2007b), esse ciclo tende a provocar ânimo no sistema económico local, por conseguinte, promover o DLS (Klein e Tremblay, 2013), *cf.*, Gráfico 13, exposto mais à frente, página 361.

Para Hiller (2013: 170), a inovação social acontece através de janelas de oportunidades que se abrem ao processo de criatividade e, ela (a criatividade) emerge como desafio à legitimação institucionalizada ou normalizada. O autor aborda a inovação social no contexto deleuziano²⁰² de inspiração, concebido sob o prisma da sociologia. Assim, na conceção de Hiller, a inovação social pode ser interpretada como uma força reativa vinculada a outras forças (cooperação), e direcionada com um fim: à criatividade pragmática.

Explica Hiller (2013) que a janela de oportunidade surge com a condição de se criar uma diferença. Potencializar a inovação social em que a produção, mediante a

²⁰² Jean Hiller explora a contribuição que a filosofia de Gilles Deleuze pode oferecer aos investigadores que estudam a inovação social.

cooperação, é um diferencial de qualidade e quantidade. Neste contexto, o autor explica que a janela de oportunidade oferece a ocasião de se concretizar uma aspiração, um futuro desejado, em que os conflitos servem de desafios para a legitimação institucional, aptos de criar novas formas de racionalidade. Além disso, o autor considera o meio, agente inovador, um espaço de potencial criativo, onde o ator social é competente para desenvolver profundas estratégias cooperativas.

Por conseguinte, Mulgan *et al.* (2007b) anota que a janela de oportunidade intensifica a inovação como um processo criativo contínuo. Neste sentido as inovações deixam de ser lineares e apresentam-se de modo multifuncional, comunicam-se com diversos setores no espaço/território. O ponto de partida para a inovação é a consciência de uma necessidade que não está a ser atendida, portanto, plasma-se a ideia de como se poderia resolver tal situação (Mulgan *et al.*, 2007a). Para os autores estas são circunstâncias em que se pode identificar os problemas e definir as soluções para que as dificuldades sejam resolvidas, algumas vezes para além do campo da economia. Assim, Mulgan *et al.*, (2007b) anotam que a vantagem da janela de oportunidade é que ela não restringe a inovação social a um número limitado de possibilidades, nem restringe potenciais intervenções bem-sucedidas para os resultados ou soluções já prescritos.

Apreende-se que, através do domínio do conhecimento e das experiências técnicas adquiridas, face ao processo de inovação social (*cf.*, Gráfico 13:361), o *homo faber* está apto a uma abordagem mais flexível e uma visão mais fluida e dinâmica dos espaços/tempos de inovação social (Mulgan *et al.*, 2007b; Hiller, 2013). Nesta linha de pensamento, Hiller (2013) e Dagnino *et al.* (2004) concebem o conhecimento como dinâmica impulsionada pela construção social. Destarte, o conhecimento é também considerado como a capacidade do ator social dirigir o próprio rumo a um futuro diferente. Assim, percebe-se o conhecimento como um conjunto composto por linhas de intersecção, cujos eixos definem os papéis que os atores sociais podem desempenhar. O conhecimento como fator de impacte social, um conjunto de qualidades inatas, experiências amadurecidas, direcionadas a criar novas inovações sociais, *cf.*, Gráfico 13:361, mais à frente.

Para Mulgan *et al.* (2007b) a oportunidade de inovação social pode derivar de novos conhecimentos. *“Inovadores possuem, geralmente, uma visão ampla e são bons em detetar como métodos e ideias, aparentemente não relacionados, podem ser combinados em uma inovação social”* (Mulgan *et al.*, 2007b:23). Explicam os autores que poucas ideias surgem completamente formadas. O *homo faber* muitas vezes experimenta as coisas, e por sua capacidade de criar, com base na experiência adquirida, ajusta a ideia para que a inovação aconteça. *“Movimentar-se parece desempenhar um papel vital em todos os tipos de inovação que envolve tentativa e erro, papites e experiências planeadas sob um olhar retrospecto e racional”* (Mulgan *et al.*, 2007b:24). As ideias só dominam o mundo quando as condições estão no lugar certo em que o meio favorece o potencial de inovação.

Portanto, para entender a janela de oportunidade é preciso perceber as condições que podem potenciar ou limitar a inovação social. Com base nos estudos de Carlota Perez, Christopher Freeman e Luc Soete, sobre inovação tecnológica e mudança social, entre a década de 1980 e 1990, Mulgan *et al.* (2007b: 18) questionam: por que (na maioria das vezes) as coisas continuam na mesma? E por que (por algum tempo) as coisas mudam? Segundo os autores, para os próprios inovadores as barreiras para mudar são parecidas com a rigidez e a falta de imaginação sobre a ideia lançada e a sua execução. Todavia, as barreiras para a inovação social estendem-se além disso.

Segundo Mulgan *et al.* (2007b: 18), a primeira barreira está na eficiência da inovação social. O sistema social anseia por algo imediatista. As reformas no curto prazo não surtem o mesmo efeito que no longo prazo, pois no decorrer do tempo pode-se ajustar a ideia e otimizar todos os seus diferentes elementos para evoluírem no conjunto. Qualquer nova abordagem, mesmo que bem concebida, pode parecer bastante ineficiente em relação às interdependências sutis de um sistema social ou económico real. A eficiência da inovação está em potencializar o seu impacto, portanto, *cf.* Gráfico 13:361, a janela de oportunidade abre-se no período da maturidade, quando uma inovação começa a perder a sua eficiência, uma outra já está a adentrar, otimizando, desse modo, outras alternativas.

A segunda barreira para a mudança refere-se às partes interessadas. “*Os riscos de mudança parecerão grande em comparação com os benefícios da continuidade*” (Mulgan *et al.*, 2007b: 19). Esclarecem os autores que isto se aplica a qualquer tipo de ambiente, *i.e.*, tanto para o agricultor no campo, como o gestor na organização, ou mesmo com o trabalhador do setor público. A partir dos grupos de interesse evita-se a estagnação da inovação social. O argumento dos autores fundamenta-se, neste caso, a teoria olsoniana²⁰³. Para Mulgan *et al.* (2007b) as partes interessada são os maiores beneficiários do *status quo*, portanto aprenderam como trabalhar o sistema social para os seus próprios interesses.

A terceira barreira é o modo de pensar de um povo, a cultura do espaço/território. Qualquer sistema social tem a sua cultura, *i.e.*, as pessoas têm seu modo de pensar, seus valores, suas normas, seu modo de ser. Quanto melhor funcionar o sistema, mais seguro, protegido e próspero sente-se a população, portanto, mais a cultura local está enraizada como parte do próprio sentido de identidade local. Organizações encontram, nesse ambiente de identidade local, rotinas e alguns bloqueios, hábitos que são tanto psicológicos quanto práticos e que estão introjetados na memória organizacional do lugar (Mulgan *et al.*, 2007b: 19).

A quarta barreira diz respeito a rede de sociabilidade. O capital social e o compromisso mútuo pode ser tanto um potencial quanto um inibidor à inovação social. Aduz Mulgan *et al.* (2007b: 19) que as relações sociais podem contar com mais de um organograma formal. A rede de favores e dívidas pode ser a chave para conseguir que as coisas aconteçam dentro de um sistema estável, mas também são suscetíveis de impedir seriamente qualquer mudança favorável à inovação social.

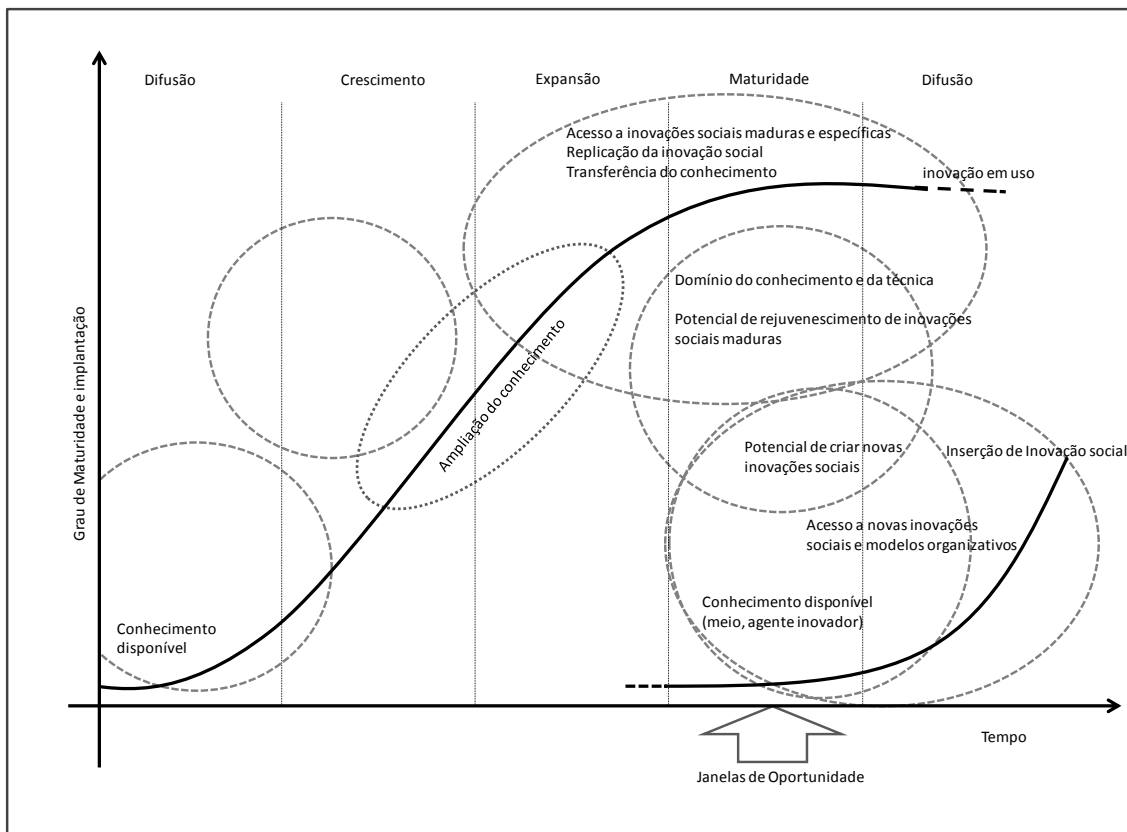
No assentimento de Mulgan *et al.* (2007b: 20) “*padrões desse tipo podem ser encontrados em micro escala em setores específicos e podem afetar sociedades inteiras*”. Quando as condições são favoráveis novas ideias podem se mover rapidamente das margens para o *mainstream*. Neste sentido a janela de oportunidade é uma ocasião em que as partes interessadas adotam a inovação social, garantido-lhes

²⁰³ Sobre a teoria de Mancur Olson, fizemos referência, *cf.*, Capítulo 2, nota de rodapé 87.

apoio para que possam sobreviver. A mudança social depende de alianças, *i.e.*, de uma sólida e flexível rede de sociabilidade.

Essa aliança é composta pelo que se chama de ‘abelhas’ e ‘árvores’. As abelhas são pequenas organizações e grupos de indivíduos que têm novas ideias, movem-se com facilidade e são capazes de fazer polinizações cruzadas. As árvores são as grandes organizações públicas e privadas e também OTS mais burocratizadas, engessadas, pobres em criatividade, mas geralmente boas em implementação e que têm resiliência, raízes em escala para fazer as coisas acontecerem. Ambos precisam um do outro, e a mudança social vem dessa tessitura, assim a maioria das mudanças dentro das organizações, nas comunidades, no local, depende de redes de sociabilidade entre líderes e grupos bem abaixo da hierarquia formal (Mulgan *et al.*, 2007b: 20).

Gráfico 13. Janela de oportunidade para inovação social



Fonte: Elaborado pela autora, com adaptação a partir de Perez (2001:125) e Mulgan *et al.*, (2007b: 16)

Ao se analisar este gráfico, observa-se que durante a transição entre inovações sociais (inovação em uso e inserção de inovação) se abre, simultaneamente, as maiores janelas de oportunidades: fase de expansão de inovações e fase de maturidade da inovação. Neste cenário, alguns produtos e/ou serviços (inovações sociais já implementadas) podem servir para favorecer o DLS durante um certo tempo, mas é necessário a introdução de novas inovações para que o espaço/território ganhe dinamismo. As inovações já implementadas precisam ser rejuvenescidas para propulsar um avanço contínuo de DLS. Ambas fases, expansão e maturidade, propiciam a replicação da inovação social e a transferência do conhecimento, e, pois, o domínio do conhecimento e da experiência técnica, *cf.*, Gráfico 13, *supra*.

Por conseguinte, a fase de expansão da inovação permite as OTS inovadoras ampliar o conhecimento sobre uma determinada inovação, bem como identificar a

necessidade de novas inovações. O conhecimento amplia-se pelo facto de que os atores sociais já experimentaram a inovação, avaliando a sua eficácia e eficiência. Portanto, é possível replicar a inovação social, expandi-la para novos horizontes. A transferência do conhecimento é um fator de impacto na OTS e no espaço/território, por exemplo:

- O projeto de Denominação de Origem Protegida (DOP), prosseguido pelo projeto de Identificação Geográfica Protegida (IGP) dos Ovos Moles de Aveiro, desenvolvido pela APOMA, em parceria com a Universidade de Aveiro. Esta inovação para um produto alimentício artesanal de origem da doçaria conventual foi transferido para outras associações de produtores de doçaria regional, como o caso do Pão-de-Ló de Ovar. Além disso, a ideia de proteger um saber natural migrou para outros setores distintos, *e.g.*, o projeto de valorização do património azulejar de Ovar²⁰⁴, liderado por uma rede de sociabilidade formada pela Universidade de Aveiro, gestão pública de Ovar e os micros e pequenos empresários do local (Pires, 2012)²⁰⁵.
- A metodologia CRER, Criação de Empresa em Espaço Rural, projeto de inovação social da ADRIMAG em parceria com instituições locais e regionais, tem por objetivo criar uma estrutura para testar ideias de negócios em meio rural. O produto já foi transferido para diversas entidades nacionais, *e.g.*, Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura e Câmara Municipal de Moura, Universidade do Algarve/CRIA – Centro Regional para a Inovação no Algarve e EPA –

²⁰⁴ “Este é um projeto com o objetivo de lançar uma iniciativa empresarial em torno da recuperação de fachadas de azulejo e que resulte na criação de dinâmicas de empreendedorismo sustentadas, qualificando e valorizando uma atividade tradicional numa lógica empresarial. Este projeto terá repercussões diretas na valorização dos espaços urbanos com ponto de vista da imagem e qualidade das construções e no desenvolvimento da base económica local uma vez que aposta na inovação e na cooperação para alavancar a especialização de um setor empresarial. Estimulando assim o empreendedorismo baseado nos recursos endógenos e aproveitando um nicho de mercado de alto valor acrescentado pretende-se alcançar a afirmação dos seus produtos em novos mercados nacionais e internacionais contribuindo para a qualificação do património edificado da região de Aveiro, com benefícios óbvios para a qualidade urbana e a consequente atratividade turística. Com uma vertente forte de investigação, desenvolvimento e inovação, pretende também contribuir para a internacionalização das empresas associadas.” (Cf., <http://pru.cm-ovar.pt/projImateriais.html>).

²⁰⁵ Referente ao caso dos Azulejos de Ovar, a informação foi colocada pelo Vice-Reitor, Professor Doutor Artur Rosa Pires, quando o entrevistamos em 22 de outubro de 2012.

Escola Profissional de Aveiro, etc., além disso, a inovação social foi exportada para Cabo Verde.²⁰⁶

Ainda com base no Gráfico 13:361, durante as transições de inovações, na fase de maturidade, abre-se uma excelente oportunidade para dar um salto mais à frente com a possibilidade de se introduzir inovações sociais. Esta fase pode ganhar maior impulso se o local dispuser de um laboratório experimental de inovação social, sustentado por um sistema de inovação social em rede, segundo nosso entendimento. Esse laboratório vem a ser um espaço de interação entre as organizações, os institutos de ensino superior e a comunidade e atua em concomitância com um sistema de inovação social. As novas ideias, as inovações mais genéricas, e os princípios organizacionais podem aplicar-se para modernizar e rejuvenescer as inovações maduras (inclusive as inovações tradicionais). O meio, agente inovador, fomenta a inovação, disponibilizando conhecimento e instigando a OTS à identificar novas necessidades; provoca o *homo faber* à criatividade, à estender o seu saber natural à comunidade. Por exemplo:

- O projeto de produtos de IV Gama da CALCOB. Construção de uma nova unidade de produção que tem por objetivo *i*) oferecer os produtos hortícolas em um outro contexto: lavados, embalados e prontos a consumir; *ii*) ampliar o mercado, *iii*) aproveitar produtos fora do padrão de medida e peso e *iv*) contribuir para que os agricultores aumentem as suas áreas de produção. Além disso, *v*) criar novos postos de trabalho, *vi*) fortalecer a marca da cooperativa e *vii*) elevar o rendimento dos cooperados (Fernando Silva, Gestor da CALCOB).²⁰⁷
- O projeto de cooperação transnacional “*Benchmarking* de Boas Práticas para a Produção, Promoção e Comercialização do Mirtilo”, coordenado pela ADRIMAG. Teve por objetivo dinamizar economicamente um

²⁰⁶ Factos relatados através de entrevista com o Dr. João Carlos Silva, Coordenador da ADRIMAG, além disso, estes exemplos serão tratados com mais detalhes na Parte II, Estudos de Casos, a partir do Capítulo 5 desta tese. Nomeadamente sobre a transferência de inovação social da ADRIMAG para Cabo Verde, *cf.*, http://www.adrimag.com.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=417:adrimag-ministra-formacao-sobre-a-metodologia-crer-em-cabo-verde&catid=88:crer&Itemid=306

²⁰⁷ Este exemplo será detalhado na Parte II sobre o estudo de caso na CALCOB. A citação refere-se ao Fernando Silva, gestor da CALCOB, em 6 de novembro de 2012, quando nos cedeu uma entrevista para esta tese.

território de baixa densidade através da promoção, organização e afirmação da produção de mirtilo (João Carlos S. Pinho, Coordenador da ADRIMAG).²⁰⁸

No raciocínio que se delineia, o problema para a OTS consiste em atravessar com êxito as fases de difusão e crescimento da inovação social. Segundo Perez (2001) e Mulgan *et al.* (2007b), brilhantes ideias desaparecem nestas fases. Ultrapassar a fase de difusão e do crescimento exige apoio do meio externo por parte da rede de sociabilidade, de uma cultura de inovação social local (Mulgan *et al.*, 2007b). Por exemplo:

- Após a certificação de IGP para os Ovos Moles de Aveiro, o processo de inovação deu continuidade, com o apoio do corpo técnico de biólogos da Universidade de Aveiro na área da investigação, o produto foi validado para ser exportado.
- O projeto CRER com o objetivo de dar continuidade à inovação teve três resultados distintos: A criação da associação CRER – Centro de Recursos e Experimentação; O desenvolvimento e implementação da metodologia CRER – metodologia integrada de apoio ao projeto do empreendedor; A conceção do produto CRER – Guia Metodológico para Criação e Apropriação. A continuidade da inovação social CRER tem sido difundida através da rede CRER. Estão a ser desenvolvidos projetos apoiados pelo Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida, nomeadamente Leonardo da Vinci Parcerias e GRUNDTVIG²⁰⁹. Parcerias, na área da criação de empresas e empreendedorismo.

²⁰⁸ Também este exemplo faz parte do estudo de caso sobre a ADRIMAG, mais detalhes encontram-se na Parte II deste trabalho. A citação refere-se ao Dr. João Carlos Silva Pinho, coordenador da Associação, que nos cedeu entrevista em 5 de março de 2012.

²⁰⁹ “O Programa GRUNDTVIG visa melhorar a qualidade e reforçar a dimensão europeia da educação de adultos, através da promoção de diversos tipos de atividades de cooperação a nível europeu. Dirige-se às necessidades de ensino e de aprendizagem dos intervenientes em todas as formas de educação de adultos, quer esta seja formal, não formal ou informal, bem como às dos estabelecimentos e organizações que oferecem ou promovem essa educação” (*cf.*, <http://www.proalv.pt/public/PortalRender.aspx?PageID=aac46782-37c8-4ea4-a399-ef4121070d2e>).

A globalização, no atual contexto socioeconómico, abriu-se outra janela de oportunidade para as OTS inovadoras, pode ser entendida como uma terceira via de prossecução para a inovação social (Klein, 2005). O modo de amadurecer (aperfeiçoar) a inovação faz com que as OTS primeiro conquistam o seu espaço/território e, quase que concomitante, propagam-se pelo espaço nacional e internacional (Fontan, 2011). Muitas inovações sociais funcionam em esfera mundial desde a primeira fase (Mulgan *et al.*, 2007a). Através da ampliação da rede de sociabilidade, abre-se para a OTS a oportunidade de participar em redes globais que difundem mais rapidamente a inovação social, por conseguinte, o seu crescimento, expansão e aperfeiçoamento (Mulgan, 2006). Além disso, há a possibilidade de se produzir localmente para exportar por via de redes globais de OTS, seja por associações e cooperativas ou por OTS independentes (Moulaert *et al.*, 2013).

Apreende-se que o desenvolvimento de inovações sociais procede das iniciativas de OTS que podem ser interpretadas como laboratórios de experimentação de inovação social (Bouchard, 2013) compromissadas com o DLS. Nestes laboratórios investigam-se novos modos, novas ideias de inovações institucionais que possibilitam apresentar, mediante janelas de oportunidades, outras vias de crescimento económico e desenvolvimento local. Como esclarece Favreau (2005a:3) *“esta sinergia com foco no trinômio Estado, mercado e sociedade civil pode ser uma chave para a renovação ou construção de um Estado social.”*

Estas iniciativas, espalhadas pelo mundo, não constituem um conjunto homogéneo, portanto, não devem ser interpretadas da mesma maneira (Favreau *et al.*, 2002). Todavia, no entendimento de Laville *et al.* (2006), a partir desta perspetiva, as inovações sociais são vistas não só como inovações organizacionais, que são bastante comuns, mas como inovações institucionais, bem como novos arranjos institucionais, novas regras para a regulação social e socioeconómica. São janelas de oportunidades no sentido de recompor as dimensões: económica, social, política, cultural e ambiental de forma articulada a outros referenciais de desenvolvimento, distintos do padrão concentrador, e do clássico modelo de desenvolvimento. Deve-se acrescentar, segundo Laville *et al.* (2006: 26) que *“as inovações sociais não estão presentes apenas no domínio social, mas também no domínio económico, não só em associações e empresas*

da economia social, mas também no setor público e no setor privado.” Mais especificamente, as OTS representam um espaço potencial para a inovação social que é decisivo tanto para o desenvolvimento social e para um novo desenvolvimento económico, um fomento e compromisso com o DLS.

4.4. FOMENTO E COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

Durante muito tempo o papel da inovação social e o seu compromisso com o DLS permaneceu desconhecido, nomeadamente sobre o seu papel no território, denotam Moulaert e Sekia (2003) e Bellemare e Klein (2011). No entanto, nos últimos anos redescobriu-se a inovação no espaço/território, e não apenas nas áreas que fazem do território um objeto ideal de estudo, como a geografia e a economia, mas também a sociologia económica, consoante entendimento de Lévesque *et al.* (2001). Para Klein *et al.* (2009), na maior parte das ciências sociais a inovação social está emergindo como uma dimensão significativa de análise. Definições, perspetivas teóricas e ferramentas de exame, no entanto, diferem de uma área de pesquisa para outra, esclarecem os autores. Isto levanta um desafio: trabalhar para uma abordagem de inovação social que permite observar o seu caráter de compromisso com o DLS.

Estudos publicados em conjunto com autores diferentes deixam evidente que o fomento à inovação social parte do meio, agente inovador, como modelo alternativo de inovação social local (Bellemare e Klein, 2011; Moulaert *et al.*, 2013).²¹⁰ Para os autores o meio revela-se por um modelo de inovação territorial (*Territorial Innovation Model*)²¹¹, o meio percebido na sua interdisciplinaridade em que o local impele à inovação (Aydalot, 1986), a inovação social compromissada com o DLS. Assim, os principais modelos de inovação territorial que fomentam a inovação social são aqueles

²¹⁰ Há ainda as publicações dirigidas por Klein e Harrisson (2006); Moulaert e Nussbaumer (2008), além dos demais estudos publicados pela equipa do CRISES e os liderados por Frank Moulaert.

²¹¹ Esta citação refere-se ao trabalho de investigação multidisciplinar liderado por Frank Moulaert. A discussão sobre o modelo de inovação no território foi desenvolvida pelo projeto SINGOCOM - *Social Innovation, Governance and Community Building*. Mais informações sobre o projeto e também acesso a produção científica dos autores pode ver-se, *cf.*, <http://users.skynet.be/bk368453/singocom/index2.html>.

que percebem que a OTS não é um agente inovador isolado, mas parte do meio, portanto com capacidade inovadora (Martinelli *et al.*, 2002).

A literatura sobre inovação social, quando analisada no âmbito do compromisso com o DLS, nomeadamente os estudos de inovação social e desenvolvimento do território (Favreau *et al.*, 2002; Fontan, 2008), marca as ações e estratégias de inovação gerada em OTS. Neste contexto, corroboram os trabalhos empíricos de Martinelli *et al.* (2002) e Moulaert *et al.* (2005) que descrevem a inovação social com atributos de estratégias para a satisfação das necessidades humanas em que a cooperação dos atores sociais, como indivíduos criativos, propõe mudanças pertinentes no local. Assim, a inovação acontece no sentido de transformar e/ou renovar as redes de sociabilidade, especialmente de governança de relações ao nível regional, local ou de uma comunidade. Os determinantes críticos à geração de inovação social são provenientes de vários níveis de governança e da criação de redes de cooperação entre os atores sociais.

Destarte a inovação social aparece como ações e/ou produtos estratégicos em favor dos mais desfavorecidos. Neste contexto a inovação social promove um conjunto das alterações produzidas pelo *homo faber*, pela OTS, pelo inventor, a nível ambiental de uma determinada área, comunidade, região. Esse conjunto de alterações afeta direta ou indiretamente o bem-estar da população, assim como o DLS, especialmente de desenvolvimento comunitário (Moulaert *et al.*, 2010).

Segundo Hiller *et al.* (2004: 129), “*nos últimos tempos o debate sobre o papel da inovação no DLS está cada vez mais voltado para a inovação social*”.²¹² O conceito de inovação social tem como primazia o capital social, o capital humano, o capital

²¹² Sobre a afirmativa, os autores fazem referência ao IFRÉSI - Institut Fédératif de Recherche sur les Économies et les Sociétés Industrielles, Lille (França). “IFRÉSI-CNRS é um instituto de pesquisa federativa, constituída por diferentes unidades de investigação. Ele reúne cientistas de várias disciplinas das ciências sociais: economia, sociologia, história, geografia, negócios, ciências políticas, direito, etc. As principais áreas de pesquisa em IFRESI são a transformação da estrutura industrial e económica e a dinâmica das cidades e territórios. Os benefícios dessa convivência interdisciplinar são importantes, sobretudo nos domínios abrangidos pelo Katarsis. IFRESI desenvolveu expertise europeu sobre o desenvolvimento local e inclusão social, com vários relatórios sobre estudos de casos europeus para a Comissão Europeia. A pesquisa empírica e teórica é liderança de modo que permite um diálogo entre as diferentes disciplinas. A pesquisa liderada pelos autores tem enfatizado a importância das dinâmicas institucionais, sociais e de não-mercado para o desenvolvimento como um bem, considerada do ponto de vista económico a partir de uma perspetiva mais qualitativa” (Cf., <http://katarsis.ncl.ac.uk/>).

natural, o capital económico e a emancipação cidadã. Portanto, a inovação comporta-se como um processo iterativo, em que o resultado dessa interação reflete diretamente no DLS. Neste sentido, Moulaert *et al.* (2007) defendem que a inovação social no território tem o potencial de estratégia social inovadora; propende para a política social que tende a melhorar a qualidade de vida de pessoas que vivem em áreas economicamente e socialmente deprimidas. Consoante Hiller *et al.* (2004) a maioria de propostas de desenvolvimento alternativo, consubstanciado por inovações sociais, continuam a ser as principais iniciativas económicas e do mercado capitalista. Desta forma “*as estratégias de inovação social são mais eficazes em termos de desenvolvimento territorial*” completa Hiller *et al.* (2004: 149).

Os estudos de Moulaert *et al.* (2005) identificam que a inovação social no território é fomentada por um grupo ativo de atores sociais capazes de propor uma mudança sustentável. Neste sentido, aduz Moulaert *et al.* (2005) que um fator relevante para o fomento da inovação social é o compromisso do meio com o desenvolvimento sustentável e o trabalho cooperativo da comunidade com outras instituições do setor público, privado e do terceiro setor. Os resultados das investigações sobre inovação social no território lideradas por Frank Moulaert revelam que a maioria dos modelos de inovação social que fomenta o DLS tem como ferramenta estratégica a rede de cooperação. Pode-se dizer que grande parte dos modelos utiliza o conceito de rede como um elemento-chave. Explicam os autores que a inovação social reforça a eficácia das redes de sociabilidade através de estratégias socialmente criativas, que tempo a tempo surge como respostas às mudanças no mundo.

Além dos estudos liderados por Frank Moulaert, outras publicações salientam que o trabalho dos atores sociais em sistema de cooperação tem maior probabilidade de fomentar algum tipo de modelo de inovação que fomenta o DLS (MacCallum *et al.*, 2009; Bellemare e Klein, 2011). Assim a inovação social pode ser compreendida como ações oriundas de OTS que afetam diretamente a vida, a sociedade e a economia, especialmente no seio da comunidade local. Destarte, o trabalho de Bouchard (2013) revela que o terceiro setor pode ser percebido como espaço que permite a geração de inovação, aprendizado e formação do indivíduo. Portanto, o terceiro setor aborda as experimentações e complexidades do quotidiano que possibilita pensar o meio como

agente inovador e produtivo na condição de uma outra economia, uma ecossocioeconomia. Por conseguinte, as suas práticas, que podem ou não ser de inovações sociais, são respostas das redes de sociabilidade, dos movimentos sociais mais amplos que, como muitos no mundo pós-fordista, estão preocupados com a reprodução e o consumo e não apenas com a produção (Martinelli *et al.*, 2002; Moulaert *et al.*, 2005).

Desse modo considera-se a inovação social como prerrogativa de superar as contradições inerentes à mudança paradigmática de DLS que se deseja. O meio, agente inovador, impele o ator social à procura de modos de melhorar a situação da comunidade. Assim, o *homo faber*, em sistema de cooperação, tende a aplicar o seu conhecimento à procura de soluções, dos meios de preservar o tecido societal das intempéries e de defender o indivíduo, a comunidade, o local das situações de exclusão e desigualdade social. Portanto, a inovação social acontece no local, *i.e.*, onde os problemas e suas soluções tendem a surgir, mesmo que poucas vezes sejam devidamente qualificadas. Por conseguinte, por possuir melhor capacidade de adaptação e reação às diferentes crises que atinge o local, o terceiro setor está propenso a produzir mais inovação social (Favreau, 2005a). Segundo Laville *et al.* (2006), a sua produção se eleva com a pluralidade de parceiros interagindo e cooperando dentro de uma tessitura fortalecida por comportamentos de solidariedade e reciprocidade.

Destarte, o terceiro setor pode agir concomitantemente com as comunidades e as instituições públicas e privadas, fortalecido por um sistema de inovação social em rede e articulado a um laboratório experimental de inovação social (Bouchard, 2013). Uma ágora de interações local na produção e na difusão da inovação social impelido por uma tessitura que explora os elos da rede e o conhecimento tácito como fonte de criatividade (Dagnino *et al.*, 2004). Assim, o conhecimento tácito relaciona-se no contexto organizacional e territorial, transmitido e desenvolvido por meio de interações. Um modo de dar azo ao capital social, emancipando iniciativas coletivas e promovendo transformações nas relações sociais e nas comunidades locais, com projeção global (MacCallum *et al.*, 2009).

Nessa linha de raciocínio, importa repetir que Santos (2001) defende que o local atua como um agente de mudança e não somente como uma base de recursos e das atividades económicas definidas mundialmente. Para a autora o local possui uma identidade própria e uma autonomia que lhe permite ser inovador, fomentar o seu próprio desenvolvimento, assim como das empresas e do tecido produtivo local (Santos, 2001: 144). Neste contexto, pode-se dizer que a linha de pensamento de Carvalho Ferreira (2010) comunga com Santos (2001). Carvalho Ferreira assevera que o terceiro setor está integrado em sistemas produtivos locais e possui características que se identificam com o local, tanto expresso por seus produtos como no modo de inovar coletivamente. Junta-se a esses autores com a mesma linha de raciocínio Amaro (2011) quando aduz que cada lugar possui o seu saber, a sua cultura produtiva, as suas práticas económicas alimentadas pelo quotidiano que atua contrabalançando o conhecimento interno com o externo. Porquanto, o saber local, a cultura que identifica o lugar se patenteia como um elo na produção de bens, produtos e serviços estratégicos para o DLS. Assim, a inovação social nas OTS acontece com o propósito de alavanca que impulsiona o DLS, em que os saberes de produção comum podem ser socializados mediante um sistema de inovação social em rede. Este sistema de inovação social em rede fortalece a comunidade, principalmente a gerar inovação social compromissada com o DLS.

Ora, se o local é agente transformador ele é meio inovador, um espaço rico em capital humano, capital social e capital natural, atributos que constituem a identidade e a cultura do território. Essa identidade concede ao ator local superioridade através da geração e fortalecimento de bens, produtos e serviços inovadores que identificam o lugar mediante a acumulação de saberes específicos e da vocação natural do espaço/território. Nessa condição o ator, agente de desenvolvimento local, forma pontes imprescindíveis às aplicações do conhecimento necessário ao processo de inovação social valorizando bens, produtos e serviços provindos dos saberes imbuídos na cultura do território. Portanto, o desafio é a integração entre as ações das OTS envolvidas na gestão da inovação social e de apoio e compromisso com o DLS. Segundo Klein *et al.* (2009) o desafio é executar esse processo de maneira autónoma e de acordo com as reivindicações dos atores interessados. Assim, as ações inovadoras podem fortalecer tanto as políticas públicas quanto as ações do setor privado, que têm propósitos em

áreas urbanas e rurais e efeitos sobre a qualidade de vida e da economia local, mas que estão fora do interesse dos setores público e privado.

Segundo Moulaert e Sekia (2003), o fomento e o compromisso com o DLS está relacionado aos tipos de relações que as OTS mantêm na sua cadeia de produção. Esta condição relaciona-se com a qualidade das relações entre as OTS com os outros elos da rede, *i.e.*, com seus parceiros, fornecedores, clientes, com as partes interessadas. Além disso, as relações estratégicas com os atores sociais do lugar, agentes pertencentes ao meio.

A partir do foco dessa análise, apreende-se que a inovação social tem uma grande proximidade com a cooperação, a solidariedade, a reciprocidade que está visível no comportamento de interdependência que existe entre os atores sociais que formam uma rede de sociabilidade. O ambiente da OTS pode ser considerado ambiente propício de inovações, bem como o terceiro setor é inovador. A escolha do meio, agente de inovação, pode implicar nos resultados que se espera de inovar, *i.e.*, o local pode atuar como potencial e limitador à geração de inovação social nas OTS. Esta condição está sujeita as variáveis definidas do lugar, como a qualidade do capital humano, do capital social, do capital natural e do capital económico.

4.5. SÍNTESE CONCLUSIVA DO CAPÍTULO 4

A inovação social é uma preocupação contemporânea. Uma reação da sociedade que busca por resolver, de modo prático, criativo e sustentável, problemas originados pela crise económica, social e ambiental mundial que, nomeadamente no local, acentuou a desigualdade e a insegurança social. Assim, para Fontan (2008) a inovação social é o ato criativo que leva à adoção de novas práticas na forma de novas tecnologias, novos arranjos produtivos e/ou organizacionais, novos modos de comportamento social ou novas regras ou padrões institucionais. Consoante o pensamento do autor, a inovação social é o ato criativo resultado de uma construção social.

A inovação social é ao mesmo tempo uma ação, um produto e um motor de mudança e de desenvolvimento ecossocioeconómico em nossa sociedade, podendo ocorrer na categoria do ator social, do tecido societal, da organização, do espaço/território. Até o momento não há uma única definição para a inovação social, porém existe uma unanimidade de que se trata de uma novidade que tem por fim apresentar soluções que fogem do interesse do Estado e do setor privado. Neste contexto, com base na análise literária de diversos autores que neste capítulo foram levantados, pode-se elaborar uma definição de inovação social, portanto nosso modo de pensar ...

- A inovação social é uma resposta socialmente reconhecida na conceção de produto, método, estratégia, conceito e atividade técnica de intervenção endógena ou exógena capaz de criar valor e introduzir mudanças duradouras para atender as necessidades sociais de todos os tipos até então não supridas pelos atuais sistemas públicos ou organizacionais privados.

A inovação social pode ser medida por diferentes indicadores, em especial pela capacidade de cooperação, solidariedade e de reciprocidade do ator social, mas, sobretudo, pela estrutura de uma rede de sociabilidade que se forma no meio. Ademais o meio pode influenciar na condição de potencializar ou inibir a produção de inovação social, desse modo é possível medir a inovação social pelo potencial criativo e inovador do ator social. Diante disso sobleva-se a qualidade do capital humano e social, medidos pela condição de aprendizagem coletiva, pela capacidade de integração e interações social, sendo esta última, novamente voltada às redes de sociabilidade.

O modo de gestão do trabalho em sistema de organizações democráticas é outro fator que pode indicar um ambiente que impele à geração de inovação social. Geralmente esses ambientes são flexíveis às mudanças nos modelos de estrutura organizacional e promovem mais a autonomia do trabalhador. As relações de interações entre os indivíduos na organização podem propiciar um ambiente de criatividade compartilhada que se estende além do ambiente de trabalho, e contamina a comunidade, o local, a região. Essa condição pode ser medida pela capacidade do ator social atuar em

ações coletivas, na criação de novas instituições, no aumento efetivo de produtos e serviços, bem como apresentando mudanças nas relações socioeconómicas do lugar. O fator mais positivo da inovação social está na sua condição de ser replicada por ações mais duradouras e sustentáveis que, tanto de modo direto, quanto indireto impactam no DLS, *cf.*, Quadro 15, *infra*.

Quadro 15. Síntese de definições de inovação social

INOVAÇÃO SOCIAL			
Autor	Definição	Indicador	Categoria
Taylor (1970) Cloutier (2003) Fontan <i>et al.</i> (2004) André e Abreu (2006) Mulgan <i>et al.</i> (2007b) Klein <i>et al.</i> (2009)	Novas formas de fazer as coisas capaz de conceber novas organizações e relações sociais que buscam pela autonomia do ator social.	Capacidade cooperação e associação entre os atores sociais. Capacidade de ação coletiva e integração social. Aprendizagem coletiva. Potencial criativo e inovador do ator social. Formação de rede de inovação Mudança social duradoura.	Ator social Tecido societal
Cloutier (2003) Dagnino <i>et al.</i> (2004) Moulaert <i>et al.</i> (2010) Murray <i>et al.</i> (2010) Begnetti (2011)	Processo de aprendizagem coletiva cooperando na criação de organizações que buscam soluções novas e duradoura para trabalhadores, grupos sociais e comunidades.	Modos gestão e ambiente de trabalho democrático Interação social nas relações de troca. Mudança no modelo de estrutura organizacional e autonomia aos trabalhadores.	Organização
Martinelli <i>et al.</i> (2002) Cloutier (2003) Lévesque (2008) Albaigès <i>et al.</i> (2009) MacCallum <i>et al.</i> (2009) Klein <i>et al.</i> (2009) Moulaert <i>et al.</i> (2010) Amaro (2011) Bellemare e Klein (2011)	Ações endógena ou intervenção exógena visando o bem-estar coletivo mediante processos, produtos e serviços que produzem transformações nas relações sociais e no território.	Criatividade compartilhada nas organizações e nas comunidades. Relações de solidariedade e reciprocidade. Capacidade de ação coletiva. Criação de novas instituições. Aumento efetivo de serviços e produtos. Mudança nas relações socioeconómicas. Sistema de rede de inovação social	Espaço/território

Fonte: Elaborado pela autora

Para diversos autores, *cf.*, Quadro 15, *supra*, observa-se uma considerável produção coletiva ou individual do novo com fim social. Há na sociedade mundial um conjunto de movimento que impele o comportamento criativo. A mudança social provinda da geração de inovações sociais que resulta em novas práticas e formas de pensar e de agir em prol território como foi estudado por Fontan (2011). Esse fomento de novas ideias irá contribuir para um processo de mudança cultural, o que resultará na adoção de novas práticas sociais a nível individual, coletiva ou social, anota o autor.

Diferente da inovação tecnológica que é direcionada para fins de mercado, a questão da construção de um novo uso social, é, portanto, para tornar socialmente legítimo e útil a ideia, o produto, o serviço, *i.e.*, a inovação. Definida por sua finalidade

social, a inovação revela-se pelo processo aberto, colaborativo, baseado na interação social, sem a finalidade de lucro (Cloutier, 2003), mas que acaba por gerar sustentabilidade e compromisso com o DLS. Como explica Mulgan *et al.* (2006) essas práticas colaborativas não são novas. No entanto, adentram diferentes áreas da sociedade, *e.g.*, associações, cooperativas, ONGs, empresas públicas e privadas, etc.

A inovação social surgiu como um veículo de soluções eficazes, justas e sustentáveis para o espaço/território, anotam Moulaert *et al.* (2013). A própria União Europeia descreve a inovação social como “*ferramenta útil para implementação da estratégia europeia para uma sociedade inteligente, sustentável e inclusiva*” (CCE, 2010: 12). Neste sentido, explica-nos Marie Bouchard (2013) a inovação social aparece em situações onde os atores sociais, em cooperação, dispõem-se a encontrar, através de experimentações sociais, a resposta para um problema coletivamente identificado. A inovação social consegue atingir os problemas em que o Estado e/ou setor privado, por si só, não consegue fornecer respostas satisfatórias.

A inovação social sob a ótica de Mulgan *et al.*, (2007b) pode, além da replicação, ser um processo de inovação contínuo que se aproveita de janelas de oportunidades. Desse modo, na modalidade de ações contínuas, a inovação social consegue responder de maneira concreta à crescente exclusão ecossocioeconómica do indivíduo, indo além da coisa em si, replicando-se em políticas sociais. Completa esse raciocínio o argumento de Hiller (2013): a inovação social possui um carácter de estratégia criativa e socialmente inovadora pelo qual a sociedade reage às condições de exclusão, tanto no nível micro como no macro. Essas ações, originadas por janelas de oportunidades, propendem ativar o ator social, nomeadamente àquele que se encontra em situação inferior, a reproduzir determinados tipos de conhecimento e combinar recursos em novas formas de fazer coisas que acabam por gerar novas políticas públicas (Mulgan 2006).

O estudo da inovação social gerada em OTS e comprometidas com o DLS, como propomos para esta investigação, fez-nos rever o caminho que conduz à institucionalização de uma novidade: o processo de geração de inovação social. Assim, no Capítulo 5, a seguir, apresentamos a metodologia usada para a construção dos

estudos de caso. Por conseguinte, a partir do Capítulo 6, apresentamos os estudos de caso realizados em duas associações e uma cooperativa. Portanto, a montante do processo de políticas de desenvolvimento local sustentável e o terceiro setor: estudo de caso na região de Aveiro, encontrou-se espaço adequado para a criação, invenção e novas descobertas que podem ser configuradas como ações de inovação social. Essas ações podem ser um novo produto ou processo, um novo conhecimento ou uma nova tecnologia social e política pública, consoante as bibliografias aqui feitas referências.

PARTE II

CAPÍTULO 5: METODOLOGIA

5.1. SÍNTESE INTRODUTÓRIA

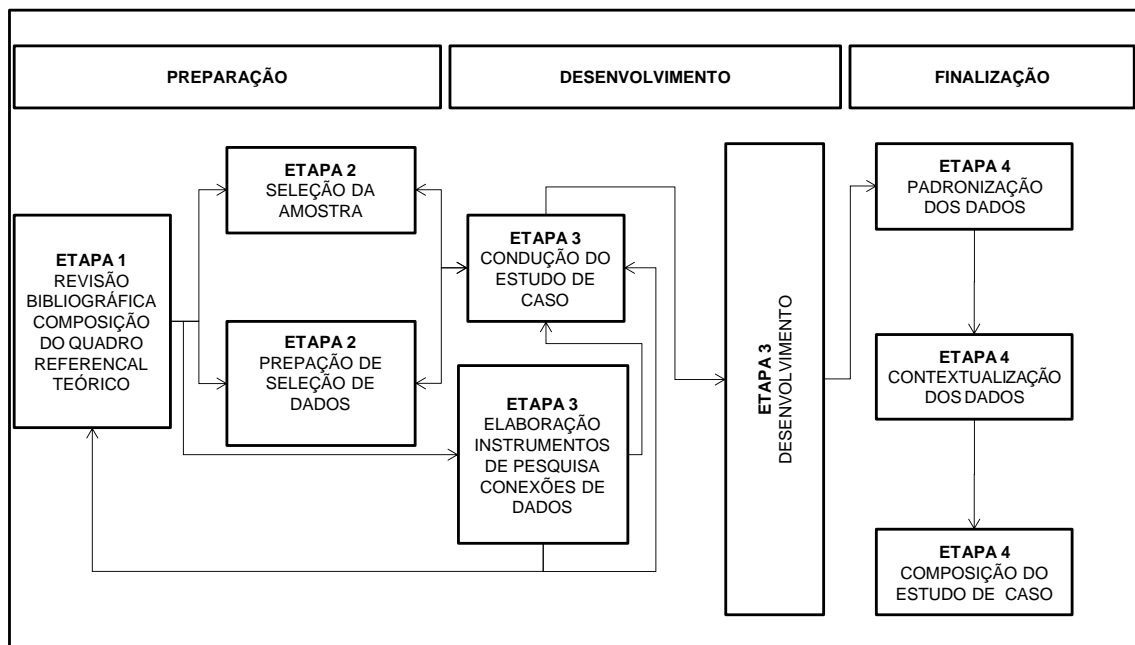
Neste capítulo delinea-se o processo metodológico com o desígnio de responder o questionamento proposto no início deste trabalho, resultado de uma inquietação imersa pelas relações abstratas e de relevante complexidade que envolve o fenómeno em estudo. A metodologia²¹³ de investigação, inerente a este trabalho, é um estudo qualitativo e exploratório, comendo-se por fontes secundárias e dados primários. O modo de investigação apresenta-se em forma de estudo de caso realizado em OTS inseridas geograficamente no distrito de Aveiro. A amostra desta pesquisa compôs-se por OTS, associações e cooperativas, de perfil inovador que apoiam e/ou produzem bens e serviços capazes de promover o DLS. Selecionou-se a amostra aleatoriamente quando das entrevistas com os especialistas das três áreas que formam o conceito central desta investigação em que se teve como critério dois fatores. Primeiro, organizações com pressupostos de liberdade cooperativa imbuídas num ambiente organizacional de criatividade e inovação social. Segundo, organizações assentes em difundir técnicas e metodologias correlacionadas ao desenvolvimento local sustentável.

O desenvolvimento desta pesquisa prevaleceu em investigação estruturada que tende em responder algumas questões pelo uso de um método capaz de produzir conhecimento válido e confiável. Diante disso, o presente capítulo introduz o método de pesquisa, a opção pelo estudo de caso, no sentido de desenvolver a capacidade analítica e o espírito científico do objeto estudado nesta investigação no seu contexto real. Assim, volta-se a descrever os objetivos que dilucidam a pesquisa, mas agora com o intento de se elaborar o modelo de análise e construir cientificamente os conceitos, espinha dorsal desta tese, fundamentados na bibliografia estudada. Além disso apresentar as hipóteses de investigação e desenvolver o modelo de análise. Neste contexto tem-se o quadro epistemológico e metodológico assim como a projeção do seu desenho, perspectiva dessa trajetória empírica.

²¹³ Apreende-se a metodologia a partir da compreensão de Demo (1989), assim sendo, a metodologia é percebida como o conhecimento crítico dos caminhos do processo científico em que se indaga e se questiona em torno dos seus limites e possibilidades. Diante disso, não se trata de um debate sobre técnica qualitativa de pesquisa, mas sobre procedimentos de se fazer ciência. Nesta perspectiva a metodologia é um instrumento que direciona a investigação, portanto toda questão técnica inflige uma discussão teórica.

Por conseguinte, elucida-se as considerações pertinentes aos estudos qualitativos e circunscreve-se o trabalho de campo empírico e a demarcação do espaço geográfico de análise identificando-se as OTS analisadas nos capítulos ulteriores. Subsequentemente apresenta-se os instrumentos dos critérios de escolha e seleção da amostra. Completa-se esta subsequência com os procedimentos, codificação e análise do material coletado, debatendo-se as questões de objetividade, validade e fidelidade do objeto estudado. Destarte, o desenho da Figura 14, *infra*, tem a finalidade de simplificar a compreensão referente aos passos metodológicos desenvolvidos neste trabalho. Encerra-se este capítulo com uma síntese conclusiva.

Figura 14. Desenho simplificado da metodologia de pesquisa



Fonte: Elaboração própria com base em Quivy e Campenhoudt (2003)

5.2. OPÇÃO PELO ESTUDO DE CASO

Nesta investigação o estudo de caso é um instrumento de investigação, uma modalidade de pesquisa aplicada as ciências sociais em que se pleiteia por um conhecimento mais profundo (Creswell, 2007) sobre as OTS e o processo de geração de inovação social. Escolheu-se um método em função da sua credibilidade comprovada (Stake, 1995), *i.e.*, um método que já foi usado por outros investigadores (Yin, 2001). Além disso, seguindo a orientação de Stake (1995) e de Yin (2001), optou-se por adotar um método que fosse conveniente aos questionamentos que conduzem este trabalho. Concernente a isso, Alvesson e Deetz (2000) esclarecem que a escolha do método é a forma como se desenvolve a questão de pesquisa e como se vê a realidade social do objeto de análise. Assim, a partir do que se observa e estuda o assunto investigado, como o descreve, dilucida e se interpreta o que surge das colocações dos atores sociais ao redor. Para esses autores, o método vem a ser o modo como o indivíduo atinge um nível de sistematização e lógica na análise do material empírico, *e.g.*, princípios como tratar dados ambíguos e contradições em uma entrevista, no campo das observações e no material analisado em geral. Atinentes disso, Alvesson e Deetz (2000) explicam que o método é muito mais que gerenciar dados ou a própria técnica para produzir dados, é pois, da parte do investigador, uma atividade reflexiva em que todo o material empírico necessita de uma análise interpretativa pormenorizada, na qual um processo de questões teóricas, políticas e éticas tem papel central.

Um método de pesquisa, anota Patton (2002), não é simplesmente uma técnica, mas sim um roteiro fiável e coerente que direciona o investigador para aclarar os questionamentos da pesquisa. Patton ainda sublinha que a interpretação dos estudos de caso, por parte do investigador, determina a pesquisa naturalista, *i.e.*, o investigador estuda as situações dentro de um ambiente efetivo. Para Alard-Poesi e Maréchal (2003) um estudo de caso interpretativo busca desenvolver o conhecimento a partir da compreensão das intenções e motivações dos indivíduos, na medida em que estes participam da sua realidade social. Concernente a isso, Alvesson e Deetz (2000) argumentam que o método de investigação envolve um conjunto de fundamentos, ou mesmo a perspectiva de mundo do pesquisador. Portanto, neste tentâmen, investigar a realidade das OTS, e neste ambiente as potencialidades e os limites no processo de

geração de inovação social, que no primeiro momento apresenta diversos aspetos, impõe à investigadora a apropriação de um arcabouço metodológico claro e coerente.

Para Patton (2002) o desígnio de um estudo de caso é o de reunir dados minuciosos e sistemáticos sobre um fenómeno analisado. Neste âmbito, outros autores argumentam que o estudo de caso se tornou numa das principais modalidades de pesquisa qualitativa em ciências sociais (Yin, 2001; Chizzotti, 2003; Gil, 2007). Ao se explicar a dinâmica e o desenvolvimento a partir da exploração intensa de um único caso supõe-se que se pode adquirir conhecimento do fenómeno estudado, assim o estudo de caso é uma técnica estratégica de ordenar os dados, preservando do objeto estudado o seu carácter individual (Llewellyn e Northcott, 2007). Diante disso, o estudo de caso considera a unidade como um todo, incluindo o seu desenvolvimento (ator social, comunidade, ambiente de trabalho, conjunto de relações ou processo, etc.).

Ressalta Yin (2001:21) que o estudo de caso, na condição de ferramenta de investigação científica, facilita a compreensão de processos perante a complexidade social nas quais estes se manifestam, seja em situações de limitações, para análise de obstáculos, seja em situações de potencialidades, para a validação de modelos exemplares. Para este autor, o estudo de caso pode ser aplicado em situações que serve para *i*) explicar ligações fortuitas em intervenções no cenário real que são muito complexas para estratégias experimentais; *ii*) quando se necessita descrever intervenções no ambiente em que acontecem; *iii*) para ilustrar pontos em comum numa investigação; *iv*) para explorar uma situação complexa de resultados e *v*) como uma forma de meta avaliação de determinados processos.

Por conseguinte, adverte Yin (2001) que, perante esta complexidade, no estudo de caso o investigador se depara com um cenário invulgar, no qual pode aparecer maior número de variáveis de interesse na análise do que sobressair dados de forma objetiva e imparcial. Complementa, assim, o autor, que o investigador deve precaver-se com o uso de diversas fontes de evidência que deve afluir para um ponto em comum afirmando-se como fidedignas, oferecendo a validade dos levantamentos mediante triangulações de informações, dados, clareza e mesmo de teorias. Neste contexto, elucida Robert Yin que para se desenvolver o trabalho de pesquisa, o investigador deve se sustentar por uma

sólida base de proposições teóricas dirigidas a efetuar a coleta e a análise de dados, tarefas essas que acontecem concomitante ao longo de toda a investigação.

Para Llewellyn e Northcott (2007), o estudo de caso é um processo metodológico que dá relevo a percepção contextual sem negligenciar a representatividade, focando-se na compreensão dinâmica da realidade local. Por conseguinte, segundo Gil (2007) o estudo de caso permite ampliar e detalhar com mais precisão o objeto analisado, provando maior conhecimento. Neste sentido o estudo de caso é válido *“quando as conjunturas são complexas e podem mudar, quando as condições que dizem respeito não foram encontradas antes, quando as situações são demasiadas políticas e onde existem muitos interessados”* (Llewellyn e Northcott, 2007: 195).

Segundo Yin (2001), para o estudo de caso delineia-se a metodologia de investigação organizando-a sobre um único caso ou casos múltiplos, conduzidos por abordagens de pesquisa qualitativas e/ou quantitativas. Todavia Gil (2007) anota que o estudo de caso não contempla um roteiro delimitado rígido, porém a metodologia é definida em fases em que se fixa os limites da unidade a ser estudada; *i*) determina-se a coleta de dados; *ii*) promove-se a seleção da informação, a análise e a interpretação dos dados; *iii*) interpreta-se o caso mediante a elaboração minuciosa do relatório.

Sobre as fases circunscritas por Gil, precedentemente Ventura (2007) explica que a primeira fase exige habilidade do investigador em demarcar a unidade que constitui o caso e para perceber quais dados serão suficientes para se chegar a compreensão do objeto como um todo. Dilucida a autora que para os estudos de caso a amostra, *i.e.*, o caso, não é selecionada mediante critérios estatísticos. Portanto recomenda-se seguir alguns passos que se configuram em:

- Buscar por casos típicos (em função da informação prévia aparentam ser o tipo ideal da categoria);
- Selecionar casos extremos (para fornecer uma ideia dos limites dentro dos quais as variáveis podem oscilar);

- Encontrar casos atípicos (por oposição, pode-se conhecer as pautas dos casos típicos e as possíveis causas dos desvios) (Ventura, 2007:385).

A segunda fase, a coleta de dados, é executada normalmente com diversos procedimentos qualitativo e quantitativo. Esses procedimentos fundamentam-se na observação, na análise de documentos, no guião de entrevistas (estruturada ou semiestruturada), na aplicação de inquéritos (fechados ou abertos), levantamentos de informações, análise de conteúdo, etc. A vantagem do estudo de caso é a variedade de procedimentos que podem ser adotados (Ventura, 2007).

Esclarece Ventura (2007) que a terceira fase compreende um conjunto de tarefas cujos elementos incluem a seleção, a análise e a interpretação dos dados. Considerando-se os objetivos da investigação, seus limites e um sistema de referências para avaliar quais serão os dados úteis ou não, procede-se a seleção das informações e se processa a análise com somente os dados selecionados.

O pesquisador deve definir antecipadamente seu plano de análise e considerar as limitações dos dados obtidos, sobretudo no referente à qualidade da amostra, pois se a amostra é boa, há uma base racional para fazer generalizações a partir dos dados. Em caso contrário, deve apresentar os resultados em termos de probabilidade. É importante também utilizar categorias de análise derivadas de teorias que sejam reconhecidas no campo do conhecimento. Isso faz com que a interpretação dos dados não envolva julgamentos implícitos, preconceitos, opiniões de senso comum etc. (Ventura, 2007: 385).

Neste contexto, a elaboração dos relatórios parciais e final, representa a quarta fase descrita por Gil (2007) e que Ventura (2007) adverte que deve-se detalhar como se coletou as informações, qual foi o embasamento teórico na categorização das informações e demonstrar-se a validação e a fidelização dos dados obtidos. Para a autora o relatório qualitativo deve apresentar-se conciso, todavia, em algumas situações se pede um registo mais pormenorizado.

5.3. PESQUISA QUALITATIVA: CRÍTICAS E VALIDAÇÃO.

Segundo Chizzotti (2003: 221) a pesquisa qualitativa envolve uma partilha densa com indivíduos, factos e locais que formam os objetos de pesquisa, considerando-se a relação dinâmica entre o mundo efetivo e o sujeito. O investigador participa do processo de conhecimento e interpreta os fenómenos de acordo com os seus valores e crenças. Dessa convivência se extrai os significados visíveis e latentes percebidos mediante perspicaz atenção do investigador, tendo como finalidade revelar dados patentes ou ocultos do objeto analisado.

Anota Helena Martins que um ponto fundamental no campo da sociologia é a necessidade de se definir o objeto de investigação com clareza e precisão. Além disso, compreender “*como se aplicam os fundamentos da ciência e os princípios do método científico*” (Martins, 2004:291). Justificando a condição de pesquisa qualitativa, a autora frisa que em sociologia, como nas ciências sociais em geral, diferente das ciências naturais, os fenómenos são interrelacionados, dificultando se separar as causas e as motivações isoladas e exclusivas. Com efeito, esses fenómenos não podem ser reproduzidos em laboratórios e submetidos ao controle técnico. Como explica Da Matta (1991: 91), a sua reconstrução depende “*de documentos, observações, sensibilidades e perspectivas do pesquisador*”.

Na pesquisa qualitativa o investigador é um instrumento-chave que busca revelar, em ampla análise, o objeto estudado por meio de dados descritivos através de observações. Para Silveira (1992:36) “*a observação é a fonte e a função do conhecimento*” em que o conhecimento deriva direta ou indiretamente da experiência sensível, sensações e percepções. Diante disso, alguns autores entendem que no campo da sociologia, não existe a neutralidade do investigador, sendo a sua objetividade relativa (Martins 2004; Thiollent, 2005; Becker, 2009). Para Karl Popper (1975:142) “*é absolutamente errado conjecturar que a objetividade da ciência dependa da objetividade do cientista.*” Popper ainda comenta que “*é totalmente falso crer que o investigador das ciências naturais é mais objetivo que o cientista das ciências sociais*”. Conclui o autor: “*o que pode ser qualificado de objetividade científica baseia-se única e exclusivamente na tradição crítica*” (Popper, 1975: 143).

Por conseguinte, esta interpretação é diferente do que ocorre no positivismo, de onde surgem várias críticas feitas à metodologia qualitativa. Segundo Chizzotti os investigadores qualitativos ...

[...] contestam a neutralidade científica do discurso positivista e afirmam a vinculação da investigação com os problemas éticos-políticos e sociais, declaram-se comprometidos com a prática, com a emancipação humana e a transformação social, adensam-se as críticas aos postulados e exigências das pesquisas unicamente mensuráveis (Chizzotti, 2003:228).

Assevera Martins (2004) que apesar da conotação adquirida pelo campo de estudo em sociologia, não faltaram críticas e restrições a metodologia qualitativa. A mera contiguidade física entre o sujeito e objeto de conhecimento, condição necessária para a prática da metodologia qualitativa, corroborava para o comprometimento subjetivo do investigador. Este facto incidiria a trabalhos de carácter especulativo e restrito rigor, arriscando-se, desse modo, a imparcialidade e a objetividade do conhecimento científico.

Perante as diversas críticas, um primeiro aspeto abordado é relativo à questão da representatividade. Partindo do princípio que esse modo de investigação trabalha sempre com unidades sociais, ele preferencialmente atua com os estudos de caso. Comenta Martins (2004) que, segundo os críticos, o maior problema neste sentido se encontra na escolha do caso, portanto, até que ponto o caso selecionado representa o conjunto de casos componentes de uma sociedade? Para Chizzotti (2003), direciona-se esta indagação a eventualidade de generalizar o conjunto de amostra, *i.e.*, esta crítica se fundamenta na noção estatística de amostras. Destarte, a composição da amostra deve ser casual, aleatória. Sob este prisma pode-se medir o desvio da amostra em relação a determinada população e empregar coeficientes que indicam com precisão a existência de distorções ou erros, bem como as possibilidades de realizar uma generalização direcionada à população. Todavia, ao se fazer uso do estudo de caso, como garantir que a comunidade escolhida ou a organização selecionada, *e.g.*, são amostras representativas do seu universo? Nesse âmbito, na perspetiva estatística, dúvidas sempre existirão acerca da representatividade, afirma Martins (2004).

Além da dúvida dirigida à representatividade, a segunda crítica relaciona-se com a subjetividade, resultante da contiguidade entre o sujeito e o objeto (empírico) do conhecimento, pesquisador e pesquisado (Martins, 2004). Perante a crítica positivista, essa referência a sentimentos é motivo para dúvidas a respeito do carácter científico do conhecimento produzido. Nesse sentido recomenda-se ao investigador sempre fazer crítica do dado, averiguar a veracidade dos documentos e da fonte de informação. Completa Chizzotti (2003) que, em especial, com o método de observação participante, a pesquisa qualitativa adquire maior vigor perante a coleta de dados e a interpretação significativa que sobressai o conhecimento supresso por uma conceção unitária de pesquisa. Assim, em consonância com outras ferramentas metodológicas, a entrevista suplanta o inquérito. A sensibilidade da interpretação sobrepuja a leitura estática das amostragens quantitativas.

Subsequente Martins (2004) sublinha que a investigação em sociologia tem como característica a diversidade de métodos e de técnicas, além de métodos de explicação. Assim, através do estudo das ações sociais individuais e coletivas, o método qualitativo privilegia, quase sempre, da análise do microprocessos. Porém, constitui-se numa outra crítica os problemas técnicos relacionados à coleta, ao processamento e à análise dos dados no âmbito da metodologia qualitativa. Nesta arena os críticos apontam para a problemática na coleta de informações, na medida que ela depende da confiança estabelecida entre o investigador e o investigado.

Neste contexto um quarto ponto importante das críticas diz respeito à suposta impossibilidade de os resultados de uma pesquisa com base na metodologia qualitativa, nomeadamente os estudos de caso, servirem de base para generalizações. Tais críticas, segundo Ollaik e Ziller (2012: 232), só seriam válidas a partir do paradigma quantitativo, porquanto, *“em pesquisas qualitativas, a intenção não é generalizar, mas sim descrever, analisar, buscar compreender.”* Nesta perspectiva, a validade estaria relacionada com a coerência interna da investigação. Para Martins (2004) para fazer-se uso do método qualitativo exige-se que o investigador afirme a sua responsabilidade intelectual através de um tipo de trabalho artesanal, notório além do aprofundamento da análise, *i.e.*, para a liberdade intelectual.

Para Ollaik e Ziller (2012) a pesquisa qualitativa pode ser aferida e validada em três momentos distintos. O procedimento de validade prévia relaciona-se à fase de formulação da pesquisa. Nesta fase pode-se validar quando apresenta-se na formulação características de correspondência entre a pesquisa e a realidade mesmo quando uma amostra é constituída pelo investigador e definida de diversas formas. Todavia, para Yin (2001) importa, sobretudo, que a investigação se apresente como um caso crítico, único e, se possível, revelador. O que Stake (1995) completa ao frisar que a investigação deve abordar um fenómeno original e, ao mesmo tempo, analisá-lo como um sistema circunscrito cujas partes são integradas.

Um segundo momento de validação, para Ollaik e Ziller (2012), processa-se pela validade interna dirigida a fase de desenvolvimento da investigação. Explicam os autores que neste contexto, uma abordagem contíguo às origens positivistas seria o da lógica, embora predomine um enfoque mais qualitativo ligado a ética, interação, comportamento, responsabilidade e coerência. Nesta fase Yin (2001) e Stake (1995) salientam que o investigador deve focalizar fenómenos sociais complexos, preservando as características holísticas dos eventos da vida real.

Por terceiro a validade externa referente à fase dos resultados em que se pode observar *“tanto a validade quantitativa como poder de generalizações e predições, quanto a validade qualitativa como poder de compreensão e transformação”* (Ollaik e Ziller, 2012: 238). Descreve Yin (2001) que nesta fase, em estudos exploratórios, após ter-se em atenção as fases precedentes, é pertinente aprofundar a perceção de um fenómeno pouco investigado, identificando-se categorias de observação ou, mesmo, levando-se à geração de hipóteses para estudos subsequentes.

5.4. CONSTRUÇÃO DO MODELO DE ANÁLISE

Essa secção tem a finalidade de apresentar o modelo de análise a partir dos objetivos que se pretende atingir no intuito de atender às questões de partida deste projeto de estudo, já definidas no Capítulo 1 desta dissertação. Além disso, apresentar as hipóteses de pesquisa. Neste contexto, os principais objetivos partem do ponto de vista do apuramento dos fatores que favorecem ou não as OTS serem inovadoras, sua natureza, comportamentos mais frequentes e eventuais diferenças de OTS, parâmetros que nos permitiram mapear o domínio da geração do processo da inovação social e o seu impacto no DLS.

5.4.1. OBJETIVOS EM INTERFACE COM AS PERGUNTAS DE PARTIDA

Destarte o modelo de análise, guia desta investigação, tem como pano de fundo o objetivo pervagado com as perguntas de partida, os principais conceitos e os autores mais pertinentes, identificados na revisão da literatura *cf.*, Quadro 16, *infra*.

Quadro 16. Síntese do quadro teórico

Conceito-chave	Base do conceito	Principais autores
Desenvolvimento local sustentável	O local enquanto espaço de parcerias, criação, inovação e dinamização ecossocioeconómico protagonizado pelo tecido societal.	Antonio Vázquez Barquero, Bernard Vachon, George Benko, Ignacy Sachs, José Arocena, José Luis Coraggio, Maria João Santos, Rogério Roque Amaro.
Terceiro Sector	Novas formas de organização inovadora e propícias à gestão democrática e coletiva no contexto do terceiro sector.	Benoît Lévesque, Jean-Louis Laville, J.M. Carvalho Ferreira, José Luis Coraggio, José Luis Monzón, Lesler Salamon, Raquel Franco, Rogério Roque Amaro, Sílvia Ferreira.
Inovação Social	Novas interpretações sobre a inovação social e suas relações no tecido societal. Novas abordagens e práticas de inovação social para promover e fortalecer o desenvolvimento local sustentável.	Diana MacCallum, Frank Moolaert, Geoff Mulgan, Isabel André & Alexandre Abreu, Jacques Nussbaumer, Jaume Albaigès, Jean-Marc Fontan, Juan-Luis Klein, Julie Cloutier, Marie Bouchard, Robin Murray.

Fonte: Elaborado pela autora

Como já anotado algumas vezes, este estudo analisa o processo de geração de inovação social em organizações do terceiro setor enquadradas no distrito de Aveiro, tendo particularmente em conta o compromisso com o desenvolvimento local sustentável.

Os objetivos que se desenvolvem a seguir foram identificados com base na revisão da literatura realizada sobre DLS, terceiro setor e inovação social (*cf.*, Quadro 16, *supra*) assim, permitindo responder às questões de partida, formuladas no início desta dissertação. Por conseguinte, a investigação dirige-se com duas questões que se entrecruzam com os objetivos e que são expostas no modo a seguir.

- 1) Identificação das OTS inovadoras e comprometidas com as políticas de DLS de acordo com a definição já estruturada e de acordo com uma listagem de fatores percecionados, relativo aos conceitos-chave, sua natureza, comportamentos mais frequentes e eventuais diferenças de OTS. Diante disso a análise se configura em duas dimensões, sendo que nestas dimensões analisar-se-á respetivamente:
 - a) Dimensão interna
 - Identificar os fatores internos que caracterizam as OTS inovadoras e comprometidas com o DLS.
 - Identificar os fatores internos que potencializam o processo de ideias e criatividade geradas em OTS e que tem por resultado a geração de inovação social.
 - Identificar os fatores internos que restringem a geração de ideias e criatividade em OTS.
 - b) Dimensão externa
 - Identificar o local enquanto espaço de parcerias, criação, inovação e dinamização ecossocioeconómica.
 - Identificar os fatores externos que potencializam o processo de ideias e criatividade originadas em OTS e que tem por resultado a geração de inovação social.
 - Identificar os fatores externos que restringem a geração de ideias e criatividade em OTS.

- 2) Identificação do impacto das OTS inovadoras, fortalecimento para o DLS através da comparação de diversos documentos oficiais públicos, relatórios de contas das OTS e da percepção entre os diversos atores sociais. Neste contexto a análise é feita em duas dimensões conforme se expõe a seguir:
 - c) Dimensão interna
 - Identificar os constructos de inovação social e a sua incidência para nova forma de OTS propícias à gestão coletiva.
 - Identificar novas abordagens de inovação social e se essas novas abordagens catalisam as OTS e propagam o DLS.
 - d) Dimensão externa
 - Identificar novas abordagens e práticas de inovação social como produtos das OTS e o seu processo de catalisador no DLS.
 - Identificar novas interpretações de inovação social e suas relações no tecido social.

Uma vez tendo-se enquadrado as perguntas de partidas no cenário das dimensões internas e externas, constrói-se a seguir os conceitos-chave fundamentados pelo estudo bibliográfico nesta tese.

5.4.2. CONSTRUÇÃO DOS CONCEITOS

Segundo Quivy e Campenhoudt gerar uma problemática é ao mesmo tempo explicar o quadro conceptual da investigação. Não implica somente descrever o referencial teórico, mas também determinar os conceitos-chave e as relações que eles têm entre si, *cf.*, Quadro 17, mais à frente. Para os autores é “*construir um sistema conceptual adaptado ao objeto da investigação*” (Quivy e Campenhoudt, 2003:101).

Para a delimitação do conceito partiu-se de um conceito sistémico que, segundo Quivy e Campenhoudt (2003) é caracterizado por ser ...

(...) construído por raciocínio abstrato – dedução, analogia, oposição, implicação, etc. – ainda que se inspire forçosamente no comportamento dos objetos reais e nos conhecimentos

anteriormente adquiridos acerca destes objetos. Na maior parte dos casos, este trabalho abstrato articula-se com um ou outro quadro de pensamento mais geral, a que chamamos paradigma (Quivy e Campenhoudt, 2003:125).

Desse modo, neste projeto de investigação, de forma a refletir a perspetiva política assumida, adotou-se, com base nos autores expostos no Quadro 17, a seguir, a definição dos conceitos de desenvolvimento local sustentável, terceiro setor e inovação social, abaixo transcritos.

Quadro 17. Definição dos Conceitos

Conceito	Definição	Autores
Desenvolvimento local sustentável	Consiste no progresso de iniciativas de base territorial que mobiliza o tecido societal a procurar e assegurar soluções de problemas mediante ações inovadoras que produzem sinergias entre os atores sociais para satisfazer as necessidades, a valorização e a promoção da diversidade da vida coletiva local respeitando a relação homem/natureza.	António Vázquez Barquero, Bernard Pecqueur, Bernard Vachon, Denis Maillat, George Benko, Giacomo Becattini, Gioacchino Garofoli, Ignacy Sachs, José Arocena, José Luís Coraggio, José Reis, Maria João Santos, Paul Houée, Philippe Aydalot, Rogério Roque Amaro.
Terceiro Sector	É formado por um conjunto de iniciativas organizacionais privadas com interesse público que podem estar associadas à utilidade social. Suas atividades apoiam e/ou produzem bens e serviços em contexto de cooperação e solidariedade, reinvestindo o excedente dentro de um princípio altruísta, com pressupostos de criatividade e inovação, orientados para mudar uma situação social local insatisfeita.	Benoît Lévesque, Carlo Borzaga, Jacques Defourny, Jean-Louis Lavelle, J.M. Carvalho Ferreira, José Barea, José Luís Coraggio, José Luís Monzón, Lesler Salamon, Louis Favreau, Raquel Franco, Rogério Roque Amaro, Rui Namorado, Sílvia Ferreira.
Inovação Social	É uma nova resposta socialmente reconhecida na conceção de produtos, métodos, estratégias, conceitos e atividade técnica de intervenção endógena ou exógena capaz de criar valor e introduzir mudanças duradouras para atender as necessidades sociais de todos os tipos até então não supridas pelos atuais sistemas públicos ou organizacionais privados.	Diana MacCallum, Frank Moolaert, Geoff Mulgan, Isabel André & Alexandre Abreu, Jacques Nussbaumer, Jaume Albaigés, Jean-Marc Fontan, Juan-Luís Klein, Julie Cloutier, Marie Bouchard.

Fonte: Elaborado pela autora

Além da definição desses conceitos, apresenta-se as principais hipóteses teóricas que se irá testar no estudo empírico realizado nas organizações do terceiro setor, nomeadamente associações e cooperativas circunscritas no distrito de Aveiro.

5.4.3. HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO

Apresenta-se a seguir as principais hipóteses subjacentes ao nosso modelo de análise e que estão relacionadas com os objetivos definidos anteriormente.

H₀: As OTS são potencializadas à inovação quando o local se caracteriza como agente inovador e espaço de parcerias, redes de sociabilidade.

Indicadores: Infraestrutura local; estrutura produtiva das OTS local; interação das OTS com atores locais, regionais e nacional; interação com instituições de pesquisa/Centros de ensino/Universidades; interação com outras instituições local, regional, nacional, internacional (associações, cooperativas, sindicatos, órgãos públicos, agencias de desenvolvimento local).

H₁: O terceiro setor apresenta novas formas de organização propícias a criatividade e inovação social, e estas OTS desempenham papel relevante na dinamização do DLS.

Indicadores: Novas formas de divisão e coordenação do trabalho; formas de trabalho democráticas e inclusivas; desenvolvimento da autonomia dos atores sociais; corresponsabilidade; qualificação da mão de obra local; melhoria da qualidade de vida dos atores sociais.

H₂: As inovações sociais geradas nas OTS fomentam a autossustentação do terceiro setor.

Indicadores: Formas de cooperação entre as empresas ao nível local (consórcios de compras e de exportação; informações sobre mercados, fixação de marca local (IGP, DOP); capacitação das empresas nos processos produtivo dos vários segmentos e de inovação em produtos, inclusive *design*²¹⁴, quando for o caso, qualidade no processo de produção ao longo da cadeia produtiva e nos produtos.

²¹⁴ Idem nota de rodapé 193.

H₃: As OTS inovadoras fomentam novos empreendimentos sociais e fortalecem o local ecossocioeconomicamente.

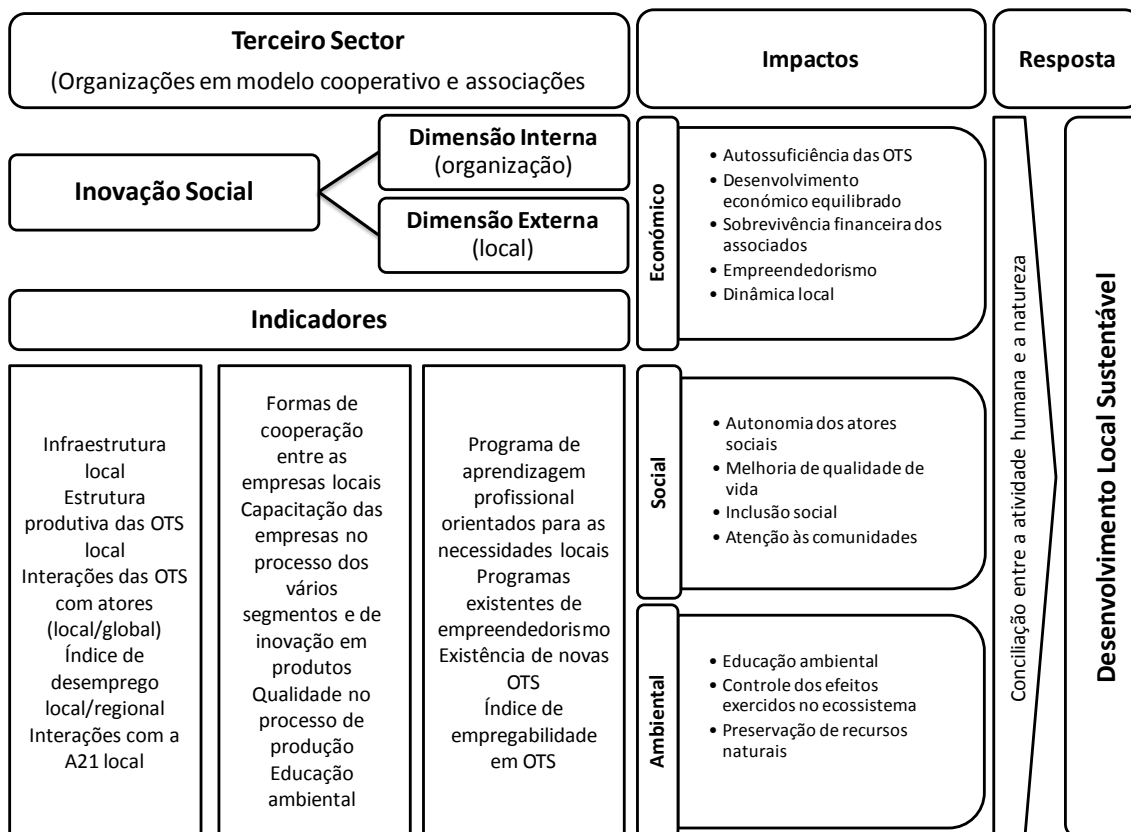
Indicadores: programas de aprendizagem profissional orientados para as necessidades locais; programas existentes (ou já implementados) de empreendedorismo, com ou sem apoio de órgãos públicos de financiamento; existência de novas OTS; índice de empregabilidade em OTS local; índices de desemprego local e regional.

5.4.4. MODELO DE ANÁLISE

O modelo de análise constitui a junção de peças que giram no mesmo eixo entre a problemática fixada nessa investigação e o trabalho de elucidação sobre o campo de análise delimitado. O trabalho exploratório objetiva ampliar o ponto vista de análise e travar conhecimento com os autores que foram analisados e revistos na literatura (capítulos 2, 3 e 4) concomitantemente, adquirir novas ideias. Para os autores Quivy e Campenhoudt (2003:109) depois que se define o problema é necessário esclarecer estas ideias, explorá-las o melhor possível e assim realizar um estudo exploratório de forma precisa com os fenómenos concretos. É necessário que essas ideias sejam esclarecidas de modo prático e simples para que se conduza o trabalho da recolha e análise de dados científico, tanto pelo método da observação quanto da experimentação.

O modelo de análise é assim composto por definição dos conceitos-chave que formam a espinha dorsal dessa pesquisa e pelas hipóteses que se articulam entre si, formando um quadro de análise coerente (Quivy e Campenhoudt, 2003:118). A construção do conceito parte de uma criação abstrata que visa dar conta da realidade, mas somente o essencial dessa realidade. Consiste também em definir as diversas dimensões que o constituem. Por conseguinte, as dimensões relacionam-se com os indicadores que procede com a medição.

Figura 15. Modelo de análise



Fonte: Elaborado pela autora

Uma vez com a estrutura do modelo de análise desenhada, faz-se a seguir as considerações pertinentes aos estudos qualitativos que foram tomadas em relação a posposta de metodologia desenvolvida neste trabalho.

5.5. CONSIDERAÇÕES PERTINENTES AOS ESTUDOS QUALITATIVOS

Com uma base teórica reforçada, conforme já descrita nas secções anteriores, respetivamente sobre o estudo de caso e a pesquisa qualitativa, faz-se aqui as anotações pertinentes que se tomou em relação a construção dos casos que serão expostos mais à frente. Diante disso, importa ressaltar que antes de se constituir a amostra de investigação qualitativa atentou-se para alguns rigores referente a este tipo de método. Seguindo a orientação dos autores já estudados, o nosso trabalho de investigação

mereceu atenção redobrada com relação a três fatores que podem invalidar a aceitação do estudo como contribuição ao desenvolvimento do conhecimento no campo das ciências sociais, nomeadamente na área da sociologia económica e das organizações.

O primeiro fator que se teve em atenção relaciona-se com o grau de subjetividade das interpretações, por se tratar de estudos cuja natureza privilegia a interpretação e a interação do investigador com o próprio objeto de estudo. Neste âmbito, os estudos qualitativos podem empobrecer-se caso sejam considerados como mera descrição do ponto de vista do ambiente do pesquisador. Portanto, a partir do momento que a investigação é efetuada empiricamente, *i.e.*, no campo, atentou-se para uma interpretação imparcial dos ambientes das OTS, mas com zelo nos intentos deste estudo. Esta postura poderá ser verificada no decorrer da descrição dos factos em que se obedeceu com rigor os fenómenos e as situações pelas quais se vivenciou nos ambientes das OTS. Assim, para que o rigor fosse estabelecido elaborou-se um desenho de pesquisa comportando toda a descrição oriunda da observação desta investigadora nos ambientes dos estudos de caso. Recordar-se que o levantamento de dados foi conciliado nas categorias obtidas pelo estudo da parte teórica, mas também pelas observações da pesquisadora. Estas duas condições – teoria e observações –, segundo Yin (2001), permitiram construir o estudo de caso, subsequentemente a construção do conhecimento.

O segundo fator refere-se a generalização e isto se deve porque o estudo não tem perfil estatístico. Desse modo, a contribuição reside na identificação da singularidade dos casos analisados para a reflexão geral, ampliando-se a todas as organizações do campo de estudos em organizações do terceiro setor. Com atenção especial para não incorrer nesse problema, adotou-se o procedimento de escolha orientada pelos ensinamentos de Patton (2002). A escolha das organizações para se elaborar os estudos de caso foram feitas por processo de indicação mediante as entrevistas semiestruturadas com pessoas com notório saber, investigadores especialistas, conhecedores das áreas do terceiro setor, inovação social e desenvolvimento local em Portugal. Segundo Patton (2002) esta opção de escolha da amostra valida a pesquisa porque são casos selecionados com o contributo de especialistas no assunto, e assim podem cooperar e distinguir um perfil médio da

amostra. A nossa conduta será mais bem explicada na apresentação do desenho da pesquisa, principalmente quando se constituiu a amostra de casos para esta investigação.

O terceiro fator implica a contribuição do trabalho para o conhecimento. Neste caso é a interpretação e a construção de sentido do investigador que forma a base da pesquisa qualitativa. Diante disso, é importante não deixar dúvidas sobre a relevância do resultado do trabalho científico para outrem. O cuidado relativo com a contribuição ao conhecimento partiu de duas possibilidades durante a definição do desenho da pesquisa, nomeadamente a originalidade e a autenticidade. Primeiro fez-se um levantamento em teses publicadas e não se encontrou evidência de outro trabalho sobre as potencialidades e limites da geração de inovação social em OTS, estando estas em compromisso com o DLS, e elaborado em Portugal. Então pode-se dizer que a proposta de conhecer as potencialidades e os limites da geração de inovação social, aliada ao desenvolvimento local sustentável, em organizações do terceiro setor, é uma ideia de investigação original. A questão da autenticidade, como está expressa nos estudos de Golden-Biddle e Locke (1997), é a segunda possibilidade do resultado desse trabalho contribuir ao conhecimento. Desse modo planeou-se um trabalho de pesquisa capaz de unir a teoria à prática. A oportunidade para a parte *in loco* da investigação foi concedida no momento em que se aplicou a técnica de observação aliada as entrevistas semiestruturadas com os atores-chave nas OTS. Assim, como salientam Golden-Biddle e Locke, teve-se condição de descrever os eventos no ambiente das organizações e complementá-los com as descrições das emoções e dos incidentes nesses ambientes. Isso tudo com objetivo de elevar a autenticidade dos estudos de caso, fazendo-se, ainda, uma intercalação com o material teórico aliado a experiência de campo.

Desse modo acredita-se que a escolha pelo estudo qualitativo não invalidou a atenção aos aspetos que aumentam a autenticidade, a legitimidade e a originalidade da contribuição do conhecimento. Esta proposta foi a de construir um estudo interpretativo da realidade das organizações do terceiro setor. Como também se assume o compromisso de que o material que foi levantado obedeceu as técnicas de pesquisa que favorecem a coleta, a sua codificação e a interpretação, sendo o comportamento que se espera de um estudo qualitativo.

5.6. O TRABALHO DE CAMPO

A unidade de observação proposta para esta investigação é a organização, a organização do terceiro setor. A população estudada é a organização do terceiro setor em sistema de associação ou cooperativa, com perfil inovador, demarcada na região de Aveiro. O instrumento de pesquisa configura-se como estudo de caso múltiplo (Yin, 2001) composto 3 OTS, nomeadamente por 2 associações e uma cooperativa, seguindo-se os ensinamentos de Alard-Poesi e Maréchal (2003), como estudo de caso interpretativo. Consoante orientação dada por Stake (1995), este estudo interpretativo investiga, de modo a buscar o que é geral e o que é específico em cada uma das OTS que compõem os estudos de caso, as potencialidades e os limites no processo de geração de inovação social compromissada com o DLS.

5.6.1. DEMARCAÇÃO DO CAMPO GEOGRÁFICO DE ANÁLISE: O DISTRITO DE AVEIRO

O distrito de Aveiro, cuja capital é Aveiro, pertence a Região Centro²¹⁵, Portugal Continental. Possui uma área territorial de 2.808 km² (14.º maior distrito português) e uma população residente de 714.247 habitantes²¹⁶, segundo dados do INE (Censo de

²¹⁵ Compreende, integralmente, os distritos de Coimbra, castelo Branco e Leiria, a maior parte dos distritos de Viseu, Aveiro e Guarda, cerca de um terço do distrito de Santarém e a parte norte do Distrito de Lisboa. Limita a norte com a Região Norte, a leste com a Espanha, e a sul com o Alentejo, a sudoeste a região de Lisboa e a oeste com o Oceano Atlântico. A região Centro, corresponde, territorialmente, à antiga província da Beira. É geralmente dividida em duas grandes regiões distintas: a Beira Litoral, correspondente aos distritos de Aveiro, Coimbra e Leiria, e a Beira Interior, que compreende os distritos de Viseu, Guarda e de Castelo Branco. Esta divisão territorial corresponde as normas do Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu do Conselho de 26 de maio de 2003. O Regulamento instituiu uma Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS), *cf.*, <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2003:154:0001:0041:PT:PDF>

²¹⁶ O distrito apresenta uma ténue taxa de crescimento efetivo da população e índice de envelhecimento dos mais baixos de toda a região Centro.

2011)²¹⁷. Este distrito é formado por 19 concelhos distribuídos por quatro sub-regiões portuguesa, como se refere a seguir:

- Sub-região do Baixo Vouga: Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos. Estes municípios estão enquadrados na Grande Região Metropolitana de Aveiro.
- Sub-região do Douro e Vouga: Arouca, Espinho, Oliveira dos Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra. Estes concelhos pertencem a Grande Área Metropolitana do Porto.
- Sub-região do Baixo Mondego: somente com o município de mealhada²¹⁸.
- Sub-região do Tâmega: somente o município de Castelo de Paiva,

O distrito de Aveiro, geograficamente, localiza-se, numa extensão abaixo dos 100m de altitude, caracteriza-se por uma planície costeira com cerca de 40 km de largura, na parte sul do distrito. A sua paisagem de planície distingue-se pela Ria de Aveiro²¹⁹ e os rios da bacia hidrográfica do Vouga. Entretanto duas são as unidades territoriais singulares dessa paisagem: a Ria e as Dunas/Pinhal²²⁰, “*unidades que lhe conferem uma grande diversidade, quer no âmbito paisagístico, quer ecológico e cultural*” (Simão e Ribeiro, 2011a:2). Para oriente e para norte, o relevo do distrito de

²¹⁷ Cf., Instituto Nacional de Estatística (INE). Censo de 2011, disponível em - http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0005889&contexto=pi&selTab=tab0

²¹⁸ Pertenceu a sub-região do Baixo Vouga até 2008.

²¹⁹ “A Ria de Aveiro é considerada o acidente geomorfológico mais importante a norte da Serra da Boa Viagem, classificada como Zona de Proteção Especial, trata-se de um delta interior construído por areias de aluvião provenientes do rio Vouga, com uma paisagem típica de zonas lagunares, um povoamento ordenado ao longo das vias estruturantes tradicionais (ria e canais) e ao longo dos eixos rodoferroviários. As atividades piscatórias e de transformação do pescado, de extração de sal e a produção agrícola são as atividades tradicionais mais características desta unidade” (Simão e Ribeiro, 2011: 2). Segundo os autores, a Ria de Aveiro ocupa uma área com cerca de 4.600 hectares e abrange os municípios de Aveiro, Estarreja e Albergaria-a-Velha.

²²⁰ “De características litorais, esta unidade apresenta uma paisagem homogénea com grandes cordões litorais dunares e vegetação junto a esses cordões com grandes extensões de floresta litoral (que atinge a sua maior extensão a sul do Mondego, em especial no pinhal de Leiria). Intimamente associados ao espaço da ria de Aveiro, os cordões litorais são espaços de grande pressão de ocupação e onde se têm produzido as maiores transformações de uso, associado ao desenvolvimento urbano e balnear das áreas costeiras” (Simão e Ribeiro, 2011: 3).

Aveiro se torna acidentado, com serras, *e.g.*, Buçaco – 549m, Arestal – 830m, Arada – 1.071m e Freita – 1.085m, e se estende até à serra de Montemuro, a nordeste. A região possui um clima temperado, de características mediterrâneas (invernos suaves e chuvosos e verões secos, mais ou menos quentes)²²¹. Com uma paisagem típica de zona lagunar, o litoral do distrito de Aveiro é arenoso, com um cordão dunar que separa as águas da ria de Aveiro do mar.²²²

Este é um território de grande valor agrícola e ambiental do qual depende um grande número de agricultores famílias (cerca de 4.000 explorações agrícolas) e onde se podem encontrar importantes ecossistemas que são suporte de várias espécies, algumas das quais protegidas, integrando a Rede Natura 2000 – Zona de Proteção Especial da Ria de Aveiro (Simão e Ribeiro, 2011: 3)

O Distrito de Aveiro é considerado como uma região dinâmica, nomeadamente a região do Baixo Vouga, que apresenta a maior densidade populacional e industrial de todo o Centro de Portugal (CCDR, 2012). O tecido produtivo local tem uma larga tradição industrial, com uma tendência exportadora e um considerável grau de abertura ao exterior, “*contribuindo com cerca de metade das exportações da Região Centro*” (GAMA/UA, 2008: 13).

(...) é uma região que, no contexto nacional, tem tido um desempenho relativo claramente positivo no que respeita às questões da competitividade económica (...). A presença de empresas inovadoras e orientadas para mercados internacionais, da Universidade de Aveiro, de autarquias locais dinâmicas e de um quadro saudável de relações interempresariais e interinstitucionais estão na base não só da explicação do

²²¹ Todavia o Distrito é significativamente influenciado pelo oceano Atlântico e pela laguna de Aveiro. Deste modo, os invernos são suaves com temperaturas amenas na faixa litoral, mas moderadas à medida que se avança para o interior. A temperatura média de inverno é de 10°C, podendo, chegar, na zona interior, a temperatura mínima em -3°C. No verão a temperatura média da região é de 19°C, podendo a máxima chegar a temperatura de 36°C na faixa litoral.

²²² Cf., Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro, disponível em: www.regiaodeaveiro.pt

desempenho positivo a que se aludiu mas também da constatação de um forte potencial de desenvolvimento a que urge criar melhores condições para a sua total concretização (CEIDET/UA, 2006: 9).

As atividades industriais da região de Aveiro representam 32% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) da sub-região e 7% do VAB industrial do país, consoante dados relativos ao ano de 2009, publicados por Simão e Ribeiro (2011a: 36). Segundo os autores, o Produto Interno Bruto (PIB) da região equivale a 3,4% do total nacional e a 18,2% do total da região Centro (*ibidem*). Relativamente ao PIB *per capita* a preços correntes da sub-região, em 2009 era de 14,3 milhares de euros, que segundo Simão e Ribeiro (2011a: 36) este valor encontrava-se abaixo da média nacional de 15,8 milhares de euros, mas com leve acréscimo quando comparado ao da região Centro, de 13,2 milhares de euros. O Baixo Vouga representa cerca de 7,3% dos fluxos do comércio internacional em Portugal e 19% do comércio internacional da região Centro, segundo anotações de Simão e Ribeiro (*ibidem*), referente ao ano de 2009.

Com base nos dados revelados pelo trabalho de Simão e Ribeiro (2011a), relativamente ao emprego, em 2009, 125 mil indivíduos desenvolvem a sua atividade económica no Baixo Vouga, o que corresponde a 3,4% do emprego total do país. A atividade económica mais representativa está relacionada à agricultura, produção animal e silvicultura, que juntas representam 14,5% do total de empregados. Esses percentuais distanciam-se do comércio de retalhos (6,8%), a construção civil (6,3%), o comércio por grosso (5,9%) e a educação (5,4%). Todavia, as atividades industriais representam cerca de 31% do emprego total do Baixo Vouga, equivalendo o total de 31 mil indivíduos. Neste contexto destacam-se as atividades industriais nas áreas de *i*) fabricação de produtos minerais não metálicos (17,4%), *ii*) fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos (17,3%), *iii*) indústrias alimentares e das bebidas (9,5%) e *iv*) fabricação de máquinas e equipamentos (8,4%) (Simão e Ribeiro, 2011a: 36). Além dessas informações, os autores anotam que as atividades relevantes são as industriais metalúrgicas de base e produtos metálicos (36%); as indústrias alimentares e das bebidas (14%); indústria da madeira e da cortiça (10%); fabricação de produtos minerais não metálicos (7%); indústria têxtil (6%) (Simão e Ribeiro, 2011a: 36).

Esta sub-região caracteriza-se pela industrialização difusa (Pires, 1986). As indústrias do setor secundário e terciário concentram-se no município de Aveiro. Águeda fica em segundo lugar em números de empresas no sector secundário, mas se sobrepõe em número de empresas no sector primário. As atividades agrícolas, sobretudo a pecuária na produção do gado para leite e piscicultura, no decorrer do tempo, foram ultrapassadas pela atividade industrial. Mas ainda há algumas atividades marítimas, *e.g.*, os estaleiros navais de S. Jacinto, as conservas e/ou a seca do Bacalhau. Mas ainda existem atividades tradicionais ligadas à pesca e a extração do sal, *e.g.*, a pesca da xávega, constituindo para algumas famílias a principal fonte de rendimento. Na Ria de Aveiro desenvolve-se aquicultura na produção de peixes e da produção de moluscos. Entretanto, em Aveiro a extração do sal é relevante, o sal é ainda considerado o *ex-líbris* da cidade de Aveiro. O sal está ligado a identidade cultural, que no passado exerceu papel preponderante na economia local, declinando com o passar do tempo, ainda tem em si diversas potencialidades, *e.g.*, no setor turístico e todas as atividades correlacionadas.

Neste contexto as atividades económicas da região concentram-se nos seguintes *clusters*:

- *Cluster* Agroindustrial:
 - Micro, pequenas, média e grandes empresas:
 - Produção de leite e derivados, a conservação e transformação de produtos hortícolas e da pesca e a produção do sal.
 - Micro e pequenas empresas:
 - Doçaria tradicional com destaque para a produção de Ovos Moles de Aveiro (IGP) e o pão-de-ló de Ovar.
- *Cluster* Pesca/Aquicultura:
 - Médias, pequenas e grandes empresas:
 - Indústria de seca e congelação de bacalhau importado²²³.
 - Indústria de pescados.

²²³ “Aveiro é o porto base da pesca longínqua de Portugal” (Simão e Ribeiro, 2011: 39).

- Aquacultura.
- *Cluster Cerâmica:*
 - Médias e grandes empresas:
 - Indústria de barro branco: azulejos e produtos refratários, artigos cerâmicos de uso doméstico, de ornamentação e sanitário.
- *Cluster Madeira/Papel:*
 - Média e grandes empresas:
 - Produção de pasta celulósica branqueada e papel *kraft*.
 - Instituto de Investigação da Floresta e Papel.
- *Cluster Automóvel:*
 - Pequenas e médias empresas:
 - Fabrico de componentes de caixas de velocidade.
 - Fabrico de peças estampadas e em componentes para veículos e carrocerias.
 - Fabrico de cablagens, e cablagens centradas em fibra ótica.
- *Cluster de Equipamentos:*
 - Pequenas e médias empresas:
 - Equipamentos de uso doméstico ou para hotelaria e restauração.
 - Automação e robótica.
 - Equipamentos nos domínios da construção, da energia, biocombustíveis e energia elétrica.
- *Macro cluster Habitat:*
 - Pequenas e médias empresas:
 - Fabrico de produtos metálicos.
 - Fabrico de ferragens e guarnições e de torneiras
 - Fabrico de mobiliário metálico para escritório.
 - Fabrico de cadeiras para escritório.
- *Cluster Comunicação/Informação:*
 - Pequenas, médias e grandes empresas:

- Indústria de telecomunicações.
- Produção de *software* para o setor empresarial.
- Produção de componentes bobinados, comandos à distância para eletrónica de consumo, fonte de alimentação e câmaras e sistema de vigilância.
- Antenas parabólicas.

No campo dos recursos humanos a sub-região do Baixo Vouga revela-se pela existência de indicadores acima da média nacional e da região do Centro nos níveis mais básicos das qualificações académicas, *i.e.*, ao nível do analfabetismo e da escolaridade obrigatória. Entretanto, com indicadores abaixo da média nacional para os níveis de ensino secundário e superior (Simão e Ribeiro, 2011a: 47). A taxa de analfabetismo é cerca de 6% da população; 13% da população não detém qualquer nível de ensino; 60% da população detém no máximo o 3.º ciclo do ensino básico; 14% detém o ensino secundário e apenas 9% concluiu o ensino superior (*ibidem*). Diante deste cenário, o percentual de indivíduos matriculados no ensino profissional é superior a média nacional e similar a da região Centro, dados referentes ao ano letivo de 2008/2009 (Simão e Ribeiro, 2011a: 47).

A sub-região do Baixo Vouga é contígua a sub-região do Entre Douro e Vouga que está localizada na parte Norte do Distrito de Aveiro. Pode-se dizer que existe uma complementaridade económica entre as duas sub-regiões. A proximidade e integração territorial entre essas sub-regiões comprovam-se pelo facto de dois municípios do Entre Douro e Vouga, Vale de Cambra e Oliveira de Azeméis, terem feito parte da Grande Área Metropolitana de Aveiro até 2007 (Simão e Ribeiro, 2011a). Do ponto de vista económico, estas regiões se complementam porque alguns setores de especialização, com suas unidades industriais, fazem-se presentes em ambos espaços/territórios, *e.g.*, os produtos metálicos e máquinas e equipamentos, do *habitat* e das TIC. Em Vale de Cambra há um polo fabril de equipamentos para as indústrias dos lacticínios, bebidas, para química e petroquímica (Simão e Ribeiro, 2011a).

É na sub-região do Entre Douro e Vouga que se encontra a produção de madeira e de cortiça, cujas empresas possuem elevados níveis de especialização nesta área, bem

como no fabrico de equipamentos, moldes para plásticos e couro, produtos de couro. Nesta área de atividade destacam-se os municípios de Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis e São João da Madeira, com maior peso económico. As atividades no fabrico de calçados (Santos, 2001), produção de cortiça, e nos produtos metálicos e máquinas lideram as exportações no país. Acrescenta-se a essas atividades a importância de algumas redes de competências associadas aos setores industriais de especialização, *e.g.*, a Rede de Competências em Polímeros, integrando-se a empresas privadas e a Universidade de Aveiro. “*Algumas unidades de investigação da Universidade de Aveiro assumem papel preponderante no desenvolvimento de projetos inovadores em áreas de relevo para o local e o país*” (Artur da Rosa Pires, 2012).²²⁴

Existem grandes diferenças entre os municípios do Entre Douro e Vouga, sendo que a área mais dinâmica é industrial correspondente aos concelhos da faixa ocidental, *i.e.*, o eixo urbano constituído por Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis e São João da Madeira. O município de Vale de Cambra caracteriza-se por ser uma área de intermediação, com interações entre a dinâmica e processos muito heterogéneos – rural/urbano – que se mesclam o modo de vida urbano/industrial como o rural (Simão e Ribeiro, 2011b). Em contraponto aparece o município de Arouca²²⁵, com povoamento mais disperso, menores densidades populacionais e uma dinâmica industrial menos evidente. A parte ocidental regista grandes crescimentos populacionais, porém o último setor regista pouca variação a nível demográfico (GAMA/UA, 2008).

A sub-região Entre Douro e Vouga, em 2009, apresentou como PIB a preços correntes o valor de 3,5 mil milhões de euros, que significa o percentual de 2,1% do total nacional. As atividades industriais desse espaço/território representaram cerca de 45% do total do VAB, este percentual equivale a 6,3 do VAB industrial nacional (Simão e Ribeiro, 2011b: 138). Essa sub-região apresentou, em 2009, o PIB *per capita* a preços correntes de 12,1 milhares de euros, o que significa um valor abaixo da média

²²⁴ Dados colhidos na entrevista feita por esta investigadora com o Professor Doutor Artur da Rosa Pires, em outubro de 2012.

²²⁵ Considerado pelo Programa Nacional de Política e Ordenamento do Território (PNPOT) um espaço/território rural, onde o processo de urbanização configura-se nos centros urbano e o resto do território sofre elevado processo de despovoamento. A paisagem é marcada pela ocupação agroindustrial, sobretudo o município de Arouca (Simão e Ribeiro, 2011b: 134).

nacional que apresenta 15,8 milhares de euros (*Ibidem*). Em 2010, o percentual relativo à intensidade exportadora do Entre Douro e Vouga representou 48% do PIB da sub-região, e 6,5% dos fluxos do comércio internacional em Portugal (Simão e Ribeiro, 2011b: 138).

Em 2009, cerca de 100 mil indivíduos desenvolviam a sua atividade económica no Entre Douro e Vouga. Este numeral corresponde a 2,7% do emprego total no território português. Na área do emprego, a indústria do couro e de produtos de couro aparece em primeiro lugar 33% do total do emprego industrial. Em segundo lugar, com 21%, a indústria da madeira e cortiça. Por terceiro com 9% as indústrias da base e de produtos metálicos. As atividades terciárias representam 44% do emprego total do Entre Douro e Vouga (Simão e Ribeiro, 2011b: 138). No Entre Douro e Vouga a indústria exportadora é o setor com maior número de trabalhadores.

Neste Contexto grandes empresas, no campo da especialização industrial, coexistem com pequenas e médias empresas (PMEs). Os maiores níveis de especialização incidem nas indústrias da madeira e de cortiça e suas obras, a indústria de plástico e a indústria do couro e de produtos de couro (Simão e Ribeiro, 2011b: 140). Segundo os autores “*a predominância destes setores deve-se ao elevado peso que assumem nos municípios de Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis e São João da Madeira*” (Simão e Ribeiro, 2011b:140).

Neste contexto as atividades económicas da sub-região concentram-se nos seguintes *clusters*:

- *Cluster Couro*²²⁶:
 - Grandes, médias e pequenas empresas.
 - Produção de calçados
- *Cluster Cortiça*²²⁷:

²²⁶ A cooperação empresarial é dinamizada pelo Centro Tecnológico do Calçado que fortaleceu o *cluster* em torno da endogeneização de novas tecnologias, inovação e produção novos modos de organização (Simão e Ribeiro, 2011b). Esse *cluster* contribuiu no desenvolvimento de outras PME, *e.g.*, produção de equipamentos industrial para o mercado interno e a exportação.

- Grandes, médias e pequenas empresas.
 - Produção de rolhas de cortiça.
 - Produção de novos materiais (composição de cortiça e polímeros).
 - Produção de artigos de cortiça.
- *Cluster* Plástico:
 - Grandes e médias empresas
 - Produção de moldes plásticos e plásticos técnicos para o setor automóvel.
 - Produção especializada de moldes para a indústria de plásticos.
 - Fabrico de produto em plástico ou borracha para o setor automóvel, para a indústria e para equipamentos médicos e utilizações hospitalares.
 - Fornecedores especializados da indústria de moldes.
- *Cluster* Equipamentos:
 - Grandes e médias empresas
 - Produção de equipamentos para as indústrias de laticínios, bebidas, química e petroquímica.
 - Produção de louças e eletrodomésticos.

Apesar da diversidade de atividades económica, o capital humano dessa sub-região apresenta baixos níveis de escolaridade quando comparado com o país. Havia, em 2009, no Entre Douro e Vouga um elevado índice de população de analfabetos, cerca de 7%. Em 2007, cerca de 74% dos trabalhadores por conta de outrem detinham, no máximo, o 3.º ciclo do ensino básico e somente 8% possuíam o ensino superior (Simão e Ribeiro, 2011b: 144). Em 2008/2009 cerca de 7 mil estudantes desse espaço/território frequentavam o ensino secundário, sendo que 11% desses estudantes estavam inscritos em cursos profissionais de Nível 3. Neste mesmo ano, cerca de 350

²²⁷ Esse *cluster* é fortalecido pelo Centro Tecnológico da Cortiça. Diversos projetos de inovação, financiados pela Agência de Inovação Portugal, envolvem empresas de artigos de cortiça no desenvolvimento de novos materiais e de conceção de novos equipamentos (Simão e Ribeiro, 2011b).

estudantes frequentavam os cursos de ensino tecnológico, esse numeral equivale a 6% dos alunos inscritos no ensino secundário (Simão e Ribeiro, 2011b: 145). Em 2009/2010, a taxa de escolarização do ensino superior foi de 2,5%, o que representa a taxa mais baixa do país (30,6%).

Os dados mencionados requer da sub-região Entre Douro e Vouga importantes desafios associados a *i*) capacidade de incitar a qualificação do capital humano; *ii*) valorizar e maximizar a localização geográfica privilegiada do local; *iii*) fomentar novas atividades económicas (Simão e Ribeiro, 2008: 155). Diante disso, novos projetos, infraestruturas e atividades²²⁸ decorrem imbuídos em reforçar a competitividade desse espaço/território. Consubstancia-se, neste âmbito, o papel da ADRIMAG no desenvolvimento de projetos dirigidos para os micro e pequenos e médios empreendimentos, *cf.*, Caixa 1, como exemplo.

Caixa 1. Valorização económica de recursos endógenos

Ações estratégicas da ADRIMAG nas sub-regiões Entre Douro e Vouga e do Baixo Vouga.

As Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC) é um conjunto coerente e estrategicamente justificado de iniciativas integradas num Programa de Ação (EECPA), provindas dos Programa Operacionais do QREN, mas com a materialização de um instrumento de política horizontal. As iniciativas das EECPA tem por objetivo fomentar iniciativas de inovação, a qualificação ou a modernização de um agregado de empresas com uma implantação espacial de expressão nacional, regional ou local, que fomentem, de forma estruturada, a emergência de economias de aglomeração através da cooperação e do financiamento em rede, entre as empresas e entre estas e outros atores relevantes para o desenvolvimento dos setores a que pertencem e dos território em que se localizam (QREN, 2008: 1, ART. 2.º).

Neste contexto surge as estratégias de valorização económica de base territorial, nomeadamente, Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE), destinado a estimular projetos, assentes numa EECPA concebida por um consórcio formado por entidades públicas e privadas, representativas de uma região. O PROVERE é um instrumento de política dirigido, especialmente, para os espaços de baixa densidade, com o objetivo de fomentar a sua competitividade através da dinamização de atividades de base económica (bens e serviços), inovadora e alicerçadas na valorização de recursos endógenos, com sustentabilidade e com a preocupação de geração de efeitos de irradiação noutras atividades (efeito motor), contribuindo, deste modo, para criar condições para a fixação renovação da população (Ribeiro e Proença, 2008: 14).

A Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira (ADRMAG) lidera diversos projetos no âmbito do PROVERE, consubstanciados por uma EECPA na zona de intervenção da ADRIMAG. A refira EECPA tem por base a valorização económica dos recursos endógenos, associados aos Rios Paiva e Vouga, através da atividade turística. Tendo em conta o enquadramento ambiental do território, busca-se desenvolver outras oportunidades de negócio, nas áreas da ecologia, ciência e tecnologia, como é o caso das energias renováveis/ alternativas. Além do desenvolvimento do turismo e animação desportiva e cultural, a aposta da EECPA incide no apoio às iniciativas que promovam a implementação de novas formas de produção, armazenamento, distribuição, promoção e comercialização de produtos locais, *e.g.*, a produção de mirtilo e dos pequenos frutos, criação de imagem de marca do território e alternativas, infraestruturas de apoio às atividades turísticas (ADRMAG, www.adrimag.com.pt).

Fonte: QREN (2008: 1, Art. 2.º), Ribeiro e Proença (2008: 14) e www.adrimag.com.pt

²²⁸ Para mais informações, *cf.*, Simão e Ribeiro (2011b: 151).

As ações de valorização dos recursos endógenos, localizadas nas sub-regiões Entre Douro e Vouga e do Baixo Vouga, definem-se como um contributo estratégico para a promoção do desenvolvimento socioeconómico e territorial sustentável do Distrito de Aveiro. São ações cujo maior peso recai nos pontos desfavorecidos do espaço/territorial, assim a prioridade incide na coesão local e urbana, abrangendo a regeneração do capital físico urbano, do capital natural e a requalificação do capital humano, compromissadas com o DLS.

Com o mesmo propósito de desenvolvimento local sustentável, características das sub-regiões Entre Douro e Vouga e Baixo Vouga, o município de Mealhada integra o conjunto de concelhos que compõem o distrito de Aveiro. Mealhada localiza-se na parte sul do Distrito e desde 2008 passou a fazer parte da sub-região Baixo Mondego. O espaço/território de *“Mealhada está inserido numa faixa periurbana que se constitui por importante eixo de desenvolvimento urbano-industrial Coimbra – Aveiro”* (PDMM²²⁹, 2013: 6).

Mealhada, com uma população de 20.428 habitantes²³⁰, desfruta de uma localização geográfica privilegiada na região Centro, com elevado potencial endógeno. Possui excelente infraestrutura rodoviária com vias que facilitam o trânsito interno urbano, rural e nacional. O município é atravessado por caminho-de-ferro do Norte e da Beira Alta, constituindo a estação de Papilhosa um nó ferroviário importante. Apesar da sua localização interior, dista a poucas horas dos mais importantes aeroportos do país. Além disso, possui vários equipamentos que oferecem diversos serviços da administração pública (PDMM, 2013).

A base da economia de Mealhada funda-se no setor terciário, nomeadamente na indústria do turismo, *e.g.*, Termas do Luso, Mata Nacional do Buçaco e na Gastronomia especializada em leitão e produção de vinho. Além disso há indústria no setor das bebidas, na metalomecânica, na cerâmica, na hotelaria. O parque industrial de Viadores

²²⁹ Plano Director Municipal da Mealhada.

²³⁰ Cf., Instituto Nacional de Estatística (INE). Censo de 2011, disponível em - http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0005889&contexto=pi&selTab=tab0

é um projeto de sucesso económico, e por já se encontrar esgotado em termos de ocupação, a autarquia iniciou o parque industrial da Pedrulha. Este Parque Industrial tem por objetivo ser um *“polo dinamizador do tecido empresarial do concelho, dentro da política de equilíbrio ambiental, seguida pelo executivo e que tem em primeiro plano o fator poluente, como condição de instalação”* (Câmara Municipal de Mealhada, *cf.*, www.cm-mealhada.pt). Ademais, outros polos industriais estão em estudo: de Barcouço e de Barrô.

Segundo dados do PDMM (2013: 41), com base nos dados do INE, em 2011, da população residente, 66% estava empregada no setor terciário, nomeadamente com a atividade turística termal (Luso), e de restauração²³¹. Esses dados são confirmados por Simão e Ribeiro (2011: 83). Segundo os autores, em 2009, o Baixo Mondego foi a sub-região do Centro que apresentou o maior percentual de população ativa empregada no setor terciário, 67%. Além disso, todos os municípios que compõem esse espaço/território apresentaram valores superiores a 50% de indivíduos empregados no setor terciário (*ibidem*). Por conseguinte, em Mealhada, 32% da população residente trabalhava no setor secundário e somente 2% da população estava empregada no setor primário, segundo dados do PDMM (2013: 41).

Relativamente ao capital humano, *“cerca de 19% da população não tem qualquer nível de ensino e que a maioria da população de Mealhada tem somente o nível básico (57%)”* (PDMM, 2013: 23). Destarte, Mealhada apresenta indicadores de qualificação dos recursos humanos abaixo da média da região Centro. Dados de 2011 revelam que, *“quanto aos demais níveis de ensino apenas 12,5% alcançou o secundário e 10% da população concelhia possui o ensino superior”* (PDMM, 2013: 23-24). De acordo com o Censo de 2011, a taxa de analfabetismo era de 4,73% da população, valor positivo quando comparado com a região Centro (6,39%) (PDMM, 2013: 24).

Em ponto extremo ao município de Mealhada está o concelho de Castelo de Paiva, o mais distante da sede do distrito de Aveiro, situado na extrema faixa litoral Norte. Este concelho é tradicionalmente rural, com características próprias que o

²³¹ Cf., www.cm-mealhada.pt

afastam do litoral e o aproximam mais do interior, possui 16.733 habitantes, segundo Censo 2011 (INE).²³²

Castelo de Paiva ainda sofre de um tímido desenvolvimento. Até meados da década de noventa a economia do município era composta, basicamente, pelo setor primário. A agricultura e a extração mineira eram as principais atividades económicas. Atualmente, o tecido empresarial, apesar de possuir potencialidades importantes na indústria transformadora, *e.g.*, indústria da madeira e do mobiliário, não tem conseguido se inserir nas cadeias globais de valor que participa. Entretanto, o *cluster* da madeira e do mobiliário é o mais bem-sucedido em Portugal, com elevados índices de especialização regional (Simão e Ribeiro, 2011).

Além disso, a indústria metalomecânica, revela um nível de especialização regional relevante, em especial, na fabricação de produtos metálicos para o setor da construção. Neste contexto inclui-se, ainda, as pequenas e médias empresas na área do calçado, têxtil, da marroquinaria, da construção de *roulottes* e autocaravanas com sobrelevada importância para o desenvolvimento local.²³³ Contudo, no que respeita à estrutura dimensional das empresas, 92% são unidades de microempresas, sobretudo de base familiar e artesanal (Simão e Ribeiro, 2011: 76).

Castelo de Paiva possui uma população com baixo nível de escolaridade. Segundo dados do Censo de 2011 (INE)²³⁴, da população residente, segundo o nível de instrução mais elevado completo, 11.233 indivíduos tem o nível básico, 1.424 possuem o nível secundário, 116 pessoas o nível pós-secundário e 750 o nível superior. Neste contexto, Simão e Ribeiro (2011: 80), referem-se que, na sub-região do Tâmega, “*em cada 100 indivíduos com idade entre os 18 e os 24 anos cerca de metade não concluíram a escolaridade obrigatória*”. Para os autores o nível de escolaridade da população revela uma situação de gravidade para todos os municípios da sub-região.

²³² Cf., Instituto Nacional de Estatística (INE). Censo de 2011, disponível em - http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0005889&contexto=pi&selTab=tab0

²³³ Cf., www.cm-castelo-paiva.pt

²³⁴ Cf., nota de rodapé n.º 230.

Comentam Simão e Ribeiro (2011: 80) que “o nível de instrução de cerca de 84% dos trabalhadores por conta de outrem não ultrapassa o 3.º Ciclo do ensino básico”.

O distrito de Aveiro apresenta fortes diferenças na dotação de fatores produtivos e ritmos de desenvolvimento local. Essas diferenças representam uma concentração de concelhos integrados, num espaço/território específico, durante um horizonte temporal significativo, o que facilita a criação de um conjunto de condições que potenciam a competitividade. Neste contexto, pode-se dizer que os municípios que integram essa área geográfica, limitando as possibilidades de um desenvolvimento baseado numa lógica de integração em rede, refletem algumas dinâmicas desse espaço/território.

Desta análise pormenorizada, observa-se que a região de Aveiro apresenta uma dinâmica diversificada na indústria e comércio, reconhecida no contexto português pela potencialidade do local além das possibilidades de desenvolvimento implícito nos produtos e serviços de qualidade tanto industrial quanto agropecuária, pesqueira e de turismo. No seu campo industrial encontra-se empresas de metalomecânica, papel e celulose, cerâmica, etc., e as suas mais importantes produções agrícolas consistem em cereais, frutas legumes e vinhos.

Complementa este cenário o artesanato em cerâmica e a gastronomia, tudo isso dentro de um contexto natural e singular perante o seu relevo de extensa planície banhada pela Ria de Aveiro, qualidades que representam uma oportunidade para DLS. Portanto, concluída a demarcação do campo geográfico, o conjunto de OTS que compõe a amostra de análise para os estudos está sediada nos concelhos de Arouca, de Aveiro, de Oliveira do Bairro e de Sever do Vouga. O critério de escolha e seleção da amostra que tem como sede estes concelhos descreve-se a seguir.

5.6.2. CRITÉRIOS DE ESCOLHA E SELEÇÃO DA AMOSTRA

Para se compor os estudos de casos ocorreram duas fases de trabalho de campo. A primeira fase teve o objetivo de identificar as publicações portuguesas no âmbito do terceiro setor, desenvolvimento local e inovação social com maior peso na área científica. Além disso, também se levantou quais as organizações de representação nacional na área deste trabalho. Esta primeira tarefa teve por finalidade gerar uma lista com nomes dos especialistas para compor o conjunto de informantes privilegiados com dois objetivos: o primeiro refere-se a indicação de uma OTS para compor a amostra de estudos de casos. O segundo teve por objetivo detetar com maior rigor a evolução dos conceitos relativamente às várias dimensões consideradas na análise.

Neste contexto, o critério de escolha e seleção da amostra obedeceu as orientações de Gil (2007) e Ventura (2007), com os seguintes passos:

- 1) Escolha dos informantes que compõem o conjunto de especialistas (informantes privilegiados).
- 2) Contato com os informantes.
- 3) Agenda de entrevistas.
- 4) Entrevistas com os especialistas e coleta de indicações de OTS no âmbito do objeto de análise da investigação.
- 5) Análise de informações sobre as OTS indicadas que compõem a amostra de estudos de caso múltiplos, buscando-se por casos típicos e seleção por casos extremos.

Neste sentido, construiu-se o conjunto de amostras²³⁵ pelo processo de entrevistas semiestruturadas com especialistas das áreas do associativismo, cooperativismo, desenvolvimento local, economia social, inovação social e terceiro setor. A seleção dos entrevistados seguiu o critério de liderança no cenário português, assim escolheu-se os académicos com maior expressão de publicações e investigação

²³⁵ O processo de seleção da amostra foi amparado na análise bibliográfica, consoante orientação dos principais autores, *cf.*, item 5.2. desta secção.

realizada na área do nosso objeto de análise. Com o objetivo de não comprometer a seleção de casos, optou-se por entrevistar também alguns informantes de notório saber, líderes de organizações federadas que representam as associações e as cooperativas portuguesas. À seleção prévia, acrescentou-se outras personalidades mediante a indicação daqueles que se entrevistava, *cf.* Tabela 9:415, mais à frente.

Todos os informantes selecionados para a entrevista, foram contactados por meio de uma carta enviada por correio eletrónico a partir de setembro de 2011. O primeiro retorno, referente a essa carta, aconteceu em dezembro de 2011, logo a seguir, iniciou-se o processo de marcação e o encontro para as entrevistas. Realizou-se nove entrevistas, de um total de dezoito académicos e líderes contactados, o que perfaz uma quota de 50% do conjunto de especialistas entrevistados. O universo de informantes privilegiados é composto por 6 professores investigadores de universidades diferentes e 3 líderes de OTS que representam as associações e as cooperativas portuguesas. As entrevistas foram gravadas²³⁶ e compõem um total de 15 horas e 39 minutos, *cf.* Tabela 9, mais à frente.

²³⁶ Este material está disponível para qualquer averiguação que se faça necessário, desde que respeitando-se o termo de ética no âmbito da investigação científica. Isto quer dizer que todo o material recolhido foi mediante o compromisso de ser considerado confidencial, sendo, portanto, o seu acesso restrito à investigadora e aos orientadores da investigação, exceto se houver autorização por parte dos entrevistados.

Tabela 9. Entrevistas realizadas com especialistas e líderes

Entrevistado	Atuação	Data	Local	Tempo
Sílvia Ferreira	Prof. Doutora da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra – FEUC Investigadora do Centro de Estudos Sociais – CES – FEUC. É <i>book review</i> editor da revista VOLUNTAS e membro da <i>International Society for Third Sector Research</i> e do CIRIEC – Portugal.	04/12/2011	FEUC/Coimbra	1h52 min.
Eduardo Graça	Presidente da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social – CASES. Secretário do Conselho Nacional de Economia Social – CNES.	10/01/2012	CASES/Lisboa	1h49 min.
Rogério Roque Amaro	Prof. Doutor do ISCTE – IUL, Instituto Universitário de Lisboa Membro do Grupo de Trabalho do CNES	16/01/2012	ISCTE/Lisboa	1h30 min.
José Manuel Jerónimo Teixeira	Presidente da Confederação Cooperativa Portuguesa – CONFECOOP Membro do Conselho do CNES	07/02/2012	Mútua dos Pescadores/ Lisboa	2h
João Carlos Silva Pinto	Presidente da Mesa da Assembleia Geral MINHA TERRA - Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local para o triénio 2010 – 2013, na condição de Coordenador da ADRIMAG – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira.	05/03/2012	ADRIMAG / Arouca	2h
Rui Namorado	Prof. Doutor da FEUC (Jubilado). Coordenador do Centro de Estudos Cooperativos e da Economia Social, CCECES – FEUC Integra a Comissão Científica da Economia Social e Cooperativa do CIRIEC – Internacional. Membro do Grupo de Trabalho do CNES.	18/09/2012	FEUC/Coimbra	1h30 min
Artur da Rosa Pires	Prof. Doutor da Universidade de Aveiro. Pró-Reitor da Universidade de Aveiro para a Intervenção Regional. Consultor da Presidência da República para a área da Ciência e Ambiente. Investigador do Centro de Estudos em Inovação e Dinâmicas Empresariais e Território – CEIDET – UA	22/10/2012	UA/Aveiro	1h30 min
José Manuel Henriques	Prof. Doutor do ISCTE – IUL Diretor do curso de Mestrado em Economia Social e Solidária, ISCTE – IUL. Integrou a equipa do programa Equal.	30/10/2012	ISCTE/Lisboa	1h 30 min
Pedro Hespanha	Prof. Doutor da FEUC. Investigador do CES – FEUC. Coordenador do Programa de Mestrado “Políticas Locais e Descentralização. As Novas Áreas do Social”, FEUC.	05/11/2012	FEUC/Coimbra	2h

Fonte: Elaborado pela autora

Todavia, para se dar início à fase da coleta de dados com os especialistas, fez-se o pré-teste mediante a aplicação de quatro entrevistas em que se usou o guião de entrevista semiestruturada. Essa etapa permitiu-nos adequar melhor o instrumento de coleta e, desse modo, iniciou-se efetivamente as entrevistas com os informantes privilegiados. Ainda, durante o pré-teste, analisou-se a forma como a pesquisadora enunciava as perguntas e as dificuldades de compreensão dos participantes, o que nos permitiu realizar alguns ajustes.

O guião de entrevistas é composto por uma breve contextualização do nosso objeto de análise. Antes de cada pergunta, anota-se um enunciado de publicações

daquele que será entrevistado, no sentido de aliar o ambiente de investigação do entrevistado com o objeto de nossa pesquisa. Diante disso, os enunciados são diferentes mas as perguntas são iguais para todos, modeladas em questões abertas num total de cinco tópicos. Esses tópicos se subdividem em nove questões- Por último se solicita ao especialista para indicar OTS, nomeadamente associações ou cooperativas, com perfil inovador demarcadas na região de Aveiro.

A solicitação ao especialista para fazer a indicação de uma OTS obedeceu o critério de amostragem por identificação de casos tipos, *cf.*, discutido por Patton (2002:236) como “*typical case sampling*” e por Ventura (2007), como anotado anteriormente. Recordar-se que a unidade de observação proposta por esta investigação é a organização, organização do terceiro setor, conforme está explícito na Figura 15, relativamente ao modelo de análise. A população estudada é a organização do terceiro setor em sistema de associação ou cooperativa, com perfil inovador e, nesse contexto, as potencialidades e os limites à geração de inovação social (*Cf.*, Figura 15, exposta anteriormente).

Ainda nesta primeira fase do trabalho de campo, após cada encontro com os informantes privilegiados, após cada entrevista, fez um relatório contendo pontos relevantes da entrevista e, a parte principal, a construção da lista de OTS para compor a amostra dos estudos de caso. Assim, a cada indicação de nomes de associações e/ou cooperativas, a tarefa seguinte compreendia em se fazer uma análise da empresa sugerida pelo especialista. Essa análise envolveu o levantamento de informações via sítio eletrónico da OTS e documentos de acesso ao público, *e.g.*, jornais locais, revistas técnicas e documentos científicos disponíveis em bibliotecas. Além desta análise pormenorizada sobre o perfil desejado da OTS, observou-se, sob um prisma ainda superficial, o seu impacto demarcado na região de Aveiro.

A medida que foi confirmando que o perfil da empresa indicada enquadrava-se no objeto dessa investigação, buscou-se contactar a OTS. Assim, por primeiro, fez-se um contacto por telefone com o objetivo de apresentar a nossa proposta de trabalho. Observou-se que nem todas as organizações estavam abertas a esse modo de contacto. Entretanto, no sentido de formalizar o contato e mostrar uma maior seriedade do

trabalho, enviou-se uma carta para todas as organizações que foram indicadas pelos especialistas solicitando uma entrevista com a pessoa responsável pela OTS. Esse processo foi o mais demorado e exigiu de nossa parte uma maior insistência, sendo que no primeiro momento obteve-se o retorno de uma associação. Sem se deixar intimidar pela omissão do contato, insistimos no contato com a OTS por alguns meses. Para tanto fez-se uso de várias abordagens. Repetiu-se as ligações telefônicas, fez-se o reenvio da carta reiterando o pedido para a entrevista. Todavia, foi-nos possível abordar o responsável pessoalmente em encontros da área em estudo²³⁷, o que surtiu um maior efeito e uma dinâmica de confiança entre as partes. Assim, foi-nos possível construir uma amostra para os estudos de caso com 2 associações e 1 cooperativa, conforme se lista a seguir:

- 1) Associação de Produtores de Ovos Moles de Aveiro – APOMA
 - a. Projeto de Indicação Geográfica Protegida (IGP) para um produto artesanal, nomeadamente o doce conventual, Ovos Moles de Aveiro.
 - b. Projeto de exportação dos Ovos Moles de Aveiro.
- 2) Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras Montemuro, Aradas e Gralheira – ADRIMAG
 - a. Projeto CRER (Criação de Empresas em Espaço Rural) projeto reconhecido enquanto “Boa Prática Nacional” enquadrado no “*Small Business act*”.²³⁸
 - b. Projetos de Cooperação Transnacional – EQUAL/EEC *european entrepreneurship cooperation* – parceria desenvolvida no âmbito do projeto JEMA financiado pelo PIC/EQUAL, a sua continuidade visa contribuir para a troca de experiências no âmbito da criação de empresas e do artesanato.
 - i. Mirtilos/*Blueberries* – o projeto *Benchmarking* de iniciativas inovadoras para a produção, comercialização e promoção do

²³⁷ No ano de 2012 comemorou-se o ano internacional do cooperativismo, portanto, diversos foram os encontros em formatos de seminários, *workshop*, reuniões e congressos realizados em pontos diferentes do país em que se pode participar na condição de convidada, conforme já se relatou nesta secção anteriormente.

²³⁸ Este projeto possui alguns prêmios, entre os quais, o de inovação social pelo EQUAL.

mirtilo é um projeto transnacional promovido pela ADRIMAG em parceria com a AGIM²³⁹ – Associação para a Gestão, Inovação e Modernização do Centro Urbano de Sever do Vouga, que reuniu diversos micros produtores em cooperação com a Mirtilusa – Sociedade de Produtores Hortofrutícolas, a *Arandano* Argentino da Argentina, a *The Greenery* da Holanda, a *Uruberry* do Uruguai e o *Agricultor Institute* da Eslovênia.

- 3) CALCOB – Cooperativa Agrícola dos Lavradores do Concelho de Oliveira do Bairro
 - a. Projeto modernização organizacional da empresa.
 - b. Projeto de produtos de IV Gama.

Tendo a configuração da amostra para os estudos de caso pronta, deu-se início à segunda fase do trabalho de campo, em março de 2012. A partir de então o processo ganhou dinamismo e as atividades encadearam-se uma a uma, *cf.*, descreve-se no Item 5.7, a seguir. Estes estudos foram elaborados com base na utilização de inúmeras técnicas de investigação. Procurou-se obter e cruzar um conjunto diversificado de informações, que se pretendem tão completas e fidedignas quanto possível. Todas as OTS listadas acima colaboraram no sentido de contribuir para o enriquecimento do conteúdo dos estudos de caso.

²³⁹ Anota-se que a AGIM integrava o nosso quarto estudo de caso como uma terceira associação. Nesta condição iniciamos a investigação tendo por objetivo analisar, no ambiente da AGIM – Associação para a Gestão, Inovação e Modernização (Sever do Vouga), a “Valorização dos recursos endógenos”. Neste âmbito: o Projeto que contribuiu para a afirmação da marca registada “Sever do Vouga: capital do Mirtilo” e o Projeto Bolsa de Terras. Infelizmente a pesquisa se desenvolveu num período que envolveu diversos obstáculos que implicaram diretamente na vertente do tempo por parte da pessoa responsável pela AGIM. Entretanto, regista-se o papel inovador desta Associação e o seu comprometimento no processo de desenvolvimento local sustentável.

5.7. PROCEDIMENTOS, CODIFICAÇÃO E ANÁLISE DO MATERIAL COLETADO

Para as entrevistas semiestruturadas elaborou-se um roteiro com questões abertas o que permitiu a obtenção de uma diversidade maior de informação, crucial para o objetivo do estudo. O foco da entrevistada está dirigido para o líder, responsável pela direção geral da OTS. Além das entrevistas nas organizações com os dirigentes, consoante indicações desses, foi-nos possível entrevistar também alguns responsáveis por setores estratégicos. As entrevistas, gravadas com anuência prévia dos entrevistados nas três organizações, somam um total de 20 horas de trabalho, acrescenta-se as horas de entrevistas mais a análise de 339 documentos levantados nos *mass media*.²⁴⁰ Todos os dados foram, por nós, interpretados e processados para compor os estudos de caso.

No âmbito da OTS, foi permitido analisar documentos internos e outras publicações exclusivas, sendo-nos possível anotar e juntar esses dados ao processo de análise. Completa-se este levantamento de dados com os Relatórios de Contas dos três últimos anos que cada organização nos cedeu. Juntou-se ao processo de recolha de informação da OTS documentos oriundos de pesquisa nas bibliotecas locais. Fez-se também um diário referente aos dias de visita efetuado em cada OTS amparado por um roteiro de itens de observações e recolha de dados para evitar a simples descrição dos fatos. Esse procedimento seguiu a orientação dos autores, *e.g.*, Bardin (2006) e Dezin e Lincoln (2005), cuja atenção tem por objetivo o rigor metodológico e a precaução com as questões de subjetividade, generalização e possibilidades de contribuição futura. O trabalho de campo decorreu no período de março de 2012 até julho de 2013.

²⁴⁰ A garantia de confiabilidade dos materiais recolhidos inclui os documentos, os registos das visitas, as gravações e transcrições das entrevistas. Toda a documentação que seja necessária analisar não tem que ser publicada, mesmo sob forma de anexo, tendo apenas que ser explicada em termos descritivos. O projeto salvaguardará o sigilo das informações recolhidas empiricamente, garantido o anonimato e a proteção de dados que a empresa julgue que não devam ser publicados e exteriorizados. Antes de qualquer uso da informação recolhida far-se-ão reuniões com os respetivos responsáveis, para esclarecer as intenções e o correto uso dos dados. Neste sentido segue-se a orientação tomada do mesmo modo por Piteira (2010: 7 do anexo 8).

Consoante as orientações de Bardin (2006), os textos oriundos das entrevistas gravadas foram transformados em dados; foram tratados para revelar categorias ou expressões-chave, cuja frequência na repetição mostrou um padrão de interpretação ou construção de sentido por parte do entrevistado. Esta tarefa centrou-se no objetivo geral desta investigação, tendo-se em conta as perguntas de partida que se entrecruzam, relativamente com as dimensões interna e externa de cada pergunta, *cf.*, descrição elaborada no Item 5.4.1, desta secção.

Neste contexto as categorias de análises do estudo dos três casos, apresentados nesta investigação, originaram de três momentos. Primeiro do levantamento bibliográfico; segundo, das entrevistas com os informantes privilegiados e da frequência nos diferentes encontros relacionados a comemoração do “Ano Internacional do Cooperativismo”; terceiro do trabalho realizado nas próprias OTS. Neste sentido, as questões relevantes nasceram da base teórica e da prática no campo, em igual grau de importância. As categorias de classificação do material empírico e os critérios de codificação surgiram a partir da interpretação dos factos, da interatividade com outros atores envolvidos nas OTS.

Após construir o *corpus* da investigação (Bardin, 2006), todo material coletado em texto, *e.g.*, transcrições de entrevista, informações dos *mass media*, recolha de documentos da organização, submeteu-os à análise de conteúdo. Essa técnica, que se fundamenta na análise de textos, é um concreto e operacional método de pesquisa. Assim, “*enquanto método, a análise de conteúdo é um conjunto de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens*”, especialmente em sociologia, explica-nos Bardin (2009: 28). Entre a técnica e a interpretação “*a análise de conteúdo se faz pela prática*”, completa a autora (2009:51).

Subsequente à exploração do material feito por nossa interpretação e inferência, fez-se a descrição analítica do *corpus* da pesquisa, *i.e.*, o tratamento dos resultados, a condensação e o destaque das informações para a análise (Bardin, 2005). Na condição de análise de texto, segundo Weber (1990), há diversos procedimentos possíveis, que têm em comum o objetivo de produzir inferências do contexto social a partir de um

texto, um foco. Explica o autor que essas inferências são os emissores da mensagem, o sentido da mensagem em si ou o público a quem a mensagem é dirigida. Segundo Bardin (2006), é um momento de intuição, da análise reflexiva e crítica em que se deve ter em mente alguns critérios com o *corpus* de pesquisa. Portanto, face aos critérios recomendados pela autora, teve-se o seguinte procedimento:

- Critério da exaustividade: procurou-se ter em conta todos os elementos dos diferentes *corpus*, em que se teve a atenção para que nenhum de seus elementos ficasse de fora. Assim, fez-se uma enumeração de todos eles em cada momento da investigação.
- Critério de representatividade: tomou-se o devido cuidado para que as amostras fossem as mais representativas do universo e fenómeno estudado. A seleção das OTS originou-se das entrevistas realizadas aos informantes privilegiados. Nas OTS recolheu-se os dados pelas entrevistas com os líderes da organização mais àquele por ele indicado.
- Critério da homogeneidade: buscou-se que as diversas fontes de informação nas OTS estudadas tivessem a maior homogeneidade possível no sentido de permitir, posteriormente, a comparação dos dados recolhidos.
- Critério da pertinência: tentou-se que as fontes de informação correspondessem, de todos os modos, aos objetivos de investigação propostas neste trabalho.
- Critério da exclusividade: Tomou-se o devido cuidado para que nenhum elemento fosse classificado em mais de uma categoria.

Segundo a autora, por mais que se deva respeitar as regras nas diferentes fases, não se deve considerar e trabalhar a análise de conteúdo como um modelo perfeito e rígido, porém fazer a investigação com o rigor da objetividade, da cientificidade e a riqueza da subjetividade. *“A técnica tem como intento ultrapassar o entendimento comum do subjetivismo e atingir a precisão científica necessária, mas não a rigidez que não condiz mais com os tempos atuais”* (Bardin, 2006: 105).

Portanto, com os dados bruto buscou-se codificar os dados. *“A codificação corresponde a uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão”* (Bardin, 2006: 103). Neste sentido, limitou-se a escolha de unidades de registo, *i.e.*, a unidade de significação a codificar, o conteúdo a considerar como unidade base. No caso das entrevistas, e pelo facto de serem semiestruturadas, optou-se por referenciar como unidade de registo as respostas a cada uma das perguntas realizadas, uma vez que estas foram formuladas de acordo com a operacionalização do modelo de análise (*cf.*, Figura 15 exposta anteriormente). No caso dos outros documentos optou-se pelo parágrafo.

A partir de então, a tarefa seguinte consistiu na categorização dos dados seguindo o nosso modelo de análise *cf.* Figura 15, exposta anteriormente, no item 5.4.4., desta secção. Essa tarefa teve o propósito de fazer o encontro entre o quadro teórico e o material proveniente da investigação de campo. Assim, cada categoria contém um conjunto de classificação em que se buscou esgotar as possibilidades de classificação do material levantado para análise de dados. Compôs-se o referencial de categorização de modo sistemático de comparação entre os dados, o quadro teórico e o trabalho de campo. Diante disso, defrontou-se com um conjunto de questões com o qual, na condição de investigadora, pode-se tratar os textos e obter respostas dentro de um tipo específico de alternativas, tendo como crivo dois parâmetros:

- Primeiro: o Quadro 16, relativamente a descrição da base dos conceitos-chave que norteiam esta investigação e que, a partir desse quadro, a estruturação das perguntas de partidas e as dimensões internas e externas, descritas no Item 5.4.1., desta secção.
- Segundo: o modelo de análise desta investigação (*cf.*, Figura 16, exposta anteriormente no item 5.4.4., desta secção).

O segundo parâmetro foi o mais importante nesta atividade e teve-se como base os fundamentos da análise de conteúdo, desse modo interpretou-se o texto categorizado à luz do referencial de codificação, constituindo-se numa seleção teórica incorporado ao objetivo da investigação.

Neste contexto o trabalho seguinte centrou-se na composição dos estudos de caso que se relata a seguir a conclusão síntese desta secção.

5.8. SÍNTESE CONCLUSIVA DO CAPÍTULO 5

Nesta secção se esclareceu o quadro metodológico e empírico que compõe esta investigação. Fundamentado no levantamento bibliográfico, justificou-se a opção pelo estudo de caso como um instrumento de pesquisa aplicada as ciências sociais. Seguindo a orientação dos autores estudados nesta revisão, nomeadamente a orientação de Yin (2001), esclarece-se que a opção de estudos de caso, para este trabalho, é por estudo de múltiplos casos conduzidos por uma abordagem qualitativa.

Neste contexto descreve-se a pesquisa qualitativa como um ponto fundamental no campo da sociologia, consoante justificação de Martins (2004) e Da Matta (1991). Apreende-se que no campo da sociologia o investigador trabalho imerso na subjetividade, com clareza de raciocínio e interpretação dos factos, mas sem neutralidade (Popper, 1975; Thiollent 2005). Estudou-se outros autores com o objetivo de se tomar todos os cuidados para com a aferição e validade da pesquisa qualitativa.

Apresenta-se o modelo de análise, guia desta investigação, tendo-se atenção com os objetivos em interface com as perguntas de partida, *cf.*, Figura 1, exposta no princípio deste trabalho. Assim, tendo como parâmetro a revisão da literatura, elaborou-se uma síntese do quadro teórico (*cf.*, Quadro 16, item 5.4.1.) com o objetivo de se *i)* identificar as OTS inovadora e compromissadas com as políticas de DLS relacionadas com os conceitos-chave da pesquisa; *ii)* identificar o impacto das OTS inovadoras no DLS. Para se atingir esses objetivos, explica-se que a análise se configura em duas dimensões: interna e externa às OTS.

A construção dos conceitos seguiu a orientação de Quivy e Campenhoudt (2003) exposta no Quadro 17, (*cf.*, item 5.4.2.). Além da definição dos conceitos, apresenta-se as principais hipóteses teóricas que serão tratadas no estudo empírico. O trabalho empírico tem por objetivo ampliar a visão de análise. Para se chegar ao campo de

investigação tem-se como guia o modelo de análise exposto na Figura 15 (*cf.*, item 5.4.4.). Nesta figura está em destaque o objeto de análise desta pesquisa, a organização, a OTS em modelo cooperativo e associações. Assim, o modelo de análise explícita que nas OTS se analisa o processo de geração da inovação social, cuja unidade de referência é a dimensão interna e externa. A Figura ainda relaciona os indicadores que serão verificados na pesquisa, bem como, classificou-se as áreas de impacto da inovação social: económica, social, ambiental. Como resposta aparece a conciliação entre a atividade humana e a natureza que pode, ou não, se configurar em compromissos com as políticas de DLS.

Sem descurar do compromisso de veracidade da investigação, apresenta-se algumas considerações pertinentes aos estudos qualitativos em que se descreve fase por fase dos cuidados que se tomou com relação a construção da amostra. Portanto faz-se uma justificação pormenorizada sobre a atenção que se tomou com relação aos três fatores que podem invalidar uma amostra: grau de subjetividade, generalização, contribuição para o conhecimento.

Esclarece-se sobre a demarcação do campo geográfico de análise, nomeadamente sobre o distrito de Aveiro, sendo este uma região de notável dinâmica na indústria e no comércio. Faz-se uma descrição com dados socioeconómicos sobre o espaço/território onde se insere as OTS que compõem a amostra de estudo. Além disso, explica-se o processo de escolha e seleção da amostra que é composta por duas associações: APOMA (Aveiro), ADRIMAG (Arouca) e uma cooperativa: CALCOB (Oliveira do Bairro).

Relata-se os procedimentos, codificação e análise do material coletado. O processo de coleta de dados decorreu com entrevistas, a análise de documentos e pesquisa nos *mass media*. A partir da análise de conteúdo dos dados enquadrados sob todos os critérios recomendados por Bardin (2006), construiu-se os estudos de caso que serão descritos um a um, nos tópicos a seguir.

Capítulo 6. Empirismo

Estudos de Caso

6.1. ESTUDO DE CASO 1 – ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE OVOS MOLES DE AVEIRO – APOMA

6.1.1. SÍNTESE INTRODUTÓRIA

O presente estudo de caso analisa a Associação de Produtores de Ovos Moles de Aveiro e, no seu âmbito, as potencialidades e os limites no processo de geração de inovação social. Portanto, no ambiente da APOMA, investiga-se:

- A certificação do primeiro produto artesanal de origem conventual a ser protegido na Comunidade Europeia, os Ovos Moles de Aveiro e o processo de geração de inovação social que o conduziu à Identificação Geográfica Protegida (IGP).
- Projeto de exportação dos Ovos Moles de Aveiro.

Diante disso, a análise revela como a inovação social, através de realizações e ações estruturadas, emerge como fator-chave para proporcionar soluções novas que contribuem para o desenvolvimento local sustentável. Constatou-se também que as ações de inovação social da APOMA, por meio de sua rede de sociabilidade, estimulam a reconstrução de novos modelos de organizações do terceiro setor e promoção do DLS. A APOMA exerce um certo protagonismo local, em que, difunde e promove o compromisso socioeconómico solidário e de educação ambiental.

6.1.2. CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRICO – APOMA

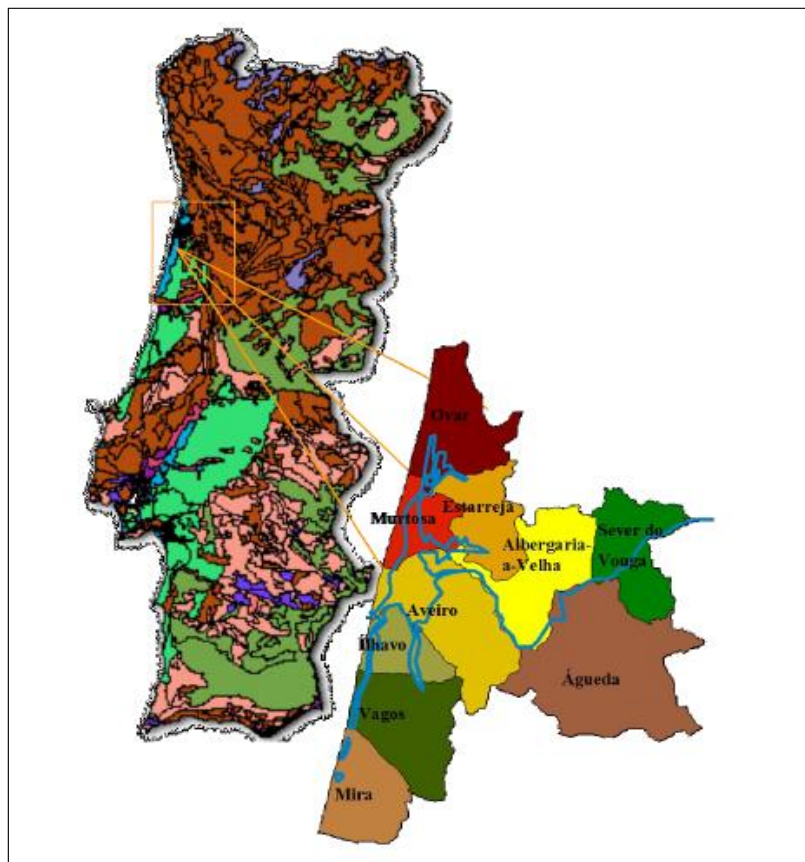
No final da década de noventa os produtores de Ovos Moles de Aveiro e a Confraria Gastronómica de São Gonçalo constataram que havia diversas adulterações do produto no mercado (Naia, 2009). Nesta época era impossível combater a fraude existente no território sob a proteção da lei ou mesmo sob outro tipo de amparo, seja pelo setor público ou privado.

Este facto incitou, em maio de 1998, as primeiras reuniões com um pequeno grupo de produtores de Ovos Moles de Aveiro, que são, em maior número, “agentes

económicos de pequena dimensão, sendo micro e pequenas empresas” (Naia, 2010: 21). O objetivo era o de encontrar uma solução para o problema que atingia o local em todos os seus setores e que fosse de interesse da comunidade produtora de Ovos Moles de Aveiro, narra-nos José Francisco Silva, Presidente da APOMA. *“Pode-se dizer que esse foi o início do processo para a certificação dos Ovos Moles de Aveiro, produto tradicional com 500 anos de história, o primeiro doce conventual certificado no espaço comunitário europeu”* (José Francisco Silva).

Os Ovos Moles de Aveiro, assim denominado no plural, cuja marca foi patenteada sem hífen e grafada em letras maiúsculas, é um doce característico da região de Aveiro, intrínseco a historicidade gastronómica dos municípios limítrofes e zonas lagunares adjacentes à Ria de Aveiro. Sendo eles: Águeda, Aveiro, Albergaria-a-Velha, Estarreja, Ílhavo, Mira, Murtosa, Ovar, Sever do Vouga e Vagos (Naia, 2009: 36), *cf.*, Figura 16, *infra*.

Figura 16. Concelhos limítrofes e zonas lagunares adjacentes da Ria de Aveiro



Fonte: APOMA (2012: 22)

Segundo informações de Naia (2010) e do Presidente da APOMA, os Ovos Moles de Aveiro, como produto tradicional de identificação de origem é consubstanciado por elementos que o comprovam:

- As matérias-primas originárias desta região;
- As características sensoriais e singulares, típicas do produto;
- As diferentes formas de comercialização deste produto. Apresentados em embalagens tradicionais, *e.g.*, as barricas de madeira, porcelana ou faiança pintadas com motivos alusivos à região de Aveiro, *i.e.*, barcos moliceiros, saleiros, palheiros de marinhas, salinas, farol da Barra. Podendo a massa ser elaborada em pequeninas poções, revestida por um delicado envoltório de obreia (hóstia), ser moldada em figuras alusivas ao ambiente marinho e/ou aos frutos secos. Ambos aspetos compõem o imaginário coletivo e cultural da região, *e.g.*, amêijoa, berbigão, búzio, peixe; noz e castanha, dois frutos oriundos de árvores autóctones desta região;
- A vocação natural ajuntada ao saber fazer dos atores que se dedicam há séculos a esta atividade produtiva, segundo uma receita transmitida de geração em geração;
- O registo socioeconómico e cultural ligado a este produto, à região e à forma de comercialização.
- Enquadrado em um espaço/território natural, dado que fora desta região delimitada as condições climáticas são bastante diferentes (APOMA, 2012: 22)

Prossegue o senhor Presidente da APOMA explicando-nos que o problema da produção fraudulenta dos Ovos Moles incidia diretamente em quatro áreas. Primeiro no âmbito económico, devido a contrafação do produto, ilegalidade nos contratos de trabalho, falta de condições de higiene e segurança, etc. Segundo no campo social relativo a qualidade do produto para a saúde, nomeadamente a salmonela. Terceiro no setor cultural por se referir a identificação tradicional do produto com a região. Quarto, no meio ambiente porque não havia controlo na cadeia produtiva. Foi daí que surgiu a ideia de “*proteção da genuinidade da receita (água, açúcar e gemas de ovos) e a forma*

tradicional da confeção dos Ovos Moles de Aveiro de acordo com o Regulamento (CEE) N.º 2081/92” (Naia, 2007: 16)²⁴¹.

Após algumas reuniões, este desafio ganhou força. Sensibilizou-se a Universidade de Aveiro, que conjuntamente com alguns produtores iniciaram o processo de qualificação dos Ovos Moles; a Direção Regional da Agricultura apresentou o caminho a seguir tendo em vista a proteção do Produto; a Associação Comercial Rota da Luz sentiu o alcance turístico do projeto e para tal contribuiu com o estudo da história dos Ovos Moles de Aveiro (Naia, 2007: 16).

Diante da ideia de proteger o produto, indagou-se: como certificar um produto agroalimentar desse género? *“O produto remonta ao século XVI e ao Convento de Jesus, é um doce artesanal típico da Região de Aveiro que, no decorrer do tempo, a receita foi passada oralmente no seio de algumas famílias, ao longo de várias gerações, mantendo métodos leiais e constantes”* (D. Silvina, produtora)²⁴². Consoante o presidente da APOMA *“por ser um produto tradicional de qualidade e notoriedade, o Ovos Moles de Aveiro adquiriu uma reputação que, pouco a pouco, ultrapassou as fronteiras do local de origem e, ademais, teve que confrontar-se no mercado com produtos fraudulentos”*. Ajusta-se a este cenário a abertura das fronteiras na comunidade Europeia. O mercado produtor local depara-se cada vez mais com o ambiente globalizado. Neste contexto, a própria Comunidade anteviu *“a necessidade de se ir mais longe para que cada país protegesse os nomes dos produtos das suas regiões, com a aprovação e reconhecimento na esfera da Comunidade Europeia e do Mundo”* (Naia, 2010: 11).

²⁴¹ Esclarece Naia que “para terminar com esta prática abusiva, a Comunidade Europeia criou em 1992 sistemas de proteção e de valorização dos produtos alimentares através do Regulamento (CEE) N.º 2081/92 do Conselho, de 14 de julho, relativo à Proteção das Indicações Geográficas (IG) e Denominações de Origem (DO) N.º 2082/92 do Conselho, de 14 de julho, relativo aos Certificados de Especificidade dos Produtos Agrícolas e Géneros Alimentícios” (Naia, 2010: 11). Esses Regulamentos foram revistos, revogados e substituídos pelo Regulamento (CE) 510/2006 e (CE) 509/2006 (*cf.*, CCE, 2006a e 2006b).

²⁴² Sobre este relato pode-se ver com maior detalhe – “Os Ovos Moles na Imprensa”, *cf.*, Aveiro, um blogue de e sobre Aveiro, por Jorge Ferreira, em: <http://soaveiro.blogspot.pt/2009/04/os-ovos-moles-na-imprensa.html> - além disso, ver também Maria da Apresentação da Cruz, Herds. Doce Tradicional (Desde 1882). *Cf.*, www.m1882.com

A Associação dos Produtores de Ovos Moles de Aveiro (APOMA) se formou por ser uma condição *sine qua non* atribuída pelos regulamentos da Comunidade Europeia para se qualificar e proteger um produto tradicional. Somente através do agrupamento de produtores e/ou transformadores de um mesmo produto com relevo na fileira produtiva se pode recorrer à qualificação e registo de um nome de um produto, género alimentício ou agrícola como Denominação de Origem Protegida (DOP), IGP ou Especialidade Tradicional Garantida (ETG). Essa condição está em conformidade com as regras específicas do Artigo 2º do Regulamento (CE) nº 1898/2006 da Comissão para o caso de uma DOP/IGP (DSFAA, 2008: 5)²⁴³. Além disso, nos regulamentos (CE) 509/2006 (ETG) e 510/2006 (IGP/DOP), bem como da política relativa a qualificação e registo dos produtos agrícolas de qualidade e a sua implementação na Europa (CCE, 2006a; CCE, 2006b).

A APOMA foi legalmente constituída em 4 de outubro de 2000 como uma associação de direito privado sem fins lucrativos e por tempo indeterminado. *“Tem por objeto o fomento e garantia da produção genuína de Ovos Moles de Aveiro e a defesa dos interesses comuns dos associados, quer ao nível da fileira da produção, quer da proteção legal que lhe for conferida”* (DRE, 2000: 26 366-(126)).²⁴⁴

A APOMA foi fundada por nove empresas produtoras de Ovos Moles e duas empresas produtoras de hóstias. Entretanto, desse total de onze empresas fundadoras, cinco empresas *“mantêm, inicialmente, o estatuto de Comissão Instaladora, representadas pelos seus legais proprietários”* (APOMA, 2004: 78). Associação de Produtores de Ovos Moles de Aveiro é uma organização do terceiro setor que, segundo o Regulamento Interno da associação, tem como móbil ...

²⁴³ Cf., Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Gabinete de Planeamento e Políticas, Direcção de Serviços das Fileiras Agro-Alimentares - DSFAA (2008). Procedimento Operativo – Qualificação e Registo de DOP 7 IGP 7 ETG. PO 002/DSFAA, edição nº 1, revisão nº 0 – 07/11/2008.

²⁴⁴ A APOMA foi constituída por escritura lavrada em 4 de outubro de 2000, no livro de notas para escrituras diversas n.º334-B, iniciada a fl. 107, do 1º Cartório Notarial de Aveiro. Cf., Diário da República Eletrónico, N.º 287 – 14 de dezembro de 2000, pp. 26 366-(126) – <http://www.dre.pt/pdfgratis3s/2000/12/2000D287S002.pdf>

(...) a salvaguarda da proteção do modo de produção e de comercialização do produto específico, Ovos Moles de Aveiro, no âmbito do processo comunitário de proteção deste nome geográfico com anterioridade e reputação própria, segundo descrito no seu estatuto (Capítulo I, do Objeto)²⁴⁵.

Uma vez constituída legalmente, a APOMA tornou-se a requerente da proteção comunitária do nome geográfico Aveiro para os Ovos Moles, como indicação Geográfica Protegida (APOMA, 2004: 78). É a entidade responsável por gerir a denominação Ovos Moles de Aveiro (IGP). Esta gestão inclui o controlo do processo de produção, juntamente com o Organismo Privado de Controlo Independente – em concreto, o Laboratório Análises Técnicas, Lda.²⁴⁶ e de comercialização. Esclarece José Francisco Silva que para produzir os Ovos Moles certificados “*o produtor tem que ter reunido algumas condições:*

- A unidade de fabrico tem que estar licenciada;
- Tem que fazer parte da área geográfica protegida;
- Solicitar à APOMA, de uma forma voluntária, que pretende certificar e proteger a sua produção de Ovos Moles”.

Neste ínterim, explica-nos o presidente da APOMA: “*Não é obrigatório ser associado da APOMA, tem é que pedir autorização para produzir o produto certificado*” (José Francisco Silva). Para se associar o produtor de Ovos Moles compromete-se com as normas de produção e comercialização definidas no “*Caderno de Especificações e Obrigações de Ovos Moles de Aveiro*” (APOMA, 2004). A jurisdição geográfica da APOMA abrange o concelho de Aveiro e os concelhos que com ele confinam delimitados pelos braços da Ria de Aveiro (*ibidem*), *cf.*, descrito anteriormente. “*Quem não estiver circunscrito nesta zona geográfica não pode produzir Ovos Moles de Aveiro certificados, entretanto poderão vendê-los*” (José Francisco Silva).

²⁴⁵ *Cf.*, Regulamento Interno da APOMA, Preâmbulo. Ver APOMA (2004).

²⁴⁶ SAGILAB, *cf.*, http://www.sagilab.com/organismo_certificacao.php

Consoante apontamento de Patrícia Naia a APOMA tem a missão de:

- “Mobilizar os associados para o entendimento das vantagens da defesa dos interesses comuns e proceder à gestão da IGP;
- Pugnar pela preservação da forma tradicional de produção dos Ovos Moles de Aveiro, que lhe confere autenticidade, bem como pela observância das normas comunitárias sobre higiene e sobre as condições de comercialização, transporte e exposição de produtos desta natureza;
- Promover e garantir a qualidade dos Ovos Moles de Aveiro a partir da verificação periódica e frequente da qualidade dos ingredientes e das massas bem como da avaliação das condições de higiene dos meios e técnicas adotados na produção, em conformidade com a melhor tradição de Aveiro;
- Promover o seu desenvolvimento através da dinamização de iniciativas nas áreas dos recursos humanos, do turismo e património, e apoio às atividades produtivas” (Naia, 2010: 70-71).

A missão da APOMA é de proteger. Promover e divulgar o produto – Ovos Moles de Aveiro. Além disso, a outra missão da APOMA é a importância social e histórica e o saber fazer das doçarias ao longo do tempo. *“Os agrupamentos possuem um papel vital na dinamização do espírito associativo para que o individual de cada produtor seja preterido em relação ao bem comum que é o património que o produto tradicional representa”* (Naia, 2010: 70).

A APOMA conta hoje com 42 associados, 36 produtores de Ovos Moles de Aveiro, dois fornecedores de hóstia, dois de ovos e mais dois associado de parceria. Está localizada no Concelho de Aveiro. A organização não possui estatuto de utilidade pública, é uma associação de direito privado sem fins lucrativos. O espaço territorial de intervenção da organização é a região de Aveiro, os nove concelhos delimitados pelos braços da Ria, *cf.*, já se anotou neste item.

6.1.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA APOMA

A APOMA é uma associação de direito privado sem fins lucrativos, enquadrada, segundo a legislação portuguesa, como uma organização do terceiro setor²⁴⁷. Na condição de OTS, a APOMA foi um dos elementos que compôs a “*Conta Satélite das Instituições sem fim lucrativo 2006 – projeto piloto*” (INE, 2011), mas também a “*Conta Satélite da Economia Social – 2010*” (INE, 2013).

Consoante a descrição do Regulamento Interno (APOMA, 2004:78), a estrutura orgânica da APOMA compreende os seguintes órgãos:

- Assembleia Geral
- Direção
- Conselho Fiscal

A estrutura organizacional da APOMA ainda compreende um Conselho Técnico-Científico, criado pelo Regulamento Interno (APOMA, 2004: 80), “*cujas funções visam fornecer diretrizes de carácter técnico que possam enquadrar as atividades de produção e comercialização dos associados da APOMA e dos eventuais produtores de Ovos Moles de Aveiro não associados da APOMA*” (*ibidem*). Esse Conselho, segundo o Regulamento Interno (APOMA, 2004: 80), tem como atribuições:

- “Reunir, a solicitação da Direção ou de uma maioria qualificada de associados em Assembleia Geral, de forma a emitir parecer técnico sobre os assuntos apresentados;
- Emitir parecer na organização de cursos de formação, palestras, concursos, feiras e exposições em que participem associados ou cujo objeto seja o produto Ovos Moles de Aveiro;
- Acompanhar a evolução técnico-científica do setor, propondo eventuais alterações a efetuar no caderno de especificações” (*ibidem*).

²⁴⁷ Cf., define-se o conceito de OTS descrito no Quadro 17, Capítulo 5 deste trabalho.

A Direção da APOMA é o órgão diretivo da Associação. Nesta condição, a Direção fiscaliza as atividades do Conselho Técnico-Científico, em caso de não cumprimentos das atribuições, pode excluir qualquer um dos elementos que o compõem. Assim, sob a superintendência da Direção, o Conselho Técnico-Científico é formado do seguinte modo:

- Um associado nomeado pela Direção.
- Presidente da Direção.
- Um membro da Direção;
- Um representante da Direção Regional de Agricultura da Beira Litoral (DRABL).
- Um representante do Departamento de Química da Universidade de Aveiro.
- Um jurista.
- Um representante de um organismo de defesa dos consumidores.

Além de ser o órgão superintendente do Conselho Técnico-Científico, “*a Direção pode deliberar a incorporação no Conselho Técnico-Científico de entidades públicas ou privadas, de reconhecido mérito social, cujo desempenho e atividades se coadunem com os fins prosseguidos pela APOMA*” (APOMA, 2004: 80).

6.1.4. O MODELO DE NEGÓCIO DA APOMA

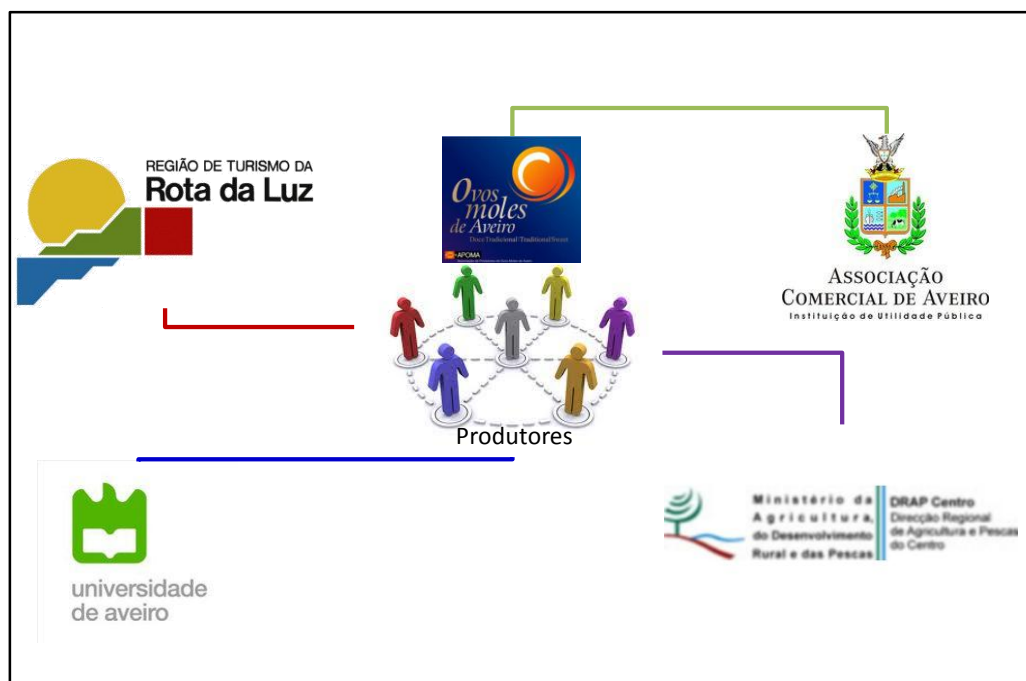
A Associação dos Produtores de Ovos Moles de Aveiro originou-se a partir da ideia de proteger a marca e a genuinidade da receita Ovo Moles de Aveiro. O modelo de negócio da APOMA, com duas áreas distintas, uma administrativa e outra técnico-científica, forma um conjunto de elementos e fatores que interagem entre si. Esse conjunto de fatores, em sistema de gestão democrática, define o propósito da associação ante a competência e as necessidades do mercado.

A partir da ideia de proteger com um selo de qualidade um produto de origem agroalimentar e de produção artesanal a APOMA criou valores para os seus associados,

bem como para as partes interessadas na produção e consumo de Ovos Moles de Aveiro. Intrinsecamente, o modelo de gestão democrática, o associativismo constituído de forma estruturada e unificada, tem vindo a corroborar para os diversos elementos que compõe a forma de negócio da APOMA. Sobejamente o associativismo reforça a competência de cada associado no mercado de produção de Ovos Moles de Aveiro.

Com o propósito de fortalecimento organizacional, o modelo de negócio da APOMA é consubstanciado pela tessitura de elos estabelecidos com instituições públicas e privadas (*cf.*, Figura 17, mais à frente). No princípio, relacionado ao primeiro objetivo da APOMA, a busca pelo selo de qualificação do produto, a rede de sociabilidade (*cf.*, Figura 17) firmou-se coesa e responsabilizou-se por uma série de tarefas de cunho administrativo e técnico-científico. Assim, a área administrativa direcionou as tarefas no campo da burocracia documental, organizou o levantamento histórico e sociocultural sobre os Ovos Moles de Aveiro e conceituou o meio económico e natural que o envolve.

Figura 17. Caracterização da rede de sociabilidade da APOMA



Fonte: Elaborado pela autora

De referir que a primeira etapa do trabalho técnico-científico foi iniciada em outubro de 1999. A Universidade de Aveiro deu partida aos estudos de caracterização

química, microbiológica e sensorial do produto e esse projeto foi desenvolvido por uma equipa multidisciplinar que o concluiu em novembro de 2001. O trabalho técnico-científico teve por objetivo a “*definição e caracterização química, microbiológica e sensorial do produto, com especial relevo para a ligação com a história e o saber fazer das doceiras ao longo do tempo*” (Naia, 2009: 36).

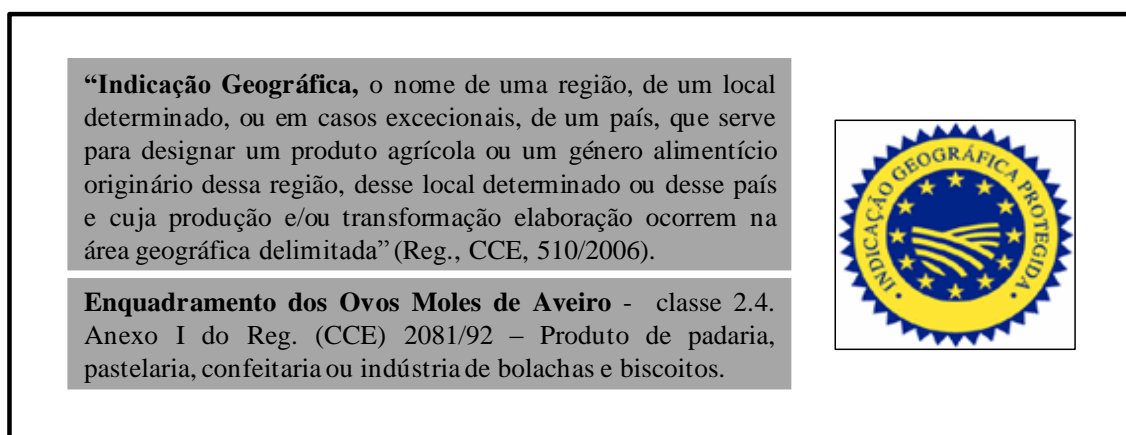
Desde então esta área está sob a liderança do professor Dr. Manuel António Coimbra, Departamento de Química da Universidade de Aveiro. Para se obter o IGP cada produto precisou ser detalhadamente apresentado. Assim, mediante o potencial criativo e inovador do ator local foi possível desenvolver um conjunto de metodologias que pudessem ser utilizadas para a análise da qualidade das massas. Segundo Naia (2007) esse processo utilizou métodos simples, baratos e rápidos que pudessem ser replicados posteriormente para o controlo de qualidade do produto. Prosseguiu-se com as análises de amostras de massas de ovos moles de todos os produtores dispostos a aderir ao projeto IGP, uma vez que cada produtor também recebe a certificação. Além de pesquisar a durabilidade média do produto, disponível para o consumidor, nas várias formas de apresentação (ovo mole envolvido em hóstia com e sem calda de açúcar, em barrica de madeira e outras) (Naia, 2011). “*Deste conjugar de esforços surgiu o Caderno de Especificações dos Ovos Moles de Aveiro [que satisfaz] um determinado número de condições de acordo com o regulamento (CEE) n.º 2081/92*” (Naia, 2009: 36). Todavia, além dessa atividade inicial, a rede de sociabilidade é ainda a responsável por uma série de ações que atuam como proposta de valor dirigidas ao progresso económico do produto que repercute diretamente no DLS.²⁴⁸

Destarte, o modelo de negócio da APOMA revela-se fundamental por dois motivos. Primeiro, na gestão democrática que permite a opinião dos associados e colhe deles novas ideias, reconhece-se o saber natural dos mais antigos. Segundo na capacidade de liderança que incita nos associados a confiança no futuro capaz de

²⁴⁸ No contexto da rede de sociabilidade da APOMA, as instituições que dela fazem parte, dão continuidade ao trabalho de fortalecimento e desenvolvimento local. Neste sentido há, tanto ações de divulgação e propagação do produto, quanto ações de políticas públicas que favorecem o DLS. Cf., (1) http://www.turismodocentro.pt/pt/produtos_3/ovos_moles_de_aveiro_igp_indicacao_geografica_protegi_da_a178.html (2) <http://www.publituris.pt/2012/10/02/turismo-do-centro-e-apoma-unem-esforcos-em-torno-dos-ovos-moles-de-aveiro/> (3)

rentabilizar a perda de tempo em que “*as pessoas esperam sem compensação financeira, sem esvaziar o sonho de perpetuar o seu negócio passando-o de geração em geração*” (José Francisco Silva). Sobre esse argumento o Presidente da APOMA esclarece que o processo de qualificação da marca é demorado, o IGP para os Ovos Moles de Aveiro levou precisamente dez anos. O pedido de registo e proteção transitória foram submetidos a despacho do Senhor Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas a 8 de abril de 2004 (Naia, 2010: 66)²⁴⁹. Após a tramitação do processo o resultado culminou com a publicação no Diário da República de 6 de março de 2006, Despacho n.º 5062/2006 (2.ª série) sendo reconhecida a proteção nacional de Aveiro para os Ovos Moles.²⁵⁰ O despacho referido anteriormente produz efeitos desde 3 de janeiro de 2006, data do pedido formal de proteção junto da Comissão Europeia, segundo informa Patrícia Naia, técnica bioquímica alimentar da APOMA (Naia, 2010: 66).

Figura 18. Selo de Indicação Geográfica Protegida (IGP)



Fonte: Adaptado de Naia (2007)

Neste ínterim, uma vez com a proteção nacional, *i.e.*, a indicação geográfica do produto, o próximo desafio foi pelo reconhecimento de IGP, o que aconteceu em 1 de

²⁴⁹ Publicação do Pedido de registo de indicação geográfica, *cf.*, Aviso n.º 6682/2004 (2.ª série). Diário da República – II Série, N.º 143 – 19 de junho de 2004, pp. 9284-9285. <http://dre.pt/pdf2sdip/2004/06/143000000/0928409285.pdf>

²⁵⁰ Diário da República – II Série, N.º 46 – 6 de março de 2006, pp. 3220-3222. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Gabinete do Ministro, Despacho n.º 5062/2006 (2.ª série), *cf.*, <http://www.dre.pt/pdf2sdip/2006/03/046000000/0322003222.pdf>

julho de 2010. Narra-nos o senhor Presidente da APOMA: *“as marcas foram atribuídas pelo Organismo Privado de Controlo Independente – em concreto, o Laboratório Análises Técnicas, Lda. – do Instituto Português da Qualidade, e após um processo de auditorias, sendo que o uso do IGP só pode ser utilizado por produtores expressamente autorizados pela APOMA e que cumpram as disposições constantes do respetivo Caderno de Especificações deste produto tradicional”* (José Francisco Silva).

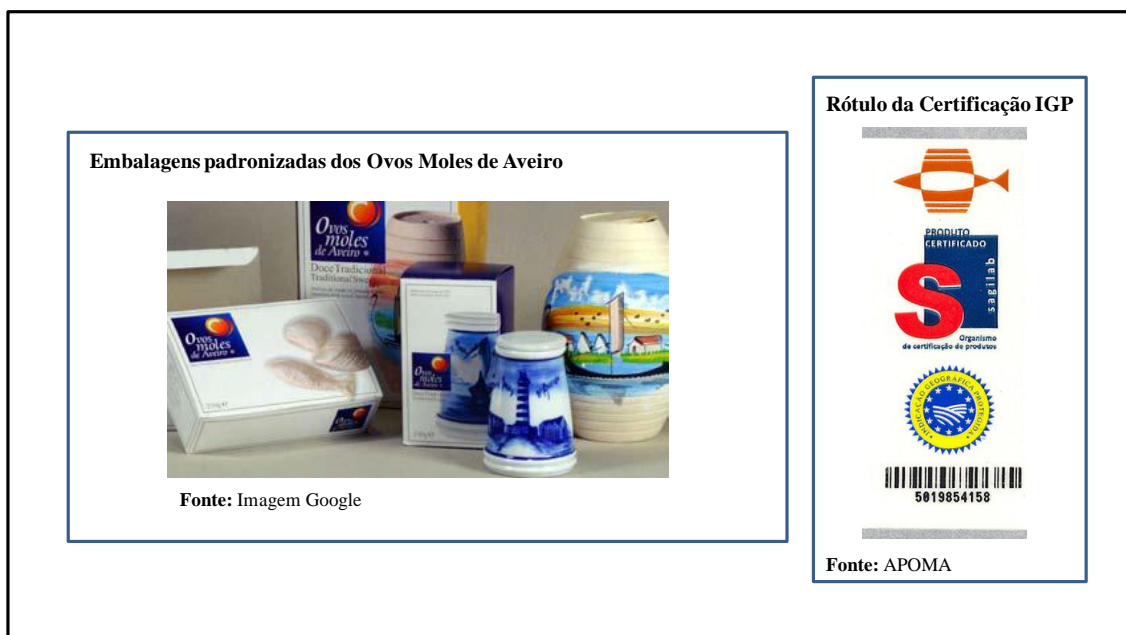
Assim, o produto artesanal de origem conventual com um selo de qualidade (IGP) tornou-se um produto diferenciado no mercado local, nacional e internacional. *“É o primeiro produto de doçaria a ser qualificado em Portugal e a primeira doçaria conventual a alcançar o mesmo estatuto no espaço comunitário”* (José Francisco Silva). A ideia do IGP para o produto gerou um processo de inovação que atende aos desejos do mercado globalizado, *i.e.*, um produto com garantia de qualidade técnica e qualidade do saber fazer local. A ideia de qualificar o produto desta natureza é inovadora no instante em que gera um modelo de interface entre o produtor e o consumidor.

O consumidor torna-se mais exigente, reclamando produtos seguros e de qualidade. A distância cada vez maior entre produtor e consumidor exige uma cadeia de confiança que não pode ser posta em causa por não conformidade em qualquer elo mais frágil. Nem sempre o produto tradicional é seguro e de qualidade. Mas pode sê-lo! E os Ovos Moles de Aveiro têm-no sido e os responsáveis pela sua produção estão a aceitar o desafio de que assim continue (Coimbra, 2002: 58).

A proposta de valor de negócio da APOMA reage aos fatores externos (mercado, distribuição e marca) e aos fatores internos (associados, objetivos e processos). Diante disso, o modelo de negócio da APOMA corresponde às necessidades, às ações e às oportunidades de mercado, mas também tende a satisfazer as necessidades ecossocioeconómicas, convertendo-se numa mais-valia para o DLS. Neste sentido, a primeira resposta obteve-se com a qualificação do produto, *“uma solução para manter e perpetuar a imagem do produto. Uma imagem que reflete a verdade sobre a receita original dos Ovos Moles de Aveiro”* (José Francisco Silva).

Neste contexto o modelo de operação da APOMA, a partir da obtenção do IGP, apresenta o produto ao consumidor em embalagens²⁵¹ identificadas pelo selo de qualidade. As embalagens dos Ovos Moles de Aveiro apresentam-se com o rótulo e o símbolo de certificação, *cf.*, Figura 19, *infra*.

Figura 19. Embalagens e símbolo de certificação



Fonte: *cf.*, fonte de identificação de cada figura.

Para Rui Miguel Almeida, diretor-geral da Fabridoce e vice-presidente da APOMA, “o IGP é uma mais-valia para o produto e seus produtores. O selo é a garantia que daqui em diante, só poderão estar à venda os Ovos Moles de Aveiro que respeitem integralmente a receita original, que envolve a qualidade das matérias-primas e, evidentemente, o saber fazer das doceiras que o confeccionam” (Rui Miguel Almeida, Diário de Aveiro, 20/12/2011, Suplemento Economia). Esclarece ainda que com o trabalho da APOMA na divulgação do produto na esfera local, nacional e em feiras do setor “tem havido um incremento da procura de Ovos Moles de Aveiro”

²⁵¹ Registo da Patente Industrial, pedidos – BB/CAIY, N.º 508 e 509, 2005.12.02, para o desenho industrial para ser aplicado em embalagens de cartão, barricas de madeira e de porcelana, para acondicionar Ovos Moles de Aveiro. *Cf.*, Apêndice ao «Diário da República», Boletim da Propriedade Industrial N.º 6, 2006, páginas 2443-2444. http://www.marcaspatentes.pt/files/collections/pt_PT/49/55/59/113/05%20-%20Desenhos%20ou%20Modelos%20-%20Pedidos%20e%20Outros%20actos.pdf

(*ibidem*). Essa procura pode ser associada também “*ao trabalho dos diversos produtores, pela qualidade do produto apresentado*” (Rui Almeida, Revista Portugal Global, março 2013: 28)²⁵². Dilucida que “*a doçaria ocupa uma posição muito importante na indústria da região, na cidade de Aveiro e no seu crescimento, são muitas e boas as ofertas que o visitante encontra nas doçarias do local*” (*ibidem*). Lembra, ainda, que a par da riqueza direta que os Ovos Moles geram, renasce a indústria de embalagens, as barricas de madeira. Sobre a produção das barricas de madeira, explica Rui Miguel Almeida que “*existe apenas uma empresa na cidade que se dedica à produção das barricas de madeira pintadas à mão. Neste momento sabemos que o negócio das barricas de madeira tem tido algum crescimento e portanto perspectiva-se que vá continuar de boa saúde*”.²⁵³ Entretanto, sobre o modelo de operação da APOMA referente ao modo de apresentação do produto perante o público consumidor, “*as barricas de madeira e porcelana, juntamente com a hóstia são as três forma possíveis de apresentação dos Ovos Moles de Aveiro. Quaisquer outras formas de apresentação não são permitidas*” (Rui Miguel Almeida, Diário de Aveiro, 20/12/2011, Suplemento Economia).

6.1.5. COMPOSIÇÃO DA EQUIPA DA APOMA

A direção administrativa da APOMA está sob a responsabilidade de José Francisco Silva, presidente da associação. A área técnica é de responsabilidade de Patrícia Naia, Mestre bioquímica alimentar, única profissional com contrato de trabalho. Não há mais empregados. Sendo assim, a partir dessas duas pessoas que têm atuação direta nas atividades da APOMA, a direção-técnica e administrativa de José Francisco Silva integra todos os sócios nos processos de geração de ideias e decisões de interesse da Associação.

²⁵² “Fabridoce: doces regionais avançam no mercado externo”. *Revista Portugalglobal*, março 2013, aicep Portugal Global, pp. 28-29. Cf., http://www.portugalglobal.pt/PT/PortugalNews/Documents/Revistas_PDFs/Portugalglobal_n53.pdf

²⁵³ Sobre as barricas de madeira para acondicionar os Ovos Moles de Aveiro, trata-se de uma “tradição secular que está nas mãos de dois sexagenários que detêm a patente das vasilhas.” *Jornal de Notícias*, publicado em 08/11/2009, “Os primos que alimentam as barricas de ovos moles” cf., http://www.jn.pt/PaginaInicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Aveiro&Concelho=Aveiro&Option=Interior&content_id=1413466&page=-1

A estrutura organizacional da APOMA é pequena e horizontalizada, não há nomeadamente uma área de recursos humanos. Todo processo de decisão é discutido com os sócios em assembleias e reuniões administrativas. As demais atividades são concretizadas por ações que integram os produtores associados aos demais elos da rede de sociabilidade da APOMA, *cf.*, Figura 16, exposta anteriormente.

Os associados, empresários produtores de Ovos Moles de Aveiro, produtores de ovos e fabricantes de hóstias, em grande maioria, são atores económicos de pequeno porte que formam um conjunto de micro e pequenas empresas. Desse conjunto, a maior parte dos atores apresentam poucas habilitações literárias (1.º ou 2.º ciclo do ensino básico), sem formação profissional específica, todavia, possuem o conhecimento fundamental para o negócio: o saber fazer. Portanto, são associados que, em maior número caracterizam-se por ser unidades familiares apostando em produtos artesanais, necessitam de acompanhamento e controlo do processo de produção. São eles, atores económicos, que ao longo destes treze anos souberam aproveitar a sinergia de estarem inseridos numa associação para crescer em todos os sentidos, especialmente nas áreas de maior carência social, como é o caso da formação educativa e profissional (Naia, 2010: 21).

Neste sentido observa-se que a funcionalidade da gestão coletiva é um facilitador de geração de ideias com a prossecução de inovação social compromissada com o DLS. Como já se destacou, a APOMA é a primeira associação de produtores na área da doçaria conventual que implementou o processo identificação geográfica para um produto artesanal, e que conseguiu o IGP na Comunidade Europeia. Neste âmbito, todo processo pode ser considerado inovador uma vez que não havia referência anterior do mesmo facto. De referir o empenho do agrupamento no sentido de se construir peça-a-peça da operação administrativa e técnico-científica que hoje estrutura a gestão coletiva da APOMA como uma inovação social.

Consoante Patrícia Naia “*como resultado de qualificar os Ovos Moles de Aveiro com o IGP, considera-se um maior envolvimento dos produtores no processo. A ideia promoveu uma interligação do conhecimento científico com o saber fazer da tradição. Essa interligação também contribuiu com as decisões objetivas na melhoria da*

qualidade e segurança alimentar dos Ovos Moles e de toda fileira produtiva, inspirando proteção de produtos tradicionais”.

A APOMA, enquanto associação de produtores, tem um acompanhamento determinante da qualificação dos produtores dos ovos; melhoria na fileira produtiva; formação; acompanhamento aos produtores nos licenciamentos; estudos do processo produtivo; maior número de produtores e número de associados com o produto certificado. Também com a implementação do sistema de *Hazard Analysis and Critical Control Points* (HACCP)²⁵⁴ e das metodologias impostas pelo regulamento comunitário, que permitiu criar e organizar metodologias dos processos produtivos do setor; adaptação ao próprio sistema de denominação de origem. Todas essas ações no campo da funcionalidade da gestão coletiva podem ser caracterizadas como um processo de geração de inovação social compromissada com o desenvolvimento local sustentável.

6.1.6. AÇÕES DE INOVAÇÃO SOCIAL NO PLANEAMENTO ESTRATÉGICO DA APOMA

As ações de inovação social no planeamento estratégico da APOMA se fundamenta na proteção da marca e no apoio aos produtores de Ovos Moles de Aveiro, concomitantemente essas mesmas ações propulsam o DLS. Observa-se que o processo de qualificação dos nomes geográficos tem como principal objetivo valorizar a produção artesanal do local perante os consumidores e proteger os nomes dos produtos contra imitações e utilizações indevidas.

Dilucida José Francisco Silva que *“Quando se produz um produto, e neste caso os Ovos Moles de Aveiro, há uma coisa que é fundamental para que o negócio perpetue*

²⁵⁴ Certificação de segurança alimentar. Internacionalmente reconhecida a metodologia HACCP (Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controlo) é um sistema preventivo de controlo que define as medidas a implementar para controlar os perigos alimentares. Identifica os perigos específicos e as medidas preventivas para seu controlo em todas as etapas de produção. Baseia-se numa abordagem sistemática, documentada e verificável.

no futuro: manter a genuinidade da receita, o processo dos Ovos Moles, para que esse produto continue a gozar de ótima qualidade. Este produto é extraordinário por duas razões: o produto em si tem inteligência alimentar, é um produto bem pensado, é um produto que tem riqueza alimentar, é um produto que começou por ser utilizado na convalescença de doentes e depois acabou por estar omnipresente nas mesas dos portugueses. A segunda razão é que não resistiu à erosão do tempo, soube equipar-se de roupagem de uma embalagem extraordinária, não só demonstra o saber fazer das doceiras. Os Ovos Moles de Aveiro são peixes, nozes, castanhas, perdigões, pipas, é no exemplo vivo que a gastronomia pode inspirar a realidade socioeconómica de uma região ligada à pesca” (José Francisco Silva, em entrevista a ACIP, S/D)²⁵⁵.

O desafio da APOMA é o de aumentar o volume de vendas e promover maior produção. Neste âmbito o desafio tem duas vertentes. A primeira é fazer dos Ovos Moles de Aveiro uma referência nacional nas decisões de compra do consumidor apreciador de doces, e do público turista que visita a região de Aveiro. O segundo é internacionalizar o produto.

Esta estratégia propicia mais-valia aos produtores e fomenta toda a fileira produtiva. Por conseguinte, essas ações inovadoras, nomeadamente a de exportar esse produto da doçaria conventual portuguesa, tende a impactar diretamente no DLS, uma vez que a estratégia tende em:

- Criar emprego local, portanto é possível:
 - Assistir os indivíduos desempregados.
 - Fomentar o empreendedorismo.
 - Fixar pessoas no território evitando a desertificação.
- Aumentar valor em toda a fileira
 - Os produtos tradicionais necessitam matérias-prima locais com maior qualidade.

²⁵⁵ Artigo com entrevista publicado pela Associação do Comércio e da Indústria de Panificação, Pastelaria e Similares (ACIP), *cf.*, http://www.acip.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=130:noticia-ovos-moles&catid=34:demo-content&Itemid=160

- Promover os locais de origem e consequentemente potenciar o negócio.
 - Desta interação entre os locais de produção e produto produzido surge maior valor acrescentado.

Neste sentido, o plano estratégico de mercado tem por objetivo:

- Aumentar a notoriedade da marca Ovos Moles de Aveiro;
 - Conquistar novos mercados para expandir a venda do produto além do espaço nacional.
- Divulgar e proteger a marca do produto;
 - Apresentar esse doce conventual nas maiores feiras do mercado nacional e internacional.
- Estimular a compra e promover experimentações do Ovos Moles de Aveiro;
 - Criar um painel de provadores e alavancar um concurso classificatório dos Ovos Moles de Aveiro.

Esta estratégia de mercado é favorecida pela inovação tecnológica e pela inovação social. A inovação tecnológica é consubstanciada pela parceria com a Universidade de Aveiro, sob a regência do Professor Manuel António Coimbra, como já referido anteriormente. A inovação social parte das ideias geradas pelos associados, nomeadamente em reuniões da APOMA. Consoante José Francisco Silva, esse momento favorece a criatividade dos atores, em especial porque é nessa ágora que se debate os problemas e as vias que pode resultar em solução.

Destarte, através do trabalho dessa parceria gerou-se algumas inovações, entre elas o de treinar e desenvolver um painel de provadores, com o objetivo de caracterizar as massas de Ovos Moles sob o ponto de vista organolético. Otimizar os parâmetros de caracterização do produto com base e critérios mais objetivos das provas organoléticas. Implementar a análise rápida das massas de Ovos Moles por Espectroscopia Infravermelhos (FT-IR). Desenvolver e implementar metodologia de análise do aroma das massas de Ovos Moles. Deteção de adulterações: deteção de corantes, conservantes e amido (Naia, 2010).

Explica o Professor Manuel António Coimbra que para fazer a investigação sobre a durabilidade dos Ovos Moles “a APOMA preparou diferentes formas de conservar o produto e a equipa técnico-científica fez as análises químicas, sensoriais e microbiológicas que permitiu assegurar que o produto, depois de descongelado, tinha todas as condições que se está habituado a ver no produto fresco”. Assim, depois concluído várias fases da investigação, obteve como resultado “que a ultracongelação dos Ovos Moles a 40°C negativos mantém o sabor inicial, não perde as características e não é nocivo para a saúde durante cerca de quatro meses. Esse resultado abre as portas para a comercialização do produto no mercado internacional”.²⁵⁶

Além das atividades já desenvolvidas pela equipa liderada pelo Professor Coimbra, a APOMA já desenvolveu outros estudos acompanhados de ações inovadoras tanto tecnológica quando inovação social. Nesta linha de raciocínio, dilucida Patrícia Naia (2011): “Estudo ao processo produtivo nomeadamente as melhorias no sistema; estudo das gemas; de novas embalagens alimentares e formas de conservação; internacionalização do produto; formação dos recursos humanos em gestão, segurança alimentar, higiene e segurança do trabalho; atendimento, legislação laboral, línguas estrangeira, cursos técnicos”. Completa esta narração o depoimento de José Francisco Silva, “a inovação social da APOMA está sendo disseminada em colaboração com outros agrupamentos e câmaras municipais”.

Falou-nos com fina verve o senhor Presidente da APOMA: “A APOMA tem 36 produtores de Ovos Moles associados, dois produtores de hóstias e mais dois produtores de ovos. No entanto, na área de indicação geográfica, há perto de 400 pastelarias com capacidade de produzir ou comercializá-los. Mesmo não sendo associado da APOMA, esses estabelecimentos têm que obedecer às normas de qualidade definidas para a produção e comercialização dos enquanto produtos e marca protegida. De qualquer modo, os 36 produtores de Ovos Moles associados representam

²⁵⁶ Jornal Ciência Hoje, 2012-02-23, por Susana Lage, “Investigadores de Aveiro dão ‘passaporte’ a ovos-moles – Doce tradicional congelado ganha maior prazo de validade e já pode ser exportado” (cf., <http://www.cienciahoje.pt/index.php?oid=53215&op=all>); Jornal de Notícias, 2012-02-22, por Zulay Costa, “Ovos moles de Aveiro vão ser exportados” (cf., http://www.jn.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Aveiro&Concelho=Aveiro&Option=Interior&content_id=2318372)

80% da quota de mercado. O mercado de Ovos Moles de Aveiro atinge, atualmente, cerca de cinco milhões de euros, mas a tendência é de subida, até porque a APOMA está a avançar com um processo que visa a internacionalização dos Ovos Moles de Aveiro, de modo a serem incluídos nas ementas de restaurantes da União Europeia e também de países onde há grandes comunidades portuguesas emigradas. A parceria existente entre a APOMA e a TAP insere-se nesse objetivo de sensibilizar o mercado para esta capacidade que o produto tem de se internacionalizar. Temos produtores com capacidade de produção muito interessante, temos empresas com capacidade técnica para fazer o transporte do produto para os mercados estrangeiros. Existe a capacidade e vontade dos produtores, existe a disponibilidade por parte dos consumidores, porque não ampliar o volume de vendas? A campanha que fizemos com a TAP visou dar esse primeiro passo com vista à internacionalização do produto. Além disso, na produção de Ovos Moles temos um subproduto por valorizar que são as claras. Anualmente são produzidas 350 toneladas de Ovos Moles, o que implica um consumo de 13 milhões de ovos (limitados quase exclusivamente ao mercado interno). Como só as gemas são aproveitadas, as cerca de 800 toneladas de claras de ovos constituem um resíduo que tem de ser aproveitado e valorizado. Neste momento, as claras estão a ser utilizadas na doçaria local. Mas a APOMA vem desenvolvendo projetos experimentais para valorizar as claras, e.g., colagem dos vinhos, à alimentação animal. A ideia é dar saída e valor acrescentado a esse resíduo, i.e., transformá-lo em matéria-prima ou mesmo num subproduto, assim criar mais uma fonte de receita para os associados. Além disso, com a possibilidade exportação (falta apenas autorização de Bruxelas) espera-se incrementar as vendas e aumentar os postos de trabalho, atualmente a fileira produtiva emprega 360 pessoas ” (José Francisco Silva,).²⁵⁷

Relata Patrícia Naia que a estratégia da TAP se tratou de uma “mega ação de promoção e divulgação dos Ovos Moles de Aveiro nos aviões da TAP. Ofereceu-se uma tonelada do produto nos voos de regresso de médio e longo curso e no Lounge Executive da TAP durante o EURO 2004. A estratégia da TAP na promoção de

²⁵⁷ O conteúdo dessa conversa com José Francisco Silva foi complementado com a Entrevista de Cardoso Ferreira, “APOMA quer internacionalizar ovos moles”. Diário de Aveiro, 02/07/2006. Cf., <http://www.aveiro.co.pt/noticia.aspx?id=34884¬ic=APOMA%20quer%20internacionalizar%20ovos%20moles>

produtos tradicionais portugueses nos locais onde o EURO 2004 se iria realizar, permitiu que o produto escolhido para representar a gastronomia tivessem sido os Ovos Moles de Aveiro” (Naia, 2010: 71-72).

Por conseguinte esta estratégia exigiu dos produtores de Ovos Moles uma severa segurança alimentar no fabrico do doce, o que obrigou-os a implementar critérios rigorosos no processo, tendo como resultado maior qualidade do produto (Naia, 2010: 71). Diante dessas exigências a direção-técnica em conformidade com os associados estabeleceu um “plano de formação intensiva aos colaboradores das empresas em que iriam participar nesta promoção, com os seguintes objetivos:

- Cumprir com a legislação em vigor na área da formação aos colaboradores das empresas;
- Sensibilizar os colaboradores da área de fabrico para a Higiene e Segurança Alimentar;
- Consciencializar da importância do manipulador de alimentos para a qualidade final e segurança alimentar dos produtos alimentares;
- Estabelecer o código de boas práticas de fabrico dos Ovos Moles de Aveiro;
- Definir as regras da produção no fabrico dos Ovos Moles de Aveiro;
- Implementar o sistema de rastreabilidade dos Ovos Moles de Aveiro;
- Promover melhorias na qualidade do produto;
- Distribuir Ovos Moles de Aveiro no *catering*²⁵⁸ dos aviões da TAP” (Naia, 2010: 71-72).

Patrícia Naia prossegue com a dilucidação: “em 2006 foi realizada mais ação em que foram oferecidos Ovos Moles de Aveiro no dia de Portugal na TAP em todos os aviões de médio e longo curso” (*ibidem*). Conclui a bióloga alimentar da APOMA que ...

²⁵⁸ Usa-se o estrangeirismo por não haver uma tradução. O termo refere-se ao serviço que promove fornecimento em grande escala e está relacionado com o setor da nutrição coletiva. Cf., Enciclopédia e Dicionários Porto editora – www.infopedia.pt

Estas duas campanhas de mercado foram um desafio muito exigente desde o delineamento da estratégia, o controlo da qualidade e a garantia da rastreabilidade, o cumprimento de regras de mercados internacionais e a capacidade de produção e, serviu também de avaliação do sistema de segurança alimentar num setor de catering aéreo onde as exigências em termos de segurança são muito grandes (Naia, 2010: 72).

Além da estratégia de mercado e tecnologia no processo de internacionalização do produto, a direção técnica da APOMA e sua equipa técnico-científica desenvolveram outras inovações pela qual buscam a aprovação de Bruxelas. Essas inovações, como o caso do congelamento dos Ovos Moles, o fabrico do doce conventual com cobertura de chocolate e a declaração mecânica²⁵⁹, não constavam do Caderno de Especificações aprovado na certificação. Consoante José Francisco Silva o processo relativo ao pedido de alteração já recebeu parecer favorável de um dos elos da rede de sociabilidade da APOMA, a Direção Regional de Agricultura e Pesca do Centro. Faltava, até 27 de junho de 2013, o parecer do Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território, para que o processo transite para as autoridades da Comissão da Comunidade Europeia (CCE).²⁶⁰

6.1.7. CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO – APOMA

Para se chegar a proteção da marca, a primeira característica de produção da associação relaciona-se ao processo de qualificação e certificação dos Ovos Moles de Aveiro (IGP). Para tanto foi preciso que a APOMA, em conjunto com a equipa de investigadores da Universidade de Aveiro e com o consentimento dos associados, criasse uma série de princípios de identificação dos Ovos Moles de Aveiro. Assim, a

²⁵⁹ Introduzir equipamentos de alta tecnologia no processo de separar as claras da gema e elevar o volume de produção e, a partir das claras pasteurizadas, criar novo produto.

²⁶⁰ “Congelar e exportar sim, mas sem marca Aveiro – produtores de ovos-moles querem autorização para internacionalizar produto, Governo diz que podem vender para fora sem referência à origem” por Helena Norte, Jornal Notícias, 27-06-2013, Caderno Norte-Sul, pp. 23.

partir dessa atividade, decorrer-se-ia os demais produtos APOMA, consoante anotações de Naia (2010) e como se lista a seguir:

- Estudos preliminares de caracterização dos Ovos Moles de Aveiro.
 - Caracterização do produto.
 - Análise da massa de ovos moles por um painel de provadores.
 - Análises químicas da massa de Ovos Moles.
 - Análise Canónica de Correlação entre as análises químicas e o painel de provadores.
 - Análises por espectroscopia de infravermelho com transformadas de Fourier (FT-IR) da massa de Ovos Moles.
 - Análises microbiológicas da massa de ovos moles.
- Caracterização dos Ovos Moles de Aveiro.
 - Prova de origem.
- Principais características do produto.
 - Características físicas e sensoriais.
 - Características químicas.
 - Características microbiológicas.
 - Características das matérias-primas.

A esta atividade técnico-científica juntou-se a atividade da direção técnica para criar o fluxograma de produção, e descrever todo o processo de apresentação do produto. Esta ação culminou com um produto característico da APOMA: o *Caderno de Especificações de produção de Ovos Moles de Aveiro* (APOMA, 2004). Entretanto, nesse meandro, criou-se a rotulagem, a marca de certificação, o modo de rastreabilidade e todos os demais produtos exigidos para se obter a qualificação dos Ovos Moles de Aveiro (IGP).

Outra atividade que caracteriza a produção da APOMA é a auditoria. Esta ação decorre a partir da solicitação voluntária do produtor para o uso da IGP que, segundo Patrícia Naia²⁶¹, envolve:

- Identificar o produtor:
 - Avaliação pela direção técnica de propostas à candidatura dos produtores ao uso da IGP Ovos Moles de Aveiro.
- Auditar às instalações e implementação HACCP:
 - Processo de avaliação com auditoria prévia e emissão de um parecer técnico.
- Auditar o processo de fabrico dos Ovos Moles de Aveiro.
- Auditoria técnica para verificar o cumprimento dos requisitos gerais de acesso ao uso da IGP, em que o produtor deve:
 - Possuir instalações na área geográfica e nelas produz Ovos Moles de Aveiro;
 - Respeitar as regras de produção constantes no Caderno de Especificações;
 - Respeitar a genuinidade do produto;
 - Implementar a rastreabilidade dos Ovos Moles de Aveiro;
 - Implementar o sistema HACCP dos Ovos Moles de Aveiro;
 - Respeitar as regras de comercialização do produto.
- Consultar o histórico de análises microbiológicas e relatório final, onde é efetuada uma avaliação da auditoria prévia no qual se autoriza ou não o início do processo de certificação do produto necessário ao uso da IGP.

Esclarece Patrícia Naia que *“a auditoria da APOMA verifica os requisitos que estão na base da origem do produto, que lhes confere autenticidade, bem como a*

²⁶¹ Revista Portugal Inovador, N.º 16, abril 2011, pp. 19. Cf., <http://www.paginaexclusiva.pt/userfiles/files/pagina%20exclusiva%2016%20NET.pdf>

observância das normas comunitárias sobre higiene e condições de comercialização do produto” (Revista Inovar Portugal, 2011: 19)²⁶².

Assim, verificado a qualidade do produto pelo sistema de controlo e com a autorização prévia da APOMA, tanto os produtores associados, quanto àqueles que não o são, iniciarão o processo de certificação do produto. Estas ações de controlo decorrem através do Organismo de Certificação Privado, de acordo com o Regulamento (CCE) N.º 510/2006, esclarece Patrícia Naia. Neste ínterim, uma das características de produção da APOMA é o sistema de controlo e certificação que zela pelo cumprimento das normas, conferindo a autorização para a utilização do selo de qualidade e autenticidade às entidades cumpridoras (Naia, 2011). Por conseguinte, anota José Francisco Silva que os produtores de Ovos Moles de Aveiro certificados se distinguem no mercado através da marca de certificação e através de um símbolo comum a todos os produtos certificados (*cf.*, Figura 18, exposta anteriormente).

Narra o senhor Presidente da APOMA que com a certificação dos Ovos Moles, os produtores passam a ter inúmeras vantagens, entre elas destaca-se: *“este produto com a proteção comunitária e a certificação nacional tem uma característica fundamental: colocar a marca de certificação juntamente com o símbolo de identificação geográfica comunitário europeu. Para já transmite logo aos consumidores confiança, pois conhecem o símbolo, estão habituados a vê-lo por muitos países. Este símbolo transmite logo um produto de grande qualidade e com um controlo de produção muito grande. Do ponto de vista do consumidor dá-lhe segurança. Do ponto de vista para quem o produz, também é muito importante porque obriga a regras, obriga ao cumprimento da legislação nacional e europeia, que faz com que o controlo seja executado em todo seu processo de fabrico, desde a matéria-prima, até ao produto final. Por um lado, ganha o produto em si porque a qualidade majora-se, com ganhos para quem fabrica e para quem consome”* (José Francisco Silva).

Diante da principal característica de produção da APOMA, a associação tem que cumprir as seguintes atividades no âmbito da direção-técnica:

²⁶² (*ibidem*)

- “Zelar pelo cumprimento das normas constantes no Caderno de Especificações;
- Zelar pelo bom nome da IGP cuja gestão lhe está legalmente confiada;
- Autorizar o uso da IGP aos produtores que expressamente solicitem;
- Aplicar sanções aos produtores que cometam infrações;
- Propor a alteração do Caderno de Especificações;
- Monitorizar presença de adulterações no mercado e comunicar às autoridades competentes” (Naia, 2011: 70).

Consoante anotações de Naia (2010) a APOMA, enquanto associação dos produtores de Ovos Moles de Aveiro, tem com caracterização de produção *“prosseguir todo e qualquer fim que se enquadre no seu objeto e esteja de acordo com os seus Estatutos”* (Naia, 2010: 71). Neste âmbito outras atividades de produção relacionam-se a missão da APOMA, *cf.*, excerto *infra*:

- “Apoio aos associados;
- Organização e formação das microempresas;
- Promoção e divulgação do produto no mercado nacional e no mercado externo;
- Manutenção da qualidade do produto (antes e após a proteção);
- Implementação do HACCP e rastreabilidade do produto;
- Apoio nos processos de licenciamento das unidades produtivas;
- Apoio na documentação necessária no acesso a novos mercados” (Naia, 2010: 71).

A repercussão da ideia inovadora gerou um aumento efetivo de serviços e produtos no âmbito do espaço/território. Devido à existência deste certificado, a indústria dos Ovos Moles de Aveiro potencializa a economia regional dinamizando um conjunto de atividades paralelas e complementares compromissadas com o DLS.

6.1.8. COMPROMISSO ORGANIZACIONAL COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

Um dos maiores desafios da APOMA no âmbito do compromisso organizacional é com os seus associados que solicitam voluntariamente a sua condição de sócio. Como já se relatou, as empresas produtoras de Ovos Moles de Aveiro são, em maior número, organizações familiares. São unidades enquadradas como micro e pequenas empresas, cujos empresários e trabalhadores possuem poucas habilitações literárias e, até o surgimento da APOMA, nenhuma formação profissional específica.

Todavia, pelo simples facto de serem associadas da APOMA, essas micro e pequenas organizações cumprem com a legislação nacional e comunitária em segurança alimentar. Perante os desafios impostos para a aquisição do IGP, José Francisco Silva destaca que *“os associados da APOMA possuem capacidade intrínseca de crescimento ainda que o clima socioeconómico do país e do mundo seja de crise”*. Comenta o Presidente da APOMA que *“as empresas associadas vêm demonstrando, ao longo desses dez anos, que têm capacidade económica para produzir mais e melhor tendo em vista a valorização do produto no mercado regional, nacional e em alguns casos, a internacionalização do produto”*. Apesar disso, anota Patrícia Naia que essas são empresas que, empenhadas no fabrico de produtos artesanais, necessitam da APOMA para o acompanhamento e controlo do processo de produção (Naia, 2010).

Pode-se dizer que a inovação social implementada pela APOMA, o reconhecimento dos Ovos Moles de Aveiro (IGP), tem compromisso com o DLS. As ações da APOMA nesse sentido decorrem desde o princípio da sua instalação, *i.e.*, da avaliação do processo no Ministério da Agricultura, de qualificação do nome Aveiro para Ovos Moles. Anota Naia que já naquele tempo *“a APOMA acompanhou os associados na implementação dos Regulamentos da Associação, bem como na implementação do sistema HACCP, de acordo com os regulamentos comunitários”* (Naia, 2010: 28). Esse facto dá veracidade a ação da APOMA junto aos associados na produção de um produto artesanal, manufaturado, sendo a principal matéria-prima de origem animal não transformada, enquadrar-se nas mais exigentes normas da Comunidade Europeia de segurança alimentar. No local, o impacto socioeconómico

dessa ação pôde ser mensurado tanto pelo volume de vendas, quanto pela geração de postos de trabalho, além da qualificação do capital humano e social, *cf.*, observa-se no excerto *infra*.

Os produtores foram-se readaptando, efetuando melhorias nos processos produtivos, aliando a tradição às melhorias tecnológicas, promovendo melhorias nas instalações de fabrico, e organizando as suas micro ou pequenas empresas para o mercado global. O processo de Ovos Moles de Aveiro serviu de fio condutor para a implementação de boas práticas de fabrico e higiene, fundamentais em todo o setor de atividade de pastelaria e padaria dos produtores, onde a formação dos colaboradores foi fundamental na implementação do sistema de HACCP, da rastreabilidade e de todos os requisitos do regulamento comunitário (Naia, 2010: 22).

Referente a qualificação do capital humano e social, na área da formação, a APOMA estabeleceu uma rede de sociabilidade com algumas entidades acreditadas de formação para desenvolver planos anuais de formação aos colaboradores das empresas associadas. Esta rede de sociabilidade foi fundamental para que no período de sete anos, 38 em empresas fabricantes de Ovos Moles de Aveiro usufríssem da formação, o que resultou em 846 atores formados (Naia, 2010: 72). Importa relembrar que a grande maioria dos empresários e empregados eram pessoas com poucas habilitações literárias e sem nenhuma formação profissional específica para o setor.

A evolução do mercado, a partir da qualificação dos Ovos Moles de Aveiro (IGP), que ocorreu em 1 de julho de 2010, deixa evidente que a prática de inovação social, no âmbito das OTS, promove e fortalece o desenvolvimento local sustentável. Além disso, percebe-se na APOMA um ambiente propício à geração de inovação social compromissada com o desenvolvimento local sustentável. A inovação social praticada pela APOMA desencadeou a organização de novos atores produtores correlatos e novos

processos de IGP de produtos de fabrico artesanal, *e.g.*, o Pão-de-ló de Ovar.²⁶³ A prossecução da inovação social também se estendeu a reorganização de outras OTS, *e.g.*, a Associação Florestal do Baixo-Vouga (AFBV), uma associação privada sem fins lucrativos.²⁶⁴ Além disso, novos modos de organização económica de gestão coletiva, *e.g.*, a QUALIFICA – Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses.²⁶⁵

Constata-se que a inovação social propiciou a evolução do setor com impacto socioeconómico direto no território. Segundo Naia (2010) o histórico individual de fabrico dos associados da APOMA, no primeiro ano, foi de 104 toneladas do produto artesanal certificado e destinado para o mercado nacional. Essa produção, relativa a 15 associados daquela época, representou o volume de vendas de 1.733.680,00 euros (Naia, 2010: 22), o que significa que o quilo do produto custava 16,67 euros. No terceiro ano, com 20 associados, foram produzidas 109 toneladas de Ovos Moles de Aveiro certificados, o que representou um volume de vendas no total de 1.926.030,00 euros (Naia, 2010: 22), sendo que o quilo do produto elevou-se para 17, 67 euros. Segundo Naia (2010) o histórico referente ao terceiro tem a seguinte justificava:

O aumento não reflete a proporcionalidade relativa aos aderentes mas sim ao produto produzido, uma vez que os produtores que solicitaram posteriormente o uso do IGP

²⁶³ A partir da experiência da APOMA nasceu a Associação de Produtores de Pão-de-ló de Ovar (APPO) e desde fevereiro de 2013 detém a marca nacional concedida pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial, cujo processo de certificação (IGP) já está em trâmite na Comunidade Europeia. Cf., http://www.cm-ovar.pt/www/Templates/TabbedContainer.aspx?id_class=860&divName=506s860

²⁶⁴ A AFBV uniu os proprietários florestais em prol de um aproveitamento sustentado dos desafios da produção florestal. Neste âmbito a AFBV tem como lema valorizar produtos e subprodutos da floresta (lenhosos e não lenhosos) e as importantíssimas externalidades positivas (sequestro carbono, conservação solos, recursos hídricos e biodiversidade, paisagem, etc.); promoção do associativismo de produtores florestais; melhoria do nível de informação e formação dos produtores florestais; representação dos produtores florestais junto das entidades de tutela e fileira, etc. (Cf., www.afbaixovouga.pt)

²⁶⁵ A QUALIFICA é uma OTS de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 25 de Outubro de 2008, na Câmara Municipal de Portalegre. Essa OTS originou da complementaridade de interesses do setor público com os produtores e os seus agrupamentos ou associações. A QUALIFICA possui “características muito singulares no panorama nacional, com um espírito manifestamente definido a nível da agregação de esforços na implementação das mais variadas atividades que contribuam para valorizar, qualificar, promover e defender os produtores, os produtos e as empresas que produzem, preparam e ou comercializam produtos tradicionais, agroalimentares ou não alimentares, e, subsidiariamente, os territórios e as práticas culturais subjacentes” (QUALIFICA, *cf.*, www.qualifica.pt).

representam um volume menor de produção de Ovos Moles de Aveiro, visto os mais representativos produtores já terem iniciado o processo de controlo necessário ao uso do IGP (Naia, 2010: 22).

Consoante informações de José Francisco Silva, em 2012, os 35 associados da APOMA produziram 150 toneladas de Ovos Moles de Aveiro, o que significou um volume de vendas de 2.700.000,00 euros²⁶⁶. Entretanto, fala-nos José Francisco Silva com fina verve: *“não se pode considerar somente os números frios relativos ao volume de vendas. Para que haja maior produção há que se ter mão-de-obra qualificada e maior número de empregados, sendo assim, a produção de Ovos Moles de Aveiro emprega cerca de 360 pessoas. Há toda uma dinâmica no mercado da região que gira em torno da produção dos Ovos Moles de Aveiro. Temos que ter atenção à cadeia produtiva: o trabalhador rural com a criação de galinhas poedeiras e plantação de milho, a empresa gráfica que produz as embalagens de cartão e os artesãos que fabricam as barricas, àqueles que tem suas pastelarias autorizadas à venda, para ficar só nestes exemplos, pois a cadeia produtiva é muito mais extensa. Como vê, os números falam por sim mesmo, mas o setor dos Ovos Moles propiciou maior dinâmica socioeconómica local sem dúvida alguma”*.

Por conseguinte, revela-nos José Francisco Silva que o mercado de Ovos Moles de Aveiro vem absorvendo muitos trabalhadores desempregados neste momento. Narra-nos o senhor Presidente: *“no princípio da crise a maioria das pessoas desempregadas nesta região era de mulheres, muitas delas acima dos quarenta anos. Mas rapidamente este quadro se agravou com o volume de despedimentos, envolvendo assim tanto o homem quanto a mulher, algumas vezes toda uma família. Como o mercado dos Ovos Moles de Aveiro está como referência de autossustentação económica neste cenário de crise, os desempregados têm vindo a optar por formações na área de produção dos Ovos Moles de Aveiro. Temos situações de casais que estão a dar início ao primeiro*

²⁶⁶ Esta informação, dada por José Francisco Silva, tem por fundamento o registo contábil de 600 mil embalagens de 250 gramas cada. Entretanto, há embalagens de 150 gramas, 500 gramas e de 1 quilo para acondicionar os Ovos Moles de Aveiro, mas é a embalagem de 250 gramas a referência contabilizada. Assim, quando se faz um apanhado geral da produção este valor eleva-se para 350 toneladas.

negócio de produção de Ovos Moles de Aveiro, vindo eles até a APOMA para pedir orientação quanto ao fabrico do produto dentro das normas de IGP” (José Francisco Silva).

Ressalta José Francisco Silva que “além da produção dos associados da APOMA, há que se considerar a produção dos micros e pequenos empresários que tem a autorização para produzir e ainda não são associados da APOMA. Neste contexto o volume de vendas aumenta significativamente para 5.000.000,00 (cinco milhões de euros)”²⁶⁷, em setembro de 2012. Este valor refere-se a uma produção total de 283 toneladas quando temos como referência o último valor, *i.e.*, 17,67 por quilo. Pode-se juntar a esta análise socioeconómica a nova inovação gerada no âmbito da APOMA para o produto, *i.e.*, a condição de se congelar os Ovos Moles de Aveiro e assim proceder com a exportação. Sobre este assunto narra-nos José Francisco Silva que “perante este novo cenário a produção de Ovos Moles de Aveiro terá que ser maior”. Diz-nos o Presidente da APOMA: “só para exportar para o Brasil são 22 contentores de 12 toneladas cada”, o que significa produzir 264 toneladas de Ovos Moles de Aveiro só para atender este mercado. Continua dilucidando-nos: “a questão é que a APOMA tem como objetivo exportar para os países em que há população portuguesa. Diante disto há mesmo que se produzir muito mais, o que vai não só garantir os postos de trabalho, bem como dar condições de novas contratações”. Na verdade, a APOMA tem como projeto para o ano de 2014 produzir a acima de 400 toneladas de Ovos Moles de Aveiro, isto significa movimentar um mercado de 7.068.000,00 euros por ano. Observa-se que esse doce conventual tem diversas aplicações no setor da pastelaria, além dos pequenos produtos envolto em hóstias (José Francisco Silva).²⁶⁸

O papel da APOMA estende-se, inclusive, no campo da educação ambiental. Comenta José Francisco Silva que os atores sociais aprenderam sobre a relação da produção e o respeito com o meio. “Um dos incómodos com a produção dos Ovos

²⁶⁷ “Ovos Moles de Aveiro certificados movimentam cinco milhões de euros anuais”. Publicado por Jornal i, em 2 de outubro de 2012, cf., <http://www.ionline.pt/artigos/igastronomia/ovos-moles-aveiro-certificados-movimentam-cinco-milhoes-euros-anuais>

²⁶⁸ Ver também: Jornal das Oito, TVI. Vinheta com a manchete “um dos doces mais doces de Portugal vai ser exportado”, em que o jornalista entrevista o Professor Manuel António Coimbra e José Francisco Silva, em 26 de fevereiro de 2012. Cf., <http://www.youtube.com/watch?v=FdWDSMxiAEI>

Moles de Aveiro está no perigo de se contaminar a água com a bactéria da salmonela”. Esclarece-nos o senhor Presidente da APOMA que os cursos de higiene e segurança alimentar contribuem também para a educação nessa área, além da norma de segurança HACCP.

6.1.9. CONFRONTO DA ANÁLISE DO MATERIAL EMPÍRICO – APOMA

A formação de um agrupamento é identificada por diversos autores como condição essencial para potencializar o processo de geração de inovação social no seio das OTS. A origem da APOMA teve como objetivo solucionar um problema de ordem socioeconómica local cuja questão o setor público e o setor privado não estavam resolvendo por si só. Entende-se que esse agrupamento se deu pela capacidade de ação coletiva e integração social do ator local quando buscou por resolver um problema social delimitado no seu espaço/território.

Esclarece-nos o Professor António Coimbra: *“os produtores de Ovos Moles de Aveiro ao associarem-se tomaram uma consciência muito importante. Esta consciência evidenciou que, mais do que serem competidores na venda de ovos-moles, deviam associar-se para, em conjunto, ajudando-se mutuamente, fariam o bom nome do produto se perpetuar e pudessem, então, ter um produto cada vez com mais qualidade, que os identificasse e, com isto, aumentassem as suas vendas”*²⁶⁹. A inovação social aparece como uma resposta a esta situação mediante a proteção de um produto artesanal de origem da doçaria conventual, sendo que este tipo de proteção, oriunda de uma OTS, deu-se pela primeira vez no espaço europeu com os Ovos Moles de Aveiro.

A inovação social gerada no âmbito da APOMA alastra-se por duas dimensões: interna à organização, e externa incitando o DLS. Neste sentido, a inovação social se confirma tanto pela aplicabilidade do processo, bem como pela prossecução do mesmo

²⁶⁹ Conferência feito pelo professor Manuel A. Coimbra: “Ovos Moles de Aveiro – Cooperação Empresarial de Sucesso?”. TEDxTalks Aveiro. “Um passado ... Que futuro?”, Universidade de Aveiro, 18 de maio de 2013. Cf., <http://www.tedxaveiro.com/>

em diversos seguimentos similares à produção de um produto artesanal na área de alimentos. *“O reconhecimento e a qualificação de um produto dessa categoria é, por isso mesmo, uma inovação social”* (Amaro, 2011) por ser mais do que um processo de valorização económica, um testemunho da identidade do tecido societal em que *“a tradição aparece como sinónimo de futuro e de desenvolvimento para as regiões”* (José Francisco Silva).

A rede de sociabilidade formada pela APOMA com os setores públicos, privados e a Universidade de Aveiro *“permite que o setor de produção de Ovos Moles de Aveiro adquira uma massa crítica através do aumento da procura e da oferta”* (Patrícia Naia). A extensão desses laços forma uma tessitura social. Essa rede foi identificada por um conjunto de elos entrelaçados por uma ou mais relações de interdependência entre pessoas e organizações que, em demarcado contexto, culmina em aprendizagem coletiva. A essa rede de sociabilidade refere-se Patrícia Naia como *“um conjugar de esforços em prol do interesse do produto, cujo foco foi o de encontrar um modo legal e plausível para a qualificação dos Ovos Moles de Aveiro”*. Neste contexto, o local se caracterizou como meio, agente inovador e espaços de parceira em que a inovação social, *“através da implementação da IGP, permitiu aumentar a quantidade, a qualidade e a capacidade para satisfazer os requisitos específicos na regulamentação europeia aplicável”* (José Francisco Silva).

Pôde-se identificar que a infraestrutura local favoreceu a APOMA na interação com a Universidade de Aveiro e com outras instituições da região, nomeadamente na prossecução da inovação social. *“A área do conhecimento científico foi um fator determinante no processo da certificação”* (Professor Manuel António Coimbra). Além disso, a investigação no processo dos Ovos Moles de Aveiro serviu como exemplo para outros produtos artesanais que fazem parte da cultura da região de Aveiro e do país. *“O modelo organizacional da APOMA tem vindo a ser exemplo de conduta associativa na estrutura de outras OTS, i.e., associações e agrupamentos de produtos tradicionais da região”* (Professor Artur da Rosa Pires, Universidade de Aveiro).

A interação da APOMA com o tecido societal tem fomentado o empreendedorismo e a formação de novas organizações propícias à criatividade, a

inovação social. O resultado dessas ações tem um efeito de inclusão social ao gerar postos de trabalho e rendimento à população que se encontrava no desemprego. Consoante o depoimento de Ana Soeiro, secretária-geral da QUALIFICA, parceira na rede de sociabilidade da APOMA, relata que *“em muitos casos estes produtos tradicionais são a única forma de evitar o despovoamento do seu território”*. Informa Ana Soeiro que a propagação deste tipo de inovação social encontrou apoio junto de muitos autarcas, principalmente de lugares rurais, que estão interessados em preservar os produtos tradicionais. *“Estes autarcas estão interessados no projeto como modo de fixar populações, como modo de manter os territórios ocupados, garantir emprego a muita gente, manter a própria terra viva. Estes produtos podem ser extraordinariamente competitivos porque são atrativos”*, comenta Ana Soeiro.²⁷⁰

No decorrer desta investigação ficou explícito o compromisso da Associação com o desenvolvimento ecossocioeconómico da região. Além disso, a inovação social tem atuado como um catalisador no setor económico, preceituando às organizações um novo modo de autossuficiência e competitividade no espaço/território. O perfil inovador da APOMA apresenta-se, em diversas ações de criatividade, como uma mola propulsora para o DLS.

A dilucidação de José Francisco Silva corrobora com esta linha de raciocínio ao narrar que: *“toda a nossa região, os concelhos limítrofes com a Ria de Aveiro, sofreu, nos últimos tempos, problemas em consequência da crise macroeconómica. Esses problemas são oriundos do encerramento de importantes fábricas que empregavam trabalhadores e trabalhadoras há décadas, mas essencialmente mulheres. Então temos uma grande questão: como uma mulher depois de 30 anos de empresa, com 40, 50 ou quase 60 anos de idade, vai fazer se não há mais trabalho, emprego? Mas é uma pessoa que tem responsabilidades, tem filhos na universidade. É interessante que os produtos tradicionais, e neste caso os Ovos Moles de Aveiro, tem sido talvez a ‘tábua de*

²⁷⁰ QUALIFICA, Associação Nacional de Municípios para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses, “visa incentivar a produção tradicional e as especificidades decorrentes da sua origem geográfica, contrariando o decréscimo da natalidade a que se tem vindo a assistir em Portugal.” Qualifica na Imprensa, Fonte: Lusa, cf., www.qualifica.pt e Ana Soeiro: «Manter os produtos tradicionais pode ser a única forma de preservar os territórios». Entrevista de Sara Pelicano, Jornal Café Portugal, 20 de fevereiro de 2009, cf., http://www.cafeportugal.net/pages/noticias_artigo.aspx?id=237

salvação'. Aquilo que eu costumo dizer: a 'arca de Noé' de muita gente que em casa monta a sua microempresa, a chamada empresa familiar, fazem as suas sobremesas, fazem os seus ovos-moles. Por que é que nós sabemos? Porquê elas vêm contactar connosco. Vêm fazer a tradicional pergunta: senhor Francisco, o que é que precisa para eu licenciar a minha unidade familiar? E o que é preciso para eu incrementar e produzir Ovos Moles de Aveiro? As pessoas querem cumprir as regras. Querem fazer bem. São pessoas desta região. É um produto que lhes é comum, que é acarinhado por elas. O produto que, de uma forma geral, toda gente faz nas épocas festivas, um fim-de-semana, quando vem um familiar à casa, os tradicionais ovos moles, ou a massa de ovos moles para rechear os bolos. Porque, como se sabe, os ovos-moles, por seu processo tradicional de fabrico, é uma massa de alta segurança alimentar. De forma que tem sido, daí, as centenas de pessoas que trabalham neste setor. Tem sido a 'tábua de salvação'! Tem sido talvez a derradeira oportunidade de voltar a encontrar um sorriso nas pessoas, quando perdem o seu trabalho ao sentirem que podem fazer alguma coisa, podem efetivamente ganhar algum dinheiro. Essencialmente fazendo este doce tão fantástico, possam vir a ter o seu apoio financeiro, possam sorrir e fazer sorrir também os elementos que compõem a sua família, isso é muito importante. Essa história estende-se ao longo do nosso país. É por isso que eu defendo que os produtos tradicionais portugueses têm que ser apadrinhado. Tem que ser essencialmente no interior, onde o abandono é tão grande. (...) Tem-se que dizer às pessoas que através do tradicional, quer do artesanato, quer da doçaria, podemos recapitalizar as aldeias, podemos voltar a ter pessoas nas nossas aldeias abandonadas" (José Francisco Silva, entrevista do Caso).

De referir que o ambiente da APOMA incentiva os associados à responderem as necessidades sociais e à criatividade. Concernente a este assunto José Francisco Siva comenta que a gestão democrática, a democratização do espaço, o contributo de todos os associados é um determinante social que potencializa a geração de novas ideias. Explica-nos José Francisco Silva que “os associados, mesmo com pouca escolaridade, nomeadamente as pessoas de mais idade e com maior tempo na produção do Ovos Moles, detém um saber natural relevante que fomenta, em nós, a inovação, a busca por resolver algo que é de interesse de todos os associados.”

No espaço/território de atuação da APOMA há diversas formas de cooperação entre as empresas, podendo-se considerar como fator positivo para potencializar a inovação social. Pode-se afirmar que a construção de parcerias foi um fator determinante para se concretizar a ideia de IGP para os Ovos Moles de Aveiro. Neste processo cada elo teve, e ainda tem, um papel especial e único “*através de uma ação conjunta por iniciativa da Confraria Gastronómica de São Gonçalo e dos produtores mais antigos, e.g., D. Silvina, de uma das artesãs de quem se reconhece a genuinidade da receita dos Ovos Moles de Aveiro*”(Professor Manuel António Coimbra).²⁷¹ Revela-se, nesta rede, “*os fortes elos dos produtores (micro e pequenos empresários) com a Universidade de Aveiro, a Câmara Municipal através do seu setor do turismo, nomeadamente a Rota da Luz, a Direção Geral da Agricultura da Beira Litoral e com a Associação Comercial de Aveiro. Todos estes elos estão interligados pela APOMA, sendo que esta associação constitui uma cooperação empresarial de sucesso, caracterizada por uma preponderante liderança no setor de produtos tradicionais da região*” (Professor Manuel António Coimbra).

Neste contexto, a dimensão externa da inovação propiciou formas de cooperação entre as empresas locais e elevou a qualidade no processo de produção ao longo da cadeia produtiva. O desencadeamento da inovação social favoreceu a capacitação das empresas no processo dos vários segmentos de inovação em produtos com impacto na área económica, social e ambiental. Da ideia de qualificar um produto da doçaria conventual (IGP) proliferou uma série de outras inovações, inclusive em reviver produtos que já se consideravam extintos, e.g., os Ovos Moles Pretos (APOMA, 2012: 46, 64)

Dilucida o Professor Manuel António Coimbra que os produtores de Ovos Moles de Aveiro estão a pensar no futuro, dando prossecução à visibilidade que os Ovos Moles de Aveiro tem neste momento. Liderados pela APOMA, “*os produtores pensam em produzir muito mais, o facto é que a produção tem vindo a aumentar muito, mantendo-se a qualidade do produto*” (Professor Manuel António Coimbra).

²⁷¹ Pode-se ver também: “Registo de um Testemunho”. (APOMA, 2012: 65-66).

A inovação social originada com a ideia de IGP para os Ovos Moles de Aveiro incitou a APOMA e os associados à criatividade. Neste contexto a APOMA, em conjunto com a Universidade e outras organizações, tem em andamento mais alguns projetos de inovação. Comenta o Professor Manuel António Coimbra que *“neste momento desenvolvemos um processo para que, em tempo real²⁷², possa-se assegurar que um determinado tipo de produção pode ir para o mercado. (...) O objetivo é implementar um processo de análise em tempo real, no próprio dia, antes de se colocar o produto no mercado. Este novo processo de análise daria o resultado, em termos microbiológicos, em termos químicos, em termos químico-sensoriais como um produto certificado com qualidade ao mesmo tempo que o produto sairia para a comercialização”*.

Por conseguinte, finalizou-se a pouco mais de um ano o projeto de investigação que permite a exportação dos Ovos Moles de Aveiro.²⁷³ A exportação dos Ovos Moles de Aveiro ultracongelado é inovador. Induziu a qualidade no processo de produção e implementou a educação ambiental no setor de produção e comércio de Ovos Moles de Aveiro, micro e pequenas empresas. Comenta o Professor Manuel António Coimbra que *“para se poder exportar, principalmente para o ‘mercado da saudade’ os Ovos Moles teriam que ser ultracongelados. Nós estamos numa região onde se produzem muitos produtos ultracongelados e por isso há aqui uma sinergia que se pode aproveitar. Neste sentido, a APOMA (...) procedeu com as mudanças no Caderno de Especificações, a Universidade seguiu com o processo de investigação, os demais parceiros com os ritos técnicos-burocráticos. Isto tudo para que os Ovos Moles possam ser congelados pelo próprio produtor, possam ser exportado através de uma rede frio, e depois possam ser descongelado por um recetor, para depois serem vendidos na forma normal que o consumidor conhece na zona de destino”*(Professor Manuel António Coimbra).

²⁷² “Atualmente os Ovos Moles produzidos vão para o mercado e ao mesmo tempo vão para análise e só passados 2 a 3 dias é que são analisados. Felizmente todas as certificações que se tem feito em todas as amostras estão a ser produzidas com qualidade” (Coimbra, 2012).

²⁷³ A notícia sobre o projeto de exportação foi destaque de diversos jornais portugueses, eles o jornal “Público”, de 27 de fevereiro de 2012, “Conservação dos ovos-moles é afinal um ovo de Colombo”, por Maria José Santana, caderno Portugal, cf., <http://www.publico.pt/local/noticia/conservacao-dos-ovosmoles-e-afinal-um-ovo-de-colombo-1535526>

Destarte, corrobora com o comentário do Professor Coimbra a explicação do Presidente da APOMA: *“neste momento ainda não se pode exportar os Ovos Moles de Aveiro porque o processo ainda está no Ministério da Agricultura. Sei que está despachado, eu posso-lhe garantir isto! Mas tem que ser publicado no Diário da República²⁷⁴ a chamada proteção nacional transitória. Porque vai haver um período de discussão da oposição, i.e., a senhora pode sentir-se lesada nesta mudança, pode sentir-se que não foi respeitada a livre concorrência. A senhora tem esses 30 dias para se opor, o chamado período de oposição. Depois sim, apesar de ir para a Comunidade Europeia, para Bruxelas, nós podemos iniciar a exportação ao abrigo dessa proteção transitória nacional”* (Entrevista do Caso).

Além desses projetos de inovação a APOMA desenvolve um processo de retirar a clara do ovo evitando-se partir o ovo manualmente. Consoante o Professor Manuel António Coimbra *“aquilo que se está a fazer é um projeto de cooperação com outras indústrias, e.g., a Derovo Group²⁷⁵, que existe em Pombal, de criar pacotes de gemas, preparadas especialmente para os Ovos Moles de Aveiro de maneira que o produtor já sabe quantas gemas ali vem, (...) e a coisa funciona da mesma maneira, porque já fizemos um estudo para APOMA para verificarmos esse novo método”*. A prossecução desta inovação tende a resolver o que se considera como maior problema da APOMA: a educação ambiental e preservação de recursos naturais com a cadeia produtiva. Diante disso, este novo projeto, *“além de contribuir para o processo de aumentar a produção, irá resolver o problema com o nosso maior resíduo, a clara de ovos”* (José Francisco Silva).

Depreende-se que o processo de inovação no ambiente organizacional da APOMA tende a ser contínuo. A APOMA estabeleceu alguns protocolos de cooperação no processo de divulgar o produto e a marca Ovos Moles de Aveiro (IGP). *“Há toda uma diversificação de produto, aproveitando a marca de certificação, e.g., as barricas*

²⁷⁴ O pedido de mudança do Caderno de Especificações e a validação do processo de exportação publicado no Diário da República, 2.^a série – N.º 154 – 12 de agosto de 2013. Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Aviso (extrato) n.º 10165/2013, Pedido de Alteração de Registo de Indicação Geográfica “Ovos Moles de Aveiro”, pp. 25547, cf., <https://dre.pt/pdf2sdip/2013/08/154000000/2554725547.pdf>

²⁷⁵ Cf., www.derovo.com

de Ovos Moles de Aveiro tem sido personalizadas para outros eventos, entre eles, pode-se citar o caso do Rotary Club que teve a oportunidade de personalizar algumas barricas que oferece como oferta, num protocolo que tem com a APOMA” (Professor Manuel António Coimbra).

No caso da APOMA, pôde-se constatar que todo o processo de geração de inovação social, indubitavelmente repercute nas dimensões interna da organização e externa, propriamente com impacto no DLS. Observa-se que essas dimensões incidem diretamente nas áreas de:

- Económica
 - Promovendo a autossuficiência da APOMA;
 - Estimulando o desenvolvimento económico local;
 - Gerando maior possibilidade de sobrevivência financeira dos associados;
 - Estimulando o empreendedorismo local.
- Social
 - Propiciando a autonomia dos atores sociais;
 - Incluindo no processo os trabalhadores desempregados.
- Ambiental
 - Controlo dos efeitos exercidos no ecossistema, assegurados pelas normas de segurança instaladas no processo da IGP.
 - Preservação dos recursos naturais típicos da região, *e.g.*, da Ria de Aveiro.

A APOMA considera-se uma empresa inovadora e com potencialidade no processo de inovação social. Os limites no processo de criatividade são os de cunho burocrático e financeiro para se implementar a ideia. Os trâmites que um projeto inovador no campo do fabrico de um produto artesanal agroalimentar é muito burocrático. Para Ana Soeiro o processo é limitado porque um projeto de inovação, como o caso do IGP para um produto agroalimentar, possui normas estreitas, rígidas e muito lentas. “(...) *Falamos de uma legislação pouco adequada. Temos coisas em Portugal que são perfeitamente inacreditáveis. (...) Estamos a levar demasiado à letra*

as emanações da legislação comunitária sem as enquadrar na realidade. (...) São estas exigências que levam os pequenos produtores a desistir. As derrogações são um assunto que não está resolvido. (...) Nas célebres derrogações em Portugal, fez-se um regulamento absurdo, O produtor tem, inclusivamente, de demonstrar o peso económico do seu negócio na fileira produtiva. Trata-se de um micro negócio. Porque é que o produtor vai gastar dinheiro com um economista para chegar a uma conclusão que já conhece?” (Ana Soeiro para o jornal Café Portugal)²⁷⁶.

De referir que o primeiro projeto de inovação social da APOMA, qualificar os Ovos Moles de Aveiro com o IGP, durou dez anos. No decurso do ano 2000 a 2013, a associação esteve em contínuo processo criativo, todavia, a inovação social, além do tempo longo para implementação da ideia, implica significativo custo financeiro.

Neste contexto, hoje há 26 empresas certificadas e mais duas estão em processo de certificação. Também há novos produtores no mercado, novas empresas, microempresas, unidades familiares. Comenta José Francisco Silva: *“mas a associação também teve que fazer o trabalho de casa, porque para ser associado e produzir Ovos Moles de Aveiro é preciso seguir critérios. É preciso seguir regras, ter controlos de segurança e certificação e isto custa dinheiro. Então qual tem sido o trabalho neste último ano da associação? Criar esta possibilidade, i.e., democratizar esta possibilidade. Se eu digo assim: a senhora para cozer Ovos Moles tem que gastar no primeiro ano cinco mil euros. Ela me dirá: não vamos discutir porque não há hipótese. Mas se eu lhe disser que com 300 euros é possível produzir Ovos Moles de Aveiro, e acrescentar valor ao seu produto, as pessoas já aderem ao projeto. Ora, foi talvez um passo muito importante que nós demos neste último ano, foi o de laicizar, democratizar o acesso do muito pequeno produtor à produção dos Ovos Moles e aproximar-se também da associação. Alguns diziam: o senhor Francisco nós não podemos ser sócios da APOMA porque 200 euros ou 300 euros por ano é muito dinheiro, nós aceitamos. Mas nós não deixamos de os ajudar. Mesmo não sendo associados indicamos tudo,*

²⁷⁶ Ana Soeiro: «Manter os produtos tradicionais pode ser a única forma de preservar os territórios». Entrevista de Sara Pelicano, Jornal Café Portugal, 20 de fevereiro de 2009, cf., http://www.cafeportugal.net/pages/noticias_artigo.aspx?id=237

abrimos curso para que eles tenham oportunidade para crescer. Crescer e acrescentar valor a marca coletiva” (Entrevista do Caso).

No âmbito da inovação social a APOMA tem um programa de aprendizagem profissional contínua orientado para as necessidades dos produtores, dos associados, dos que trabalham no setor da pastelaria. Com isto o setor tem aberto novos empreendimentos e, cada vez mais, empregando gente. Explica-nos José Francisco Silva que *“este ano já demos formação a mais de cem trabalhadores, nomeadamente a cerca de 140 trabalhadores. Todo este processo foi de formação gratuita na área da pastelaria de chocolate, pastelaria conventual, pastelaria semifria e segurança alimentar, para falar só destas”.*

A inovação social repercutiu diretamente na qualidade de vida do ator social tanto na qualificação profissional como no meio ambiente. O processo de qualificação dos Ovos Moles de Aveiro fomentou cursos acreditados, elevando sobremaneira o nível de escolaridade da população neste setor. Comenta José Francisco Silva: *“Os cursos são acreditados. Com estas formações eles (os trabalhadores) vêm adquirindo um nível de escolaridade. Como é formação acreditada, vai somando os seus créditos, alguns já fizeram o equivalente ao nono ano. Outros estão a tentar o 12º ano, mas é preciso créditos de centenas de horas. Não é de um dia para outro. Mas 40 a 50 horas que a APOMA dá, há os do fim-de-semana, há os cursos da noite. Alguns trabalhadores têm feito. Eu, na minha empresa, por exemplo, tenho um colaborador que tinha a 4ª classe e agora tem a equivalência ao 9º ano. Isto é interessante porque percebemos que a APOMA abriu muitas oportunidades que nem nós mesmos havíamos pensado naquela época, em especial esta parte social da inovação com o IGP. O desenvolvimento económico e social é para todos nós, produtores de Ovos Moles, e para os colaboradores” (Entrevista do Caso).*

Além disso, sobre a educação ambiental, explica-nos José Francisco Silva: *“nós temos introduzido outra vertente que foi uma vertente que tivemos mais dificuldade numa fase inicial, que é a vertente ambiental. Eu considero que a economia só é sustentável quando ela se encaixa em valores histórico-culturais. Neste caso a história e a cultura da nossa região, tem valor económico relevante, mas tem característica do*

ponto de vista de economia colateral, tem características ambientalmente interessantes. Quando nós, a nível de matéria-prima somos rigorosos, façam bem, respeitem o ambiente, respeitem os animais, porque são esses os ovos que nós colhemos; depois quando produzimos e damos fim aos nossos resíduos externos (as claras dos ovos), ou quando nós dizemos assim: nós não queremos produzir resíduos no nosso processo, queremos produzir um subproduto. Não vamos coloca-lo (as claras dos ovos) na lixeira, nos contentores do lixo ou nas sanitas, contaminando com salmonela a nossa Ria. Vamos dar-lhe uma valorização, não digo económica, nós podemos dar gratuitamente e assim ser uma valorização social. É possível fazer comida para as pessoas, com o produto (as claras dos ovos) que tem uma inteligência alimentar brutal. Tem este aspeto: melhoramos o ambiente por um lado, e matamos a fome de quem tem fome. É este aspeto que tem sido mais difícil para nós passarmos para os nossos associados. Isto dá trabalho. As pessoas vêm nos dizer: o senhor Francisco vem pôr-nos a cozer as claras no final do dia no forno ... dá tanto trabalho. Dá tanto trabalho, mas resolvemos um problema que é este resíduo, é um problema interno grave! Por outro lado vai, se calhar, fazer sorrir alguém que na penumbra da noite vai comer um pudim de clara e vai gostar. Por isso que nós criamos as comissões de acompanhamento no terreno” (Entrevista do Caso).

Com base na análise de conteúdo e na triangulação dos dados foi possível elaborar uma síntese da investigação apresentado os pontos que mais sobressaíram no decorrer da análise dos dados, *cf.*, expressa-se com o Quadro 18, a seguir.

Quadro 18. Síntese da investigação – Caso APOMA

Síntese dos dados socioeconómicos – estudo de caso APOMA Período (2011 – 2012)	
Categoria de análise	Dados socioeconómicos
Pessoas empregadas na produção de Ovos Moles de Aveiro	360
Quantidade produzida, tonelada/ano	283
Projeção de quantidade produzida, tonelada/ano 2013	350
Preço por quilo do produto	17,67 €
Volume de venda/ano	5.000.000,00 €
Projeção de volume de venda/ano 2013	6.184.000,00 €
Tipo de produto	Artesanal, pastelaria à base de água, açúcar e ovos
Produtor típico	Micro e pequenos empresários (grande parte de empresa familiar) Pasteleiros de várias classes etárias
Vantagens do IGP para os associados	Proteção contra adulterações, cooperação dos participantes, qualidade do produto e valor acrescentado, fomento à exportação, valorização económica da região, benefícios ao consumidor.
Constrangimentos para os associados	Alteração e/ou falsificação do produto Custo para certificar o produtor
Crescimento económico dos associados	Muito bom
Importância da APOMA e aproveitamento do potencial da inovação social para o DLS	Elevado
Potencial da OTS para a inovação social	Elevado
Limites à inovação social	Financeiro Burocracia do Estado
Importância da rede de sociabilidade para a APOMA e os seus associados	Elevado
Fomento ao empreendedorismo	Muito bom
Compromisso da APOMA com o meio ambiente	Muito bom

Fonte: Elaborado com base nas entrevistas e dados publicados nos *mass media* pela APOMA referente aos anos de 2011 e de 2012.

Na confrontação dos dados brutos pôde-se observar que a formação do agrupamento dos produtores de Ovos Moles de Aveiro elevou a condição de promoção e desenvolvimento regional (*cf.*, Quadro 18, *supra*). O associativismo tem portentoso papel para o DLS, comenta Ana Soeiro que “*produtos fortes são uma mais-valia para a região, um motor económico e de atração. Pode esta ser uma das soluções para o desenraizamento e despovoamento do mundo rural. (...) Temos que perceber quantas pessoas empregam estas atividades e, como tal, vamos fazer um estudo. Estamos a falar*

de famílias inteiras. (...) Há forma de fixar as pessoas. Há, depois, o turismo que é atraído por estas paisagens e pelos produtos. É um turista culto, informado, com poder de compra e que não estraga. A Alemanha, Noruega, entre outros destinos do Norte de Europa são um exemplo. Procuram boas refeições, boas instalações e preservam. Este é o turista que nos interessa” (Ana Soeiro, Jornal Café Portugal)²⁷⁷.

A partir dos cruzamentos de dados exposto no Quadro 18, exposto anteriormente, pode-se dizer que a APOMA, uma OTS inovadora, cria valor ao prospetar a ideia de valorizar um produto que se identifica com o lugar. Revela a capacidade do associativismo na reconquista da faculdade de criar novos modos de reprodução e valorização do capital económico, social, humano e natural. Portanto a inovação social incorpora qualidades à mudança social e pode ser vista como uma vicissitude face aos processos tradicionais de atividade produtiva que sobressai o DLS. Depreende-se assim que a inovação social gerada pela APOMA é uma forma inédita de fazer combinações socioeconómicas com estreita ligação com o meio. O meio, agente inovador, exerce fundamental contributo ao sobressair o papel da APOMA com os demais setores da sociedade, assegurando soluções de problemas mediante ações inovadoras.

6.1.10. CONCLUSÃO DO ESTUDO DE CASO 1 – APOMA

Desde 1992 que a Comunidade Europeia criou sistemas de proteção jurídica e de valorização dos produtos agroalimentares, sendo estes: Denominação de Origem Protegida (DOP), Identificação Geográfica Protegida (IGP) e Especialidade Tradicional Garantida (ETG). Anota-se que os produtos agroalimentares, nomeadamente os alimentos com características tradicionais tem origem no local que lhe dá o nome. São fabricados em unidades artesanais produzidos no âmbito de empresas familiares, micro e pequenas organizações ou mesmo em associações e cooperativas. Possuem uma forte

²⁷⁷ Ana Soeiro: «Manter os produtos tradicionais pode ser a única forma de preservar os territórios». Entrevista de Sara Pelicano, Jornal Café Portugal, 20 de fevereiro de 2009, *cf.*, http://www.cafeportugal.net/pages/noticias_artigo.aspx?id=237

ligação com espaço/território, de tal modo que é possível provar o saber fazer do ator local. As características locais constituem esse reflexo que aparece quando a inovação social, orientada para o meio, busca desenvolver o local através da criação de novas instituições ou da modificação do papel de instituições existentes (*cf.*, Quadro18, exposto anteriormente). Portanto, a ideia da APOMA em qualificar a marca Ovos Moles de Aveiro com a IGP constituiu para o produto uma mais-valia associando-o a uma imagem de qualidade, de prestígio e de tradição. Essa mais-valia tem uma historicidade *“pelo esforço de gerações sucessivas de produtores da região de origem, no aperfeiçoamento das técnicas de produção e de elaboração dos produtos”* (José Francisco Silva), incluindo-se o papel dos comerciantes na promoção do produto junto dos consumidores.

O resultado da pesquisa confirma o pressuposto desenvolvido na introdução desse trabalho, componente que responde a pergunta de partida. Além disso, revela que a inovação social aparece como ponto de referência no âmbito da APOMA, ao mesmo tempo em que a inovação social desencadeada pela mesma, cria uma dinâmica coletiva com espírito associativo, crescimento inteligente e impacto positivo na região. Depreende-se que a mobilização dos atores em rede de sociabilidade estende-se além do IGP do produto, *“a partir desse ano o mercado de Ovos Moles de Aveiro expandir-se-á através da exportação para países como Brasil, Alemanha, Angola, etc.”* (José Francisco Silva). Confirma-se que a ideia de qualificar os Ovos Moles de Aveiro como produto de IGP foi um facto inédito, uma peça-chave de grande relevância para o desenvolvimento local sustentável.

Nesse sentido a inovação social culminou como uma estratégia positiva e pode vir a ser considerada como um fator-chave para o DLS a partir de que a produção, o fabrico e a distribuição de produtos tradicionais ocupam um lugar importante na economia local. Destarte, a promoção de produtos com determinadas características pode tornar-se um trunfo importante para o local, nomeadamente as zonas desfavorecidas ou periféricas, promovendo a melhoria do rendimento dos atores e a fixação da população na região.

Confirmou-se a importância do terceiro setor para o desenvolvimento local sustentável através do papel da APOMA sensibilizando os produtores para a importância do associativismo no desenvolvimento da região. Além disso, a atuação dessa associação informando os produtores acerca dos aspetos de qualificação, assim como, promovendo a discussão entre os vários elos da rede, de forma a incentivar cada vez mais à qualidade e valorização dos produtos agroalimentares de qualidade.

Nessa linha de raciocínio, a inovação social emerge como uma estratégia que fornece mais-valia e novidade para o produto e os produtores associados a APOMA, bem como para todos os elos da rede de sociabilidade composto pelas partes interessadas. Confirma-se também as teorias que considera a inovação social uma combinação entre a criatividade e o desenvolvimento de ideias inéditas que buscam resolver um problema coletivo, uma tomada de risco com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e promover o DLS.

6.2. ESTUDO DE CASO 2 – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DAS SERRAS DO MONTEMURO, ARADA E GRALHEIRA - ADRIMAG

6.2.1. SÍNTESE INTRODUTÓRIA

O segundo estudo de caso apresenta a Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira (ADRIMAG). No sentido de responder as perguntas de partida desta investigação, analisa-se, no âmbito da ADRIMAG, o processo de geração de inovação social compromissada com o DLS.

Neste contexto o presente estudo de caso tem como objeto de análise os seguintes projetos reconhecidos como de inovação social a nível nacional e internacional:

- Projeto CRER (Criação de Empresas em Espaço Rural), desenvolvido pela ADRIMAG no âmbito da Iniciativa Comunitária EQUAL.
- Projeto de Cooperação Transnacional
 - EQUAL/EEC – *European entrepreneurship cooperation* – parceria desenvolvida no âmbito do projeto JEMA financiado pelo PIC/EQUAL.
 - ENTRE – *transition towards entrepreneurship* – foi a componente transnacional do projeto CRER.
 - Projeto *Myrtillus*, desenvolvido pela ADRIMAG em parceria com a AGIM, a Câmara Municipal de Sever do Vouga e a MIRTILUSA. Este projeto foi financiado pelo Programa LEADER+. A partir desse projeto originou-se:
 - *Mirtilos/Blueberries*, um projeto *benchmarking* de iniciativas inovadoras para produção, comercialização e promoção do mirtilo em Sever do Vouga.

No decorrer da investigação a ADRIMAG revelou-se uma OTS inovadora e comprometida com as políticas de desenvolvimento local sustentável, tendo-se por base

o fundamento teórico desenvolvido na revisão bibliográfica deste trabalho. Neste estudo de caso a inovação social surge como propulsora de DLS. Observou-se que, a partir da ADRIMAG, a inovação social medra ações amparadas no descobrir e/ou despertar vocações no espaço/território. Além disso, o processo de inovação social gerada pela ADRIMAG tende a fomentar a emancipação do tecido social e o progresso de regiões mais sustentáveis.

6.2.2. CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRICO – ADRIMAG

A Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira (ADRIMAG) foi constituída no dia 27 de agosto de 1991.²⁷⁸ Foi fundada por onze associados privados²⁷⁹ como uma associação de direito privado sem fim lucrativo, por tempo indeterminado, com sede no concelho de Arouca. Atualmente a organização possui 35 associados, dos quais 9 são entidades públicas e 26 entidades privadas. Os sócios fundadores mantêm-se desde o começo. (João Carlos da Silva Pinho²⁸⁰, Coordenador da equipa técnica, entrevista do caso).

Esclarece-nos João Carlos Pinho que a ADRIMAG originou-se *“pela necessidade de mobilizar os recursos endógenos e promover um território ‘encravado’ entre o litoral desenvolvido e o interior profundo”*. O objeto social da ADRIMAG abrange várias atribuições que distingue essa associação no seio do tecido societal em que *“desempenha um papel interventivo e dedicado à comunidade”* (Entrevista do

²⁷⁸ Registo do Estatuto de Constituição de Associação encontra-se no Cartório Notarial de Arouca. Documento n.º 65, livro de notas n.º 105D, folha 40-42. Publicado no Diário da República – III Série, N.º 231, de 8-10-1991, página 17212.

²⁷⁹ Seus sócios fundadores: Maurício Valério Soares de Figueiredo, Maria Ester Pinho Ferreira, Isabel Maria Pais Correia, João de Figueiredo Rodrigues, Celso Portugal da Silva, Óscar Tavares Braga, António Lacerda do Vale Quaresma, Maria Rosário Jesus da Rocha Amorim, Afonso Portugal Ferreira da Silva, Mafalda da Piedade Martins Silva, Laurinda Soares Brandão.

²⁸⁰ Será feito referência como João Carlos Pinho, modo mais curto do nome do senhor Coordenador da ADRIMAG.

caso). Consoante o Artigo Segundo dos Estatutos,²⁸¹ documento de constituição da associação, a ADRIMAG tem por objeto social:

Defender o património endógeno – raças autóctones; desenvolver e incentivar o turismo rural; desenvolver e apoiar iniciativas culturais; incentivar e apoiar o artesanato e a etnografia; ajudar o escoamento de produtos endógenos; contribuir para animação do espaço rural; promover a formação profissional; desenvolver e apoiar o desenvolvimento de contato, com abertura a organismos e entidades para tal vocacionadas (ADRIMAG, 1991: 5).

A ADRIMAG, no âmbito de sua política de qualidade, assume a missão de [...]

Contribuir para o desenvolvimento rural e integrado do território ‘Serras de Montemuro, Arada e Gralheira’ apostando na implementação e gestão de programas comunitários e/ou nacionais, bem como na promoção e desenvolvimento de iniciativas e projetos de interesse para a região (ADRIMAG, política de qualidade)²⁸².

A partir do seu objetivo de existência e missão, a associação, em seu compromisso organizacional com o desenvolvimento local sustentável, tem como visão:

Tornar a ADRIMAG num organismo de referência e de excelência junto das entidades oficiais, dos seus clientes, dos seus associados e de outros agentes económicos locais, nacionais ou internacionais na implementação de programas, projetos e iniciativas, que contribuam

²⁸¹ “Documento Complementar organizado nos termos do número dois, do artigo setenta e oito, do Código do Notariado” e referente a ADRIMAG (ADRIMAG, 1991: 5).

²⁸² A ADRIMAG é uma entidade certificada em conformidade com a norma ISO 9001:2008 (*cf.*, http://www.adrimag.com.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=116&Itemid=155).

decisivamente no processo de desenvolvimento local e regional (*ibidem*).

Neste contexto, seguindo-se a política de qualidade organizacional, os valores que caracterizam a associação, imbuídos em cumprir com a missão, assentam nos seguintes pontos comportamentais:

- Ética e respeito pelas pessoas;
- Equidade e igualdade de tratamento;
- Qualidade dos serviços;
- Competência técnica e profissionalismo;
- Inovação;
- Trabalho em equipa;
- Responsabilidade social e ambiental.

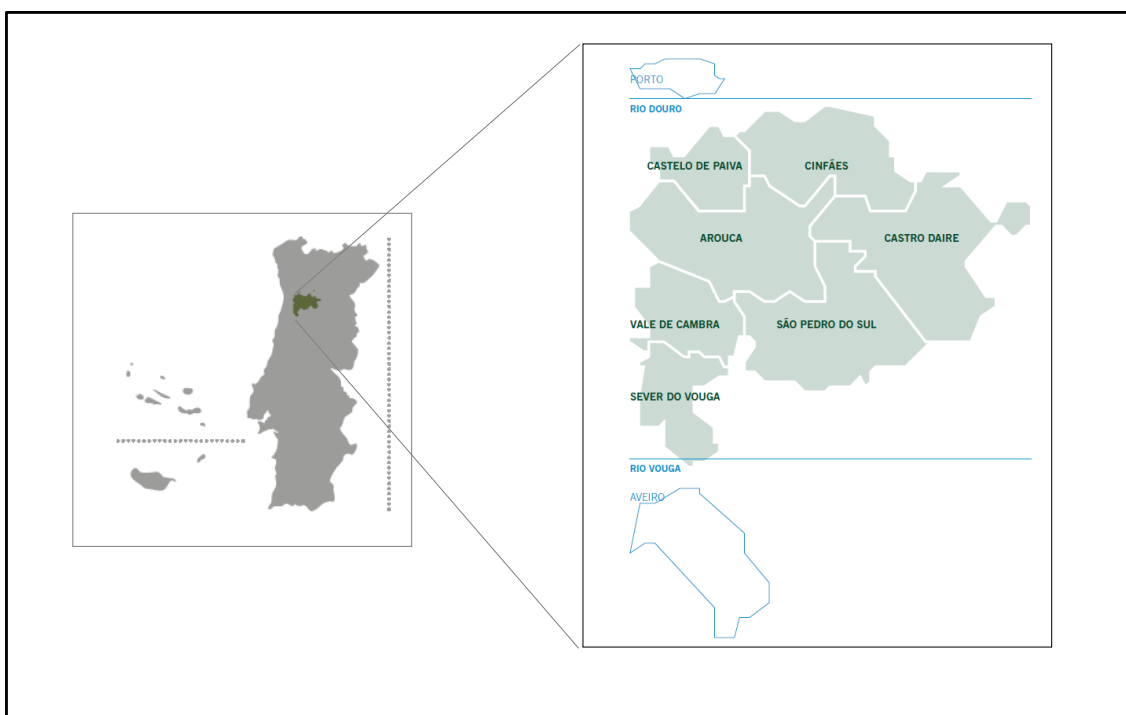
Apesar de a ADRIMAG estar sediada em Arouca e ter como zona de intervenção sete municípios, a associação desenvolve as suas atividades em vários concelhos distribuídos pela região Norte e Centro. Os municípios da zona de intervenção: Arouca, Castelo de Paiva, Castro Daire, Cinfães, São Pedro do Sul, Sever do Vouga e Vale de Cambra, sendo que estes municípios localizam-se entre os rios Douro e Vouga, *cf.*, Figura, 20, a seguir. De referir, ainda, a intervenção da ADRIMAG nos concelhos de Oliveira de Azeméis, São João da Madeira, Santa Maria da Feira. Este território, localizado no Centro/Norte de Portugal, é uma área montanhosa e agrícola com 16.882 km², com elevada qualidade ambiental, entretanto, considerado como uma área económica debilitada e desfavorecida.²⁸³

Neste contexto, trata-se de uma região com área homogénea de características rurais, com algum êxodo rural e com um PIB *per capita* inferior a 7,5% da média nacional. Além disso, esclarece-nos João Carlos Pinho, que “o envelhecimento populacional da região ronda os 6,1%, um percentual mais elevado do que a média nacional, um nível de educação mais baixo do que a média nacional e uma taxa de

²⁸³ Minha Terra, Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local, *cf.*, <http://www.minhaterra.pt/spip.php?article365>

desemprego superior à média nacional”. Todos os municípios da zona de intervenção da associação estão integrados no mapa “Portugal menos favorecido”²⁸⁴ (Martins, 2008: 7).

Figura 20. Zona de intervenção da ADRIMAG



Fonte: Elaborado pela autora, com base em Chaves (2012: 16) e Martins e Moreira (2008: 6)

Diante desse cenário regional de pouco favorecimento ao desenvolvimento local, a ADRIMAG emergiu com o objetivo de ser criativa e aproveitar os principais instrumentos de apoio comunitário e nacional direcionados para a sua zona de intervenção. Destarte, comenta João Carlos Pinho que *“é efetivamente um território com forte tendência da atividade agrícola, mas creio que os apoios nacionais e comunitários, veiculados pela ADRIMAG, alteraram o cenário nesta região, dado que surgiram diversos pequenos negócios, como restaurantes, casas de turismo rural,*

²⁸⁴ Consoante a Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2004, de 17 de fevereiro definiu-se o mapa “Portugal menos favorecido” resultante do Programa de Recuperação de Áreas e Sectores Deprimidos (PRASD) criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2003, de 26 de Março. O Programa foi uma iniciativa conjunta dos Ministérios da Economia e do Trabalho e Segurança Social.

associações de artesanato e microempresas que criaram postos de trabalho e permitiram a alguns residentes encontrar outra forma de rendimento ou de acrescento à economia familiar (João Carlos Pinho, Revista Magazine, inverno de 2011: 56)²⁸⁵.

Nesse cenário de caracterização e histórico da organização, sobressai o modelo de negócio da ADRIMAG.²⁸⁶ Um modelo em sistema de gestão coletiva e imbuído em cooperação e reciprocidade, fortalecido por uma rede de parceiros nacionais e internacionais, entidades do setor público, privado e OTS.²⁸⁷

O estabelecimento de parcerias é um fator e um instrumento fundamental e muito importante para que o desenvolvimento se processe de uma forma integrada e sustentada. Nesse sentido, ao longo da sua atividade, a ADRIMAG tem estabelecido parcerias e acordos de cooperação em vários níveis e com uma multiplicidade de entidades (ADRIMAG, www.agrimag.com.pt).

Esta rede, coordenada pela estrutura organizacional da ADRIMAG, nomeadamente na zona de intervenção da associação, atua cooperando no desenvolvimento de ideias inovadoras, implementadas por programas e projetos compromissados com o DLS.

²⁸⁵ A Revista Magazine é de propriedade da ADRIMAG, cuja Direção Geral é do Coordenador da ADRIMAG, João Carlos Pinho. A Revista nasceu em 2011, inserindo-se numa das ações do projeto de Gestão da Parceria PROVERE – Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos. A publicação é “um instrumento de informação, promoção e dinamização do território, dos seus recursos e agentes económicos, sociais e culturais, na perspetiva de corresponder aos interesses de um público mais vasto”. (João Carlos Pinho, para Minha Terra, <http://www.minhaterra.pt/spip.php?article765>).

²⁸⁶ Este assunto ir-se-á discorrer mais à frente, no item 7.4 – O modelo de negócio da ADRIMAG.

²⁸⁷ Para se ter conhecimento da lista de parceiros, ver página da ADRIMAG, *cf.*, http://www.adrimag.com.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=115&Itemid=154

6.2.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Segundo a legislação portuguesa, a ADRIMAG é uma organização do terceiro setor²⁸⁸. A sua estrutura organizacional funciona como uma associação de direito privado, sem fins lucrativos. Portanto, a ADRIMAG, na condição de OTS integrou o universo da “*Conta Satélite das Instituições sem fim lucrativo 2006 – projeto piloto*” (INE, 2011), e também a “*Conta Satélite da Economia Social – 2010*” (INE, 2013).

A estrutura organizacional da ADRIMAG é composta pelos órgãos administrativos, em mandatos de três anos, eleitos por maioria de votos dos associados em pleno gozo dos seus direitos, em escrutínio secreto. Segundo o Artigo Sexto, Estatutos (ADRIMAG, 1991: 6) os órgãos administrativos são.

- Assembleia geral
 - Constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário.
- Direção
 - Composta por um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e um vogal.
 - Constituída por cinco municípios e é presidida pelo município de Arouca, na pessoa do presidente da Câmara Municipal, atualmente José Artur Neves.
- Conselho fiscal
 - Constituído por um presidente, um relator e um vogal, eleitos pela Assembleia Geral.

Os cargos eleitos não são remunerados, conforme deliberação da Assembleia Geral. Sendo órgão supremo da Associação, “*à Assembleia Geral compete o funcionamento prescrito nas disposições legais aplicáveis, designadamente as previstas nos artigos 170 a 179 do Código Civil português*²⁸⁹” (ADRIMAG, 1991:7-8). À Direção da Associação “*competem a gerência social, administrativa, financeira e*

²⁸⁸ Cf., descrito no Quadro 16, Capítulo 3 deste trabalho.

²⁸⁹ Para mais detalhes ver Secção II, Associações, Código Civil Português (2010: 33-35).

disciplinar”, cf., Artigo Décimo Terceiro, Estatutos (ADRIMAG, 1991: 8). Ao Conselho Fiscal “compete fiscalizar os atos administrativos e financeiros da direção, verificar as suas contas e relatórios”, cf., Artigo Décimo Quinto, Estatutos, (ibidem).

A Direção da ADRIMAG responde pela coordenação executiva da associação que está sob o comando de João Carlos Pinho desde 1996, cujo cargo é o de Coordenador da equipa técnica. A coordenação da equipa técnica responde pela administração executiva da ADRIMAG que tem nesta área os setores comuns à administração interna e dois setores de contrato externo. A área de administração interna é composta pelo setor de recursos humanos, administração financeira, educação e formação e o setor de projetos e iniciativas. Os setores com contratos externos referem-se aos serviços de contabilidade e de higiene e segurança no trabalho.

No setor de educação e formação a ADRIMAG possui um Centro Novas Oportunidades desde setembro de 2006.²⁹⁰ O Centro Novas Oportunidades está sob a responsabilidade da Direção da ADRIMAG, José Artur Neves, e da Coordenação de equipa técnica. Segundo João Carlos Pinho, a ADRIMAG, com o Centro Novas Oportunidades, *“pretende assegurar a qualidade e a relevância dos investimentos efetuados numa política efetiva de aprendizagem ao longo da vida, valorizando socialmente os processos de qualificações e de certificação de adquiridos.”* Neste ínterim, sob a gestão de João Carlos Pinho, o Centro Novas Oportunidades da ADRIMAG dispõe de uma equipa de treze técnicos-pedagógicos. Esse grupo de especialistas multidisciplinares, como as demais equipas da associação, está orientado para a sua atividade de forma articulada e integrada, consubstanciado por uma rede de sociabilidade formada por diversos parceiros, cf., Quadro 19, a seguir.

²⁹⁰ Para mais informações ver página oficial da ADRIMAG, projetos em curso, Centro Novas Oportunidades, cf., <http://www.adrimag.com.pt>

Quadro 19. Rede de sociabilidade – Centro Novas Oportunidades ADRIMAG

Parceiros Institucionais	Protocolos e Parcerias
	• Centro Novas Oportunidade do Agrupamento de Escolas de Fiães
	• Junta de freguesia de Escariz
	• Serviços Sociais do pessoal da Câmara Municipal de Vale de Cambra
	• Gabinete de Contabilidade de A. Martins, Lda.
	• Giagi – Consultores em Gestão Industrial, Lda.
	• Vectoríndice Consultores, Lda.
	• Agrupamento Vertical de Escolas do Couto de Cucujães
	• Consulcambra – Consultoria, Auditoria e Contabilidade, Lda.
	• Gabinete de Inserção Profissional de Arouca
	• ALC – Associação Lusófona para o Desenvolvimento do Conhecimento
• Escola Secundária Serafim Leite	
• Bastidores da Felicidade – Eventos Sociais, Lda.	

Fonte: ADRIMAG (www.adrimag.com.pt)

A estrutura organizacional da ADRIMAG, nomeadamente a Direção da associação consubstanciada pela área de coordenação de equipas, assume diversas atividades decorridas dos projetos e iniciativas com objetivos de DLS. Da gestão desses projetos e iniciativas tem-se o modelo de negócio da empresa, assunto que será tratado a seguir.

6.2.4.O MODELO DE NEGÓCIO DA EMPRESA

Delineado por uma metodologia de intervenção, o modelo de negócio da ADRIMAG assenta em princípios de cooperação, de reciprocidade, de abordagem territorial, de experimentação e de inovação compromissada com o DLS. Essa metodologia corrobora para ações que contribuem no processo de definição de políticas locais direcionadas à componente desenvolvimento ecossocioeconómico, dinamizadas pelo empreendedorismo e a criação de empresa no espaço rural. Essas ações são

consubstanciadas por uma forte rede de sociabilidade, *cf.* já anotado anteriormente, cujos elos entrelaçam-se entre atores locais, instituições nacionais e internacionais, empresas do setor público, privado e OTS.

Ao se comprometer em desenvolver uma política de qualidade, o modelo de negócio da ADRIMAG assume o compromisso que tende por:

- “Garantir a maturidade crescente da organização e dos projetos realizados, numa prática de melhoria contínua.
- Rever o sistema de gestão da qualidade periodicamente.
- Manter um sistema organizacional coordenado que assegure a credibilidade interna e que mereça confiança das entidades oficiais, promotores/clientes e de todas as entidades com quem colabora.
- Assegurar elevados padrões de qualidade nos serviços prestados, em conformidade com requisitos técnicos e legais aplicáveis à sua atividade.
- Garantir a satisfação dos seus colaboradores” (ADRIMAG, política de qualidade).²⁹¹

Neste contexto, o modelo de negócio configura-se no processo de geração de ideias inovadoras e na implementação dessas ideias por meio de programas e projetos de iniciativas nacionais e comunitárias. Trata-se de um processo criativo com forte vertente de DLS e de empreendedorismo, fatores que dinamizam a economia regional. Assim, o modelo de negócio tem por finalidade atingir os objetivos estratégicos a que se propõem a associação, compatibilizando as perspetivas dos diferentes agentes locais.

Esclarece-nos o senhor Coordenador da ADRIMAG que “*diversos são os instrumentos direcionados para a região e utilizados pela ADRIMAG para levar a cabo um processo de DLS. Entre esses instrumentos destaca-se o Programa LEADER*²⁹² que

²⁹¹ Ver página oficial da ADRIMAG, política de qualidade, *cf.*, <http://www.adrimag.com.pt>

²⁹² Iniciativa Comunitária LEADER - Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural – “que se destina a apoiar o desenvolvimento da economia das zonas rurais, pela valorização das suas potencialidades. Desde 1991 a ADRIMAG tem sob a sua responsabilidade a gestão e o acompanhamento de projetos desenvolvidos no âmbito do Programa LEADER. No período de 1991 a 1994 foram aprovados 85 projetos pelo Programa LEADER I, permitindo experimentar abordagens endógenas e

tem sido o ‘core business’ desta associação. A sua abordagem ‘bottom-up’, onde os membros do Grupo de Ação Local podem planear, programar, decidir e implementar localmente, permite que se possa delinear uma estratégia de desenvolvimento à medida das necessidades do território. Além disso, a ADRIMAG atua também com o AGRIS²⁹³, a EQUAL²⁹⁴, o NOW²⁹⁵, os Centros Rurais²⁹⁶, o Grundvig²⁹⁷, PROALV²⁹⁸, PITER²⁹⁹, PROVERE³⁰⁰ o CLDS³⁰¹ e ainda um conjunto de ações de educação e formação de adultos” (João Carlos Pinho, entrevista do caso).

locais, frequentemente inovadoras, do desenvolvimento rural, que contribuiu para a valorização das potencialidades do território e dos agentes locais” (ADRIMAG, *cf.*, www.adrimag.com.pt). Subsequentemente, no período de 1994 a 1996, a ADRIMAG geriu o programa LEADER II, com o Plano de Ação Local. Esta etapa teve por objetivo “encorajar as iniciativas locais de desenvolvimento rural exemplares; apoiar as operações inovadoras, demonstrativas e transferíveis que revelem novas vias a adotar pelo desenvolvimento rural, multiplicar intercâmbios de experiências e transferências de saber-fazer. Apoiar projetos de cooperação transnacional resultante de atores locais das zonas rurais e que traduzem a sua solidariedade” (ADRIMAG, *cf.*, www.adrigma.com.pt). Por conseguinte a “Comissão das Comunidades Europeias adotou, em conformidade com o disposto no Regulamento (CE) n° 1260/1999, as orientações relativas à iniciativa comunitária de desenvolvimento rural LEADER+ - Comunicação 2000/C 139/05. O Programa LEADER+ é um instrumento que permite experimentar outras abordagens de intervenção no espaço rural, respeitando a dimensão ambiental, económica, social e cultural dos territórios rurais” (ADRIMAG, www.adrimag.com.pt).

²⁹³ O Programa AGRIS constitui a medida Agricultura e desenvolvimento Rural dos programas Operacionais Regionais no âmbito do III Quadro Comunitário de apoio. No âmbito da ADRIMAG a medida AGRIS garantiu a promoção e o desenvolvimento das zonas rurais, nomeadamente através da preservação e valorização de pequenos aglomerados populacionais rurais e da melhoria das condições de vida e do bem-estar da população (*cf.*, http://www.adrimag.com.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=64&Itemid=88)

²⁹⁴ Ana Vale, Gestora da Iniciativa EQUAL Portugal esclarece que “a EQUAL foi um programa de carácter experimental que visou promover a inovação para combater as discriminações no acesso e no mercado de trabalho e que foi financiada pelo Fundo Social Europeu (2001 – 2009)” (Vale, 2010: 8).

²⁹⁵ NOW Programme (New Opportunities for Women) é uma iniciativa da União Europeia dirigida à promoção do autoemprego feminino em território rural (*cf.*, http://www.adrimag.com.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=66&Itemid=99).

²⁹⁶ No âmbito do Programa de Recuperação do Centro Rural (PPDR) (*cf.*, http://www.adrimag.com.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=70&Itemid=94).

²⁹⁷ Grundtvig programme é um programa de financiamento europeu dirigido ao “Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida 2007-2013”, e tem como objetivo reforçar a dimensão europeia na educação de adultos e aprendizagem ao longo da vida em toda a Europa. O programa visa especificamente enfrentar o desafio educacional do envelhecimento da população e proporcionar aos adultos percursos alternativos para atualizar suas habilidades e competências (*cf.*, http://ec.europa.eu/education/lifelong-learning-programme/grundtvig_en.htm)

²⁹⁸ Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida (*cf.*, <http://pt-europa.proalv.pt/public/PortalRender.aspx?PageID={fca3e27e-2ae1-4ddb-b44a-f32523394236}>)

²⁹⁹ O Programas Integrados Turísticos de Natureza Estruturante e Base Regional (PITER) visa englobar um conjunto coerente de investimentos públicos e privados complementares entre si, em torno de uma estratégia de desenvolvimento da atividade turística para uma dada região (*cf.*, <http://www.turismo-portugal.com/incent/piter.htm>)

³⁰⁰ O Programa de valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE) é uma estratégia de eficiência coletiva que pretendem fomentar, de uma forma sustentável, a competitividade dos territórios

Salienta o João Carlos Pinho que todos os programas implementados pela associação “*têm contribuído para a melhoria das condições de vida da população, nomeadamente pela capacitação e pelos inúmeros projetos que foram implementados e desenvolvidos na zona de intervenção da ADRIMAG*”. Os projetos têm como objetivo uma estratégia local de política de desenvolvimento na vertente de gerar na região uma forte dinâmica empreendedora e inovadora, elevando-se, desse modo, a qualidade de vida, orientada para os recursos endógenos. Busca-se com isso a promoção do capital natural mediante ações de preservação ambiental, fomento ao capital físico e ao capital humano, sem descurar a coesão do capital social e o bem-estar do tecido societal.

Neste ínterim, narra-nos João Carlos Pinho que a ADRIMAG, delineada pelo seu modelo de negócio, a cerca de quatro anos, no quadro da Iniciativa Comunitária EQUAL, desenvolveu uma metodologia para criação de empresas. “*Fizemos isso porque nós estamos a trabalhar com a zona rural onde o empreendedorismo é muito ténue e não há ambiente para as empresas se instalarem*³⁰². Assim, junto com uma colega³⁰³ decidimos, em conjunto, desenvolver uma ideia de como nós podíamos, de alguma maneira, fomentar o empreendedorismo. O empreendedorismo não é algo que se aprenda pelo ‘divino espírito santo’, como se costuma dizer, tem que ser trabalhado em todas as suas etapas. As pessoas que vivem nas zonas rurais portuguesas não estão a viver num ambiente propício para desenvolver alguns negócios. Mesmo que tenham boas ideias! Então, no primeiro momento, nós buscamos a parceria da Universidade de

de baixa densidade, através da dinamização de atividades económicas (produtoras de bens e serviços transacionáveis) inovadoras e alicerçadas na valorização de recursos endógenos, tendencialmente inimitáveis do território, como sejam recursos naturais, património histórico, saberes tradicionais ou outros (cf.,

https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=374&Itemid=251&lang=pt).

³⁰¹ Contrato Locais de Desenvolvimento Social é um programa de apoio ao desenvolvimento social, financiado pelo Fundo Social Europeu.

³⁰² Neste momento o Coordenador faz um contraponto com uma região que fomenta o empreendedorismo, cita-nos o caso do *Silicon Valley* que motiva o abrir de novas empresas e estimular a criatividade nas pessoas que ali trabalham. Diferente da zona de intervenção da ADRIMAG onde não há facilidades para as pessoas, mesmo que elas tenham uma ideia que ache interessante não veem forma de poder implementá-la (Entrevista do Caso).

³⁰³ Susana Martins foi a coordenadora do projeto CRER, entre outros, bem como a autora de diversas publicações no âmbito dos projetos cofinanciados pela EQUAL, mas que hoje está a trabalhar em Bruxelas, para a Comunidade Europeia.

Aveiro³⁰⁴ para desenvolver inovar com um projeto de Criação de Empresa em Espaço Rural. Daí nasceu a metodologia CRER precisamente com a colaboração de técnicos da Universidade de Aveiro e com a colaboração de técnicos franceses, porque em França já se havia desenvolvido esta metodologia³⁰⁵” (Entrevista do Caso).

Do projeto CRER, Criação de Empresa em Espaço Rural, decorre o valor da inovação social compromissada com o DLS. Dilucida-nos João Carlos Pinho de como a ideia surgiu. *“A zona de intervenção da ADRIMAG encontra-se carente de meios alternativos de financiamento e apoio à criação de novas empresas. Esse fator não favorece a difusão de iniciativas inovadoras e empreendedoras, e.g., Centros Empresariais e de Inovação, Centros de Desenvolvimento Tecnológico e incubadoras. Essas entidades de apoio são raras ou inexistentes e com pouca dinâmica empreendedora. A ideia geminava desde que a ADRIMAG aplicou um questionário de investigação com um público identificado como potenciais empreendedores da região, em 2004. O resultado dessa pesquisa revelou alguns obstáculos à criação de empresas, e.g., fraco acesso ao capital, falta de espaço industrial, falta de apoio logístico, falta de apoio institucional, elevada barreira administrativa e burocrática e falta de informação sobre programas de criação de empresas”* (Entrevista do Caso). Neste contexto, consoante anotações de Susana Martins, a região sofria também com a *“falta de oportunidades de formação e apoio personalizado na área de criação de empresas, pelo que há necessidade de promover o empreendedorismo e inovação”* (Martins, 2008: 8).

Narra-nos João Carlos Pinho que *“era imprescindível implementar um projeto inovador que viesse atender todas essas necessidades do local, nomeadamente, melhorar as condições de vida da população”*. Enfatiza o Coordenador que o ambiente da ADRIMAG favorece o processo de geração de inovação direcionada para o DLS

³⁰⁴ Nomeadamente com o Professor Dr. António Carrizo Moreira, do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, DEGEI-UA. O senhor João Carlos Pinho faz referência ao primeiro momento porque, na evolução do projeto, fez-se parceira com a “Divisão de Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia (CRIA), organismo criado na Universidade do Algarve para facilitar a transferência de tecnologia e a criação de uma cultura empreendedora na academia” (cf., <http://www.cria.pt/cria/PT/>).

³⁰⁵ Neste caso João Carlos Pinho refere-se as *Couveuses* em França que “surgiram em 1995 pela necessidade de haver um acompanhamento aos criadores de empresa pela falta de cultura empreendedora e de fundos necessários para avançar com a criação de empresa” (Martins e Moreira, 2008: 9)

porque a equipa técnica é coesa, há um espírito de solidariedade e as pessoas são estimuladas a serem criativas e dinâmicas. *“O percurso histórico da associação tem sido marcado por sua dinâmica e seu empenho na dinamização do território e a dedicação à causa das Serras e das suas populações. As pessoas residentes nesta zona rural, como jovens, mulheres ou desempregados necessitavam de uma estrutura que os apoiassem, essencialmente, ao nível do empreendedorismo e da criação de empresas”* (João Carlos Pinho).

A ADRIMAG, ao longo dos seus 20 anos de existência, tornou-se numa referência, na componente do desenvolvimento rural de toda a região que compreende as Serras de Montemuro, Arada e Gralheira. Uma entidade que nasceu com o objetivo de implementar um programa de iniciativa comunitária, alargou horizontes e hoje atua nas diversas áreas que promovem um desenvolvimento local sustentável e aposta em atingir os objetivos a que se propuseram os seus fundadores (João Carlos Pinho, Revista Magazine, inverno de 2011: 56).

Todavia, antes de discorrermos sobre o projeto CRER e o projeto de Cooperação Transnacional, de referir alguns projetos da ADRIMAG que a caracterizam como uma OTS inovadora, cujo modelo de negócio está compromissado com o DLS. Assim, consoante anotações de João Carlos Pinho destaca-se: *“o Geoparque³⁰⁶, a musealização arqueológica³⁰⁷, a recuperação de algumas aldeias, os diversos restaurantes de gastronomia típica regional e algumas microempresas, o centro de interpretação geológica³⁰⁸, a dinamização do Rio Paiva, as praias fluviais, as bibliotecas itinerantes e as unidades móveis de saúde. No componente imaterial a ADRIMAG foi também responsável pelo apoio ou lançamento de algumas iniciativas de cariz cultural que são*

³⁰⁶ A ADRIMAG implementou o projeto e dele originou a Associação Geoparque Arouca. Esta associação faz parte da rede de sociabilidade da ADRIMAG (cf., <http://www.geoparquearouca.com/?p=geoparque&sp=aga>).

³⁰⁷ Projeto desenvolvido e implementado pela ADRIMAG, Câmara Municipal de Arouca e com o Centro de Arqueologia de Arouca, elos da rede de sociabilidade ADRIMAG (cf., http://www.cm-arouca.pt/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=579&Itemid=101).

³⁰⁸ O Centro de Investigação e Interpretação Geológica de Canelas-Arouca, CIGC-Arouca é um Museu de Sítio, conhecido internacionalmente pela recolha, inventariação e exposição das maiores trilobites do mundo (cf., <http://www.cigc-arouca.com/>).

referência no panorama destas serras, nomeadamente a feira do Mirtilo³⁰⁹, o festival Andanças³¹⁰, a feira medieval de Mões, feiras de artesanato e gastronomia, entre muitas outras” (João Carlos Pinho, Revista Magazine, inverno de 2011: 56).

Tendo como parâmetro o modelo de negócio da associação, a coordenação em conjunto com a equipa técnica, no âmbito da Iniciativa Comunitária EQUAL, desenvolveu o Projeto CRER. A inovação social do projeto configura-se na implementação de ...

(...) uma estrutura que proporciona condições necessárias para que os empreendedores criem e desenvolvam um negócio de forma sustentável, quer através de acompanhamento à elaboração de um plano de negócios, quer através do teste de experimentação de ideias de negócio” (Martins, 2007; ADRIMAG www.adrimag.com.pt).³¹¹

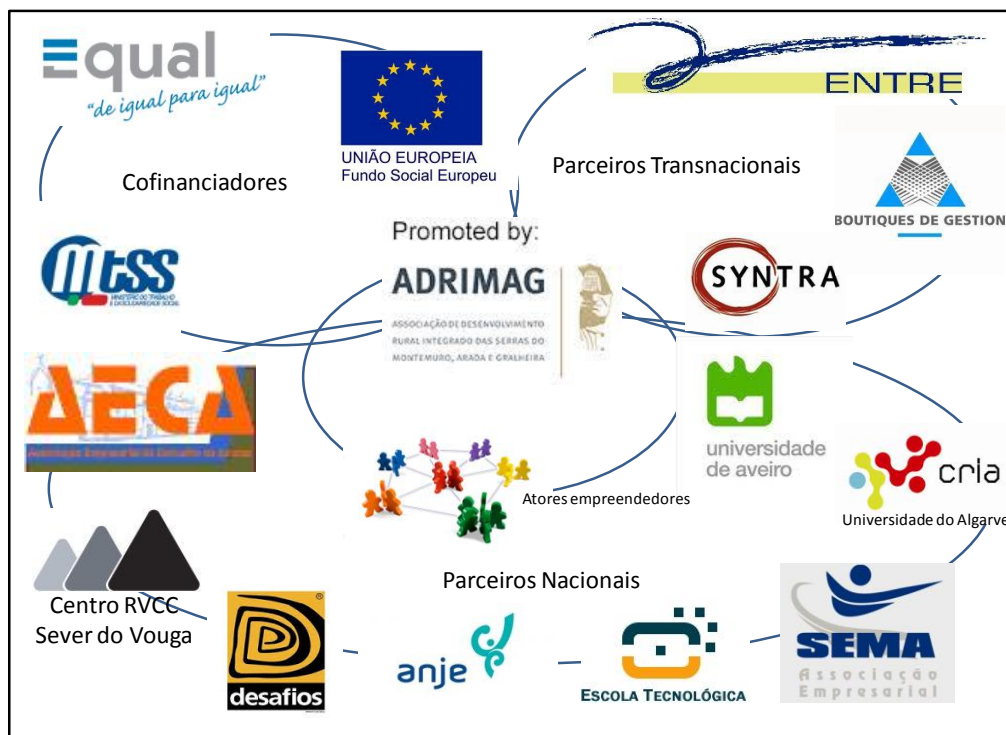
Para a realização do propósito do projeto estabeleceu-se diversas parceiras que deram origem a uma rede de sociabilidade e que sustenta a inovação social. Esses parceiros foram entidades internacionais e nacionais compromissadas com o financiamento da ideia. Entidades transnacionais interessadas na troca de conhecimento e, ainda, organizações nacionais, do setor público, privado e OTS imbuídas na disseminação e implementação da ideia (Figura 21, a seguir).

³⁰⁹ Sobre a feira dos Mirtilos iremos abordar mais à frente, quando analisarmos o caso do projeto de cooperação transnacional.

³¹⁰ Por exemplo, ver “Mosteiro de Arouca abre as portas para mais uma viagem ao passado” publicado pelo telejornal RTP, 13 julho, 2013, (cf., <http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=666287&tm=4&layout=122&visual=61>)

³¹¹ Excerto publicado nos *mass media*, cf., <http://www.minhaterra.pt/spip.php?article99>

Figura 21. Rede de sociabilidade, Projeto CRER



Fonte: Elaborado pela autora, com base em Martins (2007)

O CRER, como produto EQUAL e marca registada da ADRIMAG, está inserido no modelo de gestão democrática que se fortalece por elos de cooperação e reciprocidade, estendendo-se por toda a zona de intervenção da associação, sem se descuidar do tecido societal. Este modelo de negócio incita o empoderamento e propulsa a criatividade ao empreendedorismo e o desenvolvimento local. Esclarece-nos João Carlos Pinho que fomentar o empreendedorismo é um dos maiores desafios da ADRIMAG, uma vez que, através desta ação, é possível gerar trabalho e rendimento, especialmente na zona rural.

Na diretriz inovação social, o produto CRER promove a igualdade de oportunidades no local. As suas ações foram, e ainda são, aprendidas, aprendidas e disseminadas pela cooperação transnacional em contexto de reciprocidade que permite a assimilação da maioria dos atores interessados. A cooperação transnacional do projeto CRER nasceu em 2005 e recebeu o nome de ENTRE – *Transition Towards Entrepreneurship*. O projeto foi desenvolvido pela ADRIMAG em parceria com entidades da Bélgica, França e República Checa, *cf.*, ilustra-se na Figura 21, exposta

mais à cima. De referir que “*sendo o EQUAL uma Iniciativa Comunitária, a cooperação transnacional deve estar presente na execução do projeto*” (ADRIMAG)³¹².

O projeto ENTRE – *Transition Towards Entrepreneurship* – teve por objetivo promover a inserção profissional da maioria das pessoas vulneráveis no mercado de trabalho com a criação de pequenas empresas. Todavia isso só foi possível mediante a ação de conhecimento e ferramentas entre os vários parceiros europeus do projeto. Neste ínterim o projeto apoia a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres em que associa quatro projetos nacionais:

- Create Your Own Business – República Checa
- ENTRE – Flanders
- Maillâges – França
- CRER – Portugal

Por conseguinte, reconheceu-se que a cooperação transnacional exerceu papel fundamental para o desenvolvimento das atividades nacionais. Especialmente pela via da transferência, da incorporação e da adaptação das metodologias desenvolvidas noutros países, nomeadamente em França e na Bélgica, à realidade do espaço/território português. Esta condição fomentou, no ambiente da ADRIMAG, o processo de geração de inovação social. O processo de criatividade deu-se a partir da constituição de grupos de trabalho transnacionais relacionados com as atividades que se desenvolveram ao nível nacional. Desse laboratório de experimento social, diversos foram os contributos gerados pelos grupos de trabalho mediante as trocas de experiências permitidas pelas visitas de estudo e troca de atores de desenvolvimento responsáveis pelas atividades que conduziram à inovação (ADRIMAG)³¹³.

Neste contexto o primeiro reconhecimento de inovação social se deu com o projeto de Cooperação Transnacional EEC – *European Entrepreneurship Cooperation, EQUAL/JEMA*, Jovens Empresários Movimentam-se para o Autoemprego. O projeto

³¹² Cf., http://www.adrimag.com.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=77&Itemid=115

³¹³ *Ibidem*

JEMA foi promovido pela ADRIMAG e consubstanciado por sua rede de sociabilidade formada com outras instituições públicas, privadas e OTS da região, *cf.*, Figura 22, mais à frente. Comenta Susana Martins que o projeto teve por objetivo o desenvolvimento socioeconómico da zona de intervenção da ADRIMAG. Esse objetivo cumpriu-se mediante a (...)

(...) promoção do empreendedorismo e apoio à criação de empresas tradicionais e inovadoras, nomeadamente através do desenvolvimento de ações de formação profissional dirigidas a jovens mulheres desempregadas e a artesãos e da criação de um portal de venda e promoção do artesanato da região (Martins, 2003: 7).

Figura 22. Rede de Sociabilidade do Projeto JEMA



Fonte: Elaboração da autora com base em ADRIMAG (www.adrimag.com.pt)

No período de 2002 a 2004 o EQUAL/JEMA desenvolveu 1.280 horas de formação profissional, especificamente com cursos de empreendedorismo e criação de novos negócios e E-artesanato – gestão e-comercialização de produtos de artesanato.³¹⁴ A partir dessa ação a inovação social apresentou diversos resultados passíveis de reprodução e disseminação. Entre os resultados pode-se destacar, na componente do artesanato, uma base de dados sobre o artesanato.³¹⁵

No ano de 2006 decorreu a terceira ação do projeto JEMA voltada para a componente de Cooperação Transnacional, inserida no programa EQUAL/EEC *europaen entrepreneurship cooperation*. A terceira ação do projeto, imbuída no modelo de negócio da ADRIMAG, teve como objetivo disseminar e promover os produtos desenvolvidos na ação anterior, destacando-se:

- Difundir e debater formas de promoção da cultura empreendedora junto de entidades que lidam com públicos desfavorecidos.
 - Promover o debate sobre metodologias de formação na área de criação de empresas e empreendedorismo;
 - Dar a conhecer os instrumentos necessários para o desenvolvimento de uma ação de formação.
- Transferir uma metodologia de promoção e comercialização de produtos da área de artesanato junto de duas associações: Associação de Artesãos da Ilha de S. Miguel (CRIAÇORES) e a Associação de Artesãos da Serra da Estrela (AASE).
 - Dar a conhecer e promover as funcionalidades e estrutura dos produtos;
 - Dar formação as entidades acolhedoras sobre a metodologia de desenvolvimento utilizada;
 - Contribuir para a melhoria do desempenho profissional dos técnicos que trabalham na área do artesanato;

³¹⁴ Este trabalho encontra-se ativo e disponível em <http://www.e-arte.org/>

³¹⁵ Mais informações ver <http://www.dgadr.mamaot.pt/diversificacao/of-microemp-artesanais>

- Orientar, aconselhar e apoiar entidades acolhedoras na incorporação dos produtos;
- Promover o artesanato das Serras da Freita e Montemuro a nível nacional.

O JEMA teve um papel preponderante na disseminação de inovação social mediante as experiências no âmbito da criação de empresas e do artesanato entre as organizações dos países parceiros, Portugal, Itália, França e Inglaterra. Diante disso, o Gabinete de Gestão do EQUAL escolheu a ADRIMAG para “*coordenar uma Rede Temática a nível nacional, animada por representantes do Gabinete de Gestão do EQUAL e pelo Prof. Alberto Melo da Universidade do Algarve, na área de intervenção – Desenvolvimento Local e Iniciativa Empresarial*” (Martins, 2003: 7). Neste ínterim, tendo por estratégia a tessitura de uma rede nacional, permitiu-se aos atores partilhar conhecimentos e trocar experiências, gerar novas soluções, validar produtos e práticas desenvolvidas pelos participantes e contribuir para novas alianças estratégicas e novas parcerias. Assim novos elos foram construídos com outras parcerias de desenvolvimento nacionais com projetos na área de Criação de Empresas e Desenvolvimento Local. Os elos da rede de sociabilidade abordaram questões como “*o papel das autarquias na criação de emprego e empresas, o acesso ao crédito, estruturas de apoio ao empreendedor, e metodologias de promoção de uma cultura de empreendedorismo*” (Martins, 2003: 7).

No âmbito da componente de cooperação transnacional deu-se vãs a ideia do Projeto *MYRTILLUS* que apresenta iniciativas inovadoras para a produção, comercialização e promoção do mirtilo em Sever do Vouga. Nesse contexto implementou-se o projeto *Benchmarking* de iniciativa para produção, comercialização e promoção do mirtilo. Esse projeto foi cofinanciado pelo Programa de Iniciativa Comunitária LEADER+ e promovido pela ADRIMAG, em parceria com a AGIM – Associação para a Gestão, Inovação e Modernização do Centro Urbano de Sever do Vouga e a MIRTILUSA³¹⁶, Sociedade de produtores hortofrutícolas, Lda. Teve como

³¹⁶“A MIRTILUSA, sediada em Sever do Vouga, é uma empresa que promove o cultivo do mirtilo, efetua a sua divulgação, presta apoio técnico aos produtores, comercializa e promove o escoamento deste

parceiros transnacionais a *Arandano Argentino* da Argentina, a *The Greenery* da Holanda, a *Uruberry Cooperativa Agraria de Responsabilidad Limitada* do Uruguai e o *Agricultor Institute* da Eslovênia (Serrano *et al.*, 2010).

No contexto do modelo de negócio da ADRIMAG, o Projeto *MYRTILLUS*, projeto de cooperação, tem o objetivo de:

Dinamizar economicamente um território de baixa densidade através da promoção, organização e afirmação da produção de mirtilo, fruto que pertence a uma fileira agroalimentar de excelência e é entendido como recursos específico do concelho de Sever do Vouga” (ADRIMAG)³¹⁷.

O projeto de cooperação teve seu início no ano 2006, mas foi implementado no período que decorreu de setembro de 2007 a agosto de 2008 (Serrano *et al.*, 2010). Explica-nos João Carlos Pinho que *“a ideia do projeto surgiu na ADRIMAG em conjunto com o agrupamento de produtores (MIRTILUSA) quando fez-se experiência de acrescentar mirtilos no iogurte e apresentou-se a ideia a uma indústria multinacional, instalada em Castelo Branco, que aprovou o projeto. Dessa ideia surgiu a oportunidade de ampliar o mercado para àqueles que eram, até então, produtores familiares que comercializavam o fruto no mercado local. Entretanto, para atender a indústria, havia alguns obstáculos. Primeiro a produção deveria ser certificada. Mas como certificar pelas normas de higiene e segurança, conforme exigência da Comunidade Europeia 56 produtores de uma só vez? A seguir, a quantidade solicitada pelo cliente industrial, 100 toneladas do fruto, mas essa era a capacidade limite da produção de todos os produtores juntos. A produção de mirtilos em Sever do Vouga é de minifúndios. Além disso, como atender o cliente durante o ano todo se o fruto só dá em clima frio? A partir desses problemas, sem a resolução por parte do setor público e do setor privado, a ADRIMAG, junto com os atores sociais, desenvolveu o projeto de cooperação transnacional com a Argentina e o Uruguai porque produzem em época*

pequeno fruto. É composta atualmente por mais de 90 produtores de mirtilo, dos quais 48 são sócios, e comercializa mirtilos desde 1994.” Cf., <http://www.mirtilusa.com>

³¹⁷ Cf., http://www.adrimag.com.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=134:projecto-myrtillus&catid=93:projectos-de-cooperacao&Itemid=319

diferente. A partir desse projeto a MIRTILUSA atende o cliente industrial e exporta o produto junto com os demais micro produtores que surgiram em função da disseminação da ideia. Atualmente a produção do mirtilo está por todo o país, apesar de que o cultivo do fruto exige características próprias, e.g., zona de microclima, frio, e produção em ar livre... A partir da metodologia do projeto de Mirtilos, será desenvolvido o projeto de produção agrícola de groselhas, porque há produtores interessados no cultivo desse fruto. Vamos agrupar os produtores e inseri-los no mercado europeu” (Entrevista do caso).

Através da cooperação transnacional, o projeto *Benchmarking* de iniciativas inovadoras para produção, comercialização e promoção do mirtilo promoveu a troca de práticas e experiências entre os territórios da ADRIMAG e os territórios rurais da Argentina, Holanda e do Uruguai. Mediante o intercâmbio de conhecimentos e competências, diversas ações tornaram-se realidade no âmbito da cadeia produtiva do projeto. O projeto permitiu fortalecer e desenvolver novos parceiros e, pois, a cooperação propiciou a conhecer melhor o contexto das organizações em que os atores sociais estão inseridos e promover a permuta de ideias para implementação de futuros projetos.

No âmbito do modelo de negócio de uma OTS inovadora, o projeto *MYRTILLUS* abriu uma janela de oportunidade para inovações sociais compromissadas com o DLS expandindo-se da zona de intervenção da ADRIMAG para todo o território português. Consoante argumento de João Carlos Pinho, a cultura do mirtilo em Sever do Vouga era um acrescento à economia familiar. Entretanto, pouco a pouco, ganhou maior importância socioeconómica local, visto que para a colheita, por cada hectare, gera-se 20 postos de trabalho no pico da produção, e do total produzido, 95% é direcionado para a exportação.

Com o projeto, a produção de mirtilos, a partir de 2008, passou a crescer 15% ao ano. Todos os produtores de mirtilos estão certificados pela GLOBALG.A.P. Todavia, *“de referir que o projeto favoreceu, além de toda a fileira para a produção desse fruto, a produção dos outros pequenos frutos vermelhos, e.g., amora, groselha, framboesa.*

Além disso, propulsou a fileira do turismo, do artesanato e da gastronomia local”, narra-nos João Carlos Pinho.

6.2.5. COMPOSIÇÃO DA EQUIPA DA ADRIMAG

A ADRIMAG dispõe de uma equipa técnica multidisciplinar orientada de forma articulada e integrada, de predomínio jovem, com nível superior e feminina que está sob a coordenação executiva de João Carlos Pinho. A coordenação da ADRIMAG responde diretamente à direção, presidida por José Artur Neves, presidente da Câmara Municipal de Arouca.

O Coordenador de Equipa, João Carlos Pinho, tem sob a sua liderança um grupo de 19 colaboradores internos para os quais delega responsabilidades em um contexto de gestão descentralizada. Este número de colaboradores-técnicos aumenta à medida que novos projetos são aprovados, *i.e.*, conforme a necessidade contrata-se mais capital humano qualificado. A ADRIMAG possui uma área de administração interna horizontal formada pelo setor de recursos humanos, administração financeira, educação e formação e de projetos e iniciativas. Além disso, com contrato externo, tem-se os serviços de contabilidade e de higiene e segurança no trabalho.

De referir que a equipa da ADRIMAG, sob a liderança de João Carlos Pinho, trabalha em clima de liberdade de expressão e de criatividade, fator este que se constata pelo volume de projetos aprovados na esfera nacional e internacional. Anota-se que no processo de geração de novas ideias a equipa trabalha em unísono e com elevado compromisso com o desenvolvimento local sustentável. Neste contexto, diversos são os projetos, cuja execução e apresentação de resultados se apresenta como uma inovação social que desperta interesse nacional e internacional.

Todo processo de mudança e desenvolvimento da organização é discutido em assembleias e reuniões administrativas. Anualmente a coordenação, junto com a equipa técnica, elabora um plano de atividade e orçamento que é levado à assembleia para

discussão e aprovação. Este documento fica disponível na página eletrónica da associação.³¹⁸ A partir desse plano de atividades, as ações decorrem integradas pela equipa técnica à rede de sociabilidade que permeia, por sistema de parcerias, a execução do planeamento estratégico da ADRIMAG. Esta reciprocidade suscita uma maior propagação de ações de inovação social, além de estimular a criatividade nos atores envolvidos na execução do planeamento estratégico e implementação de projetos.

6.2.6. AÇÕES DE INOVAÇÃO SOCIAL NO PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

As ações de inovação social no ambiente organizacional da ADRIMAG enquadram-se num conjunto de dinâmicas integradas ao planeamento de programas e iniciativas que têm por finalidade contribuir para o DLS. Essas ações têm como referência os objetivos estratégicos de intervenção da associação. Neste sentido trata-se de implementar planos para o êxito nomeadamente dos objetivos estratégicos na vertente do empreendedorismo. Além do apoio e sustentação de novas iniciativas empresariais consubstanciadas por soluções reconhecidas no espaço nacional e europeu como de inovação social.

Subsequentemente a ADRIMAG estrutura o seu planeamento estratégico e o desenvolvimento de suas ideias de inovação social na implementação e gestão de programas e projetos comunitários e nacionais. Essa gestão, atualmente, é assistida através da programação dos fundos europeus relativo ao período 2007 – 2013. Neste contexto, os objetivos estratégicos da ADRIMAG, conforme disposto no Plano de Atividades & Orçamento ano 2013 (ADRIMAG, 2013a: 1), delineiam-se em ações que buscam:

- “Desenvolver, incentivar e diversificar as atividades rurais;
- Melhoria da qualidade de vida da população rural;

³¹⁸ Plano de Atividades e Orçamento 2013. ADRIMAG, setor notícias, chamada aos associados, *cf.*, http://www.adrimag.com.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=423:plano-de-atividades-e-orcamento-2013&catid=1:ambito-geral&Itemid=310

- Promover e desenvolver ações que potenciem o capital humano nomeadamente através do processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências e de ações de formação profissional (RVCC);
- Promover e apoiar serviços básicos para a economia e população rural;
- Promover e apoiar a fileira turística;
- Conservar o património rural;
- Desenvolver projetos de cooperação inter-regionais e transnacionais nas áreas de atuação da ADRIMAG;
- Desenvolver e apoiar iniciativas culturais;
- Incentivar e apoiar o artesanato e a etnografia;
- Ajudar o escoamento de produtos endógenos;
- Contribuir para a animação do espaço rural;
- Desenvolver e apoiar o desenvolvimento de parcerias estratégicas;
- Apoiar e fomentar o empreendedorismo criação de empresas em meio rural” (ADRIMAG, 2013: 1)

Consoante informações de João Carlos Pinho, toda a atividade da associação, com a finalidade de implementar e desenvolver uma inovação social, fundamenta-se em pesquisas de programas que possam abrir candidaturas e que enquadram os projetos de interesse da região. Na ADRIMAG o processo de geração de inovação social é contínuo e insere-se no plano de atividades anual que tem por finalidade, especialmente, reforçar o sistema produtivo da zona de intervenção da associação. Neste contexto, diversas são as ações de inovação social que se pode constatar. Primeiro, anotadas no Plano de Atividades & Orçamento, quando se delinea a ideia, demonstrando-se a possibilidade de execução. Segundo, executadas quando apresenta-se, no Relatório de Atividades & Contas, a implementação da ideia e os resultados atingidos da ação. Ambos documentos são apresentados anualmente para os associados, disponível para o público em geral.³¹⁹

³¹⁹ Esta afirmativa tem por fundamento a análise minuciosa de dois tipos de documento interno da ADRIMAG: o Plano de Atividades & Orçamento (2011, 2012, e 2013) e os Relatórios de Atividades & Contas dos respetivos anos. Material com referência na bibliografia deste trabalho.

Outras ações de inovação social inserem-se no programa operacional de potencial humano, distinguindo-se àquelas direcionadas às associações juvenis e a importância da igualdade de género. Neste caso a ADRIMAG criou uma metodologia inovadora que engloba o balanço de competências-chave para o empreendedorismo e para uma cidadania ativa (ADRIMAG, 2013). No campo da igualdade de género, a ADRIMAG executa ações que “*apoiam o empreendedorismo, associativismo e a criação de redes empresariais de atividade económicas e geridas por mulheres*”, comenta João Carlos Pinho.

Sob a liderança da ADRIMAG foi implementado o projeto Rede Rural Nacional, designado por Industrias Culturais e Criativas em Espaço Rural, tendo como parceiros as associações de desenvolvimento local de Entre Douro e Minho. No campo da cooperação tem-se o projeto de Lusofonia e Desenvolvimento Rural na área de Intervenção Facilitação da Cooperação (ADRIMAG, 2013). Na área do programa GRUNDTVIG – T-ISSE³²⁰ a ADRIMAG tem sob a sua gestão o projeto *Training Innovation Skills for Social Economy Individuals*, que visa o aumento das competências de inovação dos agentes do terceiro setor e da economia social.³²¹

De referir que no ambiente organizacional da ADRIMAG uma ação de inovação social implementada propulsa novas ideias, por conseguinte, o processo de geração de inovação social torna-se contínuo. Assim decorreu com as ações de inovação social desencadeadas pelo projeto transnacional PAACE – Profissionalizar os Agentes de Apoio à Criação de Empresas. Este projeto insere-se no programa Leonardo Da Vinci – Parcerias de Aprendizagem, apresentado pela ADRIMAG em parceira com a *Union de Couveuses* de Paris e *Couveuses* em Marselha e SACE em Gilly (Bélgica). Este projeto de cooperação teve por objetivo:

- “Criar uma rede de cooperação e troca de técnicos entre os técnicos de acompanhamento à criação de empresas;

³²⁰ Sobre o programa e os parceiros, ver: <http://t-isse.lascaux.it/>

³²¹ Outros trabalhos nesta vertente já foram implementados, consubstanciados por uma rede de sociabilidade desenvolvida com a *Réseaux de Boutiques de Gestion* (Paris, França), TECFOR (Turim, Itália) e *Ayuntamiento de Daimiel* (Daimiel, Espanha), cf., http://www.adrimag.com.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=109&Itemid=152

- Dar aos parceiros a oportunidade de confrontar práticas na área do acompanhamento a empreendedores;
- Elaborar e experimentar um perfil pedagógico comum, visando a profissionalização dos técnicos de acompanhamento” (ADRIMAG, www.adrimag.com.pt).³²²

Portanto, a partir deste ano, 2013, a ADRIMAG adentrou o projeto Centros de Inovação Social como parceira do programa operacional recursos humanos e emprego da República Checa. O projeto tem como objetivo a troca de experiências no campo do desenvolvimento de centros sociais orientados para o empreendedorismo e a inovação social em área rural. Destarte, tem-se a prossecução da metodologia do projeto CRER e do Projeto *MYRTILLUS* que incidem diretamente na valorização e diversificação da atividade ecossocioeconómica local, apostando-se no aproveitamento dos recursos endógenos. De referir que na área do CRER, a ADRIMAG acompanha empreendedores na validação e testes de ideias de negócios, bem como apoia na elaboração dos planos de negócios e acompanhamento técnico na área económico-financeira.

Entre as ações de inovação social, o projeto CRER sobressai na criação metodológica de empreendedorismo, com a criação da associação CRER, a criação da Rede CRER e a criação de um sistema integrado de microcrédito – SIM. Portanto o projeto CRER apresenta três resultados distintos: *i*) criação da associação CRER – Centro de Recursos e Experimentação; *ii*) desenvolvimento e a implementação da Metodologia CRER, metodologia integrada de apoio ao projeto do empreendedor; *iii*) conceção do produto CRER, Guia Metodológico para Criação e Apropriação (Martins e Moreira, 2008). Nacionalmente o projeto CRER tem diversos prémios de

³²² Mais informações sobre o projeto, ver http://www.adrimag.com.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=108&Itemid=151 – Este projeto apresentou como resultado a edição de dois guias metodológicos. O primeiro, publicado em Setembro de 2009, em inglês – PBSSA – *Professionalising Business Start-up Support Agencies – Business support follow-up Framework*, disponível em http://www.adrimag.com.pt/downloads/cooptransnacional/paace/PAACE_21x21_EN.pdf - O segundo guia, em francês, PAACE – *Professionnaliser les Acteurs de l’Accompagnement a la Creation d’Entreprises – Cadre pour l’accompagnement de l’activite entrepreneuriale référentiel de compétences sur le métier de l’accompagnateur*, disponível em http://www.adrimag.com.pt/downloads/cooptransnacional/paace/PAACE_21x21_FR.pdf

reconhecimento, entre eles o prémio de “*Boas Práticas Nacional*”, enquadrado em 2011 no “*Small Business act – Database of good practices*”³²³.

A Rede CRER, rede promovida pela ADRIMAG, desenvolvida com o apoio da Iniciativa Comunitária EQUAL, em parceria com organizações do setor público, privado, do terceiro setor e com instituições de ensino profissional, técnico e superior, entidades membros da rede CRER, recebeu uma menção honrosa no *European Enterprise Awards 2010*, na categoria ‘Iniciativa empresarial responsável e inclusiva’. O projeto surge como estímulo ao empreendedorismo local, através do apoio direto à criação de empresas e ao acesso ao financiamento, numa região rural com dificuldades em termos de acessibilidade e elevado número de desempregados (jovens e mulheres) (Minha Terra, *cf.*, www.minhaterra.pt).

Ademais, a associação CRER – Centro de Recursos e Experimentação e o CRER, Guia Metodológico para Criação e Apropriação receberam o Prémio de Inovação Social pela Iniciativa Comunitária EQUAL, na categoria ‘apoiar e sustentar novas iniciativas empresariais’. As ações de inovação social desencadeadas pelo projeto CRER favorecem diretamente os atores sociais e foram identificadas pelo EQUAL como beneficiárias de:

- Entidades públicas e privadas de apoio à criação de empresas e ao empreendedorismo;
- Câmaras municipais;
- IAPMEI;
- IEFP;
- Associações Empresariais;
- Associações de Desenvolvimento Local;

³²³ Outras informações pertinentes a categoria do prémio ver *Commission européenne, Entreprise et industrie. Small Business Act – Database of good practices. Cf.*, <http://ec.europa.eu/enterprise/policies/sme/best-practices/database/SBA/index.cfm?fuseaction=practice.list>

- Universidades e Instituições de Ensino.

A metodologia CRER apoia o empreendedor de forma integrada, em três vertentes distintas (Martins, 2007: 4). Serviços prestados pelos técnicos CRER:

- 1) “Informação e sensibilização sobre o empreendedorismo.
 - Informação sobre a criação de empresas;
 - Clarificação e estrutura do seu projeto de negócios;
 - Análise do perfil profissional e perfil do empreendedor;
 - Definição de um plano de trabalho com objetivos e metas.
- 2) Maturação e finalização do plano de negócios
 - Explicação dos passos para a criação da empresa;
 - Acompanhamento individual na elaboração do plano de negócios;
 - Apoio na identificação de fontes de financiamento para o arranque da empresa.
- 3) Teste e experimentação da ideia de negócio.
 - Enquadramento jurídico-legal do negócio;
 - Acompanhamento individual, em termos administrativos e contabilísticos;
 - Desenvolvimento de *workshops* coletivos de acordo com as necessidades dos empreendedores” (Martins, 2007: 4)

Esta metodologia foi totalmente incorporada pela ADRIMAG, responsável pela gestão da associação CRER.³²⁴ Segundo página oficial da ADRIMAG (www.adrimag.com.pt) e Martins (2007:3) o CRER tem como objetivos:

- “Transferir, testar e implementar, em meio rural, a estrutura e a metodologia de apoio à criação de novas ideias de negócio (*couveuses*³²⁵), utilizada em França.

³²⁴ Consoante informação de *European Commission Enterprise and Industry Policies. Small Business Act - Database of good practices*, cf., http://ec.europa.eu/enterprise/policies/sme/best-practices/database/SBA/index.cfm?fuseaction=practice.detail&gp_pk=8630&

- Identificar oportunidades de negócio nas áreas de turismo, artesanato e agricultura, e estruturar um referencial de competências para o desenvolvimento das mesmas.
- Estruturar o perfil do empreendedor que permita selecionar os potenciais beneficiários para o desenvolvimento de negócios identificados.
- Conceber e implementar uma metodologia de apoio que sustenta, para além do projeto, a atividade dos agentes de apoio à criação e desenvolvimento de empresas” (Martins, 2007: 3).

Diante disso, o projeto CRER após ter testado as suas criações, apresentou resultados que atuam de modo integrado e combinam informações no processo de implementação da metodologia CRER. Neste contexto, pode-se dizer que dentre os resultados apresentados, decorreu outra inovação social, um laboratório experimental de empreendedorismo, a associação CRER – Centro de Recursos e Experimentação, uma OTS privada sem fins lucrativos. Explica-nos João Carlos Pinho que a associação CRER tem como função “*prestar um apoio semelhante ao desenvolvido pelas couveuses em França e foi adaptada e desenvolvida a respetiva metodologia e instrumento de apoio, que permitisse testar e experimentar ideia de negócio*” (Entrevista do Caso).

As ações de inovação social no planeamento estratégico da ADRIMAG, nomeadamente as procedentes dos projetos de desenvolvimento local, frequentemente se sobressaem por premiações. Neste âmbito, em 2009 o projeto transnacional *Myrtillus* recebeu o primeiro prémio na categoria “Desenvolvimento Empresarial dos *European Enterprise Awards*”. A conceção dessa premiação é uma iniciativa da Comissão Europeia que se destina a prémios de iniciativa empresarial. No contexto português esta ação foi dinamizada pelo IAPMEI, Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à inovação. Entretanto esta premiação engloba a rede de parceiros de desenvolvimento do projeto, *i.e.*, ADRIMAG, o Município de Sever do Vouga, a AGIM e a Mirtilusa.³²⁶

³²⁵ “As *couveuses* são estruturas que permitem ao empreendedor, testar uma atividade em contexto real, sem ter de construir formalmente uma empresa” (Martins, 2007: 4).

³²⁶ Minha Terra, *Projecto Myrtillus* vence 1º Prémio, *cf.*, <http://www.minhaterra.pt/spip.php?article415> e ADRIMAG, notícias, projectos de Cooperação, *Projecto Myrtillus*, *cf.*,

Esse processo de inovação aproveitou-se de janelas de oportunidades, portanto, no âmbito da rede de sociabilidade a AGIM e a Mirtilusa avançaram com novas ideias, sendo de referir o “projeto *Myrtillus*, mirtilo com inovação”, um projeto de I&DT apoiado pelo Programa Operacional Fatores de Competitividade – COMPETE.³²⁷

6.2.7. CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO – ADRIMAG

Para a ADRIMAG a gestão dos projetos de desenvolvimento integrado rural, componente que caracteriza a sua produção, estende-se além da necessidade de promover a dinâmica de um espaço/território. Com o objetivo de gerar a autossustentação da região, cada projeto traz em seu bojo, além das ideias de inovação social, a prossecução de fixar a população no território, gerando, no local, qualidade de vida. A criatividade, processada no âmbito da ADRIMAG, que têm por finalidade resolver um problema local e fomentar o empreendedorismo, subsequentemente transformar-se em novas organizações e/ou novos produtos; ações que incitam a inovação social e que promovem mudanças no espaço/território.

De referir que desde que a ADRIMAG delineou uma proposta de disseminação do empreendedorismo, ainda na década de noventa, novas tecnologias sociais foram geradas. No entanto, somente a partir do ano de 2000, com a Iniciativa Comunitária EQUAL, os projetos de perfil inovador receberam o reconhecimento de inovação social.

Neste contexto, o projeto JEMA gerou inovação social a partir de ações que incitaram o saber natural intrínseco em jovens mulheres desempregadas dotando-as de competência na construção do próprio negócio, do autoemprego. O JEMA desenvolveu técnicas inovadoras que permitiu...

http://www.adrimag.com.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=134:projecto-myrtillus&catid=93:projectos-de-cooperacao&Itemid=319

³²⁷ Para mais informações recorrer à página eletrónica da empresa, cf., http://www.mirtilusa.com/projeto_mirtilos.html

(...) prestar apoio técnico e institucional na elaboração de projetos de investimento e na criação de novas empresas e, no caso dos artesãos da zona de intervenção da ADRIMAG, elaborar um guia do artesanato da região (em formato digital e papel), contribuir para a criação de um portal de venda e promoção do artesanato e desenvolver competências de gestão, de *marketing* e de informática (Martins, 2003: 7).

Ademais o EQUAL/JEMA, em 2004, na componente do empreendedorismo, apresentou um novo produto em formato de um produto metodológico. Trata-se da edição – Narrativa e instrumentos de apoio à formação: Caso de ‘empreendedorismo e criação de novos negócios’³²⁸. O produto caracteriza-se por contribuir com orientações, metodologias, instrumentos e fatores críticos de sucesso e insucesso que foram avaliados no processo de implementação da inovação social. Destarte, o produto delinea as características técnicas nas atividades relacionadas ao recrutamento de mulheres, formação de mulheres, estágio, elaboração do projeto de investimento, atividades transnacionais e o sistema de avaliação. Além disso, descreve o processo de criação e implementação do curso de formação profissional em ciências empresariais adaptado às necessidades do local.

Caracterizando a produção da ADRIMAG o projeto CRER, a partir de alguns resultados concretos derivou outras inovações sociais, criando, desse modo, um processo contínuo de ideias, *i.e.*, janelas de oportunidades que induziram à criatividade e ações. Diante do que se expõe, pode-se citar o caso da medida – Criação de empresas e desenvolvimento rural –, oriunda da primeira ação do projeto CRER que se constituiu propriamente na implementação da metodologia do projeto CRER.

Por conseguinte, sem se descurar do objetivo do projeto, no decorrer do processo criativo da equipa do CRER, agora em conjunto com os parceiros de desenvolvimento, a segunda ação de inovação social originou uma OTS, a associação Centro de Recursos

³²⁸ Disponível em http://www.adrimag.com.pt/downloads/projectos_em_desenvolvimento/jema.pdf

e Experimentação (CRER). Nesta associação implementou-se a metodologia de acompanhamento ao empreendedor do CRER. Consoante anotações de Susana Martins, é o resultado da conjugação de quatro metodologias distintas: *i)* metodologia das Boutiques de Gestion; *ii)* metodologia das *couveuses*; metodologia do Glocal – SISE/SIM³²⁹; *iv)* perfil de competências empreendedoras – Syntra Flandes (Martins, 2007: 3).³³⁰

A associação CRER – Centro de Recursos e Experimentação, foi fundada pela ADRIMAG em parceria com as entidades locais e regionais em 13 de março de 2007, na qual a ADRIMAG faz parte como associada dirigente.³³¹ A associação CRER tem como objetivo ...

(...) fomentar o empreendedorismo e a criação de empresas, proporcionando recursos e a aquisição de competências que permitam a empreendedores, beneficiar de um acompanhamento global e/ou testar e experimentar ideias de negócio, num período limitado de tempo.³³²

A associação CRER, que funciona em Castro Daire, intervém nos sete concelhos abrangidos pela zona de intervenção da ADRIMAG, mais os concelhos já mencionados inseridos na região Norte e Centro. A associação CRER é um local de atendimento a empreendedores, e a respetiva metodologia de apoio ao empreendedorismo e à criação de empresas. Destarte, explica-nos o Coordenador da ADRIMAG: “*esta metodologia integrada permite o apoio em diferentes fases de criação de empresa, desde a ideia de negócio, passando pelo teste e experimentação, sem a criação formal da empresa, até à criação da empresa. Esta metodologia é o resultado da apropriação e adaptação de diferentes metodologias e instrumentos, usadas por outras entidades e parceiros*

³²⁹ SISE - Sistema Integrado de Suporte ao Empreendedor; SIM – Sistema de Microcrédito criado pela ADRIMAG.

³³⁰ Para mais informações ver Martins (2008: 3-5).

³³¹ Diário da República, 2.ª série – N.º 82 – 28 de abril de 2008, pp. 19211, Anúncio (extrato), n.º 3036/2008, *cf.*, <http://dre.pt/pdf2sdip/2008/04/082000000/1921019211.pdf>

³³² Excerto divulgado pelo *mass media*, ADRIMAG, Notícias, Constituição da Associação CRER, 11 de janeiro 2007, *cf.*, http://www.adrimag.com.pt/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=88&Itemid=313&limitstart=10

nacionais e transnacionais e combina diversas valências no processo de criação de empresas: informar, apoiar e testar” (João Carlos Pinho).

Neste contexto, segundo Martins (2007: 3) o CRER tem as seguintes atribuições:

- “Fomentar o empreendedorismo.
 - Promover e incentivar a cultura empreendedora a nível local e junto de públicos desfavorecidos;
 - Dinamizar a criação de novas empresas;
 - Reinsere pessoas na vida ativa.
- Proporcionar recursos e aquisição de competências.
 - Apoiar na procura de financiamento para a criação de negócios;
 - Facultar competências na área de gestão e contabilidade da empresa;
 - Proporcionar um enquadramento jurídico e comercial a empreendedores;
 - Efetuar um acompanhamento na elaboração de um plano de negócios.
 - Desenvolver e promover ações de formação.
- Testar e experimentar ideias de negócio.
 - Testar um projeto de criação de empresas, em contexto real;
 - Facultar meios necessários para averiguar a pertinência e a viabilidade económica de um projeto de empresa;
 - Prestar um acompanhamento contínuo, individual e personalizado ao teste de uma ideia de negócio, num período limitado de tempo;
 - Desenvolver um conjunto de mecanismos que promovam a cooperação entre todos os intervenientes do CRER” (Martins, 2007: 3).

Outro fator que caracteriza a produção da ADRIMAG é a cooperação internacional. Neste ínterim, o projeto CRER sofreu a influência do projeto de cooperação transnacional ENTRE, vertente internacional do CRER. O projeto de cooperação internacional ENTRE apresentou como resultado quatro edições com a

finalidade de propagar a inovação social e estimular novas ideias para o empreendedorismo e a criação de emprego. A primeira edição denominou-se *European EQUAL Project «ENTRE»*,³³³ publicada em outubro de 2007. Trata-se de um guia metodológico cujo objetivo principal foi, e ainda é, de apresentar programas e as estruturas existentes em diferentes países parceiros, tendo por fim contribuir para que as pessoas vulneráveis possam criar seu próprio negócio. Esse trabalho foi o ponto de partida para a partilha de conhecimentos e de ferramentas sobre empreendedorismo entre os países europeus com a finalidade de apoiar a criação de emprego. A segunda edição, publicada em setembro de 2007, trata-se de um documento produzido pela ADRIMAG, de autoria de Susana Martins, *Appropriations and Adaptation of 'Couveuses' – Case study of CRER Project*³³⁴. A terceira edição – *'Couveuses' in France*³³⁵ – foi também produzida pela ADRIMAG, de autoria de Susana Martins, publicado em setembro de 2007. Essa edição teve, e tem, por objetivo explicar o funcionamento das *couveuses* – uma estrutura que orienta e apoia empreendedores com o teste e experimentação na ideia de negócio, *i.e.*, a definição de seus parceiros, os objetivos, os beneficiários, tipo de empresas apoiadas, metodologia, legislação e resultados. O quarto produto foi a edição do *Final report 'implementation of entrepreneurial competences in the entrepreneurial trajectory'*³³⁶. Este relatório apresenta um novo tema na trajetória para o empreendedorismo: as competências empreendedoras. Este documento descreve o perfil empreendedor que caracteriza a situação específica de cada um dos parceiros do projeto. Além disso, descreve algumas das ferramentas utilizadas para detetar as competências empreendedoras.

O fator que mais caracteriza a produção da ADRIMAG distingue-se por uma extensa e sólida rede de sociabilidade. Assim sendo, todos os projetos da ADRIMAG têm como componente um grupo de atores denominados de parceria de

³³³ Para mais informações ver edição publicada, disponível em <http://www.adrimag.com.pt/downloads/cooptransnacional/GuideTargetGroup-Entre-lastversion2007.pdf>

³³⁴ Para mais informações ver edição publicada, disponível em [http://www.adrimag.com.pt/downloads/cooptransnacional/Case%20Study%20of%20CRER%20project.p](http://www.adrimag.com.pt/downloads/cooptransnacional/Case%20Study%20of%20CRER%20project.pdf)

³³⁵ Material disponível em <http://www.adrimag.com.pt/downloads/cooptransnacional/Couveuses%20in%20France1.pdf>

³³⁶ Edição disponível em [http://www.adrimag.com.pt/downloads/cooptransnacional/ENTRE%20Finaldessim%20\(2\).pdf](http://www.adrimag.com.pt/downloads/cooptransnacional/ENTRE%20Finaldessim%20(2).pdf)

desenvolvimento. No entendimento da ADRIMAG essa rede permite a disseminação da inovação social. Neste ínterim, a inovação social do CRER disseminou-se por diversos organismos do setor público e do setor privado. Nomeadamente por universidades nacionais que em conjunto com a ADRIMAG e outras instituições criaram a Rede CRER. Os parceiros da Rede CRER utilizam esta metodologia na promoção do empreendedorismo e da criação de empresas, sendo esta uma forma sustentável de continuidade do Projeto CRER. Anota Susana Martins que a esta tessitura foi constituída com a participação de todos os parceiros para facilitar a incorporação da estrutura CRER e/ou metodologia e instrumentos CRER, fundamentando-se por...

(...) assegurar a divulgação e disseminação do CRER (metodologia/instrumentos e/ ou estrutura) a entidades que visem objetivos idênticos aos do CRER, com uma imagem corporativa única e atuando numa lógica de rede de cooperação interinstitucional (Martins 2007: 9).

Neste sentido, dilucida Susana Martins que, em termos específicos, a REDE CRER tem por objetivos:

- Manter a coesão das entidades utilizadores do CRER e uniformizar a informação CRER;
- Garantir a qualidade dos instrumentos CRER, bem como a qualidade de serviço prestado aos beneficiários, potenciais empreendedores;
- Criar canais de comunicação entre os elementos da rede;
- Manter a informação atualizada para todos os elementos da rede;
- Assegurar que estão reunidos todos os procedimentos necessários à replicação do CRER a outras entidades;
- Estabelecer formas de avaliação da implementação e atualização da metodologia e instrumentos CRER;
- Facilitar futuros processos de incorporação da metodologia de implementação do CRER (Martins, 2007: 9).

Subsequentemente esta rede de cooperação, por meio de uma comunidade de práticas, conduz os elos à troca de experiências, conhecimento, atualização e melhoria

dos instrumentos CRER. A REDE CRER, não é uma personalidade jurídica, entretanto a ADRIMAG, na condição de entidade promotora, assumiu a dinamização desta estrutura.³³⁷

Outra característica da produção da ADRIMAG apresenta-se nas principais ações concretizadas e resultados obtidos com o Projeto *MYRTILLUS*. Esse resultado configurou-se um ano após a sua implementação.³³⁸

- 1) “Elaboração do Guia de Boas práticas para a Produção, Promoção e Comercialização do Mirtilo, com colaboração do INRB – Instituto Nacional dos Recursos Biológicos e dos parceiros do Uruguai e Argentina;³³⁹
- 2) Realização da 1.^a Feira Internacional do Mirtilo em 2008;³⁴⁰
- 3) Criação da Plataforma Internacional de Comercialização e Transferência de Conhecimento para a Produção do Mirtilo, estendendo-se à rede de sociabilidade da ADRIMAG com os seguintes parceiros:
 - a. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Pescas;
 - b. Município de Sever do Vouga;
 - c. Município de Ljubljana, Eslovénia;
 - d. Embaixada da República da Argentina;
 - e. Embaixada da República da Eslovénia;
 - f. Embaixada do Reino dos Países Baixos;
 - g. Embaixada do Uruguai;
 - h. Associação para a Gestão, Inovação e Modernização do Centro Urbano de Sever do Vouga (AGIM);
 - i. Instituto de Agricultura da Eslovénia;
 - j. MIRTILUSA – Sociedade de Produtores Hortofrutícolas, Lda.;

³³⁷ CRER – Protocolo de Cooperação, REDE CRER, *cf.*, http://www.mourainvestimento.pt/CRER/CRER_protocolo%20de%20cooperacao.pdf

³³⁸ Minha Terra, *Projecto Myrtillus*; ADRIMAG, *Projecto Mirtilos/Blueberries*, *cf.*, <http://www.minhaterra.pt/spip.php?article415>

³³⁹ Material disponível em http://www.adrimag.com.pt/downloads/cooptransnacional/mirt_livro.pdf

³⁴⁰ Mais informações, *cf.*, <http://www.feiradomirtilo.pt/pt/1-edicao-feira-do-mirtilo-2008>

- k. *The Greenery*, Holanda;
 - l. *Arándano Argentino*, Argentina;
 - m. *Uruberry Cooperativa Agraria de Responsabilidad Limitada* do Uruguai.
- 4) Implementação do processo de certificação das microproduções pelas normas GLOBALG. A. P.;³⁴¹
 - 5) Licenciamento do viveiro de plantas;
 - 6) Estabelecimento de protocolos de colaboração com o intuito fortalecer a OTS em sistema de inovação social através de projeto de investigação e desenvolvimento com a Universidade de Aveiro (UA), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Universidade Católica Portuguesa (UCP), Centro de Farmacologia e Biopatologia Química da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).³⁴²
 - 7) Elaboração de uma candidatura de fileira estratégica (produção, transformação e comercialização do mirtilo e da groselha) que abrange a MIRTILUSA, mais 47 (quarenta e sete) microprodutores e 14 (quatorze) jovens agricultores, para um investimento total de 1.372.327,46 € (um milhão, trezentos e setenta e dois mil, trezentos e vinte e sete euros, quarenta e seis cêntimos);
 - 8) Diversificação da produção com a introdução de novos produtos no mercado;
 - 9) Incentivo ao empreendedorismo feminino e criação de novos postos de trabalho através da criação de atividades económicas ligadas à transformação do mirtilo, para compotas, licores, doces, etc.;

³⁴¹ Na época do projeto foram certificados 56 microprodutores, *cf.*, <http://www.globalgap.org>

³⁴² COMPETE – Programa Operacional Factores de Competitividade. *Projecto Myrtillus*. Desenvolvimento de novos produtos funcionais a partir do mirtilo e seus subprodutos, *cf.*, <http://pofc.qren.pt/media/noticias/entity/projeto-myrtillus--desenvolvimento-de-novos-produtos-funcionais-a-partir-do-mirtilo-e-seus-subprodutos>

- 10) Desenvolvimento de um plano de formação na área agrícola, financiado ao abrigo do Programa Operacional do Potencial Humano (POPH) e pela União Europeia” (ADRIMAG)³⁴³.

A partir desses resultados, o processo de geração de inovação social permitiu a prossecução do projeto na criação de novos empreendimentos, aumento da fileira produtiva e a inserção de novas tecnologias. Enfatiza João Carlos Pinho que “*o projeto apresentou ações que promoveram a comercialização e exportação dos produtos de qualidade regional reconhecida, abrangendo os produtos frutícolas da região, nomeadamente a promoção e divulgação do mirtilo e o fomento à cultura da groselha e à economia agrícola do município de Sever do Vouga*”(Entrevista do caso).

6.2.8. COMPROMISSO ORGANIZACIONAL COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

Neste estudo de caso o compromisso organizacional da ADRIMAG com o desenvolvimento local sustentável está bastante evidente. Observa-se que todas as ações, tanto as delineadas pelos planos de atividades, bem como as ações decorridas da implementação dos diversos projetos estão diretamente compromissadas com o DLS. “*O compromisso com o desenvolvimento local sustentável é a razão de ser da ADRIMAG*”, assim enfatiza João Carlos Pinho.

Portanto, imbuída no seu propósito de existência a estrutura da organização assume que para a revitalização dos territórios rurais é fundamental a qualificação do seu capital humano. Assim, na administração interna dois setores se destacam. Primeiro, o setor de Educação e Formação composto por uma equipa técnico-pedagógica jovem e multidisciplinar.

³⁴³ Cf., http://www.adrimag.com.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=134:projecto-myrtillus&catid=93:projectos-de-cooperacao&Itemid=319

Nos projetos de desenvolvimento local a formação está estreitamente ligada ao diagnóstico das necessidades de um território e a uma visão prospetiva e evolutiva das economias locais. Ajustar a oferta de formação a um potencial local, garantindo deste modo elevadas taxas de integração profissional, é a questão que hoje se coloca (Cristina Cavaco, Diretora da Revista Pessoas e Lugares, 2003)³⁴⁴

Na área de Educação e Formação da ADRIMAG, desde 2006, encontra-se o Centro Novas Oportunidades, a atuar na NUT III do Entre Douro e Vouga, e inserido na Rede Nacional de Centros Novas Oportunidades. Comenta João Carlos Pinho, coordenador do Centro Novas Oportunidades, a importância dessa iniciativa para o desenvolvimento do capital humano e do capital social na região. *“De setembro de 2006 até março de 2012, o Centro Novas Oportunidades da ADRIMAG certificou 2.235 adultos entre o Nível básico, secundário e profissional”*.³⁴⁵ Enaltece João Carlos Pinho que *“o sucesso da iniciativa Novas Oportunidades nesta região é inquestionável e a adesão das pessoas, a todas as componentes da iniciativa, superou provavelmente as perspetivas mais otimistas, da equipa técnica e diretiva da ADRIMAG”*.

Assim, aos poucos, a associação elabora ações inovadoras de disseminação do empreendedorismo na vertente das escolas de ensino básico e secundário. A ideia da ADRIMAG é estimular a criatividade ainda na idade infanto-juvenil com o intuito de mudar o comportamento de desenvolvimento no tecido societal. Dilucida-nos João Carlos Pinho: *“se perguntar-se a um grupo de alunos do ensino superior em Portugal: o que fará após a conclusão do curso? Sem dúvida alguma, a grande maioria irá responder que o objetivo é de trabalhar por conta de outrem. Raro será o estudante que dará como resposta que deseja ter o seu próprio negócio. As escolas em nosso país não fazem nada de diferente para estimular o empreendedorismo e um empresário não se faz de um dia para outro, por isso que o desemprego jovem é muito grande no nosso país, não há indústria nova, criar emprego é básico! Mas as pessoas não sabem como*

³⁴⁴ Revista Pessoas e Lugares. Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+, II Série, Nº 9, Maio de 2003, p. 2, A Abrir.

³⁴⁵ Newsletter CNO da ADRIMAG, Ano II, Número 4, Março de 2012, pp. 1 (cf., http://www.adrimag.com.pt/downloads/CNO/Newsletters/Newsletter_No4-Marco2012.pdf).

criar um negócio, falta-lhes o estímulo para isso” (Entrevista do Caso). Comenta o Coordenador que esta ideia foi elaborada junto com dois professores de empreendedorismo da Universidade de Aveiro, nomeadamente do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial.

No entanto, pode-se dizer que desde 1991, a partir do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER, que a associação executa políticas de DLS e ações no sentido de criar postos de trabalho, gerar emprego e melhorar a qualidade de vida da população. Segundo a ADRIMAG (2013a), essas ações estratégicas têm-se transformado em programas e projetos inovadores em que prevalece o objetivo de...

- “Promover a criação ou adaptação do comércio em meio rural às novas exigências dos consumidores e à inovação;
- Promover a certificação dos produtos regionais e de artesanato;³⁴⁶
- Promover a diversificação da economia regional para atividades não agrícolas, num perspectiva de diversificação das atividades, revitalização da economia rural e escoamento dos produtos endógenos, tendo em conta o desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental dos recursos;
- Promover o desenvolvimento turístico da região, através da valorização dos recursos endógenos, contribuindo para a criação de novas empresas;
- Criar condições para fixação e integração da população, promovendo a revitalização de núcleos numa perspectiva de dinamização da economia local;
- Recuperar, criar e desenvolver estruturas de apoio que promovam a coesão e a integração social dos atores mais desfavorecidos, e que propiciam a inclusão tecnológica, no sentido de oferecer melhores condições de vida a população local.
- Estabelecer parcerias de cooperação e desenvolvimento estratégicos que proporcionem a promoção dos recursos endógenos e favoreçam a troca de *know-how* e de conhecimento” (ADRIMAG, 2013a: 3-4)

³⁴⁶ Como no estudo de caso 1 – APOMA, as ações de inovação social no planeamento estratégico da ADRIMAG, insere-se também na proteção da marca dos produtos de identificação geográfica protegida.

Assumindo-se como uma organização compromissada com a autossustentação e responsável pela continuidade os projetos de desenvolvimento económico e social na sua zona de intervenção, a ADRIMAG criou uma empresa privada, a Eixo Global – Serviços Técnicos, Unipessoal, Lda. Esta empresa tem como objeto social a prestação de serviços técnicos e outras atividades resultante da experiência da ADRIMAG no desenvolvimento e gestão de projetos compromissados com o DLS. Neste contexto, insere-se *e.g.*, a consultoria e o apoio ao empreendedorismo. Dilucida-nos João Carlos Pinho que *“a nível científico, a ADRIMAG, através da Eixo Global, pretende intervir na formação profissional e ainda no desenvolvimento, investigação e inovação de processos, serviços ou produtos compromissados com o DLS. Pretende igualmente assumir um papel fundamental na componente de animação turística e territorial, nomeadamente através da organização de eventos, feiras, exposições, congressos, pacotes turísticos, rotas e realização de missões empresariais, atividades de operador turístico, assim como outras atividades de interesse turístico. Destaca-se ainda a promoção e organização da oferta e a gestão de equipamentos e edifícios. Pretende também atuar ao nível da comercialização de produtos, entre os quais se destacam os artesanais para além destes, visa igualmente a constituição de uma central de reservas e uma agência de viagens”*.

Subsequentemente, no âmbito do compromisso com o DLS, novas OTS foram criadas, implementadas, *e.g.*, o Geoparque Arouca³⁴⁷. Narra-nos João Carlos Pinho que *“o Geoparque Arouca é uma spin-off da ADRIMAG, cuja gestão ativa está sob a responsabilidade da Associação Geoparque Arouca (AGA)”*. Explica-nos João Carlos Pinho que um geoparque é *“um território com limites bem definidos que possui um notável património geológico aliado a toda uma estratégia de desenvolvimento sustentável”*. Neste caso o Geoparque Arouca tem como propósito a *i)* geoconservação; a *ii)* educação para o desenvolvimento sustentável e o *iii)* turismo. Destarte, prossegue com a explicação João Carlos Pinho que o plano de atividade do Geoparque Arouca delinea além de ações imbuídas nestes propósitos, *“fomentar outras atividades*

³⁴⁷ O Geopark Arouca, integrado na rede Europeia e Global de Geoparques da UNESCO, é um território que pertence a área administrativa do Concelho de Arouca. Possui elevado património geológico que é reconhecido internacionalmente, notadamente pelas Trilobites gigantes de Canelas, para as Pedras Parideiras da Castanheira e para os Icnofósseis do Vale do Paiva. *Cf.*, <http://www.geoparquearouca.com/>

direcionadas à construção de novas infraestruturas que promovam a conservação do património geológico, a educação e o turismo, o desenvolvimento de novos produtos locais e serviços, o encorajamento do artesanato e do crescimento económico local e assim a criação de novas oportunidades de emprego” (entrevista do caso).

De referir que outras OTS foram criadas com o compromisso de DLS, *e.g.*, a Agência de Desenvolvimento Regional Entre Douro e Vouga, Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Terras de Santa Maria, Associação de Desenvolvimento Rural Oliveira dos Azeméis, etc.

6.2.9. CONFRONTO DA ANÁLISE DO MATERIAL EMPÍRICO

A ADRIMAG foi constituída por um grupo de pessoas determinadas por fazer prosperar a região do maciço montanhoso formado pelas serras de Montemuro, Arada e Gralheira. Esta associação, tendo por base a sua infraestrutura produtiva e a infraestrutura local interage com todos os setores da sociedade. Comenta Artur Neves (Presidente da Direção da ADRIMAG) que a ADRIMAG, com o *“objetivo primordial de defender um património muito ligado à ruralidade, soube interligar as vertentes cultural, económica, etnográfica, social, territorial e formativa, fazendo assentar ideias de desenvolvimento de todo este vasto território naquilo que o distingue dos demais: a sua verdadeira identidade”* (Magazine, 2011:5)³⁴⁸.

O processo de geração de inovação social, no âmbito da ADRIMAG, visa a autossuficiência das pessoas, o empreendedorismo e a dinâmica local e está direcionado para as diversas áreas de atuação da associação. Neste contexto, anota João Carlos Pinho que, sobressaem *“o apoio ao empreendedorismo e à criação de empresas. A promoção e divulgação do território e dos seus recursos. A cooperação nacional e transnacional. A educação e formação de adultos. O apoio técnico e o cofinanciamento, através dos componentes programas financiadores, de projetos ligados ao turismo, ao artesanato, à gastronomia, à cultura e ao património. A análise, a aprovação, execução*

³⁴⁸ ADRIMAG, Revista Magazine, trimestral, n.º 1, primavera 2011. Disponível em www.adrimag.com.pt

e/ou acompanhamento de projetos, no âmbito dos programas financiadores PRODER³⁴⁹ e QREN (POPH, e Programa de Desenvolvimento Regional ON2 e Mais Centro” (Entrevista do Caso).

Estas ações atuam em quatro campos, segundo observações de Carminda Gonçalves. O turismo, porque sendo um setor em franco crescimento nele se baseia importantes estratégias de DLS na esfera regional e nacional. O ambiente, porque preocupa, acima de tudo, a qualidade ambiental, a importância da proteção e preservação da biodiversidade, a valorização dos recursos naturais, florestais e geológicos entre outros. A cultura, porque é o principal fator de diferenciação e identidade de uma região e de um povo. Neste ínterim, importa evidenciar os projetos porque contribuem para a dinamização do território e dos seus agentes económicos e sociais, estimulando e promovendo o empreendedorismo, a competitividade, a inovação e a coesão social (Carminda Gonçalves, Coordenadora da Revista Magazine).

No caso da ADRIMAG a inovação social expande da dimensão interna para a dimensão externa. Neste sentido, no confronto de dados sobressai a abordagem sobre o empreendedorismo incitado por políticas de DLS direcionadas ao processo de geração de inovação social que se dissemina por redes de sociabilidade. Os dados da análise revelam um novo modo de promover o local, *i.e.*, ações criativas que possibilitam o surgimento de comunidades mais sustentáveis capazes de suprir as necessidades mais imediatas do tecido societal.

³⁴⁹ O Programa de Desenvolvimento Rural – PRODER – é um instrumento estratégico e financeiro de apoio ao desenvolvimento rural do continente aprovado pela Comissão Europeia, *cf.*, Decisão C(2007)6159, em 4 de Dezembro, ainda em vigor. Esse programa é cofinanciado pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER). No âmbito do Programa Nacional Estratégico, o PRODER tem por objetivo *i*) aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal; *ii*) promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais; *iii*) revitalizar económica e socialmente as zonas rurais. “A estes objetivos estratégicos acrescem ainda objetivos de carácter transversal, como sejam, o reforço da coesão territorial e social, e a promoção da eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão setorial e territorial.” *Cf.*, http://www.proder.pt/ResourcesUser/Legisla%C3%A7%C3%A3o/Comunit%C3%A1ria/Decisao_Comissao2007_6159.pdf

Neste contexto, revela-se um novo modelo de parceria de desenvolvimento, *i.e.*, diversas formas de cooperação entre as empresas locais criado pela ADRIMAG e, *e.g.*, a iniciativa comunitária EQUAL. Este modelo de parceria, uma rede de sociabilidade, tornou-se relevante para o processo, uma vez que as regras que foram determinadas incitou os atores à trabalhar como uma equipa congruente. Para João Carlos Pinho, “*a inovação não um ato isolado, mas sim um processo contínuo que obriga a envolvimento e conjugação de competências distintas e cooperação interdisciplinar, o que fomenta a razão da existência das parcerias de desenvolvimento*” (Entrevista do Caso).

Por conseguinte denota-se que, a partir da ADRIMAG, a inovação social estimula ações, inseridos num programa de aprendizagem profissional, que induzem produtos e atividades amparadas no descobrir e/ou despertar das vocações do ator local. Estas mesmas ações, mediante programas de empreendedorismo, medram as potencialidades específicas da população e induzem o ator a aproveitar as vantagens do meio, agente inovador. O saber local incita o capital social à formar uma rede na produção de bens e serviços estratégicos para o DLS. Destarte os saberes de produção comum podem ser socializados nacional e transnacionalmente mediante uma rede de sociabilidade que fortalece a comunidade principalmente pela valorização dos produtos de origem local. Comenta João Carlos Pinho que “*graças à evolução das técnicas de produção artesanal e a uma atualização constante em matéria de design e estilismo, as peças de artesanato, sobretudo as que utilizam o linho, a lã, o burel e o xisto, produzidas por alguns grupos de artesanato ou artesãos individuais, têm tido um significativo sucesso de mercado, e têm conseguindo ir muito além dos limites geográficos da região, alguns bons exemplos são o Grupo de Artesanato Capuchinhas do Montemuro, o Grupo de Artesãs de Arões, a Associação de Bordadeiras e Bainhas Abertas de Arouca*”, etc.³⁵⁰ (Entrevista do Caso).

Identifica-se que as políticas de DLS, desencadeadas no processo de inovação social no âmbito da ADRIMAG, incitam iniciativas que mobiliza o ator à procurar e

³⁵⁰ Para se conhecer melhor o trabalho desenvolvido pela ADRIMAG referente a este relato, *cf.*, http://www.adrimag.com.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=428:projeto-e-arte-presente-em-importantes-feiras-de-artesanato-nacionais-e-internacionais&catid=93:projectos-de-cooperacao&Itemid=319

assegurar soluções de problemas ecossocioeconómicos. Busca-se por gerar trabalho e rendimento, a inclusão social e a melhorar a qualidade de vida do ator social. Nesta linha de raciocínio, João Carlos Pinho cita o *e.g.* de como se originou a Associação de Bordadeiras e Bainhas Abertas de Arouca (ABBAA). A associação nasceu com o objetivo de promover o trabalho de bordados e do linho, artesanato típico da região, desenvolvido por um grupo de mulheres, na época desempregadas de longa duração. No âmbito do projeto, o processo de inovação social desenvolvido pela ADRIMAG, interveio-se com ações que deram base à ABBAA no sentido de *“defender os direitos sociais, económicos, profissionais e culturais dos associados; promover o desenvolvimento e aperfeiçoamento técnico, profissional e cultural dos seus associados; promover o intercâmbio e cooperação com associações e organismos nacionais ou estrangeiros que prossigam os mesmos objetivos; proporcionar aos seus associados e à população em geral o acesso a objetos com arte e design artesanal; selecionar, preparar e contratar o pessoal necessário à manutenção e funcionamento da associação; adquirir em materiais, máquinas e acessórios que se destinem à prossecução do fim social; adquirir, construir ou tomar de arrendamento edifício para oficinas, armazém, etc. negociar, pelas formas e instrumentos que as circunstâncias aconselhem”*. Acrescenta João Carlos Pinho que *“a iniciativa empreendedora destas mulheres rurais e o facto de levarem a cabo o desenvolvimento de um projeto autossustentável para modificarem significativamente as suas vidas no meio em que se inserem tornou-se ícone de referência de sucesso empresarial”* (Entrevista do Caso).

Apreende-se que as políticas de DLS, mediante a implementação de ações inovadoras com atenção às comunidades produzem sinergias entre os atores sociais satisfazendo as necessidades mais prementes do lugar. Ademais, essas ações fomentam também a valorização e a promoção da diversidade da vida coletiva local, respeitando-se a relação homem/natureza. Neste contexto, narra-nos João Carlos Pinho que *“as pessoas identificam os pontos fortes do território e, munidos de uma forte capacidade de iniciativa e inovação, incrementam novos projetos, buscam pelo apoio da ADRIMAG. De diversos lugares e variadíssimas condições, insistem em dignificar a profissão de quem trabalha a terra revolucionando o mercado, criando novos produtos”* (entrevista do caso).

Observa-se que a metodologia de empreendedorismo, disseminada pelo projeto CRER e o projeto de cooperação transnacional, gerou empreendimentos no setor privado e OTS com uma forte componente de inovação social. Revela-se a capacitação das empresas no processo dos vários segmentos e de inovação em produtos e qualidade no processo de produção. O projeto CRER surgiu da necessidade de estimular o empreendedorismo, prestar apoio à criação de empresas e facilitar o acesso a financiamento aos empreendedores do território de intervenção da ADRIMAG. A metodologia do CRER baseou-se na metodologia francesa das *couveuses*. Assim, o CRER, metodologia integrada de apoio ao empreendedorismo que a ADRIMAG leva a cabo desde 2006 possui três vertentes distintas: 1) informação e sensibilização ao empreendedorismo. 2) Maturação e finalização de projetos de criação de empresas e apoio à preparação e elaboração de planos de negócios. 3) Teste e experimentação de ideias de negócio, *i.e.*, apoio e teste de uma ideia de negócio, sem que o empreendedor tenha necessidade de construir uma empresa. Enfatiza João Carlos Pinho que para o desenvolvimento desta vertente, *“a ADRIMAG criou o CRER, Centro de Recursos e Experimentação, associação criada para apoiar os empreendedores na fase de teste e experimentação do negócio”* (Entrevista do Caso).

Salienta-se a importância da rede de sociabilidade para a ADRIMAG. Narra-nos o Coordenador da ADRIMAG que *“de forma a facilitar a incorporação da estrutura CRER, a ADRIMAG constituiu uma rede. Esta Rede tem por finalidade assegurar a divulgação e disseminação do CRER, i.e., metodologia, instrumentos e estrutura, a entidades que tenham como objetivo o estímulo do empreendedorismo, numa lógica de rede de cooperação interinstitucional. Além disso, facilitar a troca de conhecimentos informações e competências entre os diversos membros, numa perspetiva de melhoria e aprendizagem contínua, dada a semelhança na forma de acompanhamento dos empreendedores pelas organizações pertencentes à Rede”* (entrevista do caso). A Rede possibilita transferir o conhecimento mediante um guia metodológico para a apropriação do CRER. Este guia delinea todos os instrumentos necessários para a replicação, adaptação e incorporação de um Centro de Recursos e Experimentação. O guia transmite as competências mobilizadas para apoio aos empreendedores nas três vertentes citadas anteriormente. Entretanto, a metodologia transfere, por meio da rede,

uma componente teórica, e outra prática de contato direto com os processos de formação personalizada e individualizada.

Neste ínterim comenta o senhor João Carlos Pinho que a Comissão Europeia reconhece o projeto da ADRIMAG como ‘Boa Prática’.³⁵¹ “*A distinção do CRER pela Comissão Europeia vem, mais uma vez, dar visibilidade e reconhecer a importância deste projeto a nível nacional e europeu, um ano após ter recebido uma menção honrosa nos European Enterprise Awards 2010, na categoria ‘Iniciativa Empresarial responsável e inclusiva’.*”

Falou-nos com fina verve o Coordenador que “*é notório o contributo da implementação da metodologia CRER no território de intervenção da ADRIMAG. Desde 2006 foram efetuados 87 acompanhamentos de negócios com empreendedores.*³⁵² *Mais de 57% dos empreendedores a quem foi efetuado o acompanhamento do negócio foram mulheres. Após o acompanhamento na elaboração do plano de negócios, mais de 30% dos empreendedores criaram a sua própria empresa, o que originou 9 empresas e, em média, cada empresa proporcionou a criação de 2 postos de trabalho diretos. Esta percentagem deve-se ao fato de, numa perspetiva de formação-ação, desde o acompanhamento, os empreendedores apoiados desistirem após tomarem consciência dos erros que poderiam cometer ao criarem uma empresa sem o suporte de um estudo económico e financeiro, que lhes permitisse analisar a viabilidade do negócio e a tomada de decisões corretas para o alcance da sustentabilidade e sobrevivência do seu projeto*³⁵³. *A metodologia contribui também para uma taxa de sucesso mais elevada das empresas criadas, uma vez que induz o empreendedor a tomar consciência da importância de um plano de negócios com indicadores realistas. A relevância do projeto CRER deve ainda ser considerada tendo*

³⁵¹ Cf., divulgado pela ADRIMAG (8 de novembro, 2011), “*Think Small First*” é o princípio que visa melhorar a abordagem política global do empreendedorismo e promover o crescimento das PME. O “*Small Business Act*” para a Europa, criado em 2008, pretende a implementação sustentável deste princípio na definição de novas políticas. Em Portugal, a implementação e execução do “*Small Business Act*” iniciou com a criação e manutenção de uma Base de Dados de Boas Práticas (ADRIMAG, www.adrimag.com.pt).

³⁵² Com referência a data da entrevista em 5 de março de 2012.

³⁵³ CRER – Criação de Empresas em Espaço Rural. Projetos & Iniciativas. Revista Magazine, n.º 1, primavera 2011, p. 40. Cf., Cláudia Silva e Jorge Ferreira, técnicos da ADRIMAG.

em conta a disseminação da metodologia a entidades que tenham como objetivo o estímulo do empreendedorismo a nível nacional e internacional, numa lógica de rede de cooperação interinstitucional. A rede CRER conta já com oito parceiros nacionais que incorporaram e aplicam a Metodologia CRER. O projeto e a metodologia CRER continuam a ser uma boa prática requerida por vários parceiros internacionais como exemplo base na definição de projetos e metodologias de apoio ao empreendedorismo. A disseminação da mesma já está ocorrendo para mais 54 entidades nacionais e duas entidades de Cabo Verde” (Entrevista do caso).³⁵⁴

Esta ação, integrada no projeto de cooperação E-Arte, proporcionou a formação CRER FACE. FACE – Formação de Agentes para o Empreendedorismo e a Criação de Empresas a 14 técnicos de várias entidades parceiras da Agência de Desenvolvimento e Inovação (ADEI). Os técnicos destas entidades tiveram contacto com a metodologia e os instrumentos de apoio ao empreendedorismo e consideraram esta ação de extrema importância para o desenvolvimento das suas atividades profissionais, nomeadamente os técnicos que promovem o empreendedorismo junto da população local (ADRIMAG, www.adrimag.com.pt).

No caso da ADRIMAG, o local se caracteriza como agente inovador e espaço de parcerias. A metodologia desenvolvida pela ADRIMAG deu origem a produtos, métodos, estratégias, conceitos e atividade técnica de intervenção endógena e exógena capaz de criar valor e introduzir mudanças sistémicas duradouras. As ações do projeto CRER e do projeto de cooperação transnacional com o projeto *Myrtillus*, nomeadamente *Mirtilos/Blueberries* como ações de inovação social, atendem as necessidades ecossocioeconómicas até então não supridas pelo setor público e privado.

Ao longo desses anos, foram vários os grupos de parceiros internacionais a visitar a ADRIMAG e a tomarem conhecimento dos sucessos e dificuldades já ultrapassadas por

³⁵⁴ Cf., www.adrimag.com.pt

este projeto. Recentemente, no âmbito do programa Leonardo da Vinci – Transferência de Inovação, um grupo de 10 parceiros húngaros visitou a ADRIMAG e algumas instituições da zona Norte. Este grupo de representantes do projeto *Start-Up Model* pretendia obter mais conhecimentos do CRER como exemplo na implementação de uma Metodologia semelhante na Hungria. Este encontro permitiu aos parceiros húngaros ficarem a conhecer um pouco mais sobre os programas e as ações disponibilizados pela ADRIMAG, ao nível do incentivo à criação de empresas e empreendedorismo, e as regras a que está sujeita a atividade empresarial e os empreendedores portugueses (ADRIMAG, www.adrimag.com.pt).

A componente cooperação transnacional propiciou formas de cooperação entre as empresas a nível local, estabeleceu consórcios de investigação para a melhoria do produto, de compras e de exportação.³⁵⁵ A marca “Mirtilos de Sever do Vouga” ganhou notoriedade no mercado.³⁵⁶ Diversos foram as formações no âmbito da capacitação profissional dos micros produtores e de toda a cadeia produtiva local.³⁵⁷ Por conseguinte, o referido projeto, cofinanciado pelo programa LEADER+, Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural, propiciou a promoção de iniciativas integradas, concebidas e postas em prática à escala local.³⁵⁸ Neste contexto, comenta João Carlos Pinho que as ações de inovação social, desencadeadas no âmbito do projeto de cooperação transnacional, acabaram por propagar “*apoios direcionados aos atores*

³⁵⁵ COMPETE, Programa Operacional Fatores de Competitividade, *cf.*, <http://pofc.qren.pt/media/noticias/entity/projeto-myrtillus--desenvolvimento-de-novos-produtos-funcionais-a-partir-do-mirtilo-e-seus-subprodutos>

³⁵⁶ Minudências *cf.*, diversas notícias no *mass media*, *e.g.*, *cf.*, <http://hortinet.info/tag/mirtilos/> - e - <http://baixovougacomvida.blogspot.pt/2013/05/feira-do-mirtilo-2013.html> http://www.adrimag.com.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=110&Itemid=153 - e - http://www.adrimag.com.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=200:44o-feira-nacional-de-agricultura-de-santarem&catid=1:ambito-geral&Itemid=310 - e - <http://www.vejaportugal.pt/mirtilo-e-um-pequeno-fruto-cuja-producao-nao-para-de-crescer/>

³⁵⁷ Mais informações, *cf.*, http://www.adrimag.com.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=120:downloads&catid=74:downloads&Itemid=160 - e - <http://agrotec.pt/?cat=104>

³⁵⁸ Outras informações, *cf.*, <http://www.plantarportugal.org/index.php/fruticultura/1172-plantar-mirtilos.html> - e - <http://www.severdovouga.eu/turismo/severdovouga-feira-do-mirtilo.html> - e - http://www.jn.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Aveiro&Concelho=Sever%20do%20Vouga&Option=Interior&content_id=3295768

rurais e essas mesmas ações instaram o micro produtor a refletir sobre o potencial do espaço/território, numa perspetiva de longo prazo. Por conseguinte, as ações fomentaram a aplicação de políticas estratégicas de desenvolvimento local sustentável, integradas e de grande qualidade, i.e., novas formas de valorização do património natural e cultural, o reforço económico, de forma a contribuir para a criação de postos de trabalho e melhoria da capacidade de as comunidades se organizarem. O aspeto da cooperação transnacional é aquele que corresponde ao principal elemento do projeto” (Entrevista do Caso).

Consubstanciado pelo programa LEADRER+, o processo de geração de inovação social no âmbito da ADRIMAG, relativo ao projeto Mirtilos/*Blueberries*, decorreu, primeiramente, de uma iniciativa experimental. Subsequentemente, esta iniciativa induziu a criatividade do ator à utilização de novas tecnologias com a finalidade de elevar a competitividade dos serviços e produtos do território.

O projeto Mirtilos/*Blueberries* foi um projeto ambicioso que transferiu e complementou outras ações, combinando e ligando outros setores da economia tradicionalmente separados. Assim, as ações de inovação social valorizaram os produtos locais, nomeadamente os mirtilos, entre outros produtos agrícolas, *i.e.*, pequenos frutos, mas também os produtos silvícolas, os naturais e os culturais. Inclui-se neste campo a educação ambiental, especialmente a preservação e valorização dos espaços de importância comunitária.

De referir que a inovação social, prioritariamente, melhorou as possibilidades de emprego e atividades para jovens (nomeadamente os licenciados desempregados) e as mulheres. Neste sentido a inovação social, fortalecida pela vertente do empreendedorismo, característica peculiar da ADRIMAG, propulsou a formação profissional, gerou ações de apoio ao turismo rural, à geração de micro e pequenos negócios, contribuiu para a melhoria da qualidade de vida local.

Os resultados, oriundos da análise de dados, salienta que a associação ADRIMAG apresenta formas diferenciadas de criatividade e inovação social, além de desempenhar papel relevante na dinamização do DLS. Neste contexto o processo de

geração de inovação social da ADRIMAG constitui-se de empreendedorismo inclusivo, configurado em empresas privadas e OTS, que se apresenta em modelos integrados em sistemas produtivos locais. Trata-se de organizações que possuem características que se identificam com o local, tanto expresso por seus produtos como no modo de inovar coletivamente, além disso, possui a condição de ser replicada. Esse empreendedorismo apresenta-se com um método de intervenção socioeconómica local em que a inovação social atua de modo objetivo e estratégico à dinamizar o mercado com maior propulsão económica. A inovação social, oriunda dos produtos, dos serviços e das diversas ações, reflete a capacidade criativa do local e a condição de cultura empreendedora do tecido societal.

6.2.10. CONCLUSÃO DO ESTUDO DE CASO 2 – ADRIMAG

A ADRIMAG está compromissada com o desenvolvimento local sustentável desde 1991. No decorrer das últimas décadas, diversas foram as mudanças que provocaram alterações nas funções e características ecossocioeconómicas da zona rural; muitos lugares perderam o seu carácter predominantemente agrícola, de produção artesanal que traz em seu bojo a historicidade e a cultura do local. O êxodo, em busca de uma melhor oportunidade de emprego, contraiu o desenvolvimento e incidiu na estagnação económica de zonas mais afastadas dos centros urbanos.

Em busca de soluções práticas e coerente à realidade social, a ADRIMAG desenvolve ações de empreendedorismo e desenvolvimento local cofinanciadas por iniciativas da comunidade europeia. Suas ações, de carácter inovador, possuem uma abordagem integrada de intervenção em áreas rurais e são efetuadas com base em parcerias de desenvolvimento que operam à escala local e na valorização de redes de sociabilidade no intercâmbio de experiências. Neste contexto a participação comunitária é assegurada pela ligação entre atividades, áreas e setores que integram as organizações públicas, privadas e as OTS.

Diante desta realidade, constatou-se que as ações oriundas dos projeto CRER e do projeto de cooperação transnacional tiveram necessariamente impacto no domínio do

autoemprego e sobretudo na criação de microempresas e de associações e cooperativas centradas na resolução de problemas do emprego. Percebe-se que a ADRIMAG funciona com uma visão holística sobre os processos especiais, decorrente do seu ambiente criativo, *cf.*, excerto *infra*, narra-nos Cláudia Oliveira, utilizadora e beneficiária do CRER, que...

Ao abrigo deste programa de apoio a criação de empresas em espaço rural consegui caracterizar a área de influência do meu negócio, foi feita uma análise da concorrência (...) foram enumerados os passos a dar para que a minha empresa saísse do papel e se tornasse uma realidade. (...) Com a ajuda da técnica do CRER consegui entender um pouco mais a dinâmica empresarial – que desconhecia de todo – e ganhei confiança que era possível ter sucesso profissional. Não precisava mais de estar à espera de uma resposta do Centro de Emprego. (...) Cumpri todos os passos do meu Plano de Negócio, usei todas as ferramentas que ele tinha à minha disposição e ... superei as expectativas que nele estavam traçadas. (...) o dia em que entrei pela porta da ADRIMAG para questionar que apoios eles me podiam dar na criação da minha própria empresa foi, sem dúvida, um dos dias mais decisivos da minha vida (Cláudia Oliveira, empreendedora do CRER).³⁵⁹

O processo de geração de inovação social no âmbito da ADRIMAG vem responder que a criatividade é importante, sobretudo numa altura de forte crise económica, em que a criação de emprego é tão determinante quanto difícil. O terceiro setor revela, neste ínterim, que existe nos territórios rurais potencial para o crescimento económico e a criação de empregos, desde que os atores do mundo rural possam obter apoios para o criarem.

Portanto, neste estudo constatou-se que diante do cenário mundial as ações de inovação social são estratégias disruptivas, cujos propósitos consistem em fomentar o

³⁵⁹ Parcerias de Desenvolvimento EQUAL – Recursos para o Empreendedorismo, Soluções de Inovação Social (memorandos das soluções/produtos), (2008: 20). Disponível em www.equal.pt

emprego, o trabalho e o rendimento, geram empreendimentos coletivos, a inclusão e a dinamização ecossocioeconómica. Verificou-se que a inovação social estimula o empreendedorismo que resgata as vocações naturais e as potencialidades específicas do lugar.

Pode-se afirmar que as organizações do terceiro setor comprometidas com o desenvolvimento local sustentável são identificadas por sua permeabilidade e hibridismo, incorporando características globais e locais, públicas e privadas. Além disso, de facto, sobre o terceiro setor são lançadas grandes expectativas frente ao crescimento das demandas sociais e à redução das funções do Estado. A partir do estudo de caso ADRIMAG, pode-se apontar as OTS como grande absorvedora de trabalhadores diante da resseção económica e do desemprego, no âmbito da zona rural portuguesa.

Todo esse processo induz uma nova dinâmica ecossocioeconómica integrada de base local, na qual estimula-se a inovação social como fomento à diversidade económica e a complementaridade de empreendimentos de sorte a gerar uma cadeia sustentável de iniciativas. O estudo de caso ainda revela que a inovação social surge como propostas de utilizar mão-de-obra local e tecnologias apropriadas, não negligenciando o processo educativo do cidadão.

6.3. ESTUDO DE CASO 3 – COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS LAVRADORES DO CONCELHO DE OLIVEIRA DO BAIRRO - CALCOB

6.3.1. SÍNTESE INTRODUTÓRIA

O terceiro estudo de caso apresenta a Cooperativa Agrícola dos Lavradores do Concelho de Oliveira do Bairro – CALCOB.³⁶⁰ De referir que este estudo decorre no ambiente de uma OTS em formato de cooperativa. O propósito é o de analisar um outro cenário de OTS, diferente dos modelos das associações abordadas nos estudos de caso já desenvolvidos. Anota-se que com o estudo de caso CALCOB busca-se conhecer, com mais detalhes e em maior profundidade, o que favorece e o que limita o processo de geração de inovação social em OTS comprometidas com o DLS. Além disso, perceber com acuidade se é, de facto, possível considerar que OTS inovadoras fortalecem o DLS. Busca-se através desta análise subsídios para responder as perguntas de partida desta investigação. Todavia, a mudança de ambiente de OTS faz com que os estudos de caso ganhem maior riqueza em informações e detalhes de ambiente organizacional com relação ao meio, agente inovador, porquanto, nesta organização a análise vai incidir em dois momentos:

- O processo de modernização organizacional da empresa que possibilitou expandir o negócio e prestar maior assistência técnica aos produtores e associados;
- O projeto de uma nova unidade de hortícolas na beneficiação de produtos de I Gama para produtos de IV Gama.

Neste sentido tendo como conduto de pesquisa os objetivos específicos da tese, neste estudo de caso, no contexto da análise de dados, buscou-se identificar as

³⁶⁰ Para a construção deste estudo de caso, as atividades de investigação na CALCOB transcorreram no período de novembro à dezembro 2012 e de janeiro a fevereiro de 2013. Além disso, por conta do ano internacional do cooperativismo foi possível acompanhar algumas exposições da cooperativa em encontros científicos da área de economia social entre o mês de março ao mês dezembro de 2012. Na CALCOB entrevistou-se o gerente da cooperativa Fernando Silva, a responsável pelo departamento de *marketing* Elisabete Coutinho, a responsável pelo departamento de contabilidade, técnica oficial de contas Cláudia Gomes, o responsável pelo controlo de qualidade Nuno Simões, o responsável pelos serviços comerciais Paulo Simões.

características de criatividade na CALCOB. Portanto, reconhecer, no processo de geração de inovação da organização, a inovação social. A partir de então, investigou-se como se processa a geração de inovação social no ambiente da CALCOB; analisou-se se a inovação social catalisa as OTS a serem autossuficientes e se a geração de inovação social estimula novos empreendimentos fortalecendo o local ecossocioeconomicamente. Além disto, enumerou-se minuciosamente os determinantes sociais críticos às possibilidades e limites da geração de inovação social comprometida com o DLS.

6.3.2. CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRICO – CALCOB

A Cooperativa dos Lavradores do Concelho de Oliveira do Bairro, CRL – CALCOB, surgiu da ideia de quatro trabalhadores que faziam parte do Grémio da Lavoura, na década de setenta. Fernando Silva, atual gerente geral da CALCOB, que entrou na fase da liquidação do Grémio e a criação da cooperativa, foi responsável pela contabilidade naquela época. *“A Isaura que fazia a conferência dos mapas do leite; o senhor Sousa que era o chefe do Grémio e passou a ser da cooperativa; o senhor Carvalho, que fazia a parte das guias de vinho, era um senhor já com uma certa idade. Esses foram os quatros primeiros trabalhadores da cooperativa”* narra-nos Fernando Silva (entrevista do caso).

No pós 25 de Abril integrou ao projeto da cooperativa mais alguns trabalhadores que formaram um grupo de 10 agricultores associados³⁶¹ e fundaram da CALCOB em 1975, *“com sede numa casa alugada e uma máquina de calcular como património de partida”* (Fernando Silva, entrevista do caso). Esses trabalhadores *“sentiram necessidade de criar uma entidade que os pudesse apoiar no escoamento dos seus produtos”* comenta Afonso Silva Libório, presidente da Direção. Esse mesmo grupo de

³⁶¹ Comenta Elisabete Coutinho que alguns dos antigos sócios “já partiram”, mas os que ainda vivem continuam membros ativos da Cooperativa.

agricultores iniciaram suas ações na compra e venda da batata, mas desde a década de setenta tinham como propósito o desenvolvimento da agricultura regional bairradina³⁶².

Neste contexto, *“em 1975, foram identificadas as lideranças do setor agrícola e iniciou-se uma série de reuniões e encontros para debater o assunto e encontrar uma forma rentável de escoamento da batata. Surgia, desse modo, a CALCOB. Em 1977, a Cooperativa iniciou a atividade com o objetivo de ir ao encontro das necessidades dos produtores da região”* (Fernando Silva, gerente da CALCOB; Elisabete Coutinho, responsável pelo Departamento de Marketing, entrevistas do caso).

Informa Afonso Libório, presidente da direção da CALCOB, que a organização teve seu início nas mãos de uma comissão liquidatária que assegurou, após os anos setenta, a criação de um sistema cooperativista. *“O objetivo com que foi criada a organização persiste até os dias de hoje e é a base condutora de toda ação da cooperativa”* (Afonso Libório). Assim a CALCOB dirige-se tendo por principal objetivo *“a satisfação do associado e cliente, rentabilização da atividade agrícola e dinamização da agricultura da região”* (Afonso Libório em entrevista conduzida por Rosa Guilherme e Maria da Graça Barreiro, Revista da APH n.º 107, p. 45)³⁶³.

A organização tem como traços principais responder às necessidades dos seus associados, *“nasceu para servir o agricultor”*, comenta Afonso Libório. Deste modo é gerida de acordo com a estratégia de uma empresa, mas nunca esquecendo o compromisso social que rege toda a sua existência, elucida Fernando Silva (Entrevista do caso).

No decorrer dos anos, mais de três décadas e meia, traduzem muitos rostos e muita determinação numa longa caminhada, em busca de um diferencial competitivo, que nos tem permitido crescer. Este crescimento foi feito de uma forma progressiva e sustentável, em que ao longo dos anos procurámos reforçar a

³⁶² Termo referente a Região da Bairrada, cf., <http://pt.wikipedia.org/wiki/Bairrada>.

³⁶³ Documento Interno. Cooperativa Agrícola dos Lavradores de Oliveira do Bairro, C.R.L. – CALCOB. Entrevista conduzida por Rosa Guilherme e Maria da Graça Barreiro. Revista da APH, N.º 107, 2011, pp. 45-49. Associação Portuguesa de Horticultura.

nossa capacidade técnica, munindo-nos de um maior *know-how*, investindo na inovação e na qualidade, disponibilizando hoje um leque de produtos e serviços, que cada vez mais ganham expressão no panorama nacional e internacional (Afonso Libório, sócio fundador, n.º 10, Presidente da Direção)³⁶⁴.

A organização iniciou as suas atividades com sede em Oliveira do Bairro³⁶⁵, todavia, com o crescimento da produção do milho, vinho e batata na região, obrigou a CALCOB a expandir os seus armazéns para receber toda a produção e mudar a sua sede para um espaço mais amplo e com melhor infraestrutura. No decorrer dos anos, alguns eventos foram mais importantes e marcaram a história da CALCOB, sendo que “*a década de oitenta foi de grande marco para a organização*” (Fernando Silva, entrevista do caso), são eles:

- 1980 – Início da construção das novas instalações (armazéns), com uma área de 3.000m² em Porto Clérigo.
- 1982 – A partir deste ano iniciou a sua intervenção no escoamento da batata, colmatando desta forma uma das dificuldades sentidas pelos agricultores: colocar o produto no mercado.
- 1988 – Começou a promover ações de formação profissional agrária, apostando na valorização, promoção e qualificação dos seus agricultores e familiares.
- 1989 – Abriu um posto de venda público em Oiã.
- 1989 – Criação dos Agrupamentos de Defesa Sanitária (AD’s), por decisão governamental, veio dar continuidade ao serviço já desenvolvido pela CALCOB, em termos de sanidade animal, dotando-o de mais e melhores meios.
- 1995 – Alargou a sua intervenção aos hortícolas frescos, tendo como objetivo introduzi-los no mercado, criando novas alternativas aos agricultores da região.

³⁶⁴ Documento interno, cedido pela organização para esta investigação. Documento de 4 folhas, referente ao miolo da Revista Espaço Rural, Edição n.º 78 (2010: 18-21), pp. 19.

³⁶⁵ Este posto ainda se mantém.

- 2000 – A CALCOB alargou a sua área de intervenção, absorvendo a área social da Cooperativa Agrícola de Aveiro e Ílhavo, concelhos com grande expressão em termos de horticultura e bovinicultura, contando a partir desse momento com mais três balcões de atendimento ao público, respetivamente em Cacia, Moita e Forca.
- 2003 – A CALCOB assumiu a responsabilidade da sanidade animal (grandes e pequenos ruminantes) dos concelhos de Aveiro, Ílhavo e Vagos. Além disso, integrou o Plano Integrado de Formação (PIF) da Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal (CONFAGRI).
- 2004 – A Cooperativa foi premiada pela Câmara Municipal de Oliveira do Bairro com a medalha de Mérito (agroeconómica), Grau Ouro. Com esta medalha a Câmara pretendeu homenagear os fundadores da CALCOB, os dirigentes e os mais de quatro mil associados pelos bons serviços prestados à agricultura do concelho e o conseqüente desenvolvimento da respetiva economia.
- 2005 – Passou a absorver também a sanidade animal do concelho de Mira.
- 2010 – Alargamento do raio de ação a Mira, com a existência de um balcão nesta região.
- 2011 – Moderniza a gestão com a implementação de um novo *software*³⁶⁶ que permite a cooperativa ter uma gestão mais eficaz em vários processos e um acesso mais rápido e simples a toda informação. Realça-se pela atribuição do estatuto de PME Líder e PME Excelência, como reconhecimento pelo bom funcionamento da Cooperativa e marcou ainda o início do projeto de fusão por incorporação da Cooperativa de Vagos.

³⁶⁶ Usa-se o anglicismo por falta de uma melhor tradução, porquanto, *Software* é um termo geral. Pode referir-se a todas as instruções de computador, em geral, ou a qualquer conjunto específico de instruções de computador. O *software* de computador é um conjunto de programas, procedimentos, funções, dados associados e/ou sua documentação.

- 2012 – Remodelação do posto de Oliveira do Bairro e aprovação do projeto para a construção de uma nova unidade transformadora de hortícolas na Zona Industrial de Vila Verde.

Neste contexto, ao longo da história, para o desenvolvimento da CALCOB, foram vários os associados que contribuíram na colaboração recíproca a que se obrigam os colaboradores e associados com o trabalho para a edificação da organização. Este compromisso tem por fim criar uma agricultura modernizada, com menor custo e maior incremento na produtividade, comenta Elisabete Coutinho. *“Há vários associados que se mantêm atualmente na vida ativa da Cooperativa. Fazer parte de uma cooperativa é assumir um compromisso social que cria laços perenes. Deste modo, o associado, principalmente os iniciais, raramente se desvinculam deste compromisso”* dilucida a responsável pelo departamento de *marketing* (Entrevista do caso).

Diante disso a Cooperativa tem por visão o *slogan*³⁶⁷ *“o melhor da terra à sua mesa”*. A empresa considera-se *“como um importante parceiro dos agricultores da região e pretende continuar a sê-lo, para que se adaptem às novas e voláteis necessidades do mercado, de forma a rentabilizar as suas explorações. Queremos inovar e apostar no desenvolvimento sustentado e na modernização da agricultura da nossa região”*, cf., regista-se na página eletrónica da CALCOB (www.calcob.com).

Por conseguinte, a CALCOB tem como Objetivo Um, segundo seus Estatutos³⁶⁸, Capítulo Primeiro, Artigo Quarto (Objetivo e Fins):

A Cooperativa integra-se no ramo agrícola do setor Cooperativo e tem por objetivo principal efetivar, quaisquer que sejam os meios e as técnicas por ela utilizados, todas as operações respeitantes à natureza dos produtos provenientes das explorações dos seus membros nos domínios da atividade

³⁶⁷ Novamente optou-se pelo anglicismo por não ter uma expressão equivalente em português. No sentido do texto a expressão *slogan* é uma frase de efeito é uma frase de fácil memorização que resume as características de uma empresa, de um produto e/ou de um serviço.

³⁶⁸ Documento interno, cf., Estatutos, 1984, Remodelação Parcial em 29/08/97, no Cartório Notarial de Oliveira do Bairro, Escritura lavrada sob reg. N.º 4745 em folhas 97 verso a 99 verso do livro de notas para escrituras diversas n.º 185-c.

agrícola, pecuária e florestal, procedendo à sua compra e venda, de tais produtos (Estatutos CALCOB, 1984, Remodelação em 29/08/97).

A partir do Objetivo Um, alguns pontos delineiam-se como objetivos centrais, sendo eles:

- Realizar operações de compra e venda de produtos provenientes dos associados, submetendo-os a um rigoroso controlo de qualidade.
- Prestar serviços de apoio técnico aos associados, adaptando as produções às necessidades de mercado.
- Maximizar o valor final dos produtos.
- Promover ações de formação profissional para os associados e colaboradores, colocando-os na vanguarda da inovação.
- Fornecer fatores de produção aos agricultores.
- Promover projetos de investigação e desenvolvimento (experimental e demonstração).

Sobre os objetivos centrais da organização, Elisabete Coutinho frisa que os objetivos da CALCOB pautam-se na missão da organização, *i.e.*, “*a nossa missão é comercializar os produtos provenientes dos associados, prestar-lhes assistência através dos mais diversificados serviços relacionados com a sua atividade, prestar formação adequada, bem como, promover o desenvolvimento e valorização, quer dos associados, quer dos colaboradores*” (entrevista do caso). O elevado conhecimento processual e experiência no mercado alimentar nacional permitiu à CALCOB alargar o âmbito de atuação e estar à altura dos melhores e maiores fornecedores alimentares.

A Cooperativa caracteriza-se pelos valores que assume perante os seus sócios e a sociedade onde está inserida. Para a CALCOB “*os valores são uma afirmação daquilo em que se acredita e defende, são as características da nossa cultura organizacional e representam as prioridades e motivações, (...)*”. Complementa a interlocutora que “*facilmente, da leitura desta missão, apreendemos que as prioridades e motivações são a satisfação global, refletindo a importância que as pessoas têm para a empresa*”.

Neste sentido enfatiza que só *"segundo esta filosofia se consegue ser um fornecedor líder no panorama alimentar nacional"* (entrevista do caso e www.calcob.com).

Assim a organização determina os valores para se atingir o sucesso empresarial, refletindo quem é a CALCOB e o que desperta o interesse da organização na consecução do projeto cooperativo.

- Trabalho de Equipa
 - *"Sabemos que, para sermos o que somos hoje, foi necessário um grande empenho e dedicação de toda a equipa, por isso privilegiamos o trabalho em equipa, tendo por base o lema: a união faz a força"* (www.calcob.com).
- Cooperativismo
 - *"Foi a cooperação que nos deu origem, uma vez que surgimos devido à necessidade dos agricultores enfrentarem a concorrência de entidades mais poderosas, que decidiam o futuro do mercado e é a cooperação que nos move, pois sabemos que a cooperação com os nossos parceiros que constroem a base da nossa qualidade e sucesso, que são a razão de ser da CALCOB"* (*ibidem*).
- Segurança e qualidade alimentar
 - *"A qualidade dos nossos produtos e serviços são para nós um lema e a base da credibilidade da CALCOB"* (*ibidem*).
- Capacidade de resposta
 - *"Os produtos que chegam à CALCOB são, na sua maioria, oriundos dos produtores da região. Quando não existem os produtos ou as quantidades que o mercado exige, trabalhamos com outras regiões do país. Só recorremos à importação nas épocas do ano em que não dispomos, internamente, dos produtos em questão"* (*ibidem*).
- Satisfação dos associados e não associados
 - *"Procuramos construir relações de longo prazo, assentes na satisfação de todas as necessidades dos clientes e no valor*

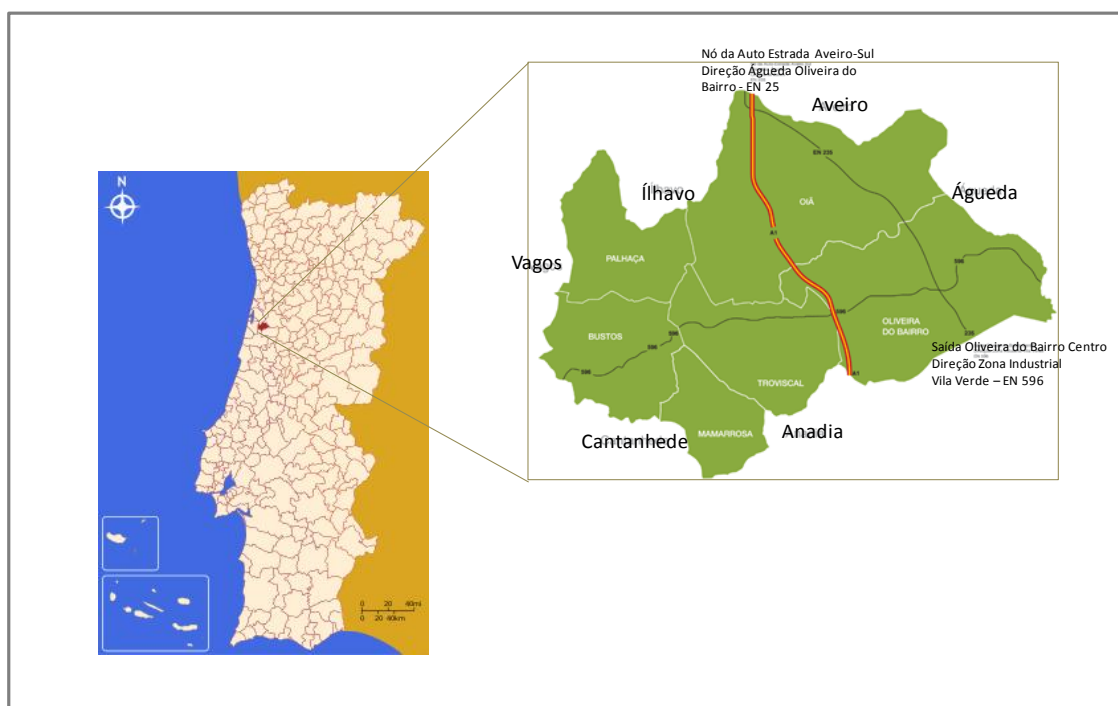
acrescentado que oferecemos nos nossos produtos e serviços” (ibidem).

- **Formação Profissional**
 - *“Entendemos e defendemos que a formação profissional é uma das metas mais importantes para o aumento da produção com qualidade, proporcionando simultaneamente o aumento da rentabilidade das explorações agrícolas, assim como uma melhoria do desempenho e competências dos nossos associados e colaboradores” (ibidem).*
- **Inovação**
 - *“É nossa preocupação promover ações inovadoras, proporcionando alternativas de investimento e/ou rentabilização das explorações dos nossos associados. Ouvimos clientes, associados e agricultores e colaboramos com eles para identificar e tornar disponíveis novos produtos, processos ou serviços” (ibidem).*
- **Desempenho**
 - *“Procuramos estar atentos às mutações do mercado, e acompanhá-las de forma pró-ativa, continuando a melhorar o nosso desempenho, exigindo mais de nós mesmos, assegurando sempre a integridade e o respeito pelas pessoas” (ibidem).*
- **Proteção e defesa do meio-ambiente**
 - *“A preservação da natureza de forma sustentada é uma preocupação diária da nossa cooperativa, porque representa o futuro de cada um de nós e das gerações futuras. Neste sentido, a proteção e defesa do meio ambiente não é só um dever, mas principalmente uma obrigação de todos e de cada um de nós” (ibidem).*
- **Valorizar os produtos**
 - *“Acreditamos que a mudança de imagem e transformação dos produtos os valoriza, aumenta o seu valor e representa uma segurança para o consumidor final. A renovação da imagem dos*

produtos consiste num processo de transformação em que o produto após ser recebido passa por um rigoroso controlo de qualidade, nomeadamente: escolha, calibragem, lavagem, embalagem, etiquetagem, acondicionamento e rastreabilidade, que evidencia e valoriza as suas características” (ibidem).

Atualmente a sua área de influência abrange os concelhos de Oliveira do Bairro, Aveiro, Ílhavo, Vagos, Anadia, Águeda e Cantanhede, *cf.* pode-se observar com a Figura 23, *infra.*

Figura 23. Mapa de influência da CALCOB



Fonte: Elaboração da autora com imagens do Google imagens

A sede da organização possui excelentes instalações com 5.500m² de área coberta, incluindo um auditório com capacidade para 500 pessoas. Atualmente as instalações da CALCOB subdividem-se numa área armazenista, comercial e administrativa. As instalações do setor técnico-administrativo têm dois pisos, com cerca de 900m², caracterizados pela sua funcionalidade.

Estas instalações compreendem ainda um lugar de atendimento ao público. A área de armazenagem com cerca de 5000m² está repartida em diversos setores, o armazém principal com 3000m² de área coberta, que engloba um espaço comercial, destinado à venda ao público de fatores de produção e agroquímicos, armazém de receção, preparação, embalagem de produtos hortícolas e embalagens vazias. Possui, ainda, outra área para a receção, normalização e embalamento de batata e cebola. A Cooperativa possui 17 viaturas próprias entre ligeiros e pesados.

Além disso, tem como propriedade terrenos que envolvem uma área total de 2,3 hectares, espaço esse utilizado para prática e experimentação de culturas. Para a instalação do novo projeto – Produtos IV Gama – destinada aos produtos hortícolas, a CALCOB adquiriu na Zona Industrial de Vila Verde, Oliveira do Bairro, um lote com aproximadamente 7.500m². Porquanto, os princípios gerais do empreendedorismo, dinamismo, inovação e tecnologia, muito têm contribuído para que a CALCOB, com 37 anos de existência, tenha a marca consolidada no mercado.

6.3.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CALCOB

Segundo a legislação portuguesa, a CALCOB é uma organização do terceiro setor, nomeadamente da economia social. É uma sociedade de pessoas com a finalidade não lucrativa e reinvestimento dos resultados, regida pelo Código Cooperativo e sob a proteção da Constituição da República Portuguesa. Nesta condição, a CALCOB é uma Sociedade Cooperativa com Responsabilidade Limitada (C.R.L.) que integrou o universo da “*Conta Satélite da Economia Social – 2010*” (INE, 2013).

Os órgãos sociais, que compõem a estrutura orgânica da CALCOB, são formados pela Assembleia Geral, atualmente presidida por Alberto Jesus Nunes Cardoso; a Direção está presidida por Afonso Libório, e o Conselho Fiscal por Mário Vieira dos Louros. A duração dos mandatos dos titulares da mesa da Assembleia Geral, da Direção e do Conselho Fiscal, é de três anos, sendo permitida a reeleição, nos termos do artigo trigésimo sétimo, do Código Cooperativo. Segundo o Artigo Vigésimo

Primeiro, dos Estatutos, os titulares dos órgãos sociais da Cooperativa poderão receber as remunerações que lhes forem fixadas pela Assembleia Geral.

Segundo os Estatutos a Assembleia Geral é o órgão supremo da Cooperativa, “*e as suas deliberações, tomadas nos termos legais e estatutárias, são obrigatórias para os restantes órgãos sociais e para todos os membros da Cooperativa*” (Secção Dois, Da Assembleia Geral, Artigo Vigésimo Segundo).³⁶⁹ Além disso, o parágrafo terceiro determina que “*em cada secção funcionará uma Assembleia setorial na qual participam todos os cooperadores inscritos nessa secção e que será dirigida por uma mesa composta por três membros com mandato cuja duração será igual à prevista para os órgãos sociais da Cooperativa*” (*ibidem*). Por conseguinte, consoante o parágrafo quarto, desse mesmo artigo, à Assembleia setorial de cada secção compete:

- a) Pronunciar-se acerca das atividades, contas e resultados de cada secção a apresentar à Assembleia Geral da Cooperativa;
- b) Tomar conhecimento do relatório e contas a apresentar à Assembleia geral da Cooperativa (Secção Dois, Da Assembleia Geral, Artigo Vigésimo Segundo, Número quatro).

Sobre a competência exclusiva da Assembleia Geral, relata o Artigo Vigésimo Sétimo, Número um, dos Estatutos o seguinte excerto:

- a) Eleger e destituir os membros dos órgãos sociais;
- b) Apreciar e votar anualmente o balanço, o relatório, e as contas da Direção, bem como o parecer do Conselho Fiscal;
- c) Apreciar e votar o orçamento e o plano de atividades para o exercício seguinte;

³⁶⁹ CALCOB – Cooperativa Agrícola dos Lavradores do Conselho de Oliveira do Bairro, CRL. Adaptação com Remodelação Total, Dos Estatutos – 1984. Remodelação Parcial em 29/08/97. No Cartório Notarial de Oliveira do Bairro. Escritura lavrada sob a reg. N.º 4745 em folhas 97 verso a 99 verso do livro de notas para escrituras diversas n.º. 185-c.

- d) Fixar as taxas de juros a pagar aos títulos de investimento a emitir pela Cooperativa, bem como as condições de resgate desses títulos;
- e) Aprovar a forma de distribuição dos excedentes;
- f) Alterar os Estatutos e aprovar os regulamentos internos;
- g) Aprovar a fusão, a incorporação ou a cisão da Cooperativa;
- h) Aprovar a dissolução da Cooperativa;
- i) Aprovar a filiação da Cooperativa em Uniões, Federações ou Confederações;
- j) Decidir e funcionar como instância de recursos, em relação às sanções aplicadas pela Direção, sem prejuízo de recurso para tribunais;
- k) Fixar a remuneração dos membros dos órgãos sociais da Cooperativa;
- l) Decidir do exercício do direito de ação civil ou penal, contra diretores, gerentes ou outros mandatários, e membros do Conselho Fiscal e da Mesa da Assembleia Geral;
- m) Apreciar e votar matérias especialmente previstas no Código Cooperativo, no Decreto-Lei n.º 394/82, de 21 de Setembro e nestes Estatutos;
- n) Eleger os delegados às Uniões, Federações e Confederações, a quem a Cooperativa se encontre associada, ou de que seja filiada (Dos Estatutos, 1997).

A Secção Três, Da Direção, Artigo Trigésimo Quinto, dos Estatutos, anota que a Direção, sendo o órgão da administração e representação da Cooperativa, tem como competência, designadamente:

- a) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do Conselho Fiscal e à apreciação e aprovação da Assembleia Geral, o balanço, relatório, e contas do exercício, bem como o orçamento e plano de atividades para o ano seguinte;
- b) Promover e fazer cumprir o plano de atividades anual;
- c) Atender às solicitações do Conselho Fiscal, nas matérias de competência deste;
- d) Deliberar sobre a admissão de novos membros e sobre a aplicação de sanções previstas na lei e nos Estatutos da Cooperativa, dentro dos limites da sua competência;

- e) Zelar pelo respeito da lei, dos Estatutos da Cooperativa e regulamento internos e das deliberações da Assembleia Geral;
- f) Contratar e gerir pessoal necessário às atividades da Cooperativa;
- g) Representar a Cooperativa em juízo e fora dele;
- h) Assegurar a escritura dos livros, nos termos da Lei e dos Estatutos;
- i) Praticar todos e quaisquer atos na defesa dos interesses da Cooperativa e seus membros e na salvaguarda dos princípios cooperativos;
- j) Arrendar, construir, ou adquirir bens imobiliários, necessários às suas instalações e funcionamento, adquirir máquinas, meios de transporte, livros, móveis, e tudo quanto se torne necessário ao funcionamento da Cooperativa, e ainda vender bens móveis, semoventes e automóveis, que não convenham ou se tornem dispensáveis;
- k) Alienar imóveis, quando autorizado pela Assembleia Geral;
- l) Pedir a reunião da Assembleia Geral, extraordinariamente nos termos legais e estatutários (Dos Estatutos, 1997).

Além dessas competências, a Direção pode designar um ou mais gerentes, ou outros mandatários. A Direção pode delegar poderes específicos para os gerentes e mandatários, previstos nos Estatutos ou aprovados pela Assembleia Geral, e revogar os respetivos mandatos (Dos Estatutos, Secção Terceiro, Artigo Trigésimo Oitavo). Neste contexto, o Artigo Trigésimo Nono relata sobre a responsabilidade dos diretores, dos gerentes e outros mandatários, *cf.*, excerto, *infra*.

São responsáveis civilmente, de forma pessoal e solidária, perante a Cooperativa e terceiros, sem prejuízo de eventual responsabilidade criminal e da aplicabilidade de outras sanções, os diretores, os gerentes e outros mandatários que hajam violado a lei, os Estatutos, ou a deliberações da Assembleia Geral (Dos Estatutos, Artigo Trigésimo Nono).

Por conseguinte, os diretores, os gerentes e os mandatários, responsabilizam-se do mesmo modo se deixar de executar fielmente o seu mandato, designadamente:

- a) Praticando em nome da Cooperativa, atos estranhos ao objeto ou aos interesses desta, ou permitindo a prática de tais atos;
- b) Pagando ou mandando pagar, importâncias não devidas pela Cooperativa;
- c) Deixando de promover a cobrança de créditos que, por isso, hajam prescrito ou venham a prescrever;
- d) Procedendo à distribuição de excedentes fictícios ou que violem os Estatutos ou a lei;
- e) Usando o respetivo mandato, com ou sem utilização de bens ou créditos da Cooperativa, em benefício próprio ou de outras pessoas, singulares ou coletivas (Dos Estatutos, Secção Três, Artigo Trigésimo Nono, Número um).

Na sequência, a gerência geral ³⁷⁰ é ocupada por Fernando Silva que há 36 anos trabalha na cooperativa e é gerente desde 1979. A gerência é o nível de comando responsável por toda produção e serviços, e Fernando Silva lidera as dezanove equipas que compõem os departamentos da empresa. Esses departamentos, também denominados de secção, estão todas na mesma linha hierárquica e respondem nomeadamente pelas áreas de:

- Agrupamento – produtores hortícolas e batatas
- Recursos humanos
- Secção ADS³⁷¹/OPP³⁷²
- Secção comercial
 - Secção hortofrutícolas
 - Batata de semente
 - Logística, distribuição
 - Batata de Consumo
- Serviços administrativos
 - Contabilidade
 - Secção Contabilidade Agrícola

³⁷⁰ O Cargo de gerência na Cooperativa equivale ao de diretor geral numa organização privada.

³⁷¹ Agrupamentos de Defesa Sanitária (ADS).

³⁷² Organização de Produtores Pecuários (OPP).

Neste sentido, o modelo de negócio envolve atividades de:

- Comercialização de produtos fatores de produção;
 - Realiza operações de compra e venda de produtos provenientes das explorações dos seus associados, quer da batata (semente e consumo) quer de hortícolas, submetendo-os a um processo de beneficiação e controlo de qualidade antes de o entregar ao cliente.
- Consultoria de apoio à projetos e programas de desenvolvimento local;
- Presta serviços aos seus associados nas vastas áreas da agricultura, nomeadamente formação, sanidade animal, elaboração de candidaturas a subsídios, contabilidades agrícolas,
- Controle e contenção da degradação do ambiente;
 - Serviços relacionados com a viticultura,
 - Análises de terra, apoio técnico, etc.

Todas as atividades são relevantes da ação da cooperativa na região em que está inserida. Os agricultores associados dedicam-se a diversas atividades. Entretanto, a batata de semente e de consumo foram o mote para a criação da CALCOB e atualmente a batata de semente é um dos setores mais desenvolvidos da Cooperativa. Acrescenta Afonso Libório: *“hoje em dia, tendo em conta o leque de produtos e serviços prestados pela CALCOB, todas as atividades são fulcrais, porque deixar de os ter seria ditar a morte de algumas áreas da atividade agrícola”*³⁷³.

A CALCOB funciona como calibrador de mercado no sentido de que protege os agricultores das variações, *e.g.*, se houver batata a mais ou a menos, a Cooperativa toma medidas de comprar ou vender noutros mercados de forma a poder manter

³⁷³ Documento Interno. Cooperativa Agrícola dos Lavradores de Oliveira do Bairro, C.R.L. – CALCOB. Entrevista conduzida por Rosa Guilherme e Maria da Graça Barreiro. Revista da APH, N.º 107, 2011, pp. 45-49. Associação Portuguesa de Horticultura.

stocks, permitindo aos agricultores não serem prejudicados. Isto numa lógica de quem abastece pequena e grandes superfícies e sabe que a amplitude meteorológica (e não só!) pode ser muito adversa (Laurinda Alves, jornalista portuguesa, *cf.*, <http://laurindaalves.blogs.sapo.pt/235096.html>).

A organização, em seu modelo de negócio, possui entre as diversas atividades, algumas extensões de venda e serviços espalhados no espaço da zona de intervenção. Assim, no concelho de Oliveira do Bairro, além do posto de venda em Porto Clérigo, possui outro posto de venda na cidade de Oliveira do Bairro e mais um em Oiã. No concelho de Vagos um posto de venda. No concelho de Mira um posto de venda. Três postos no concelho de Aveiro, sendo dois de venda e um de serviço.

Os postos de serviços oferecem assistência técnica, guias de vinho, contabilidade agrícola, guias SNIRB³⁷⁴, guias SNIRA³⁷⁵. Além disso, presta serviço de assistência técnica as candidaturas a subsídios, análises da terra, sanidade animal, receção de produtos agrícolas (batata e hortaliças frescos), linha de seleção, calibragem, e embalagem dos referidos produtos (www.calcob.com).

Entre os postos de serviços inclui-se a sede da CALCOB. Localizada em Porto Clérigo, freguesia de Troviscal, a sede possui um posto de venda de fatores de produção (adubos, herbicidas, pesticidas, entre outros) e mercadorias em geral, (ferramentas agrícolas, alfaias, entre outros). Nas mesmas instalações estão também localizados um balcão de atendimento geral e toda a parte administrativa da CALCOB (www.calcob.com).

O modelo de negócio envolve todos os associados da cooperativa e, para isto, não há contrato de produção com os agricultores, mas há o compromisso previsto no Código Cooperativo. Os agricultores produzem e entregam a sua produção à CALCOB,

³⁷⁴ O Sistema Nacional de Identificação e Registo de Bovinos (SNIRB) é um sistema informático dos Serviços Veterinários do Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, destinados a registar a identificação de todos os seus movimentos desde o nascimento até à sua morte ou abate.

³⁷⁵ O Sistema Nacional de Informação e Registo Animal (SNIRA) é um sistema que estabelece as regras para identificação, registo e circulação de animais das espécies bovina, ovina, caprina, suína e equídeos, bem como o regime jurídico dos centros de agrupamento, comerciantes e transportadores.

sendo que esta não oficializa contrato com os seus fornecedores, no entanto há um compromisso de fidelização que é assumido por ambas as partes.

Por conseguinte, segundo Arlindo Pereira, responsável comercial, o agricultor tem um conjunto de vantagens ao estar ligado à CALCOB. Primeiro porque se beneficia de análises gratuitas ao solo, bem como de assistência técnica gratuita por parte dos técnicos que lhes passam conhecimento de forma a aumentar o conhecimento processual. Também é feito aconselhamento sobre fatores de produção, tudo na tentativa de aumentar a rentabilidade do campo.

O produto que chega ao consumidor final é alvo de um longo processo de acompanhamento e de um labor harmonioso entre o agricultor e a equipa da CALCOB mediante os cadernos de campo que permitem fazer um controlo constante. Este trabalho conjunto inicia-se com uma análise feita pelo agricultor junto dos técnicos da Cooperativa, que, tendo em conta as tendências de mercado, as características do terreno e os objetivos do agricultor aconselha a variedade a plantar. Toda a época de crescimento é devidamente seguida e analisada, de maneira a que todos os produtos cheguem à cooperativa na melhor das condições. A descarga de produtos agrícolas é feita diariamente e submetida a um rigoroso processo de beneficiação, que engloba a escolha, limpeza, embalagem e acondicionamento executada pelos trabalhadores/membros da Cooperativa (Fernando Silva, entrevista do caso).

Essas atividades, consubstanciadas pela venda de produtos e venda de serviços, formam a estrutura financeira da organização. Além disso, através de uma rede de cooperação, a estrutura financeira é assistida por financiamento de projetos por organismos nacionais, organismos internacionais e por financiamento público. Sobre este assunto, comenta Afonso Libório, em entrevista para a Revista Espaço Rural: *“Acreditamos que este nosso modelo cooperativo é um importante promotor de desenvolvimento da região, e o sucesso, mais não é do que a consequência do trabalho,*

*empreendedorismo e compromisso de toda uma equipa, que acredita que o projeto CALCOB é um projeto de todos nós, para todos nós*³⁷⁶.

O modelo de negócio revela-se por gestão de projetos e é perspectivado por um plano de atividade anual, cuja elaboração envolve os dirigentes, os técnicos responsáveis por chefias, os técnicos de nível superior e a equipa do administrativo. Os planos de ação da organização se definem por cumprimento de objetivos, matriz de orientação e monitorização e acompanhamento de atividades. Além disso, nos planos de ação são definidos objetivos de inovação social e de DLS.

Nos domínios da inovação e da tecnologia, as novas linhas de ação com a estratégica de DLS pautam-se pelos pilares da inovação e da diferenciação dos produtos e serviços da CALCOB. Aposta-se numa política de rigor e qualidade dos produtos, tendo sempre como finalidade a satisfação e fidelização do associado e do cliente no sentido de fortalecer o modelo de negócio da Cooperativa. Essa estratégia pode ser mensurada a partir do volume anual de negócios. Neste ínterim, apesar do ambiente de instabilidade comercial e recessão económica que incide desde o ano de 2008 no espaço nacional e internacional, o volume de negócios da CALCOB tem-se apresentado positivo para a atividade da cooperativa. Com a Tabela 10, *infra*, pode-se observar os valores anotados pelos relatórios e contas da CALCOB.

Tabela 10. Volume de Negócios da CALCOB

Vendas e Serviços Prestados	Relatório e Contas	Volume de
	Ano	Negócio/milhões €
	2009	11.356,512,
	2010	13.554.334,
	2011	13.843.049,
	2012	12.301,075,
	2013	(estimado) 13.123,587,

³⁷⁶ Documento interno. Revista Espaço Rural, edição n.º 78, 2010, pp. 18-21. Entrevista – A CALCOB celebra consigo 35 anos 1975-2101. Revista da Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL (CONFAGRI).

Fonte: Elaborado pela autora, *cf.*, Relatórios e Planos de Atividades CALCOB³⁷⁷.

Consoante entendimento de Afonso Libório, esta situação revela-se mediante fruto de uma política de investimento sustentada, que otimizou todo o processo produtivo. *“O Agricultor é apoiado, formado e acompanhado, o que permite a redução de quebras, um aumento da qualidade e um aumento dos índices de preferência pelos produtos CALCOB”*, explica o diretor da Direção.³⁷⁸ A qualidade dos produtos e serviços é garantida por uma equipa de profissionais qualificados e comprometida com os valores da Cooperativa. Ao mesmo tempo, essa equipa trabalha para articular a criação de um ambiente favorável à sustentabilidade dos agricultores, a CALCOB atua para elevar o nível de tecnologia e competitividade dos seus associados.

Tendo em vista aumentar a sua competitividade e quota de mercado, a organização aposta numa estratégia de desenvolvimento e expansão, em que busca por acrescentar cada vez mais valor aos seus produtos e serviços. Com este propósito, a CALCOB fornece algumas das grandes superfícies nacionais tendo protocolos de cooperação com congéneres europeias com vista a uma eficiente gestão de *stocks*.

Neste sentido o modelo de negócio da CALCOB está sustentado por uma plataforma de tecnologia de informação e comunicação (TIC) que permite uma gestão modernizada, e com um controlo mais eficaz. Segundo Fernando Silva, organizar a gestão da CALCOB, que disponibiliza uma quantidade tão elevada de serviços, pedia uma solução de *software* à altura. Consoante entendimento de Fernando Silva, *“vivemos numa época em que a crescente complexidade do mundo dos negócios é uma realidade e o processo de tomada de decisão carece cada vez mais, de informações rápidas e precisas. É necessário que toda a organização se reestruture constantemente, de*

³⁷⁷ Documento Interno. Cooperativa Agrícola dos Lavradores de Oliveira do Bairro, CRL – CALCOB. Relatório e Contas, anos, 2009; 2010; 2011; 2012. Plano de Atividades e Orçamentos 2013.

³⁷⁸ Documento Interno. Cooperativa Agrícola dos Lavradores de Oliveira do Bairro, C.R.L. – CALCOB. Entrevista conduzida por Rosa Guilherme e Maria da Graça Barreiro. Revista da APH, N.º 107, 2011, pp. 45-49. Associação Portuguesa de Horticultura.

maneira a que as mudanças nos processos operacionais reflitam as mudanças estratégicas da própria empresa” (Fernando Silva, entrevista do caso)³⁷⁹.

Para a modernização da gestão da CALCOB levou-se cerca de três meses, período o qual houve formação mais direta e personalizada para alguns administradores da cooperativa. A modernização *“tornou os processos mais ágeis e uma gestão mais eficaz de todos os serviços, processamento de encomendas e gestão de stocks, e a disponibilização imediata de informações, bem como fácil acesso à mesma”*, comenta Fernando Silva.

6.3.5. COMPOSIÇÃO DA EQUIPA DA CALCOB

A equipa interna da CALCOB é formada por trabalhadores/membros entre os 30 e os 75 anos. Esses colaboradores possuem escolaridade a partir do nível básico, todavia os postos de carácter técnico são ocupados por profissionais com nível superior ou técnico, específico da área. A organização incentiva os seus colaboradores a elevar o nível de escolaridade. Favorece-os com cursos de formação profissional direcionada à área de trabalho e/ou frequentar um curso de nível técnico ou superior.

A Cooperativa possui um total de 66 membros/colaboradores com contrato sem termo. Deste total, trinta homens e vinte e quatro mulheres trabalham na sede da CALCOB e oito homens e quatro mulheres trabalham nas delegações, todos em tempo integral. Além disso, a organização tem cinco trabalhadores com recibos verdes, trabalho independente, sendo que este universo compreende três homens com trabalho em tempo integral, um homem e uma mulher em tempo parcial. Os contratos a prazo é uma modalidade eventual, normalmente se admite o trabalhador na condição definitiva. Grande parte da equipa trabalha há mais de duas décadas na cooperativa. O gerente geral tem contato com todos os trabalhadores, sem interferir na dinâmica das secções, o que permite um ambiente descontraído com gestão descentralizada, delegando

³⁷⁹ Cf., documento interno, *“Com a instalação de quatro módulos da gama PHC Enterprise CS – PHC garante acesso otimizado à informação na CALCOB”*. Jornal NewSearch, 01/05/2012. Edição 89.

responsabilidade para os demais líderes de equipa, inclusive incentivando-os a inovação (Fernando Silva, entrevista do caso).

A equipa da CALCOB se distingue por quatro dirigentes masculinos, um técnico superior com nível de chefia e cinco homens e quatro mulheres com nível técnico superior sem funções de chefia. Além disso, dezoito homens e cinco mulheres integram o grupo de pessoal qualificado operacional e dez homens e quinze mulheres fazem parte da produção. No último ano foram aceites mais trinta e quatro membros/associados, entretanto dois membros saíram da organização. Neste tempo contratou-se mais três pessoas e não houve nenhuma demissão.

Além da equipe interna, colaboradores/membros que atuam para que a cooperativa implemente as ações planeadas no Plano de Atividade Anual, há os associados, agricultores e lavradores, que produzem e/ou cultivam o produto. Esse universo cooperativo conta com cerca de cinco mil associados. Entretanto, o conjunto daqueles que mantêm uma relação comercial e profissional assídua com a CALCOB ronda os um mil e quinhentos associados.

Procuramos a cada ano que passa motivar a sociedade para a importância da agricultura e da necessidade de verem na terra a fonte de rendimento do futuro. Não é tarefa fácil., mas o gosto que todos nós sentimos pela Terra e pela Agricultura nunca nos permitirão baixar os braços. E é gratificante comprovar, que apesar do nosso tecido agrícola estar cada vez mais envelhecido, a nossa região está a criar alguns jovens agricultores e a renovar a vida agrícola (Afonso Libório em Entrevista conduzida por Rosa Guilherme e Maria da Graça Barreiro).³⁸⁰

Consoante o entendimento de Fernando Silva, a equipa interna se distingue por possuir uma personalidade caracterizada por integrantes com iniciativa, persistência,

³⁸⁰ Documento Interno. Cooperativa Agrícola dos Lavradores de Oliveira do Bairro, C.R.L. – CALCOB. Entrevista conduzida por Rosa Guilherme e Maria da Graça Barreiro. Revista da APH, N.º 107, 2011: 45-49. Associação Portuguesa de Horticultura.

motivação para realizar coisas e elevada energia no que se relaciona a inovação. Os gestores, líderes de equipas, possuem relativa independência no processo de tomada de decisão técnica entre a direção geral e o técnico superior quando isto se refere a implementação de um projeto ou serviço. Além disso, os trabalhadores envolvidos na atividade e/ou projeto gozam de uma autonomia média em relação à direção técnica no processo de tomada de decisão. Essa liberdade repercute diretamente na autonomia dos cooperadores em relação à direção técnica quanto ao grau de independência no processo de criatividade e inovação social quando envolvidos na atividade e/ou desenvolvimento, implementação de projeto (entrevista do caso).

Importa referir que toda equipa passa por formação profissional. Para a Cooperativa a formação é o caminho para a inovação. *“A formação é uma saída para o setor que diariamente se ressentem com a subida dos fatores de produção e a descida de fundos de investimento. A formação pode melhorar as atividades produtivas nesses setores que ainda se caracteriza por explorações de pequena dimensão, por falta de qualificação e por uma população ativa envelhecida”*, comenta Fernando Silva (entrevista do caso).

As ações de formação para a equipa de recursos humanos são dirigidas para as atividades que esses desenvolvem, mas toda a equipa passou pela ação de formação na área de qualidade, nomeadamente sobre o sistema de HACCP. Nesta área toda a equipa recebeu formação no âmbito da educação ambiental. Sobre este assunto, a formação se estende para os agricultores associados que trabalham na produção do campo.

A equipa da CALCOB *“são, na sua maioria, trabalhadores locais, responsáveis por fazer o ciclo completo de atividades desenvolvidas pela CALCOB”* (Fernando Silva, entrevista do caso). São técnicos especializados que trabalham juntamente com os agricultores no acompanhamento desde o plantar até o colher da produção. Atuam no aconselhamento, em encontrar uma solução que se adequa ao tipo de terra e às pretensões do agricultor associado.

6.3.6. AÇÕES DE INOVAÇÃO SOCIAL NO PLANEAMENTO ESTRATÉGICO DA CALCOB

Para Fernando Silva, gerente da CALCOB, a cooperativa é um espaço de inovação social e que está compromissada com o DLS. O processo de inovação social envolve todas as áreas do planeamento estratégico da organização. Na área de educação, a CALCOB especializou-se em ações de formação entre os seus associados. Esta atividade teve a finalidade de responder com agilidade e eficácia, de forma pronta, às exigências colocadas pelas sucessivas alterações legislativas associadas a fundos comunitários. Além disso, capacitar toda a sua equipa, trabalhadores internos e produtores, para atender as novas diretivas agrícolas.

Nos últimos três anos a CALCOB desenvolveu três grandes projetos considerados de inovação social. O primeiro deles, Projeto Serviço de Aconselhamento Agrícola (SAA) decorre desde 2010 e tem fim previsto para 2014. Esse projeto conta com financiamento do PRODOR no valor de 51.176,48€ (cinquenta e um mil, cento e setenta e seis euros, quarenta e oito cêntimos) e tem parceria com CONFAGRI cujo objetivo geral é desenvolver uma estrutura capacitada para prestar serviços de aconselhamento de boas práticas agrícolas e educação ambiental.

O projeto SAA está direcionado para os agricultores que possuem exploração de dimensão superior a 1 (um) hectare e contempla um grupo de técnico dedicados, e abrange as freguesias dos concelhos de Aveiro, Ílhavo, Mira, Oliveira do Bairro e Vagos. Poderá ainda ser integrado outros concelhos, onde não exista uma entidade acreditada no SAA, desde que haja solicitação por parte dos agricultores dos referidos concelhos.

Este programa incide nas seguintes áreas:

- Ambiente;
- Saúde pública;
- Saúde e bem-estar animal;
- Boas condições agrícolas e ambientais;
 - Erosão do solo;

- Matéria orgânica do solo;
- Estrutura do solo;
- Nível mínimo de manutenção;
- Segurança no trabalho.

Com este serviço, iniciado em 2010, tem-se procurado dar resposta à obrigatoriedade de cada Estado-Membro implementar o estabelecimento no Regulamento (CE) nº 1782/2003³⁸¹, do Conselho de 29 de setembro, e posteriormente no Regulamento (CE) nº 73/2009³⁸², do Conselho, de 19 de janeiro. Para 2013, no campo de ação desse projeto, pretende-se estabelecer protocolos, com explorações agrícolas, no âmbito do desenvolvimento de serviços de aconselhamento e apoio ao progresso incidindo, com maior rigor, nas áreas do ambiente, da saúde pública e de saúde e bem-estar animal.

O segundo projeto, de Serviço de Apoio às Empresas, tem por objetivo o acompanhamento agrícola que visa estimular a comunidade agrícola para o trabalho da Terra e contribuir para a eficiência e eficácia económica de cada exploração, ao mesmo tempo que contribui para a preservação do meio ambiente. Esse projeto está sendo financiado pelo PRODER e teve início em 2011 e está previsto terminar em 2015. Conta atualmente com um grupo elevado de aderentes que usufruem de acompanhamento personalizado às suas culturas, realizado por um técnico afeto ao projeto. Neste ano, de 2013, desenvolve-se as atividades que têm por objetivo:

- Aumentar o controlo sobre a existência e atualização dos cadernos de campo;
- Consciencializar o agricultor para os benefícios pessoais e ambientais de utilizar produtos menos nocivos;
- Contribuir para a permanência dos agricultores existentes, ajudando a que cultivem mais e melhor;

³⁸¹ Cf., <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2003:270:0001:0001:PT:PDF>

³⁸² Cf., <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2009:030:0016:0016:PT:PDF>

- Realizar uma maior divulgação dos benefícios da atividade agrícola, renovando a imagem percecionada deste setor.

A inovação no planeamento estratégico induz a CALCOB a procurar e encontrar soluções para as necessidades locais que muitas vezes gera inovação social. Portanto, o processo criativo, oriundo do meio, fomenta o desenvolvimento de produtos e tecnologias com objetivo de atingir novos mercados, reduzir desperdícios, reutilizar subprodutos e aproveitar recursos naturais disponíveis. Além disso, criar e aperfeiçoar produtos, de acordos com as necessidades do mercado.

Neste momento, um exemplo de inovação social está patente no terceiro projeto que se está a desenvolver para a transformação de Produtos IV Gama. Com a construção de uma nova unidade localizada na zona industrial de Vila Verde, pretende-se dotar a CALCOB de todos os equipamentos e meios necessários e adequados à preparação de bens alimentares. Além disso, salvaguardando a qualidade e segurança alimentar, assim como a consecução das regras de preservação ambiental.

Para se chegar ao projeto Produtos IV Gama, é importante ressaltar que a ideia surgiu de uma continuação de coisas que a Cooperativa desenvolve em busca resolver problemas, de melhorar e criar mais-valia para os seus associados. Para Fernando Silva o processo de geração de inovação social é uma característica intrínseca ao ambiente organizacional da CALCOB. Nesta linha de raciocínio, elucida o gerente geral que *“a Cooperativa quando começou as suas atividades, em meados da década de setenta, começou-as como tradicionalmente todas as cooperativas, que é vender fatores de produção aos agricultores”* (entrevista do caso).

No entanto, *“rapidamente percebeu-se que se poderia inovar”*, comenta Fernando Silva. Assim, *“o grupo gestor, em discussão com os associados, entendeu que vender fatores de produção não era o essencial numa cooperativa, ou seja, o essencial numa cooperativa, é produzir e escoar a produção, obtendo-se o melhor preço de mercado. Ora bem, os agricultores sabem produzir, ou não se sabem fazê-lo bem, pode-se os ensinar a produzir, e portanto, vender fatores de produção para o agricultor produzir, toda gente faz. O primeiro processo de inovação surgiu quando se resolveu*

auxiliá-los à produção. Este processo requereu dos técnicos uma metodologia especial, e pois, conhecimento no sentido de transferir um ensinamento para o agricultor de modo que esse viesse aprender fazendo, mas ao mesmo tempo, aproveitando-se do agricultor todo um saber fazer natural” (entrevista do caso).

Por conseguinte, aduz Fernando Silva: *“comprar-lhes a produção e vendê-la, coloca-la no mercado já é outra área, e portanto, a cooperativa passou por esta área e o fez bem”*. Comenta o gerente geral que o processo de compra e venda foi determinante para os associados, visto que a CALCOB o fazia numa altura que isto não era tradicional, *“e o fez de modo organizado e responsável”*. Acrescenta Fernando Silva: *“depois tentou-se fazer algo que trouxesse ao agricultor uma mais-valia, ora, uma mais-valia é fazer algo diferente. É fazer a diferença. Como? Naturalmente inovando, fazendo algo diferente, melhorando o valor acrescentado. Ou seja, receber o produto, prepará-lo, classificá-lo, embalá-lo, e colocar no mercado já pronto, enriquecer o produto” (entrevista do caso).*

Prossegue Fernando Silva com a explicação sobre a ideia do projeto Produto IV Gama. *“Há aquela situação que a CALCOB tem o produto que é aceito no mercado com determinado calibre, e.g., as alface com 400 gramas em média. Ora se houver algum problema com o clima, ou no modo de plantar, ou algum fator de desenvolvimento mais rápido, qualquer destas situações já afeta diretamente o produto, e este produto, fora do calibre, está fora do mercado. Nesta condição a CALCOB tem o produto que atende as necessidades do mercado, mas o produto está fora do padrão comercial, por isso não consegue colocá-lo no mercado. Neste caso o agricultor perde a rentabilidade da produção, mesmo o produto tendo a mesma qualidade que o outro dentro das exigências do mercado” (Fernando Silva, entrevista do caso).*

Nessa linha de pensamento, expõe Fernando Silva que, *“se a CALCOB consegue aproveitar o produto fora do padrão exigido pelo mercado, transformando-o em Produto de IV Gama, tem-se um aproveitamento superior e que agrega valor ao produto. Neste sentido o cliente acaba por adquirir um produto específico, nas doses adequadas, dentro das suas exigências e com qualidade, pronto para o consumo. Portanto, a cooperativa aproveita um produto, que por dificuldade de o colocar no*

mercado porque está fora do padrão, com criatividade e mediante outro processo produtivo pode coloca-lo num formato diferente” (entrevista do caso).

Para Fernando Silva *“a unidade de Produtos IV Gama permite a CALCOB oferecer ao mercado um produto diferenciado e dentro das normas de segurança alimentar HACCP, onde é possível aproveitar toda a produção. Os Produtos IV GAMA têm qualidade, o processo de transformação não altera rigorosamente nada a qualidade, tem-se maior e melhor aproveitamento”* (entrevista do caso). Além do mais, ressalva o entrevistado que *“o processo de Produtos IV Gama favorece toda a cadeia produtiva. Ganha o produtor porque há sempre escoamento da produção, ganha a Cooperativa com mais receita (excedente), o cliente com produtos mais específicos para uso imediato, de pronto. Os produtos saem com a marca CALCOB, abre-se novos nichos, e.g., o setor da restauração alta classe, das doses únicas, dos serviços pré-prontos, etc.”* (Entrevista do caso).

Narra-nos Fernando Silva de fina verve: *“é lógico que isto exige trabalho, sacrifícios, exige que as pessoas pensem. É um processo criativo. É inovação! Tanto que há que se fazer uma nova unidade. Mas isto também aconteceu com os armazéns, desde que a cooperativa nasceu, aos poucos foi crescendo, crescendo, hoje A CALCOB tem necessidade de separar os alimentos. Ter espaços diferentes, também por uma questão de regulamentação, separar as partes dos legumes da parte da batata; a parte dos produtos de I Gama dos produtos em grosso. Isto faz com que libere o espaço da unidade de Porto Clérigo para a batata, e as hortícolas vão para a unidade de Vila Verde, a unidade de Produtos de IV Gama. No entanto, todo o processo de desenvolvimento da ideia, da elaboração e do modo de se implementar o projeto decorreu de uma análise, junto a equipa da CALCOB, de vários fatores. O projeto já está adjudicado, em fase de arranque, em Setembro de 2013 começará a funcionar”* (entrevista do caso).

O projeto Produto IV Gama promove o DLS em algumas vertentes. Primeiro tem previsto criar mais 30 postos de trabalho direto. Decorre do crescimento normal que a Cooperativa vem demonstrando no decorrer da sua história. Segundo, a produção no campo pode aumentar. Os agricultores podem produzir hortícolas durante quase o ano

todo, empregar mais gente na produção agrícola. Terceiro induz novos empreendedores agricultores em sistema de produção mais moderno, para uma atividade de produção em estufas. Indiretamente há muito mais postos de trabalho envolvidos e fomento à cadeia produtiva.

6.3.7. CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO

A CALCOB caracteriza-se pela qualidade do produto com o melhor preço de repasse para o agricultor, relativo a campanha nacional. Um dos setores mais desenvolvidos pela CALCOB é o da batata de semente. A semente é importada diretamente dos maiores produtores de batata, Holanda, França, Bélgica, Dinamarca, Escócia e Irlanda. Depois rececionada e a sua qualidade comprovada, estas são vendidas aos associados para semear e aos clientes, para revenda.

Paulo Simões, responsável pelos Serviços Comerciais Batata³⁸³, explica-nos que a Cooperativa tem como responsabilidade negociar a produção nacional pagando ao produtor o maior preço do mercado, mesmo que a organização tenha uma margem de lucro pequena (entrevista do caso). A responsabilidade sobreleva-se com os produtores locais, os que estão mais envolvidos com a Cooperativa, os mais dedicados à agricultura e ao compromisso de produzir dentro das normas de qualidade, HACCP que é uma exigência atual de mercado internacional.

Na época de campanha a CALCOB consegue abastecer o mercado nacional na sua totalidade e, ainda, exportar batatas para o Norte da Europa, para os países africanos, etc., caracterizando-se por ser uma cooperativa agrícola de exportação na Região de Aveiro.³⁸⁴ *“Este é um trabalho que tenho cada vez mais apostado desde o início, nomeadamente com os agricultores mais novos, e eles (os agricultores) estão a se aperfeiçoar na produção de batatas. Este é o primeiro ano que os agricultores da Região elevam a produção de batatas para a exportação”* (Eng.º. Paulo Simões, entrevista do caso).

Busca-se envolver a população local no trabalho da cooperativa. Agrupar os produtores locais na sociedade. Orientar os sócios para produzir melhor. Neste contexto os agricultores, associados da CALCOB, têm força para produzir e capacidade de cumprir a procura de mercado de batatas. Lembrando-se que o mercado é global, Paulo

³⁸³ Segundo o Eng.º. Paulo Simões, Portugal é um dos países com maior consumo *per capita* de batatas, a nível mundial.

³⁸⁴ Normalmente só os campos do Ribatejo é que tem os campos de exportação de batatas porque está enquadrado nas normas de exigências da Comunidade Europeia.

Simões elucida que, como técnico, há que ser ágil e perspicaz em negociar para escoar o produto na sua totalidade assim que as batatas são colhidas, para se manter a qualidade do produto. Segundo o Eng.º. Paulo Simões, esta estratégia de produção é para se evitar o *stock* de uma campanha para outra para não se acrescer nos custos, por causa da conservação em câmaras frigoríficas. Há ainda, neste contexto, a competitividade de mercado, *i.e.*, a entrada de mercados estrangeiros no mercado nacional, *e.g.*, o produto espanhol e o produto francês, portanto, evita-se a perda no preço, em função da lei de oferta e da procura. *“A parte difícil da nossa agricultura é essa, saber lidar com as condicionantes de mercado global no nível local”* (Eng.º. Paulo Simões, entrevista do caso).

Uma vez escoada toda a produção do agricultor/associado e quando acaba a campanha nacional, que dura em torno de 4 meses, é preciso importar batatas e cebolas, e nesse tempo, a Cooperativa consegue equilibrar a sua balança de pagamento com uma margem maior de excedente. No entanto, Paulo Simões ressalva que o mercado paralelo (venda sem fatura), na altura da campanha nacional, é mais de 60% do mercado oficial este é um problema para a Cooperativa que trabalha dentro das normas de tributação fiscal portuguesa.

Em momentos de pouca produção nacional a CALCOB importa batatas e cebolas de França, Holanda e Espanha, e isto tem a ver com o próprio mercado, *i.e.*, para não perder a quota de mercado conquistada pela Cooperativa. Além disso, a produção na cooperativa não pára e os trabalhadores não são dispensados, mesmo quando não há campanha nacional, uma vez que este período é suprido com a importação de batatas e/ou cebolas.

O ideal da cooperativa que é: *“todos juntos fazermos um forte para combater as exigências do mercado, isto tem a ver com a lei de mercado, nós temos que acompanhar, temos que ser competitivos, mesmo sendo uma cooperativa, temos que garantir este momento a preço de mercado”* (Eng.º. Paulo Simões, responsável serviços comerciais batatas, entrevista do caso). *“Esta Cooperativa sempre se preocupou com o escoamento, beneficiação e comercialização dos produtos dos seus associados”* (Afonso Libório). Atualmente há diversos produtos com a marca da CALCOB, *e.g.*, a

batata de semente – os ‘mimos da horta’, que é batata de semente em sacos de cinco quilos e dez quilos destinada a um mercado que procura batata de semente certificada para a sua horta e para o próprio consumo.

A atividade agrícola portuguesa é dominada por um conjunto de trabalhadores já com idade acima da média de qualquer outro setor de atividade no país. Todavia este quadro está a mudar gradativamente, em particular pelo cenário de crise que desestabilizou a economia portuguesa nos últimos cinco anos, fazendo com que jovens, filho de agricultores ou não, voltem-se para a produção agrícola. Na área de qualidade, setor que mais atua na caracterização da produção da CALCOB, há, por parte do responsável, um grande incentivo ao jovem agricultor. Narra-nos Paulo Simões que os jovens que atualmente se empenham na agricultura, dedicando-se mais a cultura dos mirtilos, dos kiwis e das ervas aromáticas. Os jovens agricultores não apostam no plantio da batata devido a pequena margem de ganho e ao controle do mercado pelas grandes superfícies comerciais³⁸⁵. Neste sentido, comenta o Eng.º. Paulo Simões, que “*é preferível que haja um equilíbrio entre as produções e o preço, que se cultive de modo diversificado onde todos podem ganhar*” (entrevista do caso).

Nesta linha de raciocínio, Fernando Silva, gerente geral, observa que a caracterização da produção da CALCOB se apresenta, em especial por parte dos jovens agricultores, na especialização dos produtos mais rentáveis e apropriados às características da região. Esta determinação dos traços principais tem permitido um aumento da produção e do rendimento por exploração agrícola. Mesmo assim, no seu global, pode ser dividido em dois sistemas agrícolas: um de subsistência e outro de policultura. Deste modo, não se pode eleger um produto comercializado em detrimento de outro, já que o clima é propício às várias atividades agrícolas e os agricultores dedicam-se a mais de uma cultura, tendo necessidade de todas as áreas de atividade disponibilizadas pela Cooperativa, elucida Fernando Silva.

³⁸⁵ Entende-se por grandes superfícies comerciais os estabelecimento comerciais a retalho ou por grosso que disponham de uma área de venda superior a 2000m² ou os conjuntos de estabelecimentos de comércio a retalho ou por grosso que, não dispoendo de área contínua, integrem no mesmo espaço uma área de venda superior a 3000m² (Ministério do Comercio e Turismo, Decreto-Lei n.º 258/92 de 20 de novembro, Revogado pelo art. 25 do DL n.º 218/97, de 20/8, cf., http://www.igf.min-financas.pt/Leggeraldocs/DL_258_92.htm).

6.3.8. COMPROMISSO ORGANIZACIONAL COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

Sobre o compromisso da CALCOB com DLS, Elisabete Coutinho elucida que *“apesar do termo de responsabilidade social ser recente na sociedade, não o é para as cooperativas, já que a vertente social é causa e efeito dos próprios princípios e valores do cooperativismo, que defendem que as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas estratégicas aprovadas pelos seus associados. O nosso campo de intervenção social é amplo, já que engloba todos os parceiros com quem nós interagimos. Os nossos associados são elementos cruciais da nossa atuação assim como a sociedade envolvente, procurando instruí-los, formá-los e ajudá-los a subsistirem de uma forma sustentada na área agrícola, impulsionando a atividade económica da região”* (entrevista do caso). Além disso, *“preocupamo-nos também com os nossos colaboradores e em garantir que têm todas as condições necessárias para uma eficiente e eficaz execução das suas funções, que se sentem integrados e parte de uma equipa que se preza em contribuir para o seu engrandecimento profissional, social e pessoal”* (ibidem).

Neste íterim a responsabilidade da organização com o meio ambiente, para Elisabete existe uma vez que *“todas as nossas ações visam a preservação do meio ambiente e a proliferação da biodiversidade, contribuindo para o aumento da proteção da saúde humana e animal”*. Porquanto, *“na nossa atividade, e sendo nós uma cooperativa de cariz agrícola, procuramos ter uma ação pragmática junto dos nossos associados e agricultores. Para além de garantirmos o escoamento das suas produções, fazemos o acompanhamento dos seus campos para que consigam rentabilizar ao máximo a sua atividade. Simultaneamente, este apoio técnico também permite ensinar o agricultor a usar as melhores práticas agrícolas, de forma a diminuir custos e a preservarem o meio ambiente. Sendo nós uma entidade acreditada para ministrarmos formação, disponibilizamos ao longo do ano um vasto leque de ações que dotam o associado de ferramentas que lhe permitirão incrementar a sua atividade e agir de acordo com as boas práticas ambientais”* (ibidem).

Subsequentemente a CALCOB assume o compromisso de estimular o desenvolvimento local. *“Os projetos, em que está envolvida, visam preparar a comunidade onde opera, que se reflete no nosso objetivo de gerar valor compartilhado para os nossos agricultores. A nossa região é propícia à prática da agricultura e nós procuramos ser um agente dinamizador da sua boa prática”* (Elisabete Coutinho, entrevista do caso). Portanto, *“sendo nós uma cooperativa, a nossa linha orientadora visa o associado e a comunidade circundante. Promovemos a economia local, o emprego, a equidade e a melhoria das condições de vida”* (ibidem).

A CALCOB tem em sua rede de sociabilidade a Valorfito³⁸⁶ – Sistema Integrado de Gestão de Embalagens e Resíduos em Agricultura, para a gestão de embalagens vazias de produtos fitofarmacêuticos. Além do compromisso com a formação na área de meio ambiente, da assistência dos técnicos na orientação sobre o respeito e a preservação do meio, a CALCOB trabalha com o aconselhamento de modo simples ao agricultor através do Boletim Mensal, distribuído para os sócios, *cf.*, excerto *infra*.

- Após a utilização do produto, proceda à limpeza das embalagens de acordo com as indicações expressas no rótulo;
- Após a lavagem, inutilize as embalagens;
- Embalagens não rígidas, de qualquer capacidade, embalagens rígidas, de 25l/25k até 250l/250k, devem ser devidamente esgotadas do seu conteúdo, sem lavagens prévia;
- Coloque as embalagens vazias e inutilizadas no saco que lhe foi entregue;
- Guarde o saco com as embalagens vazias no mesmo local onde armazena os produtos fitofarmacêuticos;
- Nas datas definidas para a recolha, entregue o saco com as embalagens vazias, devidamente fechado, num Centro de Receção identificado com o símbolo VALORFITO (CALCOB, Boletim Informativo, abril, 2009: 1).

³⁸⁶ Mais informações, *cf.*, <http://www.valorfito.com/>

Esta atividade fortalece o compromisso da CALCOB e do agricultor/associado com a responsabilidade das boas práticas agrícolas e ambientais. Usufruindo da rede de sociabilidade, as atividades de compromisso com o DLS da CALCOB incidem junto aos Programas Operacionais do governo português, *e.g.*, Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural. Trata-se de um programa do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas que apoia investimentos na produção de energias a partir de fontes renováveis e melhoria da eficácia energética nas explorações agrícolas. *“Assim, qualquer agricultor, pessoa individual ou coletiva, que tenha a seu cargo a gestão de uma exploração agrícola pode candidatar-se à aquisição e instalações de equipamentos que maximizem a eficácia energética, nomeadamente painéis fotovoltaicos, aero microgeradores, bombas e motores”* (CALCOB, Boletim Informativo, março, 2009: 3).

Entre as atividades principais desenvolvidas pela Cooperativa, encontra-se as ações que repercutem no desenvolvimento económico local, na dinamização empresarial rural e agroalimentar que corroboram para o DLS. Estas ações estão imbuídas em atividades de controlo e contenção da degradação do ambiente, na melhoria das condições de vida da população, no reforço ao sistema produtivo local. Além disso, na valorização e diversificação da atividade económica que promove a dinamização do micro e pequeno agricultor e na promoção de produtos locais (Elisabete Coutinho e Cláudia Gomes, entrevistas do caso).

O compromisso da organização com o DLS tem no Plano de Ação e Orçamento, elaborado anualmente, seus objetivos definidos, cujos resultados constam no Relatório e Contas anual. Além disso, as ações e atividades têm seus resultados disponíveis à consulta aos utilizadores por meio de outros relatórios de avaliação e monitorização (Elisabete Coutinho, entrevista do caso). Importa anotar que a CALCOB reporta-se e presta contas, às partes interessadas, sobre seu desempenho social, económico e ambiental, nomeadamente à CASES.

Sobre a agricultura biológica, a CALCOB informa que em Portugal este tipo de agricultura tem algum desenvolvimento, apesar do mercado ser ainda muito reduzido e os preços dos produtos ainda muito elevados. Os produtos biológicos em Portugal não

chegam a representar 10% do cabaz de alimentos e o volume de vendas não ultrapassa os vinte e cinco milhões de euros, no entanto prevê-se que seja um mercado em expansão (CALCOB, Boletim Informativo, fevereiro 2009: 5). *“A CALCOB está atenta às novas necessidades e preocupações agrícolas e alimentares da sociedade circundante, por isso, inserimos na nossa lista de batatas de semente, as qualidades Ágria e Raja, de produção biológica”* (Elisabete Coutinho, entrevista do caso).

O compromisso com o DLS estende-se além das ações ligadas as atividades de gestão e prática da Cooperativa. Na área da educação, há por parte da CALCOB um compromisso com o futuro dos associados e com o desenvolvimento da comunidade na zona de interferência da cooperativa. Assim sendo, a organização implantou e implementou o Departamento de Formação Profissional.

Neste sentido, anota a direção da CALCOB que *“tendo em conta sobretudo as exigências do mercado atual, e a atual reforma da Política Agrícola Comum (PAC), no contexto da Comunidade Europeia, os agricultores têm que se consciencializar que não basta produzir. É fundamental fazê-lo com qualidade e produzir o que o mercado necessita, tendo sempre presente a defesa do consumidor, a proteção e defesa do meio ambiente e o bem-estar animal”* (Documento interno, www.calcob.com). Elucida a direção que *“perante as exigências do mercado atual e o avanço das novas tecnologias de produção é preocupação constante da CALCOB o acompanhamento dos seus associados, no sentido de os fazer progredir de modo a alcançarem no menor espaço de tempo possível o mesmo nível dos restantes produtores da União Europeia”*. Nesta linha de raciocínio, *“isto é possível se os operadores do setor se especializarem, para tal é necessário que tenham informação, sobre as necessidade e exigências do mercado e, formação para produzir o que o mercado necessita, minimizando os custos de produção, e evitar os distúrbios ambientais”* (*ibidem*). Neste sentido, a CALCOB empenha-se na formação profissional, desenvolve novas técnicas e métodos capazes de instruírem os seus agricultores associados. Dê-lhes fornecer os meios mais sofisticados para o desempenho da sua atividade. Porquanto, segundo a Direção da Cooperativa, *“as ações que, no nosso entender, melhor se enquadram nas necessidades manifestadas pelos agricultores, são aquelas as quais nos candidatamos e são superiormente aprovadas, tendo proporcionado o desenvolvimento das ações coparticipadas pelo*

Estado e pelo Fundo Social Europeu”. Portanto, a CALCOB tem como objetivo munir os agricultores associados com os conhecimentos teóricos e competências práticas que fomentem o desenvolvimento da atividade agrícola, conseqüentemente promovam o local ecossocioeconomicamente. Para isso, anota a Direção da CALCOB que as atividades agrícolas são dirigidas essencialmente aos agricultores associados, todavia, há as formações promovidas para os colaboradores internos. Todas as ações têm por objetivo melhorar as competências profissionais dos cooperadores, agricultores e colaboradores, observando-se que essas ações provocam relativa melhoria na qualidade de vida comunitária e DLS.

6.3.9. CONFRONTO DA ANÁLISE DO MATERIAL EMPÍRICO

A CALCOB foi criada com o propósito de fortalecer o agricultor local, de assegurar o escoamento da produção e divulgar os produtos da terra. De dar orientação aos agricultores e fazer a manutenção do cultivo no sentido de oferecer produtos de elevados padrões de qualidade desde o produtor até o consumidor. A CALCOB considera-se uma empresa moderna, ágil e inovadora.

A partir do objetivo de sua constituição, a CALCOB está há mais de três décadas no mercado e atualmente é uma empresa reputada no meio das organizações agrícolas portuguesa, considerada um motor robusto e inovador, determinante do DLS na região de Aveiro. Destarte, *“toda a história da ação da CALCOB reflete uma estratégia de ponderação, visão e empreendedorismo rural, que se repercute, a cada ano que passa, numa intervenção cada vez mais ativa no mercado nacional e internacional”* (Afonso Libório)

A Cooperativa regula-se por uma gestão moderna e descentralizada que fomenta a participação, a reciprocidade e os laços de cooperação e sociabilidade entre os associados, colaboradores internos e agricultores. Caracteriza-se pelo veio da inovação e da diferenciação das suas atividades, ações, produtos e serviços. Seu universo de associados *“são pessoas que fazem parte da sociedade, daí mais uma razão para que os próprios sejam inovadores sociais”* (Elisabete Coutinho).

O processo de geração de inovação social encontra limitações em situações que falta apoio financeiro do governo, concomitante a instabilidade económica e política, perante à implementação de um projeto novo. Além disso, esse processo pode sofrer com a competição por parte das empresas lucrativas, mas muito mais pela falta de consciência pública e política sobre a importância dos micros produtores agrícolas para o DLS. Neste contexto, pode-se considerar que a ausência de uma boa rede de sociabilidade capaz de promover a cooperação e induzir a sustentabilidade económica afeta sobremaneira a implantação de um projeto inovador e estratégico para o DLS. *“A inovação tem custos e isto pode limitar o processo de geração de ideias, porém, dentro de uma contenção de acordo com as nossas capacidades, deixa de ser um custo para ser um investimento”* (Fernando Silva, entrevista do caso).

O processo de gestão está informatizado (TIC), a informação e a prestação de serviços para os associados é ágil e desburocratizada. O ambiente da CALCOB é criativo, do ponto de vista dos líderes administrativos. *“A equipa é renovada a medida que um trabalhador entra para a reforma, assim contrata-se alguém mais jovem, com nível superior, mais dinâmico, criativo e com o perfil da cooperativa. É importante conjugar as gerações para fomentar a inovação, nunca duvidar da capacidade criativa do indivíduo, a juventude é geradora de inovação”* (Fernando Silva, entrevista do caso).

Com efeito, o método de gestão da CALCOB é partilhado, descentralizado e fomenta a inovação e a discussão de novas ideias, portanto induz as pessoas a pensar novidades. O fomento ao conhecimento e a informação, mediante a transferência do saber, acelera o processo geração de inovação social no âmbito da Cooperativa. Assim sendo, para a CALCOB, a formação profissional tornou-se numa importante ferramenta de desenvolvimento e sustentabilidade ecossocioeconómica local. Sobre este argumento, narra-nos Fernando Silva, *“dou-lhe um exemplo dos resíduos que saem das hortícolas, das batatas, quando fazemos a seleção e a preparação. Estes resíduos servem de alimento para a exploração de avestruzes no terreno da cooperativa por um agricultor, associado nosso, que tem um restaurante com produtos biológicos. Além dele, há outros que usam na criação de suínos e na agricultura como adubo orgânico”* (entrevista do caso).

Há, da parte da CALCOB um cuidado no sentido de resolver problemas ecossocioeconómicos e desenvolver o local de modo sustentável. Neste contexto, elucida Fernando Silva que *“os associados produtores passam pela formação de educação ambiental, especialmente para se cumprir com a normas e regulamentos do meio ambiente direcionados a produção agrícola. Temos um cuidado com tudo o que é na parte do ambiente, sobre o uso de químicos, portanto recolhe-se as embalagens plásticas e devolve-as a indústria, e isto entre outras ações”* (entrevista do caso). Neste sentido, anota-se que a CALCOB é uma empresa que tem implementado o sistema de qualidade. Seus produtos possuem selo de qualidade, controlo de qualidade, acompanhamento agrícola no controlo de qualidade, com rastreabilidade com o caderno de campo. Todo o processo de qualidade insere-se na regulamentação da HCCP que tem regras minuciosas. A Comunidade Europeia tem regras específicas de qualidade e segurança alimentar e também as grandes superfícies têm as suas normas. Estes elementos de normas integram um conjunto que assegura a qualidade do produto final. Portanto, consoante Fernando Silva *“nós damos formação para os agricultores, cooperamos e transferimos conhecimento para os nossos fornecedores, qualificamos o nosso pessoal interno para ter sintonia”* para que a rede de sociabilidade funcione em sistema harmónico.

A inovação social apresenta-se por um processo de parceria fortalecido por uma rede de sociabilidade que engloba associados antigos e jovens agricultores que estão iniciando uma atividade agrícola. Neste sentido, comenta Fernando Silva que se percebe que há, no campo, mais produtores jovens após a instabilidade económica e financeira do país. Mas sobre a cooperação com outras organizações, nomeadamente sobre a rede de sociabilidade, elucida Fernando Silva que a CALCOB, *e.g.*, apoiou a criação da cooperativa de kiwi. *“São entidades cooperativas distintas, a KIWICOOP é autónoma, mas fazemos parte dos órgãos sociais, nomeadamente da direção”* (entrevista do caso).

O processo de inovação social consubstanciado pela rede de sociabilidade incentiva a produção de hortícolas e de kiwis, *“Nós promovemos, apoiamos, fomentamos”*, comenta Fernando Silva. Também a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo

(CCAM)³⁸⁷, *“nós, fundadores da CALCOB, somos sócios fundadores, fazemos parte dos órgãos sociais, há uma ligação porque a CALCOB contribuiu para a criação e desenvolvimento destas unidades. Todas têm autonomia própria. Tem havido uma preocupação constante da CALCOB em criar outras cooperativas, de setores diferentes, naturalmente, mas que promovam o DLS. Tudo isto cria postos de trabalho, tudo isto cria riqueza local, e portanto é uma inovação social que atende as nossas necessidade e é excelente para todos”* (Fernando Silva, entrevista do caso).

Na visão dos entrevistados os projetos desenvolvidos pela CALCOB com ações de inovação social provocou mais desenvolvimento e crescimento para a organização. Neste sentido a inovação social favoreceu maior produção, maior volume de vendas, maior impacto competitivo do produto e/ou serviço perante o mercado local e o mercado nacional. As ações de inovação social corroboraram à credibilidade do produto e/ou serviço CALCOB no mercado local e nacional. Além disso, os projetos inovadores facultaram maior qualidade no processo de produção e geraram mais postos de trabalho, e.g., a unidade de Produtos IV Gama.

Sobre a unidade de Produtos IV Gama, Fernando Silva narra: *“a ideia da nova unidade, de um modo geral, partiu de mim. Partiu na altura que eu achava era preciso inovar, criar coisas com valor acrescentado, entre outras coisas que podem surgir. Da mesma forma que pensei nisso, coloquei-a em discussão com os meus colegas associados, dirigentes, com a equipe, com os quadros principais que trabalham comigo. A receção foi boa. Penso que quando se tem uma ideia e se põe para análise em equipa ela ganha forma e é sustentável. Quer queira, quer não, se eu não envolver as pessoas num projeto o projeto morre. É preciso que todos se envolvam no processo de inovar, na execução do projeto. A minha preocupação fundamental é o envolvimento das pessoas, penso que a grande contribuição do gestor é esta, eu faço o papel de mais ou menos um árbitro”* (entrevista do caso).

³⁸⁷ Com sede nas instalações da CALCOB, posto de atendimento em Oliveira do Bairro e freguesia da Palhaça.

O projeto IV Gama é de inovação a partir do modo como o produto ganha uma mais-valia e entra no mercado como um novo produto. A partir da criação de um novo produto, há a geração de novos postos de trabalho direto e indireto e o fomento de toda fileira produtiva, *e.g.*, na agricultura, indústria de embalagens, fator de produção, etc. *“É uma outra unidade com características diferentes, com equipamentos diferentes, exigências e normas diferentes. Há que se qualificar e munir o trabalhador com competências adequadas para esta nova unidade. Tem que ter uma equipa técnica diferente. Aumentar a produção, novos empregados, novas competências, incentivar novos produtores”* (Elisabete Coutinho). Trata-se de uma inovação com o compromisso de DLS.

O projeto visa implementar uma unidade de produtos minimamente processados que envolve produtos hortícolas que se apresentam como produtos pré-preparados, prontos a consumir, denominados de Produtos da IV Gama³⁸⁸. Nesta unidade o processo de produção envolve operações unitárias simples que conservam as células e tecidos dos produtos preservando a qualidade idêntica à dos produtos em natureza, seguindo as normas de qualidade e segurança alimentar.

O presente investimento, visa fundamentalmente, por um lado, dotar a CALCOB das condições à preparação de produtos IV Gama, ou seja, produtos já preparados, lavados e cortados (ou não) e devidamente embalados, e por outro lado melhorar o processo produtivo existente dos produtores de I Gama, já que tem verificado que não corresponde totalmente às várias solicitações comerciais (CALCOB, 2013: 5).

Comenta Fernando Silva que o projeto Produtos IV Gama *“tornou-se viável pela ausência de subprodutos a nível de consumidor”*. Assim, a produção IV Gama, em

³⁸⁸ Segundo Margarida Modão Martins, a designação IV Gama é de origem francesa, corresponde a uma forma qualificativa própria do francês, e prende-se ao facto destes produtos serem o resultado de uma determinada fase do desenvolvimento do mercado de produtos agroindustriais e não com o grau de transformação das matérias-primas. Segundo a terminologia os produtos frescos, sem processamento, referem-se aos Produtos de I Gama. Os produtos processados, em conserva, são os de II Gama e os produtos congelados designam-se à III Gama (*cf.*, <http://www2.spi.pt/documents/books/hortofruticolas/Wcd278280e6c6e.asp>).

termos de mercado insere-se no nicho de produtos de conveniência, mas em termos de recursos humanos, envolve uma equipa interna de colaboradores técnicos qualificados que contribuem para a diferenciação de produtos. No campo, o projeto atinge diretamente o produtor qualificando-o em modos de produção e transformação ‘amigos do ambiente’ e ampliando a condição de escoamento da produção. Para o consumidor o produto se apresenta com qualidade higieno-sanitária, qualidade nutricional e pronto a consumir, em quantidade adequada, i.e., menor volume de produto a transportar e utilizável na totalidade (entrevista do caso).

A inovação social apresenta-se paralela a inovação tecnológica e de diversas formas em toda a cadeia produtiva. A implementação do projeto permite uma produção e distribuição mais racional na ótica do agricultor e da CALCOB. Dados os menores volumes, os custos de manuseamento são mais baixos, as perdas durante o armazenamento são reduzidas e verifica-se um aumento do lucro. Em termos de qualidade do produto com referência a marca CALCOB, o produto se apresenta com período de vida útil e conveniente para o consumidor, com custo compatível para o produtor e para a Cooperativa, mas também para o consumidor. Em termos de segurança alimentar, permite a CALCOB a rastreabilidade do produto.

Ao mesmo tempo que a Cooperativa criará uma nova gama de produtos, irá aumentar o nível de empregabilidade quer na empresa, quer no meio agrícola, melhorando as condições de vida da comunidade. *“Pretendemos inovar e apostar no desenvolvimento sustentado e modernização da agricultura da nossa região”* (Fernando Silva, entrevista do caso).

O estudo revela que como contributo da inovação social para o DLS os projetos da CALCOB tem vindo a dinamizar o empreendedorismo rural e reduzir o desemprego através de programas e projetos de autoemprego. A inovação social apresenta resultados que fomentam a qualificação do capital humano e do capital social; incide de modo salutar na equidade e coesão social através da dinamização da economia local e da

ativação da fileira produtiva. Determinadas ações de inovação social interagem com a A21 local³⁸⁹, melhoram a qualidade de vida e preservam os recursos naturais.

6.3.10. CONCLUSÃO DO ESTUDO DE CASO 3 – CALCOB

A CALCOB é uma associação autónoma de agricultores que se uniram voluntariamente para criar uma organização de propriedade coletiva e geri-la democraticamente com a finalidade de satisfazer suas necessidades socioeconómicas. Entrementes, desde a sua fundação, contou com o empenho de todos os seus dirigentes, funcionários e associados.

O estudo revela que pode-se considerar a Cooperativa como um empresa de ambiente de espírito criativo, regido pelos pilares do empreendedorismo e do dinamismo organizacional. Além disso, suas ações, de dimensões interna, resultam na criação de postos de trabalho e melhoram o nível de vida dos seus associados, contribuindo assim para o desenvolvimento do Concelho e da Região.

Com base na investigação pode-se afirmar que a qualidade dos produtos e serviços é garantida por uma equipa de profissionais altamente qualificada e comprometida com os objetivos, missão e valores da Cooperativa. O estudo demonstra que as ações inovadoras de dimensão interna da CALCOB, ao mesmo tempo que trabalha para articular a criação de um ambiente favorável à sustentabilidade dos agricultores, atua para elevar o nível de tecnologia e competitividade dos seus associados. Portanto, essas ações favorecem o desenvolvimento económico local e a sobrevivência financeira dos associados.

Tendo como ponto de referência uma sólida rede de sociabilidade, a CALCOB possui boas relações de comunicação com outras instituições cooperativas, *e.g.*, a LACTICOOP³⁹⁰, a KIWICOOP³⁹¹, a CONFAGRI, além de organizações do setor

³⁸⁹ Com relação aos estudos de caso, a CALCOB foi a única OTS a reportar-se a A21Local.

³⁹⁰ LACTICOOP – União de Cooperativas de entre Douro e Mondego. Mais informações ver: www.lacticoop.pt

público, do setor privado e organismos internacionais. A partir dessa rede de sociabilidade, muitas são as ações inovadoras que estimulam o empreendedorismo rural e que fomenta o desenvolvimento de jovens para a produção agrícola. Trata-se, portanto, de ações inovadoras de dimensão interna que impactam na comunidade e na dinâmica local.

A Cooperativa é uma organização autossuficiente em que as principais fontes de financiamento provêm do fornecimento de produtos e serviços prestados ao mercado e subvenções do Estado. Seus produtos e serviços são comercializados através de loja e canal físico próprio e de grandes retalhistas, *i.e.*, hipermercados e cadeias nacionais de supermercados. Os benefícios económicos resultantes da comercialização de tais produtos e serviços são reinvestidos na organização mediante afetação a reservas. Desse modo a CALCOB consegue garantir a própria sustentabilidade. Para Afonso Libório, a CALCOB *“personifica um modelo de sucesso em mercado aberto tratando-se de uma instituição emancipada com crescente acolhimento entre os agricultores”* (entrevista do caso).

As inovações sociais compromissadas como o DLS passam pela formação profissional que é dirigida a todos os associados, *i.e.*, trabalhadores internos e externos a Cooperativa. Anota Elisabete que *“apostas constantes na formação são também uma máxima desta Cooperativa, pois cada vez mais a agricultura exige saber: saber plantar, saber tratar e saber colher. A formação assume um carácter obrigatório, pois cada vez mais o mercado se caracteriza por uma maior exigência e a forma de se vencer a concorrência é maximizar o valor da oferta, diferenciando os nossos produtos e serviços”* (entrevista do caso). Neste âmbito a Cooperativa tem relações com instituições de ensino e/ou formação que ministra cursos ou disciplinas orientadas para o associativismo, cooperativismo, empreendedorismo social, economia social, terceiro setor mediante protocolo de colaboração de estágios. Portanto a CALCOB acolhe estagiários e tem colaboradores oriundos dessa ação.

³⁹¹ KIWICOOP - Cooperativa Frutícola da Bairrada, C.R.L., outras informações *cf.*, www.kiwicoop.com

Este estudo de caso identifica a CALCOB como uma empresa potenciadora de desenvolvimento agrícola rural. Observa-se o papel da CALCOB atuando na valorização dos produtos agrícolas tradicionais mediante ações de inovação social que decorrem da orientação aos associados, na sua grande maioria microagricultores locais. Na luta contra o despovoamento da região, por meio de ações inovadoras que incentivam o retorno da população jovem ao empreendedorismo agrícola, por meio da cooperação e da capacitação dessa mesma população.

As ações de inovação social da Cooperativa atuam como uma estratégia inovadora na manutenção e exploração de diversos cultivos. Para a CALCOB a valorização dos produtos agrícolas, oriundos de microprodutores, assume elevado interesse como alternativa para as regiões agrorurais, cujas condições naturais e organizativas não permitem a competição pela quantidade, mas em elementos como a diferenciação e a qualidade.

Capítulo 7. Integração dos estudos de caso Conclusão final

7.1. SÍNTESE INTRODUTÓRIA

Este capítulo tem por objetivo discutir as análises que foram elaboradas no decorrer da investigação e proceder com a conclusão final. Assim, com base nas perguntas de partidas, sendo elas: *i)* o que possibilita e o que limita a geração de inovação social em OTS compromissadas com o DLS? *ii)* pode-se considerar que OTS inovadoras fortalecem o DLS? – Fez-se uma integração dos estudos de caso. Este confronto analítico decorre após o procedimento metodológico que envolve um conjunto de informações oriundo da revisão bibliográfica, da análise documental, das entrevistas semiestruturadas e da participação como investigadora nos ambientes das OTS. Entrementes, a partir dos três estudos de caso, e tendo cada um deles a interpretação dos dados e uma conclusão parcial apresenta-se os resultados, as considerações e a conclusão final da investigação.

Esta integração de dados está delineada por três cenários, sendo que estes cenários têm por base os conceitos-chave, espinha dorsal desta investigação: desenvolvimento local sustentável, terceiro setor e inovação social. Portanto, no primeiro momento, apresenta-se os dados que configuram o papel do local enquanto meio inovador, espaços de parcerias, criação, inovação e dinamização ecossocioeconómico. Daí em diante, os dados revelam o terceiro setor em que se sobressaem as novas formas de organização propícias à gestão coletiva no contexto das OTS e da economia. Neste contexto, discute-se o processo de geração de inovação social e os determinantes críticos às possibilidades e limites da geração de inovação social no âmbito das OTS, nomeadamente na APOMA, na ADRIMAG e na CALCOB. O terceiro cenário refere-se a inovação social. Apresenta-se as novas interpretações sobre a inovação social e as suas relações com o tecido societal. Além disso, os dados revelam as novas abordagens e práticas de inovação social para promover e fortalecer o desenvolvimento local sustentável.

Por conseguinte, elabora-se a conclusão final da investigação. Nesta secção retoma-se as sínteses conclusivas, apresentadas por capítulo, e elucida-se as principais implicações da presente dissertação para as teorias da Sociologia Económica e das Organizações, e para os estudos na área do DLS, terceiro setor e inovação social. Com

base nos resultados dos estudos de caso, sublinha-se as potencialidades e as limitações da investigação, bem como sugere-se outros caminhos para futuras investigações.

7.2. O PAPEL DO LOCAL ENQUANTO MEIO INOVADOR

Com base nos estudos de caso, o local, enquanto meio inovador, exerce influência no processo de geração de inovação social no âmbito das OTS. Dados oriundos da investigação, quando cruzados pelo método de triangulação e comparados pela análise de conteúdo, revelam que as políticas de desenvolvimento local sustentável devem reconsiderar as capacidades endógenas do meio, agente inovador. Neste processo o local se caracteriza como agente inovador e espaço de parcerias sustentado por inúmeras redes de sociabilidade.

O papel do local enquanto meio inovador pode ser fortalecido por uma infraestrutura, um sistema de inovação social em rede, no amparo as OTS, nomeadamente no processo de geração de inovação social. Esta infraestrutura é formada por um conjunto de instituições e organismos do setor público, privado e OTS. Em primeiro plano sobressai as instituições de ensino, nomeadamente as Universidades, as Instituições de Pesquisa, as Escolas Técnicas, os Centros de Ensino Profissional, os Centros Novas Oportunidades e os cursos de Formação Profissional. Com base nos dados, pode-se considerar que a componente educação exerce papel preponderante no local, enquanto meio inovador. Esta afirmativa se fundamenta nos três estudos de caso, onde se listou diversos nomes. Assim, volta-se a citar, a título de exemplo, somente as instituições de ensino superior, observando-se que através destas instituições atuaram diversos centros de investigações, *i.e.*, o trabalho da pesquisa científica em prol do desenvolvimento ecossocioeconómico.

- Universidade de Aveiro, através do Departamento de Química, em parceria com a APOMA.
- Universidade de Aveiro, através do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, em parceria com a ADRIMAG.
- Universidade do Algarve, através do CRIA, em parceria com a ADRIMAG.
- Universidade de Trás-os-Montes e do Alto Douro em parceria com o projeto *Myrtillus*.
- Universidade Católica Portuguesa em parceria com a ADRIMAG.

- Centro de Farmacologia e Biopatologia Química da Faculdade de Medicina do Porto em parceria com o projeto *Myrtillus*.
- Escola Superior Agrária de Coimbra, através do Departamento de Ciência e Tecnologia Alimentar, com a CALCOB.
- Centro Novas Oportunidades ADRIMAG

De referir que a infraestrutura que induz o meio, agente inovador, também incorpora diversos organismos do setor público, câmaras municipais, associações de desenvolvimento local, instituições internacionais. Estes organismos e instituições unem-se as OTS e formam uma rede de sociabilidade. A rede é uma outra componente que induz as OTS à inovação e o compromisso com o DLS, além disso, a rede tende fortalecer o sistema de inovação social³⁹², *cf.*, apresentou-se nas diversas figuras de rede, trabalhadas caso a caso.

Considera-se, ainda, que a evolução do meio, agente inovador, pode ser consubstanciada por políticas de DLS em consonância com as OTS e pela sua aptidão criativa no processo de novas capacidades produtivas. A partir dessas OTS, a inovação social é uma componente estratégica que permite enfrentar pressões económicas sucessivamente renovadas. Todavia, o meio, agente inovador, sofre com operações de mecanismos com impactos negativos na inovação social que pode, ainda assim, ser ultrapassado pela aprendizagem coletiva.

O papel do local enquanto meio inovador pode ser reiterado pela inter-relação entre o meio, agente inovador, e os fatores exógenos, nomeadamente, da ação adequada desses fatores que agem sobre o local. Neste caso, entende-se por ação adequada o fator janela de oportunidade (*cf.*, exposto no Gráfico 13:361), assunto discutido no Capítulo 4 desta investigação. Além disso, a infraestrutura que fortalece o meio pode ser mais bem compreendida através do sistema de inovação social, *cf.*, discutiu-se no Capítulo 3, secção 3.5, OTS inovadora e ilustrou-se com a Figura 12:316. Nessa linha de raciocínio, o papel do local enquanto meio inovador articula-se de modo completo e harmónico

³⁹² *Cf.* Capítulo 2, item 3.4.2. e seguinte, nomeadamente a Figura 12 – Organizações do terceiro setor em sistema de inovação social em rede, página 316.

com o sistema de inovação social. Assim, obtém-se o processo de inovação que constitui janelas de oportunidades para as OTS (*cf.*, descreve-se no Capítulo 4, secção 4.3.). Neste ínterim as políticas de DLS são percebidas como ponto inicial do processo, tendo por base a articulação entre conhecimentos adquiridos e os resultados oriundos do sistema de inovação social. O resultado da convergência entre meio, agente inovador, e o sistema de inovação social consubstanciado por uma rede de sociabilidade, desagua, desta forma, no processo de inovação e no fortalecimento de novas formas de OTS inovadoras.

7.3. NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR INOVADORAS

As novas formas de OTS inovadoras resultam de processos e movimentos sociais e têm como base uma sólida rede de relações sociais em três esferas: local, nacional e internacional. São OTS que atuam em sistema de cooperação, reciprocidade e solidariedade, fortalecidas por laços de confiança, capital humano e capital social e usufruem do meio, agente inovador, como espaço de criação e experimento social. Estão voltadas à fornecer soluções a problemas ecossocioeconómicos do tecido social local, todavia, as soluções propagam-se e contribuem na mudança social e cultural do espaço/território.

Percebe-se que a APOMA, a ADRIMAG e a CALCOB possuem ambiente de gestão descentralizado, com nuances de heterarquia, *i.e.*, a organização coletiva atua em sistema onde não há um controle centralizado vertical, mas predomina uma ordem consensual. Possuem características heterárquica, sendo o seu ambiente organizacional formado por gestão em rede, composta por elos de diferentes lideranças, mas cada elemento parte da mesma posição horizontal de poder e autoridade, cada um desempenhando um papel igual teoricamente.

Os dados revelam a APOMA, a ADRIMAG e a CALCOB como organizações propícias ao processo criativo e de inovação social, além disso, desempenham papel relevante na dinamização do DLS. Na ADRIMAG e na CALCOB a equipa de

colaboradores evidenciou o desenvolvimento da autonomia e da corresponsabilidade, ambos fatores componentes da cultura organizacional destas OTS.

As novas formas de OTS inovadoras investem no capital humano. São organizações que propulsam a qualificação da mão de obra através de curso de formação interno, de incentivos à formação profissional e elevação do nível de educação. Estas organizações estão compromissadas com a melhoria da qualidade de vida dos seus colaboradores, dos seus associados e da sua comunidade. Revelam-se como OTS com capital social ativo com fortes características de solidariedade democrática em que se busca pela igualdade de direitos dos atores sociais.

Neste contexto as OTS inovadoras estão aptas a identificar e implementar novos projetos que atuam de modo estratégico no processo de integração do ator social no mercado de trabalho e no DLS. Nesta linha de raciocínio, importa referir sobre o aumento de produção dos Ovos Moles de Aveiro (*cf.*, Quadro 18:461). A partir da qualificação do produto foi possível qualificar a mão de obra, formar novos empreendedores, dinamizar a fileira produtiva, gerar novos postos de trabalho, *i.e.*, ativar a economia local. As inovações sociais geradas no âmbito da ADRIMAG, nomeadamente o projeto CRER, implementam diversas componentes no âmbito do empreendedorismo com propriedade de solidariedade democrática, de cooperação e incentivo ao capital humano e social. O projeto Produtos IV Gama da CALCOB fortalece a geração de novos postos de trabalho e a rentabilidade dos produtos agrícolas. Neste caso, todos os projetos tendem a fomentar a dinâmica socioeconómica local (*cf.*, Tabela 10, p.548).

7.4. O PROCESSO DE GERAÇÃO DE INOVAÇÃO SOCIAL

O processo de geração de inovação social no âmbito das OTS compromissadas com o DLS decorre da aspiração ao progresso, da necessidade de resolver um problema interno a organização ou externo, ligado à comunidade local. Este processo está imbuído à criatividade, à aspiração ao novo, à quebra de paradigmas, à transformação do discurso em prática, mediante a implementação de projetos.

De acordo com os dados referenciados nos estudos de caso, o processo de geração de inovação social é um processo de gestão coletiva que conta com a participação de toda equipa organizacional no âmbito das OTS. Todos os projetos analisados nos estudos de caso foram elaborados e desenvolvidos em cooperação. No primeiro momento a cooperação foi interna, dos colaboradores que desenvolveram a ideia no âmbito da OTS. No segundo momento, buscou-se a colaboração externa, *e.g.*, o caso dos Ovos Moles de Aveiro e o caso do projeto CRER, com a Universidade de Aveiro.

Entretanto, os estudos de caso revelam a importância do nível capital humano, nomeadamente da escolaridade da equipa no processo criativo. Os estudos de caso da ADRIMAG e da CALCOB revelam o processo de geração de inovação social em cursos de formação profissional. O caso da ADRIMAG é o mais evidente visto que a Associação CRER possui um espaço de experimento à inovação. Por outro lado, o caso da APOMA revela a importância do saber natural concomitante a experiência profissional dos artesãos no processo de geração da inovação social.

Identificou-se, com base nos estudos de caso, que o processo de geração de inovação social é, em grande parte, impulsionado pelo meio, agente inovador. A necessidade de criar algo relaciona-se de modo direto à necessidade de resolver um problema de base socioeconómica, em especial, nestes últimos anos, os de ordem de emprego e rendimento. Todos os projetos de inovação social estão voltados para a componente do trabalho, do desemprego, da dinamização da economia local, da valorização do capital humano e social. Diante desta constatação, todas as OTS estão compromissadas com o DLS.

Entretanto, o processo de geração de inovação social no âmbito da APOMA, da ADRIMAG e da CALCOB surgem compromissados com o DLS por duas razões. Primeiro, as OTS possuem normas de qualidade, assim sendo, estas normas trazem na sua regulamentação ações de proteção ao meio ambiente. Segundo, as OTS são oriundas do meio, formada por atores locais, tem por natureza um compromisso com a comunidade, com o espaço/território.

De referir que o processo de geração de inovação social, em Portugal, foi fomentado pelas ações do EQUAL. Os projetos mais inovadores foram desenvolvidos e disseminados pelas ações do Programa EQUAL, revela o caso da ADRIMAG. Neste sentido, pode-se considerar como determinante que as políticas de DLS induzem o processo de geração de inovação social no âmbito do terceiro setor.

7.5. DETERMINANTES ÀS POSSIBILIDADES E LIMITES DE GERAÇÃO DE INOVAÇÃO SOCIAL

Os determinantes às possibilidades e limites de geração de inovação social tendem a revelar o impacto das OTS inovadoras no local, bem como as suas ações delimitadas por projetos inovadores. Estes determinantes foram identificados no cruzamento de dados e na análise de conteúdo como sendo de potencialidades e de limites à geração de inovação social.

Os determinantes que induzem o processo de geração de inovação social estão associados as políticas ministradas pelos Fundos Comunitários, em primeiro plano. A componente financeira atua nos dois sentidos, *i.e.*, tanto impulsiona o processo de geração de inovação social, quando restringe o processo. Todavia as políticas de DLS são as mais bem aplicadas no processo de geração de inovação social. Neste caso todos os projetos analisados e considerados de inovação social foram subsidiados por políticas do Fundo Social Europeu, sendo este financiamento pronunciado de modo direto ou indireto, *i.e.*, por um programa de Estado.

A componente rede de sociabilidade é considerada como o segundo indutor no processo de geração de inovação social pelas OTS estudadas. Neste processo de análise, identificou-se que a rede de sociabilidade funciona como base na construção da ideia, no processo de desenvolvimento do projeto, na implementação das atividades, no processo de difusão da inovação social, *i.e.*, a rede de sociabilidade está presente em todas as etapas do processo. A rede também pode ser considerada um determinante social crítico que limita o processo de geração de inovação social.

Neste contexto, observou-se que os elos da rede são elementos facilitadores no processo de geração de inovação social. O caso da APOMA revelou que a Universidade de Aveiro foi um elo forte na rede de sociabilidade, todavia os elos não funcionam isolados, há, necessariamente, que atuar em parceria, em sistema reciprocidade e laços de confiança. Este facto também está evidenciado nas diversas redes de reciprocidade da ADRIMAG, sendo que, a ADRIMAG faz da rede seu ponto forte no processo de geração de inovação social. No estudo de caso da CALCOB a rede de sociabilidade reforça o processo de geração de inovação social, neste caso o elo mais forte é formado pelos cooperados, técnicos que trabalham em conjunto com os associados produtores agrícolas.

A componente educação (capital humano) aparece em terceiro lugar como determinante às possibilidades e limites de geração de inovação social. Diante disso, observou-se que todas as OTS atuam concomitantemente com cursos de formação. A APOMA tem acordo de parceria com entidades formadoras no sentido de elevar o nível de competências e qualificação profissional dos associados. A ADRIMAG é a OTS mais bem equipada neste campo, possui um Centro Novas Oportunidades (*cf.*, Quadro 19, p. 477), além da Associação CRER. A CALCOB tem um departamento exclusivo à formação, com cursos dirigidos aos cooperadores internos, aos agricultores associados e a sociedade local.

O limitador mais comum foi o processo burocrático que todo projeto de inovação social analisado desencadeou. O caso dos Ovos Moles de Aveiro levou precisamente dez anos. O caso da CALCOB com a unidade de Produtos IV Gama levou

oito anos. Os projetos desenvolvidos pela ADRIMAG têm um processo de menos anos, entretanto, não menos burocrático.

Fatores intrínsecos à cultura local também foram anotados, *e.g.*, o comportamento de associativismo fortalece e inibe a geração de inovação social. O caso APOMA foi o mais explícito neste vertente. A associação foi um propósito no processo de IGP para os Ovos Moles de Aveiro. A cooperação, a reciprocidade, os laços sociais tendem a organizar pessoas em busca de resolver problemas ecossocioeconómicos, assim, à propulsar a geração de inovação social. Neste sentido, entende-se que a cultura local pode influenciar a novas interpretações sobre a inovação social e suas relações no tecido societal.

7.6. NOVAS INTERPRETAÇÕES SOBRE A INOVAÇÃO SOCIAL E SUAS RELAÇÕES NO TECIDO SOCIETAL

Os estudos de caso incidem em OTS de perfil inovador que possuem atividade de apoio e/ou produção e comercialização de bens, produtos e serviços, capazes de gerar autossuficiência organizacional e rendimento para seus membros. Partindo desse cenário organizacional, novas interpretações podem ser dadas à inovação social e suas relações no tecido societal.

O estudo de caso APOMA revelou que o processo de valorização de um produto local pode desencadear uma inovação social. Tendo por fundamento que a inovação social é um modo diferente de fazer coisas (Taylor, 1970), garantir a genuinidade da receita tradicional de um produto conventual, cujo primórdio é gerar trabalho e rendimento, é uma nova forma de inovação social. O caso revelou as diversas nuances de inovação social. Além de ser o primeiro produto conventual a receber o IGP no espaço europeu, o processo de inovação social teve um impacto que foi mensurado, (novamente *cf.*, Quadro 18, Síntese da Investigação, caso APOMA, p. 461), revelando as possíveis relações da inovação social no tecido societal. No caso APOMA o principal papel da inovação social está relacionado com a valorização do produto de tradição

local, concomitantemente, à geração de trabalho e rendimento e o impacto direto na dinâmica socioeconómica local.

O caso ADRIMAG com o Projeto CRER apresentou um vasto cenário de novas interpretações sobre a inovação social. Da ideia do CRER disseminou-se um leque de projetos, todos com impacto na zona de interferência da ADRIMAG, sendo que as ideias, oriundas dos CRER foram difundidas para outros países. Ainda com o caso ADRIMAG temos o projeto de Cooperação Transnacional com os mirtilos e toda a fileira produtiva relacionada ao produto³⁹³. A cooperação seja ela transnacional ou inter territorial, refere-se sempre a uma ação coletiva e colaborativa entre diversas pessoas, entidades e territórios. No caso ADRIMAG, na área da cooperação transnacional, a inovação social esteve presente em todos os projetos, conforme foram descritos e analisados um a um. Neste estudo de caso a inovação social aparece como ferramenta estratégica que fomenta o empreendedorismo, o autoemprego, novas formas de OTS direcionadas para o DLS.

No Caso CALCOB a tecnologia de informação e comunicação favorece a inovação social mediante a modernização da gestão na cooperativa. O processo torna mais rápido e eficiente a gestão, integrando diversos setores que simplificam o atendimento aos associados. Nesta área, os associados são favorecidos com um processo de orientação e aconselhamento que vai desde a elaboração de novos projetos até a colheita dos produtos. O projeto Produtos IV Gama, também oriundo da modernização da Cooperativa, visa, além de elevar o aproveitamento da produção agrícola, provocar maior autossuficiências a cooperativa, criar novos postos de trabalho e dinamizar toda a fileira produtiva com impacto direto no DLS.

³⁹³ De referir que tivemos o intento de elaborar um quarto estudo de caso. Este estudo seria sobre a AGIM – Associação para a Gestão, Inovação e Modernização do Centro Urbano de Sever do Vouga. Na AGIM chegou-se a fazer as entrevistas e analisar alguns documentos nos *mass media* sobre o Projeto *Mirtilus*, precedente do Projeto Transnacional, aqui referido. O trabalho da AGIM contribuiu sobremaneira para a afirmação da marca registada Sever do Vouga: capital do Mirtilo. Além disso, o estudo de caso que se prospetou tinha como foco o projeto Bolsa de Terras, cujo objetivo é o de incentivar jovens a plantar mirtilos. Infelizmente, por falta da conceção de documentos internos e por falta de condições de tempo dos gestores da AGIM, o estudo de caso não pode ser concluído. Todavia, tem-se como objetivo incluí-lo num novo projeto de investigação sobre inovação social e desenvolvimento territorial.

Apreende-se que a partir de projetos de inovação social e suas relações no tecido societal pode-se criar condições favoráveis ao desenvolvimento de novas ideias. Neste caso, volta-se a interpretação de janelas de oportunidades, *cf.*, discutiu-se no item 4.3., Capítulo 4, Inovação Social. A partir de novas interpretações de inovação social pode-se identificar oportunidades de criatividade, processar respostas com maior impacto no tecido societal, *e.g.*, o caso de congelar o Ovos Moles de Aveiro e passar à exportar o produto. Todavia a janela de oportunidades é favorecida pelo sistema de inovação social em rede, *e.g.*, o caso do projeto Transnacional com os microprodutores de mirtilos.

Neste contexto, mediante um sistema de inovação social em rede, observa-se que a inovação social pode ser patenteada, como o caso do projeto CRER, e depois disseminada como um produto português. Percebe-se que produtos fora do padrão de mercado podem ser reconfigurados, ganhar novo formato, nova textura com qualidade e majoração, como foi o caso dos Produtos IV Gama. Mas fundamentalmente todas essas inovações incidem diretamente na criação de novos postos de trabalho, dinamização do tecido societal, no DLS que se configura em novas abordagens e práticas de inovação social, revelando o papel das OTS inovadoras para o DLS.

7.7. O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR INOVADORAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

As OTS que compõem os estudos de casos exercem papel ativo para o desenvolvimento local sustentável. Trata-se de OTS dinâmicas com fortes laços de cooperação com o território e compromisso com o desenvolvimento ecossocioeconómico local. A integração dos atores sociais está patente no processo de geração de inovação social, cujo propósito volta-se para o lugar, para o tecido societal.

Nos estudos de caso evidenciou-se a importância do produto local, da dinamização das microproduções reconhecidas por projetos que concretizam o intercâmbio de ideias e de produtos. Promovem o DLS, criam sinergias entre os setores público, privado e o terceiro setor. Por conseguinte as OTS aparecem com resultados

positivos e estratégicos no contributo para a sustentabilidade do espaço/território, *e.g.*, o projeto Transnacional com os produtores de mirtilos.

As OTS valorizam o espírito da cooperação e do associativismo que culminam no processo de confiança dos atores locais. Permitem a partilha de conhecimentos e de boas práticas. As OTS revelam que a cooperação, relativa aos produtos locais, traz ainda outros importantes benefícios, em particular, o facto de permitir criar sinergias e economias de escala em áreas tão importantes ao local. Neste caso pode-se citar a microprodução, a empresa familiar, o autoemprego, a microempresa. São empresas que fazem parte de 90% do setor produtivo português, nesse caso aparecem os produtores de Ovos Moles de Aveiro, os microempreendedores originados do projeto CRER, os microprodutores e a agricultura familiar para a produção de mirtilos e produção para os Produtos IV Gama.

As OTS, nomeadamente as associações e as cooperativas, podem ser a chave para o desenvolvimento local sustentável. O modelo de OTS em sistema de cooperação e associação pode resolver o problema de se produzir em quantidades suficientes em determinado local para que este possa participar do mercado global, *e.g.*, os produtores de Ovos Moles de Aveiro. Produtos de diferentes espaços/territórios podem cooperar para, em conjunto, assegurar níveis de produção que consiga responder aos requisitos de mercado, *e.g.*, o caso do mirtilos, o caso dos lavradores e agricultores de Oliveira do Bairro.

Apreende-se que as OTS inovadoras assentam-se no desenvolvimento de estratégias de atuação participada, no sentido de otimizar e racionalizar os recursos do local, identificar complementaridades e problemáticas comuns. Além disso, partilhar ideias, conhecimentos, experiências e iniciativas diversificadas e inovadoras compromissadas com o DLS.

Diante dessa apreensão, vislumbra-se que a médio e longo prazo, as OTS inovadoras possam implementar inovações sociais que atuem como estratégias de trabalho em cooperação que reflitam, num conjunto de mais-valias para o DLS, inovações sociais que contribuam para o aumento das economias locais associadas direta e indiretamente à produção, a comercialização e a promoção dos produtos locais.

7.8. CONCLUSÃO FINAL

As dificuldades ecossocioeconómicas que se vive nas sociedades atuais remetem-nos para a necessidade de revermos o modelo de desenvolvimento no qual se tem baseado todo o percurso de crescimento económico. Assim, seja no local que apresenta os melhores índices de desenvolvimento socioeconómico, seja no espaço/território que se debate ainda com problemas de ordem económica, social e ambiental, é preciso haver o equilíbrio entre políticas de desenvolvimento com políticas de crescimento económico (Amaro, 2009). Entende-se este equilíbrio assente em políticas de desenvolvimento local sustentável, na renovação de uma crise de paradigmas (Fontan, 2008). Os dados da investigação revelam um novo paradigma de desenvolvimento (Sachs, 2007; Coraggio, 2007c), *i.e.*, um novo desenvolvimento e crescimento económico com características de inovação social (Amaro, 2011).

Como desenvolvimento integral, o desenvolvimento endógeno na implementação de um novo paradigma combina a gestão do meio ao progresso ecossocioeconómico do tecido societal. Reforça o papel do local como agente inovador de desenvolvimento (Maillat *et al.*, 2006). Neste contexto, o objetivo de ações para o DLS, segundo os dez atributos identificados por Amaro (2009), não foi o de questionar a validade da ideia de políticas de DLS, mas, como apresenta os resultados da pesquisa, de encontrar os meios inovadores e as condições para a valorização socioeconómica local.

Neste sentido, a investigação revelou o surgimento de diversas práticas de inovação social direcionadas a renovar ideias políticas, equacionar novos desafios de desenvolvimento local e potencializar mudanças no DLS. Estas mudanças, originadas pelos atores sociais organizados em OTS, buscam por alternativas de desenvolvimento local. São alternativas sobre como lidar ou tratar o desenvolvimento local em busca de respostas às necessidades do local, da região, do território, do local/global.

O discurso sobre DLS tem por base uma legitimidade formal do envolvimento dos atores sociais como agentes de mudança social para combater os fenómenos de crise ecossocioeconómica. Neste sentido, alguns autores descreveram o DLS como um novo

movimento social, visto principalmente na sua endogeneidade, como uma resposta local aos problemas socioeconómicos e de ambiente (Arocena, 1996, 2001; Coraggio, 2002).

Entretantes, com a investigação, percebeu-se a característica de personalidade regional (Benko, 2001) na intervenção de políticas de DLS para revitalizar regiões no setor económico e ambiental. A revitalização económica tende a favorecer à condição social do ator-sistema no processo contemporâneo de desenvolvimento, um impulso ao movimento social (Arocena, 2006). Entretanto, consoante resultados da pesquisa, esse movimento social também impulsa novos modelos de organizações compromissadas com o DLS. Além disso, o agrupamento do ator social em organizações do terceiro setor estabelece um manifesto ao associativismo e ao cooperativismo que fortalece o terceiro setor.

O tecido societal português possui uma *“característica de personalidade regional”* (Benko, 2001:8) apropriada para organizações associativas e cooperativas, configurando-se como ambiente criativo. George Benko e Bernard Pecqueur explicam que esta personalidade é uma característica peculiar de regiões devido a especificidade do lugar que *“decorre de uma capacidade, normalmente herdada de uma cultura antiga, de negociar modos de cooperação entre capital e trabalho, (...), entre administração e sociedade civil, (...), etc.”* (Benko e Pecqueur, 2001: 37).

Neste contexto a região de Aveiro apresenta uma dinâmica notável na indústria e comércio, reconhecida no contexto português pela potencialidade do local além das possibilidades de desenvolvimento implícito nos produtos e serviço de qualidade tanto industrial quanto agropecuária, pesqueira e turismo. No seu campo industrial encontram-se empresas de metalomecânica, papel e celulose, cerâmica, etc., e as suas mais importantes produções agrícolas consistem em cereais, frutas legumes e vinhos. Complementa este cenário o artesanato em cerâmica e a gastronomia, tudo isso dentro de um contexto natural e singular perante o seu relevo de extensa planície banhada pela Ria de Aveiro, qualidades que representam uma oportunidade para DLS (CEIDET/UA, 2006).

Compreende-se que cada lugar possui um saber alimentado pelo quotidiano que atua contrabalançando o conhecimento do perito de fora. Neste caso, o saber local

patenteia-se como um elo para a produção de inovação social comprometida com o DLS. Na investigação percebeu-se que este saber pode propiciar políticas de DLS e fomentar o empreendedorismo social em sistema de gestão coletiva. Além disso, a inovação social tende a contribuir para o desenvolvimento do território.

Diante desse dados, pode-se frisar que políticas de DLS e o terceiro setor caminham juntos com o propósito de dinamizar a criação de ações proativas no sistema endógeno, um novo sistema económico para manter e desenvolver a produção local. Percebe-se que as políticas de DLS e o terceiro setor podem ser vistas como uma intervenção apropriada para o desenvolvimento (Favreau, 2003), como uma lógica difusa (Becattini, 2003) à renovação da economia local. Nesta linha de raciocínio pode-se ter um mini sistema económico de produção, um sistema de produção local inovador (Aydalot, 1984), um tipo de desenvolvimento resultante de um sistema de inovação social em rede. O reposicionamento da economia local através da capacidade dos microprodutores desenvolver meios coletivos de inovação social.

Neste contexto, o DLS e o terceiro setor são elementos que compõem uma equação em equilíbrio (Lévesque, 2004). O terceiro setor, dentro de um contexto de OTS inovadoras, sobressai o papel do ator social para a capacidade criativa – *homo faber* – e de apresentar soluções à revitalização da economia local em termos sistémicos (Lévesque, 2009). As OTS surgem como uma outra forma de empreender que delimita clara presença entre organizações com base no capital e organizações em que a base são as pessoas (Manuel Canaveira de Campos)³⁹⁴. Assim o campo conceptual e experimental do terceiro setor aumenta sob o prisma do associativismo e do cooperativismo, visto que são organizações territorializadas e naturalmente voltadas para o DLS (Carvalho Ferreira, 2012).

As OTS inovadoras tendem a dar prioridade a economia mais territorializada, *cf.*, anotou-se com os exemplos descritos nos estudos de caso, *e.g.*, com as PMEs enfrentando a homogeneidade económica do mercado (Amaro, 2011). Isto quer dizer que a curto prazo se aproveita do desequilíbrio do capitalismo e propulsa as associações

³⁹⁴ Revista Pessoas e Lugares, nº 31, II série, Jul/Ago/2005: 2.

e as cooperativas à fortalecer o mercado e não instrumentalizá-lo pelos outros setores, *i.e.*, setor público e setor privado.

Segundo Carvalho Ferreira o capitalismo não deixou de ser um sistema social impregnado pela opressão e pela exploração do homem pelo homem, só que agora de um modo mais sofisticado e complexo. (...) “*Ainda que seja uma tarefa difícil para chegarmos a esta conclusão, basta tentar explicitar a natureza da crise que o capitalismo atravessa e delinear as hipóteses de criação de uma alternativa societária revolucionária capaz de o superar historicamente*” (Carvalho Ferreira, 1997: 21). Nesta linha de pensamento tem que ter coerência a análise socioeconómica e outras formas de condições de economia. Outras formas fora da economia mercantil. A crise económica oferece condições para refletir o terceiro setor de modo mais complementar para o DLS (Carvalho Ferreira, 2012). Vislumbra-se uma democracia deliberativa e participativa (Amaro, 2011).

Destarte, a realidade socioeconómica para fazer face a economia inclui formas de redistribuição mais a necessidade da redemocratização do modelo keynesiano (Laville, 2011). As OTS em sistemas de associações e cooperativas, e o empreendedorismo social, *i.e.*, uma outra economia aliado ao desenvolvimento alternativo, é a possibilidade de formar uma economia diversificada. Neste sentido, a democratização da economia não é o ponto de chegada, mas o ponto de partida. Deve ser raciocinada e debatida para encontrar onde se chega a sua complexidade de economia, a importância política do associativismo e do cooperativismo; valorizar a expressão das OTS em defesa económica local.

As OTS em sistema de associação e cooperativas, organizações inovadoras como uma forma de emancipação socioeconómica local que interferem na realidade social. Neste contexto cabe o papel da ciência, *i.e.*, a implicação cidadã dos cientistas. A valorização do sistema de inovação social em rede formada por organizações do Estado, da sociedade civil, do setor privado com o propósito de fazer diferente, de incitar e provocar mudanças na sociedade civil. As OTS reforçam o princípio da solidariedade económica e social.

Por conseguinte, a investigação reafirma que OTS inovadoras processam mudanças na sociedade civil e possuem uma dimensão política que é uma expressão importante, relações sociais e relações com o setor público e privado. A dimensão política das OTS diz respeito ao ator social, o sujeito político plural que dá vazão as pluralidades, *i.e.*, propostas alternativas de DLS (Amaro, 2011). Deste ponto de vista a dimensão política é a porta de entrada para a democracia participativa. Neste sentido as OTS reforçam a necessidade de democratizar a economia com a formulação de novos produtos e serviços às comunidades locais, como respostas inovadoras aos desafios socioeconómicos (Lévesque, 2008; Amaro, 2011).

Os novos modos de OTS convoca o princípio da ação coletiva etimológico da solidariedade e do coletivo. Aciona a ação objetiva de todas as atividades local ao criar os próprios instrumentos para a reciprocidade. Neste contexto a inovação social pode ser percebida como um fenómeno que enlaça pessoas, organizações e a comunidade na formação de um conjunto com o propósito de DLS (Amaro, 2011). Com efeito a OTS inovadora pode ser percebida como um empreendimento cidadão e coletivo de gestão democrática e com nuances de heterarquia que propulsa os atores à participação, à gestão de ideias. Um espaço organizacional propenso à inovação social, uma outra preocupação contemporânea que busca responder as necessidades sociais do local (Moulaert, *et al.*, 2013).

Constatou-se com os estudos de caso que as OTS são organizações de grande pluralidade de atores, que atuam em ações coletivas, tendendo a criar novas instituições organizativas que favorecem a produção e serviços capazes de provocar mudanças no local. Além disso, revela a pesquisa que a inovação social apresenta-se melhor na forma cosmopolita, quando replicada reforça, de modo positivo, o impacto de suas ações no DLS (Fontan, 2011). Diante disso, o processo de reproduzir a inovação social induz o *homo faber* a aproveitar janelas de oportunidades; este processo dá continuidade à geração de inovação social (Mulgan *et al.*, 2007b). Tem-se com isso ações contínuas de inovação social conforme observou-se com os estudos de caso, nomeadamente o caso dos Ovos Moles de Aveiro (exportação) e com o ambiente da ADRIMAG.

Portanto a inovação social pode ser entendida como uma estratégia criativa tendo como elemento a reação da sociedade em prol de uma resposta socialmente inovadora para a condição de intempérie socioeconómica local (Hiller, 2013). Neste sentido, tendo por condição a janela de oportunidade, o ator social pode vir à induzir novas políticas de DLS em que combina conhecimento e recursos para o terceiro setor. Essas políticas podem favorecer a geração de um novo produto, um novo serviço, um novo processo, uma nova OTS, etc. Portanto, o processo de geração de inovação social encontra potencial e limites na capacidade de criação do ator social, contudo, as organizações do terceiro setor inovadoras substanciam o desenvolvimento local sustentável.

7.8.1. CONTRIBUIÇÕES NO CAMPO DA SOCIOLOGIA ECONÓMICA E DAS ORGANIZAÇÕES

O presente trabalho partiu de uma exaustiva revisão da literatura sobre desenvolvimento local sustentável, terceiro setor e inovação social na dimensão da sociologia económica e das organizações. Diante disso investigou-se políticas de desenvolvimento local sustentável e o terceiro setor, demarcando-se por objeto de estudo as OTS inovadoras na região de Aveiro. Neste contexto, canalizou-se a análise para o processo de geração de inovação social.

A partir do campo tridimensional de levantamento bibliográfico o caminho teórico convergiu para responder duas questões de partida. Primeiro, o que possibilita e o que limita a geração de inovação social em OTS comprometidas com o DLS? Segundo, pode considerar que OTS inovadoras fortalecem o DLS? Para se chegar a as repostas, o trabalho empírico, formado por três estudos de caso, sendo que cada estudo de caso está consubstanciado por dois casos (projetos de inovação social). Entretanto, o estudo de caso da ADRIMAG foi o mais exaustivo de todos. Porquanto o trabalho empírico veio a confirmar a robustez da investigação.

As contribuições teóricas destes estudos assentam na análise dos processos de geração de inovação social e desenvolvimento local sustentável, numa perspetiva de terceiro setor como base das organizações no campo da sociologia económica. O foco

do estudo recaiu sobre o ambiente inovador das organizações, nomeadamente no processo criativo das associações e das cooperativas compromissadas com o DLS. Esta intenção contribuiu para que o estudo da inovação social fosse além da dimensão de políticas sociais propriamente dito e enveredasse para a inovação social e o DLS. Diante disso, a investigação contrapõe a maioria dos estudos que têm vindo a incidir numa perspectiva social do terceiro setor, ignorando a questão económica no campo da sociologia. Se, por um lado estas contribuições são relevantes do ponto de vista da análise (tanto de políticas e de ambiente microeconómico); por outro lado, em menor escala, integram a percepção de que o ambiente inovador da OTS muda conforme o contexto institucional, histórico, político e cultural local. Nesta ágora, a sociologia económica e das organizações está a desbravar terreno associando a percepção sociológica às redes de sociabilidade e de relações económica refletidas em políticas de DLS e articuladas com OTS, nomeadamente associações e cooperativas. A questão das redes foi discutida por Mark Granovetter e mostra como contextos socioculturais moldam estratégias e soluções no campo económico.

Neste enquadramento, o presente trabalho assume-se como uma análise interdisciplinar, que contribui para o campo da sociologia económica e das organizações. A pesquisa de campo é um reflexo desse esforço. Foi construída para ter abrangência suficiente, no sentido de compreender as idiossincrasias das realidades das OTS no processo de geração da inovação social e compromisso com o DLS. Assim, o foco nos estudos de DLS, terceiro setor e inovação social aponta para que a sociologia económica e das organizações possa também contribuir com conceitos explicativos para as especificidades de OTS inovadoras. Trata-se de conceitos que delineiam as novas realidades de associações e cooperativas voltadas para políticas de DLS. Mais precisamente o campo do conhecimento às novas interpretações de inovação social, o estudo da prática e da ciência numa perspectiva de análise estratégica de desenvolvimento. Isto poderá vir a contribuir para reduzir o desfasamento entre as transformações na base económica e as OTS inovadoras. Esta compreensão pode ser fundamental para criar mecanismos que diminuem a complexidade no campo da ciência: o paradoxo que existe nas novas formas de apoiar e produzir serviços e produtos de inovação social e nas relações de sociabilidade que as acompanham.

Portanto, a presente investigação aspira dar um contributo para esta necessidade, elaborando estudos de caso em que se discute a valorização do produto local, dos microprodutores, da vocação natural, do saber natural. Descrever práticas organizacionais de inovação social na implementação de ações de sustentabilidade socioeconómica local que podem ganhar maior dimensão se assistidas por um sistema de inovação social em rede. Assim, a contribuição deste trabalho vai no sentido de incitar políticas que favoreçam a implementação de um sistema de inovação social em rede, permitindo um processo mais expansivo de inovação social e DLS. Um sistema de inovação social em rede irá favorecer à prática do experimento social, a participação das ciências sociais na investigação-ação (Amaro, 2011).

7.8.2. INVESTIGAÇÕES FUTURAS

Pode-se considerar que o conceito de desenvolvimento local sustentável, terceiro setor e inovação social é relativamente novo. Esta tríade faz parte das ciências sociais há pouco mais de trinta anos. Em Portugal a área de desenvolvimento local teve seu ponto de partida com estudos de Rogério Roque Amaro, considerado o principal precursor do assunto e José Manuel Henriques. Além disso, Amaro tem-se debruçado sobre o tema economia social e solidária conforme analisamos neste trabalho. Por sua vez José Manuel Henriques fez parte da equipa de consultores do Programa Comunitário EQUAL, e publicou estudos sobre inovação social e animação territorial.

O estudo na área do terceiro setor teve seu maior projeto em 2006, trabalho coordenado por Raquel Franco, este estudo está citado no Capítulo 3 desta investigação. Todavia, as associações e as cooperativas, segundo o objeto de análise nesta pesquisa, inserem-se em economia social, conforme a definição do conceito descrito pela Comunidade Europeia e aceito na academia e pelo Conselho Nacional de Economia Social. A área de economia social e cooperativismo tem como expoente maior os estudos de Rui Namorado. Sobre o associativismo, microempresários e economia social tem-se como referência os estudos de Pedro Hespanha. No campo do terceiro setor há estudos avançados principalmente por Sílvia Ferreira que também atua com investigações teóricas e experimentos práticos na área da inovação social.

A área de estudo em economia social não é um fenómeno novo, mas há muito o que ser explorado no campo das ciências sociais, nomeadamente em sociologia económica e das organizações, especialmente com as associações e as cooperativas. Sobre as associações e as cooperativas e o seu papel no desenvolvimento local há pouca produção nacional, especialmente se for na perspetiva da inovação social.

Entretanto a área de inovação social é a mais recente. A inovação social entrou em Portugal pelo Programa Comunitário EQUAL, há pouco mais dez anos. A área de inovação social carece de estudos mais profundos, especialmente no campo da inovação social e do desenvolvimento do território em que se tem como referência os estudos de Isabel André e Alexandre Abreu.

De referir que a inovação social tornou-se um tema de grande interesse, tanto no campo da ciência quanto no campo da prática de políticas públicas. A Comunidade Europeia tem-se voltado com viva verve sobre o assunto apresentando programas e políticas de desenvolvimento local.

Em Portugal há pouca investigação na área da inovação social e desenvolvimento local sustentável. Não há ainda uma discussão científica sobre um sistema de inovação social em rede que favoreça o DLS. Além disso, não se tem conhecimento de estudos na área da inovação social e desenvolvimento do território na vertente da sociologia económica e das organizações, principalmente se voltarmos a investigação para as associações e as cooperativas.

Neste campo de estudo – inovação social e desenvolvimento territorial – entendemos que há possibilidade de se abrir uma linha de investigação a nível nacional e outra para se elaborar um estudo comparativo internacional. Acreditamos que ambos os estudos são pertinentes e de grande valia para o campo da sociologia económica e das organizações. Contudo, o estudo comparativo pode ser mais enriquecedor, tendo por objetivo incrementar a pesquisa em inovação social e desenvolvimento territorial em Portugal.

Assim, prospeta-se a continuidade de outros trabalhos subsequentes para análise da inovação social e desenvolvimento territorial, tendo por objeto de análise associações

e cooperativas. Neste *continuum*, anseia-se que esteja aberto o caminho para novas investigações no campo da sociologia económica e das organizações. Almeja-se que este trabalho seja o embrião de um projeto que envolva um sistema de inovação social em rede com o propósito de inovação social e desenvolvimento territorial. A concretização deste esforço contribuirá para dar maior visibilidade à inovação social e legitimar o papel das associações e cooperativas no DLS. O desafio é ambicioso, mas há razões para se estar otimista desde que se acredite que uma outra economia e um desenvolvimento alternativo são possíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acsehrad, H.; Mello, C. C. do A. & Bezerra, G. das N. (2006). Cidade, ambiente e política: problematizando a Agenda 21 Local. Rio de Janeiro: Garamond.
- ADRIMAG – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira (2013a). Plano de Atividade & Orçamento Ano 2013. Arouca: ADRIMAG.
- ADRIMAG – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira (2013b). Regulamento de Funcionamento da Formação. Arouca: ADRIMAG.
- ADRIMAG – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira (2012a). Plano de Atividade & Orçamento Ano 2012. Arouca: ADRIMAG.
- ADRIMAG – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira (2012b). Relatório de Atividade & Contas 2012. Arouca: ADRIMAG.
- ADRIMAG – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira (2011). Relatório de Atividade & Contas 2011. Arouca: ADRIMAG.
- ADRIMAG – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira (1991). Estatuto de Constituição da Associação. (Em linha) Disponível em [«http://www.adrimag.com.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=58&Itemid=66»](http://www.adrimag.com.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=58&Itemid=66) (Consult. em 29 de abril de 2012).
- Allard-Poesi, F. & Maréchal, C. (2003). Construction de l'objet de la recherche in Thiéart, A. R., (Org.): *Méthodes de Recherche en Management*. 3^a Ed. Paris: Dunod, pp. 34-56.

- Albaigès, J., Gutiérrez, A. C. M., Ojeda, A. R. A., Meléndez, A. P., Nuez, J. M., Vignal A. B. & Salguero, M. A. G. (2009). *La innovación social, motor de desarrollo de Europa*. Sevilla: Socialinnova.
- Albaigès, J. (2009). *La innovación social en el tercer sector* in Albaigès, J.; Gutiérrez, A. C. M.; Ojeda, A. R. A.; Meléndez, A. P.; Nuez, J. M., Vignal A. B. & Salguero, M. A. G. (2009). *La innovación social, motor de desarrollo de Europa*. Sevilla: Socialinnova, pp. 51-56.
- Albino, J. C. (2004). *Contributo para a história do desenvolvimento local em Portugal: As estórias da ANIMAR na comemoração do 10º aniversário*. Vialonga: Animar.
- Alcoforado, F. (2006). *Globalização e desenvolvimento*. São Paulo: Nobel
- Almeida, B. J. M. de (2005). *O sector cooperativo em Portugal: aspectos económicos*. *Revisores & Empresa*, n.º 28, Jan/Mar, pp. 55-63.
- Almeida, V. (2005), *A lógica sócio-económica do terceiro sector*. *Interacções* nº 8, pp. 55-82.
- Almeida, V. (2010). *Governança, instituições e terceiro sector: as instituições particulares de solidariedade social*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Alvesson, M. & Deetz, S. (2000). *Doing critical management research*. Londres: Sage Publications.
- Amaral Filho, J. do (2001). *A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local*. *Planejamento e Políticas Públicas*, nº 23, IPEA, pp. 261-286.
- Amaro, R. R. (1990a). *Lógicas de espacialização do crescimento industrial*, in Rodrigues, M. J. e Salavisa, I. (Org.), *Dinâmicas produtivas, dinâmicas regionais e promoção do emprego*. Lisboa: Relatório de pesquisa financiado pela JNICT.

- Amaro, R. R. (1990b). O puzzle territorial dos anos 90: uma territorialidade flexível (e uma nova base para as relações entre nações e regiões). *Vértice*, n.º 33, (II Série), Dezembro, pp. 39-48.
- Amaro, R. R. (1990c). Europa das nações, Europa das regiões? *Economia e Sociedade*, n.º 3, Novembro, pp. 48-64.
- Amaro, R. R. (1991a). Lógicas de espacialização da economia portuguesa. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º. 10, Setembro, pp. 161-182. (Internet) Disponível em «<http://sociologiapp.iscte.pt/index.jsp>» (Consult. 23 Abril 2010).
- Amaro, R. R. (1991b). Caminhos de Desenvolvimento para a Beira Interior: 10 interrogações. *Poder Local*, n.º 102, pp. 62-80.
- Amaro, R. R. (1993). As novas oportunidades de desenvolvimento local. *A Rede para o Desenvolvimento Local*, n.º.8, pp. 15-22.
- Amaro, R. R. (1998). Desenvolvimento local em Portugal: as lições do passado e as exigências do futuro. *A Rede para o desenvolvimento local*, Edição Especial, Novembro, pp. 60-64.
- Amaro, R. R. (2001). Desenvolvimento: um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Revista Cadernos de Estudos Africanos*, (4) Janeiro/Julho, pp. 35-70.
- Amaro, R. R. (2004). *Novos Conceitos e Práticas de Economia Social e Solidária*. Lisboa: EQUAL/A3/AD/216.
- Amaro, R. R. (Coord.) (2005a). *Mercado social de emprego: análise de alguns pontos Críticos*. Lisboa: MSE / PROACT.
- Amaro, R. R. (2005b). Toda a economia deveria ser solidária. *Pessoas e Lugares*, n.º 3, pp. 4-5.

- Amaro, R. R. (2009a). A economia solidária da Macaronésia – um novo conceito. *Revista de Economia Solidária*, 1, pp. 11-28.
- Amaro, R. R. (2009b). Desenvolvimento local, in Cattani, A. D.; Laville, J. L.; Gaiger, L. I. & Hespanha, P. (Coord.): *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, pp. 108-113.
- Amaro, R. R. (2011). Síntese reflexiva – Economia Solidária: Uma semente de futuro. Colóquio Internacional Economia Solidária: Uma semente de futuro. FEUC, Coimbra, 3 e 4 de Novembro.
- Amaro, R. R. (Coord.); Henriques, M. C. & Vaz, M. T., (1992). *Iniciativas de Desenvolvimento Local: Caracterização de alguns exemplos*. Lisboa: ISCTE.
- Amaro, R. R. & Madelino, F. (2004). *Economia solidária: contributos para um conceito: aportaciones para un concepto*. Madeira: INTERREG III B.
- Amin, A., Cameron, A. & Hudson, R. (2002). *Placing the Social Economy*. London: Routledge.
- Andrade, A. M. & Franco, R. C. (2007). *Economia do conhecimento e organizações sem fins lucrativos*. Porto: SPI, Sociedade Portuguesa de Inovação.
- André, I. & Abreu, A. (2006). Dimensões e espaços da inovação social. *Revista FINISTERRA*, XLI (81), pp. 121-141.
- Arendt, H. (2007). *A Condição Humana*. Tradução de Roberto Raposo (*The Human Condition*, 1958). Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária.
- Arnauld de Sartre, X. & Berdoulay, V. (2005). Le développement local dans la perspective du sujet géographique. *Hégoa, Pau*, v. 25, pp. 5-14. (Em linha) disponível em «<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1278342>» (Consult. 30 de março 2010).
- Anheier, H. K. & Seibels, W. (Eds.). (1990). *The Third Sector: comparative studies of nonprofit organizations*. Berlin: Walter de Gruyter.

- Anheier, H. K. & Salamon, L. M. (1998). *The nonprofit sector in the developing world: a comparative analysis*. New York: Manchester University Press.
- Anheier, H. K. & Kendall, J. (Ed.). (2001). *Third Sector Policy at the Crossroads: an international nonprofit analysis*. London: Routledge.
- APOMA – Associação de Produtores de Ovos Moles de Aveiro (2004). *Caderno de Especificações e Obrigações de Ovos Moles de Aveiro*. (Em linha). Disponível em «www.apoma.pt» (Consult. em 29 de abril de 2012).
- APOMA – Associação de Produtores de Ovos Moles de Aveiro (2012). *Caderno de Especificações Ovos Moles de Aveiro – alterado em fevereiro de 2012*.
- Arocena, J. (1988a). *Discutiendo lo local: las coordenadas del debate*. *Cuadernos del CLAEH*, nº 45/46, pp. 7-16
- Arocena, J. (1988b). *Los Paradigmas del Desarrollo y lo Local*. *Cuadernos del CLAEH*, (41), año 13, pp. 5-21.
- Arocena, J. (1994). *Una Aproximación a la noción de desarrollo local*. *Cuadernos del CLAEH*, (14), año 19, pp. 3-9.
- Arocena, J. (1995). *El desarrollo local: un desafío contemporáneo*. CLAEH: Editorial Nueva Sociedad.
- Arocena, J. (1996). *Discutiendo la dimensión local: las coordenadas del debate: procesos socioculturales y participación*. *Sociedad Civil y Instituciones Democráticas*. Madrid: Popular.
- Arocena, J. (1997). *Lo global y lo local en la transición contemporánea*. *Cuadernos del CLAEH*, nº 78/79, año 22, (1-2), pp.77-92.
- Arocena, J. (2001). *Centralización y descentralización: la búsqueda de alternativas*. *Actas do VI Congreso internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*, 5-9 de Noviembre, Buenos Aires. (Em linha).

Disponível em
«<http://cdi.mecon.gov.ar/biblio/docelec/clad/cong6/8nov/98/arocena.pdf>»
(Consult. 09 de agosto 2010).

Arocena, J. (2002). *El desarrollo local: un desafío contemporáneo*. Montevideo: Taurus.

Arocena, J. (2006). La tensión actor-sistema en los procesos contemporáneos de desarrollo in Carrizo, L. & Gallicchio, E. (Eds.). *Desarrollo Local y gobernanza. Enfoques transdisciplinarios*. Montevideo: CLAEH, pp. 101-109.

Atkinson, G., Destz, S. & Neumayer, E. (Eds.) (2007). *Handbook of Sustainable Development*. Cheltenham: Edward Elgar.

Aydalot, P. (1979). Dynamique spatiale et développement inégal. *Revue Économique*. Volume 30, (3), pp. 556-558.

Aydalot, P. (Ed.), (1984). *Crise et espace*. Paris : Economica.

Aydalot, P. (Ed.), (1986). *Milieux innovateurs en Europe*. Paris : GREMI.

Aydalot, P. & Keeble, D. (eds.), (1988). *High Technology Industry and Innovative Environments: The European Experience*. London: Routledge.

Azevedo, A. B. A. (2007). *Autogestão e competitividade. Estudos de caso em cooperativas industriais brasileiras e bascas/espanholas*. Tese de doutoramento. Universidade Estadual de Campinas.

Bagnasco, A. (1977). *Tre Italie. La problematica territoriale dello sviluppo italiano*. Bologna: Il Mulino.

Bagnasco, A. (1988). *La Construzione Sociale del Mercato*. Bolonha: Il Mulino.

Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

- Barea, J. (1990). Concepto y agentes de la Economía Social, in *CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, nº 8 (oct.), 1990, pp. 109-117.
- Barea, J. (2008). El concepto científico de economía social desde la perspectiva actual, in *Temas para el Debate*, nº 167 (oct.), 2008, pp. 23-26.
- Barea, J. & Monzón, J. L. (2006). Manual para la elaboración de las cuentas satélite de las empresas de la economía social: cooperativas y mutuas. Liège: CIRIE-aisbl.
- Barreto, A. (2002). Mudança social em Portugal. Working Papers, WP 6-02, outubro. Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa. (Em linha). Disponível em
«<http://www.fcsh.unl.pt/docentes/luisrodrigues/textos/Mudan%C3%A7a%20Social%20em%20Portugal%20Ant%C3%B3nio%20Barreto.pdf>» (Consult. 5 de julho de 2011).
- Barros, C. & Santos, J. (1999). Cooperativismo, emprego e economia social. Lisboa: Vulgata.
- Bauer, M. W. & Gaskell, G. (Org.), (2004) Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. 3ª. Ed. Petrópolis: Vozes.
- Becattini, G. (1987). Mercato e forze locali: il distretto industriale. Bologna: Il Mulino.
- Becattini, G. (1989a). Les districts industriels en Italie, in Maruani, M. (Dir). *La Flexibilité en Italie*. Paris: Syros-Alternatives, pp. 261-268.
- Becattini, G. (1989b). Riflessioni sul Distretto Industriale Marshalliano come Concetto Socioeconomico. *Stato e Mercato*, nº 25, pp. 112-128.
- Becattini, G. (1990). The Marshallian Industrial District as a Socio-economic Notion in Pyke, F., Becattini, G., Sengenberger, W., (eds.). *Industrial Districts and Inter-firm Co-operation*. Geneva: International Institute for Labour Studies, pp. 37-51.

- Becattini, G. (1991). Italian Industrial Districts: Problems and Perspectives. *International Studies of Management & Organisation*, vol. 21, nº 1, pp. 83-90.
- Becattini, G. (1994). O Distrito Marshalliano, in Benko, G. & Lipietz, A., (Org.). *As regiões ganhadoras – distritos e redes: os novos paradigmas da geografia económica*. Oeiras: Celta, pp. 19-31.
- Becattini, G. (1997). Totalità e cambiamento: il paradigma dei distretti industriali. *Sviluppo Locale*, Vol. 4, nº6, pp. 75-94.
- Becattini, G. (2001). Dal distretto industriale marshalliano alla "distrettualistica" italiana. Una breve ricostruzione critica, relazione al convegno "Complessità e distretti industriali: dinamiche, modelli, casi reali". Milano: Fondazione Montedison.
- Becattini, G. (2002). Industrial Sectors and Industrial Districts: Tools for Industrial Analysis. *European Planning Studies*, vol. 10, nº. 4, pp. 483-493.
- Becattini, G. (2003). From industrial districts to local development – An itinerary of research. Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- Becattini, G. (2004). Industrial districts – A new approach to industrial change. Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- Becattini, G., Bellandi, M. & Propris, L. (Eds.), (2009). A handbook of industrial districts. Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- Becker, H. S. (2009). How to Find Out How to Do Qualitative Research. (Em linha). Disponível em «<http://home.earthlink.net/~hsbecker/articles/NSF.html>» (Consult. 12 de março de 2010).
- Bélangier, P. R., Lapoint, P.-A. & Lévesque, B. (2004). Les innovations organisationnelles et les blocages dans les entreprises, in Murray, G., Bélangier, J., Giles, A. & Lapointe, P.-A. (eds.). *L'organisation de la production et du*

travail: vers un nouveau modèle? Québec: Les Presses de l'Université Laval, pp. 155-190.

- Belhouari, A. Martínez, I. B., Lapointe, M. J., & Tremblay, B. (2005). La responsabilidad social de las empresas: ¿Un nuevo valor para las cooperativas? CIRIEC – España, *Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, noviembre, nº 053, pp. 191-208.
- Bellemare, G. & Klein, J.-L. (2011a). La question territoriale des pratiques sociales, des pratiques scientifiques et des savoirs in Bellemare, G. & Klein, J.-L. (Sous la direction). *Innovation sociale et territoire. Convergences théoriques et pratiques*. Collection Innovation Sociale. Québec : Presses de l'Université du Québec. Introduction, pp. 1-16.
- Bellemare, G. & Klein, J.-L. (Sous la direction). (2011b). *Innovation sociale et territoire. Convergences théoriques et pratiques*. Collection Innovation Sociale. Québec : Presses de l'Université du Québec.
- Benko, G. (2001). A recomposição dos espaços. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v. 1, nº 2, Março, pp. 7-12.
- Benko, G. (2004). Distritos industriais e governança das economias locais: o caso da França. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v.6, nº 9, Setembro, pp. 9-24.
- Benko, G., Dunford, M. & Lipietz, A. (1996). Les districts industriels revisités, in Pecqueur, B., (Ed.). *Dynamiques territoriales et mutations économiques*. Paris: L'Harmattan, pp. 119-134.
- Benko, G. & Lipietz, A. (Org.). (1994). *As Regiões Ganadoras - Distritos e Redes: Os novos paradigmas da geografia económica*. Trad. António Gonçalves. Oeiras: Celta.
- Benko, G. & Lipietz, A. (1995). De la regulación de los espacios a los espacios de regulación. *Diseño y Sociedad*, nº 5, primavera, pp. 4-11.

- Benko, G. & Pecqueur, B. (2001). Os recursos de territórios e os territórios de recursos. *Geosul*, v. 16, nº 32, pp. 1-50.
- Berdoulay, V. (2003). Desarrollo sostenible y organización del debate público: reflexiones sobre experiencias norteamericanas de evaluación ambiental. *Nuevos territorios para nuevas sociedades*. Zaragoza, CIOT, v. 4, pp. 59-64. (Em linha). Disponível em «<http://issuu.com/fundicot/docs/a1prin04-berdulay>» (Consult. 30 de Março de 2010).
- Berga, A. M. (2005). Sistemas rurales y desarrollo sostenible. (Em linha). Disponível em «<http://cederul.unizar.es/revista/num01/pag01.htm>» (consult. 30 de março de 2010).
- Berkes, F., (1996). Social systems ecological systems and property rights. in Hanna, S., Folke, C. & Mäler, K-G., (Ed.). *Right to nature: ecological, economics, cultural and political principles of institutions*. Washington, DC: Island Press, pp. 87-107.
- Berumen, S. A. (2006). Competitividad y desarrollo local. Madrid: ESIC Editorial.
- Bessant, J. & Tidd, J. (2007). Innovation and entrepreneurship. West Sussex: John Wiley and Sons.
- Bignetti, L. P. (2011). As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. *Ciências Sociais Unisinos*, 47(1), janeiro/abril, pp. 3-14.
- Bittencourt, B.L. (2011). Organizações e trabalho no contexto da mundialização: o caso português in Maneschy, M. C.; Gomes, A. C. & Gonçalves, I. L. (Org.). Belém: Paka-Tatu.
- Boisier, S. (2004). Desarrollo territorial y descentralización. El desarrollo en lugar y en las manos de la gente. *Eure*, septiembre, año/vol. 30, nº 090, pp. 27-40.

- Boisier, S. (2006). La imperiosa necesidad de ser diferente en la globalización: el mercadeo territorial. La experiencia de las regiones chilenas. *Territorios* nº15, sección especial, pp. 71-85
- Boisier, S. & Canzanelli, G. (2008). Globalization and Local Development. *Universitas Forum*, vol. 1, nº 1, December, pp. 1-13
- Boisvert, M. A.; Negrón, P. A. P. (2004). L'urbain, un enjeu environnemental. Québec:PUQ.
- Böök, S. A. (1993). Valores Cooperativos num Mundo de Mudança. Lisboa: INSCOOP.
- Borzaga, C., & Defourny, J. (Eds.) (2001). The Emergence of Social Enterprise. London: Routledge.
- Borzaga, C., & Fici, A. (Eds.). (2004). La riforma delle società cooperative – cincoli e opportunità nel nuovo diritto societario. Trento: Edizioni31.
- Borzaga, C., & Spear, R. (Eds.). (2004). Trends and challenges for co-operatives and social enterprises in developed and transition countries. Trento: Fondazione Cariplo.
- Borzaga, C., Depedri, S., & Bodini, R. (2010). Cooperatives: The Italian Experience. (Em linha). Disponível em «http://www.euricse.eu/sites/euricse.eu/files/db_uploads/documents/1277123347_n472.pdf» (Consult. 30 de março 2011).
- Borzaga, C. & Santuari, A. (2003). Nouvelles tendances du secteur à but non lucratif en Europe: l'émergence de l'entreprise sociale in OCDE, Le secteur à but non lucratif dans une économie en mutation. Paris: OCDE, pp. 35-66.
- Bouchard, M. (Ed.) (2013). Innovation and the Social Economy. The Québec Experience. Toronto: University of Toronto Press.
- Bourg, D. (1996) Les scénarios le l'écologie. Paris : Hachette.

- Bravo, A. S. (2007). Estrategia europea para el medio ambiente urbano in Bravo, A. S., (Ed.). (2007). *Ciudades, medioambiente y sostenibilidad*, pp- 21-34. Sevilla: ArCiBel Editores.
- Brodhag, C., (2006). Le Changement climatique, développement, développement durable. (Em linha). Disponível em «http://www.brodhag.org/article.php3?id_article=83». (Consult. 13 de maio 2007).
- Brodhag, C. (2007). Sciences sociales et développement durable. *Les Annales des Mines Responsabilité & Environnement*, nº 48, Octobre, pp. 10-16.
- Brundtland, G. H. (Org.). (1987). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- Brusco, S. (1990) The idea of the industrial district: its genesis in Pyke, F. , Becattini, G. & Sengenberger, W., (Eds.): *Industrial districts and inter-firm cooperation in Italy*. Genebra: IITS, pp. 10-19
- Bürgenmeier, B. (2005). *Économie du développement durable*. Bruxelas : De Boeck.
- CALCOB – Cooperativa Agrícola dos Lavradores do Conselho de Oliveira do Bairro, CRL. (2013). *Plano de Atividades e Orçamento 2013*.
- CALCOB – Cooperativa Agrícola dos Lavradores do Conselho de Oliveira do Bairro, CRL. (2009). *Boletim Informativo*, número 14, edição 1, abril.
- CALCOB – Cooperativa Agrícola dos Lavradores do Conselho de Oliveira do Bairro, CRL. (2009). *Boletim Informativo*, número 13, edição 1, março.
- Camagni, R., Quévit, M. & GREMI (Eds.) (1992). *Politiques d'innovation technologique au niveau local*. Londres: Belhaven Press.
- Capra, F. (1996). *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. Tradução Newton Roberval Eicheemberg. São Paulo: Editora Cultrix.

- Capra, F. (2002). *As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável*. São Paulo: Editora Cultrix.
- Capra, F. (2004). Humanização, desenvolvimento e o modelo econômico mundial. A energia e a transgenia como elementos para a humanização do desenvolvimento, in Seminário humanização do desenvolvimento mundial. Conselho regional de engenharia, arquitetura e agronomia. Curitiba, 21 de outubro 2004. (Em linha). Disponível em [«http://api.ning.com/files/fb34IEG38yo28lmfMNP6QEkiwmRuuYbGMYpMg3iaZganQjtpC1pyebudB7ToAypTSWjk1YRMuKryx*HAC6*x**ovbq3MwvfB/FritjofCapraHumanizao.pdf»](http://api.ning.com/files/fb34IEG38yo28lmfMNP6QEkiwmRuuYbGMYpMg3iaZganQjtpC1pyebudB7ToAypTSWjk1YRMuKryx*HAC6*x**ovbq3MwvfB/FritjofCapraHumanizao.pdf) (Consult. 13 de maio 2007).
- Capra, F. (2009). A renascença verde. *Revista Ideia Socioambiental*, ed. Nº. 6, ano 4, Junho/Julho/Agosto, 2009, entrevista de Lopes, J., pp. 31-37.
- Cardoso, F. H. (1995). Desenvolvimento: o mais político dos temas económicos. *Revista de Economia Política*, vol. 15, n. 4 (60), out.-dez., pp. 148-155.
- Carson, R. (1969). *Primavera Silenciosa*. Tradução de Polillo, R., 2ª Edição. São Paulo: Edições Melhoramentos.
- CA, Carta de Aalborg (1994). Carta da Sustentabilidade das Cidades Europeias (documento final aprovado pelos participantes na Primeira Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, realizada em Aalborg, Dinamarca, a 27 de maio de 1994). (Em linha). Disponível em «www.iclei-europe.org» (Consult. 27 de março 2009).
- CA, Carta de Aalborg (1996). Plano de Acção de Lisboa “Da Carta à Acção” (documento final aprovado pelos participantes na Segunda Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, realizada em Lisboa, Portugal, entre 6 e 8 de outubro de 1996). (Em linha). Disponível em «www.iclei-europe.org» (Consult. 27 de março 2009).

CA, Carta de Aalborg (2000). Declaração de Hannover (documento final aprovado pelos participantes na Terceira Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, Hannover. (Em linha). Disponível em «http://euronet.uwe.ac.uk/www.sustainable-cities.org/hancall_portuguese.htm» (Consult. 27 de março 2009).

CA, Carta de Aalborg (2004). Carta Aalborg+10 Inspirando o Futuro (documento final aprovado pelos participantes na Quarta Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis. Aalborg. (Em linha). Disponível em «<http://www.aalborgplus10.dk/>» (Consult. 27 de março 2009).

CA, Carta de Aalborg (2007). (documento final aprovado pelos participantes na Quinta Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, Sevilha, (Em linha). Disponível em «www.sevilla2007.org» (Consult. 27 de março 2009).

CA, Carta de Aalborg. (2010). 6th European Sustainable Cities and Towns conference! (Em linha). Disponível em «<http://www.dunkerque2010.org/>» (Consult. 7 de agosto 2010).

Carvalho Ferreira, J. M. (1994). Desenvolvimento local e construção de identidades sociais. Actas Encontro de Vila do Conde, Dinâmicas culturais, cidadania e desenvolvimento local. 1-3 Abril 1993. Lisboa: APS, pp. 495-516.

Carvalho Ferreira, J. M. (1997). Portugal no Contexto da “Transição para o Socialismo” (História de um Equívoco). Blumenau: FURB

Carvalho Ferreira, J. M. (1998). L’action collective, révolution sociale et l’imaginaire Anarchiste. *Collectif Les incendiaires de l’imaginaire*, Actes du Colloque International de Grenoble, 19-21 Mars. (Em linha). (Disponível em «<http://raforum.info/spip.php?article1443>» (Consult. 6 de janeiro, 2008).

Carvalho Ferreira, J. M. (2002a). O papel do cooperativismo no desenvolvimento da Economia Social em Portugal. *Revista Verve*, (2) Outubro 2002, pp. 88-122.

- Carvalho Ferreira, J. M. (2002b). Equívocos dos movimentos sociais anti-globalização, *Revista Verve*, (1), Maio 2002, pp. 75-89.
- Carvalho Ferreira, J. M. (2004). Economia libertária e suas perspectivas. *Revista Verve*, (5) Outubro 2004, pp. 111-141.
- Carvalho Ferreira, J. M. (2005). Terceiro setor e limiares da autogestão. *Revista Verve*, (8) Outubro 2005, pp. 84-120.
- Carvalho Ferreira, J. M. (2006). Potencialidades de Desenvolvimento do Terceiro Sector nas Sociedades Contemporâneas, in Piccinini, V. C.; Holzmann, L.; Kovács, I. & Guimarães, V. N. (Orgs.), *O Mosaico do trabalho na sociedade contemporânea - persistências e inovações*. Porto Alegre: UFRGS Editora, pp. 325-359.
- Carvalho Ferreira, J. M. (2007a). As estruturas sociais da economia na perspectiva de Pierre Bourdieu (Recensão Crítica). *Portuguese Journal of Management Studies*, Volume XII, (1) 2007, pp. 65-66.
- Carvalho Ferreira, J. M. (2007b). Globalização, Novas Tecnologias e Comunicação nas Organizações, in Keinert, T. M. M. (org.), *Organizações sustentáveis: utopias e inovações*. São Paulo: Annablume Editora, pp. 65-85.
- Carvalho Ferreira, J. M. (2007c). Ecologia Social e Desenvolvimento, in Preve, A. M. & Corrêa, G. (Org.), *Ambientes da Ecologia: perspectivas em política e educação*. Santa Maria: Editora UFSC, pp. 31-68.
- Carvalho Ferreira, J. M. (2007d). Atualidade da Construção do Objeto Científico da Sociologia Económica. *RAE-eletrônica*, v. 6, nº.1, Art. 8. Jan/Jul. 2007. (Em linha). Disponível em
«http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S1676-56482007000100009.pdf» (Consult. 6 de janeiro 2008).

Carvalho Ferreira, J. M. (2008). O desenvolvimento sustentável no contexto da globalização e das novas tecnologias. *Revista Marés*, 51, (4ª série), Janeiro 2008, pp. 15.

Carvalho Ferreira, J.M. (2009). Associativismo, Terceiro Sector e Desenvolvimento Local Sustentável. V Colóquio Ibérico de Cooperativismo e Economia Social – A Economia Social e o Desenvolvimento Sustentável, 10 e 11 de Julho de 2009, Santarém: Ed. INSCOOP. (Em linha) Disponível em «http://www.inscoop.pt/Inscoop/comunicacao/5Coloquio/Comunicacoes/Economia_Social-Solidariedade_e_Cooperacao/Associativismo,_Terceiro_Sector_e_Developim ento_Local_Sustentavel_-_Jose_Ferreira.pdf» (Consult. 12 de outubro 2009).

Carvalho Ferreira, J. M. (2010). Associativismo, Terceiro Setor e Desenvolvimento Local Sustentável, in Gomes, A. C; Maneschy, M. C.; Magalhães, S. B. & Ferreira, J. M. C. (Orgs.), (2011), *Organização Social do Trabalho e Associativismo no Contexto da Mundialização*. Belém: NUMA/UFPA, pp. 67-98.

Carvalho Ferreira, J. M. (2011). O Terceiro Setor em Face da Crise das Sociedade Contemporâneas, in Maneschy, M. C.; Gomes, A. C. & Gonçalves, I. L., (Orgs.). *Nos Dois Lados do Atlântico: Trabalhadores, Organizações e Sociabilidades*. Belém: Paka-Tatu, p. 55-79.

Carvalho Ferreira, J. M. C. (2012). Contingências das TIC no Terceiro Sector. International Colloquium Sustain.Ability goes Sustain.Active: Dynamics Between Environmental, Social and Economical Action, Lisboa, 3-4 April 2012.

Carvalho Ferreira, J. M. & GUERRA, I. (1994). Identidades sociais e estratégias locais. Actas do Encontro de Vila do Conde, Dinâmicas culturais, cidadania e desenvolvimento local, 1-3 Abril 1993. Lisboa: APS, pp. 299-319.

Carvalho Ferreira, J. M., Peixoto, J., Carvalho, A. S., Raposo, R., Graça, J. C. & Marques, R., (1996). *Sociologia*. Lisboa: McGraw-Hill.

- Carvalho Ferreira, J. M., Pitangueira, M. & Gomes, J. (2007). Como pode a gestão dos recursos humanos dinamizar a inovação nas organizações. *Revista Recursos Humanos*, ano 8 (51), Julho/Agosto 2007, pp. 50-53.
- CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (2012). Newsletter AIC – 2012. Divulgação Ano Internacional do Cooperativismo. (Em linha). Disponível em «http://www.cases.pt/0_content/actividades/aic-2012/Divulgacao_AIC_2012.pdf» (Consult. 07 de janeiro 2013).
- Cassiolato, J. E., Lastres, H. M. M. & Stallivieri, F. (Orgs.) (2008). Arranjos produtivos locais: uma alternativa para o desenvolvimento. Experiências de políticas, v. 2. Rio de Janeiro: e-papers
- Castells, M. (2002). A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. A Sociedade em Rede. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, M. & Borja, J. (2001). Local y Global. La gestión de las ciudades en la era de la información. Madrid: Taurus.
- Castells, M., & Vilaseca, J. (dir.) (2007). Entorno innovador, iniciativa emprendedora y desarrollo local. Barcelona: Octaedro.
- Castilha, E. J., Hwang, H., Granovetter, E. & Granovetter, M. (2000). Social Networks in Silicon Valley. *Stanford University Press*, 11, pp 218-247.
- Castoriadis, C. (1993). Political and Social Writings. Translated and Edited by David Ames Curtis, vol. 3, 1961-1979: Recommencing the Revolution: From Socialism to the Autonomous Society. Minnesota: University of Minnesota Press.
- Cattani, A. D., Laville, J-L., Gaiger, L. I. & Hespanha, P. (2009). Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: Almedina.

Cavalcante, L. R. M. T. (2008). Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, vol. 2, nº 1, pp. 9-32.

CCE – Comissão das Comunidades Europeias (2001a). Desenvolvimento sustentável na Europa para um mundo melhor: Estratégia da União Europeia em favor do desenvolvimento sustentável. COM(2001)264 final. (Em linha). Disponível em «<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2001:0264:FIN:PT:PDF>» (Consult. 13 de maio 2007).

CCE – Comissão das Comunidades Europeias (2001c). Las cooperativas en la Europa de las empresas. Documento de Consulta. (Em linha). Disponível em «<http://www.neticoop.org.uy/IMG/pdf/dc0383.pdf>» (Consult. 23 abril 2010).

CCE – Comissão das Comunidades Europeias (2002). Responsabilidade Social das Empresas: um contributo das empresas para o desenvolvimento sustentável. COM(2002) 347 final. (Em linha). Disponível em «http://www.voluntariado.pt/preview_documentos.asp?r=154&m=PDF» (Consult. 15 de novembro de 2009).

CCE – Comunidade Europeia (2006a). Regulamento (CE) N.º 509/2006 do Conselho de 20 de Março, relativo às especialidades tradicionais garantidas dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios. *Jornal Oficial da União Europeia*, 31.3.2006, I. 93/1. (Em linha). Disponível em «<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2006:093:0001:0011:PT:PDF>» (Consult. 20 de fevereiro de 2011).

CCE – Comunidade Europeia (2006b). Regulamento (CE) nº 510/2006 do Conselho de 20 de março, relativo à protecção das indicações geográficas e denominações de origem dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios. 31.3.2006, I 93/12. *Jornal Oficial da União Europeia*. (Em linha). Disponível em «<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2006:093:0012:0025:PT:PDF>» (Consult. 20 de fevereiro de 2011).

- CCE – Comissão das Comunidades Europeias (2010). Comunicação da Comissão Europa 2020 – Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. COM. (2010)2020 final. (Em linha). Disponível em «<https://infoeuropa.euroid.pt/registo/000043517>» (Consult. 13 fevereiro 2011).
- CE – Conselho Europeu, Conselho da União Europeia (2006). Estratégia da UE para o Desenvolvimento Sustentável, na versão adoptada pelo Conselho Europeu de 15/16 de Junho de 2006. CE 10917/06. (Em linha). Disponível em «http://ec.europa.eu/sustainable/docs/renewed_eu_sds_pt.pdf» (Consult. 23 abril 2008).
- CEIDET/UA – Centro de Estudos em Inovação e Dinâmicas Empresariais e Territoriais, da Universidade de Aveiro (2006). Quadro de Referência Estratégico para a região de Aveiro 2007-2013. Aveiro: CEIDET/UA.
- CEG – Conselho Europeu de Göteborg (2001). Conclusões da Presidência, Göteborg, 15 e 16 de Junho de 2001. SN200/1/01 REV 1.
- CESE – Comité Económico e Social Europeu (1999). Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre “O papel e o contributo da sociedade civil organizada na construção europeia”. SUBCOMITÉ “Sociedade civil organizada”. Bruxelas, 29 de Setembro. CES 851/99 DE-AC/pr.
- CESE – Comité Económico e Social Europeu (2005). Sobre «Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões relativa à promoção das cooperativas na Europa». (2005/C 234/01). (Em linha) Disponível em «<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2005:234:0001:0007:PT:PDF>» (Consult. Em 16 de maio 2010).
- CESE – Comité Económico e Social Europeu (2011). Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre o Empreendedorismo Social e Empresas Sociais (parecer exploratório). INT/589 Empreendedorismo social e empresas sociais. Bruxelas,

- 26 de Outubro. (Internet). Disponível em «<http://www.eesc.europa.eu>» (Consult. 12 outubro 2011).
- Chamberlain, N. W. (2007). *Social Strategy and Corporate Structure*. New York: Simon & Schuster.
- Chanial, P. & Laville, J.-L. (2001). Société civile et associationnisme: une analyse sociohistorique du modèle français d'économie sociale et solidaire in *Politique et Sociétés*, v.20, (2-3), pp. 9-36.
- Chanial, P. & Laville, J.-L. (2009). Associação, in Cattani, A. D., Laville, J. L., Gaiger, L. I. & Hespanha, P. (Coord.): *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, pp. 21-25.
- Chaves, L. (Coord.) (2012). *Minha Terra, 3 projetos leader, 2011 – 2012*. Lisboa: Europress.
- Chaves, R., Demoustier, D., Monzón, J. L., Pezzini, E., Spear, R., & Thiry, B. (2001). *Les entreprises et organisations du troisième système dans l'Union Européenne*. Liège: CIRIEC.
- Chaves, R. & Monzón, J. L. (Coord). (2001). *Economía Social Y Sector no Lucrativo: Actualidad Científica y Perspectivas*. *CIRIEC-España*, nº 37, pp. 7-33.
- Chaves, R. & Monzón, J. L. (Coord). (2005). *La Economía Social en la Unión Europea*. CIRIEC. El Comité Económico y Social Europeo (CESE), Nº. CESE/COMM/05/2005.
- Chaves, R. & Monzón, J. L. (Coord.). (2007). *A Economia Social na União Europeia*. Bruxelas: CESE.
- Chiara, M. (2004). La gestión local. Eslabón perdido de las políticas sociales orientadas al desarrollo local. *Civitas*, 4 (2), Jul-Dez, pp. 353-367.
- Chizzotti, A. (2003). A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. *Revista Portuguesa de Educação*, 2003, 16 (2), pp. 221-236.

Chouinard, O. & Martin, G., (2008). Développement durable et économie sociale: Recherche partenariale, réciprocité, innovation sociale. (Em linha). Disponível em «<http://dc.msvu.ca:8080/xmlui/handle/10587/968>» (Consult. 20 de novembro, 2010).

CIRIEC – International Center of Research and Information on the Public and Cooperative Economy (2000a). As Empresas e Organizações do Terceiro Sector – um desafio estratégico para o emprego. Lisboa: Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo.

CIRIEC – Centre international de recherches et d’information sur l’économie publique, sociale et coopérative (2000b). The enterprises and organizations of the third system: a strategic challenge for employment. Action pilote «Troisième système et emploi» de la Commission européenne. CIRIEC.

CIRIEC – International Center of Research and Information on the Public and Cooperative Economy (2007). La economía social en la Unión Europea, CESE – Comité Económico y Social Europeo.

Cloutier, J. (2003). Qu’est-ce que l’innovation sociale? *Cahier du CRISES*, Collection Études théoriques – no ET0313. Québec : *CRISES*

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991). Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro: FGV.

CNLAMCA - Charte de l’Economie Sociale 1980 – Declaración du CNLAMCA. (Em linha). Disponível em «http://uce.universite-cooperative.coop/index.php?option=com_content&task=view&id=229&Itemid=254» (Consul. 20 de novembro 2010).

Código Civil Português (2010) – Atualizado até Lei n.º 103/2009 de 11 de Setembro. Lisboa: Verbojurídico® (Em linha). Disponível em «<http://www.verbojuridico.com/download/codigocivil2010.pdf>» (Consult. 23 de abril 2011).

Código Cooperativo, Lei N.º 51/96 de 7 de setembro. (Em linha). Disponível em «<http://www.cases.pt/cooperativas/legislacao/codigo-cooperativo>» (Consult. 20 de novembro 2010).

Coimbra, M. A. (2002). Ovos Moles de Aveiro – Pela valorização, contra a extinção, in Ovos Moles de Aveiro, Educação do Pasquim da Associação Cultural Confraria Gastronómica de S. Gonçalo de Aveiro, pp. 58-59. (Em linha). Disponível em «<http://sweet.ua.pt/mac/Publicacoes.htm#Outros>» (Consult. em 29 de abril, 2012).

Coimbra, M. A. (2012). “Ovos Moles de Aveiro – Cooperação Empresarial de Sucesso?”. TEDxTalks Aveiro. “Um passado ... Que futuro?”, Universidade de Aveiro, 18 de maio de 2013.

Colletis, G., Courlet, C. & Pecqueur, B. (1990). Les systèmes industriels localisés en Europe. Grenoble: IREPD Publications.

Comité Económico e Social Europeu (2005). Sobre «Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões relativa à promoção das cooperativas na Europa». (2005/C 234/01). (Em linha) Disponível em «<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2005:234:0001:0007:PT:PDF>» (Consult. 16 de maio 2010).

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR). (2012). A Importância do QREN nas Estratégias de Desenvolvimento. (Internet). Disponível em «<http://www.ccdrc.pt/site/bibliotecadigital/Digital/Destaque/qren/index.html#/2/zoomed>» (Consult. 11 julho de 2012).

Comissão Europeia (1996). Livro Verde sobre a Inovação. Boletim da União Europeia. Suplemento 5/95. (Em linha). Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias. Disponível em «<https://bookshop.europa.eu/en/home/>» (Consult. 30 de março de 2010).

CNO – Centro Novas Oportunidade, Sever do Vouga. (2007). FACE. Formação de agentes para apoio à criação de empresas e empreendedorismo. Arouca: ADRIMAG.

Constituição da República Portuguesa (1976). Texto originário da Constituição, aprovada em 2 de Abril de 1976. (Em linha) Disponível em «<http://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP1976.pdf>» (Consult. em 23 de abril 2011).

Constituição da República Portuguesa (2005). VII Revisão Constitucional [2005]. Assembleia da República. Diário da República – I Série-A, N.º 155 – 12 de Agosto de 2005.

Coraggio, J. L. (2000). La relevancia del desarrollo regional en un mundo globalizado. (Em linha) Disponível em «[http://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/Cultura%20y%20region%202000\(rev\).pdf](http://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/Cultura%20y%20region%202000(rev).pdf)» (Consult. 13 de fevereiro 2011).

Coraggio, J. L. (2001a). Economía, planificación estratégica y gestión en la ciudad. (Em linha) Disponível em «<http://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/Econom%20EDa%20y%20Plan%20Director%20POA.pdf>» (Consult. 13 de fevereiro 2011).

Coraggio, J. L. (2001b). Educación y desarrollo local. (Em linha). Disponível em «<http://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/eduydesarrollolocal.pdf>» (Consult. 13 de fevereiro 2011).

Coraggio, J. L., (2002). La economía social como vía para otro desarrollo social. (Em linha). Disponível em «<http://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/La%20Economia%20Social%20como%20alternativa%20estructural%204.pdf>» (Consult. 13 de fevereiro 2011).

Coraggio, J. L. (2003). El papel de la teoría en la promoción del desarrollo local. (Hacia el desarrollo de una economía centrada en el trabajo). (Em linha) Disponível em «<http://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/11%20El%20Papel%20de%20la%20teoria%20en%20DL.pdf>» (Consult. 13 de fevereiro 2011).

Coraggio, J. L. (2007a). Instituciones, cultura y ética en desarrollo local. (Em linha) Disponível em: «<http://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/Instituciones,%20cultura%20y%20etica%20en%20el%20desarrollo%20local.pdf>» (Consult. 13 de fevereiro 2011).

Coraggio, J. L. (2007b). Desarrollo regional, espacio local y economía social. (Em linha). Disponível em «http://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/El%20desarrollo%20regional%20espacio%20local%20y%20ES_2.pdf» (Consult. 13 de fevereiro 2011).

Coraggio, J. L. (2007c). La economía social y la búsqueda de un programa socialista para el siglo XXI. (Em linha) Disponível em «<http://www.coraggioeconomia.org>» (Consult. 13 de fevereiro 2011).

Coraggio, J. L. (2009). Territorio y economías alternativas. (Em linha) Disponível em «http://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/Territorio_y_economias_alternativas.pdf» (Consult. 13 de fevereiro 2011).

Coraggio, J. L. (2011a). Economía Social Y Solidaria. El trabajo antes que el capital. Quito: Ediciones Abya-Yala. (Em linha) Disponível em «<http://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/economiasocial.pdf>» (Consult. 20 de fevereiro 2012)

Coraggio, J. L. (2011b). Principios, instituciones y prácticas de la economía social y solidaria. (Em linha). Disponível em «<http://www.coraggioeconomia.org>» (Consult. 20 de fevereiro 2012).

- Corolleur, F. & Courlet, C. (2003). The Marshallian Industrial District, an organizational and institutional answer to uncertainty. *Entrepreneurship & Regional Development*, v. 15, n. 4, pp. 299-307.
- Corry, O. (2010). Defining and Theorizing the Third Sector, in Taylor, R., (Ed.), (2010). *Third Sector Research*. London: Springer, pp. 11-20.
- Côté, S., Klein, J-L. & Proulx, M-U. (Eds.). (1995). Et les régions qui perdent ...? Actes du Colloque de la Section Développement régional de l'ACFAS 1994 tenu à l'UQAM les 17 et 18 mai 1994. GRIDEQ.
- Côté, S., Klein, J-L. & Proulx, M-U. (Eds.). (1996). Action collective et décentralisation. Tendances et débats en développement régional. Québec : GRIDEQ.
- Couret, D., Oualet, A. & Tamru, B. (2011). L'introuvable ville durable. In Mathieu, N. & Guermond, Y. (Eds). *La ville durable, du politique au scientifique*, pp. 47-56. Paris : Éditions Quæ.
- Courlet, C. (2001). Territoires et régions, les grands oubliés du développement économique. Paris: L'Harmattan.
- Courlet, C. (2008). L'Économie territoriale. Grenoble: Press universitaires de Grenoble.
- Courlet, C. & Dimou, M. (1995). Les systèmes localisés de production: une approche de la dynamique longue. In Rallet, A. & Torre, A. (Dir.). *Économie Industrielle et Économie Spatiale*. Paris: Economica, pp. 359-377.
- Coutinho, M. M. C. (2002). Economia social em Portugal: a emergência do terceiro sector na política social. Tese de Doutoramento. Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade de Lisboa.
- Creswell, J. W. (2007). Qualitative inquiry and research design – Choosing Among Five Approaches, Second Edition, Thousand Oaks: Sage.

- Crevoisier, O. & Maillat, D. (1989). Milieu, organisation et système de production territorial: vers une nouvelle théorie du développement spatial. *Dossier de l'IRER 24*. Neuchâtel.
- Crevoisier, O., (2003). A abordagem dos meios inovadores : avanços e perspectivas. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Vol. 4, nº 7, Setembro, pp. 15-26.
- Crevoisier O. (2006). L'approche par les milieux innovateurs: état des lieux et perspectives, in Camagni R. et Maillat D. *Milieus innovateurs: Théorie et politiques*. Paris: Economica Anthropos, pp. 154-169.
- Cristóvão, A. & Miranda, R. (2006). Animação e Desenvolvimento Rural : reflexão a partir do Douro-Duero, in Américo Nunes Peres e Marcelino de Sousa Lopes (Coord.). *Animação, Cidadania e Participação*. Chaves: Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia, pp. 34-47.
- CRP – Constituição da República Portuguesa (1976). Texto originário da Constituição, aprovada em 2 de abril de 1976. (Em linha). Disponível em «<http://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP1976.pdf>» (Consult. 10 de julho, 2010).
- CSISFL – Conta Satélite das Instituições sem fim Lucrativo 2006 – Projecto – Piloto (2011). Lisboa: INE, I.P.
- Cupeto, C. (Coord.); Silva, S.; Abelha, H.; Ribeiro, P. & Figueiredo, M. J., (2007). Guia Agenda 21 Local – um desafio para todos. Lisboa: Agência Portuguesa do Ambiente
- Dadoy, M. (1998). L'innovation sociale, mythes et réalités. L'innovation en question. *Education Permanente*, n.º 134, (01/01/98), pp. 41-53.
- Dag Hammarskjöld Foundation (1975). Que Fair? Uppsala: DHF. (Em linha) Disponível em «http://www.dhf.uu.se/pdffiler/75_que_fair.pdf» (Consult. 7 setembro 2009).

- Dagnino, R., Brandão, F. C. & Novaes, H. T. (2004). Sobre o marco analítico conceitual da tecnologia social, in Paulo, A. de, Mello, C. J., Nascimento Filho, L. & Koracakis, T. (Eds). *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, pp. 15-64.
- Dalal-Clayton, B. & Bass, S. (2002). *Sustainable development strategies: a resource book*. Organization for Economic Co-operation and Development, Paris and United Nations Development Programme, New York. London: Earthscan.
- Dalal-Clayton, B. & Bass, S. (2009). *The challenges of environmental mainstreaming: Experience of integrating environment into development institutions and decisions*. *Environment Governance* nº 3. London: iied.
- Dalal-Clayton, B., Swiderska, K., & Bass, S. (Eds.). (2002). *Stakeholder dialogues on sustainable development strategies. Lessons, opportunities and developing country case studies*. London: iied.
- Dall’Agnol, D. (2007). Pressupostos metaéticos e normativos para uma nova ética ambiental. *Princípios*, v. 14, nº 21, Jan/Jun, pp. 67-82.
- Da Matta, R. (1991). *Relativizando : uma introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Decreto n.º 130/XII da Lei de Bases da Economia Social (2013). Assembleia da República, 15 de março de 2013. (Em linha). Disponível em «<http://www.parlamento.pt/Paginas/DetaileUltimosTextosAprovados.aspx?BID=17500>» (Consult. 26 de março 2013).
- Decreto-Lei n.º 23051 de 23 de Setembro de 1933. Diário da República n.º 217, 1 Série, pp. 1662-1664. (Em linha). Disponível em «<http://dre.pt/pdf1sdip/1933/09/21700/16621664.pdf>» (Consult. em 5 de julho de 2011).
- Decreto- Lei n.º 594/74 de 7 de novembro. Diário da República n.º 259, 1 Série, pp.1342-1344. (Em linha). Disponível em

«<http://dre.pt/pdf1s/1974/11/25900/13421344.pdf>» (Consult. 5 de julho de 2011).

Decreto-Lei n.º 902/76 de 31 de dezembro. Diário da República n.º 303/76 Série I 1.º Suplemento. (Em linha). Disponível em «<http://www.dre.pt/pdf1s/1976/12/30301/00020007.pdf>» (Consult. 2 de fevereiro, 2010).

Decreto-Lei n.º 454/80 de 9 de outubro. Diário da República n.º 234 1 Série. (Em linha). Disponível em «<http://www.dre.pt/pdf1s/1980/10/23400/32253244.pdf>» (Consult. em 5 de julho de 2011).

Defourny, J. (dir.). (2001). *L'économie sociale: enjeux conceptuels, insertion par le travail et services de proximité*. Bruxelles : De Boeck Université.

Defourny, J. (2009). Economia Social in Cattani, A. D.; Laville, J. L.; Gaiger, L. I. & Hespanha, P. (Coord.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, pp. 156-161.

Defourny, J., & Monzón, J. L. C. (orgs.) (1992), *Economie Sociale – Entre économie capitaliste et économie publique/ The Third Sector – Cooperative, Mutual and Nonprofit Organizations*. Bruxelles: De Boeck.

Defourny, J. & Mertens, S. (1999). Le troisième secteur en Europe: un aperçu des efforts conceptuels et statistiques, in Gazier, B., Outin, J.-L., Audier, F. (eds): *L'économie sociale*. Paris : L'Harmattan, pp. 5-20.

Defourny, J. & Develtere, P. (2000). The Social Economy: The Worldwide Making of Third Sector, in Defourny, J., Develtere, P., & Fonteneau, B., (eds.), (2000). *Social Economy: North and South*. Leuven/Liège: Katholieke Universiteit Leuven. Hoger instituut voor de arbeid/Université de Liège. Centre d'Economie Sociale, pp. 17-47.

- Defourny, J., Develtere, P. & Fonteneau, B. (eds.). (2000). *Social Economy: North and South*. Leuven/Liège: Katholieke Universiteit Leuven. Hoger instituut voor de arbeid and Université de Liège. Centre d'Economie Sociale.
- Defourny J. & Pestoff V. (Eds.) (2008). *Images and Concepts of the Third Sector. Europe*, WP no. 08/02. EMES European Research Network. (Em linha) Disponível em «http://www.emes.net/fileadmin/emes/PDF_files/Working_Papers/WP_08_02_TS_FINAL_WEB.pdf» (Consult. 20 de fevereiro 2009).
- Delors, J. (2004). The European Union and the third sector in Evers, A. & Laville, J.-L., (Eds.). *The Third Sector in Europe*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, pp. 206-215
- Delors, J. & Gaudin, J., (1979). Pour la création d'un troisième secteur coexistant avec celui de l'économie de marché et celui des administrations. *Problèmes Économiques*, n° 1616, pp. 20-24.
- Demo, P. (1989). *Metodologia científica em ciências sociais*. 2ª Edição. São Paulo: Atlas.
- Demoustier, D. (2000). Análisis del Empleo in CIRIEC (2000). *Economía Social y Empleo en la Unión Europea*. Valencia: CIRIEC-ESPAÑA, Capítulo 2, pp. 50-82.
- Demoustier, D. (2001). *L'Économie Sociale et Solidaire : S'Associer pour Entreprendre Autrement*. Paris : SYROS
- Demoustier, D. (2006a). *A Economia Social e Solidária: um novo modo de empreendimento associativo*. São Paulo: Edições Loyola.
- Demoustier, D. (2006b). Débats autour de la notion d'Économie Sociale in *RECMA*, n° 300, pp. 8-18.
- Desroche, H. (1983). *Pour un traité d'économie sociale*. Paris : CIEM.

- Denis, H. (1999). *Historie de la Pensée Économique*. Paris: Quadrige/PUF.
- Denzin, N. L. & Lincoln, Y. S. (2005). The discipline and Practice of Qualitative Research in Denzin, N. L. & Lincoln, Y. S. (eds.). *The Sage Handbook of Qualitative Research*. London: Sage, pp. 1-32
- Diário da República Eletrónico (DRE). (2000). Diário da República, N.º 287, 2.º Suplemento, III Série, 14 de dezembro, pp. 26 366-(126). (Em linha). Disponível em «<http://www.dre.pt/pdfgratis3s/2000/12/2000D287S002.pdf>» (Consult. 29 de abril de 2012).
- Dimaggio, P. J., & Anheier, H. K. (1990). The Sociology of nonprofit organizations and sectors in *Annual Review of Sociology*, 16, pp. 137-159.
- Douglas, J. (1983). *Why Charity? The Case for a Third Sector*. Beverly Hills: Sage Publications.
- Douglas, J. (1987). Political Theories of Nonprofit Organization in Powell, W. W. (org.) (1987). *The Nonprofit sector: a research handbook*. New Haven: Yale University Press, 43-54.
- Dowbor, L. (2001). *Tecnologia, Globalização e Governabilidade – Vol. I*. (Em linha). Disponível em «<http://dowbor.org>» (Consult. 20 fevereiro 2007).
- Dowbor, L. (2006). *O Desenvolvimento Local e racionalidade económica*. (Em linha). Disponível em «<http://dowbor.org>» (Consult. 30 outubro 2009)
- Dowbor, L. (2007). *Democracia Económica: Um Passeio Pelas Teorias*. (Em linha). Disponível em «<http://dowbor.org>» (Consult. 30 outubro 2009).
- Dowbor, L. (2008). *Democracia Económica – Alternativas de Gestão Social*. (Em linha). Disponível em «<http://dowbor.org>» (Consult. 26 Março 2010).
- Dowbor, L. (2009). *Produtividade Sistêmica do Território*. (Em linha). Disponível em «<http://dowbor.org>» (Consult. 26 Março 2010).

- Dowbor, L. (2010). A exclusão produtiva e a desigualdade andam de mãos dadas. (Em linha). Disponível em «<http://dowbor.org>» (Consult. 20 fevereiro 2011).
- Drucker, P. (2001). O melhor de Peter Drucker – A Administração. Tradução Arlete Simille Marques. São Paulo: Nobel.
- El Serafy S. (1991). Sustainability, Income Measurement, and Growth in Goodland, R., Daly, H., El Serafy, S. & Von Droste, B. (eds.). Environmentally sustainable economic development. Building on Brundtland. Paris: UNESCO, pp. 43-53.
- Eme, B. & Laville, J-L. (1999). Pour une approche pluraliste du tiers secteurs. *Nouvelles pratiques sociales*, vol. 12, nº 1, pp. 105-125.
- Eme, B., Laville, J.-L. & Marechal, J.-P. (2001). Economie solidaire: illusion ou voie d'avenir? (Em linha). Disponível em «<http://www.france.attac.org/archives/spip.php?page=recherche&recherche=Laville>» (Consult. 12 de outubro 2009).
- EQUAL, Gabinete de Gestão (Org.), Parcerias de Desenvolvimento EQUAL (2008). Soluções de Inovação Social (memorandos das soluções/produções). Lisboa: EQUAL.
- EQUAL, Gabinete de Gestão, Ribeiro, C. (2005). Empreender por novos caminhos. *Colecção DISSIMINAR*, nº 2, Novembro. União Europeia, Fundo Social Europeu/ Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa: Gabinete de Gestão EQUAL.
- EQUAL, Gabinete de Gestão (2007). Validação de Produtos Inovadores. União Europeia, Fundo Social Europeu/ Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa: Gabinete de Gestão EQUAL.
- EQUAL, Gabinete de Gestão, Ribeiro, C., Henriques, J. M. & Malheiros, J. (Org.) (2008). Nada para Nós sem Nós – *Empowerment, Inclusão e Interculturalidade – Inovação Social para o Emprego*. União Europeia, Fundo Social Europeu/

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa: Gabinete de Gestão EQUAL.

EQUAL, Gabinete de Gestão, Vale, A., Henriques, J. M. & Nunes, M. C. (2010). Para uma nova intervenção. União Europeia, Fundo Social Europeu/ Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa: Gabinete de Gestão EQUAL.

Estratégia Nacional Desenvolvimento Sustentável. (ENDS 2015). PIENDS Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável. Presidência do Conselho de Ministros. Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007. Diário da Republica, 1.ª série – N.º 159 – 20 de Agosto de 2007.

Etzioni, A. (1961). *A Comparative Analysis of Complex Organizations: On Power, Involvement, and Their Correlates*. New York: Free Press.

Etzioni, A. (1972). The Untapped Potential of the 'Third Sector'. *Business and Society Review*, no. 1 (Spring 1972), pp. 39-44.

Evers, A. & Laville, J.-L. (Eds.). (2004). *The Third Sector in Europe*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing.

Fairbairn, B. (1994). The meaning of Rochdale: the Rochdale pioneers and the co-operative principles. (Em linha). Disponível em «<http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/31778/1/re94fa01.pdf>» (Consult. 24 de dezembro 2010).

Farfus, D. & Rocha, M. C. de S. (Orgs). (2007). *Inovações Sociais. Coleção Inova*, v. 2. Curitiba: FIEP.

Favreau, L. (2003). *Économie sociale et développement local au Québec (1900-2000) : innovation et institutionnalisation des initiatives locales de création de richesses*. Chaire de recherche du Canada en développement des collectivités (CRDC). Série Comparaisons internationales Nord-Sud et Sud-Sud. (Em linha). Disponível em «<http://www4.uqo.ca/observer/EconSoc/ESetDL/EsetDL.pdf>» (Consult. 24 de dezembro 2010)

- Favreau, L. (2005a). Économie sociale et politiques publiques: la question du renouvellement de l'État social au Nord et de sa construction au Sud. *Cahiers du Crises*, Collection Études Théoriques, n° ET0509. (Em linha). Disponível em «http://www.crisis.uqam.ca/upload/files/publications/etudes-theoriques/CRISES_ET0509.pdf» (Consult. 24 de dezembro 2010).
- Favreau, L. (2005b). Qu'est-ce que l'économie sociale ? Synthèse introductive. *Cahiers du Crises*, Collection Études Théoriques, n° ET0508. (Em linha). Disponível em «http://www.crisis.uqam.ca/upload/files/publications/etudes-theoriques/CRISES_ET0508.pdf» (Consult. 24 de dezembro 2010).
- Favreau, L. (2008). Coopératives et développement durable et solidaire des territoires : éléments d'une problématique. *Cahiers de l'ARUC – Développement territorial et coopération*, Série «Recherches» n° 2, septembre 2008. (Em Linha) Disponível em «[http://aruc-dtc.uqar.qc.ca/images/stories/REC-02-2008\(1\).pdf](http://aruc-dtc.uqar.qc.ca/images/stories/REC-02-2008(1).pdf)» (Consult. 24 de dezembro de 2010).
- Favreau, L., Fréchette, L. & Larose, G. (2002). Économie sociale, développement local et solidarité internationale: esquisse d'une problématique. *Nouvelles pratiques sociales*, v. 5 (1), pp. 15-24.
- Felski, H., Sampaio, C. A. C. & Dallabrida, I. S. (2010). O processo de tomada de decisão sob o viés da ecossocioeconomia das organizações: o caso de uma cooperativa catarinense de artesãos. *Revista Organizações Rurais & Agroindustriais*, vol. 12, n° 1, pp.83-97.
- Fernandes, A. T. (1998). O Estado democrático e a cidadania. Porto: Afrontamento.
- Fernandes, E. A. N. (2007). Inovação e dinâmica empresarial. *Revista da Ciência da Administração – versão eletrônica – v. 1, jan/jun.* (Em linha). Disponível em «<http://fcap.adm.br/revistas/RCA/HTML/v01/RCAv01a07.htm>» (Consult. 26 março de 2009).

- Ferreira, S. (2000). O papel das organizações do terceiro sector na reforma das políticas públicas de protecção social. Uma abordagem teórico-histórica. Tese de Mestrado. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Ferreira, S. (2004). O Perfil do Empresário Social em Portugal. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. A Questão Social no Novo milénio, Coimbra, 16-18 de Setembro, 2004. (Em linha). Disponível em «<http://www4.fe.uc.pt/cec/comunicacaosfaps.pdf>» (Consult. 8 de Dezembro, 2010).
- Ferreira, S. (2005a). O papel do movimento social das organizações do terceiro sector em Portugal. V Congresso Português de Sociologia, Braga, 12 a 15 de Maio, 2005. (Em linha). Disponível em «<http://www4.fe.uc.pt/cec/comunicacaosfaps.pdf>» (Consult. 8 de Dezembro, 2010).
- Ferreira, S. (2005b). O que tem de especial o empreendedor social? O perfil de emprego do empresário social em Portugal. *Oficina do Ces*, 223.
- Ferreira, S. (2006a). The South European and Nordic welfare and third sector regimes – how far were we from each other? in Aila-Leena Matthies (ed.), *Nordic civic society organisations and the future of welfare services. A model for Europe?* Copenhagen: Nordic Council of Ministers, pp. 301-326.
- Ferreira, S. (2006b). Empreendedorismo, capacitação e mudança social. *Boletim Vozes do Centro*, NRC REAPN.
- Ferreira, S. (2009a). A invenção estratégica do terceiro sector como estrutura de observação mútua: Uma abordagem histórico-conceptual. *Revista Critica de Ciências Sociais*, nº 84, Março, pp. 169-192.
- Ferreira, S. (2009b). Terceiro Sector, in Cattani, A. D.; Laville, J. L.; Gaiger, L. I. & Hespanha, P. (Coord.), *Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra*. Coimbra: Almedina, pp. 322-327.

- Ferreira, S. (2009). As (re)construções estratégicas da ideia de uma economia social. *Le Monde Diplomatique* - Edição Portuguesa
- Ferreira, S. (2011a). A Emergência e o Significado de Empreendedorismo Social, comunicação apresentada na/o Workshop "Empreendedorismo Social: Teoria e Práticas", Universidade de Aveiro, 30 de junho.
- Ferreira, S. (2011b). Contributos da teoria dos sistemas para uma abordagem relacional da economia social na governação do bem-estar social, comunicação apresentada no 3º Seminário CES sobre os Fundamentos da Economia: Onde pára o mercado? Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 27 a 28 de maio.
- Fischer, M., Suarez-Villa, L. & Steiner, M. (Eds.). (1999). *Innovation, Networks and Localities*. Viena : Springer.
- Flipo, F. (2007). *Le développement durable*. Paris: Bréal.
- Flipo, F. & Gaulillière, J. P. (2009). Inégalités écologiques, croissance verte et utopies technocratiques. (Em linha). Disponível em «www.mouvements.info/Inegalites-ecologique-croissance.html» (Consult. 20 de novembro 2010).
- Fontan, J.-M. (1998). *Innovation sociale et société civile québécoise*.
- Fontan, J.-M. (2008). Développement territorial et innovation sociale: l'apport polanyien. *Revue Interventions économiques*, 38. (Em linha). Disponível em «<http://interventionseconomiques.revues.org/239>» (Consult. 14 novembro 2012).
- Fontan, J.-M. (2011). Développement territorial et innovation sociale in Bellemare, G. & Klein, J.-L (Sous la direction). *Innovation sociale et territoire. Convergences théoriques et pratiques*. Collection Innovation Sociale. Québec : Presses de l'Université du Québec, pp. 17-42
- Fontan, J.-M., Klein, J.L. & Lévesque, B. (2003). Reconversion productive et économie plurielle. Le déficit territorial, in Fontan, J.-M., Klein, J.L. & Lévesque, B.

(sous la direction). Reconversion économique et développement territorial. Québec: Presses de l'Université du Québec, introduction, pp. 1-8.

Fontan, J.-M., Klein, J.-L. & Tremblay, D.-G. (2004). Innovation and Society: Broadening the Analysis of the Territorial Effects of Innovation, in Research Note no 2004-07A. Canada Research Chair on the Socio-Organizational Challenges of the Knowledge Economy. Télé-université/Université du Québec à Montréal. (Em linha). Disponível em «<http://uqam.academia.edu/JeanMarcFontan>» (Consult. 10 de julho de 2010).

Fortuna, C. (Org.), (1997). Cidade, Cultura e Globalização: Ensaio de Sociologia. Oeiras: Celta.

Fragoso, A. (2005). Contributo para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: um ensaio baseado em experiências investigativas. *Revista Lusófona de Educação*, nº 5, pp. 63-83.

França Filho, G. C. de (2001). A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. *Sociedade e Estado*, v.16 (1-2), pp. 245-275. (Em linha) Disponível em «<http://www.scielo.br/pdf/se/v16n1-2/v16n1-2a11.pdf>» (Consult. em 26 de março, 2009).

França Filho, G. C. de (2002). Terceiro Sector, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. *Revista Bahia Análise & Dados* v. 12, (1), Junho, pp. 9-19.

França Filho, G. C. de (2004). A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? *Cadernos EBAPE.BR*, v.2 (1), Rio de Janeiro Mar. 2004, pp. 1-18. (Em Linha). Disponível em «<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v2n1/v2n1a04.pdf>» (Consult. 26 março, 2009).

Franco, A. de (1998). Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável Dez Consensos. *Proposta*, nº. 78, Setembro/Novembro, pp. 6-19.

- Franco, A. de (2003). *Revolução do Local: Globalização, glocalização, localização*. (Em linha). Disponível em «<http://escoladeredes.net/group/bibliotecaaugustodefranco>» (Consult. 13 de dezembro 2010).
- Franco, A. de (2006). O desenvolvimento local e o governo atual. *Carta Capital*, nº 102, 05 de Janeiro, 2006. (Em linha). Disponível em «<http://www.augustodefranco.com.br/>» (Consult. 13 de dezembro 2010).
- Franco, A. de (2009). *O lugar mais desenvolvido do mundo: investindo em capital social para promover o desenvolvimento comunitário*. Porto Alegre: Editora Plus.
- Franco, R. C. (2004). Controvérsia em torno de uma definição para o terceiro sector: a definição estrutural-operacional da Johns Hopkins vs a noção de economia social. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 16, 17 e 18 de setembro 2004.
- Franco, R. C.; Sokolowski, S. W.; Hairel, E. M. H. & Salamon, L. M. (2006). *O sector lucrativo português numa perspectiva comparada*. Lisboa: Ed. Universidade Católica Portuguesa e Johns Hopkins University.
- Frantz, W. (2012). *Associativismo, cooperativismo e economia solidária*. Ijuí: Unijuí.
- Freeman, C. & Perez, C. (1988). Structural crises of adjustment, business cycles and investment behavior, in Dossi, G., Freeman, C., Nelson, R., Silverberg G., & Soete, L. (Eds.). *Technical Change and Economic Theory*. London and New York: Printer Publishers, p. 38-66.
- Freeman, C. & Soete, L. (1997). *The Economics of Industrial Innovation*. Third Edition. Massachusetts: MIT Press.
- Friedmann, J. (1992). *Empowerment: The Politics of Alternative Development*. Malden MA: Blackwell.

- Friedmann, J. & Weaver, C. (1981). *Territorio Y Función – La evolución de la planificación regional*. Madrid: Instituto de Estudios da Administración Local.
- Fugita, M., Krugman, P. & Venables, A. J. (2000). *The Spatial Economy: Cities, Regions and International Trade*. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology.
- Furtado, C. (1974). *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Furtado, C. (1998). *O Capitalismo Global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Furtado, C. (2000). *Introdução ao Desenvolvimento. Enfoque Histórico-Estrutural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Furtado, C. (2004). Os desafios da nova geração. In *Revista de Economia Política*. Vol.24, n.º 4 (96) outubro-dezembro, pp. 483-486.
- Gabor, D. (1970). *Innovations: scientific, technological, and social*. London: Oxford University Press.
- Gaiger, L. I. (2004). A economia solidária e o projeto de outra mundialização. *DADOS, Revista de Ciências Sociais*, n.º 47 (4), pp. 799-834.
- Galvão, A. C. F. (2004). *Política de Desenvolvimento Regional e Inovação: Lições da experiência Europeia*. Rio de Janeiro: Garamond
- Garofoli G. (1983). *Industrializzazione diffusa in Lombardia: sviluppo territoriale e sistemi produttivi locali*. Milano: Franco Angeli.
- Garofoli G. (1989). *Modelli locali di sviluppo*. Milano: Franco Angeli.
- Garofoli G. (1992). *Endogenous development and southern Europe*. Adershot: Avebury.
- Garofoli, G. (1994). Os sistemas de pequenas empresas: um caso paradigmático de desenvolvimento endógeno”, in Benko, G. e Lipietz, A., (Orgs.). *As Regiões*

Ganhadoras - distritos e redes: os novos paradigmas da geografia económica.
Oeiras: Celta, pp. 33-47.

Garofoli, G., (2009). Las experiencias de desarrollo económico local en Europa: las enseñanzas para América Latina. URB-AL III Oficina de Coordinación y Orientación – OCO, San José, Costa Rica em 4-7 Mayo, 2009. (Em linha) Disponível em [«http://www.urb-al3.eu/uploads/documentos/Desarrollo_economico_local_en_Europa_GAROFO LI_1.pdf»](http://www.urb-al3.eu/uploads/documentos/Desarrollo_economico_local_en_Europa_GAROFO LI_1.pdf) (Consult. 17 fevereiro 2010).

Garzillo, C. & Kuhn, S. (2007). The Aalborg Commitments Implementation Guide. ICLEI European Secretariat. (Em linha) Disponível em [«http://www.sustainablecities.eu/fileadmin/content/management/ACTOR-Guide_english.pdf»](http://www.sustainablecities.eu/fileadmin/content/management/ACTOR-Guide_english.pdf) (Consult. em 10 de julho de 2010).

Georgi, F. (Dir.) (2003). *L'autogestion, la dernière utopie?* Paris: Publication de la Sorbonne.

Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade.* Tradução Raul Fiker. São Paulo: UNESP.

Giddens, A. (1999). *Para uma Terceira Via – A Renovação da Social-Democracia.* Lisboa: Editorial Presença (publicação original em 1998).

Giddens, A. (2002). *O Mundo na Era da globalização.* Lisboa: Editorial Presença.

Giesta, L. C. (2005). *Organizações preocupadas com a gestão ambiental e de pessoas e o reflexo na promoção de capital social: estudo de caso em cooperativas gaúchas.* Tese de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Gil, A. C. (2007). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.* 5ª Edição. São Paulo: Atlas.

Gilly, J-P. & Lung, Y. (2005). Proximités, secteurs et territoires. *Cahiers du GRES*, nº 2005-09, Mai.

- Giner, J. M., & Santa María, M. J. (2002). Territorial Systems of Small Firms in Spain: an Analysis of Productive and Organizational Characteristics in Industrial Districts. *Entrepreneurship & Regional Development*, 14, pp. 211-228.
- Golden-Biddle, K. & Locke, K. (1997). *Composing Qualitative Research*. Thousand Oaks: Sage.
- Gonçalves, V. (1975). Discurso celebração 1º de Maio de 1975. Centro de Documentação 25 de Abril – Universidade de Coimbra – (Em linha). Disponível em «<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=poderpol01>» (Consult. 13 de dezembro, 2010).
- Goode, W. J. & Hatt, P. K. (1979). *Métodos em pesquisa social*. São Paulo: Campanhia Editora Nacional.
- Goodland, R., (1991). The case that the world has reached limits in Goodland, R., Daly, H., El Serafy, S. & Von Droste, B. (eds.) (1991). *Environmentally sustainable economic development. Building on Brundtland*. Paris: UNESCO, pp. 5-17.
- Goodolphim, J. C. da C. (1974). *A associação. História e desenvolvimento das associações portuguesas*. Lisboa: Seara Nova.
- Gonçalves, V. (1975). Intervenção, celebração 1.º de maio de 1975, in Centro de Documentação 25 de Abril. Universidade de Coimbra. (Em linha). Disponível em «<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=poderpol01>» (Consult. em 5 de julho de 2011).
- González, E. R. (2007). Desarrollo sostenible en Europa: configuración y situación actual, in Bravo, A. S., (Ed.), pp. 35-70. *Ciudades, Medioambiente & Sostenibilidad*. Sevilla: ArCiBel.
- Grande Área Metropolitana de Aveiro/Universidade de Aveiro (GAMA/UA) (2008). Programa Territorial de Desenvolvimento para a Sub-Região do Baixo Vouga. (Em linha). Disponível em

«http://www.maiscentro.qren.pt/private/admin/ficheiros/uploads/PTD_BAIXO%20VOUGA.pdf» (Consult. em 14 de julho de 2009).

Granovetter, M. (1973). The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology*, 78 (May), pp. 1360-1380.

Granovetter, M. (1979). The Idea of ‘Advancement’ in Theories of Social Evolution and Development. *American Journal of Sociology*, 85 (November), pp. 489-515.

Granovetter, M. (1985). Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. *American Journal of Sociology*, 91(November), pp. 481-510.

Granovetter, M. (2003). Acção económica e estrutura social: o problema da incrustação in Peixoto, J. & Marques, R. (Org.) *A Nova Sociologia Económica*. Oeiras: Celta Editora, pp. 69-102

Granovetter, M. (2005). Business Groups and Social Organization, in Smelser N. & Swedberg R. (Org.) *Handbook of Economic Sociology*, Second Edition, Princeton University Press and Russell Sage Foundation, 429-450.

Granovetter, M. (2007). Acção económica e estrutura social: o problema da imersão. *RAE eletrônica*, v.6, nº 1. Art.9, jan./jun. (Em linha). Disponível em «<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v6n1/a06v6n1.pdf>» (Consult. 10 de julho 2008)

Gerra, J.; Nave, J. & Schmidt, L. (2004). Agenda 21 Local: Autarcas, participação e desenvolvimento sustentável. Actas do V Congresso Português de Sociologia. Associação Portuguesa de Sociologia. 12 a 15 de maio, 2004. Universidade do Minho, Braga.

Gonçalves, V. (1975). Discurso de 1º de Maio de 1975. Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra. (Em Linha). Disponível em «<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=poderpol01>» (Consult. 7 de setembro 2010).

- Gutiérrez, A. C. M. (2009). Claves para comprender la innovación social in Albaigès, et al. *La innovación social, motor de desarrollo de Europa*. Sevilla: Socialinnova, pp. 13-38
- Hadjimichalis, C. (1994). Global-Local Social Conflicts: Examples from Southern Europe, in Amin, A. & Thrift, N., (Eds.). *Globalization, Institutions and regional development in Europe*. Cap. 11. Oxford: Oxford University Press, pp. 239-260.
- Hansmann, H. (1987). Economy theories of nonprofit organizations, in W. W. Powell (ed.), *The Nonprofit Sector. A Research Handbook*. New Haven: Yale University Press.
- Hardin, G. (1968). The Tragedy of the Commons. *Science*, Vol. 162, (3859), 13 December, pp. 1243-1248. (Em linha). Disponível em «<http://www.sciencemag.org/content/162/3859/1243.full.pdf> » (Consult. 7 de setembro 2008).
- Harrison, D., Szell, G. & Bourque, R. (eds.), (2009). *Social Innovation, the Social Economy and World Economic Development: Democracy and Labour Rights in an Era of Globalization*. (Labour, Education & Society). Frankfurt: Peter Lang.
- Harvey, D. (1990). *The Condition of Postmodernity*. Oxford: Blackwell Publishing.
- Henriques, J. M. (2005). Globalização, Inovação e Capacitação Técnica em Políticas Públicas para a Inclusão Social. ACTAS da Conferência Políticas Públicas para o Desenvolvimento. Seminário Políticas Públicas para o Desenvolvimento. 16-17 de Junho de 2005. Lisboa: ISCTE.
- Herbert, F. (1990). *Os filhos de Duna*. Rio de Janeiro: Fronteira.
- Hespanha, P. (2009). Espaço Virtual: Título do sítio electrónico: EMES European Research Network URL: <http://www.emes.net> Revista Crítica de Ciências Sociais, 84, Março 2009, pp. 197-202.

- Hespanha, P. (2010). Microempreendedorismo popular e Economia Solidária: o sentido de uma mudança. *Revista Latinoamericana de economía social y solidaria, Otra Economía – Volumen IV, nº 7, 2º Semestre/2010*, pp. 111-130.
- Hespanha, P. & Namorado, R. (2009). Os desafios da economia solidária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, Março 2009, pp. 3-5.
- Hiller, J., Moulaert, F. & Nussbaumer, J. (2004). Trois essais sur le rôle de l'innovation sociale dans le développement spacial. *Géographie, Economie, Société*, v. 6 (2), pp. 129-152.
- Hiller, J. (2013). Towards a Deleuzean-inspired methodology for social innovation research and practice, in Moulaert, F., MacCallum, D., Mehmood, A. & Hamdouch, A. (ed.), (2013). *The international handbook on social innovation: collective action, social learning and transdisciplinary research*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, pp. 169-180
- Hirschman, A. O. (1961). *Estratégia do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Hissa, C. E. V. (2008). *Saberes ambientais : Desafios para o conhecimento disciplinar*. Belo Horizonte: UFMG.
- Houée, P. (1972). *Les étapes du développement rural*. Paris : Ouvrières.
- Houée, P. (1996). *Les politiques de développement rural*. Paris : INRA/Économica.
- Houée, P. (2001). *Développement local au défi de la mondialisation*. Paris : Éd. L'Harmattan.
- Houée, P. & Lasida, H. (2009). *Repères pour un développement humain et solidaire*. Paris : Editions Ouvrières.
- Howaldt, J. & Schwarz, M. (2010). *Social Innovation: Concepts, Research Fields and International Trends. Studies for Innovation in a Modern Working Environment*

- International Monitoring, Eds. Klaus Henning, Frank Hees, vol. 5. Aachen: Eigenverlag.
- Hulse, J. H. (2008). Développement durable: un avenir incertain – Avons-nous oublié les leçons du passé ? Québec : L’Hamattan.
- ICA - International Co-operative Alliance – (Em linha) Disponível em «<http://www.ica.coop/al-ica/>» (Consult. 13/10/2009).
- ICLEI – International Council for Local Environmental Initiatives. Local Governments for Sustainability – www.iclei.org
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2011). Conta Satélite das Instituições sem fim lucrativos 2006 – projecto piloto. Lisboa: INE.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2012). Conta Satélite da Economia Social – 2010, Resultados Preliminares. Destaque, informação à comunicação social, 27 de dezembro de 2012.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2013). Conta Satélite da Economia Social – 2010. Lisboa: INE e CASES.
- INSCOOP (2000), Anuário Comercial do Sector Cooperativo, 2000/2001. Lisboa: MSSS/INSCOOP.
- Jara, C. J. (1998). A sustentabilidade do desenvolvimento local. Brasília: PCT/SEPLAN-PE/IICA.
- Jara, C. J. (2001). As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável. Brasília: IICA.
- Jahier, L. (2012). La Economía Social en la Unión Europea, in Monzón e Chaves (2012), La Economía Social en la Unión Europea, Bruxelas: CESE, Prólogo.
- Kapp, K. W. (1976). Les Coûts Sociaux dans l’Economie de Marché. Paris: Flammarion.

- Klein, J.-L. (2005). Iniciativa local y desarrollo: respuesta social a la globalización neoliberal. *Revista Eure*, vol. XXXI, nº. 94, Santiago de Chile, diciembre, pp.25-39.
- Klein, J.-L. (2006). Geografía y desarrollo local in Hiernaux, D. & Lindón, A. (Dir.) *Tratado de Geografía Humana*. México: Anthropos Editorial, pp. 303-319.
- Klein, J.-L. & Harrison, D. (2006). *L’Innovation Sociale: Émergence et Effets Sur la Transformation des Sociétés*. Québec : Presses de l’Université du Québec
- Klein, J.-L., Fontan, J.-M. & Tremblay, D.-G. (1998). Acción colectiva y activación del capital socio-territorial como reacción a la globalización: el caso de Montréal. *Economía, Sociedad y Territorio*, vol. 1 (4), julio-diciembre, pp. 639-669. (Em linha). Disponível em «<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11110402>» (Consult. em 10 de julho de 2011).
- Klein, J.-L., Fontan, J.-M, Harrison, D. & Lévesque, B. (2009). L’innovation sociale au Québec: un système d’innovation fondé sur la concertation. *Cahier du CRISES*, collection Études théoriques, No ET 0907.
- Klein, J.-L. & Tremblay, P.-A. (2013). The Social Economy : A Springboard for Local Development Projects?, in Bouchard, M. (Ed.) (2013). *Innovation and the Social Economy. The Québec Experience*. Toronto: University of Toronto Press, pp. 229-250.
- Kovács, I. (2005). Emprego Flexível em Portugal: alguns resultados de um projecto de investigação in Kovács. I. (org.). *Flexibilidade de Emprego: Riscos e Oportunidades*. Oeiras: Celta Editora, pp. 11-51.
- Kramer, R. M. (2000). A Third Sector in the Third Millenium? *Voluntas*, 11(1), 2-23.
- Krugman, P. (1991). *Geography and Trade*. Leuven : Leuven University Press jointly with the MIT Press.

- Krugmann, P. (1998). *Development, Geography, and Economic Theory*. Fourth printing. Massachusetts: MIT Press.
- Kuhn, T. (2012). *The Structure of Scientific Revolutions*. 50th Anniversary Edition. Chicago: The University of Chicago Press.
- Lallement, M. & Laville, J. -L. (Coord.) (2000). Qu'est-ce que le tiers secteur? Associations, économie solidaire, économie sociale. *Revue Sociologie du Travail*, n° 4, vol. 42, Octobre – Décembre, pp. 523-529.
- Lastres, H. M. M. & Cassiolato, J. E. (Orgs.). (2006). *Estratégia para o desenvolvimento: um enfoque sobre arranjos produtivos locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiros*. Rio de Janeiro: e-papers.
- Laville, J.-L. (1993). *Les services de proximité en Europe. Pour une économie solidaire*. Paris: Syros.
- Laville, J.-L. (2000a). Le tiers secteur, un objet d'étude pour la sociologie économique. *Revue Sociologie du Travail*, vol. 42 (4), Octobre – Décembre 2000, pp. 531-550.
- Laville, J.-L. (2000b). *L'économie solidaire*. Paris : Desclée de Brower.
- Laville, J.-L. (2000c). *L'économie sociale et solidaire en Europe*. Paris : CRIDA.
- Laville, J.-L. (2001). France: social enterprises developing proximity services in *Colecção: The emergence of social enterprise*. Hardcover, London: Routledge, pp. 100-119.
- Laville, J.-L. (2002). Fato associativo e economia solidária. *Bahia Análise & Dados*. Salvador, SEI, v. 12(1), Junho, pp. 25-34.
- Laville, J.-L. (2003). Sociologie économique et économie solidaire. *E & G Economia e Gestão*, v.2 e 3, n°. 4 e 5, p. 9-26, Dez 2002/Jul. 2003, pp. 9-23. (Em linha)
Disponível em

«<http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/99/92>»
(Consult. 20 de fevereiro 2010).

Laville, J-L. (2007). *Economie Solidaire: esquisse d'une problématique*, in Laville, J-L. (dir.). *L'économie solidaire – une perspective internationale* (Nouvelle édition revue et actualisée). Paris : Hachettes Littératures, pp. 11-76.

Laville, J-L. (2009). *A economia solidária: Um movimento internacional*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 84, Março, pp. 7-47.

Laville, J-L. (2010). *Politique de l'association*. Paris : Éditions du Seuil.

Laville, J-L. (2011). *Perspectivas de análise da economia solidária: novos rumos e desafios*. Colóquio Internacional, *Economia Solidária: Uma semente de futuro*. FEUC, Coimbra, 3 e 4 de Novembro.

Laville, J.-L., Borzaga, C., Defourny, J., Evers, A., Lewis, J., Nyssens, M. & Pestoff, V. (2000). *Third system: a European definition in The enterprises and organizations of the third system: a strategic challenge for employment*. *Action pilote – Troisième système et emploi – de la Commission européenne*, pp. 116-142. (Em linha) Disponível em «http://www.ciriec.ulg.ac.be/fr/telechargements/RESEARCH_REPORTS/dgv_ciriec_fulltext_english.pdf» (Consult. 20 de fevereiro 2010).

Laville, J.-L. & Eme, B. (2000). *Pour une approche pluraliste du tiers secteur*. *Mana, Revue de Sociologie et d'Anthropologie*, premier sem., (7), pp. 165-184.

Laville, J-L. & Gaiger, L.I. (2009). *Economia Solidária*, in Cattani, A. D., Laville, J-L., Gaiger, L. I. & Hespanha, P. (2009). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, pp. 162-168.

Laville, J.-L. & Jané, J. G. (2009). *Crisis capitalista y economía solidaria*. Barcelona: Icaria Editorial.

- Laville, J.-L. & Roustang, G. (1999). L'enjeu d'un partenariat entre État et Société civile, in Defourny, J., Develtere P. & Fonteneau, B. (eds). *L'économie sociale au Nord et au Sud*. Bruxelles : De Boeck Université, pp. 217-238.
- Laville, J.-L., Lévesque, B. & Mendell, M. (2006). The social economy : Diverse approaches and practices in Europe and Canada. (Em linha). Disponível em «<http://dc.msvu.ca:8080/xmlui/bitstream/handle/10587/346/The%20social%20economy-%20Diverse%20approaches%20and%20practices%20in%20Europe%20and%20Canada.pdf?sequence=1>» (Consult. 20 de fevereiro 2010).
- Leborgne, D. & Lipietz, A. (1990). Flexibilidade Defensiva ou Flexibilidade Ofensiva: os desafios das novas tecnologias e da competição mundial in Valladares, L. & Préteceille, E. (Coord.). *Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios*. Rio de Janeiro: Nobel/IUPERJ, pp. 17-43.
- Lei de Base da Economia Social. Lei n.º 30/2013. Diário da República, 1.ª série – N.º 88 – 8 de maio de 2013, pp. 2727. (Em linha). Disponível em «<http://dre.pt/pdf1sdip/2013/05/08800/0272702728.pdf>» (Consult. 12 de maio de 2013).
- Leis. H. R. (2004). *A modernidade insustentável: As críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Montevideo: Coscoroba ediciones
- Leitão, S. C.; Pereira, G.; Ramos, J. & S. (2009). *Colectividade de Cultura, Recreio e Desporto. Uma caracterização do associativismo confederado em Portugal*. Lisboa: Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto.
- Leite, J. S. (2010). Princípios cooperativos. (Em linha). Disponível em «http://www.inscoop.pt/Inscoop/actividades/publicacoes/docs/princ%C3%ADpios_cooperativos_-_de_Jo%C3%A3o_Salazar_Leite.pdf» (Consult. 2 de fevereiro 2011).

- Leite, J. S. (2011). Passado e presente do cooperativismo português. Regime jurídico. Atas do Seminário Internacional CIRIEC, Buenos Aires, 28 de junho de 2011. (Em linha). Disponível em «http://www.cases.pt/0_content/actividades/Seminar_confer/conferencia_argentina.pdf» (Consult. 31 de outubro 2011).
- Lévesque, B. (2002). Entrepreneurship collectif et économie sociale: entreprendre autrement. *Cahiers de l'ARUC-ES*, n.º I-02-2002. (Em linha). Disponível em «<http://www.aruc-es.uqam.ca/Portals/0/cahiers/I-02-2002.pdf>» (Consult. em 17 de fevereiro 2010).
- Lévesque, B. (2002b). Les entreprises d'économie sociale, plus porteuses d'innovations sociales que les autres? *Cahiers du CRISES*. Collection Études théoriques. N.º ET0205 – Communication présentée au Colloque du CQRS au Congrès de l'ACFAS du 16 mai 2001. Le développement social au rythme de l'innovation. (Em linha). Disponível em «<https://depot.erudit.org/retrieve/1883/ET0205.pdf>» (Consult. em 17 de fevereiro 2010).
- Lévesque, B. (2003). Reconversion industrielle et société civile. Principaux défis, in Fontan, J.-M., Klein, J.L. & Lévesque, B. (sous la direction). Reconversion économique et développement territorial. Québec: Presses de l'Université du Québec, pp. 101-116.
- Lévesque, B. (2004). Le développement régional et local : vers la fin du modèle québécois? (Em linha). Disponível em «<http://www.aruc-es.uqam.ca/Portals/0/cahiers/I-03-2004.pdf>» (Consult. 17 de fevereiro 2010).
- Lévesque, B. (2005). Innovations et transformations sociales dans le développement économique et le développement social : approches théoriques et politiques publiques. *Cahier de recherche du CRISES*. Montréal: UQAM. (Em linha). Disponível em «<http://www.uquebec.ca/ptc/adsm/sites/www.uquebec.ca.ptc.adsm/files/Francine%20Pelletier/ET0507.pdf>» Consult. 17 fevereiro 2010).

- Lévesque, B. (2008). Le potentiel d'innovation et de transformation de l'économie sociale: quelques éléments de problématique. *Revista Interações (Campo Grande)*, v. 9 (2), julho/dezembro, pp. 191-216.
- Lévesque, B. (2009). Economia plural e desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável: Elementos teóricos de sociologia econômica e de socioeconomia. *Política & Sociedade*, v. 8 (14), abril, pp. 107-144. (Em linha). Disponível em [«http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2009v8n14p107»](http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2009v8n14p107) (Consult. em 20 de fevereiro, 2012).
- Lévesque, B., Bourque, G. & Forgues, E. (2001). *La nouvelle sociologie économique. Originalité et tendances nouvelles*. Paris: Desclées de Brouwer.
- Levitt, T. (1973). *The third sector: New tactics for a responsive society*. New York: Amacom.
- Lipietz, A. (2001). *Pour le tiers secteur – l'économie sociale et solidaire : pourquoi et comment ?* Paris : Ed. La Découverte e La Documentation française.
- Lipietz, A. (2004). Du mythe autogestionnaire à l'économie solidaire, in Ferreira, N. (2004), *Economie sociale et autogestion: entre utopie et réalité*. Paris: L'Harmattan. Préface.
- Llewellyn, S. & Northcott, D. (2007). The “Singular View” in Management Case Studies. *Qualitative research in organizational and management: An International Journal*, v. 2 (3), pp. 194-207.
- Lopes, C., Sachs, I. & Dowbor, L. (2010). Crises e oportunidades em tempos de mudança, in Dowbor, L., Sachs, I. & Lopes, C., (Org.). *Riscos e oportunidades em tempos de mudanças*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, pp. 11-17
- Lorentzen, H. (2010). Sector Labels, in Taylor, R. (Ed.). *Third Sector Research*. London: Springer, pp. 21-36.

- Louçã, F. & Caldas, J. C. (2010). *Economia(s)*. 2ª Edição. Porto: Edições Afrontamento.
- Luzzati, T. (2005). El desarrollo ecocompatible : la actualidad de la contribución de Karl William Kapp (1910-1976). *Ecología política*, (30), Diciembre de 2005. Barcelona: Icaria editorial, pp. 59-69.
- MacCallum, D., Moulaert, F., Hillier, J. & Haddock, V. (2009). *Social innovation and territorial development*. London: Ashgate.
- Macedo, M.; Pinto, M.; Macedo, P. & Silva, M., (2011). *Agenda 21 Local em Portugal*. (Em linha). Disponível em «http://www.agenda21local.info/index.php?option=com_content&view=article&id=123:agenda-21-em-portugal&catid=13:destaques&Itemid=61» (Consult. em 16 de março 2012).
- MacPherson, I. (2003). *Princípios cooperativos para o século XXI*. Tradução Clarissa Ristoff. Aliança Cooperativa Internacional. Florianópolis: OCESC.
- MacPherson, I. (2004). Remembering the Big Picture : the co-operative movement and contemporary communities, in Borzaga, C., & Spear, R. (Eds.). *Trends and challenges for co-operatives and social enterprises in developed and transition countries*. Trento: Fondazione Cariplo, pp. 39-48.
- Maillat, D. (1992). La relation des entreprises innovatrices avec leur milieu, in Maillat, D. & Perrin, J-C. (Éds.). *Entreprises innovatrices et développement territorial*. Neuchâtel: GREMI/EDES, pp. 2-22. (Em linha) Disponível em «<http://www.unine.ch/irer/Gremi/Gremi%202.pdf>» (Consult. 16 de fevereiro 2010).
- Maillat, D. (1998). From the Industrial District to the Innovative Milieu: Contribution to an Analysis of Territorialisated Productive Organisations. *Recherches Economiques de Louvain*, v. 64, pp. 111-129.

- Maillat, D., (2002). Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção. *Interações Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v. 2 (4), Março de 2002, pp.9-16.
- Maillat, D., Crevoisier, O. & Vasserot, J.-Y., (1992). Innovation et district industriel : l'Arc jurassien suisse in Maillat, D. & Perrin, J.-C., (Éds.), *Entreprises innovatrices et développement territorial*. Neuchâtel :GREMI/EDES, pp. 105-126. (Em linha) Disponível em «<http://www.unine.ch/irer/Gremi/Gremi%202.pdf>» (Consult. 16 de fevereiro 2010).
- Maillat, D. & Perrin, J.-C. (Éds.), (1992). *Entreprises innovatrices et développement territorial*. Neuchâtel: GREMI/EDES. (Em linha) Disponível em «<http://www.unine.ch/irer/Gremi/Gremi%202.pdf>» (Consult. 16 de Fevereiro 2010).
- Maillat, D., Quévit, M. & Senn, L. (ed.). (1993). *Réseaux d'innovation et milieux innovateurs: un pari pour le développement régional*. Neuchâtel: GREMI, EDES.
- Maillat D., Crevoisier O. & Lecoq B. (2006). Réseaux d'innovation et dynamique territoriale: un essai de typologie, in Camagni R. et Maillat D. (Org.). *Milieux innovateurs: Théorie et politiques*, Paris: Economica Anthropos, pp. 191-218.
- Marcelino, M., Espada, M. da G., Vilão, R., Ramos, T. B., (Coord. Científica), Alves, I., Gervásio, I. & Liberal, P. (2008) *Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – SIDS PORTUGAL*. Lisboa: Agência Portuguesa do Ambiente.
- Marin, A. & Wellman, B. (2009). *Social Network Analysis: An Introduction*. (Em linha) Disponível em «<http://homes.chass.utoronto.ca/~wellman/publications/index.html>» (Consult. 25 de agosto 2010).
- Marques, P. C. S. da S. (2011). *Fórum de S. Bernardo: uma experiência associativa*. Tese de Mestrado. Universidade de Aveiro. Departamento de Educação.

- Marques, R. (2003). O trilhos da nova sociologia económica in Peixoto, J. & Marques, R. (Org.) *A Nova Sociologia Económica*. Oeiras: Celta Editora, pp. 1-67.
- Marshall, A., (1988). *Princípios de Economia*. Vol. I, tradução revista de Rómulo de Almeida e Ottolmy Strauch. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural.
- Martinelli, F., Moulaert, F. & Ailenei, O. (Ed.). (2002). Territorial innovation models: a critical survey of the international literature. *Social Innovation, Governance and Community Building – SINGOCOM*. (Em linha). Disponível em «<http://users.skynet.be/frank.moulaert/singoocom/wp1report.pdf>» (Consult. 23 de novembro de 2011).
- Martins, A. (2010). O movimento associativo popular e a democracia. (Em linha) Disponível em «http://www.25abril.org/a25abril/get_document.php?id=259» (Consult. 7 de setembro 2010).
- Martins, H. H. T. de S. (2004). Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa*, v.30 (2), maio/ago, pp.289-300.
- Martins, P. H. (2005). A sociologia de Marcel Maus: Dádiva, simbolismo e associação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 73, número não temático, pp. 45-66.
- Martins, S. R. O. (2001). Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. *Interações Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, vol. 3, nº.5, Setembro, pp. 51-59.
- Martins, S. (2003). Projecto JEMA – Formar para criar auto-emprego. Pessoas e Lugares. *Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+*, N.º 9, Maio 2003, pp. 7.
- Martins, S. (2007). *CRER. Guia para criação e apropriação*. Arouca: ADRIMAG.
- Martins, S. (2008). *Metodologia CRER. Criação de Empresa em Espaço Rural. Guia Metodológico para Criação e Apropriação*. Arouca: ADRIMAG.

- Martins, S. & Moreira, A. (2008). CRER – Metodologia de apoio à criação de empresas. Resultados, soluções e recomendações. Arouca: ADRIMAG.
- Mathieu, N. & Guermond, Y. (Eds). (2011). La ville durable, du politique au scientifique. Paris : Éditions Quæ.
- Mauss, M. (2003). Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac & Naify.
- Max-Neef, M. (Ed.), Elizalde, A. & Hopenhayn, M. (1993). Desarrollo a escala humana: conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones. Montevideo: Nordan Comunidad.
- McGuire, J.W. (1963). Business and Society, New York: McGraw Hill.
- McQuillan, A. G. & Preston, A. L. (Ed.). (1998). Globally and Locally: seeking a middle path to sustainable development. Maryland: University Press of America®.
- Meadows, D. H., Meadows, D. L., Randers, J., & Behrens III, W. W. (1974). The Limits to Growth. New York: Universe Books.
- Meadows, D., Meadows, D. & Randers, J. (2004). Limits to Growth – The 30-Year Update. London: Earthscan.
- Meira, D. A. (2009). A responsabilidade social da empresa no Código Cooperativo Português. 5.º Colóquio Ibérico de Cooperativismo e Economia Social, 10 e 11 de Julho, Santarém, Portugal.
- Meister, A. (1977). La participation pour le développement. Paris: Les Éditions ouvrières.
- Mello, C. C. do A. (2006). Agenda 21 local – um glossário analítico para o debate, in Lemos, M. A. B. (Coord.). Cidade, ambiente e política: problematizando a Agenda 21 Local. Rio de Janeiro: Garamond, pp. 33-88.

- Melo, A., (1998a). Ditos e reditos em torno do desenvolvimento local. *Cadernos A Rede*, Edição Especial 10 anos de Desenvolvimento Local, Novembro, pp- 6-11.
- Melo, A., (1998b). O desenvolvimento local como vontade comum. *Cadernos de A Rede*, nº 2, Novembro, pp.62.
- Melo, A. (2003). A Acção Local dos cidadãos como meio de resistência à nova vaga de colonização global: O caso da Associação In Loco no Sul de Portugal, in Boaventura Sousa Santos (Org.). *Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista*. Porto: Afrontamento, pp. 373-395.
- Melo, D. (1999). O associativismo popular na resistência cultural ao salazarismo: a federação portuguesa das coletividades de cultura e recreio. *Revista Penélope*, nº 21, pp. 95-130. (Em linha). Disponível em «http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope_21/21_07_DMelo.pdf» (Consult. 25de agosto 2010).
- Melo, D. (2004). Longe da vista, perto do coração: o associativismo regionalista no império português. VIII congresso juso-afro-brasileiro de ciências sociais: A questão social no novo milénio. Coimbra, 16 a 18 de Setembro. Em linha) Disponível em «<http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel43/DanielMelo.pdf>» (Consult. 25 de agosto 2010).
- Melo, D. & Silva, E. C. da (2009). *Construção da Nação e Associativismo na Emigração Portuguesa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Ministério da Administração Interna, Gabinete do Ministro – Decreto-Lei n.º 594/74 de 7 de Novembro. Reconhece e regulamenta o direito de associação. *Diário da República*, 1 Série – Número 259, pp. 1342, 7 de Novembro de 1974.
- Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Gabinete de Planeamento e Políticas - DSFAA (2008). *Procedimento Operativo –*

Qualificação e Registo de DOP 7 IGP 7 ETG. PO 002/DSFAA, edição nº 1, revisão nº 0 – 07/11/2008.

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP). DRAP Centro – Direcção Regional de Agricultura e Pesca do Centro. Documento Ovos Moles de Aveiro – IGP. (Em linha). Disponível em «http://ptqc.drapc.min-agricultura.pt/documentos/ovos_moles_aveiro.pdf» (Consult. em 29 abril, 2012).

Mintzberg, H., Simons, R. & Kunal, B. (2002). Beyond Selfishness. Working Draft, April 2002. (Em linha) Disponível em «<http://herd.typepad.com/files/mintzberg-beyondselfishness.pdf>» (Consult. 10 de julho de 2010).

Monzón, J. L. (1989). Las cooperativas de trabajo asociado en la literatura económica y en los hechos. Madrid: Ministerio de Trajo y Seguridad Social.

Monzón, J. L., (2003). El cooperativismo en la historia de la literatura económica. *CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, nº 44, pp. 9-32.

Monzón, J. L. (Dir.). (2004). Economía Social y Empleo en la Unión Europea. Valencia: CIRIEC-ESPAÑA.

Monzón, J. L. (2006). Economía Social Y Conceptos Afines: Fronteras Borrosas Y Ambigüedades Conceptuales del Tercer Sector. *CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, noviembre, nº 056, pp. 9-24.

Monzón, J. L. (Dir.). (2008). Las Grandes Cifras de la Economía Social en España. Valencia: CIRIEC-ESPAÑA.

Monzón, J. L. (2012). Las cuentas satélite de las cooperativas, mutuas y mutualidades de previsión social en España. Workshop Fronteiras da Economia Social, Lisboa, INE, 24 de outubro de 2012.

Monzón, J. L. & Chaves, R. (2012). La Economía Social en la Unión Europea. Bruselas: Comité Económico y Social Europeo

- Monzón, J. L., Demoustier, D., Moreno, A. S. & Yoldi, I. S. (dirs.). (2003). El tercer sector no lucrativo en el Mediterráneo: la economía social de no mercado. Vol. I. España, Francia, Grecia, Italia y Portugal. Valencia: CIRIEC-ESPAÑA
- Moralejo, I. A. (2005). La Agenda 21 Local como instrumento de desarrollo sostenible. Tesis Doctoral. Universidad del País Vasco. Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales. Bilbao.
- Moscovici, S. (2002). De la nature: pour penser l'écologie. Paris: Métailié.
- Mothé, D. (2009). Autogestão, in Cattani, A. D.; Laville, J. L.; Gaiger, L. I. & Hespanha, P. (Coord.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, pp. 26-30.
- Moulaert, F. & Scott, A. J. (Ed.). (1997). Cities, Enterprises and Society on the eve of the 21st Century. London: Continuum International Publishing Group.
- Moulaert, F. & Sekia, F. (2003). Territorial Innovation Models: a critical survey. *Regional studies*, v.37, (3), pp. 289-302.
- Moulaert, F., Martinelli, F., Swyngedouw, E. & González, S. (2005). Towards Alternative Model(s) of Local Innovation. *Urban Studies*, v. 42, (11), October, pp. 1969-1990,
- Moulaert, F., Martinelli, F., Swyngedouw, E. & González, S. (2007). Introduction: Social Innovation and Governance in European Cities. *Urban Development Between Path Dependency and Radical Innovation*. *European urban and regional studies*, v. 14 (3), July, pp. 195-209.
- Moulaert, F. & Nussbaumer, J. (2008). La logique sociale du développement territorial. Québec: PUQ
- Moulaert, F., Martinelli, F., Swyngedouw, E. & González, S., (2010). Can Neighbourhoods Save the City? *Community Development and Social Innovation*. New York: Routledge.

- Moulaert, F., MacCallum, D., Mehmood, A. & Hamdouch, A. (ed.), (2013). The international handbook on social innovation: collective action, social learning and transdisciplinary research. Cheltenham: Edward Elgar Publishing
- Mulgan, G. (2006). The Process of Social Innovation. *Innovations: Technology, Governance, Globalizations*. Spring, v. 1 (2), pp. 145-162. Boston: MITpress Journals.
- Mulgan, G., Wilke, N., Tucker, S., Ali, R. & Davis, F. (2006). Social Silicon Valleys: a manifesto for social innovation: what it is, why it matters and how it can be accelerated. London: The Young Foundation. (Em linha). Disponível em «<http://youngfoundation.org/library/>» (Consult. 16 de maio de 2009).
- Mulgan, G., Ali, R., Halkett, R. & Sanders, B. (2007a). In and out of sync: the challenge of growing social innovations. London: Nesta. (Em linha). Disponível em «<http://youngfoundation.org/library/>» (Consult. 16 de maio de 2009).
- Mulgan, G., Tucker, S., Ali R. & Sanders, B. (2007b). Social innovation: what it is, why it matters and how it can be accelerated in *Working Paper*, Oxford Said Business School, pp. 1-52. (Em linha) Disponível em «http://eureka.bodleian.ox.ac.uk/761/1/Social_Innovation.pdf» (Consult. 16 de maio, 2009).
- Murray, I. (2006). EU Carbon Market Crashes: Volatility, price collapse expose serious flaws in trading scheme. *Environment & Climate News*, July 2006. (Em linha) Disponível em «http://www.heartland.org/policybot/results/19336/EU_Carbon_Market_Crashes.html» (Consult. 29 de abril, 2010).
- Murray, R., Caulier-Grice, J. & Mulgan, G. (2010). The Open Book of Social Innovation. The Young Foudation. (Em linha.) Disponível «http://www.nesta.org.uk/library/documents/Social_Innovator_020310.pdf» (Consult. em 26 de março 2011).

- Myrdal, G. (1968). *Teoria Económica e Regiões Subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Saga.
- Naess, A. & Rothengerg, D. (1990). *Ecology, community and lifestyle*. Cambridge: University Press.
- Naia, Patrícia (2007). O Projeto de Valorização de certificação dos Ovos Moles de Aveiro. *Antiguinho, Boletim da Associação de Antigos Alunos da Universidade de Aveiro*, nº 24, Maio 2007, publicação semestral, pp. 16-17.
- Naia, P. (2009). Ovos Moles de Aveiro – Indicação Geográfica Protegida: Do Passado ao Futuro. Atas do Seminário da Segurança à Qualidade do Alimento, 2 e 3 de março, pp. 36.
- Naia, P. (2010). O Processo de Qualificação dos Ovos Moles de Aveiro – Indicação Geográfica Protegida. Tese de Mestrado. Universidade de Aveiro.
- Naia, P. (2011). O processo de qualificação dos Ovos Moles de Aveiro – Indicação Geográfica Protegida. Seminário Segurança Alimentar, Alimentas. Aveiro Business Center, 14 de abril 2011.
- Namorado, R. (1999). Estrutura e Organização das Cooperativas. *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, nº 138, Março.
- Namorado, R. (2000). A Ordem Jurídico-Constitucional do Cooperativismo Português. *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, nº 154, Outubro.
- Namorado, R. (2001a). A identidade Cooperativa na Ordem Jurídica Portuguesa. *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, nº 157, Março.
- Namorado, R. (2001b). Os Líderes Cooperativos Portugueses e os Princípios Cooperativos. *Oficina do Centro de estudos Sociais*, nº 156, Janeiro.
- Namorado, R. (2003). A Sociedade Cooperativa Europeia: problemas e perspectivas. II Colóquio Ibérico de Cooperativismo e Economia Social, Valência, Março.

- Namorado, R. (2004). A economia social – Uma constelação de esperanças. Oficina do Centro de Estudos, nº 213, Setembro.
- Namorado, R. (2005a). Cooperatividade e Direito Cooperativo. Estudos e pareceres. Coimbra: Almedina.
- Namorado, R. (2005b). Cooperativismo – um horizonte possível. (Em linha). Disponível em «<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/229.pdf>» (Consult. 7 de setembro, 2010).
- Namorado, R. (2006). Os quadros jurídicos da economia social: uma introdução ao caso português. *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, nº 251, Maio.
- Namorado, R. (2007a). Cooperativismo – história e horizontes in Gediél, J. A. P. (Org.), Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, pp. 9-35. (Em linha). Disponível em «http://www.itcp.coppe.ufrj.br/hotsite/Revista_Direito_Cooperativo_2.pdf» (Consult. 7 de setembro, 2010).
- Namorado, R. (2007b). Renovar os Quadros Jurídicos da Economia Social? *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, nº 293, Dezembro.
- Namorado, R. (2009a). Cooperativismo, in Cattani, A. D., Laville, J. L., Gaiger, L. I. & Hespanha, P. (Coord.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, pp. 96-102.
- Namorado, R. (2009b). Para uma economia solidária – a partir do caso português, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 84, Março, pp. 65-80.
- Nanfosso, R. A. T. (org.) (2007). *L'économie solidaire dans les pays en développement*. Paris : L'Harmattan.
- Nascimento, C. (2008). Autogestão: Economia Solidária e Utopia. *Otra Economía*, v. II (3), 2º Semestre/2008, pp. 27-40.

- Neves, A. (2009). A Inovação Social nas Políticas Públicas in *Repositório Digital de Publicações Científicas da Universidade de Évora*. (Em linha). Disponível em «<http://hdl.handle.net/10174/2205>» (Consult. 27 de Setembro 2007)
- Norton, B. G. (2007). Ethics and sustainable development: an adaptive approach to environmental choice, in Atkinson, G., Destz, S. & Neumayer, E., (Eds.). *Handbook of Sustainable Development*. Cheltenham: Edward Elgar, pp. 27-44.
- Novaes, W. (2008). Agenda 21: um novo modelo de civilização, in Trigueiro, A. (Coord.). *Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. Campinas: Armazém do Ipê, pp. 323-332.
- Noya, A. & Clarence, E. (Dir.) (2009). *Pour une Économie Sociale. Créer de la richesse par l'intégration sociale*. Paris : Economica.
- Nunes, F. G. S. (2004). *Organizações do Terceiro Sector: em busca de uma identidade*. Tese de Doutoramento, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Nunes, F., Reto, L. & Carneiro, N. (2001). *O Terceiro Sector em Portugal: delimitação, caracterização e potencialidades*. Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo. Lisboa.
- Nyssens, M. (2000). Les approches économiques du tiers secteur: apports et limites des analyses anglo-saxonnes d'inspiration néo-classique. *Sociologie du travail*, vol. 42, n°. 4, pp. 551-565.
- OCDE, Organisation for Economic Co-operation and Development. (2002). *Frascati Manual: Proposed Standard Practice for Surveys on Research and Experimental Development*, 6th edition. (Em linha). Disponível em «http://www.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/frascati-manual-2002_9789264199040-en» (Consult. em 23 de novembro 2010).

OECD, Organisation for Economic Co-operation and Development. (2005). The measurement of scientific and technological activities. Proposed guidelines for collecting and interpreting technological innovation data, 3th edition. Oslo Manual. European Commission and Eurostat. (Em linha). Disponível em «<http://www.oecd.org/science/inno/2367580.pdf>» (Consult. em 23 novembro 2010).

OECD, Organisation for Economic Co-operation and Development, (2007). Annual Report 2007. (Em linha) Disponível em: «<http://www.oecd-ilibrary.org/docserver/download/fulltext/0107071e.pdf?expires=1301695203&id=0000&accname=guest&checksum=24709D1E78A3FAB9482885C0A3B0054>» (Consult. 21 de setembro de 2007).

OECD, Organisation for Economic Co-operation and Development, (2008). Annual Report on Sustainable Development Work in the OECD. (Em linha). Disponível em: «<http://www.oecd.org/dataoecd/61/32/42177377.pdf>» (Consult. 27 de setembro, 2009).

OECD, Organisation for Economic Co-operation and Development (2008). OECD – Environmental Outlook to 2030. (Em linha). Disponível em «<http://www.oecd.org/environment/indicators-modelling-outlooks/40200582.pdf>» (Consult. 27 de setembro, 2009).

OECD, Organisation for Economic Co-operation and Development (2009). The changing boundaries of social enterprises. Paris: OECD.

OECD, Organisation for Economic Co-operation and Development (2003). The nonprofit sector in a changing economy. Paris: OECD.

OECD, Organisation for Economic Co-operation and Development (1999). Les entreprises sociales. Paris: OCDE.

Ohmae, K. (1996). De l'État-nation aux États-régions. Paris : Dunod.

Ohmae, K. (2002). The Borderless World. Londres: Profile Books

- OIT, Organização Internacional do Trabalho. *Recomendação Sobre a Promoção de Cooperativa* 2002. Recomendação 193 – Sobre a Promoção das Cooperativas, votada na plenária da 90ª Conferência da OIT, em 20 de Junho de 2002. Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, Genebra.
- Ollaik, L. G. & Ziller, H. M. (2012). Concepções e validade em pesquisas qualitativas. *Educação e Pesquisa*, v. 38 (1), São Paulo, pp. 229-241.
- Oliveira, G. B. & Souza-Lima, J. E. de (Org.). (2006). *O desenvolvimento sustentável em foco: uma contribuição multidisciplinar*. Curitiba: Annablume.
- Olson, M. (1998), *A Lógica da Acção Colectiva: Bens públicos e teoria dos grupos*. Oeiras: Celta (Edição original em 1965).
- ONU, Organização das Nações Unidas, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. (1991). *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: FGV.
- ONU, Naciones Unidas. (2009). *Las cooperativas en el desarrollo social*. Asamblea General. A/64/132. (Em linha). Disponível em «<http://www.copacgva.org/publications/un/a64132s.pdf>» (Consult. 16 de maio 2010).
- Osborne, S. P. (Ed.) (2008). *The Third Sector in Europe: prospects and challenges*. New York: Routledge.
- Panhuys, H. (2006). *Do Desenvolvimento Global aos Sítios Locais: uma crítica metodológica à globalização*. Tradução, Michel Thiollent. Rio de Janeiro: E-papers.
- Parlamento Europeu (2009). *Resolução do Parlamento Europeu, de 19 de Fevereiro de 2009, sobre a economia social*. [2008/2250 (INI)].
- Patton, M. Q. (2002). *Qualitative Research & Evaluation Methods*. Thousand Oaks: Sage Publications.

Paula, J. (2008). *Desenvolvimento Local: textos seleccionados*. Brasília: SEBRAE.

Pecqueur, B. (1989). *Le développement local*. Paris: Syros.

Pecqueur, B. (Ed.) (1996). *Dynamiques territoriales et mutations économiques*. Paris: L'Harmattan.

Pecqueur, B. (2000). *Le développement local: pour une économie des territoires*. Paris: Syros.

Pecqueur, B. (2005). O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. *Raízes*, vol. 24, nºs 01 e 02, jan./dez. 2005, pp. 10-22.

Pecqueur, B. (2009). A guinada territorial da economia global. *Política & Sociedade*, nº 14 – abril de 2009, pp. 79-105.

Pecqueur, B. e Zimmermann, J-B. (2005). Fundamentos de uma economia da proximidade. Campolina, C. & Lemos, M. B. (Org.). *Economia e Território*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Pereira, A. F. (2001). Cooperativas: mudanças, oportunidades e desafios. (Em colaboração com Lucienne Freire e Lizzie Lagana). Brasília: OIT

Pereira, F. C. (2006). O que é empoderamento (*Empowerment*). (Em linha). Disponível em «<http://www.fapepi.pi.gov.br/novafapepi/sapiencia8/artigos1.php>» (Consult. em 12 de março 2012).

Perez, C. (2001). El cambio tecnológico y las oportunidades de desarrollo como blanco móvil. *Revista de la CEPAL*, n.º 75, Diciembre, pp. 115-136. (Em Linha). Disponível em «<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/3/19323/perez.pdf>» (Consult. em 22 de junho 2007).

Perroux, F., Friedmann, J. & Tinbergen, J. (1975). A planificação e os polos de desenvolvimento. *Colecção Cadernos de Teoria e Conhecimento*, nº 6. Porto: Rés-Editora.

- Pestana, M. e Tinoco, I. (2009). A Indústria e o Comércio da Cortiça em Portugal Durante Século XX. (internet). Disponível em [«http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/slu/v17n1/v17n1a01.pdf»](http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/slu/v17n1/v17n1a01.pdf) (Consult. em 26 de março, 2012).
- Piore, M. & Sabel, C. (1984). *The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity*. New York: Basic Books.
- Pires, A. da R. (1986). Industrialização Difusa e «Modelos» de desenvolvimento: um estudo no distrito de Aveiro. *Finisterra*, XXI, nº 42, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, pp. 239-269
- Pires, E. L. S., Müller, G. & Verdi, A. R. (2006). Instituições, território e desenvolvimento local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. *Geografia*, v. 31, nº 3, set/dez., pp. 437-454.
- Piscitello, L. & Sgobbi, F. (2004). Globalisation, E-Business and SMEs: Evidence from the italian district of Prato. *Small Business Economics*, v. 22, n. 5, pp. 333-347.
- Piteira, M. M. C. (2010). A construção Social da Inovação: estudo de caso de organizações portuguesas de base tecnológica. Tese de doutoramento em sociologia económica e das organizações. Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade Técnica de Lisboa.
- Plano Director Municipal da Mealhada – PDMM (2013). Revisão do Plano Director da Mealhada. Volume 5 – Estudo de Caracterização Socio-Demografia. Capítulo 2. (Em linha). Disponível em [«http://www.cm-mealhada.pt/ficheiros/urbanismo/revpdm13/252relect.pdf»](http://www.cm-mealhada.pt/ficheiros/urbanismo/revpdm13/252relect.pdf) (Consult. 12 junho 2013).
- Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social. PNDES (2000-2006). Conselho Económico e Social. Parecer (aprovado nos Plenários de 21 de julho de 1999). Lisboa.

Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social. PNDES (2000-2006). Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável. Reflexão Preliminar, visão prospectiva/PNDES (Outubro 1998).

Plano Estratégico Nacional Desenvolvimento Rural. Portugal. PENDR (2007 – 2013). (Em linha). Disponível em «<http://www.gppaa.min-agricultura.pt/drural/>» (Consult. 12 de outubro 2010).

Polanyi, K. (2000). A Grande Transformação: As origens da nossa época. (Publicado pela 1.^a vez em 1944). Rio de Janeiro: Campus.

Popper, K. R. (1975). Lógica da investigação científica. São Paulo: Cultrix.

Portela, J., (Coord.), Hespanha, P., Nogueira, C., Teixeira, M. S. & Baptista, A. (2008). Microempreendedorismo em Portugal – experiências e perspectivas. POEFDS – Medida 4.2.2.1. Estudo e investigação. Projeto n.º 87/2006. INSCOOP.

Powell, W. W. & Steinberg, R. (2006). The nonprofit sector: a research handbook. New Haven: Yale University Press.

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território. PNPOT (2007 – 2013). Programa de Acção. Presidência do Conselho de Ministros. Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2006. Diário da República – 1 Série –B, n.º 82, 27 de abril de 2006.

Programa Operacional Regional do Centro 2007-2013 – Mais Centro (2012). (Em linha). Disponível em «<http://www.maiscentro.qren.pt/private/admin/ficheiros/uploads/2007PT161PO003+ANN11.pdf>» (Consult. 12 de outubro 2010).

Proudhon, P. J. (2008a). What is Property? An Inquiry into the Principle of Right and of Government. First published 1840. Forgotten Books. (Em linha). Disponível em «www.forgottenbooks.org» (Consult. 29 de abril 2010).

- Proudhon, P. J. (2008b). *The Evolution of Capitalism. System of Economical Contradictions or, the Philosophy of Misery*. First published 1847. Forgotten Books. (Em linha) Disponível em «www.forgottenbooks.org» (Consult. 29 de abril 2010).
- Putnam, R. (1995). *Bowling Alone: America's Declining Social Capital*. In *Journal of Democracy*, January, v. 6, n° 1, pp. 65-78. (Em linha). Disponível em «<http://xroads.virginia.edu/~hyper/DETOC/assoc/bowling.html>» (Consult. 18 de maio 2008).
- Pyke, F., Becattini, G. & Sengenberger, W. (Eds.) (1990). *Industrial Districts and Inter-firm Cooperation in Italy*. Geneva: International Institute for Labour Studies.
- Pyke, F. & Sengenberger, W. (eds.) (1992). *Industrial districts and local economic regeneration*. Geneva: International Institute of Labour Studies.
- Quadro de Referência Estratégico Nacional – QREN 2007 – 2013. (2006). Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Lisboa: Observatório do QCA III.
- Quadro de Referência Estratégico Nacional – QREN 2007 – 2013 (2008). *Enquadramento das Estratégias de Eficiência Coletiva*. Enquadramento aprovado pelas Comissões Ministeriais de Coordenação do PO Fatores de Competitividade e dos PO Regionais, pelo Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. (Em linha). Disponível em «<http://www.maiscentro.qren.pt/private/admin/ficheiros/uploads/Enquadramento%20eec.pdf>» (Consult. 12 de outubro de 2012).
- Quadro de Referência Estratégico para a região de Aveiro – Grande Área Metropolitana de Aveiro (GAMA) – QRE (2006). CEIDET – Universidade de Aveiro.
- Quintão, C. (2004). *Terceiro Sector – elementos para referenciação teórica e conceptual*. Actas do V Congresso Português de Sociologia, 12 a 15 de Maio 2004.

- Universidade do Minho – Braga. (Em linha) Disponível em «<http://www.letras.up.pt/isociologia/uploads/files/Working5.pdf>» (Consult. 12 de outubro 2009).
- Quitão, C. (2006). O terceiro sector: apontamentos históricos, contornos e desafios actuais. Seminário Desafios à economia social: políticas e práticas. *Campus* de Gualtar, Braga, 27 de Abril, 2006.
- Quintão, C. (2011). O terceiro sector e a sua renovação em Portugal. Uma abordagem preliminar. IS Working Papers, 2ª Série, nº 2, Porto, Abril de 2011. (Em linha) «http://isociologia.pt/publicacoes_workingpapers.aspx» (Consult. em 20 de fevereiro, 2012).
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (2003). Manual de Investigação em Ciências Sociais – Trajectos. Lisboa: Gradativa.
- Raffestin, C. (1993). Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática.
- Reis, J. (1988). Territórios e sistemas produtivos locais: uma reflexão sobre as economias locais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 25/25, Dezembro, pp. 127-141.
- Reis, J. (1992). Os espaços da indústria. A regulação económica e o desenvolvimento local em Portugal. Porto: Edições Afrontamento.
- Reis, J. (1998a). Por uma cultura do território: notas sobre o processo de regionalização (1995-1998). *Oficina do CES*, nº 111, Abril. (Em linha). Disponível em «<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/111.pdf>» (Consult. 2 de fevereiro, 2010).
- Reis, J. (1998b). Uma nova política pública: o desenvolvimento local. *A Rede*, Edição Especial, 10 anos de desenvolvimento local, Novembro, pp.32-33.
- Reis, J. (2001). A globalização como metáfora da perplexidade: os processos geo-económicos e o «simples» funcionamento dos sistemas complexos in Sousa

- Santos (org.). *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento, pp. 109-134.
- Reis, J. (2003). Globalização e inovação: uma discussão sobre as densidades urbanas. (Em linha). Disponível em «<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/227.pdf>» (Consult. 2 de fevereiro 2010).
- Reis, J. (Coord.). (2005). *Governança Regional e Gestão das intervenções Financiadas pelos Fundos Estruturais. Estudo para o Observatório do QCA III.* Coimbra: FEUC
- Reis, J. (2006). Uma epistemologia do território. *Estudos Sociedade e Agricultura*, vol. 13, nº 1, pp. 51-74.
- Relatório do Ano Internacional das Cooperativas (ACI – 2012). (Em linha). Disponível em «http://www.cases.pt/0_content/actividades/aic-2012/Relatorio_AIC-2012_20130402.pdf» (Consult. 29 de abril 2013).
- Resolução do Parlamento Europeu, de 19 de fevereiro de 2009, sobre a economia social (2008/2250(INI)). (Em linha). Disponível em «<http://www.uc.pt/feuc/ceces/ficheiros/resolucao>» (Consult. 20 de novembro, 2010).
- Ribeiro, F. & Proença, M. (2008). *PROVERE – Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos – Das ideias à ação: Visão e Parcerias.* Lisboa: Departamento de Prospetiva e Planeamento e Relações Internacionais.
- Richardson, H. W. (1975). *Economia Regional – Teoria da Localização, Estrutura Urbana e Crescimento Regional.* Rio de Janeiro: Zahar.
- Rifkin, J. (1995). *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho.* São Paulo: Makron Books.

- Rodrigues, A. L. (2006). Modelos de gestão e inovação social em organizações sem fins lucrativos: divergências e convergências entre *nonprofit sector* e economia social. 30.º Encontro da ENPAD, EnANPAD, 23 a 27 de Setembro de 2006, Salvador, Bahia, Brasil.
- Rogers, R. (2001). Cidades para um pequeno planeta. Trad. Anita Regina Di Marco. Barcelona: Gustavo Gili
- Roosa, S. A. (2010). Sustainable development handbook. Lilburn: The Fairmont Press.
- Rosanvallon, P. (1995). La nouvelle question sociale: repenser l'État-providence. Paris: Éditions du Seuil.
- Ruivo, F. (1990). Local e Política em Portugal: o poder local na mediação entre centro e periferia. Revista Crítica de Ciências Sociais, n.º 30, pp. 75-95.
- Rydin, Y. (2007). Sustainable cities and local sustainability. Atkinson, G., Destz, S. & Neumayer, E. (Eds.). *Handbook of Sustainable Development*. Cheltenham: Edward Elgar, pp. 347- 361.
- Sachs, I. (1980). Stratégies de l'écodéveloppement. Paris: Les Editions Ouvrière.
- Sachs, I. (1986a). Ecodesenvolvimento. Crescer sem destruir. São Paulo: Vértice.
- Sachs, I. (1986b). Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento. São Paulo: Vértice.
- Sachs, I. (1993). Estratégias de transição para o século XXI, in Bursztyn, M. (Org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, pp. 29-56.
- Sachs, I. (org.) (1996). Quelles villes, pour quel développement? Paris: Press Universitaires de France.
- Sachs, I. (2000a). Understanding development: People, markets and the State in mixed economies. New Delhi: Oxford University Press.

- Sachs, I. (2000b). *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável: ideias sustentáveis*. Trad. José Lins Albuquerque Filho. Rio de Janeiro: Ed. Garamond.
- Sachs, I. (2004). *Desenvolvimento Incluyente, Sustentável e Sustentado*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond.
- Sachs, I. (2007). *Rumo à Ecosocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Ed. Cortez.
- Sachs, I. (2008). *La troisième rive. A la recherche de l'écodéveloppement*. Paris: Bourin Éditeur.
- Sachs, I. (2009). O desenvolvimento sustentável: do conceito à ação, de Estocolmo a Joanesburgo in Varella, M. D. & Barros-Platiau, A. F. (Org.) *Proteção internacional do meio ambiente*, Brasília: Unitar, UniCEUB e UnB. (Em linha) Disponível em «http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/MarceloV_AnaBP.pdf» (Consult. 29 de abril 2010), pp. 27-33.
- Sachs, I., Bergeret, A., Schiray, M., Sigal, S., They, D. & Vinaver, K. (1981). *Initiation à l'écodéveloppement*. Toulouse: Privat.
- Sadler, B. & Jacobs, P., (1990). Définir les rapports entre l'évaluation environnementale et les développement durable: la clé de l'avenir, in *Developpement durable et evaluation environnementale: perspectives de planification d'un avenir commun*, Conseil canadien de recherche sur l'évaluation environnementale. Ottawa
- Salamon, L. M. (1987). Partners in Public Service: The Scope and Theory of Government-Nonprofit Relations, in Powell, W. (org.). *The Nonprofit Sector: A Research Handbook*. New Haven/London: Yale University Press, pp. 99-117.
- Salamon, L. M. & Anheier, H. K. (1992). In Search of the Nonprofit Sector II: The Problem of Classification. *Working Papers of the Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project*, no. 3. Center for Civil Society Studies. The Johns Hopkins University Institute for Policy Studies.

- Salamon, L. M. & Anheier, H. K. (1996). *The emerging nonprofit sector: an overview*. Manchester: Manchester University Press Key.
- Salamon, L. M. & Anheier, H. K. (orgs.), (1997). *Defining the nonprofit sector: a cross-national analysis*. New York: Manchester University Press.
- Salamon, L. M. & Anheier, H. K. (1998a). *Social Origins of Civil Society: Explaining the Nonprofit Sector Cross-Nationally*. *Voluntas*, 9(3), pp. 213-248.
- Salamon, L. M. & Anheier, H. K. (1998b). *The nonprofit sector in the developing world*. New York: Manchester University Press.
- Salamon, L. M., Anheier, H. K., List, R., & Toepler, S. S. (2000a). *Global Civil Society: Dimensions of the Nonprofit Sector*, Vol. 1. Baltimore: Johns Hopkins University Institute for Policy Studies.
- Salamon, L. M., Hems, L. C. & Chinnock, K. (2000b). *The nonprofit sector: For what and for whom? Working papers of the Johns Hopkins Comparative nonprofit Sector Project*, nº 37. (Em linha) Disponível em <http://www.ccss.jhu.edu/pdfs/CNP_Working_Papers/CNP_WP37_ForWhat_2000.pdf> (Consult. 4 de janeiro 2010).
- Salamon, L. M. & Dewees, S., (2001). *In Search of the Nonprofit Sector: Improving the State of the Art. Working Paper Series nº 18*, Center for Civil Society Studies. The Johns Hopkins University Institute for Policy Studies.
- Salamon, L. M., Sokolowski, S. W. & List, R. (2003). *Global civil society: An Overview*. Baltimore: The Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project.
- Salamon, L. M. & Sokolowski, S. W. (2004). *Global civil society: dimensions of the nonprofit sector*. Bloomfield: Kumarian.
- Sainsaulieu, R.; Tixier, E. P. & Marty, M. O. (1983). *La démocratie dans les organisations, vers des fonctionnements collectifs de travail*. Paris: Librairie des Méridiens.

- Santos, B. de S. (2002a). Os processos da globalização. *Eurozine Review*. (Em linha) Disponível em «<http://www.eurozine.com/articles/2002-08-22-santos-pt.html>» (Consult. 10 de julho 2009).
- Santos, B. de S. (2002b). *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, B. de S. (2003a). Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento. *Currículo sem Fronteiras*, v.3, nº 2, Jul/Dez, pp.5-23.
- Santos, B. de S. (Org.). (2003b). *Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista*. Porto: Afrontamento.
- Santos, C. A. (Coord.). (2012). *Pequenos negócios: desafios e perspectivas: desenvolvimento sustentável*. Brasília: SEBRAE
- Santos, M. (1994). O retorno do território, in Santos, M., Souza, M. A. A. de, & Silveira, M. L. (orgs.). *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur.
- Santos, M. (1996). *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (1999). O Território e o saber local: algumas categorias de análise. *Cadernos IPPUR*, Ano XIII, nº 2, pp. 15-26.
- Santos, M., (2007). *O espaço do cidadão*. São Paulo: EDUSP.
- Santos, M. J. N. (1992). Processos de industrialização difusa: breves notas. *Sociologia, série I*, vol. 2. Porto: Faculdade de Letras de Letras da Universidade do Porto, pp. 121-144.
- Santos, M. J. N. (2001). *Estratégias Empresariais e Processos de Modernização – o caso do complexo produtivo do calçado*. Tese de Doutorado, Instituto Superior de Economia e Gestão.

- Santos, M. J. N. (2002). Processo de Modernização Empresarial: o papel das redes locais, in Scherer-Warren & Ferreira, J. M. C. (Org.). Transformações Sociais e Dilemas da Globalização: um diálogo Brasil/Portugal, São Paulo: Cortez Editora, pp. 93-107.
- Santos, M. J. N. (Coord.), Silva, J. L. A e, Sampaio, J. J., Henriques, P. L. & Eusébio, C. (2005). Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Empresarial. Oeiras: Ed. Celta.
- Scheid, F. (2011). Die Regionalpolitik der EU zur Entwicklung des ländlichen Raumes mit besonderer Betrachtung landwirtschaftlicher Qualitätserzeugnisse in der Beira Litoral, Portugal. Institut für Geographie der Leopold-Franzens-Universität Innsbruck.
- Schmitz, H. & Musyck, B. (1994). Industrial Districts in Europe: Policy Lessons for Developing Countries ? *World Development*, vol.22, nº 6, pp.889-910.
- Schumacher, E. F. (1980). El buen trabajo. Madrid: Debate.
- Schumpeter, J. A. (1985). Teoria do desenvolvimento económico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo económico. São Paulo: Nova Cultural.
- Scott, A. J. & Storper, M., (1988). Indústria de Alta Tecnologia e Desenvolvimento Regional: Uma Crítica e Reconstrução Teórica. *Espaço e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, Ano VIII, nº 25, pp. 30-44.
- Scott, A. J. & Storper, M., (2003). Regions, Globalization, Development. *Regional Studies*, v. 37 (6,7) pp. 579-593.
- Scotto, G., Carvalho, I. C. de M. & Guimarães, L. B. (2010). Desenvolvimento Sustentável. Petrópolis: Vozes.
- Sen, A. (1998). Las teorías del desarrollo a principios del siglo XXI. (Em linha). Disponível em «<http://www94.etc.upm.es/isf/sen-1998.pdf>» (Consult. 27 de julho 2009).

- Sen, A. (2003). O Desenvolvimento como liberdade. Tradução Rosa, J. C. Lisboa: Gradiva.
- SENAES, Secretaria Nacional de Economia Solidária (S/D). Desenvolvimento local: territórios, redes e desenvolvimento. (Em linha). Disponível «<http://www.itcp.usp.br/drupal/node/440>» (Consult. 29 de abril 2011).
- Serrado, F., Pereira, M., Freitas, S., Martins, S. & Dias, T. (2010). Mirtilos – Guia de boas práticas para produção, promoção e comercialização. Arouca: PRO ADRIMAG.
- Silva, M. R. (1987). O desenvolvimento industrial do Vale do Avre. Porto: CCRN, Ministério do Plano.
- Silveira, F. L. (1992). A filosofia da ciência e o ensino de ciências. *Em Aberto*, ano 11 (55), jul/set. Brasília, pp.36-47.
- Simão, J. V. & Ribeiro, J. F. (Coord.) (2011a). Carta Regional de Competitividade – Região Baixo Vouga. Lisboa: AIP (Em linha). Disponível em «http://www.aip.pt/?lang=pt&page=informacao_economica/carta_magna_region_ais.jsp» (Consult. em 30 de março 2012).
- Simão, J. V. & Ribeiro, J. F. (Coord.) (2011b). Carta Regional de Competitividade – Região Entre Douro e Vouga. Lisboa: AIP (Em linha). Disponível em «http://www.aip.pt/?lang=pt&page=informacao_economica/carta_magna_region_ais.jsp» (Consult. em 30 de março 2012).
- Singer, P. (1998). Uma utopia militante. Repensando o Socialismo. São Paulo: Editora Vozes.
- Singer, P. (2001). Economia solidária *versus* economia capitalista. *Sociedade & Estado*, v. 16 (1-2), Jun./Dez. pp. 100-112.
- Singer, P. (2002). Introdução à economia solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

- Singer, P. (2004a). Desenvolvimento Solidário: significado e estratégia. – Texto para discussão. Ministérios do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional de Economia Solidária. Brasília: MTE (Em linha). Disponível em «http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_desenvolvimentoestrategica.pdf» (Consult. 26 de março de 2007).
- Singer, P. (2004b). Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. *Estudos Avançados*, 18 (51), pp. 7-22.
- Singer, P. (2004c). É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres? – Texto para discussão. Ministérios do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional de Economia Solidária. Brasília: MTE (Em linha). Disponível em «http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_desenvolvimentocomunidadespobre.pdf» (Consult. 26 de março de 2007).
- Singer, P. (2004d). Em defesa dos direitos dos trabalhadores. Texto para discussão. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Brasília: MTE. (Em linha). Disponível em «http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_defesadireitotrabalhadores.pdf» (Consult. 26 de março de 2007).
- Singer, P. (2008). Economia Solidária. Entrevista com Paul Singer a Paulo de Salles Oliveira. *Estudos Avançados*, 22 (62), pp. 289-314.
- Sitarz, D. (ed.) (1993). *Agenda 21: the Earth Summit strategy to save our planet*. Michigan: Earth Press.
- Smardon, R. (2008). A comparison of Local Agenda 21 implementation in North American, European and Indian cities. *Management of Environmental Quality: An International Journal*, v. 19 (1), pp.118-137.
- Sobral, J. M. (2007). Os sem-história: memória social, história e cidadania. *Le Monde Diplomatique*, 8 de Fevereiro de 2007. (Em Linha). Disponível em «<http://pt.mondediplo.com/spip.php?article401>» (Consult. 13 de dezembro 2010).

- Sousa, M. T. (2011). Os contornos do emprego e do trabalho na economia social: estudos de caso nos distritos de Viseu e da Guarda. Tese de Doutoramento. Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Stake, R. E. (1995). *The Art of Case Study Research*. California: SAGE Publications.
- Stöhr, W. & Taylor, D. R. F. (1981). *Development from above or below? The dialectics of regional planning in development countries*. Londres: Wiley and Sons.
- Stöhr, W. (1990). *Global Challenge and Local Response*. London: Mansell
- Stoner, J. A. F. & Freeman, R. E. (1999). *Administração*. Rio de Janeiro: LTC
- Storper, M. (1997). *The regional world. Territorial development in a global economy*. New York: The Guilford Press.
- Strange, T. & Bayley, A. (2008). *Sustainable Development: Linking economy, society, environment*. OCDE. (Em linha) Disponível em «http://www.oecd.org/document/11/0,3343,en_21571361_37705603_41530635_1_1_1_1,00.html» (Consult. 02 de Fevereiro 2009).
- Straub, P. (2004). Parecer do Comité das Regiões sobre a «Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões relativa à promoção das cooperativas na Europa». (2004/C 318/05). *Jornal Oficial da União Europeia*, 22.12.2004, pp. C 318/17-19.
- Swinburn, G., Goga, S. e Murphy, F. (2006). *Desenvolvimento Económico Local: um manual para a implementação de estratégias para o desenvolvimento económico local e planos de ação*. Washington, DC.: Bertelsmann Stifund, Gütersloh; Banco Mundial (BIRD).
- Taylor, D. R. F. & Stöhr, W. (Coord.) (1981). *Development from above or development from below? Radical approaches to spatial planning in developing countries*. Chichester: Wiley.

- Taylor, J. B. (1970). Introducing social innovation. *The Journal of Applied Behavioral Science*, 6(1), pp.69-77.
- Taylor, R. (Ed.), (2010). *Third Sector Research*. London: Springer.
- Teixeira, J. A. V. G. (2013). *Legislação de Cooperativas – Coletânea Histórica*. Lisboa: CASES. (Em linha). Disponível em «www.bibliotecaantoniosergio.pt/» (Consult. 20 de fevereiro 2013).
- Teixeira, J. (2009). *As Cooperativas e o Desenvolvimento*. In CONFECOOP – Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL. (Internet). Disponível em «http://www.confecoop.coop/documentos/seara_nova_artigo.pdf» (Consult. 2 de fevereiro 2010).
- Teune, H. (2005). O futuro da localidade numa era global. In Fonseca, F. T. da, (Coord.). *O poder local em tempo de globalização: uma história e um futuro*.
- Thiollent, M. (2005). Perspectivas da metodologia de pesquisa participante e de pesquisa-ação na elaboração de projetos sociais e solidários in Lianza, S. & Addor, F. (Orgs.). *Tecnologia e desenvolvimento social e solidário*. Rio Grande do Sul: UFRGS Editora, pp. 172-189.
- Tödtling, F. (1994). The uneven Landscape of Innovation Poles: Local Embeddedness and Global Newtworks. In Amin, A. & Thrift, N., (Eds.). *Globalization, Institutions and regional development in Europe*. Cap. 4. Oxford: Oxford University Press, pp. 68-90.
- Tocqueville, A. de (1987). *A democracia na América*. Livro 1, *Leis e Costumes*. São Paulo: EDUSP.
- Tocqueville, A. de (1987). *A democracia na América*. Livro 2, *Sentimentos e Opiniões*. São Paulo: EDUSP
- Torre, A. & Traversac, J-B. (Eds.).(2011). *Territorial Governance: Local Development, Rural Areas and Agrofood Systems*. Paris: Physica-Verlag.

- Toraine, A. (2000). A Method for Stunding Social Actors. *Journal of World-Systems Research*, Vol. VI, nº 3, Fall/Winter 2000, Special Issue: Festschrift for Immanuel Wallerstein – Part II, pp. 900-918. (Em linha). Disponível em «<http://jwsr.ucr.edu/archive/vol6/number3/pdf/jwsr-v6n3-touraine.pdf>» (Consult. 11 de julho, 2008)
- Trigueiro, A. (Coord.). (2008). Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Campinas: Armazém do Ipê
- UCE, Universidade Cooperativa Europeia. (2002). O Referencial Europeu do Empresariado Social. Programa Leonardo Da Vinci. Nº de Convenção: F/01/B/P/PP-118065. (Internet). Disponível em «<http://www.universite-cooperative.coop>» (Consult. 8 de dezembro 2010).
- UICN, International Union for Conservation of Nature – www.iucn.org
- UN, Department of Economic and Social Affairs. Division for Sustainable Development (1992). Earth Summit – Agenda 21 – The United Nations Programme of action from Rio. (Em linha) Disponível em «<http://www.un.org/esa/dsd/agenda21/>» (Consult. 12 de outubro de 2008).
- UN, Department of Economic and Social Affairs. (2002). Global Challenge, Global Opportunity. Trends in Sustainable Development. Joahannesburg Summit 2002. (Em linha) Disponível em «http://www.un.org/esa/sustdev/publications/critical_trends_report_2002.pdf» (Consult. 20 de fevereiro 2008).
- UN, Department of Economic and Social Affairs. Statistic Division. (2003). Handbook on Non-Profit Institutions in the System of National Accounts. ST/STAT/SER.F/91. New York: UN. (Em linha) Disponível em «http://unstats.un.org/unsd/publication/seriesf/seriesf_91e.pdf» (Consult. 2 de fevereiro 2011).

- UNEP, United Nations Environment Programme. (2012). 21 Issues for the 21st Century: Results of the UNEP Foresight Process on Emerging Environmental Issues. Nairobi: UNEP.
- Ultramari, C. (2005). O fim das utopias urbanas. São Paulo : Studio Nobel
- Vachon, B., (1994). Agent de développement: jardinier du développement local. *Les Cahiers du développement local*. Vol. 2, no. 4. Saint-Augustin. Conférence des CADC du Québec, pp. 3-5.
- Vachon, B., (1996). Enjeux et réalités du développement local au Québec. *Revue de Géographie de Lyon*, vol. 71, (3), pp. 262-267. (Em linha) Disponível em «http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/geoca_0035-113x_1996_num_71_3_6230» (Consult. 23 de abril de 2010).
- Vachon, B. (2001). Le développement local intégré: une approche humaniste, économique et écologique du développement des collectivités locales. Dîner-conférence Carrefour de relance de l'économie et de l'emploi du centro de Québec et de Vanier, 19 novembro, Domanie Maizerest, Québec. (Internet) Disponível em «<http://www.cdecdequebec.qc.ca/pdf/diner/bernardvachon.pdf>» (Consult. 23 de abril de 2010).
- Vachon, B., & Coallier, F. (1993). Le développement local: théorie et pratique. Réintroduire l'humain dans la logique de développement. Montréal : Gaetan Morin.
- Vaillancourt, Y. (2013). The Co-construction of Public Policy: The Contribution of the Social Economy, in Bouchard, M. (Ed.) (2013). Innovation and the Social Economy. The Québec Experience. Toronto: University of Toronto Press, pp. 127-157.
- Vale, A. (2010). Um novo paradigma para a intervenção social in Vale, A., Henriques, J. M. & Nunes, M. do C. (2010). Para uma nova intervenção social, pp. 8-13. Lisboa: Gabinete de Gestão EQUAL

- Vázquez Barquero, A. (1988). Las iniciativas locales y los sistemas de localización industrial. *Estudios Regionales*, nº 22, pp. 69-82.
- Vázquez Barquero, A. (1995). Desenvolvimento local: novas dinâmicas na acumulação e regulação do capital in *Ensaio FEE*, Porto Alegre, (16)1, pp. 221-241.
- Vázquez Barquero, A. (1999). El desarrollo local: una estrategia para el nuevo milenio. *REVESCO Revista de Estudios Cooperativos*, nº 68, pp. 15-23.
- Vázquez Barquero, A. (2000). Desarrollo endógeno e globalización. *Eure, Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales*, Diciembre, año/vol. XXVI, (079), pp. 1-28.
- Vázquez Barquero, A. (2001). Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística.
- Vázquez Barquero, A. (2005). Las nuevas fuerzas del desarrollo. Barcelona: Antoni Bosch Editor.
- Vázquez Barquero, A. (2007). Surgimiento y transformación de clusters y milieus en los procesos de desarrollo. *Revista Cultura Económica*, año XXV, nº 69, Agosto, pp. 38-57.
- Vázquez Barquero, A. (2009). Desarrollo local, una estrategia para tiempos de crisis. *Universistas Forum*, vol. 1, nº 2, mayo, pp. 1-11
- Veiga, J. E. da (2002). A face territorial do desenvolvimento. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Vol. 3, nº5, Set., pp. 5-19
- Veiga, J. E. da (2005a). O Prelúdio do Desenvolvimento Sustentável. (Em linha). Disponível em «<http://www.zeeli.pro.br/>» (Consult. 30 de março 2009).
- Veiga, J. E. da (2005b). Do global ao local. São Paulo: Autores Associados
- Veiga, J. E. da (2005c). Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond.

- Veiga, J. E. da (2006). Meio Ambiente & Desenvolvimento. Vol. 5 da Série Meio Ambiente. São Paulo: SENAC.
- Veiga, J. E. da (Org.), (2009). Economia Socioambiental. São Paulo: SENAC.
- Ventura, M. M. (2007). O estudo de caso como Modalidade de Pesquisa. *Rev. SOCERJ*, 20 (5), pp.383-386.
- Veltz, P. (1996). Mondialisation, villes et territoires. Paris: PUF.
- Vienney, C. (1994). L'économie sociale. Collection Repères. Paris: La Découverte.
- Vivet, D. & Thiry, B. (2000). Champ de l'étude, importance quantitative et acceptations nationales, in CIRIEC Les entreprises et organisations du troisième système : Un enjeu strategique pour l'emploi. Action pilote «Troisième système et emploi» de la Commission européenne. CIRIEC, pp. 11-34
- Voss, C., Tsiriktsis, N. & Frohlich, M. (2002). Case Research in Operations Management. *International Journal of Operations & Production Management*, v. 22 (2), pp. 195-219.
- Vwilão, R., Venâncio, C., Liberal, P. & Venâncio, R. (2010). SIDS Portugal: indicadores-chave 2010. Agência Portuguesa do Ambiente. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.
- WBCSD – World Business Council for Sustainable Development (2007). Promoción de Pequeñas y Medianas Empresas para el Desarrollo Sostenible. (Em linha) Disponível em «<http://www.wbcd.org/web/publications/pymes.pdf>» (Consult. 10 de julho 2010).
- WCED – World Commission on Environment and Development (1987). Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future. In UN Documents Gathering a body of global agreements.(Internet). Disponível em «<http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>» (Consult. 25 de novembro 2008).
- Weber, R. P. (1990). Basic Content Analysis. Second edition, Newbury Park, CA: Sage

Weisbrod, B. A. (1988). *The Nonprofit Economy*, Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.

Yin, R. K. (2001). *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. 2º. Ed., Porto Alegre: Bookman.

Zimmermann, J-B. (2005). *Entreprises et territoires: entre nomadisme et ancrage territorial*. *Revue de l'IREs*, nº 47, 2005/1, p. 21-36.

FONTES DA INTERNET

Åalborg 10+ – The Åalborg Commitments Secretariat. <http://www.aalborgplus10.dk/>

Agenda 21 Local Portugal. www.agenda21local.info

Alain Lipietz – <http://lipietz.net/>

ANMP - Associação Nacional dos Municípios Portugueses. www.anmp.pt

APA. Agência Portuguesa do Ambiente. www.apambiente.pt

Associação Charles Gide - <http://www.charlesgide.fr/>

BCSD Portugal - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável. <http://www.bcsdportugal.org>

Câmara Municipal de Arouca – www.cm-arouca.pt

Câmara Municipal de Aveiro – www.cm-aveiro.pt

Câmara Municipal de Oliveira do Bairro – www.cm-olb.pt

Câmara Municipal de Ovar – www.cm-ovar.pt

Câmara Municipal de Sever do Vouga – www.cm.sever.pt

CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social – www.cases.pt

Centre de Recherche sur les Innovations Sociales (CRISES) – www.crisis.uqcam.ca

Cidades Sustentáveis. <http://www.cidadessustentaveis.info/>

CNADS – Conselho Nacional do Ambiente. www.cnads.pt

Conseil wallon de l’Economie sociale (CWES) - www.cesw.be/index.php

Cooperatives Europe - www.coopseurope.coop/

Co-operative News The Global News Hub for Co-operatives – www.thenews.coop/

Diário Nacional electrónico – www.dre.pt

European Commission Sustainable Development. <http://ec.europa.eu/sustainable/>

European Commission - Industrial innovation: Social innovation - <http://ec.europa.eu/enterprise/policies/innovation/policy/social-innovation/>

ICLEI - International Council for Local Environmental Initiatives. www.iclei.org

Ideia Sustentável. <http://www.ideiasustentavel.com.br/>

Frank Moulaert - <http://www.frankmoulaert.net/index.html>

Global Urban Research Unit - <http://www.ncl.ac.uk/guru/>

International Joseph Alois Schumpeter Society – www.iss-vec.de

José Luis Coraggio - www.coraggioeconomia.org

Joseph Alois Schumpeter – www.schumpeter.info

Kartasis - <http://kartasis.ncl.ac.uk/>

Ladislau Dowbor – www.dowbor.org

Rio+20 – United Nations Conference on Sustainable Development (UNCSD).
<http://www.uncsd2012.org/rio20/>

Serviços de Documentação da Universidade de Aveiro (2000). Aveirana, Aveiro: o espaço, o tempo e as gentes. (Em linha) Disponível em «http://aveirana.doc.ua.pt/car_frame.htm» (Consult. em 13 de Dezembro de 2009).

SINGOCOM - Local innovation – an alternative model -
http://ec.europa.eu/research/social-sciences/projects/100_en.html

Share research: Academia.edu – www.academia.edu

Social Economy Europe - www.socialeconomy.eu.org/

Social Innovation Europe. <http://www.socialinnovationeurope.eu/>

Social Polis - <http://www.socialpolis.eu/>

The Online Library of Liberty. <http://oll.libertyfund.org/>

The Rochdale Pioneers - www.therochdalepioneers.co.uk/the-story/the-pioneers

The Young Foundation – <http://youngfoundation.org/>

United Nations Division for Sustainable Development.
http://www.un.org/esa/dsd/index.shtml?utm_source=OldRedirect&utm_medium=redirect&utm_content=dsd&utm_campaign=OldRedirect

United Nations Human Settlements Programme, UN-HABITAT. <http://www.unchsh.org>

BIBLIOTECA VIRTUAL

Arquivo Marxista na Internet – (Biblioteca, temas, dicionário, novidades) – www.marxists.org

Biblioteca Digital António Sérgio - <http://www.bibliotecaantoniosergio.pt/>

Biblioteca Nacional Portuguesa – www.bnportugal.pt

Centro de Documentação 25 de Abril – Universidade de Coimbra – <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=HomePage>

Centro de Estudos em Cooperativismo e da Economia Social – FEUC – <http://www.uc.pt/feuc/ceces>

Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento – www.centrocelsofurtado.org.br

CRISES – Centre de recherche sur les innovations sociales – www.crisis.uqam.ca

Ecco dos Operários – Revista Social e Literatura, por L. de Mendonça, S. Brandão e Vieira da Silva Junior, - <http://purl.pt/13464/2/j-1191-b PDF/j-1191-b PDF 01-B-R0300/j-1191-b 1851 0000 rosto-8 t01-B-R0300.pdf>

Google books – www.books.google.com

História do Pensamento Económico - <http://www.pensamentoeconomico.ecn.br/>

Les Classiques des sciences sociales – <http://classiques.uqac.ca/>

Periódicos Capes – www.periodicos.capes.gov.br

The Online Library of Liberty – Liberty Fund, Inc. – <http://oll.libertyfund.org/>

ANEXOS

ANEXO 1. – GUIÃO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Tese de Doutoramento: Políticas de desenvolvimento local sustentável, Terceiro Setor e inovação social: o caso da Região de Aveiro

Orientador: Prof. Doutor José Maria Carvalho Ferreira

Co-Orientadora: Profa. Doutora Maria João Nicolau Santos

SOCIUS/ISEG/UTL

Metodologia - Trabalho de Campo, Estudo de Casos

Entrevista semi-estruturada, gravada e filmada.

Roteiro para entrevistas com professores, especialistas de notório saber.

Guião de entrevista semi-estruturada

Contextualização

O terceiro setor português congrega diversos tipos de organizações sem fins lucrativos. Para esta investigação opta-se por associações e cooperativas, de perfil inovador, que possuem atividades de produção e comercialização de bens e serviços.

Objetivo da tese: Analisar o processo de geração de IS em organizações do terceiro setor, enquadradas no Distrito de Aveiro, tendo particularmente em conta o compromisso com o desenvolvimento local sustentável.

- 1) As OTS como agentes de Inovação Social
 - a. Do seu ponto de vista, são OTS geradoras de inovação social comprometidas com o DLS? Se sim, em que medida podemos identificar o processo de geração de IS nestes ambientes?

- 2) As OTS inovadoras mais autossuficientes e competitivas

- a. Pode-se dizer que a IS comprometida com o DLS catalisa as OTS a autossuficiência e a competitividade?
 - b. Do seu ponto de vista, a geração de IS estimula novos empreendimentos sociais, e pode-se dizer que esse movimento fortalece o local ecossocioeconomicamente?
- 3) As OTS e os determinantes sociais críticos
- a. Quais os determinantes sociais críticos às possibilidades e limites a geração de IS?
- 4) As OTS inovadoras como molas propulsoras do DLS
- a. Pode-se dizer que as OTS, com perfil inovador, são capazes de identificar, implementar e gerir um conjunto de projetos que fomentam a IS e a valorização deste setor no país?
 - i. Se sim, seriam essas organizações com maior compromisso local para resolver os problemas ecossocioeconómicos?
 - ii. Seriam elas exemplos positivos de organizações para o país uma vez que promovem políticas de DLS?
- 5) As OTS como ambiente criativo e comprometido com o DLS
- a. Na sua opinião, o ambiente da OTS incentiva as equipas à responderem as necessidades sociais e à criatividade?
 - b. Pode-se dizer que a limitação à IS se encontra em organizações com menor compromisso local, menor estímulo à criatividade, pouca produtividade e menor retorno de excedente?
 - c. Seriam essas as organizações menos competitivas, com problemas de autossustentação financeira e menor capacidade empreendedora?